



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 14

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Girão, Izalci Lucas, Marcos do Val, Jorginho Mello, Humberto Costa e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia, Jorge Kajuru e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - William Amorim Santana. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do William Amorim Santana, Servidor do Ministério da Saúde, em atendimento ao requerimento 1090/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/09>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia, Sra. Senadora, Srs. Senadores!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A presente reunião destina-se ao depoimento de William Amorim Santana, servidor do Ministério da Saúde, em atendimento ao requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Peço que o servidor possa ser encaminhado aqui, por favor. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, quando possível, eu queria pedir a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, acho que foi de conhecimento de todos matéria publicada pelo *site* The Intercept que trata de matéria também relativa à aquisição de vacinas pelo Governo Federal. A matéria constata que o Governo Federal adquiriu dez milhões de doses da vacina Sputnik, russa. Essas vacinas foram compradas por intermédio da empresa farmacêutica União Química. Essas vacinas foram compradas ao preço de US\$11,95, enquanto o Consórcio Nordeste e outros governos – aliás, o Consórcio Nordeste, é sempre aqui citado com tanta ênfase por alguns companheiros – adquiriram essas doses por US\$9,95, portanto uma diferença de US\$2 por dose, ou seja, o custo final dessas doses levaria a uma situação de um dano ao Erário na base de R\$693 milhões, dos quais R\$100 milhões representariam o que poderia ser chamado de superfaturamento. A matéria – eu próprio também tive a oportunidade de conversar com representantes do Consórcio Nordeste – coloca como alegação do Governo Federal e da União Química o custo de frete e outros preços e outras coisas para desembaraço. No entanto, o frete mais caro chega a US\$0,63 centavos por dose.

Portanto, me parece, Sr. Relator, mais um tema que precisa ser objeto da nossa investigação, porque tudo faz crer que há aqui um processo de superfaturamento. É a mesma vacina, comprada da mesma fonte, utilizando os mesmos caminhos, no entanto com uma diferença de US\$2 por dose.

Eu vou proceder à solicitação dos requerimentos que se fazem necessários para esta investigação, mas é importante que incluamos no radar da nossa CPI mais esse, que parece ser outro escândalo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ler aqui um...

V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu me comprometo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se V. Sa. assim desejar, passo a palavra por 15 minutos para o senhor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Bom dia! Bom dia a todos!

Cumprimento mui respeitosamente o Exmo. Sr. Presidente e o Exmo. Sr. Relator desta renomada Comissão Parlamentar de Inquérito.

Também cumprimento os demais Exmos. Srs. Senadores e os demais aqui presentes.

Meu nome é William Amorim Santana, sou consultor técnico da Organização Pan-Americana da Saúde – portanto, não sou servidor – e, atualmente, desenvolvo essa atividade na Divisão de Importação da Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para a Saúde do Departamento de Logística em Saúde.

Eu queria explanar para vocês aqui as competências da área técnica da qual eu faço parte: realizar a análise técnica da documentação para a abertura da licença de importação; solicitar deferimento da licença de importação aos órgãos anuentes; providenciar os trâmites necessários para viabilizar o desembaraço alfandegário de mercadorias; acompanhar os processos de importação e exportação de medicamentos, equipamentos e insumos estratégicos para a saúde; emitir documentação necessária para o processo de importação e exportação; acompanhar as anuências dos registros de exportação no sistema de comércio exterior.

Na condição de consultor técnico, desenvolvo atividades de apoio, devidamente designadas e supervisionadas pela minha chefia imediata. E, nesse contexto, meu papel se restringe a analisar a *commercial invoice*, em paridade com o objeto legal, nesse contexto do contrato, e, este estando em conformidade, solicitar a abertura da licença de importação. Também é meu papel realizar interface junto ao despachante oficial do ministério, realizar o peticionamento de documentos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e acompanhar o desembaraço aduaneiro.

Destaco que não participei do processo de aquisição ou celebração do Contrato 29/2021, tampouco estive presente em quaisquer reuniões ou encontros com essa temática, tendo sido meu papel nessa questão, estritamente, o recebimento e a análise da *invoice*, o peticionamento dos documentos de caráter técnico junto à Anvisa e, amparado pelas devidas autorizações, solicitar a abertura da licença de importação.

Quanto ao que me cabe nesta análise, conforme designado por minha chefia, devo observar os seguintes pontos principais. Na *invoice*, quando eu vou pegar a *invoice* que eu vou analisar, o que é que eu tenho que observar? Os dados do consignatário – no caso, o importador, que é o Ministério da Saúde – ; o prazo de entrega da parcela, em paridade com o contrato; o quantitativo que está disposto no contrato



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– os valores também têm que estar correspondentes aos valores do contrato –; e, se necessário, solicitar as devidas correções.

No caso do imunizante em questão, que está sendo debatido, essa importação é regida pela RDC 476, de 2021, e, no meu setor, o que me cabe é apenas o item V do art. 12, que é providenciar a licença de importação que vai compor o dossiê técnico junto à referida agência.

E, por fim, eu queria fazer aqui uma breve síntese do transcurso do processo.

A Diimp, área onde eu trabalho, recebeu da empresa citada, a Precisa Medicamentos, um *e-mail* no dia 16/03, solicitando providências para...

A SRA. ELIANA MARIA DIAS SANTIAGO (Para expor. *Fora do microfone.*) – Foi no dia 16.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Em 16/03. O primeiro *e-mail* veio dia 16/03, solicitando providências para a abertura da licença de importação. Neste *e-mail*, continha apenas o contrato em anexo. No dia 18/03, recebemos um segundo *e-mail*, onde a referida empresa encaminhava um dossiê com os documentos dispostos em um *link* Dropbox; havia documentos de caráter técnico, e, dentre esses documentos, estava presente a *invoice*. No mesmo dia...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Que dia foi isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Dia 18/03.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dia 18?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Dia 18 de março.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Dia 18 de março, 18/03.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu também perdi. Eu peço desculpas, eu perdi a fala dele.

Se o senhor puder voltar um pouquinho...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Volto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor podia retomar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É claro! É claro, claro!

Vou retomar de onde eu parei.

A Diimp (Divisão de Importação), área onde eu trabalho, recebeu da empresa citada um *e-mail* no dia 16/03; foi o primeiro *e-mail* que nós recebemos da empresa. Este *e-mail* tinha, em anexo, o contrato e solicitava providências para abertura da licença de importação.

No dia 18/03, recebi o segundo *e-mail* – eu digo "recebi", mas, na verdade, a empresa mandou para mim, mandou para a nossa lista de divisão, mandou para o nosso departamento, mandou para várias pessoas, para vários entes ali do Departamento de Logística. Ela enviou o segundo *e-mail* no dia 18/03.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – No *e-mail* pessoal? No *e-mail*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... pessoal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Todas as tratativas minhas com a empresa se deram por meios institucionais, pelo *e-mail* do Ministério da Saúde, o @saúde. E, quando eu precisei ligar para a empresa, eu utilizei o telefone da minha mesa, e, inclusive, a conversa era em viva-voz, para que todos ouvissem.

Então, só repetindo, no dia 18/03, recebemos um segundo *e-mail* da empresa, onde ela encaminhava um dossiê, uma relação de documentos para a abertura de licença de importação, e, dentro deste *link* Dropbox, tinha vários documentos; um deles era a *commercial invoice*.

No dia 18/03, submeti esse referido *e-mail* à área de fiscalização. O processo estava se iniciando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – No dia 18/03. Ainda no dia 18/03.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – No mesmo dia?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – No mesmo dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – No dia 18 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Isso. Eu estou frisando a data, para que fique bem registrado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É muito importante, William. Esse, eu diria, é o centro, inclusive, do seu depoimento aqui.

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O que é que acontece? Eu trouxe os *e-mails*. Vou colocar à disposição de vocês, porque eu não consegui decorar os horários.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Muitíssimo obrigado, William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Mas eu vou colocar à disposição de vocês este material que eu trouxe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Às 16h48.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Às 16h48?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) - Às 16h48.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O.k.! Não me recordo da hora, não posso afirmar categoricamente. Mas eu me recordo da data, foi dia 18/03.

No dia 18/03, submeti o referido *e-mail* à área de fiscalização, para conhecimento e orientação acerca das tratativas para esse processo.

No dia 19/03, recebi um *e-mail* da representante da empresa, perguntando pelo *status* do andamento do processo. Eu não respondi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Desculpe, William. Esse outro *e-mail* foi de quando, de que dia?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quem foi que mandou esse *e-mail*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - A representante da empresa, a Emanuela Medrades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Basicamente, as tratativas entre a Divisão de Importação e a empresa foram com ela, na parte que me cabe.

No dia 19/03, recebi um *e-mail* da representante da empresa, pedindo o *status* do processo, mas eu não respondi. Como eu havia submetido à área de fiscalização, eu deveria esperar a manifestação deles.

No dia 22/03, submeti novamente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Desculpa! Já estava com o *invoice* então? É que eu estou anotando. Já estava com o *invoice*. O senhor já tinha em mão o primeiro *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Tinha em mão sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Se eu não me engano, eu encaminhei o *e-mail* e então encaminhei o *link*, que foi no corpo do *e-mail*.

No dia 22/03, submeti o processo novamente à área de fiscalização, onde eu pontuo... Até aquele momento, eu pontuei que a primeira parcela já se encontrava em atraso. Se eu não me engano, conforme reza o cronograma do contrato, a primeira parcela deveria ter sido entregue em 17 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Naquele momento, já estava em atraso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Já estava em atraso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso também é muito grave.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece? Eles fizeram um primeiro contato, mandaram um primeiro *e-mail* no dia 16. Mas o *e-mail* em que, de fato, veio a documentação chegou no dia 18.

No dia 22, submeti novamente o processo à equipe de fiscalização, quando externo que o prazo de entrega da primeira parcela encontrava-se em atraso, e, tendo em vista que a vacina em questão não possuía registro sanitário junto à Anvisa, fazia-se necessário um pedido de autorização de concessão de excepcionalidade para essa importação, conforme reza a RDC 476, de 2021.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 22/03, recebi concordância da área técnica, a área de fiscalização do contrato, nos termos apresentados. Só posso explicar aquilo que me cabe.

Destaco que o pedido de concessão de excepcionalidade dar-se-á fundamentado na RDC 476. Sendo assim, elaborei uma minuta de ofício, a ser encaminhada para a Anvisa, e direcionei essa minuta ao Departamento de Logística, para que fosse assinada e me fosse devolvida, para que eu fizesse o peticionamento no *site* da Anvisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está muito baixo.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Alô!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está muito baixo. Eu estou tendo dificuldade... Se puder aumentar, por favor, o microfone... Eu perdi uma parte, inclusive, do que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive, se você puder recuperar e...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu recupero.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu volto. Não tem problema.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – O senhor recebeu... O senhor emitiu quantos *e-mails* no dia 22 ou recebeu?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eu não contei, mas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foram vários, não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Receber... No dia 22, eu acho que eu ainda estou no primeiro *e-mail* que tem o Dropbox, mas, se eu não me engano, no dia 22 a empresa também provocou a gente novamente.

Mas, voltando aqui, no dia 22, submeti novamente o processo à equipe de fiscalização do contrato, à área finalística, onde eu externo que a primeira parcela encontra-se em atraso e que, tendo em vista que o referido imunizante não possui registro junto à agência sanitária, faz-se necessário um pedido de concessão de excepcionalidade. Assim, no dia 22/03, recebi concordância da área de fiscalização, nos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos que eu apresentei. Destaco que o pedido de concessão de excepcionalidade dar-se-á fundamentado na RDC 476, de 2021.

Elaborei a minuta de ofício e encaminhei para a assinatura do Departamento de Logística, a fim de que me fosse devolvido assinado, para que eu fizesse o peticionamento no portal da Anvisa. Ainda na mesma data, solicitei ao despachante do Ministério da Saúde uma análise complementar na *invoice*. Eu recebi a *invoice*, eu analisei os pontos que me cabiam, mas nós sempre submetemos ao nosso despachante para que ele faça uma análise mais completa, mais concisa, porque o documento vai ser apresentado na Aduana, quando a carga chegar, para ser feito o desembaraço. E o despachante tem uma *expertise* maior em alguns pontos que, porventura, a gente não observa, porque, no que me cabe da *commercial invoice*, eu tenho que me atentar ao cronograma do contrato, aos valores dispostos no contrato e aos dados do Ministério da Saúde. Tem que estar correto o nome do ministério, o CNPJ.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.)
- O senhor falou aí dos dois pontos, reforçou dois pontos, não é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Se eu não me engano...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - É a questão da quantidade e caracterização da empresa. É só para eu saber se é isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Foram três pontos: a data de entrega da primeira parcela, ou segunda, no caso, terceira, enfim, o que estiver disposto no contrato; o segundo é o quantitativo - subentende-se que se inicia a importação, respeitando o cronograma disposto no contrato -; o terceiro, os valores. Os valores têm que ser devidamente respeitados. Se há um contrato celebrado... Eu não participei da celebração do contrato, desconheço os termos, os meandros quanto a essa etapa, que não me cabe, não é da minha área. Mas eu recebi um contrato, que é um objeto legal, devidamente firmado entre as partes. E, ali, na Divisão de Importação, nos cabe dar continuidade ao processo de importação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - E a empresa também, não é? Se a empresa é a mesma do contrato ou não, isso você observou também?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Vou chegar a essa parte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Ah, sim!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Vou chegar a essa parte, vou chegar a essa parte. Está aqui.

Também entrei em contato com o fiscal do contrato e falei que, dentre as divergências observadas, estava o quantitativo da *invoice*, que estava menor. E, na *invoice*, figurava uma empresa que não estava disposta no contrato. Quando você pega o contrato e você lê lá no cabeçalho, ele já começa dizendo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e empresa tal para o fornecimento de tal insumo". Então, quando eu vou analisar a *invoice*, eu vejo que a empresa que figura no contrato não é a empresa que está figurada na *commercial invoice*. Assim, eu liguei para o fiscal do contrato e relatei a divergência do quantitativo e a divergência da empresa. Eu já havia mandado um *e-mail* falando da data.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Você fala do fiscal. É a Raquel ou não?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – É a Regina?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Regina Célia é a fiscal do contrato.

Parei onde? (*Pausa.*)

É importante que os senhores entendam que, naquele momento, eu estava fazendo vários processos ao mesmo tempo; dentre eles, eu também cuido de outros contratos, não especificamente desse. Eu acompanho a importação de outros contratos, devidamente supervisionado pela minha chefia, mas não desse apenas em particular, são vários outros. Esse foi apenas mais um naquele dia corrido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Isso no dia 22?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Isso no dia 22.

Os fatos são em datas muito próximas: ocorreram entre o dia 18, dias 22, 23, 24...

Alguém me chamou?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não, pode continuar.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ah, tá, perdão, perdão a todos.

Após o peticionamento da documentação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, os documentos de caráter técnico... Após o peticionamento de excepcionalidade... Sim, quando eu protocolei os documentos da Anvisa, a Anvisa imediatamente informou... Ela fez isso por *e-mail*, ela responde o *e-mail* do nosso peticionamento, informando que, nos documentos que foram submetidos a ela, faltavam documentos de caráter técnico ainda. Então, aqueles que a empresa nos enviou e que nós submetemos ainda não eram uma documentação completa.

Quanto ao caráter técnico dos documentos, eu não posso entrar nesse campo porque não é a minha área, não me cabe. O que me cabia naquele momento era apenas a análise na *commercial invoice*. Eu não sou farmacêutico, não tenho formação na área, não tenho *expertise* para avaliar documentos. Eu sei os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos que estão dispostos na RDC, mas eu não consigo identificá-los pela ausência da minha *expertise* nisso. Então, eu só os recebo e os peticiono.

Nesse caso, a Anvisa imediatamente respondeu dizendo que estava faltando documento de caráter técnico; dentre eles, faltava a licença de importação, que é o item 5 do art. 12 da RDC 476.

Nesse mesmo dia, eu recebi o retorno do meu despachante, com a análise complementar da *invoice*. Eu havia feito uma análise onde eu pontuei os principais pontos do contrato, e o meu despachante fez uma análise, pontuando as deficiências que estavam presentes na *commercial invoice*. Eu já havia identificado o primeiro item, o nome do ministério estava errado... Aliás, havia muito erro de grafia na *invoice*, mas não me cabe atentar a isso; me cabe atentar aos pontos que me foram designados pela minha chefia, que inclusive supervisionou todas as minhas ações.

Então, o nome do ministério estava errado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.)
- A primeira ainda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Não, a primeira *invoice*. Estamos falando da primeira *invoice* que chegou no Dropbox no dia 18.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Está certo.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O nome do ministério estava errado, porque você tem que ter os dados do consignatário do importador, e isso tem que estar devidamente expresso na *commercial invoice* - nome, razão social, CNPJ, endereço...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Isso já nessa *invoice*? Já nessa *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Já na primeira *invoice*.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Os dados estavam errados? O nome do ministério estava errado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O nome do ministério estava errado - eu já havia observado, mas o meu despachante reforçou isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Se permitir, Presidente, é que o primeiro *invoice* do dia 18, que estava fechado, *inbox*, foi reenviado a pedido e aberto no dia 22. Então, continuamos no primeiro *invoice*.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Isso. Eu estou tentando não entrar muito nesses detalhes... Eu acredito que vocês tenham...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Pode tentar dar o mais resumidamente possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria muito importante, mas eu só queria lembrar, sem interromper, que nós vamos fazer algumas perguntas pontuais e específicas e talvez, em função das perguntas, a gente possa aclarar alguns aspectos do seu próprio depoimento.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, claro, claro. Eu estou dizendo exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode prosseguir, William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k. Como eu havia dito, o primeiro erro que o meu despachante apontou foi o nome do ministério, que estava errado. Não havia descrição de em qual aeroporto a carga chegaria. As cargas do Ministério da Saúde preferencialmente são desembarcadas em Guarulhos. Não há óbice para receber em outro aeroporto, mas preferencialmente nós recebemos as cargas aéreas em Guarulhos, porque o nosso centro de armazenagem e distribuição é próximo a Guarulhos.

Não havia também um Incoterm. O Incoterm é mais ou menos um acordo que é feito entre as partes quanto às obrigações no transporte da carga. Existe uma tabelinha que você tem vários Incoterms, e cada Incoterm tem a sua especificidade: o fornecedor é obrigado a custear a carga do momento que sai até o país que chega; cabe ao fornecedor pagar o desembaraço; cabe ao comprador; cabe ao vendedor... Enfim, são regras que têm que estar presentes na *invoice*. No caso, não havia um Incoterm descrito.

Também não havia o código de nomenclatura comum da vacina. Como nós estamos no Brasil, e o Brasil é membro do Mercosul, o Mercado Comum Sul-americano, todos os produtos fabricados nesses países têm um código próprio. A esse código, dá-se o nome de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Não tinha na *commercial invoice*.

Também não descrevia nem peso bruto, nem peso líquido da carga. Tanto eu quanto o despachante ficamos confusos, porque a *invoice* não dizia se a vacina viria em frasco ou viria em caixa. Não estava claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não estava claro o nome completo e endereço do fabricante. Também não estava descrito o número dos lotes. Se é uma vacina e está sendo importada, existe um lote que foi fabricado. Não tinha essa descrição.

E a *invoice* também não informava se o produto tinha registro, mas nesse caso nós sabíamos que não tinha registro, tanto que nós pedimos a concessão da excepcionalidade.

O despachante também pediu que enviasse um *packing list*. O *packing list* é um documento que nada mais é do que um descritivo de como a carga virá: que embalagem, altura, peso, quantos volumes. Basicamente, o *packing list* é para descrever isso.

No mesmo dia, eu encaminhei o pedido de correção para a empresa, tendo a empresa informado que iria corrigir. Dentre os apontamentos, também solicitei a alteração do pagamento, que estava na condição de antecipado.

Quando eu pego o contrato, eu boto o contrato aqui, boto a *commercial invoice* aqui. A *invoice* tem que dispor os termos que estão no contrato. E o contrato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O antecipado, o que era? O que é que estava escrito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – O pagamento.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Estava em inglês, o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O pagamento antecipado.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Estava em inglês. A *invoice* pedia que o pagamento fosse antecipado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Mas o contrato não rezava isso. Quando você analisa o contrato, está bem disposto lá. Não me recordo qual é o item, mas diz lá que o pagamento será efetuado após a entrega do imunizante, ou seja, pagamento postecipado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Você pediu a correção?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Pedi. Eu telefonei, pedi a correção. Da primeira vez, eu liguei e pedi para corrigir. Da segunda vez, não foi corrigido, aí eu mandei por escrito, para deixar registrado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Emanuela. Falou com ela?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Emanuela Medrades. É o contato.

Por fim, no dia 24/03, após o recebimento... Isso foi na segunda *invoice*, que ela fez as alterações e me enviou, aí eu observei que continuava a informação de pagamento antecipado. E aí eu pedi por escrito, mandei por e-mail, pedindo que ela se atentasse, que o contrato não tinha essa cláusula e que ela fizesse a correção. E aí, por fim, já na terceira...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ela falou alguma coisa no telefone?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela sempre se prontificou a fazer as correções que nós pedíamos. Em momento algum, ela se absteve de fazer ou disse que não ia fazer. Pelo menos no que me cabe, no que eu pedi para corrigir, ela corrigiu. Ela disse que iria corrigir

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, o antecipado continuou antecipado, a segunda vez, o senhor falou...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que aconteceu? A primeira vez, eu liguei pra ela e aponte: "A *commercial invoice* está descrevendo pagamento antecipado; no contrato, não está. Peço a gentileza que corrija". Ela disse que era um erro, que já havia observado e ia pedir pra corrigir. A segunda *invoice* veio novamente com este erro. E novamente eu contactei; só que, dessa vez, eu mandei por escrito: "Peço a gentileza que se atente aos termos do contrato; o contrato não reza pagamento antecipado. Por gentileza, corrigir". E, na terceira *invoice*, é que essa informação já não estava mais presente. Na terceira *invoice*, constava que o pagamento seria postecipado.

E, por fim, no dia 24/03, após o recebimento da *invoice*, ainda constatei que esta ainda apresentava dois erros, a terceira *invoice* ainda apresentava dois erros: o primeiro erro é aquilo que eu expliquei para os senhores é o Incoterm. O que o fornecedor fez? Ele indicou o Incoterm CIF – "c" de casa, "i" de igreja, "f" de faca. Quando você vai ler o descritivo desse Incoterm, ele dispõe das regras de transporte marítimo. A carga virá via aérea.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – CIP, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – É CIF, a empresa colocou CIF; aí eu pedi para trocar para CIP, porque o CIP prevê que a carga venha via aérea; o CIP também determina frete e seguro.

Quando eu li o termo de referência – não vou me recordar a cláusula; cometi o erro de não anotar, pra trazer à luz para os senhores também terem essa informação –, o termo de referência diz que todo o transporte será por responsabilidade da empresa, inclusive o seguro da carga. Então, o Incoterm CIF pede que o seguro seja discriminado na *invoice*, o frete e o seguro, e que este não pode ficar por conta do ministério. Então, quando você vai fazer o somatório lá do valor a ser pago da *invoice*, o frete e o seguro não podem constar no somatório total.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E, só para finalizar aqui, não é? Apenas pra pontuar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, é importante o que ele está falando de valores que não estavam constando do contrato. Que ele possa também citar o que valor constava mais para o Ministério da Saúde pagar dentro dessa *invoice*. Além dos US\$45 milhões, quanto estava de frete e seguro para o Ministério da Saúde pagar, sendo que era da empresa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Deixa eu ver aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso, Senadora?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Não estava discriminado, né, na *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Ele não está... Ele estava discriminado. Deixa eu ver se eu acho aqui, porque eu tive que me atentar a tanta coisa para estar preparado para vir aqui. Eu não consigo me recordar, mas a única coisa que eu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Falou no frete separado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu pedi para que ele ficasse discriminado e separado, porque é para ficar claro que, na hora em que você fosse fazer o somatório, este valor ele não poderia figurar no valor final da carga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque o valor desse frete seria agregado ao pedido de pagamento inicial de US\$45 milhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Novecentos cinquenta mil dólares e R\$ 5 milhões, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Novecentos e cinquenta mil dólares e R\$5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – William, pode prosseguir.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tá. Eu coloquei mais uma observação só para pontuar aos senhores mais uma vez, porque acredito que isso foi objeto de grande discussão: a primeira *invoice* chegou no dia 18 em um Dropbox; a segunda e terceira *invoices* chegaram no dia 23 – só pra pontuar isso para os senhores.

Eu preparei alguns eslaides.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Mas eles corrigiram essa última?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – A última *invoice* ainda apresentava erros. A última *invoice* ainda apresentava um erro na somatória total.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Eu me perdi na conta. Essa última já é a terceira? É a terceira?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Terceira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, até a terceira *invoice*, ainda tinha erros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não eram erros. (*Fora do microfone.*)

Era o que queriam diferentemente receber do que estava no contrato. O nome disso não é erro, é golpe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Era o dinheiro que ia parar no paraíso fiscal para lavagem de dinheiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é o julgamento do Relator. Não é o que a gente apurou até agora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E os brasileiros vejam que não é o de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. é conhecido nesta CPI desde o começo com essa narrativa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Colega, Senador Marcos, vamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... vamos concluir, vamos ouvir. O William tem alguns eslaides para apresentar para nós.

William, fique à vontade.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Eu preparei alguns eslaides. Esse material será todo colocado à disposição de vocês. Eu peço desculpas, eu também não enxergo muito bem, eu não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Fique à vontade.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu estou indo mais pela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Se quiser trocar de posição, por favor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, de modo algum, aqui está ótimo. Eu agradeço muito.

O primeiro *e-mail* que eu estou apresentando para vocês aí foi o primeiro *e-mail* que eu recebi, datado de 16 de março, onde a empresa solicita as providências para a abertura da licença de importação. Foi o primeiro *e-mail* que eu recebi. O primeiro contato, que neste *e-mail*...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) - Você tira uma cópia para nós acompanharmos aqui?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Izalci, vamos da seguinte forma, para nós não atrasarmos a exposição do William: o William faz a exposição; na sequência, eu peço para a Secretaria da Mesa, determino à Secretaria da Mesa que providencie as cópias e distribua pra todas as Sras. e os Srs. Senadores, perfeito?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, aqui, para o William não perder, vamos tentar garantir para o William não perder a linha de raciocínio dele, porque o depoimento dele está sendo muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

William, por gentileza, pode prosseguir.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Então, voltando aqui a este primeiro contato que a empresa fez, ela mandou um documento, mandou esse *e-mail*, mas esse *e-mail* tinha como anexo apenas o contrato. Ela mandava o *e-mail* pedindo as tratativas e providências quanto ao licenciamento da carta.

No dia 16 de março mesmo, eu peguei esse *e-mail* e encaminhei para a equipe de fiscalização para que eles analisassem e tomassem as providências, nos orientassem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, é a equipe de fiscalização lá do programa de imunização, a área finalística desse processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O senhor já tinha tratado com essa empresa Precisa outras vezes antes, não? Ou é a primeira vez?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Sr. Senador, eu não vou me recordar, porque eu cuido de muitos contratos, a gente acompanha muitos processos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa Emanuela, por exemplo, o senhor tinha falado com ela antes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Já tinha falado antes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em outros processos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Em outros processos anteriores, mas eu teria que ter...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... um pouquinho de tempo para lembrar, mas, se eu me recordo bem, a gente até teve uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Lembra qual a empresa?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Acho que a Precisa Medicamentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- A Precisa.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Acredito eu que sim, não tenho 100% de certeza, mas eu teria que me atentar a isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Vamos, vamos lá, vamos garantir ao William.

Por gentileza William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O.k., então, esse primeiro *e-mail* que eu recebi eu encaminhei para a equipe de fiscalização do contrato, onde eu externo a manifestação do fornecedor, solicitando as tratativas quanto ao processo de importação. Isso foi no dia 16 que eu encaminhei.

No dia 22, eu fiz um *e-mail* mais elaborado, onde eu pontuo dois pontos específicos: eu pontuo a necessidade de se fazer um pedido de concessão de excepcionalidade, tendo em vista que a vacina não possui registro no Brasil; e também lembro que a data de entrega da primeira parcela encontra-se em atraso. (*Pausa.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ah, sim, eu também encaminhei o Dropbox com os documentos, para que a equipe de fiscalização pudesse acessar e consultar os documentos. Como eu falei, eu só posso analisar a *commercial invoice*; eu não tenho *expertise* para fazer uma análise técnica dos demais documentos.

No dia 22 de março, recebi um aval da área finalística, da área do contrato, dizendo que não havia óbice para a continuidade do processo. Neste mesmo dia, eu liguei para a fiscal do contrato e pontuei com ela os dois pontos que me chamaram atenção naquele momento - assim, é que eu já havia falado da data. Então, eu pontuei com ela o quantitativo que estará menor no contrato e também pontuei com ela a questão da empresa, porque a *commercial invoice* citava uma Madison Biotech, e quando você vai analisar, em comparativo com o contrato, o contrato não cita Madison: cita Precisa Medicamentos. O fiscal... E aí o fiscal questiona diretamente a empresa, por conta desses pontos.

Acho que tem que passar mais uma... (*Pausa.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Voltou? Ah, é verdade, é verdade. É verdade.

Mas, no dia 22, eu liguei para a fiscal, pontuei, e a fiscal entrou em contato com a empresa para que ela se atentasse a esses dois pontos, e aí a empresa se manifestou no dia 22, apresentando a justificativa dela quanto à participação da Madison neste processo e quanto ao quantitativo divergente do contrato.

E após a empresa manifestar diretamente para o fiscal a justificativa dela, na equipe de fiscalização, respondeu diretamente a ela o que lhe cabia naquele momento. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfeito, esse e-mail aí é a continuidade da temática, no caso aí a fiscal responde diretamente para a empresa após a empresa apresentar a justificativa, que está no eslaide anterior. *(Pausa.)*

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Exatamente, ela se manifesta favorável, mas destaca a pendência do item 2. O item 2 é uma declaração de que a empresa se comprometeu a enviar dizendo quem é Madison Biotech e em qual papel ela figuraria nesse contrato.

Eu queria ressaltar aqui que esta etapa é de total competência da área de fiscalização. Eu estou apenas mencionando aqui porque sou copiado nos *e-mails*, porque provoqueei este questionamento e apenas para ter ciência da tratativa que aconteceu – por isso eu estou copiado.

No terceiro *e-mail*, eu novamente provooco a equipe de fiscalização, onde eu faço um "pontuamento" quanto ao quantitativo que está menor e à data de validade – se eu não me engano, eu mencionei a data de validade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso. A data do atraso na entrega da primeira parcela.

A fiscal se manifestou favorável, nos termos que eu apresentei, no que competia a ela, e aí eu pego e mando um *e-mail* formal para a empresa com os apontamentos do despachante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim, perfeito. Ela aprova a declaração da Madison e ela também aprova o quantitativo, mas ela lembra à empresa de que a empresa tem que mandar este documento; a empresa não mandou. Até esse momento a empresa ainda não tinha mandado, mas a empresa, até onde eu acompanhei, havia enviado este documento.

No dia 23, eu pego e solicito ao meu despachante... Eu pego o *e-mail* do meu despachante, onde ele fez os apontamentos, e direciono à empresa para que ela providencie a correção da *commercial invoice*. E aí eu faço os apontamentos.

E, aí, a licença de pôr o... Aí o nosso despachante me devolve o processo.

E eu gostaria só de esclarecer aqui... Como todos têm acompanhado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária não autorizou a importação deste imunizante, e eu estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Eu peço desculpa a todos se eu fui um pouco confuso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, em absoluto. Você foi claríssimo, William. V. Sa. foi claríssimo na exposição aqui para as Sras. e os Srs. Senadores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, de imediato, para o Relator, Senador Renan Calheiros, mas, antes, só para aqui informar ao Plenário o nome de todos os inscritos.

Pela ordem, após o Relator, o Senador Izalci Lucas; na sequência, o Senador Humberto Costa; na sequência, a Senadora Simone Tebet; na sequência, o Senador Eduardo Girão; depois eu estou inscrito; na sequência, o Senador Jorginho Mello. Assim, nós concluímos os titulares.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Senador Marcos Rogério vai se inscrever agora, perfeitamente.

Depois, o Senador Rogério Carvalho, a Senadora Leila Barros e os não membros Fabiano Contarato e Zenaide Maia.

Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Só porque eu não consigo, Presidente, só - desculpe, Relator - enxergar o primeiro *e-mail* ali, que é o que eu estou aqui... Só para tentar entender... É Everton, que encaminhou para ele todas as demandas solicitando o que estava pendente. É isso que está escrito ali?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Isso. Everton é o funcionário da empresa de despachante oficial contratada pelo ministério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Então, ele fez um *check-list*, constou também que havia alguma irregularidade e encaminhou para o senhor todas essas solicitações.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Hã-hã, exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Ah, obrigada. Agora eu consegui entender o todo. Obrigada, Relator.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O que que acontece? Eu faço uma análise, onde eu pontuo os principais pontos em paridade com o contrato...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - E lá tem um *check-list* também.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... e eu o submeto ao meu despachante para que ele também faça...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... pontuação naquilo que ele conseguiu observar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ficou claríssimo. Agradeço imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, William.

Senador Renan, o depoente está à sua disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, antes de qualquer coisa, Sr. Presidente, e apesar das bravatas, das comichões autoritárias, das inúteis tentativas de intimidação, a Comissão Parlamentar de Inquérito segue seus objetivos fiel aos seus propósitos, aos propósitos de sua criação: investigar os responsáveis por ação ou omissão pelo morticínio de mais de meio milhão de brasileiros, mais de 530.344 mil vidas perdidas pela Covid-19.

Legislar, Sr. Presidente, fiscalizar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, são atribuições constitucionais inarredáveis do Parlamento. Sabemos que milhares de vidas poderiam ter sido salvas com decisões acertadas, embasadas cientificamente e responsáveis, contra o obscurantismo medieval. A CPI, como todos sabem – e queria chamar atenção de todos –, vem cumprindo seu papel e iluminando os porões do Governo. Isso facilmente pode ser aferido pelo resultado das pesquisas recentes que apresentam diagnósticos convergentes.

A pesquisa de ontem, publicada em veículos de comunicação nacional, da XP, registra números superlativos de credibilidade inéditos na história das comissões parlamentares de inquérito. A sondagem mostra que 78% da sociedade conhecem os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, oito em cada dez brasileiros. Isso é um índice jamais alcançado na história do Parlamento nacional, repito aqui. Senador Girão, 63% aprovam os resultados obtidos até aqui, pela Comissão Parlamentar de Inquérito. E, observem, 69% da população atribuem a corrupção das vacinas ao Governo Federal, diz a XP.

A aceitação social, a audiência e a aprovação apenas renovam a certeza de punir os culpados. E eles existem. Isso, sim, nos diz respeito, embora não tenhamos o apoio explícito nem do Presidente do Senado nem do Presidente da Câmara dos Deputados. Nós temos tido algumas dificuldades no encaminhamento das demandas, não da CPI, mas da própria investigação.

Ontem nós mandamos uma carta para o Presidente da República, e o País ficou estupefato com a maneira com que ele respondeu a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A escatologia proverbial do Presidente da República recende o que ocorreu no seu Governo durante a pandemia. Todo nós sentimos esses odores irrespiráveis que empestearam o Brasil e mataram tantos inocentes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos em frente, sem medo e investigando quem precisar ser investigado. Nós não podemos ter medo de arreganhos, de ameaças, de intimidações, de quarteladas. Nós vamos investigar haja o que houver, nada vai nos impedir.

Nós estamos apenas aqui cumprindo um mandamento do povo brasileiro, que quer verdadeiramente saber o que aconteceu e o que poderia ter sido feito para evitar, pelo menos, uma quantidade muito grande... Já vimos, aqui na própria Comissão Parlamentar de Inquérito, que mais de 300 mil vidas poderiam ter sido salvas se o Governo tivesse feito a sua parte.

Eu digo isso e falo dos números superlativos de aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito para mostrar, Sr. Presidente, que lamentavelmente isso ocorre no momento em que a percepção negativa do Congresso Nacional cresce e vai a 49%. E cito esse número não para desdenhar dele, mas para novamente fazer daqui um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, que não tem perdido oportunidade para falar mal da Comissão Parlamentar de Inquérito, a exemplo do Presidente da República, e fazer um apelo ao Presidente do Senado Federal para que definitivamente apoie os trabalhos, o aprofundamento da investigação, que nós vamos adiante.

Nós não vamos investigar instituição militar, longe de nós; nós temos responsabilidade institucional. Agora, nós vamos, sim, investigar o que aconteceu nos porões do Ministério da Saúde. E, na medida em que esses fatos forem sendo conhecidos e essas provas foram sendo apresentadas, nós vamos cobrar a punição dos seus responsáveis, sejam eles civis, sejam eles militares – não importa. O que importa é que o povo brasileiro terá a resposta que esta Comissão de Inquérito dará.

Eu começo as perguntas, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o depoente pela manifestação inicial.

Consta que V. Sa... Se nós fizermos alguma pergunta que eventualmente já foi respondida, por favor, é apenas pra que nós tenhamos acesso à ênfase necessária que o seu depoimento já está tendo e precisará ter.

Consta que V. Sa. respondeu aos *e-mails* sobre as inconsistências contidas nas *invoices* enviadas pela Precisa Medicamentos ao Ministério da Saúde. Em função disso – já colocado e repetido aqui –, eu vou fazer algumas perguntas. A primeira: V. Sa. trabalha juntamente com o servidor Luis Ricardo Miranda, na Divisão de Importação que integra o DLog?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

É verdade que o primeiro *e-mail* enviado pela Precisa à Divisão de Importação, no dia 18 de março, continha um *link* do aplicativo Dropbox, segundo afirmou a servidora Regina Célia Silva Oliveira aqui?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Só fazendo uma correção: não é o primeiro *e-mail*, é o segundo *e-mail*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, no segundo *e-mail*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O primeiro *e-mail* foi no dia 16...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O primeiro *e-mail* foi no dia 16.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e tinha, como anexo, o contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tinha, como anexo, o contrato.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O segundo *e-mail*, do dia 18/03, é que continha um *link* do Dropbox, com uma série de documentos de caráter técnico e, entre eles, a *commercial invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

A servidora Regina tinha acesso a esse *link*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu disponibilizei para ela quando encaminhei o *e-mail* pedindo autorização. Infelizmente, eu não posso falar por ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa primeira *invoice* estava hospedada nesse *link* do Dropbox?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. teve acesso a essa primeira *invoice*? Teve, não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Havia um rol de documentos, mas, como eu analiso somente a *invoice*, eu procurei a *invoice* e visualizei ela. Ela estava lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Qual era a finalidade da apresentação desse documento?

E é muito importante a sua presença aqui. Nós temos feito essa pergunta a todos que falam sobre esse assunto.

Qual era a finalidade – mais uma vez – da apresentação desse documento denominado *invoice*?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece, Sr. Relator? A *commercial invoice* é um documento de caráter fiscal e é o documento que iniciará o processo de importação. Para você poder emitir uma licença de importação, o senhor precisa de uma nota fiscal, e essa nota fiscal deve contemplar as informações necessárias para que seja possível fazer o licenciamento no Siscomex.

Cabe destacar que, como todos os senhores viram, é uma imagem. Isso não é um problema. Quando a carga chega à aduana, aí, sim, se faz necessário apresentação desse documento original e devidamente assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra pergunta sobre isso: o que é exatamente esse documento e em que fase do processo administrativo ele é necessário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O senhor fala da *invoice*?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da *invoice*. Ainda estou perguntando sobre ela, só para aclarar aqui o entendimento de alguns e até, definitivamente, desfazer algumas dúvidas com relação à apresentação dessas *invoices*, que foi um meio detectado nessas denúncias para burlar o próprio contrato.

Exatamente esse documento, em que fase do processo administrativo ele é necessário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece? Depois que o contrato é celebrado – mas isso é de uma outra área, alheia à área de minha atuação –, são definidos os termos do contrato, e um fornecedor fica compelido a iniciar o processo de importação. Então, a *invoice* é uma nota fiscal internacional; é o documento que contém os dados do fabricante, os dados do fornecedor, os dados do importador – neste contexto, o ministério –, o que está sendo importado e qual o valor daquele produto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para, pedagogicamente, ouvirmos a sua explicação: como se dá o procedimento administrativo, desde a contratação, a apresentação do *invoice* até o efetivo pagamento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece, Sr. Relator? Eu trabalho na divisão de importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... sou um consultor técnico, e todas as minhas atividades são devidamente supervisionadas pelo meu superior hierárquico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... nesse caso, o Luis Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu só posso externar sobre a parte que me cabe: nesse contexto, é receber a *commercial invoice*, analisá-la; se ela não estiver em concordância com o contrato, submetê-la à análise do fiscal do contrato instituído por portaria; e, após a manifestação favorável dele, nos termos que lhe cabem, eu dou seguimento, solicitando a correção da documentação, caso ela apresente informações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... que não estejam devidamente dispostas no contrato, ou informações que ela necessita ter para que se abra uma licença de importação. Eu solicito ao despachante oficial do Ministério da Saúde que emita a licença de importação; e, neste caso aqui, nós também submetemos o processo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária para que ela analisasse o pedido de concessão de excepcionalidade para essa importação.

Infelizmente, eu só posso responder aquilo que me cabe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito. Então...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... da parte da qual eu participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

Então, esse documento é, portanto, necessário em todas as importações?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não entendi, perdão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, esse documento, a *invoice* - só para obter a ênfase...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... é necessário em todas as importações?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não é... As fabricantes de outras vacinas também têm enviado esse documento à Divisão de Importação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Só fazendo um adendo, Sr. Relator, como havia externado já aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fica à vontade.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... são etapas distintas. Uma é a etapa de contratação, firmação do contrato, assinatura das partes; é um outro setor alheio à área que eu trabalho. Depois, você tem o processo de importação; e aí é a área onde eu atuo. E, por fim, tem a área de pagamento, recebimento, que também é uma área alheia à minha área de atuação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei.

Então, só reafirmando: as fabricantes de outras vacinas também têm enviado esse documento à Divisão de Importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, quer dizer, esse documento é um documento absolutamente necessário.

V. Sa. pode pontuar, especificar claramente em que dia a primeira *invoice* foi recebida pela Divisão de Importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu havia falado anteriormente, Sr. Relator, ela chegou no dia 18 de março por um *link* de Dropbox.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa era uma *proforma invoice* ou uma *commercial invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Era uma *proforma invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual a diferença entre a *proforma invoice* e a *commercial*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A *proforma invoice* é um *draft*, é um documento inicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ele vai ser, depois... Depois ele vai resultar na *commercial invoice*. Então, esse *draft*, essa *proforma* contempla as informações necessárias para que seja aberta a licença de importação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. possui cópia dessa primeira *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu trouxe aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pode entregá-la à Comissão Parlamentar de Inquérito? Em seguida, em seguida...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ah, sim; sim, com certeza. Com certeza. Vou submeter todo esse material que eu trouxe a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Muiíssimo obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Relator, se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - William, você poderia disponibilizar para nossa Secretaria a *invoice* para que nós pudéssemos providenciar cópias? Se você tiver, inclusive, as três aí a mão e puder disponibilizar... E aí eu determino à Secretaria que disponibilize cópia para todas as Sras. e os Srs. Senadores.

Prossiga, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais foram, novamente - e é muito importante que isso seja repetido -, as inconsistências detectadas nesse primeiro documento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Como eu havia dito, me cabe analisar os dados do Ministério da Saúde, se estão devidamente corretos. E aí a gente está falando do nome...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... do CNPJ, do endereço. Me cabe também analisar a data de entrega desse produto, se ela está condizente com a do contrato. Também me cabe analisar o valor, se o valor do produto discriminado nessa *proforma invoice* e na *commercial invoice* estão em paridade com o contrato e a data de entrega desta parcela, e a quantidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, foi V. Sa. quem detectou essa inconsistência ou contou com a ajuda de algum outro servidor ou de outro departamento para análise desse documento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Todas as minhas ações dentro da Divisão de Importação são acompanhadas pelo meu chefe imediato, Sr. Luis Miranda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Luis Miranda...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu não posso tomar nenhuma atitude, eu não tenho poder de decisão e poder de ação sem a anuência dele. Ele é servidor e o chefe da Divisão de Importação.

Tem anuência dele, ele é o servidor e o chefe da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A quem, então, caberia a análise desses *invoices*? À fiscal de contratos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, a análise cabe à Divisão de Importação. Eu fiz a análise sob a supervisão do Luis Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então a análise não cabe à fiscal do contrato...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. Eu até trouxe aqui, quando eu li esta pequena apresentação, esta pequena exposição, o primeiro item que eu coloquei aqui é uma das normas do regimento interno da área: "realizar análise técnica da documentação para a abertura da licença de importação". Então, analisar a *invoice*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que é atribuição de quem, competência de quem?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - É atribuição da Dimp, da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Da Divisão de Importação.

Por que razões específicas outras versões de *invoice* foram enviadas à Divisão de Importação nos dias subsequentes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Nós solicitamos a correção de algumas informações, o fornecedor fazia a correção e devolvia, mas alguns erros ainda persistiam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Persistiam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas *invoices* foram enviadas para corrigir os problemas que iam sendo apontados pela Divisão de Importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ao todo três.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Três?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Três.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que dias? Dá para repetir?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Repito, sem nenhum problema: a primeira *invoice*, como eu havia dito, dia 18/03. Foi o primeiro documento que nós recebemos, a primeira pró-forma. As outras duas vieram no dia 23/03.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. possui cópia dessas outras *invoices*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu disponibilizei aqui para a Mesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, então eu iria pedir para fornecê-las. Desde já muito obrigado, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A última versão da *invoice*, pontualmente, ainda continha algum vício que impossibilitasse sua aceitação ou ela foi totalmente corrigida?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, ela continha dois erros. Ela continha um erro de somatória...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A última ainda continha um erro de somatória...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Continha um erro de somatória, e também o Incoterms que o fornecedor indicou estava errado. Ele colocou um Incoterms para transporte marítimo, e, embora a fábrica original seja na Índia, a vacina viria por via aérea. Deveria trocar esse Incoterms, e foi devidamente solicitado à empresa para fazer a correção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Ministro Onyx Lorenzoni apresentou publicamente uma versão de *invoice* que teria recebida pelo Ministério da Saúde para a importação da Covaxin, cuja autenticidade está sendo questionada em primoroso trabalho da Senadora Simone Tebet.

O senhor sabe deste fato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu tenho acompanhado na mídia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Brasil todo tem acompanhado.

Eu queria, em função disso, fazer algumas perguntas.

Essa versão apresentada pelo Onyx corresponde a alguma das *invoices* recebidas pela Divisão de Importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sr. Relator, apenas para deixar bem claro, eu não tenho a menor intenção de contradizer nenhum membro do Governo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não é essa a nossa pretensão também. É uma pergunta pontual. Porque ele exibiu um documento, e nós queríamos saber, em função de estudos aprofundados pela Senadora Simone Tebet, se corresponde aos documentos apresentados a esta Comissão que embasaram o processo que V. Sa. apresentou.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Olha, eu não tive análise ao documento apresentado pelo Exmo. Sr. Secretário-Geral da Presidência da República, de modo que não tenho o que comentar sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas o senhor teve, em algum momento, conhecimento no processo sobre o documento que ele apresentou?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. Não chegou a mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não conhecia...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, não, não, eu não tenho o que declarar quanto a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, mas a pergunta é uma pergunta pontual: este documento que ele apresentou no Palácio do Planalto, ele foi matéria de alguma apreciação no contrato da Precisa com o Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Como eu havia dito, Sr. Relator, eu não tive acesso a esse documento, de modo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, esse documento não existe no processo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não tive acesso ao documento que o Exmo. Sr. Secretário-Geral da Presidência da República apresentou, de modo que eu não tenho condições de apresentar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É... E o senhor teve acesso a todos os documentos do processo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu tive acesso aos documentos que me foram submetidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Submetidos no processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – No processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Este documento não estava no processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu disse, Sr. Relator, eu não tive acesso a esse documento que o Secretário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não teve acesso exatamente porque ele não estava no processo, não é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não tive acesso ao documento para fazer a comparação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Relator, se me permitir, eu acho que ele não está entendendo...

O que o Relator está perguntando é que, na coletiva que o ex-Ministro Onyx e o ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde apresentaram em rede nacional, no dia da coletiva eles apresentaram dois documentos: um tido como falso, dizendo que o senhor Luis Miranda tinha apresentado um *invoice* que não era verdadeiro ao Presidente da República, até porque a data não condizia com as datas do processo. E o outro *invoice*, que seria esse segundo *invoice*, que nós ampliamos aqui, que bate com esse *invoice* que está aqui, e que este era o verdadeiro.

Então, a princípio, o que o Relator está dizendo é que os dois apresentaram o segundo *invoice* como verdadeiro. O senhor acaba de comprovar que é verdadeiro. Então, nesse ponto, eles não mentiram, mas que o primeiro *invoice* que o senhor diz que recebeu *inbox* e que, portanto, seu chefe Luis Miranda também tomou conhecimento, afinal, é seu chefe, o senhor disse que faz tudo mencionando-o no meio do processo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, ele está na cópia dos *e-mails*.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está na cópia dos *e-mails*, portanto, ele realmente recebeu esse *invoice* no dia 18, portanto, antes da reunião com o Presidente da República no dia 20. Então, esse primeiro do dia 18, o mesmo Ministro Onyx e o Elcio Franco, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, disseram que esse primeiro do dia 18 que o senhor recebeu *inbox*, que seu chefe Luis Miranda recebeu copiado, não era verdadeiro. Este primeiro, o senhor a princípio tem uma cópia e eu ampliei aqui. Então, seria importante, Relator, colocar, talvez, aqui, aquela ampliação com o documento dele. E nós vamos checar se se trata do mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

E por que a pergunta, Presidente? Por que a pergunta, Senadora Simone?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque está relacionada a um possível crime de prevaricação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também, mas até hoje nós não recebemos as informações nem cópia do contrato do Ministério da Saúde. Tudo que nós temos tido acesso é em função da investigação. Então, para dirimir uma dúvida desse tamanho, invocada pela Senadora Simone Tebet, é muito importante que V. Sa., que analisou esse processo, que conhece esse contrato, fale sobre a verdade de ter analisado ou não essa peça durante a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu acabei de verificar aqui, Sr. Presidente, se esse documento que nós recebemos é do Sr. William. Se for do Sr. William, é o mesmo que o Sr. Onyx apresentou, porque eu ampliei.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senadora Simone.

Então, deixe-me fazer uma pergunta objetiva ao William. O documento que chegamos... Que você encaminha é o mesmo que o Sr. Luis Ricardo disponibilizou para esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Olha, eu infelizmente não posso falar pelo Luis Ricardo, ele é o meu chefe imediato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é pelo Luis Ricardo, é pelo documento. Se o documento é o mesmo que foi analisado por V. Sa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não tive acesso ao documento, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor não analisou os outros documentos, até os entregou para a Comissão?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu só posso me manifestar por aqueles que foram submetidos a mim diretamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Relator, é que eu acho que ele não acompanhou a coletiva e também não acompanhou, não viu o documento que o Sr. Luis Miranda entregou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, ele realmente não consegue comprovar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu não permito interrupção...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas nós conseguimos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a Senadora está interrompendo faz tempo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não permito interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria só dar um encaminhamento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não pode querer conduzir o depoimento do depoente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, eu vou só dar um encaminhamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu não admito interrupção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não tem que admitir, Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. interromper para tentar responder pelo depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Quem está conduzindo o depoente o tempo todo é o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou parar aqui, eu vou parar aqui o depoimento. Eu não aguento mais esse tipo de obstrução. Não dá, eu não aguento mais esse tipo de obstrução.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – O Brasil não aguenta mais também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É, o Brasil demonstrou na pesquisa ontem o papel que V. Exa. está exercendo aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – É, V. Exa. está muito preocupado com pesquisa mesmo, estou vendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E V. Exa. não está.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O.k., podemos prosseguir? Vou religar os microfones. Quando tiver algum tipo de interrupção assim, eu, basicamente, desligarei os microfones para dar sequência... Ou qualquer tipo de tumulto para a gente poder prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma coisa é um aparte objetivando colaborar com as perguntas que pretendemos que o depoente responda; outra coisa é obstrução. Obstrução é incompatível com o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, eu queria só dar um encaminhamento.

Queria determinar à Secretaria que, dentro do possível, colocasse os *inboxes* que o Sr. William disponibilizou para esta Comissão Parlamentar de Inquérito no telão, e, inclusive, teremos um tempo para a Senadora Simone, que trouxe uma importante contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer, inclusive, as devidas comparações, inclusive com as alterações que S. Exa. a Senadora Simone trouxe no *inbox* que foi veiculado na coletiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E vamos pegar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... a *invoice*, a versão da *invoice* exibida pelo Ministro Onyx e perguntar se ela foi analisada. É uma pergunta que não pode deixar de ser respondida, infelizmente.

Eu peço a disponibilização da *invoice* apresentada pelo Ministro Onyx. Por favor, para aproveitar a presença oportuna e honrosa do depoente aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Temos aí à disposição? (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Eu tenho no meu gabinete, Sr. Presidente, ampliado, daquela... Se ajudar... Mas eu tenho que... Eu peço para buscar enquanto continua o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senadora Simone, nós lhe agradecemos, mesmo porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem sido vítima de uma reiterada obstrução de informações.

O Ministério da Saúde, até hoje, como foi dito pelo Relator, não entregou o processo inteiro relativo à Precisa.

E também, assim, mesmo requisitado à Casa Civil, embora o Sr. Ministro Onyx tenha apresentado esse *invoice* em uma coletiva, ele não mandou esse documento à Comissão Parlamentar de Inquérito. Não sei, Sr. Relator, por qual razão ele procede dessa forma. Só quero imaginar que ele possa estar querendo, talvez, omitir alguma informação. Mas, devido à diligência da Senadora Simone, a Senadora Simone disse que teve acesso ao documento do Sr. Onyx, então, assim que a Senadora Simone trouxe a esta Comissão, eu determino que a Secretaria da Comissão faça a devida exibição no telão.

Sr. Relator, pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - O que impediu a efetiva importação das doses da Covaxin?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – O senhor fala em um ponto em específico? O senhor fala em um ponto em específico?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, o que impediu, do ponto de vista da sua avaliação, da sua análise?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, assim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos perguntando exatamente sobre o que ocorreu na oportunidade em que V. Exa. estava exercendo, como exerce, essa função relevante. Eu não vou perguntar sobre outra coisa. Eu perguntei se aquele documento exibido tinha sido objeto da sua apreciação. Foi uma pergunta concreta, específica. O senhor deve ter a informação para dizer: "esse documento aqui, eu apreciei; esse documento aqui eu não apreciei, ele não consta do processo". Nós queremos é uma das duas respostas apenas, não é não responder. Porque o senhor analisou todos os documentos, não é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O meu papel na Divisão de Importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Documentos que diziam respeito à análise da sua repartição?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso. Eu analisei a *commercial invoice*. No caso aqui é a *proforma invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, nós vamos perguntar: esse documento foi parte da sua análise? Por que nós vamos perguntar isso? Porque, repito, até agora – apesar das reiteradas vezes que nós pedimos –, até agora o Ministério da Saúde não mandou esses documentos, nem os documentos do processo, para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Sabe por que não mandou? Porque existem coisas escabrosas, ainda maiores, nessa grande negociata, enquanto os brasileiros morriam. Por exemplo, sabe-se agora – e vamos confirmar – que o Secretário-Executivo requisitou a compra à Precisa de mais 50 milhões de doses, além da negociação que estava sendo feita a partir da autorização da Câmara dos Deputados, que o Senado Federal barrou, de permitir a compra pela iniciativa privada, que também seria realizada à Precisa.

Eu não vou perguntar a V. Exa. sobre esses documentos que existem no processo, por isso que eles não mandam. Eu vou perguntar a V. Sa. sobre os documentos que V. Sa. analisou – apenas sobre isso. Eu não quero deixá-lo aqui em situação difícil. Eu quero apenas o seu testemunho com relação à tramitação do processo, e o que coube a V. Sa. analisar do ponto de vista do cargo que V. Exa. ocupa no Ministério da Saúde.

É esse aqui? Não, né?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, eu só posso me manifestar quanto ao que eu analisei. Eu trouxe o que eu analisei, é este aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas não quero que se manifeste sobre o que não analisou. A pergunta é se aquele documento estava no processo, e se foi, portanto, analisado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpellar.) – William, só para ajudar. O que o Sr. Relator está perguntando é se esse aqui, que nós temos cópia, é esse aqui.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Sim, é o que eu disponibilizei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esse aí? Então, o analisado foi esse?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que eu disponibilizei para os senhores foi o que eu tive acesso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E mais duas outras versões?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E mais duas outras versões.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpellar.) – Então, só para ficar claro: o documento que está disponibilizado para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores aqui, que está sendo perguntado pelo Senador Renan Calheiros, é o que foi analisado pelo William e pela divisão técnica do Ministério da Saúde.

É isso, William?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, Sr. Presidente, como consequência disso, eu peço a imediata convocação do Ministro Onyx Lorenzoni para esta Comissão, para que ele venha depor sobre o crime de falsidade, ao exhibir perante a Nação, para confundir a investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, um documento que sequer existe, falso. Portanto, a sua presença nesta Comissão é importantíssima.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Será apreciado na próxima sessão deliberativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Muito obrigado, Presidente.

Então, eu perguntei: o que é que impediu a efetiva importação das doses da Covaxin? V. Sa. estava listando.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - A importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Na forma da análise do seu departamento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, a importação não se deu em razão de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ter indeferido o pedido de concessão de excepcionalidade feito pelo Departamento de Logística do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A falta de aprovação da Anvisa era outro problema, criava obstáculo à importação específica da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, a importação estava sujeita à autorização da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, era outro, outro...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Cabia a ela autorizar, nos termos da lei que ela julgava pertinente. Infelizmente, não tenho como explicar quanto a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

A primeira entrega de doses da Covaxin deveria ter ocorrido 17 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em função disso, eu queria...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Segundo reza o contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Segundo reza o contrato.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... celebrado em 29, de 2019.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado.

Houve alguma comunicação da Precisa Medicamentos dirigida à Divisão de Importação anterior a 18 de março, para tratar da execução do contrato da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, a Divisão de Importação recebeu o primeiro *e-mail* no dia 16 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu fiz uma pergunta: houve alguma comunicação da Precisa dirigida à Divisão de Importação anterior ao *e-mail* de 18 de março, para tratar da execução do contrato da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não que eu me recorde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não houve?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não que eu me recorde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

Como ocorre normalmente, nos demais casos, a interação entre a Divisão de Importação e a de Fiscalização do Contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu não entendi a sua pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como ocorre normalmente, nos demais casos, a interação entre a Divisão de Importação e a de Fiscalização do Contrato, desses dois departamentos distintos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O senhor fala como as áreas se comunicam?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - A gente se comunica por *e-mail*, que é um instrumento formal, por despachos do processo SEI, quando você direciona um SEI a uma área, e a área devolve para você.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É isso que é o normal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Esse é o normal. E é comum também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E no caso...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... a gente ligar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, no caso do contrato da Precisa, essa interação ocorreu de forma usual ou foi diferente?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - De forma usual, não houve diferença. Nós mandávamos *e-mail* quando nós necessitávamos da manifestação deles; eles respondiam os *e-mails*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os prazos eram os mesmos da tramitação das outras importações? A interação se deu da forma como se dava nas outras importações, ou teve algum fato que lhe chamou atenção?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sr. Relator, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por exemplo, qual foi a primeira vez em que a Divisão de Importação tratou do contrato com a servidora Regina Célia, fiscal do contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Contrato 29, de 2019, da Covaxin?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim.

Qual foi a primeira vez?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu provoquei a fiscal com um *e-mail* do dia 16; eu mandei um *e-mail*, se eu não me engano, no dia 18.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mandou *e-mail* dia 18.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Recebi o *e-mail* no dia 16...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Recebeu no dia 16 e mandou no dia 18.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Está na minha apresentação, só para falar para o senhor pontualmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Uma pergunta em função do que aqui se levantou: anteriormente à designação da servidora Regina Célia para ser fiscal do contrato, quem estava responsável por essa tarefa? Por isso que eu perguntei sobre a interação.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não entendi a sua pergunta, perdão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Anteriormente à designação da servidora Regina Célia para ser fiscal do contrato, quem estava responsável por essa tarefa? Porque o senhor há de convir que ela foi indicada já quando o contrato estava sendo descumprido para ser fiscal.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Olha, infelizmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Antes dela, portanto, quem exerceu esse papel de fiscal? Por isso é que eu perguntei sobre a interação dos departamentos.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu entendi. Eu entendi a sua pergunta. Eu entendi. Infelizmente, não tem como eu explicar, porque ela é a fiscal dos contratos de vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas ela foi designada muito tempo depois. Eu quero saber, durante essa interação, quem era que a substituí.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Infelizmente, eu não sei, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas existia fiscal de contrato antes da designação dela? Como é que se dá a interação entre os departamentos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O que é que acontece, Sr. Relator? É algo que não me cabe conhecer, porque eu não participo da instrução que celebra contrato, determina quem vai ser o fiscal. É algo que está além da minha governabilidade. O que eu posso dizer ao senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu perguntei...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu entendi a sua pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu perguntei ao senhor... Deixe-me só explicar para que as pessoas todas entendam desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu perguntei como se dava a interação entre os dois departamentos.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O.k., pelos meios usuais, institucionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Se era da forma... Perguntei se a interação, no caso da Precisa, foi usual, como os demais, e perguntei: essa interação, antes da designação da Regina, quem era que fazia em nome do departamento, que depois ela passou a fazer como fiscal do contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, quando eu recebi o primeiro *e-mail*, eu provoqueei a área de fiscalização. No caso, eu mandei para o Thiago, que é o coordenador lá da...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ela foi designada pra fiscalizar o contrato quando o contrato já estava descumprido. Isso nós verificamos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu entendi a sua pergunta, Sr. Secretário, Sr. Relator, mas, infelizmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu quero só saber a interação dos departamentos antes da designação da Regina. Com quem era? Com quem era? Alguém que, antes da Regina, se posicionava como fiscal era alguém da hierarquia administrativa ou era alguém designado para tal fim?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Infelizmente, eu não tenho como contribuir com uma resposta para isso, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor não conhece o fato de que ela foi indicada fiscal posteriormente, apesar da interação dos departamentos entre si?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não desconheço.. Assim, não é que eu não desconheço. Eu recebi a demanda e a submeti à área dela - ela está em cópia, está em cópia ao substituto eventual, está em cópia ao chefe deles - e aguardei a manifestação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós estamos fazendo essas perguntas, porque - eu queria repetir - nós não recebemos ainda, apesar das reiterações, as informações do contrato do Ministério da Saúde, porque esse contrato, segundo a ótica do ministério, não pode ser visto, e ainda há mais os outros pedidos que contém o próprio contrato de compras, Sr. Girão, Senador querido, de mais de 50 milhões de doses, além das doses que seriam compradas à Precisa em função da autorização que a Câmara deu - e o Senado obstou - para a iniciativa privada poder comprar vacina Precisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Relator, é só uma sugestão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... se o senhor concordar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É claro, sempre!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Já que o Ministério da Saúde está demorando em enviar esses dados - eu já vi aqui o Senador Randolfe perguntando algumas vezes, cobrando -, qual outra medida esta CPI pode ter no sentido de buscar essas informações? É o quê? Qual outra medida legal?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado pelo questionamento, Senador Girão.

Pelo art. 4º da Lei 1.579, de 1952, é a requisição dos documentos por determinação judicial ou, em último caso, a busca e apreensão. Não queremos chegar até esse ponto. Mas, enfim, por isso, estamos insistindo e reiterando para que esses documentos sejam entregues à Comissão Parlamentar aqui.

Digo isso sem falar, obviamente - obrigado, estou sendo lembrado aqui pela Secretaria da Mesa -, por parte do Sr. Ministro da Saúde, a incorrência em eventual crime de desobediência e de obstrução a uma investigação em curso também, conforme disposto no art. 4º do respectivo diploma legal, com pena nos termos da lei.

Não queremos chegar a tanto. Por isso eu insisto e reitero ao Sr. Ministro da Saúde e a todas as autoridades para entregarem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os documentos que já foram objeto de requerimento aprovado por esta Comissão. A legislação ampara e responsabiliza a autoridade que assim não se comportar.

Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - A servidora Regina Célia disse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que ela não foi responsável pela entrada da Madison Biotech nas tratativas sobre a importação da primeira leva de doses da Covaxin - ela colocou aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria fazer algumas perguntas em função disso.

Como a Madison Biotech passou parte da relação contratual?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Eu não entendi a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa empresa era conhecida no contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, ela não figura no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ela não figura no contrato?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Pelo menos o que eu li, ao que eu tive acesso, ela não figura no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela não figura no contrato.

Quem autorizou, portanto, a inclusão dela na *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A inclusão da empresa na *invoice*? Eu não sei dizer. O que eu posso dizer é que, no documento que foi submetido a mim para analisar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito, é isso que...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... constava que a Madison Export é que era a empresa que faria a exportação do insumo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que não constava do contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. No contrato, consta a empresa Precisa Medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi feito algum aditivo ao contrato para incluir a Madison?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, que eu saiba. Assim, como não é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Novamente estou fazendo a pergunta porque não recebemos os documentos do Ministério da Saúde.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como a minha área é a área de importação – eu não atuo na área de contratos –, eu não sei dizer se foi feito um termo aditivo. Não me cabe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe dizer se foi feito algum aditivo para que a Madison fosse colocada na *invoice* para fazer a importação e para receber o adiantamento.

Qual seria exatamente o papel da Madison Biotech na importação da Covaxin, de acordo com o contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A Madison não está no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não está no contrato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A Madison não está no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estando no contrato, não teria obviamente papel.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Só fazendo um adendo, Sr. Relator, eu submeti o fato à área de fiscalização, e a área de fiscalização, no que compete a eles, questionou a empresa Precisa, que enviou uma justificativa que cabe à área técnica analisar. Ela se manifestou favorável...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e me sinalizou a continuidade do processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é isto: não houve contrato aditivo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, que eu saiba. Infelizmente, não é a minha área de atuação, eu não posso dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não sabe informar se houve?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ela não tem papel, obviamente, porque não estava no contrato.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela não figura no contrato a que eu tive acesso para fazer a análise.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria possível... É uma pergunta ainda sobre isso: seria possível efetuar o pagamento a uma terceira empresa que não seja parte do contrato, existente em paraíso fiscal, *offshore*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Novamente eu peço desculpas ao Sr. Relator. Eu não sou da área de pagamento, de modo que eu não posso explicar sobre esse tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não pode dizer se seria possível ou não seria possível?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, as minhas atribuições se limitam à área de importação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas sabe dizer se isso já ocorreu antes com alguma outra empresa?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Infelizmente, eu não sei dizer, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não sabe informar.

V. Sa. foi pressionado para facilitar a importação da Covaxin, como aconteceu com o Luis Ricardo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Se eu fui...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) - Insistência...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... pressionado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi instado, pressionado para facilitar a importação da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sr. Relator, existe uma hierarquia no ministério. Então, as cobranças vêm de cima para baixo. Eu não sou servidor, eu sou um consultor subordinado ao Luis Miranda. Então, as cobranças eram dirigidas a ele. Ele é que era bastante cobrado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, então... Perfeito. Então, eu não vou perguntar "por quem?", porque ele já falou detalhadamente sobre isso aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e de que forma também.

Roberto Ferreira Dias fez algum contato com V. Sa. para que V. Sa. deixasse de seguir trâmites regulares para a importação da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - De modo algum. O Dr. Roberto jamais me pediu algo nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não falou com V. Sa. em nenhum momento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Na verdade, nesses anos em que eu trabalho no Departamento de Logística, se eu conversei com o Dr. Roberto Dias duas ou três vezes, foram muitas, e a maioria delas foi em corredor, cumprimentando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Coronel Alex Lial Marinho tratou desse assunto da importação com V. Sa.?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O senhor fala em que sentido, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - No sentido do contrato, da análise. O senhor só...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O que é que acontece? Ele era o chefe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor só trata dessa questão, pelo que eu sei.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu entendi, eu entendi. Ele é o Coordenador-Geral. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, ele tratou em algum momento desse assunto, o Coronel Alex Lial Marinho?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Uai, ele... O que é que acontece? Na condição de Coordenador-Geral, ele procurava saber como é que estava o andamento, se estava tudo correndo dentro do parâmetro normal, se estava tudo o.k. É o Coordenador-Geral ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele pressionou ou deixou de pressionar V. Sa. a tomar alguma decisão em relação ao fornecimento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Como eu havia dito, eu sou um consultor subordinado ao Luis Miranda. Então, se houve uma pressão nesse sentido, com certeza, foi direcionada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com o Luis Miranda. O senhor não sabe informar.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Foi direcionada diretamente ao Luis Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Coronel Marcelo Pires atuou de alguma forma nesse sentido?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Marcelo Pires?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pires.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Marcelo Pires? Não tive contato sobre esse tema com ele, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E os Coronéis Marcelo Blanco da Costa e Alexandre Martinelli trataram da importação da Covaxin com V. Sa.?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu não conheço o Alexandre Martinelli, embora eu saiba que ele foi subsecretário ou coordenador... Eu não me recordo o cargo, mas ele ocupou um cargo no Ministério da Saúde. Quanto ao outro nome... Qual o nome que o senhor disse?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Marcelo Blanco.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Nunca...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Coronel Marcelo Blanco...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu nunca conversei com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... e Coronel Alexandre Martinelli.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Com o Coronel Blanco, eu nunca conversei com ele, apenas um cumprimento no corredor. Nunca me procuraram, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Coronel Elcio Franco, que era Secretário-Executivo do ministério, passou alguma orientação a respeito desse contrato da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Nunca conversei com o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor foi informado, em alguma oportunidade, de que haveria um segundo pedido para o Elcio Franco pela compra da Precisa de mais de 50 milhões de doses?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não me foi informado isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não tem conhecimento.

Sabe dizer se esse pedido consta do processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu não sei dizer, porque no processo me cabe olhar apenas o contrato. É o único documento ao qual eu me atento. Então, eu não sei dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele teve alguma ingerência sobre a execução da importação dessa vacina?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Quem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Coronel Elcio Franco.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Olha, o que eu posso dizer... Eu digo: no âmbito das atribuições e atividades que eu desenvolvi e que me cabiam, eu não tive contato nenhum com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. tem alguma relação com a Precisa Medicamentos? Já esteve algumas vezes com algum representante, com advogado ou com algum proprietário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. Nós tivemos uma reunião, se eu não me engano, em 2019, mas era para tratar de outro contrato, acho que de preservativo. Fora isso, não tive nenhum contato com a empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Precisa, em algum momento, orientou V. Sa. sobre a maneira de proceder em relação às inconsistências contidas nas *invoices* encaminhadas pelo Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ao Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. Eu percebia a inconsistência, o erro, a falha, solicitava à empresa que corrigisse, e a empresa prontamente dizia que ia corrigir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Precisa ofereceu alguma vantagem a V. Sa.?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. As minhas conversas com a Precisa foram todas por meios institucionais, registradas nos *e-mails*. Os telefonemas aconteceram na minha mesa, em viva-voz, e não houve nenhuma conversa, além dos meus apontamentos, quanto aos erros que estavam presentes na *invoice* e os pedidos para que ela providenciasse a correção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. de alguma forma favoreceu a Precisa Medicamentos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - De modo algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma autoridade ou agente público tem interferido nas decisões referentes à execução desse contrato da Covaxin ou de outros contratos também?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Relator, infelizmente, eu só posso dizer aquilo que me cabe. O que me cabe é receber o documento, fazer a análise, solicitar as devidas correções e pedir o licenciamento. Infelizmente, eu não saberei responder a essa pergunta que o senhor fez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, se o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Você tem aí o primeiro *e-mail* que a Precisa lhe encaminhou, no dia 16 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Tenho. Acho que eu coloquei até na apresentação, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se puder recuperá-lo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu só não vou conseguir ler, porque está muito pequena a letra. Eu enxergo muito mal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Então, vamos ver se a gente consegue ler aqui.

Nós conseguimos colocar aqui esse primeiro *e-mail*? (*Pausa.*)

O primeiro *e-mail*, podemos colocar? (*Pausa.*)

A solicitação de importação é um processo automático após a assinatura do contrato. Certo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Após a assinatura do contrato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Depois que o contrato ocorre, a solicitação de importação é um processo automático?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece? Depois que o contrato é celebrado, a parte entende que ela tem que cumprir o cronograma disposto. Então, ela provoca ou a área demandante ou a Divisão de Importação, submetendo os documentos que serão necessários para a abertura da licença de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O *e-mail* é esse. O *e-mail* começa: "Com a anuência da Secretaria Executiva, peço auxílio na solicitação da primeira LI de embarque aéreo". "Com a anuência da Secretaria Executiva."



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse procedimento é normal nos outros processos de importação de que você participou? Não é normal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, eu nunca recebi um *e-mail* de um fornecedor nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

Sr. Relator, Srs. Senadores, Sra. Senadora, vou reiterar a pergunta para ficar bem claro. O primeiro *e-mail*, do dia 16 de março, diz exatamente o seguinte: "Com a anuência da Secretaria Executiva". Repito: "Com a anuência da Secretaria Executiva". Repetindo a pergunta, esse procedimento é normal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. Normalmente, o fornecedor encaminha um *e-mail* com a documentação pedindo providências quanto à abertura da licença de importação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente esclarecido, Sr. Relator.

Eu acredito que esse é um dos documentos mais importantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito e o termo do depoimento que o Sr. William diz agora.

Muito obrigado, Sr. William.

Sr. Relator...

Ah, perfeito! O Secretário-Executivo... Quem era nesse momento o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu não me recordo, porque, como eu ocupava o cargo de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, tudo bem. Mas é o dia 18 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em 18 de março...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - No dia 18 de março, quem era o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Veja quem era o Secretário-Executivo para lembrar aqui ao depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acredito que era o Sr. Elcio Franco, mas eu posso ser corrigido. Mas acredito que era o Sr. Elcio Franco o Secretário-Executivo.

É surpreendente, Sr. Relator, é impressionante como o nome do Sr. Elcio Franco se repete, o do Coronel Elcio Franco se repete ao longo desta semana na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essas coisas gravíssimas... Se é verdade que ele fez um pedido adicional para comprar mais 50 milhões de doses da Precisa no exato momento em que a Precisa estava descumprindo o contrato, além das doses que foram autorizadas pela Câmara dos Deputados, que seriam vendidas pela Precisa e foram obstadas aqui pelo Senado Federal, isso é uma coisa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, é disso que o Presidente Omar Aziz estava falando quando mencionou alguns militares, não é? Se não se cumpre um contrato e se amplia a contratação de mais doses de uma empresa que já não cumpre contrato, alguma coisa não está dentro da ordem esperada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação muito, assim, séria. O documento mais importante de que nós precisamos, até pra investigar suposto crime de prevaricação de alguma das autoridades ou algumas das autoridades deste País... Foi o recebimento de um documento que entrou via nuvem, pelo *link* Dropbox.

A minha preocupação é a seguinte. Embora tenha sido enviado pela Emanuela, e o senhor teve acesso, a pergunta que eu faço é assim: além da cópia, o senhor tem como comprovar o recebimento disso? E isso ficou armazenado em algum lugar? Como é na nuvem, alguém pode apagar no ministério. Então, como é que nós vamos comprovar que esse documento – que, inclusive, no primeiro momento, o Ministro Onyx disse que não existe, embora na foto seja idêntico ao que você, ao que o senhor apresentou – realmente chegou ao ministério nesse dia 18? Que o documento é igual é; a perícia vai comprovar e vai chegar lá. Mas isso é fundamental.

Eu acho que a advogada entendeu aonde eu quero chegar. O recebimento do documento, o primeiro, que é o que, a princípio, aconteceu antes do dia 20, portanto antes da reunião dos irmãos Miranda com o Presidente da República... Ele veio pela nuvem, e o senhor teve acesso, o Luis Miranda teve acesso, e o Dlog teve acesso. É, a princípio, o Roberto Dias, porque aqui está como principal receptor desse documento o Dlog. Só que, se nós não pudermos contar com o Roberto Dias, nós temos que contar com o senhor e com o Luis Miranda pra comprovar que esse documento, que na nuvem não deve estar mais, que já deve ter sumido de lá, que o senhor entregou como primeira *invoice* realmente é original. Não é que a perícia não vá fazê-lo, até porque o Ministro Onyx nos ajudou nesse processo, Senador Humberto, porque, ao mostrar o documento que ele alega que é falso, junto com este daqui, nós podemos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que o Ministro Onyx sabia também da existência do documento. Não dá para falar que ele não existe, alguma coisa foi feita. Eu preciso saber se é esse.

Então, essa é a pergunta que eu deixo, às vezes, à advogada ou ao senhor para que possa responder.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu queria só fazer um adendo quanto ao *e-mail* que foi apresentado aí. O que está descrito nele é de total responsabilidade da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Claro.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não a orientei a escrever...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro, claro!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... ou a evocar agentes públicos. Foi um *e-mail* que a empresa nos enviou.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. William, quando eu solicitei a vinda do senhor ao Relator, ao Vice-Presidente... Quero deixá-lo muito tranquilo, porque, na hora em que eu analisei todo o contrato, eu vi que o senhor era peça-chave para nos ajudar; jamais pairou qualquer dúvida sobre a lisura do seu trabalho. O senhor está aqui na função de colaborador. Não temos nenhuma dúvida de que o senhor não tem qualquer envolvimento. Ao contrário: foi o senhor que, em todos os momentos, no segundo e no terceiro *invoice*, mostrou não só que falava em pagamento antecipado como também, na segunda *invoice*, queriam, além do que iriam superfaturar no paraíso fiscal, queriam embutir na conta do povo brasileiro, do Ministério da Saúde, quase US\$1 milhão, R\$5 milhões em frete e seguro, o que não é de responsabilidade nossa, do Fisco brasileiro, mas é responsabilidade de quem estava fornecendo as vacinas.

Então, fique aqui... Claramente, o senhor está e continua sendo uma testemunha valiosa; jamais aqui está na condição de suspeito de qualquer ato irregular.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ao contrário.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Senadora Simone e Sr. Relator, o que nós estamos percebendo aqui é que um golpe de US\$45 milhões foi impedido por um servidor público e por um consultor técnico da Opas, trabalhando terceirizado no Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós só temos a agradecer, Sr. William.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E esse depoimento (*Fora do microfone.*) é uma oportunidade para que isso fique absolutamente claro, como falaram a Senadora Simone e o Senador Randolfe Rodrigues.

Em seguida eu queria perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Relator, só para não restarem dúvidas: no dia do *e-mail* a que se referiu o Sr. William, o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde era o Tenente-Coronel Elcio Franco. Ele é demitido somente no dia 26 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - É, exatamente. É o que o *Diário Oficial* nos informa - para aclarar um pouco.

É necessário - essa pergunta é muito importante - ter representante nacional para que ocorra a importação de medicamento ou de outros insumos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - É... Eu não entendi bem a sua pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu vou fazer de novo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Hã-hã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... para que V. Sa. entenda.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É necessário ter representante nacional para que ocorra a importação de medicamentos ou de outros insumos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O que é que acontece, Sr. Relator? Quando eu analiso um processo de importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu fiz uma pergunta objetiva.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu entendi claro. Eu entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É necessário ou não é necessário?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu entendi claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma pergunta...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não é necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não é necessário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, não é necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não é necessário. É isso aí.

Essa...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Até onde eu tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito. Ótimo.

Essa intermediação é comum nos contratos do Ministério da Saúde? O senhor acabou de dizer que não é necessário ter uma intermediação de empresa nacional na importação de medicamentos e de outros insumos. Disse que não é necessário.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aí eu perguntei, na sequência...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu entendi. Eu entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E essa intermediação, que aconteceu no caso da Precisa, é comum nos contratos do Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não me recordo de ter observado isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, não é comum.

É verdade que a vacina Sputnik V também foi contratada por meio de intermediário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - É... Como a divisão de importação não foi provocada para fazer essa importação, não recebeu documentos para analisar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor não sabe?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Infelizmente, eu não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que V. Sa. conhece do relacionamento entre a Global Gestão em Saúde e o Ministério da Saúde? Tem alguma pendência? Tem contratos satisfeitos, honrados, desonrados?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não; eu sei que existe um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ouviu falar alguma coisa da relação entre a Global e o Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não; eu sei que existe um processo, mas, como eu nunca tive acesso a esse processo, nunca li esse processo, eu não saberia dizer quais os termos dispostos nele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá. Porque o servidor Luis Ricardo disse que os problemas da Global Gestão em Saúde, que não entregou medicamentos de alto custo comprados e pagos pelo Ministério da Saúde, são bem conhecidos no ministério. Eu só citei isso para...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Hã-hã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os servidores em geral sabem que a Precisa é controlada pelo mesmo grupo empresarial que é dono da Global Gestão em Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Olha, Sr. Relator, eu só posso falar por mim, não posso falar pelos demais servidores, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor sabe que são do mesmo grupo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu ouvi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ouviu isso.

V. Sa. notou alguma outra situação incomum relacionada à compra e à execução contratual da vacina Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O senhor poderia me citar um exemplo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. notou alguma outra situação incomum, além das postas aqui, relacionada à compra e à execução contratual da vacina Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O que é que acontece, Sr. Relator? Como a minha atribuição se restringia a tratar da análise da *invoice*, da emissão da licença de importação e do desembaraço aduaneiro, as minhas atividades foram focadas e desenvolvidas em cima disso. Eu... Não tem como eu dizer sobre outras etapas do processo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Eu acho que o que o Relator perguntou é: nesse trabalho seu da *invoice*, era comum tantos erros num só...?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Não. Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não só de inglês, como...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, não é comum. Não é comum.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... incluir seguro, incluir frete; tira seguro, tira frete; esquece de tirar antecipação de pagamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obrigar que *offshore* e paraíso fiscal pagassem os impostos devidos ao Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Esse procedimento não é comum?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, não é...

O que é que acontece, gente? Só para deixar uma coisa bem clara aqui. Eu havia... Logo na minha apresentação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... eu li o regimento interno que determina as obrigаторiedades da divisão de importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... e lá está bem claro: analisar a documentação e emitir licença de importação. Existem casos em que os fornecedores mandam documentação que precisa ser corrigida. Não é adulterada, não é modificada, não; a palavra é "corrigida". E o papel da divisão de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importação é justamente este: pegar a *commercial invoice*, pegar o contrato, fazer a análise, ver o que precisa ser corrigido e solicitar a devida correção.

Então, há casos de outros processos de importação em que você recebeu uma *commercial invoice*, uma *proforma invoice* – geralmente isso é comum em *proforma invoice* – que, por exemplo, não tinha um Incoterm, ou não tinha o peso líquido e peso bruto, ou os dados do ministério não estavam dispostos corretamente... Isso é comum. Nós estamos ali justamente para fazer essa análise e pedir a correção.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interperlar.) – Agora não uma *invoice* como essa, com tantos erros?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não nessa quantidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é comum.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., para encerrar, notou alguma situação incomum também na execução dos contratos de produtos relacionados ao combate da pandemia?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outras importações, sobretudo dos produtos...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Eu, como técnico, cuido dos processos de importação e doação das vacinas, de medicamentos para intubação orotraqueal, mas eu não observei em outros processos nada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou satisfeito.

Muito obrigado. E cumprimento V. Exa. E, como entendíamos, essa realmente foi uma grande oportunidade, o seu depoimento, para nós esclarecermos algumas dúvidas que restavam. Sobre V. Exa. não havia nenhuma dúvida a indagar e a interrogar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aliás, temos só que agradecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só temos a agradecer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- Só uma pergunta, antes de passar para o Senador Izalci, William.

O senhor viu a primeira *invoice*... O senhor enviou a primeira *invoice* para outros servidores? A primeira *invoice*, logo que o senhor recebeu, encaminhou para mais alguém?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Tem que ver quem está copiado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - No primeiro *e-mail* não tinha *invoice*. O *e-mail* veio no Dropbox, no segundo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- Não, perfeito. Eu estou falando no segundo, que é na *invoice* já.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Tem que ver quem estava copiado. Certamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- O senhor poderia ver aí?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Tem como olhar?

Acho que ficou contigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- Ah, está comigo. Perdão.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- O *e-mail*... O *e-mail*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Isso, isso. Só para eu olhar quem está na cópia aqui.

(Pausa.)

Foi o que eu recebi? Eu encaminhei, não é? Não, esse é o que recebi. Isso... Tem que ver para onde eu enviei... (Pausa.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Enquanto ele procura, Sr. Presidente, é que a primeira *invoice* que estava no Dropbox foi enviada da Dlog para ele, para Luis Ricardo e para o *e-mail* institucional do departamento de importação às 14h39, pelo que ele



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou. Então, na realidade, não foi ele que encaminhou; ele recebeu. E não só ele, como está aqui, pelo menos a informação que eu tenho: Luis Miranda e um *e-mail* institucional do departamento de importação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O senhor encaminhou para o despachante?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O despachante entra em outra etapa do processo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Em outra etapa, perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Neste exato momento, buscava as devidas autorizações das áreas competentes para que pudesse dar continuidade ao processo. Só foi submetido ao despachante depois que eu tive anuência da área de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- As comunicações da primeira *invoice* foram feitas somente com o *link* do Dropbox?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.)
- Bem, primeiro - praticamente são os mesmos assuntos aqui, mais alguns detalhes, não é? -, eu percebi claramente aqui que a Regina diz aqui... Alguns pontos importantes aqui. A Regina diz o seguinte, que o William teria sido o responsável pela liberação da importação da vacina Covaxin, apesar das irregularidades dos contratos da pasta com o laboratório Bharat Biotech.

William também foi citado pelo servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda, irmão do Deputado Luis Miranda, como um dos responsáveis pelas pressões atípicas em relação à importação da vacina Covaxin.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, percebe-se que o envolvimento do William Amorim Santana é com relação a essa contratação.

Então, digo assim, o ponto de vista deles é o que eu percebi nos depoimentos.

Então, vou a algumas perguntas, Sr. William: por que razão, se é que V. Sa. tem conhecimento, por que razão a portaria que nomeou a Regina Célia fiscal do contrato só foi publicada dia 22, que é uma segunda-feira?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - É, infelizmente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Ela já atuava sem a portaria? Informalmente?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, nesse contrato, não, até porque um servidor só pode atuar depois que a portaria é devidamente publicada.

Mas o motivo da publicação tardia eu não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Pois é, mas os *e-mails* V. Sa. já dirigia a ela.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, eu submeto a ela, porque ela é a fiscal de vacinas lá da área técnica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Não especificamente desse contrato? Ela já era fiscal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ela já era fiscal de outros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - De outros...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Então, eu subentendi que ela seria nomeada...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Ah, V. Sa. não sabia que ela era fiscal do contrato dessa vacina especificamente...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, eu mandei pra ela porque ela é a fiscal de todas as vacinas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - De todas as vacinas.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ela é do Programa Nacional de Imunizações, e acredito eu que ela seria designada... Tanto, que foi designada para...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. teve conhecimento de que teve uma minuta, um termo que só foi apresentado 11 de... O contrato foi assinado antes do termo... Daquele 11 de março. Teve uma...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que que acontece, Sr. Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... eu só posso me atentar às atribuições que me cabem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Chegue mais próximo do microfone. Acho que não...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Perdão.

Então, o meu papel é de analisar as *invoices* em paridade com os contratos... Eu não participo do processo de compra, eu não participo dessa etapa do processo, elaboração de termo de referência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Termo de referência...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não participo dessa etapa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá.

Quem respondeu pela fiscalização do contrato, deste contrato antes? Não tem conhecimento...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quer dizer, ficou esse período... O conhecimento que V. Sa. tem é que ela era responsável por todos os contratos...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – De vacina.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Especificamente dessa, que ela foi nomeada dia 22, V. Sa. não sabia...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sofreu alguma pressão? Pressão, no sentido assim: alguém pediu – e a gente sabe que existem pedidos normais e pedidos, assim, de uma forma mais contundente... V. Sa. teria sofrido algum pedido especial – vamos dizer assim, para não falar pressão – nesse período de 18 a 24, quanto ao *invoice* que foi liberado, para dar andamento nesse processo? Quem é que... E, se houve, quem é que pediu isso? Eu vou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Um "pedido especial"? Eu não entendi bem o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Pelo *e-mail* eu vou explicar: o Seu Leandro Brito, que encaminhou este *e-mail*, dia 16, ele coloca assim - e foi dito aí: "Com anuência da Secretaria Executiva, peço auxílio", etc. E lá embaixo ele diz: "Conto com a compreensão de todos e celeridade...", ou seja: seja rápido!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Entendi. Eu li o *e-mail*. Eu entendi...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Então, a pergunta é nesse sentido...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - ... alguém pediu para que V. Sa. apressasse alguma coisa, agilizasse o processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, o que que acontece... Como a minha condição no ministério é de consultor - eu não sou servidor -, as minhas ações são subordinadas pelo meu chefe, o Luis Ricardo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - O seu chefe também pediu para você agilizar muito isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Então, o meu chefe é quem deve ter recebido as devidas pressões, mas ele nunca...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Sim, mas ele repassou para V. Sa. alguma...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, ele...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - V. Sa. percebeu que precisava ser urgente, alguma coisa?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. Ele sempre deixou muito bem claro que o processo deveria seguir o seu rito processual devido, que nenhuma etapa deveria ser pulada e que o processo deveria ser cumprido dentro dos moldes da lei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Certo.

Agora, a Sra. Regina deu a entender - e por isso que eu estou perguntando - quem verificou as correções feitas pela empresa Precisa. Por que razão a Madison Biotech ainda constava na terceira



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invoice? Quem autorizou? A fiscal do contrato não tinha que se pronunciar sobre a presença dessa empresa na terceira *invoice*? Por que a Divisão de Importação deu andamento no processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ela se pronunciou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Foi feito algum levantamento sobre essa empresa? Quem tinha essa responsabilidade?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ela se pronunciou, a fiscal do contrato se pronunciou quanto à continuidade do processo, estando a Madison figurando na *commercial invoice*.

Nós não consultamos empresas que estão discriminadas nos documentos. O que nós verificamos é se a empresa que está indicada na *invoice* é a mesma empresa que é citada no contrato. Nós não consultamos, não fazemos pesquisa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Mas ela deu a entender que a responsabilidade de aceitar ou não, no caso, por exemplo, dessa empresa que não estava no contrato, está na *invoice*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, ela até manifestou no *e-mail*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - ... é da importação. Ela diz isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Inclusive, aqui, posso dizer aqui ainda: "E afirma que estão providenciando uma declaração...", ela fala isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Já está aqui, ela se manifesta quanto a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Isso: ".... com este conteúdo, mas, como representantes e signatários, estariam de acordo". Eu pergunto aqui: caso a fiscal do contrato aceitasse as explicações da empresa, a Divisão de Importação simplesmente daria andamento ao processo ou poderia questionar essa decisão do fiscal? Porque é apenas uma declaração da empresa.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. No que me cabe, as minhas atribuições, as minhas responsabilidades as quais eu tento cumprir na minha área técnica, o meu papel é de analisar a documentação e, mediante anuência da área de fiscalização, providenciar o licenciamento. Se a área de fiscalização deu anuência, não tenho autonomia, nem poderia...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas ela diz, a Sra. Regina diz aqui que o William teria sido responsável pela declaração de importação, apesar das irregularidades dos contratos da pasta. Quer dizer, por isso que eu estou perguntando: a Divisão de Importação fez algum tipo de levantamento sobre essa empresa Precisa Medicamentos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não nos cabe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Divisão de Importação também aceitou a declaração da Precisa quanto à natureza jurídica?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não nos cabe aceitar essa declaração. O que nos cabe é detectar divergências, erros na *commercial invoice* e submeter à área de fiscalização e, após a anuência deles, dar seguimento ao processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas V. Sa. tem conhecimento, tem o contrato e tem a *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O que está no contrato não é o que está na *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A divisão chegou a discutir esse assunto com a fiscal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso foi questionado para fiscal, eu liguei para fiscal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Pedi que ela verificasse essa questão, ela verificou junto ao fornecedor, o fornecedor mandou um *e-mail*, ela até se manifesta favorável.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, mandou a declaração.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela responde direto para o fornecedor, dizendo que se manifesta favorável a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não houve nenhuma pressão com relação a esse ponto?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De tocar para frente, apesar dessa...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Submetido a mim, não, tendo em vista...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa., como consultor, entende que uma declaração da empresa é o suficiente, mesmo não estando no contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me cabe julgar. O que me cabe julgar é: eu tenho anuência da área de fiscalização pra dar prosseguimento ou não? Se eu não tiver anuência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas a fiscal está dizendo que a responsabilidade da continuidade é da importação, não é dela. Ela só levantou um ponto, que foi a questão da quantidade. Ela não falou, nenhum momento, sobre a questão...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu entendi a sua colocação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E vou submeter o material que eu trouxe ao senhor, o senhor vai ver as trocas de *e-mail*, e ela se manifesta junto ao fornecedor, que autoriza, aceita as justificativas que foram apresentadas, conforme *e-mail* a anexo, e, assim, ratificamos a autorização do prosseguimento do embarque da primeira parcela, só que ela solicita à empresa uma declaração de quem é a Madison. Isso não nos cabe...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem recebeu esse documento da Precisa dia 23 de março, terça-feira? Foi a a Regina?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Quem recebeu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem recebeu esse documento da Precisa, falando, essa declaração? A Divisão de Importação também aceitou essa declaração? Assim, você vai dizer que não tem, não entra nesse aspecto...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não nos cabe... Olha, eu não posso dizer o que cabe a ela.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem tinha o poder de vetar essa declaração, por exemplo, esse questionamento? Quem deveria ter vetado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, no âmbito das minhas atribuições, infelizmente, eu não saberia dizer. O que eu já afirmei... Eu não posso, inclusive, falar pela competência de outras áreas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei o que cabe à área de fiscalização, também não sei o que cabe à área de pagamento, eu sei o que cabe à Divisão de Importação: a análise da *commercial invoice* e, detectada qualquer divergência no contrato, o processo tem que ser submetido à área de fiscalização, cabendo a esta manifestar-se... Agora, não me compete...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Olha o que diz aqui a Sra. Regina..."No dia 24..." Ela disse assim:

No dia 24, a Divisão de Importação encaminhou um *e-mail* onde ele apresenta um *checklist* da *invoice*. Devo aqui esclarecer [ela dizendo] que quem faz a avaliação da conformidade da *invoice* é a Divisão de Importação. Não cabe à fiscal do contrato fazer avaliação do *checklist* do conteúdo da *invoice*. Eles me apresentaram... O técnico da Divisão de Importação me apresentou o relatório no *e-mail*. Nesse *checklist* que eles me passaram, ele apenas destacou um ponto divergente que foi a relação das 3 milhões de doses, que está diferente do que está no contrato, que é de 4 milhões. Apenas esse ponto. Ele me destacou apenas isso, porque é função da Divisão de Importação fazer essa análise. O Sr. William foi quem me descreveu o *e-mail*, porém quem é o chefe da Divisão de Importação é o Sr. Luis Ricardo. Nesse *e-mail*, foi colocado apenas acerca do quantitativo. A Divisão de Importação não apontou o problema da Madison Biotech.

Por quê? Houve alguma pressão para isso? Estou dizendo que ela disse que a responsabilidade era do...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. afirma que não... Porque aí ficou assim...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu só posso afirmar, pelas minhas competências, o que me cabe. O que me cabe é a análise da *commercial invoice*; se detectada alguma irregularidade, algum erro, alguma divergência, submeto o processo à área de fiscalização, cabendo a esta manifestar-se favorável ou não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Entendi.

Pois é, e ainda tem essa questão da parcela atrasada.

Bem, ela diz aqui: "Eu fui muito clara [ela diz] quando eu disse que eu aprovava o quantitativo, que foi o único item, o único ponto que ele me apontou".

Ela deu a entender que essa responsabilidade do...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu estou entendendo a sua pergunta. É porque eu não quero ficar nesse jogo de transfere responsabilidade, transfere responsabilidade...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, só perguntei: quem é que errou aqui? Esta é a pergunta, então: quem errou? Foi a Divisão de Importação ou foi o fiscal do contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que acontece? Eu não quero ficar nesse jogo de transfere responsabilidade, transfere responsabilidade...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – O senhor tem o *e-mail* do dia 24, encaminhado para a Regina?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Tenho o *e-mail*...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ali está claro que o senhor solicitou, disse que a oferta estava menor...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e vou disponibilizar para todo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, a sua pergunta, Izalci, está no *e-mail*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Está na apresentação, inclusive. Cadê o eslaide? Está no eslaide.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que ele encaminhou para a Regina dizendo que a primeira parcela estava atrasada oito dias.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Senadora, eu provoquei a área de fiscalização três vezes: na primeira...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu perguntei a ele: a Divisão de Importação não voltou a indagá-la sobre a Madison Biotech?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não, a partir do momento em que ela manifestou que a gente podia dar continuidade ao processo, não cabia mais nenhum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Você disse que ela pediu informações sobre quem era a Madison Biotech. Deram as informações?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eu liguei para ela e externei dois pontos. "Regina, nós recebemos a documentação. O quantitativo está a menor e figura uma terceira empresa no documento que não está citada". Eu liguei para ela, telefonei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É isso.
Presidente...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E ela...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só um pouquinho, porque está terminando o meu tempo, senão eu não consigo terminar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu lhe peço... Vou acrescentar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se V. Exa. permitir só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acrescentei dois minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ainda vou dizer que...

Aqui no final, ela diz ainda, a Regina: "Então, neste momento, a Divisão de Importação deveria ter me alertado que a *invoice* permanecia ainda com essa divergência". E nós conversamos sobre isto: corrigir o negócio de "antecipado". Na segunda vez, veio pagamento antecipado; na terceira, tiraram o "antecipado", mas continua essa questão. Então, ela diz aqui: "Mesmo assim, permanecia ainda com essa divergência. Se ele não me alertou, eu entendi que estava tudo certo". Então, ela está dizendo isso: se você não alertou, ela entendeu que estava certo.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi o seu questionamento. O que eu posso dizer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Divisão de Importação deveria insistir com a fiscal? V. Sa. está dizendo que ligou algumas vezes para ela sobre isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, sobre esse tema, uma única vez.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ela diz com relação a essa inconsistência. Então, você ligou para ela para...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Na hora que eu liguei, ela mandou imediatamente o *e-mail* para a empresa questionando quem era a Madison.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Divisão de Importação chegou a consultar a empresa Precisa sobre isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Não me cabia questionar a empresa Precisa. Cabia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E por que deixou o processo andar, então, com esse problema, se tinha esse problema?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O processo foi submetido à área de fiscalização, que manifestou-se favorável, de modo que eu dei prosseguimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas ela estava dizendo que a responsabilidade é da importação, não era dela.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Há uma troca de *e-mails*, Senador, onde se relata o que foi definido por cada um.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No *e-mail* está isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Somente a Divisão de Importação poderia paralisar o processo por conta dessa inconsistência envolvendo a Biotech...

Pelo menos estou falando, comparando com o depoimento da Regina, porque ela disse claramente que a responsabilidade de tudo isso é do Departamento de Importação, e que V. Sa., ou o departamento, poderia ter impedido isso até que se resolvesse. É o que diz aqui no depoimento.

Então, eu sei que tem os *e-mails* alertando, etc., mas eu quero dizer que na posição dela, ela diz que a responsabilidade é do Departamento de Importação.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Perfeito. Eu entendi a sua colocação, Senador. É porque não dá para a gente ficar naquele jogo de empurra-empurra. O que eu eu estou falando é, que no que me compete, nas minhas atribuições, analisei a documentação, constatei a divergência, submeti à área de fiscalização...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E o contrato, só para você ter uma ideia... O contrato foi assinado dia 25 de fevereiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - É a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, mas só deixa ele completar o raciocínio. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Bom, então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, vou acrescentar. Só deixa ele completar o raciocínio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - O.k.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Então, só para concluir: no que me concerne, nós recebemos a *commercial invoice*, fizemos os apontamentos, submetemos à área de fiscalização, e eles deram o parecer favorável. Ela não me disse que não podia constar essa informação na *invoice*, em momento algum. Pelo contrário, nós temos uma troca de *e-mails* onde ela responde para o fornecedor que aceita os termos dispostos e aguarda o cumprimento do item 2, que é a apresentação da declaração dizendo quem é a Madison.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - O.k. Só uma última colocação, Presidente.

Veja só: o contrato foi assinado dia 25 de fevereiro. O contrato previa que a primeira dose precisava... E ela coloca assim: "Está suspenso, não é? As primeiras doses precisavam chegar ao Brasil com 20 dias após a assinatura, portanto, dia 17 de março."

As doses tinham que estar no Brasil no dia 17 de março. Ela foi nomeada fiscal no dia 22 de março, quer dizer, depois. Como é que depois de descumprido o contrato, ela autoriza isso ainda?

E mais grave, ela recebeu, no dia 18 de março, antes da nomeação dela, um *e-mail*, aquele *e-mail* que V. Sa. mandou para ela como fiscal, solicitando a autorização de importação. Ela recebeu um pedido de um servidor para que autorizasse a importação antes de ser fiscal do contrato, porque ela não era. Ela só foi fiscal depois. Quem facilitou o contrato, aliás, quem fiscalizou esse contrato, no caso, entre o dia 25 de fevereiro e 22 de março? V. Sa. diz que não sabe.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não sei, não me cabe, porque eu fui provocado no dia 16, reiterado no dia 18, com a documentação, e submeti à área de fiscalização na mesma data, tendo ela me respondido somente após a nomeação dela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor conhece algum ato que pode, que ampara essa atitude dela de responder por um negócio de que ela não era fiscal ainda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, Sr. Senador, como o meu trabalho é na área de importação, eu não tenho como dizer as competências da área de fiscalização.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, alguém não fez. E aí a gente percebe claramente, que dia... Pelo *e-mail* do dia 16, fica claro. Com a anuência da Secretaria Executiva, ou seja, a Secretaria Executiva mandou fazer. É o que a gente percebe aqui.

Então, é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Izalci.

Só uma pergunta, William, que dia – não sei se a atribuição era sua –, mas que dia foi inserido no sistema a primeira *invoice*, no SEI?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Fui eu criei aquele SEI, fui eu que criei o SEI!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando você criou?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não consigo me recordar o dia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas foi logo após você ter recebido?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não consigo me recordar o dia, mas fui eu que criei aquele SEI com toda essa documentação. Inclusive, teve um momento em que eu parei de alimentar esse SEI, tamanha era a dificuldade da empresa de enviar a *invoice* correta. A gente tem uma preocupação de não poluir o SEI, ficar colocando documentos e documentos que contam a mesma história; a gente tenta não fazer isso. Então, chegou a um ponto em que eu parei de alimentar o SEI, porque nós já estávamos na terceira *invoice*, a terceira *invoice* ainda estava errada, quer dizer que seria necessária uma quarta *invoice*. E aí eu falei: "Não, vamos esperar a manifestação da Anvisa, conversei com o Luis, porque eu não tomo nenhuma atitude, eu não posso fazer nada sem a anuência do meu chefe imediato, lembrando que eu não sou um servidor, eu sou um consultor. Conversei com o Luis, e nós decidimos parar o processo e aguardar anuência da Anvisa, porque, se eu não me engano, estava perto da reunião da diretoria colegiada. Não consigo me acordar a data.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Só uma outra coisa pra ficar bem claro, sobre a Madison. A fiscal pediu as informações da Madison, da empresa. Ocorreu a resposta?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Você fala se a empresa enviou a declaração que ela pediu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - A empresa encaminhou uma declaração, a empresa enviou uma declaração.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Explicando que era a Madison?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Como era uma tratativa entre a área de fiscalização e o fornecedor, não me cabia interferir ou fazer qualquer explanação quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. William, seja bem-vindo aqui ao Senado Federal!

Eu queria fazer algumas observações aqui, pra situar esse fato, esse caso. Essa vacina vendida pela...

Só um minutinho, Sr. Presidente. Peço que conte, aqui, o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Está mantido o tempo; aliás, incluído e reposto, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu queria, como eu disse, tentar situar alguns aspectos aqui pra gente entender a complexidade dessa negociação. Primeiro, a vacina mais cara de todas que o Brasil comprou. Segundo, a vacina que tramitou entre as primeiras tratativas e a sua contratação aconteceu em tempo recorde, 97 dias; uma contratação que aconteceu antes da aprovação da utilização da vacina por parte da Anvisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa compra foi intermediada pela empresa Precisa, que, na verdade, tem uma formação acionária em que o Sr. Francisco Maximiano tem 1%, a Global tem mais de 90% e uma outra empresa tem uma parcela pequena. A Global é essa que já tinha aplicado um golpe no Ministério da Saúde, por ter vendido medicamentos de alto custo, não ter entregue e, mesmo assim, ter recebido uma quantia de R\$20 milhões.

Soma-se a isso o fato de que houve um tratamento todo diferenciado pela empresa: além de um telefonema direto do Presidente da República comunicando ao Primeiro-Ministro da Índia que essa vacina iria fazer parte do Programa Nacional de Imunizações, também o tratamento VIP que foi dado ao empresário e a...

Está havendo algum problema, Sr. Presidente? Está havendo algum problema?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra ao Senador. Eu peço pra suspender a contagem de tempo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu só quero saber se está havendo algum problema. *(Pausa.)*

Então, como eu estava dizendo, também inusitado o fato de que o empresário e proprietário dessa empresa e outros que o acompanhavam tiveram tratamento VIP por parte da Embaixada brasileira na Índia, inclusive acompanhando a reunião com os empresários e tal.

E tivemos depois, mais para frente, contrato assinado, a primeira entrega de doses desrespeitada em termos de contrato e, mesmo assim, a entrega de uma nota fiscal para pedir autorização para importação e, posteriormente, para recebimento dessa fatura no valor de US\$45 milhões, não é?

É importante lembrar também que, pelas informações correntes – e aqui foi mostrada uma ata de uma reunião acontecida no dia 20 de novembro –, essa vacina inicialmente teria sido oferecida ao Brasil no preço de US\$10 uma dose e, ao final, terminou com US\$15 uma dessas doses aí.

Pois bem, nessa questão da *invoice*, pra nós está muito claro que houve, na minha opinião, uma tentativa de "colar, colou". O próprio Sr. Max, durante aquele vídeo que ele fez para tentar substituir a sua presença aqui, ele diz que a primeira *invoice* só foi enviada ao ministério no dia 22 de março. Todos os depoentes que aqui apareceram, todos os documentos e todas as informações demonstram que isso não é verdadeiro. Isso aconteceu, em verdade, no dia 18.

Eu queria fazer algumas perguntas ao depoente.

Primeira: é comum que a empresa mande uma *invoice*, e que ela contenha muitos erros, e vá, e volte, e essas correções vão sendo feitas, ou essa é uma situação que é incomum?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não na quantidade de erros que foram apresentados. Mas é comum a gente receber *invoice* e pedirem para serem corrigidas, só que essa apresentava muito mais erros do que a média normal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Geralmente, quando esses erros são apresentados – e há correção –, há correção completa? Ou é comum persistirem ainda erros nessa *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. O que é que acontece? Se a *invoice*, se o fornecedor persistir no erro, aí eu provoco o fiscal do contrato, cabendo a ele tratar diretamente com o fornecedor, pedindo a correção e deixando claro que o processo de importação só seguirá se o documento tiver as devidas correções.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu entendo que durante esse processo todo, algumas coisas persistiram, não é? Ao final, depois de duas correções, a terceira *invoice* ainda continha incorreções, sendo que a principal delas é o fato de que uma empresa chamada Madison, que não fazia parte do contrato, não foi citada no contrato, nem como integrante do entendimento, nem como produtora e muito menos como recebedora dos recursos, essa empresa surge como aquela que vai receber o total daquele pagamento que, inclusive, é colocado na *invoice* como um pagamento antecipado.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quer dizer, não se pode nem falar de "antecipado", porque as doses não foram entregues, não é? Então, é um pagamento que para o qual não corresponde o cumprimento do contrato na parte da empresa de garantir que essas doses pudessem chegar ao nosso País – não aconteceu.

Pois bem, depois de tudo, ainda persiste a questão da empresa e do número de doses. Eu pergunto a V. Sa: a Sra. Regina – e aqui foi muito bem explorado pelo Senador Izalci –, de certa forma, jogou a responsabilidade para V. Sa.; eu queria entender melhor essa questão.

Para mim, o que está claro é o seguinte. Naquele documento que ela enviou, naquele *e-mail*, ela diz: "Dê continuidade ao processo de encaminhamento da *invoice* para a Anvisa, para ela proceder à licença de importação e à importação". E faz uma ressalva que, quanto ao item 2: "Nós procuraremos estabelecer...". Diante disso, o papel desse departamento era de efetivamente mandar diretamente já para a Anvisa, mesmo com essa ressalva? Ou deveria ter solicitado, mais uma vez, à fiscal do contrato que insistisse neste ponto relativo ao número de doses e à questão da empresa? – que seria aquela que receberia o pagamento dos US\$45 milhões? Eu lhe pergunto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Senador, como eu já havia externado, o meu papel é de receber a *commercial invoice*, realizar análise, e, esta apresentando alguma inconsistência, solicitar a devida correção. Caso não haja uma correção, submeter à área de fiscalização para que esta manifeste se será favorável ou não quanto ao segmento da importação. O processo foi submetido à área de fiscalização, que esta manifestou-se favorável. Por isso nós demos continuidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, no meu entendimento, apesar de ela ter tentado terceirizar a responsabilidade dela aqui, ela é a responsável pelo fato de esse *invoice* ter sido encaminhado à Anvisa, e, lá na Anvisa, não houve sequência pelo fato de que não havia a questão do registro – não é? – para que essa vacina pudesse ser efetivamente implementada.

Eu queria perguntar ao senhor... V. Sa. disse aqui que foi cobrado, em alguns momentos, por parte do Sr. Lial, que seria integrante do Departamento de Logística. Era comum essa cobrança dele em outros contratos ou o senhor considera que foi algo especial?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu havia dito, na minha condição de consultor, subordinado ao Luis Miranda, e respeitando a escala hierárquica, as cobranças iam diretamente para o chefe da Divisão de Importação. Havia momentos em que ele se preocupava com o andamento dos processos e procurava saber do andamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas isso era comum com outros processos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A gente tinha processo de importação de medicamentos de intubação orotraqueal que o nosso coordenador também, volta e meia, procurava saber como é que estava o andamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas me diga uma coisa: e com essa mesma frequência ou insistência em que aconteceu nesse caso? Porque eu quero saber o seguinte: o senhor notou algum interesse especial por parte desse cidadão nessa importação especificamente?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que que acontece? Como eu havia dito, o meu papel é só de analisar *invoice* e mandar emitir a licença de importação. Eu sou um dos subordinados ao Luis e, por conta da cadeia hierárquica, as cobranças iam diretamente para o Luis.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto a V. Sa., no caso dessas *invoices* que V. Sa. analisa – já foi perguntado aqui, mas eu quero reafirmar a pergunta –: é comum que uma empresa que não faz parte do contrato seja indicada como



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela que vai receber o pagamento pelo serviço prestado ou pelo serviço vendido ou pelo produto vendido ao Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Senador, eu não sou da área de pagamento, então, infelizmente, não tem como eu responder a esse questionamento seu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desculpe...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não sou da área de pagamento, eu sou da área da Divisão de Importação, então eu não participo dessa etapa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu não estou perguntando a V. Sa... Eu estou perguntando se é comum que *invoices* venham com empresas, venham com a indicação de empresas para...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não recordo de outra...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor não se recorda de nenhuma situação.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me recordo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quanto tempo o senhor já está lá nessa função?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Três anos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em três anos, o senhor não se recorda de nenhuma situação semelhante em que a empresa que tem o contrato, que assinou o contrato, ao final, sugira que o pagamento venha a ser feito a uma outra empresa que não era parte do contrato. É isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É, não me recordo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É esse o entendimento de V. Sa.

V. Sa. chegou a ouvir algum tipo de colocação, teve informação ou conversou com alguém que, de alguma forma, tenha se referido à possibilidade de existência de propina em pagamento no ministério e na troca de orientação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Com a minha pessoa, não. Com a minha pessoa, não. Comigo ninguém tratou disso, ninguém falou sobre isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Com a minha pessoa, não; com a minha pessoa, não. Comigo ninguém tratou disso, ninguém falou sobre isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) –
Perfeito.

Sr. Presidente, eu queria aqui concluir a minha fala. Eu acho que nós estamos realmente diante de um caso de extrema gravidade: a informação que S. Exa. o Relator deu aqui hoje de que já havia em programação, por meio de documento existente no processo, de uma demanda suplementar de 50 milhões de doses da Covaxin feitas a essa mesma empresa.

Eu entendo que isso tem que ser objeto do próprio julgamento, desta própria investigação que nós estamos fazendo aqui. Eu creio que nós temos diante de nós um caso de extremíssima gravidade, não somente pelo processo como um todo, mas pela estranheza dos atores, não é?

O relatório do Coaf, por exemplo, aponta uma movimentação totalmente atípica dessa empresa denominada Precisa. A empresa movimenta valores que são incompatíveis com o patrimônio que ela tem. Em quatro meses, ela movimentou R\$43,7 milhões, sendo que o faturamento anual dessa empresa é de 17 milhões. Esse relatório inclusive foi entregue aqui à CPI. No relatório, a empresa registra no CNPJ a atividade de apoio à gestão de saúde, no entanto, realizou diversos pagamentos a outras empresas que são do ramo imobiliário.

Sobre o proprietário, que tem 1% – tem 1% dessa empresa o Sr. Maximiano –, sobre ele é uma pessoa que declarou em 2020 uma fonte de renda em que teria recebido 52,2 mil e, no entanto, em uma de suas contas pessoais, ele chegou a movimentar quase R\$4 milhões em 2020, o ano da pandemia; em outra, mais 1,2 milhão. E tem gastos nos seus cartões de crédito completamente incompatíveis com quem tem essa receita.

E quero lembrar, por último, que essa empresa jamais, jamais, sob nenhuma hipótese, em nenhuma condição, poderia ser aceita para intermediar qualquer tipo de contratação no Ministério da Saúde, por ter aplicado com o nome de Global um golpe no Ministério da Saúde, uma venda de medicamentos de alto custo no valor de R\$20 milhões que não foi honrada, que não foi cumprida, medicamentos que não foram entregues. Catorze pessoas morreram por conta da interrupção desse fornecimento desse medicamento e recebeu R\$20 milhões do Ministério da Saúde.

Portanto, Sr. Presidente, eu entendo que aqui está a prova cabal de que o discurso que foi feito na campanha eleitoral, que foi feito durante todo esse tempo de Governo, de que este é um Governo em que não há corrupção, esse discurso cai por terra, e as evidências aqui são absolutamente claras de que isso existe e numa área gravíssima, que é a área da saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Humberto Costa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Senador Girão, pela ordem, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - O Senador Renan Calheiros, Relator desta Comissão, no início da sessão, falou da pesquisa da XP sobre a percepção da população com relação à CPI. Eu não tinha conhecimento dessa pesquisa. Nesse tempo aqui entre a oitiva, dei uma olhada, dei uma pesquisada aqui, e é interessante esse dado que o Senador Renan Calheiros omitiu. Olha que interessante, são dois dados aqui que me chamaram a atenção. Em maio, na primeira pesquisa que a gente tinha comentado, apurar ações e falhas do Governo Federal era 46% - e eu discordo disso aqui, porque eu acho que a gente tem que investigar - e caiu para 39%, talvez pela condução parcial que a população está vendo do Relator. Mas eu repito: acho que temos que investigar nesta Comissão.

Agora, o fato que mais me chamou a atenção - olha que detalhe interessante, e esta Comissão, Senador Renan Calheiros, pode dar a volta por cima se fizer isso, está nas nossas mãos -: antes, em maio, 28% da população achava que o foco deveria ser investigar desvios no uso de recursos por Estados e Municípios. Sabe quanto é agora? Subiu de 28% para 35%. É o que eu falo aqui desde o início desta CPI: equilibrar, investigar Governo Federal, mas investigar também os bilhões de reais enviados para Estados e Municípios. A Polícia Federal já disse aí, em 70 operações, que há casos assim gravíssimos, e que esta CPI não pode fechar os olhos.

Então, era só para fazer esse registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu só queria, assim, pedir a atenção dos colegas. Obviamente, eu tive a condescendência com o Senador Eduardo Girão, mas vamos, a partir de agora, acatar pela ordem relativo à ordem ou à inquirição dos dependentes para nós podermos chegar a termo e recolhermos todos os depoimentos... Perdão, e recolhermos todas as inquirições de todas as senhoras colegas e os senhores colegas Senadores até o final.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone Tebet, a senhora é a próxima inscrita.

Fique à vontade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Obrigada. Obrigada, Sr. Presidente.

Bom, como eu estou aqui, independentemente do que pensa a opinião pública, porque eu fiz um juramento constitucional... Aliás, quando exercemos o nosso mandato de amar a Constituição acima de qualquer posicionamento partidário e ideológico e querer buscar a verdade, é importante apenas, na linha do Senador Eduardo Girão, fazer aqui uma contribuição.

Acho que esta CPI pode, sim, na linha de investigação de Estados e Municípios, solicitar dos Estados onde já existam, nos órgãos de fiscalização e controle, ações ou denúncias para que esses documentos possam constar também do relatório final do Senador Renan Calheiros, como uma forma também de contribuir, porque muitas daquelas investigações em nível estadual, como envolvem dinheiro federal, podem ser encaminhadas ao Ministério Público Federal pra que possam ser investigadas e, obviamente, os possíveis indiciados possam depois sofrer as penalidades criminais e cíveis, se assim entender a Justiça.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. William, eu gostaria de agradecer imensamente a presença do senhor.

Vou aguardar aqui o Presidente chegar, e a gente começa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A gente devolve a Presidência aqui para o seu titular.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Se puderem repor o meu tempo, por favor.

Presidente Omar Aziz, Sras. e Srs. Senadores, Sr. William, embora nós estejamos aqui tratando de uma questão muito pontual com o senhor - e está muito claro qual é o papel do consultor técnico da Opas no Ministério da Saúde em relação aos contratos, que é análise das *invoices* -, eu acho muito importante a gente repor um pouquinho e iniciarmos todo o processo da Covaxin.

Sr. Presidente, eu passei, desde sexta passada... Fiquei três dias, inclusive final de semana, analisando esse processo e tive a maior dificuldade de juntar os quebra-cabeças, porque nós não temos documentação dentro da CPI. Estou falando, obviamente, das documentações públicas, porque eu não tenho direito às sigilas.

Sei que V. Exa. já fez a solicitação, reiterou o pedido junto ao Ministério da Saúde. Eu gostaria de propor aqui aos membros da Comissão se não seria o caso de requisitar esses documentos dentro do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde, porque não é possível nós trabalharmos dessa forma. Nós somos Senadores da República; temos uma série de atribuições; estamos aqui nos debruçando horas a fio; o Relator tendo que extrair das testemunhas, muitas vezes, dados que os documentos do Ministério da Saúde poderiam se fazer esclarecer. Então, eu gostaria realmente de requisitar, porque, de novo, hoje já é sexta-feira, portanto tem uma semana que eu estou debruçada no contrato da Covaxin, e eu continuo tendo dificuldade de juntar essas peças. Eu vou ter que perder tempo falando com o Sr. William, tentando unir essas peças, porque os documentos não chegam.

Inclusive, Sr. Presidente, algo que é fundamental, que é esse primeiro *invoice*, que chegou no *inbox*, a que só alguns tiveram acesso na nuvem, que já deve ter sido apagado e que, depois, segundo a informação agora, o Sr. William tem a partir apenas, pelo consta aqui, do dia 22.

Então, eu gostaria de começar com esse ponto.

Sr. William, depois de eu ter apresentado uma série de irregularidades em relação ao segundo e terceiro *invoices* que chegaram as nossas mãos, uma banca advocatícia de renome – e eu reconheço a capacidade desta banca de advogados associados –, na sua defesa, enviou para esta Comissão um documento dizendo e confirmando que as três versões das *invoices* são verdadeiras, à luz do que o senhor disse e alguns outros que aqui estiveram também, mas contradizendo a fala do ex-Ministro Onyx, que disse categoricamente que a primeira *invoice* não existia.

Pois bem, independentemente da data – eu não quero saber se esse documento chegou ou não à mão do Presidente da República; se houve prevaricação de quem quer que seja, isso a CPI vai investigar; eu quero entender o contrato da Covaxin –, esse *invoice*, esse primeiro *invoice* que o senhor apresentou, que diz que é verdadeiro, o Ministro Onyx disse que não é.

O Relator pediu para que eu pudesse colocar aqui para que nós pudéssemos, já que não temos o original, confrontar. E eu gostaria de passar, portanto, apenas para que o senhor possa confirmar se o segundo é aquele que o senhor entregou agora. É preciso que isso seja declarado no microfone para que as coisas fiquem claras. Eu tenho que perder o tempo aqui, mas é necessário, a pedido do Relator.

Por favor.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obviamente que aqui não dá... *(Pausa.)*

Tirou? Não tem condições de voltar? *(Pausa.)*

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esse documento foi o documento que, depois, a mídia – já que o Ministro Onyx pediu para ampliar e fotografar –, a mídia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgou, e eu tirei uma cópia desse documento. O documento que o Ministro diz que é falso eu tenho aqui na minha mão e é o mesmo documento, a princípio, que este que o senhor apresentou e que agora estou destacando.

Então, veja: está comprovado, num primeiro momento, tanto pelo senhor quanto pelo escritório de advocacia que defende a Precisa e a Madison que existem três *invoices*, e hoje o senhor está trazendo um documento que bate com o documento que eu tenho, que comprova que o documento é original. Portanto, aquele documento não é falso. Isso é importante para o nosso processo.

Vamos seguir.

A segunda e terceira *invoices*, que o senhor disse que tem uma série de irregularidades, ela também consta ainda no documento como pró-forma. O senhor havia explicado o que era um pró-forma. Eu gostaria que o senhor pudesse rapidamente repetir, por favor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Como eu havia dito anteriormente, o pró-forma é um *draft*, seria um pré-documento, um esboço do documento que, de fato, será emitido para a liberação da carga na alfândega. O que que acontece... Muitos fornecedores, muitos fabricantes só emitem uma *invoice* depois que têm as devidas autorizações e garantias do país que vai fazer a importação. Então, eles mandam uma pró-forma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Portanto, o primeiro documento é uma nota fiscal provisória. Ela não tem valor. Ela tem nome de quem compra, nome de quem está vendendo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... nome do representante na forma sumária, nas condições de forma de pagamento, etc.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois bem.

A segunda e a terceira *invoices*, embora continuem como pró-forma, têm todas as características de uma *commercial invoice*. O senhor poderia dizer qual é a diferença entre uma pró-forma, se o senhor lembrar?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É como eu disse: se é pró-forma, ainda é um *draft*, ainda é um pré-documento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas é a *commercial* que consta na *commercial invoice*?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Exatamente: ele é um esboço da nota fiscal, que é a *invoice*.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, a pró-forma. E a *commercial invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É a nota fiscal definitiva.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Definitiva.

Chegou às suas mãos essa nota?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, essa não chegou não. Só recebi a pró-forma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois bem.

O que eles chamam de pró-forma na segunda e na terceira – se puder passar o vídeo... a foto –, com todos os erros, tem todas as características de uma *commercial form*, inclusive o *swift code*, que é o código universal tão necessário para emitir o pagamento...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, quando a defesa fala que eram meras notas fiscais provisórias, por que que essa nota fiscal provisória tem todas as características de uma nota fiscal definitiva, inclusive com o código e com tantos erros?

Isso só comprova, Sr. William, que, diante desses detalhes – eu tenho muitos aqui, mas eu não tenho tempo e eu não quero tomar todo o tempo desta Comissão, Sr. Presidente. Eu queria apenas, para deixar muito claro, porque a imprensa fica assim: "Mas por que que isso é importante, por que que aquilo é importante?" Eu queria, rapidamente, deixar muito claro o seguinte: eu estou diante de um contrato bilionário, de um 1,6 bilhão. Um contrato que foi assinado em fevereiro, quando não havia lei permitindo. No Direito Público, o servidor público ou qualquer um ou ministro de Estado não pode fazer nada que a lei não permita.

Nós estamos diante de um contrato ilegal, que tinha que ser rasgado e não assinado, que foi assinado sem a autorização da Anvisa, sem a autorização de lei que permitiria que a autoridade sanitária indiana pudesse suprir a ausência da autorização sanitária brasileira, porque a lei que permitiu isso só aconteceu em março, depois de uma emenda do Deputado Federal, Líder do Governo, Ricardo Miranda. Nós temos um contrato que, apesar de toda essa irregularidade...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ricardo Barros!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tratava de uma vacina que não tinha comprovação científica.

Eu não sei, Relator, se nós estávamos diante de uma vacina que iria para o braço dos brasileiros com eficácia ou se nós estávamos falando de um mero soro fisiológico.

Mais do que isso, de tudo que foi analisado – e falta comprovação oficial –, segundo a informação que me chegou, havia parecer técnico-jurídico do Ministério da Saúde, numa matriz de risco, com uma série de considerações: temperatura da vacina, eficácia da vacina. A própria Anvisa, na comparação, dizia – é a informação que me chegou – que a vacina não poderia ser aplicada em pessoas acima de 60 anos – precisa ser investigado se isso é verdade; eu não sei –, não poderia ser aplicada em menores de 18 anos, não poderia ser aplicada em grávidas, não poderia ser aplicada em puérperas, não poderia ser aplicada em adultos que tenham comorbidade. O que é comorbidade, Ministro Humberto Costa? É diabete, problema de coração, hipertensão, obesidade mórbida, obesidade? Se ela não pode ser aplicada em ninguém que precisava tomar a vacina – isso tudo é um ponto interrogação, porque nós não temos o processo na nossa mão –, como é que o Governo Federal abre mão de comprar a vacina da Pfizer, assina um contrato ilegal de R\$1,6 bilhão?

E, no meio do processo, que é o que vem aqui – eu não vou tomar o tempo de ninguém; apenas mostrem de novo a imagem do segundo e terceiro *invoice* –, apresentam uma nota que, a princípio, tem cara, cheiro, característica de uma nota editada, falsificada, com uma série de irregularidades, não só em inglês – e não é disso que nós estamos falando, da forma, mas é em relação ao conteúdo. No meio dessa nota, ainda colocaram mais US\$900 mil, quase US\$1 milhão, Senador Flávio Bolsonaro. Portanto, R\$5 milhões que não estavam no contrato iam parar na Madison, em Singapura, no paraíso fiscal. Ia ser, talvez – estamos no campo da hipótese –, uma forma de se pagar propina, de se lavar dinheiro.

Então, é disso que nós estamos falando, para quem está nos assistindo e às vezes mandando mensagem, para entender porque nós temos sendo detalhistas. Nós estamos sendo detalhistas, Senador Omar Aziz, porque esta CPI está sendo boicotada pelo Ministério da Saúde. E, da mesma forma como nós somos duros com alguns, com algumas testemunhas que vêm aqui e não falam a verdade, nós temos que cumprir o rigor da lei para as autoridades públicas do País, especialmente o Ministério da Saúde. Ou requisitamos o contrato da Covaxin, com todas as informações, até para que possamos pedir desculpas, se for o caso, ou nós não podemos mais avançar no contrato da Covaxin.

Nós vamos convidar ou convocar a Emanuela, na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acabei de... Eu assinei um documento encaminhado ao Ministério da Saúde, solicitando documentos que ainda faltam ser entregues, mas há uma má vontade, realmente, do Dr. Queiroga, que veio aqui e se escusou de falar a verdade. O processo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, a documentação em relação à Precisa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Chegou hoje, às 10 horas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ...acabou de chegar, hoje, às 10h40. Inclusive, quando V. Exa. não estava na Presidência, nós voltamos a requerer e, inclusive, destacamos os termos da lei e a responsabilidade pela qual...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado. Mas deixe todas as informações...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... poderia responder o Sr. Ministro. E, em seguida, a documentação chegou, às 10h40.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - As informações que foram solicitadas não foram atendidas. É para a gente fazer o pedido.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, como eu disse, eu me debrucei sobre todo o processo e vi uma série de irregularidades, que vou deixar para terça-feira que vem. Obviamente, não quero ocupar o tempo de todos.

Mas eu gostaria de invocar novamente um Senador da República, talvez um dos maiores homens públicos que tenha passado por esta Casa, com quem, acredito, os senhores tenham tido a oportunidade de conviver - talvez o Senador Renan Calheiros -, que foi o saudoso Senador Mário Covas. Embora engenheiro... Por ser engenheiro, ele dizia que só sabia ler o que estava escrito. Pois bem, eu li o que estava escrito aqui. Esse contrato não tem nada de legal, não tem nada de eficaz, é um contrato ilegal. As notas todas aqui, inclusive notas de empenho, e todos os *invoices* aqui têm cheiro, têm cara, têm característica de montagem, o que significa que esse contrato, além de ilegal, é imoral.

Havia um núcleo ou há um núcleo de "propinoduto" dentro do Ministério da Saúde que precisa ser investigado por esta CPI. Por isso, faço minhas as palavras do Senador Renan. Há uma autoridade máxima deste País que disse que não se importava com esta CPI, que estava... Não sei qual foi o termo que utilizou para esta CPI. Naquele momento, eu me coloquei no lugar dos milhões de familiares que perderam os seus entes queridos, afinal são mais de meio milhão de mortes. Se a autoridade máxima deste País não está se importando com essas famílias, nós da CPI estamos.

Então, no meu minuto final, eu não vou falar, eu apenas peço, em nome dessas pessoas, um minuto de silêncio.

Obrigada Sr. Presidente.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Girão, com a palavra, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Omar Aziz.

Eu queria iniciar a minha fala, só informando à Senadora Simone Tebet, minha irmã, que informações nós já solicitamos a Estados e Municípios há muito tempo. Eu acho que chegou a hora de esta CPI encarar – eu acho que a gente tem que ser muito assertivo com relação a isso – tipo uma alternância: chama alguém do Governo Federal, alguém de Estados e Municípios.

Nós temos aqui, Senadora Simone, um caso... Por onde eu ando no Nordeste... Já transcendeu o Nordeste, já transcendeu! Estive com um colega seu, o Senador Pedro Simon, lá em Porto Alegre, duas semanas atrás, e fui passear, fui caminhar no domingo na cidade, e as pessoas já dizem: "E o Consórcio Nordeste?". A gente veio a descobrir agora, na semana passada, que o Consórcio Nordeste não é mais Consórcio Nordeste, Senador Jorginho. Ele já transcendeu, já tem uma ponta em Araraquara, São Paulo. Uma parte desses respiradores do povo nordestino, que não os recebeu, foi parar lá, ia parar em Araraquara, coincidentemente uma Prefeitura que é administrada por ex-ministros de governos anteriores. E já tem um ex-ministro também, o Carlos Gabas... Esta Comissão votou para ele não vir, mas foi democrático, votamos; pautamos e votamos. Ele é ex-ministro também e é o Diretor Executivo desse Consórcio Nordeste, que – o colega trouxe mais cedo aqui, o Senador Humberto – comprou vacina mais barata que o Governo Federal. Trouxe essa informação, os dados vazados. Dados sigilosos, inclusive, foram vazados, não sei como. Mas é interessante esse dado, porque talvez seja mais um motivo para a gente trazer o Consórcio Nordeste aqui, para ele mostrar a seriedade dele, para trazer como é que fez essa negociação. E, se tiver que responsabilizar o Governo Federal, vamos responsabilizar por ter comprado mais cara essa vacina Sputnik. Mas espero que o Consórcio Nordeste tenha acertado pelo menos uma, porque esta CPI precisa ir atrás disso, e chegou a hora de convocações aqui.

Mas vamos lá! Eu queria fazer algumas perguntas.

Em primeiro lugar, peço desculpas ao Sr. William. Seja bem-vindo a esta Comissão! O senhor tem colaborado muito com a gente desde o início. Eu queria lhe perguntar se o Sr. Luis Ricardo Miranda reportou ao senhor, de alguma forma, alguma pressão atípica relativa à vacina Covaxin.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Ele comentou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele comentou com o senhor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, ele comentou, mas, como as minhas atribuições, as minhas atividades são muito focadas, o meu dia é muito corrido, eu sempre procurei focar o meu trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Que tipo de pressão ele comentou com o senhor? Quem é que estava fazendo pressão nele? Era para liberar mais rápido?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu tentei não entrar no mérito da questão. Ele apenas comentou que estava sendo cobrado, mas que eu seguisse o processo de maneira lícita...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - O Roberto Dias pressionou o Luis Miranda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Não, ele não me falou nomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não te falou?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Falou que pressionou, mas não falou o nome de ninguém?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, ele disse que estava sendo cobrado, pressionado, perguntava como estava o andamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas como é essa conversa? Está sendo pressionado e não fala o nome de ninguém?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. O que é que acontece? Como eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não, amigo! Quando a gente diz que está sendo pressionado, num bate-papo de dois amigos, "olha, o Flávio Bolsonaro está me pressionando", como é essa conversa? É um negócio que vem do céu? "Olha, pressionou!" Quem é que está pressionando? É um espírito? Quem é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, a chefia dele. A chefia dele!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem é a chefia dele?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ele era subordinado ao Coordenador-Geral...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual é a chefia dele, o nome da pessoa, amigo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Era subordinado, na época, ao Alex Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Alex Marinho. Quem é Alex Marinho?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Era o Coordenador-Geral de...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas o Alex Marinho é o quê? É advogado, é engenheiro, é o quê?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não sei a formação dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você não sabe a formação?

Quem é Alex Marinho? Procurem saber quem é Alex Marinho, por favor.

O Alex Marinho é que pressionava o Luis Miranda? É isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, mas o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, amigo, eu estou te fazendo... Estou só querendo ajudar, porque esta conversinha "olha, eu só estou"... Aqui veio a Regina Célia: "Eu só cuido do meu lugar. Olha, eu só cuido...". Mas vocês são muito ciosos, como servidores públicos, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus, como são ciosos na sua função!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, ele não é servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não interessa! Mas está lá dentro. Está lá dentro! E está ainda num órgão que merece ter credibilidade, mas que tem que ter toda a transparência do que acontece. Mas ele é amigo, conhece o Luis Miranda. Não o conhece?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - É o meu chefe imediato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É o chefe dele. Está bom? Então, se é o chefe dele, tem uma relação com ele.

O Senador Eduardo Girão está perguntando: foi pressionado? "Não, não sei." Foi ou não foi? Por quem? "Ah, não sei! Ah, por Alex Miranda!"

Amigo, por favor, nos responda as perguntas objetivamente. A sua função... Eu sei que você é um cara cioso, porque, desde quando começou: "Eu só me atendo a isso, eu só me atendo àquilo". É um cara que tem que receber um prêmio como funcionário público ideal. Por favor, responda ao Senador Eduardo Girão, porque o que nós queremos saber aqui é quem não presta; ninguém está te acusando. Isto aqui... O interesse de todos nós aqui é saber... Quem não presta tem que sair fora!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) - Então, só pra entender, Sr. William, quer dizer que o Sr. Luis Carlos Miranda...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) - Luis Ricardo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Luis Ricardo Miranda comentou com o senhor que estava sofrendo pressão?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sim, ele comentou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E o senhor subentende que seja o chefe dele...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... que o pressionou.

Então, eu acho, Senador Presidente Omar Aziz, que cabe aqui a necessidade, Renan Calheiros, Senador Renan Calheiros, de trazer esse chefe do Luis Miranda aqui, que é o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - O senhor sabe o nome do chefe?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Marinho. O chefe do Luis Miranda é o... Como é o nome dele?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Alex...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Alex...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Lial Marinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... Lial Marinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu acho importante que a gente possa trazê-lo a esta Comissão.

Outra pergunta: o senhor conhece o Deputado Luis Miranda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Nunca tive o prazer de conhecer pessoalmente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Nunca teve nenhum contato com ele?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, eu cheguei a ver uma vez o Luis no gabinete dele, mas era um dia que estava bastante corrido, e eu não cheguei a conhecer...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor diz "prazer" por quê? O senhor admira o trabalho dele?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu admiro todos vocês, Senadores, Deputados, nossos governantes. Entendeu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor tinha conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, você é diferente.

O Presidente disse que eu nasci "naquele lugar". Eu não sei... Eu vou mandar uma carta perguntando em qual lugar eu nasci. Hoje de manhã, o Presidente, lá no hábitat, disse: "Olha, esse Senador aí, quem votar nele é um idiota, um imbecil, sei lá o quê, ignorante, que nasceu naquele lugar".

Olha, eu nasci da minha mãe, e minha mãe é uma santa, Presidente. Não vá fazer... Não vá pensar que eu nasci em um lugar que não seja minha mãe. A única coisa de que a pessoa tem certeza é a mãe, se é filho dela; do resto a gente não sabe! Eu nasci, Presidente, da Dona Delphina Aziz, que já é falecida, que deu nome ao hospital de referência no Estado do Amazonas chamado Delphina Aziz. E me orgulha muito ter construído aquele hospital! Então, não nasci "naquele lugar"! "Nasceu naquele lugar." Às vezes, o Presidente se excede, e é normal. Mas eu também tenho que dizer onde eu nasci: eu nasci da minha mãe, da Dona Delphina Aziz.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor tinha conhecimento, Sr. William, da conversa do Sr. Luis Ricardo e do seu irmão, o Deputado Luis Miranda, com o Presidente da República?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Tomei conhecimento pela imprensa.

Eu tento, com o Luis, ter uma relação muito focada no trabalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Profissional?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu já tive experiência... Quando a gente se aproxima muito da pessoa, a gente acaba sendo prejudicado. Tem um ditado que diz que "onde se ganha o pão, não se come a carne". Então, eu tendo a ficar mais focado no meu trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Então, ele não comentou absolutamente nada com relação a esse encontro que teve no dia 20 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, que eu me recordasse.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Este assunto, o contrato da Covaxin e a...

Eu peço só um pouquinho de silêncio aí, Presidente. Por favor, colegas!

Agradeço.

Este assunto, o contrato da Covaxin e as supostas pressões atípicas eram do conhecimento dos demais integrantes da Divisão de Importação? Era um assunto debatido nas atividades cotidianas?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Nós começamos a comentar depois que começaram a surgir as denúncias na CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Como? Não ouvi. Perdão.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Assim, internamente a gente comentava sobre isso, quando começaram as denúncias na CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, não, eu estou falando antes mesmo da CPI: se, em algum momento, esse contrato da Covaxin e as supostas pressões atípicas eram do conhecimento dos demais integrantes da Divisão de Importação, da divisão de que o senhor fazia parte. Era um assunto debatido nas atividades cotidianas?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Em algum momento, o Sr. Luis Ricardo debateu com os integrantes da Divisão de Importação a situação do contrato da Covaxin, ou seja, como chefe da divisão, que ele dividiu com vocês, se ele dividiu com vocês as preocupações com essas supostas pressões atípicas?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, o que que ele nos pediu é que o processo deveria seguir o seu trâmite normal, respeitando a legalidade, impessoalidade, razoabilidade, moralidade, publicidade. Foi a orientação que nós recebemos dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Este processo e qualquer, tudo que foi conduzido na Divisão de Importação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para ter uma noção, de quantos processos o senhor participa, assim, ao longo de um ano? Só para ter uma noção do volume de trabalho, porque o Senador Jorginho sempre fala aqui da reforma, da necessidade da reforma administrativa.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que acontece? Antes da pandemia, eu tinha uma atividade muito pontual, acompanhava os processos dos contratos, eram em média 18, 20. Com a pandemia, eu passei a acompanhar os processos afetos também aos insumos da Covid; então nós estamos falando de 60.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sessenta, no período da pandemia?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, isso é o que eu tenho na minha caixa hoje, porque você vai concluindo um, mas vai chegando outro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sessenta em atividade, podemos dizer assim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso. A média é esta: 60 em atividade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No seu depoimento, a Sra. Regina Célia, fiscal do contrato, afirmou: "No *e-mail* seguinte, eu respondo a esse *e-mail*...". Isso abre aspas dela, tá?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela dizendo:

No *e-mail* seguinte, eu respondo a esse *e-mail* da Divisão de Importação, onde eu coloquei da seguinte forma, [vou ler para os senhores; aí são as aspas das aspas]: "Relativo ao quantitativo ofertado, estará menor que o compromisso firmado, informamos que as justificativas foram apresentadas pela empresa e aprovadas pela fiscal do contrato, conforme *e-mail* em anexo. Assim, ratificamos a autorização de prosseguimento dos procedimentos de embarque da primeira parcela". [Fecha aspas e ela continua].
Eu fui muito clara quando eu disse que eu aprovava o quantitativo, que foi o único item, o único ponto que ele me apontou aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. William, fica clara a posição da fiscal de contrato relativa ao quantitativo de vacinas. Houve algum outro problema além da alteração do quantitativo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu provoquei a equipe de fiscalização em três pontos específicos, inclusive em três momentos. Dada a insegurança, pedi mais de um, fiz mais de um pedido de autorização para dar continuidade: quanto ao quantitativo, quanto à data de entrega - quanto ao prazo, que estava atrasado, a data de entrega - e quanto à participação da Madison na figura da *proforma invoice*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E com referência a esse *e-mail*, ainda, da Sra. Regina Célia, o senhor mostrou ao Sr. Luis Ricardo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O que é que foi debatido entre vocês?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Que ela estava concordando. Ela, inclusive, reforça com o fornecedor que aguarda a entrega da declaração citada no item 2 e que, no entendimento, poderia dar continuidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito, perfeito.

Eu lhe agradeço a resposta objetiva.

Presidente, eu reforço aqui, mais uma vez, que na próxima semana o senhor possa convocar, qualquer dia da semana, para que venha... É o requerimento que a gente já aprovou em conjunto aqui, que é do Ministro Wagner Rosário, da CGU. Ele pode trazer muitas... Ele diz que quer vir - olha que bacana! Ele quer vir à CPI para trazer dados sobre desvios em Estados e Municípios: 53 operações foram feitas. Então, lhe peço, assim como a votação, também, do Consórcio Nordeste, porque aí o senhor começa a olhar o requerimento assinado por 45 Senadores da República que deu origem também a esta CPI.

Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Girão, obrigado pela participação.

O Senador Eduardo Girão...

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ia sugerir a esta Comissão, Sr. Presidente, para requisitar o contrato da Precisa, mas como ele já chegou, eu queria fazer uma sugestão para que, além dos contratos, tanto do Ministério da Saúde, como da Precisa e de todas as *invoices*, as versões, inclusive a cadeia de custódia, que esses documentos fossem submetidos a exame pericial pela Polícia Federal, porque eu acho que vai ser de grande importância.

Aqui também quero agradecer a deferência do Senador Randolfe por ter oportunizado a minha fala, porque vou ter que me ausentar, num voo, daqui a um pouco. E quero agradecer também ao Sr. William, por gentileza, por estar aqui colaborando.

Quando eu ouço falar em reforma administrativa, eu fico muito preocupado, não é? Então eu queria deixar um recado para a população brasileira: não se preocupe se privatizarem todas as estatais, se demitirem os servidores públicos, porque os donos do Itaú, do Bradesco, do Santander, da Vale, da Ambev, da Havan, todas as grandes empresas vão cuidar muito bem da população brasileira – para não dizer ao contrário –, porque foi graças a uma denúncia de um servidor público efetivo do Ministério da Saúde é que nós estamos aqui nos debruçando sobre possível irregularidade no contrato da Covaxin.

E aqui eu quero, mais uma vez, enaltecer o comparecimento de V. Sa., Sr. William, aqui. Espero que o senhor seja extremamente sincero, nos questionamentos que eu vou fazer a V. Sa.

V. Sa. revisou diversas *invoices* no período em que esteve no Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Muitas. Eu não saberia dizer quantas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muitas.

O senhor se recorda ter visto alguma outra *invoice* em que a forma de pagamento era diferente daquela estabelecida no contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Veja bem, o senhor revisou...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me recordo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor revisou várias *invoices*. Então, o senhor não se lembra de ter visto uma forma de pagamento que era diferente daquela estabelecida no contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Pode ter acontecido, mas eu não me recordo. Eu estou puxando aqui da memória...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso não é comum? Não era comum?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Nesses dez anos, eu não me recordo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tá.

O senhor se recorda ter visto alguma outra *invoice* em que a empresa que consta para o pagamento não era a mesma que firmou o contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Também não me recordo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, é muito grave: se o senhor lida com *invoice* e o senhor não se recorda de que isso era um fato corriqueiro, nesse contrato era muito suspeito.

Era comum *invoice* com erros de inglês?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Quando nós... Quando eu, no que me cabe analisar a *invoice*, eu vejo pontos específicos, não me cabe analisar a linguagem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... que estava escrita a língua, até porque a gente recebe *invoice* em inglês, em alemão, em francês, de acordo com o país onde ela originou.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor consegue estimar quantas vezes V. Sa. viu algum tipo de erro ao longo de sua experiência profissional?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Em *proforma invoice*?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não consigo. São muitos...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tá.

Em algum momento o senhor suspeitou de que não se tratava de erros formais na *invoice*, mas, sim, de inconsistências intencionais com objetivo de fraudar o Governo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Senador, não me cabe esse tipo de julgo. Eu faço a análise e, se eu vejo um erro, eu peço a correção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, mas o senhor analisa um erro formal e um erro de inconsistência...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Entendi! A resposta é "não"!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – "Não", não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nessas inconsistências, o senhor relatava esses erros ao seu superior?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Todos. Ele estava presente em toda a análise, ele acompanhava...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Há quanto tempo o senhor é subordinado do Sr. Luis Ricardo Miranda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Três anos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nesse período, o senhor teve alguma justificativa para duvidar da integridade desse servidor público efetivo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Nenhuma, nenhuma.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor o considera um exímio, um excelente servidor público?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Considero ele um excelente servidor...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Que ele cumpre os princípios que regem a administração pública expressos no art.37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ao que eu vejo, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, não é?

O senhor detalhou que é um consultor da Opas, no ministério.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso significa que o senhor não tem estabilidade, correto?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Correto. Não tenho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Em algum momento, o senhor teve medo de ser demitido caso não cumprisse uma ordem de superior hierárquico? O senhor está aqui com o compromisso de dizer a verdade, não é, senhor?!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi, eu entendi, entendi.

Medo a gente sempre tem de ser dispensado, porque nós não somos servidores. O que garante a nossa empregabilidade é a nossa competência, é a nossa eficiência, é a nossa distinção, o nosso comprometimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Em razão disso, o senhor já foi alvo de qualquer tipo de pressão para que tivesse seu contrato renovado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, até o presente momento, não!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A falta da estabilidade afeta a sua segurança ao reportar indícios de corrupção?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, isso de modo algum! Isso é uma questão de caráter, e, se você está diante de algo errado, você tem a obrigação legal e moral de denunciar. Se você se omite disso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito! Claro, mesmo porque não tem nenhum ordenamento jurídico que não seja sedimentado se não for em cima de um comportamento ético e moral? Não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Exatamente. Se você não denuncia, logo você está sendo conivente, então, você reage passivamente naquele ato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito! Correto! Correto!

Os representantes da empresa Precisa lhe enviaram mensagens por outros meios além do *e-mail*, como aplicativos de mensagem WhatsApp?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, de modo algum! Eu não tenho nenhum contato deles. Todo contato com a empresa foi por meios institucionais, o *e-mail* oficial do ministério. E, quando eu precisei telefonar, eu o fiz do telefone da minha mesa, no viva-voz.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A *Folha de S.Paulo* relatou hoje que uma outra empresa, desta vez dos Emirados Árabes, a Envixia Pharmaceuticals, desempenharia um papel de intermediação na contratação da Covaxin. O senhor viu alguma referência a essa empresa ou a qualquer outra empresa na documentação envolvendo esse contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Qual o nome da empresa?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É uma dos Emirados Árabes, Envixia.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Para além de identificar os responsáveis por esquema de corrupção, acredito também que é responsabilidade desta CPI identificar o fracasso dos esforços do Ministério da Saúde institucionalmente em prevenir esse tipo de esquema de desvio.

O Brasil teve medo de ser demitido... Desculpa, o Brasil teve medo de estar enfrentando um verdadeiro desastre humanitário e não foram instituídos mecanismos necessários para evitar fraudes e corrupção na contratação de vacinas.

O Ministério da Saúde possuiu uma Diretoria de Integridade, correto?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Possui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor tem conhecimento de alguma medida adotada por essa diretoria para reduzir os riscos de corrupção nas contratações realizadas no ministério?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me recordo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não se recorda de nenhuma medida que essa diretoria adota? Porque, se você tem um Diretoria de Integridade...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, com certeza, ela adota medidas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas o senhor desconhece?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Mas, assim, eu não tenho tempo para essas coisas. Eu nunca parei para poder observar, mas existe uma Diretoria de Integridade e, com certeza, ela sempre apresenta propostas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ao longo do seu período trabalhando no Ministério da Saúde, o senhor passou por algum tipo de treinamento com *compliance*, integridade, etc.? O senhor passou por algum treinamento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. O senhor fala de...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Treinamento para lidar com *compliance*, integridade, como lidar com esses...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Não que eu me recorde.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não lhe parece que seria mais adequado que essa área apoiasse os demais setores do ministério, especialmente nesse tipo de contratação direta, sem licitação, que acarreta naturalmente maior risco?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não saberia dizer.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, para concluir e até mesmo para oportunizar aos colegas, eu só queria deixar claro que, na minha humilde compreensão, esse contrato envolvendo a Covaxin está recheado de irregularidades. E não são irregularidades formais; são irregularidades substanciais, de materialidade, que comprovam uma aquisição superfaturada de uma vacina que teve a interferência direta do Líder do Governo na Câmara dos Deputados para não exigir a Anvisa, funcionário efetivo sendo pressionado pelos seus superiores. Esse servidor que está aqui verdadeiramente denunciou inúmeras irregularidades.

Eu acho que esta CPI tem que ter a hombridade de, ao final, atribuir a responsabilidade de quem, de qualquer forma, tenha contribuído para os vários crimes ali estabelecidos nesta pandemia.

Eu volto a frisar: nós tivemos aqui, já provada, a difusão de tratamento precoce; a imunidade de rebanho; gabinete paralelo; modificação da bula da hidroxiquina; demora na aquisição da Pfizer;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demora no atendimento a Manaus; irregularidade no contrato da Covaxin; indício de corrupção passiva, previsto no art. 317; o Presidente corriqueiramente não faz uso das medidas de prevenção para mitigar os danos da Covid – isso é uma infração de medida sanitária preventiva prevista no art. 268.

Eu espero que essa Comissão, ao final, remeta ao titular da ação penal para que deflagre ação penal, ação civil e ação por ato de improbidade administrativa, tanto do Presidente como de quem, de qualquer forma, tem concorrido para o crime.

Muito obrigado e excelente trabalho para V. Exa., Senador Rogério Carvalho, que está presidindo esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Antes de conceder o intervalo de 15 minutos para que o depoente possa comer alguma coisa e ir à toalete, eu vou conceder a palavra ao Senador Jorginho Mello, por 15 minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Cumprimento V. Exa., Senador Rogério Carvalho, que está presidindo os trabalhos, o senhor que é médico. Cumprimento o nosso servidor William... Não, o nosso consultor William. Cumprimento todo...

É sua advogada, William? Como é o nome dela, por favor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eliana Dias Santiago.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eliane?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eliana Maria Dias Santiago.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eliana Dias Santiago, quero cumprimentá-la. Sempre é bom a gente ressaltar a participação e a companhia dos senhores advogados, que dão às testemunhas, aos convocados mais segurança na sua fala e, então, prestam um grande serviço ao Brasil. Em nome da OAB, quero fazer essa menção à senhora.

William, você não é funcionário público, não é? Você não é funcionário, você é consultor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Consultor técnico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é de alguma... De que entidade você é? Então, é uma...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Você fala qual a... De onde eu tenho vínculo?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É a Organização Pan-Americana da Saúde, um braço da Organização Mundial da Saúde.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, entendi. Muito bem. Tem muitos consultores lá no ministério nessa situação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, eu acredito que tenha. Eu conheço alguns.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Alguns. Muito bem.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tentando entender essa história das *invoices*, que é uma coisa complicada, viu, William. É tudo muito confuso. O Governo reforça não ter recebido *invoice* no dia 18, que teria recebido no dia 22. E a Precisa, em nota notarial, mandou examinar todas as datas. Eu tenho o resultado aqui do tabelião. No resultado, foi comprovado que não estava no Dropbox.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Que não estava?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não estava. A nota, não é?

Então, a gente fica se perguntando. A Precisa diz que não enviou, como o senhor comprova que recebeu isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, eu não comprovo. O que eu faço é o seguinte: como meu papel ali é pra analisar a *commercial invoice*, eu recebi o documento e tinha um *link*. Eu recebi o *e-mail*, tinha um *link*. Eu abri o *link*, tinha um rol de documentos e, entre o rol de documentos, estava a *proforma*.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – No seu *link*? No seu *in box* lá?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – No *e-mail* que foi encaminhado para mim e para várias outras pessoas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, fica... Essa comprovação aqui, em cartório, o senhor acha que não é correta, que não tem legalidade?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O senhor podia repetir, por gentileza? O senhor questionou... Tem um documento de cartório dizendo que...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Que não existia essa... Não estava no seu...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, o que eu posso dizer é o seguinte: se você pega o texto do *e-mail*, o texto do *e-mail* é claro, ele encaminha a documentação pra abertura de licença de importação. Pra você abrir uma licença de importação, você precisa de uma *proforma*. Mas, quando eu entrei no *link*, a *proforma* estava lá. Se foi retirada...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, o senhor afirma que estava?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim. Eu olhei o documento, olhei o quantitativo, olhei o valor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A primeira *invoice* está datada do dia 19 de março de 2021, que está aqui conosco, não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Uhum.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Todos os Senadores receberam.

A minha pergunta é: como V. Sa. teria recebido, no dia 18, uma *invoice* com data do dia seguinte? Isso é algo normal lá, acontecer lá?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O senhor fala a data que está disposta no documento?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Uai, já vimos datas erradas, já vi datas de documentos... Datas anteriores, datas posteriores à emissão do documento são comuns.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E aí o senhor pediu para corrigir essa data ou não? Ou isso é normal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que acontece: o primeiro *e-mail* em que veio essa documentação, que eu abri e vi o documento lá, eu não dei tratativa a ele, porque eu estava esperando a manifestação do fiscal. Porque, como fiz na apresentação, eu recebi o *e-mail*, encaminhei para área de fiscalização solicitando as tratativas para continuidade. Então, eu esperei a área de fiscalização dizer "o.k., pode prosseguir", para eu, então, dar as devidas tratativas.

Eu não baixei o documento – se é o que os senhores estão me questionando –, eu abri o Dropbox, eu vi o documento, mas eu não baixei – pelo menos, eu não me recordo. Era um dia bem corrido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Outra questão, Sr. William – é que causa estranheza, não é? –: por que o senhor cadastrou a nota no sistema eletrônico apenas no dia 22 de março? O senhor não deveria ter cadastrado no dia 18? É assim mesmo que funciona?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não há uma regra, uma obrigatoriedade para mim. Pelo menos, é o que me foi passado pela minha chefia: não há uma regra, obrigatoriedade de já receber o processo e já ir criando um SEI e ir alimentando. E eu havia submetido um *e-mail* para o fiscal, eu fiquei aguardando o fiscal dizer "o.k., pode prosseguir". Eu não tinha um o.k. do fiscal, o o.k. do fiscal veio só... O primeiro o.k. veio quando? O primeiro o.k... (*Pausa.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso... Pode falar, Sr. William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Veio dia 22. O primeiro o.k. do fiscal, para dar continuidade ao processo, veio no dia 22.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – No dia 22, não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, eu dependia da anuência do fiscal para dar as tratativas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Que foi o dia em que o Governo recebeu a *invoice*, foi esse dia que o senhor cadastrou. É isso? No dia 22.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não entendi a sua pergunta. Perdão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Governo recebeu dia 22 a *invoice*, é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Quando o senhor fala Governo, o senhor fala eu, o Ministério da Saúde?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É o Governo, é o Ministério da Saúde.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, o primeiro *e-mail* com a documentação foi o do dia 18.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E aí só foi registrado no sistema no dia 22.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu estava esperando a anuência do fiscal. Eu abri o Dropbox, o Dropbox tinha vários documentos de caráter técnico. Eu não sou farmacêutico, não é a minha especialidade, eu não tenho *expertise* para dizer que tal documento é tal coisa, tal documento é tal coisa, mas, no meio do rol desses documentos, estava a *invoice*.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E a fiscal do contrato era aquela Sr. Célia, que esteve aqui?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero, Sr. Presidente, agradecer a participação e dizer... Só reafirmar aqui que a reforma administrativa vai ajudar muito o Brasil se nós tivermos a coragem de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Jorginho Mello.

Eu vou suspender os trabalhos por 15 minutos, a pedido do nosso depoente, para que ele possa comer alguma coisa.

Por favor, você segue-o até a sala...

E, na sequência, o Senador Marcos Rogério; depois, o Senador Randolfe Rodrigues.

(Suspensa às 13 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 04 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Depois do pequeno intervalo, vamos retomar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu quero, neste momento, conceder a palavra... O Sr. William Amorim já está aqui. E eu quero conceder a palavra ao Senador Marcos Rogério por 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. William Amorim, começo fazendo diretamente alguns questionamentos e depois passo a fazer algumas considerações.

Sr. William, um ponto que está absolutamente controverso aqui na CPI, desde o início, diz respeito à primeira *invoice*: se ela estava no Dropbox ou não. A informação que temos é que a *invoice* não estava no Dropbox.

A respeito dessa dúvida, foi enviado a esta CPI um laudo técnico que analisa a higidez dos documentos contidos no Dropbox, elaborado pelo perito forense digital Dr. Lorenzo Parodi, a pedido da empresa contratada.

Nesse laudo, foi utilizado o método código *hash*, o qual verifica a autenticidade e a integridade de arquivos eletrônicos ou digitais nos termos da ABNT, que, em sua nota 27037, trata das diretrizes para identificação, coleta, aquisição e preservação de evidência digital.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A conclusão desse laudo técnico foi no sentido de que, conforme o registro do histórico integral fornecido pelo sistema Dropbox, nenhum arquivo foi cancelado, ou seja, não foi excluído ou modificado após o dia 18 de março.

Assim indago: como é possível ser recebido por Dropbox uma *invoice* que, a partir de laudo técnico, se conclui que não estava lá? O senhor reafirma a esta CPI, sob juramento, que abriu esse *invoice* no dia 18/03 de 2021?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eu abri o Dropbox. Eu não baixei nenhum documento, apenas visualizei. Eu não quis baixar no meu computador, porque eu esperei anuência do fiscal para poder mexer nos documentos.

Havia uma quantidade muito grande de documentos lá de caráter técnico, o qual eu não entendo, então não me cabe respeito, mas eu vi, eu visualizei a *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor afirma que em 18/03, no *link* Dropbox, estava essa *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas como o senhor recebeu esse documento no dia 18/03 se os metadados da plataforma *invoice* mostram que ela foi criada somente no dia 19/03?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, eu só posso afirmar o que eu vi. Eu abri o Dropbox e eu vi o documento lá. Eu não mexi, eu não baixei, porque eu fiquei com receio de mexer no processo, porque eu ainda não tinha anuência do fiscal, porque já estava atrasado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você sabe o que é metadados?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não sei, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É justamente sobre a criação do documento. Por isso que estou lhe perguntando, porque tem aqui e foi encaminhado à CPI, documental, um acervo documental...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... dizendo que ele não estava, e um outro laudo técnico, que é esse que eu estou mostrando aqui, um laudo pericial, dizendo que o arquivo não foi modificado. Portanto, ninguém retirou de lá. E o outro arquivo diz, e o outro documento diz que esse documento, essa *invoice* só foi feita no dia 19.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou lhe dar mais uma oportunidade em relação a esse ponto...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O que eu posso dizer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Sa. reafirma que abriu essa *invoice* e viu essa *invoice* no dia 18... (*Pausa.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sim, eu visualizei o documento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Sa. abriu o *invoice* no dia 18 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu visualizei o documento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O senhor informa que recebeu a *invoice* no dia 18 de março, tendo acesso pelo *link* Dropbox. Além disso, o senhor nos informou, em sua fala inicial, que a segunda *invoice* e a terceira *invoice* chegaram no dia 23 de março. Está correto?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Dia 23 de março... Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Contudo, no sistema SEI, V. Sa. somente fez a inclusão da primeira *invoice* no dia 22 de março. Inclusive, fez o envio dela ao despachante. O senhor pode nos explicar a razão desse intervalo entre o suposto recebimento da primeira *invoice* e o registro no sistema SEI?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu havia já explicado: eu esperei a anuência do fiscal para poder mexer nesse processo. Depois que o fiscal anuiu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas você tem que ter a anuência do fiscal para lançar um documento no SEI? É isso que você está dizendo na CPI?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, não é isso que estou dizendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então explique melhor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não é isso que estou dizendo. Estou dizendo que eu me senti inseguro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Sa. está dizendo que recebeu dia 18...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e que só foi inserir no sistema SEI no dia 22...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque aguardou o fiscal se manifestar sobre o quê?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sobre a continuidade do processo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a praxe dentro do seu departamento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Se é praxe isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não é praxe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, por que que você não lançou no sistema no momento em que você recebeu?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu fiquei bastante inseguro, porque eu ainda não tinha a anuência do fiscal, o contrato já estava em atraso, eu fiquei bastante inseguro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando foi que você mandou para o fiscal esses documentos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Se eu não me engano, no dia 22...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, do dia 18...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Perdão, perdão, perdão, perdão... Dia 18. Dia 18.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você mandou então esse documento...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Para o fiscal... O senhor está perguntando, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Para o fiscal, dia 18.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Você mandou esse documento para o fiscal do contrato no próprio dia 18, e, nesse conjunto de documentos, estava...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu encaminhei o Dropbox, eu encaminhei o *e-mail* e, no *e-mail*, continha o *link* do Dropbox.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - E V. Sa. está reafirmando à CPI que nesse *link* estava também a *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu visualizei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Qual a diferença entre a *proforma invoice* e a *commercial invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Como eu havia explicado, a *proforma invoice* é um *draft*, um documento que ainda pode ser modificado, dependendo de alguma alteração que o fornecedor venha a fazer ou nós mesmos, o ministério, solicitando alguma correção... Eles mandam a *proforma invoice*. A *commercial invoice* é o documento definitivo, é aquele que vai acompanhar a carga. A carga vem de outro país. Então, vem o documento físico com a carga, que é o documento que, se eu não me engano, eu não tenho *expertise* para poder afirmar isso, mas é o documento utilizado lá na Aduana.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Você disse aqui desde o começo, fez referência aqui à *commercial invoice*. Esse primeiro documento que você recebeu...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, é a *proforma invoice*... Eu me confundi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É porque V. Exa... Eu tenho as notas taquigráficas aqui e você disse todo o tempo *commercial invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu entendi. Eu entendi. É porque eu me confundi, eu estou um pouco nervoso com tudo isso, bastante inseguro, mas é *proforma invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Sa. se sente inseguro quanto a estar aqui ou quanto às informações que está prestando.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Quanto a estar aqui. Eu nunca passei por essa situação. É a primeira vez que eu estou diante...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É natural que isso aconteça, e ninguém aqui vai lhe cobrar em relação a isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu estou bastante nervoso com tudo isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É absolutamente normal e, sobretudo, diante de certos questionamentos que vão além daquilo que é a sua competência específica. Eu estou lhe perguntando...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... muito objetivamente...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim, está claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...sobre o que que é o seu papel e no seu departamento.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Está claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, esses documentos todos que foram tramitados aqui trata-se da *proforma invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – *Proforma invoice*. Está escrito aqui *proforma invoice*. Eu me referi a *commercial invoice* porque eu estou nervoso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O processo poderia avançar de alguma maneira com a *proforma invoice* até ao ponto de se autorizar a nota de importação e, posteriormente, no departamento que cuida da parte financeira, com a aprovação da Anvisa, se determinar o pagamento, ou teria que ser o documento *commercial invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu só posso responder até onde as minhas atribuições me limitam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai no seu limite. Poderia ser a *proforma invoice* ou teria que ser a *commercial invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Na parte que me cabe, a *proforma invoice* atenderia os pré-requisitos, só que, quando a gente submetesse à Anvisa para análise da licença de importação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Teria que ser a outra...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... a Anvisa ia pedir a *commercial invoice*. Ela pede documento original e assinado para poder anuir o processo de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que V. Sa. acaba de dizer aqui desmonta mais uma narrativa daqueles que acusam o Governo aqui dentro desta CPI o tempo todo. Mas eu queria reforçar o ponto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos, a questão da *invoice*, quem trouxe isso foi o Deputado Luis Miranda, do DEM, aqui; não fomos nós.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, Presidente, mas não é a questão de trazer aqui, a questão não é o que trazer, é o que você faz com a informação que você recebe. Aí, quem tem, quem tem... Quem tem a intenção de investigar investiga; quem tem a intenção de apenas acusar pega o material, não faz qualquer análise, não aprofunda a investigação e sai acusando. É como alguém que sai com a metralhadora giratória, atirando para todo lado, para ver em quem vai acertar. Isso não é investigação séria, nunca foi e nunca será. Os mesmos que aqui reclamam, vez ou outra, de ser alvos de investigação indevida, de abuso de autoridade praticam isso o tempo todo aqui.

Mas eu lhe indago: V. Sa., com base nas informações que tem, muito honestamente... Eu já ouvi V. Exa. falar no início, mas eu queria que ficasse ainda mais eloquente para essa CPI. Quando fez contato com a representante da empresa quanto a esses erros formais da *proforma invoice*, em algum momento houve resistência, negativa em se proceder à correção dessas informações?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, precisa determinar, ela não... De modo algum o fornecedor se recusou a fazer, se negou a fazer qualquer correção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você sentiu, naquele momento, que havia uma intenção deliberada para se manter, por exemplo, vou falar dos campos... A questão do pagamento antecipado, houve resistência, houve argumentação? "Não, não vamos fazer, vamos..."

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela até mandou um *e-mail* dizendo que era um erro, que ela notou esse erro, já pediu para corrigir, mas não foi corrigido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha isso, Brasil. Vai vendo!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ...mas, na terceira *invoice*, veio corrigido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá, vamos lá. Fica calmo, Presidente. Fica calminho, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fica calminho, o Relator também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Vamos lá. Vamos desmontando narrativas aqui, porque estão fazendo um carnaval em cima desses pontos, como se tivesse uma orquestração para se determinar o pagamento antecipado antes que a vacina chegasse e antes que a vacina fosse aprovada na Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Sim

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Segundo ponto. Em relação à quantidade, o Relator disse aqui, dias atrás, que o Governo queria pagar US\$150 por dose de vacina - está nas notas taquigráficas, eu já denunciei isso aqui.

Bom, mas, no campo onde fala da quantidade...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Hum-hum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... estavam ali 300 mil, e, do lado, você tinha uma embalagem com 5mls, que correspondem a 10 doses.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Isso na primeira *invoice* que o senhor está falando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Na primeira, na segunda e, na terceira, veio, do lado, uma especificação de que aquelas 300 mil unidades corresponderiam a 3 milhões de doses. Tiveram que desenhar.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Hum-hum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É o mesmo que dizer assim: olha, meia dúzia é igual, né? Tiveram que fazer isso.

O.k. Portanto, nunca houve equívoco com relação à quantidade de vacinas e o preço que estava sendo cobrado.

Outro ponto. Com relação à questão do frete e à questão do seguro, porque, numa das *invoices*, veio embutido. Isso impactou o preço final, que era de US\$45 milhões, e vieram ali quase US\$46 milhões. Quando questionada sobre isso, a representante da empresa apresentou alguma resistência em fazer essa correção...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... para colocar uma *invoice* de acordo com o contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, ela nunca apresentou resistência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha aí, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tudo o que foi pedido a ela, ela disse: "Vou corrigir". Eu tenho, inclusive, troca de *e-mail*, onde ela afirma que alguns pontos ela já pediu para corrigir; veio errado de novo, e ela não sabia dizer o porquê.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, eu poderia ficar aqui perguntando sobre outros aspectos, mas eu vou poupar a CPI, vou até economizar tempo hoje, porque todas as narrativas acusatórias com relação a esse contrato estão sendo desmontadas nesse momento.

Erros formais foram identificados? Foram, e V. Sa. identificou aqui.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há uma dúvida aqui, e eu quero ser honesto com você...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hum-hum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com relação – e eu não estou afirmando, estou apenas repassando aqui as informações que tenho, porque tem um laudo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... tem a informação que V. Sa. apresentou, que o Sr. Luis Miranda apresentou e tem esses documentos que chegaram sobre se a *invoice* veio nesse Dropbox no dia 18 ou se apenas teria vindo no dia 22. Essa é uma dúvida...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, V. Exa. me permite...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você acha que nós vamos ter que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No laudo, que horário está? O que chegou no dia 22?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso aqui é um documento público, não é sigiloso, não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está nos *e-mails* da CPI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não é sigiloso, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas que horário?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O horário que está no laudo – no laudo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não atentei para esse horário, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O horário que teria chegado, que foi acessado que ele recebeu o *inbox*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu não estou avaliando o horário, não. Eu estou dizendo... Eu estou querendo saber o seguinte: se, dia 18, estava no Dropbox ou não estava, porque a informação que tem aqui é de que não estava lá. E eu não estou afirmando que não estava. Estou dizendo que tem um documento encaminhado pela defesa da empresa dizendo que não estava. Então, eu tenho que perguntar, como manda a boa investigação, a quem está na condição de testemunha. Eu não posso prejudicar. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O documento é da defesa da empresa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Randolfe, V. Exa. talvez, se fizer o dever de casa melhor, vai olhar nos *e-mails* da CPI, e estão todos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eles estão aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão todos lá, estão todos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro, claro. Estão todos aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tá?

Aqui, só para concluir, diante da sua atuação na área e levando em conta a sua explicação do que se trata uma plataforma *invoice*, é possível existir qualquer ato concreto de benefício a quem quer seja, de corrupção por quem quer que seja, com base única e exclusivamente numa plataforma *invoice*?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nesse documento de *proforma invoice*, é possível determinar que isso caracterize algum indício de crime, por parte de quem quer que seja?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Eu não sei dizer, Senador. O que eu posso dizer é o que me cabe, que foi analisar o documento em paridade com o contrato e o que eu vi de discrepante eu enviei aos responsáveis para que eles se manifestassem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - E que não houve nenhuma resistência em fazer as modificações?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quanto tempo demorou entre a notificação de que havia um erro e as correções?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Um dia. Acho que um dia, se eu não me engado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Em um dia, identificaram-se erros formais e eles foram corrigidos sem que houvesse resistência por parte da empresa.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Só para registrar, houve mais de um pedido de correção, mas porque corrigia-se um ponto e não corrigia o outro, mas imediatamente ela era comunicada e fazia a correção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Ô empresa ruim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já terminou o seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está bom, Presidente. V. Exa. está incomodado com a minha fala e me interromperam, mas eu já estou satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não estou incomodado. Já terminou os 15 minutos, Senador Marcos Rogério, mas pode falar. Mas o senhor pode falar, não tem problema. Estou dizendo que o seu tempo já terminou, lhe darei o tempo necessário para V. Exa. concluir.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, vamos garantir a palavra para o Senador Marcos Rogério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, deixe que o Senador Marcos Rogério conclua.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu vou encerrar, Sr. Presidente, porque eu estou satisfeito com o depoimento do Sr. William Amorim Santana, porque nos pontos que realmente interessam a esta CPI investigar, e que são objeto de questionamento aqui – aliás, de prejulgamento – nesta CPI, todos esses pontos foram desmontados pela fala do Sr. William, que não tem que fazer julgamento aqui em relação a outras questões, mas em relação ao que está no processo – se houve resistência, se houve negativa, se houve a intenção de manipular ali para colocar uma situação que ofendia o contrato –, V. Exa. aqui nos traz esclarecimentos extremamente importantes e eu agradeço.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet, pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Eu acho que o Senador Marcos Rogério traz questões relevantes, que precisam, sim, ser esclarecidas por esta Comissão. Eu sugiro – acredito que alguém já deva ter feito isso – que se faça uma perícia nos documentos que encaminharam.

Quando ele fala da diferença entre a *proforma* e a *commercial invoice* – e ele tem total razão em relação a isso – isso é importante ser confirmado, porque eu aleguei suposta montagem ou preenchimento indevido da segunda e da terceira *invoice*, porque embora conste *proforma* na segunda e terceira *invoice*, Sr. William, todas as características da segunda e da terceira, que são diferentes da primeira, têm características de *commercial*. Consequentemente... Tanto que tem o *swift code*, que é o código de pagamento internacional para você depositar o dinheiro.

Mas mais importante do que isso – e eu concordo com o Senador Marcos Rogério que tem que ser investigado –, Sr. Presidente, é que eu não posso fazer um pagamento, seja no *proforma*, seja no *commercial*, se tiver dado de quantidade ou de valor errado. É isso. Se a nota fiscal estiver errada, pelo menos na quantidade ou no valor, eu tenho uma irregularidade que precisa ser sanada imediatamente. A terceira *invoice* não estava correta nem nisso, porque a terceira *invoice* copia de forma equivocada o quantitativo de vacinas que o povo brasileiro ia receber. Do lado esquerdo dessa nota, que vai ter que ser periciada, consta 300 mil caixas, com 16 doses cada. Eu tenho aqui, do lado esquerdo, 4,8 milhões de doses, e, logo do lado direito, 3 milhões de doses. Então, afinal, eu estou pagando US\$45 milhões, R\$200 milhões, por 4,8 milhões vacinas ou por 3 milhões de vacinas?

A terceira *invoice* – pelo menos essa que chegou na minha mão, porque eu estou no campo da busca da verdade –, nesse quesito, ainda continuava, no que eu tenho aqui – eu gostaria até de ouvi-lo, isso é importante, eu acho que é nessa linha de investigação que o Senador Marcos Rogério fala –, nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda temos essa incongruência, ainda que ela não seja definitiva, o que só acrescenta confusão na linha do Presidente Omar Aziz, não é?

Eita empresa que não sabia o que o Ministério da Saúde queria, não é? Parece que estavam falando "portinglês": o Ministério da Saúde estava falando português, eles estavam falando um inglês fajuto, porque nem saber escrever em inglês sabiam. E aí virou essa confusão de nós não sabermos, afinal, se nós estávamos falando de um contrato legal ou ilegal, fraudulento e, além de tudo, imoral, porque poderia estar envolvendo propina.

Então, é só nesse sentido que eu acho que a perícia vai confirmar ou não aquilo que foi apresentado e muito bem fundamentado pelo Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, William, eu queria, em primeiro lugar, te tranquilizar ao máximo. Se tem alguém, William, que o Brasil deve homenagear e deve agradecer é a você e a Luis Ricardo. Vocês impediram um golpe de US\$45 milhões no mínimo, R\$200 milhões – US\$45 milhões! Nós temos um preito de gratidão a vocês. Você e o Luis Ricardo, por serem servidores públicos, são a prova da importância da estabilidade do servidor público nesse País. E você, olhando para você aqui, me dá uma esperança enorme nesse País, me dá a certeza de que esse País vai dar a volta por cima, vamos superar esse momento difícil; você é retrato disso para a gente. Então, fique totalmente tranquilo, não se intimide com pressões, fique totalmente à vontade! Você está aqui comprometido com uma coisa: com a verdade, e essa verdade que você está trazendo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dito isso, William, eu queria te perguntar, primeiramente: quais são os documentos necessários para uma autorização de importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor. *Fora do microfone.*) – Você fala para emitir uma licença de importação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perdão.

Para emitir uma licença de importação.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Você fala para emitir uma licença de importação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A gente precisa de uma *proforma invoice* ou *commercial invoice*, se já for o documento definitivo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Você pode repetir?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - ... e uma *packing list*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Então, repita...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Repetindo, quais são os documentos necessários para uma licença de importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Uma *proforma invoice* ou, se já existir, uma
commercial invoice, que é o documento definitivo, e uma *packing list*, desde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Perfeito, então, a *proforma invoice*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Desde que ela contemple todas as informações
necessárias para serem inseridas no sistema de comércio exterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Perfeito, então, *proforma invoice* é um pré-requisito para uma licença de importação. Certo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Logo, esse segundo *e-mail* que veio com um *inbox* da empresa - *inbox*, Sr. Relator; *inbox*, Sr. Presidente
-, que, *in Dropbox*, Sr. Relator, *in Dropbox*, Sr. Presidente, que, estranhamente, depois que o escândalo
veio a lume, se tornou inacessível. Ninguém consegue acessar mais esse *Dropbox*. Sabe quando? Sabe
desde quando, Sr. Relator? Desde que surgiu o escândalo. E o que o William está dizendo aqui é que um
dos pré-requisitos para uma licença de importação ser concedida é ter a *in Dropbox* correto? Perdão...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - A *proforma invoice* ou *commercial invoice*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... a
invoice... A *proforma invoice*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ou *commercial invoice*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ou a
commercial invoice. Portanto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso para emitir uma licença de importação, lembrando que ela ainda será submetida aos órgãos anuentes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... cabendo à Anvisa dar o deferimento e cabendo à Aduana liberar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Portanto, esse primeiro *e-mail* do dia 18 de março não poderia, no anexo... Não poderia no anexo não ter vindo a *proforma invoice*. Perfeito?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Do dia 18 de março?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu olhei o documento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor olhou o documento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entrei, acessei e olhei... Eu só não baixei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Você já respondeu várias vezes, mesmo sob pressão aqui, que você viu o documento.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu estou entendendo que eu deveria ter baixado esse documento, ter inserido no SEI, mas eu só visualizei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

William, eu acredito em você. Eu acredito em você, em especial porque veja... O que o Governo, Sr. Presidente, Sr. Relator, traz aqui à CPI? É uma perícia privada, questionada essa perícia pela Associação Nacional dos Peritos Criminais, em nota encaminhada a esta CPI. Essa perícia questionada pela Associação dos Peritos Criminais é uma perícia privada de uma empresa suspeita! Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vou acreditar no William e em um servidor de carreira como o Luis Ricardo ou eu vou acreditar em uma perícia privada de uma empresa que tem sociedade com uma outra empresa chamada Global, que já deu golpe no Ministério da Saúde e que não entregou o documento? Eu pergunto a todos que estão nos assistindo: vamos acreditar no William e no Sr. Luis Ricardo ou numa perícia privada feita por uma empresa suspeita, cuja antecessora, que também faz parte da composição societária, já deu golpe no Ministério da Saúde? Vamos acreditar no William ou vamos acreditar em uma empresa privada que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sob investigação não é desta CPI, não, é do Ministério Público Federal? Esse caso vem a nós por conta de um inquérito em curso no Ministério Público Federal. Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vou acreditar no William e no Luis Ricardo ou vou acreditar no Presidente dessa empresa, que já deu calote em fundo de pensão da OAB, que já deu calote no Dr. Kalil – deu calote no Dr. Kalil?! Eu vou acreditar no William! Eu vou acreditar no William e eu vou acreditar no Luis Ricardo, mas eu não vou acreditar só por acreditar. Está aqui... A perícia. A perícia diz aqui – a perícia que o Governo está apresentando aqui, a perícia dessa empresa privada –, a perícia diz aqui: *e-mail* com a dita *invoice* enviada dia 22 de março de 2021, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Humberto, às 15h32... Destaca e vem o processo todo bastante alterado, mas esqueceram um documento no processo. Qual é o documento? É o recibo de encaminhamento assinado pelo William à Sra. Emanuela, da Precisa, no dia 22 de março, às 15h22... (Pausa.)

Aliás, encaminhado para a Anvisa, perdão – obrigado por ter me corrigido.

É o recibo dos documentos encaminhados para a Anvisa pelo William no dia 22 de março, às 15h22. A perícia disse que às 15h32 é que foi encaminhada a *invoice*. William encaminha às 15h22 do dia 22 de março para a Anvisa. O que é que consta entre os documentos? Estudo de eficácia, registro Índia, declaração empresa Precisa, declaração empresa Precisa, estudo da Fase III, documento *invoice* – documento *invoice*!

William, nem precisava, eu já acreditava em você – em você e em Luis Ricardo. Está aqui a perícia feita pela empresa investigada, que é a que o Governo apresenta, falando que é 15h22. Está aqui o recibo encaminhado... Ou que é 15h32. E está aqui o recibo encaminhado à Anvisa: 15h22 já com *invoice*...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Senador, esse recibo... Isso é a inscrição no SEI, não é encaminhamento para a Anvisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, está aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É inscrição no SEI. É este aqui que o senhor está falando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, não, é este aqui. É este aqui. Se o senhor quiser ver...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É esse mesmo. É esse mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Esse é o registro no SEI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para não restar dúvidas, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É o registro no SEI.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... protocolo do que eu submeto ao...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, pode falar, William. Pode falar.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Perdão, perdão.

Quando eu faço o peticionamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, eu entro no SEI da Anvisa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso. Isso. Isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e vou inserindo primeiro...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Foi a primeira vez que surgiu no sistema esse documento...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... documento...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Foi a primeira vez que surgiu no sistema eletrônico esse documento. Não é isso? Foi o senhor que colocou.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Fui eu que coloquei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas, veja, você manda os documentos e manda, obviamente, o *invoice*.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – No dia 22, depois de ele corrigido. Não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele manda... A perícia está dizendo que a Dra. Emanuela mandou às 15h32. O recibo que ele mandou para a Anvisa é às 15h22. Está aqui o recibo: às 15h22. Como é que se mandou antes?

Presidente, Sr. Relator, requeiro à Anvisa a documentação, que só confirmará isso aqui tudo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Repete a perícia da Polícia Federal também...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Requeiro que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requeira da Anvisa a documentação.

Sr. William, eu já acreditava em vocês, eu já acreditava no Luis Claudio. Os documentos aqui *per se* falam e comprovam tudo. Nós só temos, Sr. William...

Aliás, eu só queria, antes de completar, fazer uma pergunta. Foi noticiado, ainda há pouco, que existia uma terceira empresa, que aparece na documentação. Essa empresa, salvo melhor juízo, é uma empresa árabe: Envixia Pharmaceuticals, se eu não me engano. O senhor conheceu, ouviu falar dessa empresa?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, ela não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Senador Randolfe, posso só...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ela não figura no processo. Pelo menos no processo que eu analisei, essa empresa indiana não figura no processo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Senador, posso só apresentar um documento também, um *e-mail* aqui que desmente o que o senhor está falando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não, pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - O *e-mail* aqui, enviado ao Ministério da Saúde, é às 10h21, quer dizer, antes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Está aqui o *e-mail* enviado à Secretaria de Saúde... Está aqui para o senhor ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas, na perícia que vocês entregam à Comissão Parlamentar de Inquérito, a perícia que vocês sustentam aqui, que foi argumentado ainda há pouco, está colocando o horário de 15h32.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não, o horário está aqui: dez e vinte e poucos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, está aqui a perícia. Você tem a...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Então, já existia o documento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Agora apareceu um *e-mail*...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Presidente, eu queria pedir para V. Exa. pedir que todo o processado do Ministério da Saúde... O processado está todo com alteração de data, todo com documento faltando. Eu peço, quero pedir para o senhor uma perícia - e uma perícia de fato, real - no processado do Ministério da Saúde e com essa alteração de documentos.

Até agora, o Governo falava dessa perícia aqui, encaminhada pela empresa suspeita que está sendo investigada, que mostra que a *invoice* teria sido encaminhada às 15h32. Agora nós trouxemos um recibo que mostra a *invoice* encaminhada às 15h22. E, mesmo que fosse encaminhada ao Ministério da Saúde mais cedo, o intervalo de tempo é tão pequeno que o que prova cabalmente é que este documento só confirma o que o William está dizendo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não, não, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Dia 18 de março é que foi encaminhada essa documentação ao Ministério da Saúde.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não, não foi, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, Sr. Presidente, não resta dúvidas: tem um processo de fraude em curso. Até agora, a gente estava pensando que era só o crime de prevaricação. Eu acho que está em curso o crime de prevaricação somado com outros crimes de falsidade ideológica.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Eu quero concordar, Senador Randolfê. Tem que levar à perícia, sim, para ficar comprovado o que está escrito aqui. O documento foi criado no dia 19. Impossível ele ter visto no dia 18!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O depoente acabou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador, Senador, nesse ponto, eu quero concordar com o Senador Randolfe que a CPI peça à Polícia Federal para fazer uma perícia. Eu acho que tem dúvidas razoáveis em cima dessa data e eu concordo com a perícia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, inclusive mais de uma perícia, Sr. Presidente, porque, veja, até agora, eu repito aqui... Eu estou sendo insistentemente interrompido pelos colegas. Então, eu tive tolerância, os colegas podem me interromper à vontade, podem me interromper à vontade, porque nada interrompe a verdade. A verdade... Aliás, como é que se diz? Conheceréis a verdade, e a verdade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... vos libertará.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A verdade de quem está aqui atrás o senhor fingiu que não ouviu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "E conheceréis a verdade, e a verdade vos libertará."

Então, veja, a argumentação até agora, até o que me antecedeu, era a perícia da Precisa. Aí, agora, já estão arranjando outros, nos documentos que foram adulterados que vieram para cá, sob adulteração. E agora vem o recibo do que foi encaminhado à Anvisa.

E eu peço, Sr. Presidente, para o senhor que requeira a documentação em relação à Anvisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A gente vai requerer a documentação em relação à Anvisa para que encaminhe para a CPI para saber essa questão...

Agora, Senador Randolfe, é uma coisa... A briga da *invoice* na mudança... O fato que foi trazido pelo Deputado Luis Miranda aqui é um fato grave também. Se foi dia 18 ou dia 19, no dia 20, o Presidente teve conhecimento desse problema que estava tendo. E era num sábado; dia 21, num domingo; dia 22, ele encaminha. Correto? Segundo o Onyx, o Presidente mandou o demissionário General Pazuello investigar. Está certo? Aí o demissionário General Pazuello mandou o Coronel Elcio Franco investigar. E, sobre a investigação deles, eles têm algum documento, alguma coisa ou só foi de vista? Perguntaram a você, Sr. William? Alguém lá do ministério, da Secretaria Executiva? Porque o General Pazuello foi exonerado dia 23 – dia 23. Alguém perguntou para o senhor alguma coisa sobre *invoice*, sobre erros? Uma investigação foi feita? Foi feita alguma investigação que chegou ao seu conhecimento por parte do Ministro Pazuello ou do Secretário-Executivo Coronel Elcio?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não, eu nunca tive contato com eles.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nunca. Pois é! Passa por ele, mas não houve uma investigação. Então, essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me completar sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... essa posição do Onyx, que o Senador Renan já quer trazer – ele acha que agora chegou a hora realmente de trazê-lo... E até fazer uma acareação com o Deputado Luis Miranda para saber quais foram as providências, porque o Deputado Luis Miranda, hoje, me trouxe lá... Disse que ia mandar um dossiê e não trouxe nada. Então, é fazer uma acareação dos dois aqui, dois Deputados Federais – o Onyx, que foi para a televisão, o Elcio que foi, para ver quem está mentindo. Seria a melhor coisa do mundo que nós vamos fazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – No tempo que me resta, Sr. Presidente, e só concluindo: William, sobre a pergunta feita pelo Presidente Omar, sobre esse procedimento todo, sobre esse processo, você já foi chamado em algum momento, fora desta Comissão Parlamentar de Inquérito, em alguma instituição de investigação que está apurando esse procedimento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não.

A CGU não o chamou? O senhor não prestou depoimento na CGU?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim, eu prestei um depoimento na CGU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Prestou depoimento na CGU.

Quando foi o seu depoimento, por favor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Foi esta semana, acho que foi terça-feira, foi segunda ou terça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi esta semana.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hum-hum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Presidente... Só para confirmar o que o senhor está falando, Presidente Omar e Relator: sobre esse processo, o William só é ouvido na Controladoria-Geral da União nesta semana.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta, Senador Omar, é por que o William não foi ouvido na semana em que os irmãos Miranda levaram para o Senhor Presidente da República a denúncia de que existia um procedimento errado, corrupto, no Ministério da Saúde? Por que o William só foi ouvido nesta semana de julho? A denúncia foi levada no dia 20 de março. Março, abril, maio, junho, julho: quatro meses e meio! Somente agora o William foi ouvido sobre isso.

Por fim, no tempo que me resta, porque houve a interrupção, Sr. Presidente. O Presidente perguntou, e eu quero reiterar; peço, com muita calma, para o senhor recuperar na sua memória: o Sr. Alex Leal em algum momento se dirigiu ao senhor pedindo urgência nesse procedimento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Você fala o nosso Coordenador-Geral de Logística?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Pedindo urgência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sim. Pediu urgência?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não. Ele procurava saber como estava o andamento do processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ele procurava saber como andava o processo? Várias vezes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - É o coordenador-geral da área...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Algumas vezes? Uma vez? Duas vezes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Algumas vezes, algumas vezes... Algumas vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Algumas vezes.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Isso, algumas vezes. É o coordenador-geral. Ele, às vezes, perguntava de outros também: medicamentos para intubação orotraqueal, outros que tivessem em curso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas ele lhe procurou algumas vezes em relação à condução desse processo, ao trâmite desse processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Para saber como estava o andamento, se existia pendência, se já estava sendo resolvido...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sabe me dizer quantas vezes? Lembra quantas vezes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não, não. Não consigo dizer quantas vezes com precisão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas foram algumas vezes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim. Ele é o coordenador-geral, não é? Ele perguntava para poder ver o andamento do processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique totalmente tranquilo. Eu entendo. Você é um servidor ... É importante que todos os brasileiros, Senador Humberto, tenham conhecimento disto: se trata de um servidor terceirizado do Ministério da Saúde, terceirizado. Eu imagino a pressão que deve estar sobre você neste momento. Eu peço para você ficar tranquilo. Nada resiste, William, à verdade. Nada resiste à verdade.

E, olha William, deixe-me dizer uma coisa. Me permita. Eu sou historiador. Os livros de História daqui a alguns anos farão jus ao serviço, reconhecerão os serviços que você e que o Sr. Luis Ricardo Miranda, da sua divisão, prestaram a este País. Fique totalmente tranquilo. Nada lhe acontecerá. Nada lhe acontecerá. Eu quero... Nós temos muito que agradecer a você e ao Sr. Luis Ricardo.

Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, todos os brasileiros que nos assistem, primeiro eu quero dizer que eu imagino que milhares de brasileiros neste momento sentem uma certa repugnância ao ver a forma como algumas pessoas tentam esconder aquilo que não é possível jogar para debaixo do tapete, enquanto nós temos 530 mil mortos pela Covid, enquanto, ao longo do ano de 2020, nenhuma atitude para comprar milhares de doses de vacinas sem intermediação foi tomada, com 81 comunicados, correspondências da Pfizer para o Governo, sem nenhuma atitude, a não ser depois que houve a intermediação do Secretário de Comunicação – e aí dois contratos, um de US\$10 a dose e outro de US\$12 a dose, no espaço de apenas 45 dias, mas isso já a partir de março de 2021. Milhares de pessoas deixaram de ser vacinadas, e nós estamos tendo um programa de imunização lento, com várias interrupções. Então, isso me deixa, de certa forma, repugnado, ao ver como se tratam as questões referentes à pandemia no Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começo a minha fala destacando que toda hora ouvimos as citações de que integrantes, ou algum integrante das Forças Armadas, ou são suspeitos de participarem de um suposto esquema de corrupção ou, pelo menos, fecharam os olhos para as irregularidades. Por isso, se faz necessário investigar e apontar, sim, aqueles que estiverem envolvidos em qualquer tipo de corrupção. Como disse hoje mesmo o próprio Comandante da Aeronáutica, em entrevista para *O Globo*... O Comandante Carlos de Almeida Baptista Junior chegou a dizer: "Não temos intenção de proteger ninguém à margem da lei. E é assim que devemos proceder".

Outra coisa muito suspeita está no ofício emitido nove dias depois da assinatura do contrato com a Precisa. A assinatura do contrato foi no dia 25 de fevereiro, e o ofício foi feito no dia 6 de março. Prestem atenção, senhores. No dia 25 de fevereiro, esse contrato com a Precisa, no valor, aproximadamente, de US\$300 milhões para a compra de 20 milhões de doses... No dia 9 de março, está aqui, um ofício do Coronel Elcio Franco à representante Emanuela Batista de Souza Medrades, solicitando uma proposta de mais 50 milhões de doses, no valor de 750 milhões de dólares – de dólares! Ou seja, do dia 25 para o dia... Aqui está a data exata, vou pegar meus óculos. (*Pausa.*)

Obrigado.

No dia 6 de março, do dia 25 para o dia 6 de março. Uma empresa que, no dia 25 de fevereiro, estava com problemas, que a gente viu aqui, sobre a nota fiscal, se compra... Não tinha entregado a primeira parte do contrato, não tinha cumprido o primeiro contrato, mas já era demandada a apresentar uma proposta para vender – pasme, Senador Humberto Costa! – mais 50 milhões de doses, no valor de US\$750 milhões. Multiplique isso por cinco ponto alguma coisa que você vai saber quanto é que dá em reais: quase R\$4 bilhões.

O ofício está aqui. Como eu disse, o ofício foi emitido pelo Sr. Elcio Franco, Coronel Elcio Franco.

Agora vamos aos questionamentos ao Sr. William.

Apesar de o senhor ter detectado as irregularidades, comunicar o setor de fiscalização, passou pela sua cabeça ir ao próprio Secretário Elcio Franco falar sobre as irregularidades, já que foi aprovado pela fiscalização mesmo com todos os problemas que foram identificados?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Acho que está desligado aqui... Ah, voltou.

O que acontece? Existe uma hierarquia, e eu não sou servidor; a minha condição lá é de consultor. Então, eu reporto à minha chefia e cabe a ele levar para cima. Eu não iria direto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem poderia impedir a execução deste contrato?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - A chefia imediata.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Quem é a sua chefia imediata?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - O Luis Miranda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O Luis Miranda, e assim ele o fez. *(Pausa.)*

Não, porque a fiscal do contrato mandou prosseguir o contrato, não é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então, sobre outra questão: a escolha da empresa Madison para o pagamento antecipado. Logo de início, não poderia ser ela a empresa que receberia o pagamento por não estar no contrato; mas, já que ela estava, por que a Madison?

A Madison, como já foi dito aqui, está num paraíso fiscal. É importante que os brasileiros saibam. Vamos, então, explicar essa escolha.

A escolha da empresa em Singapura significa pagar menos tributos. Esses paraísos fiscais dificultam a transparência em relação às movimentações financeiras, impedindo qualquer controle, e dificultam seguir o dinheiro.

Ou seja, neste pagamento antecipado, além do valor de US\$300 milhões do contrato, onde há sobra de recurso do superfaturamento das vacinas embutido, havia US\$15 milhões do pagamento do frete e seguro, ou seja, muitos bilhões de reais, contando todos os contratos que iriam para Singapura ou para, como foi dito aqui, outro paraíso, que seria o Irã no segundo contrato, e que seriam distribuídos sem nenhuma fiscalização, uma clara manobra de evasão fiscal, que dificulta saber qual foi o destino final do dinheiro.

Veja agora o que diz Grazielle David, doutora em Economia na Unicamp e Coordenadora de Política e Campanha na organização Global Alliance, sobre essa questão: "Não é ilegal usar paraísos fiscais. A grande questão do paraíso fiscal é que, além de não tributar ou tributar muito pouco, permite muito sigilo fiscal. Isso pode tanto favorecer mecanismos de abuso fiscal como corrupção".

O Luis Miranda era o seu chefe.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Segundo o senhor, seria o Alex Marinho... "Fomos atrás da identificação dele. Se trata do Tenente-Coronel Alex Lial Marinho". É isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - É o nosso coordenador à época.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ele teria pressionado Luis Ricardo Miranda para assegurar a importação da vacina indiana contra a Covid-19?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Assim o Luis Ricardo me disse.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Veja que é mais um militar com suspeita de envolvimento neste negócio com irregularidades.

O senhor também sofreu alguma pressão do Tenente-Coronel Alex ou de outro superior do senhor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Não, é como eu havia postado: em virtude da hierarquia, eles tratavam diretamente com o Luis, e o Luis se reportava a mim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Mas eles cobravam agilidade, perguntavam sobre o andamento, como o senhor respondeu aqui ao Senador...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Procuravam saber como é que estava o andamento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - A quem o Tenente-Coronel Alex Marinho era ligado? Quem era o superior hierárquico do Alex Marinho?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Na estrutura do Departamento de Logística, era o Dr. Roberto Dias, o Diretor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O Diretor.

E o Dr. Roberto Dias ligado a quem?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA - Ao Departamento de Logística, ligado à Secretaria Executiva.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Quem era o Secretário?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me recordo do nome, mas eu acho que é Elcio...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Elcio Franco.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Elcio Franco. Eu não o conheci, nunca conversei com ele. Então, é difícil guardar o nome.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Pela sua experiência, já houve outros casos parecidos dentro do Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como esse não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, eu queria aqui primeiro agradecer a V. Sa., Sr. William, por prestar seus esclarecimentos e queria dizer mais uma vez que o que nós vimos esta semana, por parte do Ministro da Defesa... Eu queria dizer que nós, aqui, não temos nenhum tipo de preconceito ou nenhum tipo de concepção sobre as Forças Armadas – muito pelo contrário – e acho que nós não podemos generalizar nem imputar a nenhuma instituição responsabilidade por atos isolados e membros que a compõem, mas nós não podemos deixar de investigar e não podemos deixar de registrar que, nesses contratos, tem efetiva participação de alguns militares: o Alex Lial Marinho, o Sr. Elcio Franco... Porque veja: o Sr. Elcio Franco, como Secretário-Executivo, que deveria prezar pelo Ministério da Saúde, um oficial da ativa, – um oficial da reserva, se eu não estou enganado – ele deveria impedir mais contratação com uma empresa que já estava com atraso de entrega. E ele solicita a ampliação do contrato em mais 50 milhões de doses, preste atenção: US\$750 milhões, Senador Humberto Costa.

Eu queria finalizar dizendo que fica aqui a nossa indignação, em nome do povo brasileiro, por essas tentativas de transformar um bem que salva vidas num bem que alimenta um esquema de corrupção no nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidente; muito obrigado, Sr. William, aqui depoente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador Rogério Carvalho.

O senhor gostaria de fazer algum comentário em relação a isso ou eu posso passar para...?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu só queria deixar bem claro que eu não trago a esta CPI nenhuma acusação e que eu apenas executei o meu trabalho, nas limitações que me cabiam, sob a supervisão da minha chefia. Não estou fazendo acusação a nenhum dos meus chefes imediatos ou titulares ou membros da pasta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor fique tranquilo, Sr. William.

Senadora Leila Barros, via remota.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está ausente.

Senador Flávio Bolsonaro... Tem como saber se o Senador Flávio...

Com a palavra o Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Boa tarde, boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Boa tarde.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Obrigado pela sua presença aqui.

Presidente, em primeiro lugar, eu acho importante destacar que eu vou insistir, mais uma vez, com o Sr. William na questão das datas. Por quê? Há uma tentativa aqui na CPI de imputar ao Presidente da República um suposto crime de prevaricação. E, além do aspecto formal, que um Chefe de Poder Executivo não pode, não responde por improbidade, porque ele não é ordenador de despesa, essa narrativa que se tenta construir de que o Presidente teve acesso a uma *inbox* que comprovaria uma fraude nesse contrato da Covaxin, por intermédio do Deputado Luis Miranda, num sábado, dia 20, as provas documentais apontam que esse documento não existia, não era de conhecimento de ninguém, não estava no sistema ainda. Então, é impossível que ele pudesse ter apresentado esse documento, que é, sim, determinante, pra tentar imputar a ele alguma suspeita de alguma coisa.

É a tentativa de igualar Bolsonaro ao Lula no quesito corrupção. A gente sabe que isso é impossível. Isso não existe. Comparar alguém que deu um prejuízo de bilhões ao nosso País, com estatais... Comparar uma situação de uma suposta tentativa de propina pra comprar uma vacina que nunca foi comprada, em que o Governo não gastou um centavo. Então, a história não fecha, e a população percebe isso ao analisar o que acontece aqui nesta CPI. Então, eu queria voltar aqui e insistir com o senhor – eu pediria aqui à assessoria da Mesa que colocasse na tela o Documento 1, por favor –, porque houve uma tentativa aqui de se desconstruir a perícia. E eu quero dizer que eu acredito muito mais na perícia do que numa análise equivocada do Senador Randolfe. Eu acho que ele foi mal-assessorado. Está o documento em tela aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é o metadado, sobre o que o senhor foi perguntado aqui, e ninguém é obrigado a conhecer o que é um metadado. Isso aqui é a origem do documento. Isso comprova – isso está documental aqui já disponível para esta CPI – quando foi criada essa primeira *invoice*. Está ali: criada em 19/03/2021, às 6h4min52. Então, nisso não há como ter uma fraude, isso é eletronicamente fácil de ser comprovado. E eu acho importante que esta CPI faça, sim, que encaminhe à Polícia do Senado ou à Polícia Federal, a qualquer órgão que seja para confirmar. Portanto, está diante dos olhos do senhor a prova documental de que é impossível que o senhor tivesse visto essa *invoice* no dia 18. O senhor recebe o *e-mail* com o Dropbox. O que é *link* Dropbox? É um jeito mais leve de encaminhar arquivos, e, nesse *link*, tinham vários arquivos, vários, mas este não. É isso que a prova documental está apontando. Este, especificamente, não existia.

Então, é razoável que o senhor, diante de tantos documentos ali, pudesse ter se equivocado, não tem problema nenhum nisso, nenhum problema, mas está provado aqui que, no dia 18, é impossível o senhor ter visto isso, porque não existia esse documento ainda. E só para deixar claro também que se tentou dar aqui um ar de ilegalidade, um ar de manobra: "Ah! Apagaram os arquivos, eles não existem mais". O Dropbox, para quem não sabe, tem um prazo de validade.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Se não me engano, dura 72 horas apenas no Dropbox. Então, após 72 horas, os documentos...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não estão mais acessíveis.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não estão mais sensíveis, exatamente como o senhor falou.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É, eu recebo muito Dropbox de várias empresas de processos de importação, e Dropbox, em geral, tem um prazo de acesso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso.

Então, assim, eu vou perguntar de novo: o senhor se equivocou, o senhor tem certeza absoluta de que o senhor viu esse documento no dia 18?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não entendi, perdão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, o senhor tem certeza absoluta de que o senhor viu esse documento no dia 18? Porque está a prova na frente do senhor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu queria, antes de mais nada, registrar que eu não tive conhecimento da ida do Luis Miranda ao Presidente. Não sei que documentos ele levou, não sei o que levou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele disse que foi essa primeira *invoice* que ele levou.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não... É um assunto de que eu, inclusive, me abstenho completamente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, não, não estou nem perguntando isso para o senhor. É só se o senhor se recorda com 100% de certeza de que o senhor viu esse documento no dia 18?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que eu posso dizer para o senhor é que eu recebi o Dropbox no dia 18. Não me lembro o dia da semana...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Vários documentos nele?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tinha vários documentos. Era uma quinta-feira, já era final de semana, então eu tive a semana toda trabalhando...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, é só uma pergunta: o senhor tem certeza 100% de que o senhor viu esse documento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu vi esse documento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas como é que pode, se está aqui provando que não existe esse documento, Sr. William?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu vi o documento, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está aqui na frente do senhor. Esse documento não existia no dia 18.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E encaminhei, inclusive, o *link* do Dropbox para o fiscal para que ele abrisse lá e ele baixasse e ele fizesse a apreciação que cabia a ele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Bom, eu ainda quero crer que o senhor não tenha certeza, porque senão o senhor está mentindo. Eu quero crer que o senhor não tem certeza, porque senão o senhor está mentindo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Era uma quarta-feira, dia 18 de março, é isso? É uma quarta-feira?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Dezoito de março, uma quarta-feira...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Não, é uma quinta, perdão, é uma quinta; e 19, sexta; e o Luis Miranda esteve com o Presidente no dia 20. E dia 22 era uma segunda-feira. Só para... Porque eu estava sem noção aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Então, este aqui é o metadado, mais uma vez, é uma prova fácil de ser periciada, e que está mostrando que esse documento foi criado no dia 19. Foi criado. Então, é impossível ele ter sido encaminhado para o senhor. Junto, nesse *link*, com vários outros documentos que o senhor abriu, este, com certeza, não estava.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – O que eu posso afirmar é que eu acessei o *link*. Havia vários documentos e eu visualizei a *proforma invoice*.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, o senhor está mentindo, porque não dá.

Eu não estava aqui ontem. Se alguém falar que me viu aqui ontem, está mentindo. Eu não estava aqui ontem. Não tem meio-termo, entendeu, Sr. William?

Então, se o senhor fala que viu o documento com certeza, não viu. Não tem como o senhor ter visto. Com todo o respeito, não tem como. Fica tranquilo: não é porque o senhor está falando uma coisa que não é verdade que eu vou fazer como outros que pedem prisão. Nada disso. O senhor está aqui para colaborar com os trabalhos da CPI. Então, da minha parte, o senhor fique tranquilo também. Respeito total, 100%.

Eu queria pedir – para mostrar também para o Senador Randolfe por que é que eu falei naquela hora que havia um *e-mail* –: bote o documento nº 3 na tela, por favor. O 3. Não é o 2, não; é o 3, por favor.

Esse é o *e-mail* que Emanuela encaminhou ao senhor e a várias outras pessoas no dia 22 de março, às dez e vinte e alguma coisa. Está cortado ali, mas, se não me engano, é 10h21, 10h21 da manhã. E aquela outra setinha que está apontando ali para o "PI *on letter*", que é a – como é que é o nome? – *proforma invoice*, agora, sim, aparece.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela teve que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Foi para essas pessoas o *e-mail*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela teve que encaminhar porque, como o *link* venceu...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso.

E, aí, no mesmo dia, é que o senhor lança no sistema SEI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mostre o documento nº 2, por favor. O anterior.

Está aí: no dia 23 de março, às 15h22, o senhor, corretamente, com muita celeridade, inclusive, lançou no sistema SEI, fez a sua parte corretamente.

O povo quer vacina. O Presidente Bolsonaro quer vacina. Comprou mais de 600 milhões de vacinas. Já são mais de 110 milhões de doses aplicadas nos braços dos brasileiros, viabilizadas pelo Presidente Bolsonaro e seu Governo.

Então, não tem nada de equivocado com o laudo pericial. Está aqui, cronologicamente mostrada a dinâmica de como tudo isso aconteceu.

Eu queria fazer algumas perguntas, rapidamente, para o senhor. *(Pausa.)*

Depois de comprovado isso tudo...

Uma outra coisa que se discute muito aqui é sobre um intermediário do laboratório internacional que joga uma luz de suspeita sobre o contrato. O senhor conhece a Lei nº 8.666?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É a lei que rege os processos.... A 8.666 é a lei da licitação, que rege os processos de aquisição.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso. Eu vou ler o art. 32, §4º, para o senhor e para quem está nos assistindo.

Tenho uma dificuldade com esse óculos embaçando aqui, rapaz. Já me falaram que tem que comprar uma máscara melhor.

§4º As empresas estrangeiras que não funcionem no País, tanto quanto possível, atenderão, nas licitações internacionais, às exigências dos parágrafos anteriores, mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

O senhor concorda que tem que ter uma representação do laboratório internacional aqui no Brasil para poder haver as negociações? *(Pausa.)*

É o que está na lei.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – No caso, no que me concerne, às minhas atividades lá no meu setor, não me compete.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, eu... Na verdade, o Senador Marcos Rogério já tinha desconstruído mais uma narrativa mentirosa por parte de alguns. Está muito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro aqui, tanto pelo seu depoimento – agradeço muito, Sr. William, o senhor ter vindo aqui –, como pelas provas documentais que foram apresentadas à CPI e ao Brasil, agora, que era impossível o Presidente Bolsonaro ter visto essa primeira *invoice* na data em que o Deputado Luis Miranda afirmou que apresentou a ele; isso está também na rede mundial de computadores para quem quiser assistir. Está comprovado que é impossível haver qualquer crime de prevaricação, até porque, por mais que o Sr. Deputado tivesse levado na pessoa errada, ele tinha que levar na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, mas ele fala: "Levei no Chefe Maior da Nação". Ainda assim, ele cobrou providências por parte dos seus subordinados; a resposta que veio foi de que não havia nada de equivocado, o processo administrativo estava transcorrendo dentro da normalidade. Então, não tem o que falar com relação a essa acusação frágil, infantil ao Presidente Bolsonaro.

Então, no momento, Presidente, eu estou satisfeito já. Qualquer coisa, eu volto, aqui, a fazer uma intervenção.

Obrigado.

Obrigado, Sr. William.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado a você, Senador.

Eu quero agradecer a presença de todos, agradecer o Sr. William Amorim Santana, agradecer a senhora advogada que o acompanhou.

E nós vamos...

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 33ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a se realizar na terça-feira, às 9h, para ouvirmos Emanuela Medrades, Diretora Técnica da Precisa Medicamentos.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Emanuela Medrades. Finalidade:** Depoimento. Oitiva da Emanuela Batista de Souza Medrades, Diretora Técnica da Precisa Medicamentos, em atendimento aos requerimentos 532/2021 e 987/2021. **Resultado:** Oitiva reagendada para o dia 14 de julho de 2021. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1111 de 2021** que : "Requer que a Polícia Federal compartilhe o inteiro teor do depoimento prestado pela Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades no dia 12 de julho de 2021." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/13>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades, Diretora Técnica da Precisa Medicamentos, em atendimento aos requerimentos de autoria dos Senadores Alessandro Vieira e Otto Alencar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Na sessão do dia 26 de maio, estavam na pauta desta CPI as convocações de vários Prefeitos de cidades, majoritariamente capitais, onde ocorreram operações da Polícia Federal. Após uma reunião fechada, sem a minha concordância, tais requerimentos foram retirados da pauta e, desde esse momento, apesar da minha insistência e do anseio do povo brasileiro no sentido de que se investigue a malversação de verbas federais pelos Estados e Municípios, não retornaram para nossa deliberação ainda. Portanto, lá se vão mais de 45 dias sem que esta Comissão tenha voltado a se manifestar sobre esse assunto. Tal silêncio, no meu modo de entender, é inaceitável.

Desde o início da pandemia, foram centenas de Municípios que entraram na mira da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União e do Ministério Público Federal em operações conjuntas que se espalharam por todo o País. Apenas a título de exemplo, foram alvo das operações da CGU 178 atores públicos; desses, 103 eram municipais; 73, agentes públicos; e 36, fundos ou órgãos públicos. Os possíveis crimes imputados aos gestores municipais são os mais diversos, entre eles: irregularidades no processo de licitação; utilização de empresa fantasma; adulteração, falsificação documental; contratação de empresa sem capacidade técnica e operacional; sobrepreço; superfaturamento na aquisição de bens ou prestação de serviços. Portanto, são crimes gravíssimos contra administração pública, principalmente em época de pandemia, quando tantos estão morrendo ou passando fome.

Aproveito para dizer que podemos estar perdendo, Sr. Presidente, uma ótima oportunidade de chamarmos ainda esta semana o Ministro Wagner Rosário, convocação aprovada por todos nós no dia 10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de junho, ou seja, há mais de um mês, e que poderia se materializar nessa quarta-feira no lugar, por exemplo, do Sr. Amilton Gomes, que já apresentou atestado médico, alegando estar momentaneamente impossibilitado de vir à CPI. Entendo não ser tão necessária a convocação tão urgente do Reverendo para perícia médica a fim de comprovar a alegada enfermidade. Por mais que esse depoimento seja relevante – e é – para o rumo das investigações, acredito particularmente que mais alguns dias – um ou dois dias – não trariam solução de continuidade para as apurações, ao passo que abririam espaço para a vinda do Ministro da CGU, importante personagem para esclarecer desvios de dinheiro público em Estados e Municípios. Aliás, o Ministro disse que quer vir – já deu entrevista dizendo que quer vir.

Para encerrar, Sr. Presidente, diante de todo o exposto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É bom que ele também esclarece do Governo Federal, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deveria fazer o papel...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Inclusive foi a alegação do Senador Randolfe no dia em que a gente aprovou. E eu concordo com ele: acho que tem que trazer para investigar Governo Federal, Estados e Municípios.

Para encerrar, Sr. Presidente, diante de todo o exposto e dos demais indícios graves de mau uso de verbas públicas federais por diversos Municípios do nosso País é que recorro a V. Exa. para que voltemos a colocar em pauta todos os requerimentos de convocação de Prefeitos e ex-Prefeitos das cidades onde foram realizadas operações de órgãos federais de fiscalização e controle já apresentados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito para perguntar também sobre os requerimentos da semana passada: quando é que o senhor prevê colocar em votação?

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, eu teria o maior prazer de fazer o que V. Exa. me pede, mas está se tornando rotineiro que todas as pessoas que estão sendo investigadas – até porque a lei é assim e o permite – consigam *habeas corpus* para ficar em silêncio aqui. No caso que V. Exa. está falando, dessas pessoas que já estão sendo investigadas e que o senhor quer convocar, elas também teriam o mesmo direito se estivessem aqui. Isso tem atrapalhado um pouco as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas investigações e é uma coisa que nós temos que conversar sobre como nós podemos fazer isso. V. Exa. não tenha dúvida de que lhe dou toda razão em relação a Município ou a qualquer outro órgão; sem problema nenhum. A omissão de muitos tribunais de contas no Brasil afora, que estão vendo tudo acontecer e, por incrível que pareça, não tomam nenhuma providência, isso está acontecendo no meu Estado inclusive. Tudo que aconteceu no meu Estado tem liminar. Veja bem, tem liminar do Tribunal de Contas para pagar indenizatório no meu Estado. Só isso: liminar na área de saúde! Mas isso é uma coisa nossa lá, eu não quero entrar aqui em detalhes. V. Exa. tem toda a razão, mas, como estão se apegando à questão de investigação já sendo feita pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, para aqui chegarem e se manterem calados, nós temos que ter uma estrutura. Eu acho que a gente pode conversar sobre isso, sim, Senador. Será um prazer falar com V. Exa.

Senadora Simone.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria só um registro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu acho que nessa linha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Simone pediu primeiro...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, desculpe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois é V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, a minha Líder tem precedência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagine, imagine... A Senadora Eliziane é que tem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem, ouviu, Presidente?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Questão de ordem também, Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho aqui um pedido dos servidores da Consultoria Legislativa do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 11, agora, de julho, no domingo, faleceu uma servidora desta Casa, uma consultora muito querida, com pouco mais de 40 anos de idade. Pediram que eu pudesse mostrar aqui a foto dela – acho que a maioria sabe: uma jovem ainda. Eles escreveram aqui, num ato muito singelo e muito bonito, e pediram que eu pudesse, em nome da Bancada Feminina, mas também dos Senadores, externar o nosso pesar. Se V. Exa. me permitir apenas um minuto:

Os servidores da Consultoria Legislativa do Senado Federal estão com o coração tomado de tristeza pelo falecimento da jovem e querida colega Fabiana Damasceno, ocorrido na madrugada do último domingo, dia 11 de julho, em razão de complicações da covid-19. Essa perda dói muito. Dói porque Fabiana tinha espírito leve e alegria contagiante, inteligência generosa e gosto por seu trabalho. Dói porque Fabiana queria muito viver e lutou pela vida com todas as suas forças até o fim. Dói porque Fabiana morre no momento em que o avanço da vacinação traz alguma esperança de que essa doença seja controlada. É uma perda ainda mais sentida por conta da revolta e do desamparo de saber que esta morte, a exemplo de dezenas de milhares de outras, também poderia ter sido evitada.

Nascida no Estado de Goiás, Fabiana era brasiliense de coração e amava os espaços verdes desta cidade jardim. Graduada em Letras Português-Espanhol e especialista em Tradução, foi professora da educação básica na Secretaria de Educação do DF e, desde 2014, era Consultora Legislativa desta Casa. Companheira de trabalho exemplar e exímia nas escritas de textos, Fabiana era uma presença reconfortante neste meio muitas vezes inóspito, esbanjando bom humor, delicadeza e firmeza, sempre com muita discrição, características espelhadas no sorriso largo e acolhedor que iluminava os espaços onde circulava. A colega confiável, segura e alegre fará imensa falta. A equipe de trabalhadores e trabalhadoras da Consultoria Legislativa, em particular, lida hoje com profunda dor e leva nos ombros o compromisso de ser sua melhor versão a cada dia, para, assim, honrar a memória desta querida companheira, tão precocemente arrancada de nossas vidas.

Fabiana segue vivendo em nós por tudo que conosco compartilhou, por tudo que nos ensinou. Nós também seguimos com ela, no afeto perene e na admiração, agora cheia de saudade. Por ela e pelas pessoas que ainda poderiam estar vivas, levantamos nossa voz e seguimos em frente, na luta. Aos colegas e à família de Fabiana, dirigimos os [...] [nossos] sinceros sentimentos e toda nossa solidariedade. Saibam que vocês não estão sós.

Esse foi um pedido dos servidores da Consultoria e pediram também que externássemos nossa solidariedade e a nossa saudade a todos os familiares das 534.311 vítimas da Covid-19.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Simone Tebet...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A gente poderia fazer um minuto de silêncio em homenagem a ela e aos demais 534 mil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Podemos fazer um minuto de silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes do silêncio... Na verdade, a minha fala – e, aí, eu também, pegando aqui a foto da Fabiana, Presidente – era exatamente na linha do que a minha amiga, nossa Líder Simone Tebet colocou, registrando também aqui o nosso pesar, a nossa dor pela partida tão precoce da Fabiana, que deve ter auxiliado, eu acredito, todos os Senadores desta Casa em algum momento. Jovem, lutou 50 anos, ou melhor, 50 dias no enfrentamento da Covid e, infelizmente, não resistiu.

Então, também quero deixar aqui o meu registro, a minha homenagem a ela, à família, aos familiares, assim também como a todas as 534.311 pessoas que, infelizmente, não resistiram e não foram alcançadas, infelizmente, Presidente, pela vacina. Portanto, o pedido também de um minuto de silêncio.

(Soa a campainha.)

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone e Senadora Eliziane, nós perdemos o direito de velarmos os nossos mortos e nos solidarizarmos presencialmente aos seus familiares. Aqui essa homenagem a essa servidora é estendida a todas aquelas pessoas no Brasil, porque, impossibilitados de fazê-lo, nós fazemos esse ato simbólico para nos solidarizarmos com todas as famílias que têm perdido pessoas queridas. Infelizmente, nós não podemos hoje dar um abraço na pessoa e mostrar um carinho pela perda. Isso aconteceu com todos aqui e com milhões de brasileiros lá fora.

Senador Rogério Carvalho, pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

Quer falar? Por favor. Depois eu falo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não. V. Exa. fala. Eu só estou registrando que também fiz um pedido pela ordem. Eu falo quando o Presidente definir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Primeiro, eu queria também me solidarizar com os familiares dos 534.311 mortos. E quero aqui trazer a minha contestação veemente à postura do Ministro da Defesa, que, ao invés de se posicionar a favor de uma CPI que cumpre o papel de desvendar e de explicitar para a população brasileira o que deu causa a essas 534.311 mortes, que têm rosto, como a da nossa servidora aqui do Senado e dos nossos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parentes e dos nossos amigos, fez uma ameaça ao Senado da República através de uma manifestação pública que tem como objetivo intimidar os trabalhos desta Comissão. E eu achei que poderíamos ter tido por parte da Presidência do Senado uma posição mais hígida, mais institucional na defesa do Senado da República.

E quero aqui também trazer para todos os Senadores, independentemente de bandeira partidária, uma questão central: o que nos faz estar aqui nesta Casa é a democracia; o que nos faz estar aqui é a garantia de um Estado democrático de direito e instituições democráticas. Portanto, é intolerável que qualquer membro deste Parlamento assuma a defesa de qualquer integrante de qualquer instituição republicana que ofenda a liberdade de expressão e que tente intimidar o trabalho de uma Casa parlamentar.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer que essa mistura que o Governo Bolsonaro tem feito... Não que eu tenha qualquer coisa contra e eu tenha uma avaliação negativa; eu acho que nós temos um Exército, uma Aeronáutica, uma Marinha com homens muito qualificados e mulheres – onde tem mulheres – absolutamente do mais alto nível; oficiais, generais, coronéis, tenentes-coronéis, major, capitães de alto nível, bem formados. Nós temos escolas – o ITA, a escola das Agulhas Negras –, nós temos instituições de ponta que são comandadas pelas nossas Forças Armadas. E, portanto, não se trata de qualificação. Agora, tem uma função precípua dos militares, que é a defesa da sociedade brasileira, que está definida na Constituição; e, quando esses militares da ativa exercem atividade civil, pode confundir e pode trazer para dentro das Forças Armadas a contaminação do mundo civil, a contaminação das relações políticas, da conformação de apoio parlamentar ao Governo.

E, neste sentido, eu tenho certeza de que o Ministro da Defesa, Braga Netto, deve ter muito receio dos contatos, das tratativas, do que ele fez na condição de Ministro da Casa Civil. E isso pode ser a base da tentativa de intimidar esta Comissão, para que esta Comissão não solicite, por exemplo, a comunicação interna dele com os demais ministros da Esplanada, para que a gente possa avaliar como ele se conduziu no combate à Covid-19. Talvez esse seja, no fundo, no fundo, o medo dele. Talvez essa seja a causa maior para uma nota que, em nome de se proteger, coloca exposto e expostas as nossas Forças Armadas. Expõe uma instituição que vinha num crescendo de credibilidade na sociedade; mistura essa instituição com atividades de outra natureza, que não têm a ver com o exercício constitucional definido para essas instituições.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui requerer que a Presidência desta Comissão solicite todas as comunicações via *e-mails*, do período em que o Ministro Braga Netto foi Chefe da Casa Civil, com o Ministério da Saúde.

No dia em que esta Casa ou qualquer Parlamentar se acovardar, a gente começa a desmoronar a nossa frágil democracia. Eu quero ver o que disseram quando impediram a Presidente Dilma de continuar na Presidência da República, eleita sem ter cometido nenhum crime – já arquivado pelo próprio STF –, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as instituições democráticas estavam funcionando plenamente. Eu quero ver se as nossas instituições democráticas estão no pleno vigor agora, ao solicitarmos informações de um ex-Ministro da Casa Civil que hoje é Ministro da Defesa e é militar da ativa. Eu quero ver, com estes olhos, eu quero ver se isso é verdade, se a nossa democracia amadureceu, se a nossa democracia está hígida, se a nossa democracia será respeitada e se a nossa Constituição será respeitada. Nós precisamos saber até onde vai essa sanha autoritária que tem conduzido o País. Nós precisamos fazer o teste, a prova dos nove da nossa democracia, da nossa institucionalidade democrática.

Por isso, Sr. Presidente, não é provocação, é dar o mesmo tratamento a todos, indistintamente, independentemente das funções que exerçam em cada momento da sua vida, porque é assim que a Constituição obriga que façamos esse tratamento, e é assim que a Constituição exige que o façamos no cumprimento das nossas obrigações enquanto Comissão Parlamentar de Inquérito, órgão com plenos poderes definidos pelo Plenário do Senado da República, instituição de quase 200 anos, Casa de Rui Barbosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Eu vou chamar a nossa convidada e depois passarei a palavra à Senadora Eliziane, ao Senador Eduardo Braga...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Um minuto! Um minuto aqui, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bem, mas, primeiro, deixe a nossa convidada entrar por favor.

Passarei a palavra a todos. (*Pausa.*)

Quanto à depoente Emanuela Batista de Souza Medrades, a Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Luiz Fux, no *Habeas Corpus* nº 204.422, com os seguintes termos:

[...] defiro a medida liminar, em parte, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de investigado, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem assim para que o dispense de responder sobre fatos que impliquem autoincriminação e, ainda, para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do uso da titularidade do privilégio contra a autoincriminação. Fica assegurado ao paciente o direito de assistência por advogado e de, com este, manter comunicação reservada durante o respectivo depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento, impondo-se, quanto aos fatos, em tese, criminosos de que a paciente seja meramente testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

V. Sa. está amparada por um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal e, por essa razão, não é obrigada a prestar termo de compromisso de dizer a verdade. No entanto, V. Sa. pode, se assim desejar, prestar esse compromisso.

É dever meu fazer esta pergunta: V. Sa. gostaria de prestar esse compromisso voluntariamente?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Presidente, já prestamos um depoimento na Polícia Federal sobre os fatos investigados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. Só estou perguntando se V. Exa. gostaria de prestar esse compromisso...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem da Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, aliás.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Exatamente.

O Supremo Tribunal Federal, Presidente, tem tomado decisões divergentes sobre temas similares. A gente tem visto isso. E isso não há dúvida que pode trazer alguns entraves no andamento desta Comissão. Logo lá no início dos trabalhos, quando tratávamos, por exemplo, das quebras de sigilos que foram estabelecidas por esta Comissão, e já naquele momento com algumas decisões do Supremo Tribunal Federal, eu coloquei aqui nesta CPI a necessidade de levar essas decisões para o Plenário, exatamente para que prevaleça, para que não prevaleça uma decisão individual em cima de um tema muito importante e complexo em que nós precisamos assegurar as nossas prerrogativas para termos, ao final, um relatório conclusivo com informações suficientes, que estarão aí compondo esse relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria deixar aqui este meu registro. Eu entendo que nós, inclusive aqui em nível de Casa Legislativa, precisamos aprimorar melhor a legislação para evitar, por exemplo, ao máximo possível, dirimir qualquer dúvida e evitar que decisões dessa natureza venham a ocorrer, porque é claro, é patente que essas decisões acabam inviabilizando as ações da CPI.

É bom lembrar também, Presidente, que, neste caso específico de hoje, na decisão que foi definida pelo Supremo Tribunal Federal, especificamente pelo Fux, ele cita que concede, por exemplo, à depoente, perante a CPI, a possibilidade de ficar em silêncio exclusivamente em casos que a incriminam. Então, é bom lembrar que nós temos este termozinho aqui: "exclusivamente". A depoente não pode, ao longo de toda a sua permanência nesta Comissão, ficar em silêncio quando se tratar, por exemplo, de questões que não a incriminem. E eu digo isso, Presidente, porque, no último depoimento que nós recebemos aqui, em que ficou em silêncio o Sr. Wizard, ele se colocou... Ele buscou, na verdade, o direito que lhe estava assegurado para nem responder qual era a sua religião. Onde é que incrimina uma pessoa não dizer sequer a sua religião?

Então, é bom que fique claro isto aqui tanto para a depoente como para o advogado que a está acompanhando: que a decisão impetrada pelo Ministro fala claramente da exclusividade em caso que a incrimine. Ou seja, em outros que não dizem respeito, por exemplo, a nenhuma ação que venha a incriminá-la, ela terá, portanto, a necessidade de responder a esta Comissão exatamente para que nós tenhamos um relatório, de fato, conclusivo, Presidente. O abuso do direito a ficar em silêncio nesta Comissão não pode ser algo permanente, não pode ser algo constante nesta Comissão. Nós não podemos, na verdade, abrir mão das nossas prerrogativas de investigação.

E nessa mesma linha, eu também quero deixar aqui um registro claro, Presidente: nós tivemos, na semana passada, aqui, notas feitas pelas Forças Armadas, posições, depois, reafirmadas pelo Comandante da Aeronáutica, que, diga-se de passagem, pela sua posição, nem deveria conceder aquela entrevista naquele nível... As Forças Armadas têm um nível de preservação próprio. Inclusive, elas nem estão na linha de frente. Por que existe Força Nacional hoje no Brasil? Para instalar um serviço extensivo numa junção que envolve, inclusive, militares, Forças Armadas, Polícia Militar, dada a necessidade de as Forças Armadas terem a sua posição, de fato, preservada.

Então, nesse sentido...

Senador Braga, V. Exa. só me permite concluir meu raciocínio?

Então, nesse sentido, Presidente, o Ministro Braga, que foi Ministro da Casa Civil, em havendo a necessidade de ser convocado a esta Comissão, ele tem que ser convocado. Nós não podemos nos submeter a um ato intimidatório e, aí, não fazer a nossa investigação devida. Precisamos fazer essa investigação. É bom lembrar que ele é integrante das Forças Armadas, mas também é integrante de um Governo. Se ele está num ministério – ou esteve, porque agora ele está na Defesa –, num ministério



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégico, a Casa Civil, e for necessário ser convocado, ele terá de ser convocado, como terá de ser convocado o Onyx. Qual a diferença entre ele e o Ministro Onyx, na posição que ele assume dentro do Governo? Nenhuma. Então, Presidente, pau que bate em Chico bate em Francisco. Se houver a necessidade dessa convocação, ela tem que ocorrer para o bem e para o prosseguimento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A depoente tem um *habeas corpus* muito claro do Ministro Fux. Caso não o cumpra, ela estará descumprindo uma decisão do próprio Ministro Fux. Só ficará em silêncio se se autoincriminar. Então, como V. Exa. diz, é uma decisão que o Ministro dá para protegê-la, como investigada, mas não dá esse direito todo para que não responda a questões que não são direcionadas a ela.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Presidente, colegas Senadores, primeiro, eu quero também fazer aqui minhas, Sr. Presidente, as palavras da Senadora Simone e da Senadora Eliziane com relação à Dra. Fabiana Queiroz Damasceno, que, aos 46 anos de idade, em pleno processo de esforço concentrado do Senado, nos deixa, perdendo a luta contra a Covid-19. A Dra. Fabiana ficou 50 dias internada, Sr. Presidente, o que mostra que essa doença é uma doença traiçoeira e que não mede proporções entre os mais jovens, entre os mais idosos. Ela tem uma relação com as pessoas absolutamente desproporcional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu também quero, antes de entrar no ponto em que vou entrar, fazer aqui um registro, porque, veja, Presidente, nós fizemos, ano passado, um esforço concentrado quando da Marcha dos Prefeitos, e, naquele mesmo momento, alguns funcionários do Senado e o nosso querido Senador Major Olímpio foram infectados de Covid-19, e nós viemos a perder o Major Olímpio, como perdemos já 534.311 brasileiros. Agora, mais recentemente, no último esforço concentrado, nós tivemos também a infecção do Senador, querido Senador, nosso companheiro inclusive aqui, na CPI, Otto Alencar.

Isso tudo mostra que nós estamos, efetivamente, aqui na CPI, em busca de encontrar luzes sobre o que aconteceu e mostrar caminhos para que nós possamos, o mais rápido possível, sair desse enfrentamento da pandemia.

E os comportamentos, Sr. Presidente, com relação às decisões do Supremo relativas aos depoentes, às quebras de sigilo, à pretensão de ouvirmos outras pessoas envolvidas, me ocorreu, Presidente, que, talvez, V. Exa., na condição de Presidente desta CPI, com um pequeno grupo de Senadores, juntamente com o Presidente do Senado, nós pudéssemos ter uma conversa com o Supremo Tribunal Federal para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós pudéssemos restabelecer os paradigmas e os parâmetros para que as investigações estabelecidas por esta CPI possam ter curso.

Acho que é fundamental, acho que é necessária uma reunião do Presidente do Senado, do Presidente da CPI, do Relator e do Vice-Presidente da CPI com o Presidente Fux, do Supremo Tribunal Federal, para que, no princípio constitucional da independência dos Poderes e da harmonia dos Poderes, no cumprimento da nossa função constitucional de fiscalizar o Poder Executivo, nós possamos restabelecer a ordem e os paradigmas, para que nós não tenhamos as nossas decisões permanentemente bloqueadas, suspensas, reduzidas por decisões de diversos ministros do Supremo. Não foi apenas um que tomou essa decisão; foram diversos ministros do Supremo que tomaram essa decisão.

Eu falo nesse sentido porque acho isso importantíssimo. Nós estamos em uma fase importantíssima da nossa investigação, chegando, portanto, a uma fase de amadurecimento, em que eu não vejo alternativa, Presidente Omar, senão a de a Comissão, através de V. Exa., do Senador Renan, Relator, e do Senador Randolfe, Vice-Presidente, procurar o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente da nossa Casa, no sentido de estabelecer uma hora e um diálogo com o Presidente do Poder Judiciário, a fim de que possamos restabelecer os equilíbrios de peso e contrapeso da relação independente e harmônica que deve haver entre os Poderes da República.

Li, nos jornais, hoje, que o próprio Presidente Fux está propondo uma reunião dos três Presidentes, chefes dos Poderes. Ora, essa deveria ser uma pauta para essa reunião dos três Presidentes dos Poderes da República. E que o Presidente do Senado da República possa interpretar os anseios, as necessidades constitucionais desta Comissão, para que fatos como o de hoje, com todo o respeito à Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades... Com todo o respeito, é para que não tenhamos, na semana que vem ou ainda nesta semana, outras decisões que impeçam o nosso trabalho em função de uma posição do Supremo que, a meu juízo, vai além daquilo que competiria ao Supremo. No caso, por exemplo, a Dra. Emanuela não é sequer investigada. Ela é uma testemunha técnica que teve participação técnica, tão somente técnica, no contrato. Portanto, não é investigada e, mesmo assim, veio com uma liminar para que não se pronuncie naquilo que ela acha que seja autoincriminador.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. encaminha muito bem, Senador Eduardo Braga.

Deixo claro que esta CPI só está em funcionamento porque o Ministro Barroso concedeu um *habeas corpus* impetrado pelo Senador Alessandro e outros Senadores para que ela pudesse funcionar.

O Presidente Rodrigo Pacheco, ontem, ao telefone comigo, à noite, disse que amanhã prorrogará a CPI, mas teremos uma reunião com ele, até porque nós temos algumas coisas para encaminhar agora no recesso que dependem da decisão do Presidente Rodrigo Pacheco. Nós... Eu não, mas o Senador Renan



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Calheiros, o Senador Randolfe, o Senador Alessandro já estiveram conversando com o Ministro Fux sobre a questão da CPI e sobre esses entraves e tal.

A nossa depoente de hoje, para vocês terem uma ideia, foi ontem ouvida pela Polícia Federal – foi ouvida lá ontem! Inexplicavelmente, o Sr. Maximiano se torna investigado um dia antes de vir depor e, inexplicavelmente, a nossa depoente de hoje também é ouvida um dia antes de vir depor. Não quero eu aqui fazer qualquer tipo de pensamento de que há um movimento. Longe de mim falar isso da Polícia Federal, mas é estranho e, pra mim e como pra muitos outros aqui, como jabuti não sobe em árvore, nós não podemos entender como é que são feitas essas coisas. Mas, como o Supremo tem se comportado à luz da lei, podem ser minutos antes; se for investigada, o Supremo tem dado isso.

Mas eu acho que uma discussão pra que a gente possa colocar algumas coisas que estão acontecendo de pessoas que são testemunhas e passam a ser investigadas imediatamente – o.k.? –, isso tem proporcionado para que a simples quebra de sigilo duma pessoa não quer dizer que ela está sendo investigada. Quebrar o sigilo de uma pessoa não quer dizer, ela se torna investigada depois se se encontrar alguma coisa errada na quebra de sigilo. Então, estão usando esse artifício da quebra de sigilo, como se quebra de sigilo já fosse investigada. Dificilmente aqui nós que somos homens públicos não tivemos nossos sigilos quebrados há muito tempo nem fomos investigados, porque, não achando alguma coisa, não investiga. Só se investiga quando tem indícios de alguma coisa. E muitas vezes você tem uma informação e essa informação é levada a isso.

Então, é o meu entendimento. Se eu estiver errado, é importante que juristas e pessoas que entendam mais do que eu sobre essa questão me digam. Agora, dois fatos, Senador Eduardo Braga, chamam muito a atenção: o Sr. Maximiano se torna investigado um dia antes de vir me depor; e a Sra. Emanuela, depôs, ontem, a Polícia Federal, igualmente. Então, é uma coisa muito rápida.

Eu vou ouvir o Senador Alessandro, o Senador Humberto, o Senador Randolfe, o Senador Marcos Rogério, o Senador Heinze, o Senador Izalci. Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem muito Senador para ouvir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – É apenas pra me posicionar e garantir que a gente tenha um depoimento adequado e respeitoso. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, liminarmente, indeferiu o pedido de não comparecimento e impôs à depoente, quanto aos fatos em tese criminosos de que a paciente seja meramente testemunha o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal. Então, a Sra. Emanuela não está isenta de responder aos questionamentos dos Senadores, em especial com relação aos fatos nos quais ela figura como mera testemunha, e iniciamos muito mal com ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respondendo com: "Me reservo ao direito de ficar calada" à pergunta se assumia ou não o compromisso de dizer a verdade. Então, seguramente, os advogados que muito bem a assessoram vão poder orientá-la, porque ela tem, sim, obrigação de responder com relação a todos os fatos que ela testemunhou. Ela não tem o dever de responder, mas pode fazê-lo, com relação a fatos que imputem a ela mesma a condição de criminosa. A CPI não está fazendo isso.

Então, só para repor os fatos, para que a gente tenha uma oitiva que seja produtiva e respeitosa para todos. Ela já foi retardada por mais de uma hora numa tentativa de que ela sequer comparecesse à CPI, o que está fora do que foi deferido pelo Supremo. Então, a CPI não pode dar espaço e palco para manobras jurídicas que não têm nenhum tipo de lastro na justiça ou na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente, eu não tive a oportunidade de antes me manifestar – não tivemos reunião da CPI – no dia em que aquela nota que foi publicada pelo Ministro da Defesa, juntamente com os três comandantes militares, veio a público. Na hora em que V. Exa. se manifestou em Plenário, eu não estava, nem também acompanhei a fala do Presidente Rodrigo Pacheco. Mas eu quero aqui me solidarizar de forma integral com V. Exa., com o discurso que V. Exa. fez, com a clareza, com a firmeza e, acima de tudo, com a tranquilidade de colocar a verdade dos fatos. Em nenhum momento, V. Exa., aqui, fez qualquer agressão a qualquer instituição de Estado brasileira. Portanto, a fala de V. Exa. tem o meu apoio integral.

Segundo, no nosso partido, eu, como Senador, assinei, e assinamos todos uma nota em que nos manifestamos sobre aquele posicionamento, e eu aqui estou integralmente me associando às preocupações que foram demonstradas aqui pelo Senador Rogério Carvalho e pela Senadora Eliziane. Eu entendo que, quando os Comandantes das Forças Armadas autorizaram que membros da ativa do serviço militar assumissem funções civis, sabiam que eles teriam que estar submetidos a todos os controles a que todos os civis se submetem ao assumirem funções públicas. Aqui não está em julgamento a instituição, mas evidentemente e lamentavelmente têm surgido muitas pessoas que, sendo integrantes das Forças Armadas, se fizeram também ocupantes de cargos civis e a quem nós não podemos dar um tratamento diferenciado; ao contrário, tem que ser o mesmo tratamento. Quem cometeu qualquer malfeito tem que ser tratado por esta CPI da mesma forma. E nós não vamos nos submeter a qualquer tipo de intimidação, venha de onde vier, parta de onde partir. São milhões de pessoas hoje no Brasil que esperam desta CPI uma posição isenta, mas, ao mesmo tempo, uma posição muito firme em relação ao fato de termos 534.311 mortos pela inoperância, pela incompetência, pela omissão do Governo do Presidente Bolsonaro.

E temos que aqui afirmar com toda a clareza: a função de existir o Parlamento só se deve a nós termos a democracia. Sem democracia, não há Parlamento; há um arremedo, como foram durante os muitos anos em que o Congresso Nacional conviveu com o regime militar, lhe dando a imagem de que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivíamos em uma democracia. Então, aqueles que integram o Parlamento e que não fazem a defesa do Parlamento, não fazem a defesa do mandato parlamentar, não estão contribuindo para a preservação e o aprofundamento da democracia.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria me associar à preocupação do Senador Eduardo Braga. A Constituição é muito clara. Ela diz que o Parlamento, que Poder Legislativo, tem dois grandes papéis importantes: um é a votação, a elaboração das leis, a votação do orçamento, o acompanhamento, enfim; o outro é a fiscalização das ações do Executivo, em particular. Ora, nós estamos chegando a uma situação em que essa função está completamente tolhida. A CPI é um dos principais instrumentos dessa fiscalização, mas, quando, o tempo inteiro, as iniciativas que tomamos numa CPI como esta, que está sendo acompanhada pelo Brasil inteiro... O Brasil inteiro está acompanhando o funcionamento da CPI e as decisões que tolhem o funcionamento da CPI.

Por essa razão, eu creio que nós devemos, sim, seguir a sugestão do Senador Eduardo Braga, de uma discussão e um entendimento em particular com o Poder Judiciário, com o Supremo Tribunal Federal. Ora, se o papel do Supremo é o controle do cumprimento da Constituição, como é que a CPI não pode praticamente ouvir ninguém? Transformou-se agora essa história de ser investigado quase que num pretexto para as pessoas não poderem vir aqui, às vezes, opinar sobre coisas com as quais elas não têm qualquer relação direta, mas que elas acompanharam, que elas viram, que elas podem ajudar.

Uma das coisas que nós mais temos visto nos últimos tempos, e cada um aqui viveu a sua experiência no contato com as pessoas... São dois. O primeiro é o apoio que a população tem dado a esta CPI. Há uma expectativa gigantesca em relação a esta CPI. E o segundo é o questionamento de sempre: será que não vai acabar em pizza? É importante dizer que, a depender dos Senadores que estão aqui, não vai. Agora, decisões – não estou nem me referindo a essa em particular – que têm acontecido repetidamente e que nos impedem de fazer esse trabalho de investigação, isso, sim, pode nos levar a chegarmos ao final sem uma resposta concreta para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, em relação à Dra. Emanuela, depoente de hoje, é importante nós... Eu acredito assim, preliminarmente, que são necessários dois encaminhamentos: o que aqui foi sugerido pelo Senador Eduardo Braga, para dialogarmos com o Supremo Tribunal Federal à luz das decisões que tem exarado; mas é fundamental aqui o esclarecimento que já foi prestado, e nós reiteramos, sobre a condição de testemunha em que a Dra. Emanuela comparece a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A Dra. Emanuela foi convocada nos termos do Requerimento nº 987, do Senador Otto Alencar. Pelo que nos consta, Sr. Presidente, a administração da Precisa, nos termos do contrato social da empresa,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabe ao Sr. Francisco Maximiano, e não à Dra. Emanuela. Segundo o contrato, é o Sr. Francisco Maximiano quem possui a competência para – abre aspas – "administrar, gerir, superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou, por qualquer forma, adquirir bens móveis ou imóveis da sociedade, determinando os respectivos termos e condições", ou seja, o foco da investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito é o Sr. Francisco Maximiano pelas notórias informações que esta CPI tem.

Cabe também ao Sr. Francisco Maximiano, cabe a ele firmar os compromissos relativos à sociedade empresarial, à Precisa. A Dra. Emanuela é Diretora Técnica dessa farmacêutica, Diretora Técnica não estatutária, de modo que as atribuições da Dra. Emanuela envolvem tão somente aspectos técnicos e científicos. E é por isso a convocação de S. Sa. na condição de testemunha. É a administração técnica e científica ligada aos produtos farmacêuticos comercializados pela Precisa. Então, em aspecto nenhum, Dra. Emanuela e senhores advogados, com a devida vênua e acatamento, pelos quais presto homenagem à Ordem dos Advogados do Brasil, em momento algum, a ideia da inquirição da Dra. Emanuela aqui é na condição de investigada – em momento algum! –, até pelas atribuições que ela possui no âmbito da Precisa.

E, ao que nos parece, a depoente atuou nos limites do contrato social da Precisa. É inequívoco, até pelo contrato social da Precisa, que não cabia à depoente representar ou assumir qualquer obrigação em nome da empresa, mas apenas lidar com questões técnicas ligadas aos produtos comercializados. É sobre esses fatos que nós pretendemos ter aqui o devido esclarecimento.

Vejam: um dos objetos da apuração desta Comissão, Presidente Omar e Sr. Relator, Renan Calheiros, é a circunstância da negociação da Precisa com o Ministério da Saúde a respeito da vacina Covaxin. É esse o foco. Nós aqui... Esta Comissão não está focando na vacina em si, mas nos aspectos da negociação. É esse o foco da investigação desta Comissão. Foi para isso que nós voltamos desde a circunstância do depoimento aqui dos irmãos Miranda. Evidentemente, a depoente, relativamente a esses fatos, não tem outra classificação que não seja a classificação de testemunha. As atribuições do cargo da depoente não envolvem a representação da sociedade. Essa cabe ao Sr. Francisco Maximiano.

Assim, Sr. Presidente, a questão de ordem que lhe faço, aqui apelando para a douta defesa aqui presente, para a Dra. Emanuela Batista, é que... Rogo a compreensão da douta defesa nos limites da compreensão do Supremo Tribunal Federal. Rogo também à Dra. Emanuela que, diante desses fatos, diante da decisão clara, já exarada pelo Supremo Tribunal Federal, a depoente não se negue a responder as perguntas da Comissão em relação a dois fatos. O primeiro é a conduta, o comportamento do Sr. Francisco Maximiano; e o segundo, concretamente, a se limitar às atribuições técnicas dela no processo de negociação com o Ministério da Saúde. É mais uma questão de apelo, de reflexão que peço à defesa, à própria depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reitero aqui dizer que, se tem alguns aqui nesta Comissão, senhores advogados, que defendem as prerrogativas constitucionais e que defendem as atribuições do Supremo Tribunal Federal somos nós. Nenhum de nós aqui – nem eu, nem o Senador Humberto, nem o Senador Fabiano – em algum momento propusemos atear fogo no Supremo Tribunal Federal. Aliás, esta CPI revelou algo importante, Presidente: alguns que outrora propuseram atear fogo no Supremo, resolveram recorrer ao Supremo. Que bom! Eles compreenderam a importância do Supremo. Não é o caso da defesa, não é o caso da Dra. Emanuela, mas alguns outros: o Ministro Pazuello, por exemplo, foi lá ao Supremo. Que bom! Isso é didático. Eles aprenderam a importância democrática. O Coronel Elcio, eu acho que era um árduo defensor do fechamento do Supremo Tribunal Federal: ele compreendeu. Foi didática, Senador Izalci, esta Comissão: eles compreenderam a necessidade do Judiciário, de equilíbrio entre os Poderes atuando. No Judiciário pode caber discordar, pode caber divergir, cabe na democracia e se recorre das decisões, não é? Então, esta CPI já tem cumprido um papel didático muito importante. Então, nós somos os primeiros, Dra. Emanuela, doutra defesa, a defender as prerrogativas que a Dra. Emanuela aqui está requisitando.

Mas reitero: o comparecimento de V. Sa. aqui é na condição de testemunha. V. Sa. não é investigada. Se na Polícia Federal a colocaram como investigada, me parece que é um procedimento inadequado. Nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, a senhora é testemunha. Um dos focos da investigação é o Sr. Francisco Maximiano e não senhora. Da senhora rogo para que reflita sobre a possibilidade de contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhora depoente, Dra. Emanuela, advogados que a acompanham, na pessoa do Dr. Ticiano quero cumprimentar a todos.

Bom, se a Dra. Emanuela Medrades não é suspeita nem tem atribuições negociais, então, a CPI, sem qualquer lastro, evidência ou suspeita quanto a ela, cometeu ato abusivo e constrangimento ilegal. Não se engane, Dra. Emanuela, V. Sa. está aqui na condição de investigada, sim. No dia 30... No dia 30, esta CPI teve a iniciativa de quebrar o seu sigilo. E não estou falando isso aqui para lhe dizer que fique em silêncio, porque acho que o seu papel aqui é importante para a CPI, é importante para o Governo e é importante para o País, porque V. Sa. é quem teve acesso com os servidores do Ministério da Saúde e estabeleceu tratativas sobre a questão das *invoices* e os ajustes formais nesses documentos. Então, o seu depoimento é importante e nos dá uma oportunidade de esclarecimento, mas não se pode tentar driblar a verdade: é preciso, a não ser que alguém me prove – e quem é mais especialista do que eu em investigação – que o ato de quebra do sigilo não é um ato de investigação.

Se me disserem que ato de quebra de sigilo não é ato investigativo, então eu vou repensar. Penso até, Sr. Presidente, que a partir de agora, quando o depoente comparecer a esta CPI, até por obrigação legal, cabe à Presidência da CPI, ao tomar o compromisso, informar que quem está na condição



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

testemunha também está na condição de investigado, porque essa prova não teria validade nenhuma em outras circunstâncias, se não lhe for informada a condição em que ele se encontra no âmbito da CPI.

Mas o apelo que faço aqui, Dra. Emanuela, é no sentido de que fale, fale, fale a verdade, não abra mão de falar aquilo que é verdade, aquilo que é honesto, aquilo que é fruto dos acontecimentos. Qualquer outra ilação, acusação, não deve ser objeto de resposta, mas aquilo que está relacionado exclusivamente com o papel que V. Sa. cumpriu nesse processo... Eu respeito a posição dos advogados que tecnicamente lhe orientam, mas penso que não há qualquer prejuízo, mesmo à defesa, em se falar quanto aos fatos, quanto ao que aconteceu. Quanto a qualquer outro tipo de tratativas, o próprio Senador que me antecedeu já disse aqui: há outra figura na empresa que responde pelas negociações, pelas tratativas e que já foi, inclusive, convocada a esta CPI e oportunamente, certamente, terá que vir aqui.

Mas em relação à troca de mensagens – como foi, como aconteceu, em que termos foram essas tratativas –, V. Exa. tem muito a contribuir com esta CPI. Então, eu apenas estou fazendo esse registro para estabelecer qual é a real condição em que V. Sa. se encontra aqui, mas, ao mesmo tempo, para fazer um apelo para que fale a verdade sobre esses fatos. Esta CPI até aqui tem muitas narrativas. A verdade está em algum lugar e V. Sa. é uma dessas pessoas, profissionais que teve contato com fatos, provas e pode trazer à CPI e ao Brasil esclarecimento da verdade. É o apelo que faço a V. Exa. no sentido de que não abra mão do direito de repor a verdade no âmbito desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Heinze e aí eu vou ouvir a Sra. Emanuela.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Perfeito.

Sr. Presidente, eu vou tentar ser breve. Obrigado pela oportunidade. Eu queria fazer alguns esclarecimentos aos colegas que eu reputo importantes. Primeiro que o direito constitucional de permanecer ao silêncio é uma garantia expressa no art. 5º, LXIII, até mesmo porque ele vem do Pacto de São José da Costa Rica, no art. 8º, alínea "g", que fala direito de não ser obrigado a depor contra si próprio ou confessar-se culpado. Então, eu acho que a relação entre o Poder Judiciário e o Legislativo é de obediência à Constituição. Não tenho dúvida disso.

Mas eu queria fazer um esclarecimento e queria até questionar os advogados se eles também representam o Sr. Maximiano ou tão somente a depoente e a Precisa. O senhor pode, por gentileza, nos responder isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – A gente até juntou procuração nos autos, Excelência. A gente representa o Francisco e a Emanuela.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Eu só queria também, doutor, assim como sou inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil com muito orgulho, é a instituição que eu mais defendo, eu queria que V. Exa. alertasse a depoente que, caso ela não se comprometa a dizer a verdade na qualidade de testemunha nos pontos em que ela não for investigada, ela está praticando o crime de desobediência, previsto no art. 330. O Código Penal é claro quando ele diz: "Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena [...] de quinze dias a seis meses, e multa".

Então, eu faço o encaminhamento, Sr. Presidente, que caso a depoente insista em se recusar inclusive de se comprometer a dizer a verdade do que souber e que for perguntado nos estritos limites da decisão do Supremo em que ela tem o direito de permanecer calada nos fatos em que a incriminem, se ela se recusar inclusive o juramento de dizer a verdade, acho que esta CPI teria que ter, sob pena até mesmo de não estar cumprindo a lei – porque o crime de desobediência previsto no art. 330 é de ação penal pública incondicionada –, levar ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal que ela não estaria cumprindo a decisão do eminente Ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, só para esclarecer para S. Exa. o Senador que ela foi orientada pela defesa a não responder sobre os fatos que a envolvam. E a decisão sobre os fatos que a envolvam... V. Exa. chama isso de "que a incriminam", e a defesa está chamando de "que a envolvam", porque já foram esclarecidos à Polícia Federal, ao Ministério Público, CGU, etc. Aliás, quem primeiro tratou dela como investigada foi um requerimento desta CPI, salvo engano não sei se foi do Senador Alessandro Vieira. Sobre os fatos que a envolvam, quem decide o que é fato que a envolve ou não, salvo melhor juízo, é a própria depoente. Então, não é uma...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas no início, quando o Presidente fala assim: "A senhora se compromete a dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado" é dos fatos que não a incriminem. Então, ela tem que se comprometer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem ela foi ouvida pela Polícia Federal como investigada ou como testemunha?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Foi como investigada. Inclusive o termo de declaração está aqui, e eu vou juntar. E V. Exas. podem, inclusive, requisitar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está como investigada? O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, mas aqui está claro na decisão do Ministro Fux. Eu vou me basear na decisão do Ministro Fux. Quando perguntada, se não deixar de responder, nós vamos dizer: "Ministro Fux, olha, ela está se descumprindo a sua decisão. Não é nossa, tá?"

Vamos dizer como é que é o bê-á-bá.

Senador de Cacequi.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Senador Omar Aziz, eu primeiro queria me associar aos colegas Senadores e Senadoras com relação à homenagem prestada pelo falecimento de Fabiana Queiroz

Mas também quero citar um fato positivo. Nós tivemos um colega Parlamentar nosso, Afonso Hamm, que estava com Covid e recebeu alta no início desta semana na Santa Casa de Porto Alegre. E temos outro colega Parlamentar, meu amigo também, Pedro Westphalen, Deputado desta Casa, que está ainda lutando lá contra o Covid.

E, com relação a essa instituição, Senador Eduardo Braga, eu quero fazer menção que a Santa Casa de Misericórdia é de 1803, portanto, tem 218 anos. É uma instituição, Senador Girão, que dá orgulho para nós, com 8 mil funcionários, dos quais 2,7 mil são médicos. Ontem a homenagem foi à bancada federal do Rio Grande do Sul, que, de 2009 até agora, já aportou R\$178 milhões; 76 milhões aplicados lá, 27 de recursos próprios da instituição. Eu queria que V. Exa. visse: centavo por centavo prestados conta. Então, a bancada federal foi lá receber uma homenagem da Santa Casa. Essa instituição atendeu 25 mil pacientes Covid, 5 mil internações e 2 mil UTIs ao longo do período; 188 leitos de UTI e 311 de enfermaria Covid também. E, além disso, não deixou de assistir a população: 918 mil consultas, nesse período, extracovid; 67 mil internações não Covid; e 70 mil cirurgias.

Então, é um orgulho para nós, gaúchos. E, em nome do Sr. Alfredo Englert, que é o provedor, e Julio Dornelles, que é o administrador da Santa Casa, então, esses eu quero homenagear, em nome dos 8 mil funcionários daquela casa, pelo excelente serviço à saúde prestado. Mesmo com todas as carências e dificuldades, prestam um serviço de excelência à comunidade de Porto Alegre, principalmente ao Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – MUITÍSSIMO obrigado, Senador Heinze.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, a questão de ordem que faço é só para reforçar o que foi decidido pelo Supremo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente tomar, se a direção da CPI acatar essa proposta de não dizer nada, mesmo aquelas informações que podem contribuir e que não incriminam, podemos fechar a CPI. Para que CPI? Todo mundo vai chegar aqui e não vai responder nada.

Eu já participei de oito CPIs. E todas elas estão no limite da decisão do Supremo. E acho que a decisão do Ministro Fux é muito clara. Não é a interpretação da depoente que vai dizer se é ou não. Se a gente pergunta algumas coisas que não tem relação nenhuma, tem que responder. Então, eu acho que, se a gente tomar essa interpretação como a tendência que eu estou vendo aqui, de ficar calado e sequer vir aqui, aí pode fechar a CPI, porque não vamos encontrar resultado nenhum.

Eu acho que ela aqui, como testemunha, pode colaborar muito, tecnicamente inclusive. Então, eu faço um apelo também para que ela possa nos ajudar, realmente, a esclarecer. O que a população quer e o que nós queremos também é a verdade.

Então, é o apelo que faço aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Izalci.

Esta Presidência já comunicou aqui a decisão do Supremo Tribunal Federal.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Esqueceu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, já irei lhe passar, Senadora Simone.

Esta Presidência já comunicou aqui a decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Já estão claros os limites da decisão do Supremo Tribunal Federal. Já ficou claro também o entendimento por parte da douda defesa que orientou a sua cliente sobre o procedimento. Creio que não teremos maiores dificuldades no comportamento, no procedimento da inquirição nesse depoimento.

Senadora Simone Tebet, por gentileza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) -
Obrigada, Sr. Presidente.

Foi bom V. Exa. fazer a intervenção antes de mim, para deixar muito claro o que está claro, e que alguns talvez não tenham compreendido, à luz da decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Fux.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No primeiro momento, ele concedeu em parte o pleito solicitado em forma de liminar, a fim de colocar a Sra. Emanuela na condição, obviamente, de investigada naqueles fatos que possam incriminá-la. Mas:

Por outro lado [e eu vou ler aqui, entre aspas], à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento, impondo-se, quanto aos fatos, em tese, criminosos de que a paciente seja meramente testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

Então, é preciso fazer uma diferença aqui: sim, em função de tudo aquilo que o douto advogado de defesa mencionou, naquilo que a incrimine, em função também do próprio ato desta Comissão, ela está aqui na posição de investigada. Portanto, ela tem o direito a se calar diante de fatos que possam incriminá-la, mas, naquilo que a envolve e que não a incrimina, o Supremo Tribunal Federal deixou muito claro: ela chega aqui na função de testemunha. Não fosse assim, nós teríamos que rasgar o dispositivo da Constituição que diz que a CPI é uma comissão parlamentar de inquérito, um dos instrumentos mais rigorosos e poderosos que o Poder Legislativo tem para fiscalizar e controlar os demais Poderes.

E, aí, ficam apenas duas observações, Sr. Presidente. Nessa conversa que os Poderes terão, que possam também trazer à luz o papel da Polícia Federal na história das CPIs do Brasil, desde a história da CPI do PC e passando pela CPI do Carf, Operação Zelotes, que, em vez de ajudar, só atrapalhou. Então, a Polícia Federal não pode ser um instrumento para embaralhar os poderes constitucionais da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal. Isso precisa ficar claro, porque, quando a Constituição disse que todos os Poderes são harmônicos entre si, embora independentes, quis dizer que todos os órgãos dos Poderes são harmônicos entre si. Não pode o Congresso Nacional estar mirando, investigando atos graves de possíveis crimes contra a administração pública envolvendo a pandemia do Covid-19 e termos órgãos auxiliares, órgãos de controle, seja o Tribunal de Contas da União – e esse está fazendo um belíssimo trabalho –, seja a Polícia Federal ou qualquer órgão de fiscalização e controle de qualquer Poder, atrapalhando de forma inconstitucional os trabalhos desta Comissão.

Então, este é o pedido que deixo a V. Exa., neste momento como Presidente da Comissão. Que possam, ao conversar com os Presidentes dos demais Poderes, levar também a nossa insatisfação com a condução, a nosso ver equivocada, da Polícia Federal no que se refere ao andamento *pari passu*... Até porque, Sr. Presidente, está muito claro para nós há corrupção, que houve corrupção, que houve crime contra a administração. O que nós queremos agora é investigar quem são os corruptores e os corruptos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito, Sra. Senadora Simone Tebet, inclusive acato o encaminhamento de V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que estão claros aqui os termos da decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal, assim como aqui queremos reiterar nossa admiração pela instituição Polícia Federal como instituição do Estado brasileiro. Não queremos acreditar, e não é possível nem aceitável, que, sempre que algum depoente venha a esta Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de testemunha, um pouco antes preste depoimento à Polícia Federal e seja levado à condição de investigado lá para, assim, obter o direito ao silêncio aqui.

É importante destacar que as investigações da Polícia Federal e as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito são independentes. Aliás, esse é um respeito basilar ao princípio da separação dos Poderes. Quem é investigado pela Polícia Federal – e, em princípio, os primeiros elementos apontam para isso, é o caso da Dra. Emanuela, que é investigada pela Polícia Federal –, necessariamente não é investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Assim, quem outrora possa ter sido testemunha na Polícia Federal, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo curso das investigações, pode ter a condução à qualificação de investigado. É um princípio basilar de separação dos Poderes que estabelece que são instrumentos e instituições independentes para a condução das investigações.

Dito isso, iremos iniciar o depoimento e as inquirições.

Pergunto à Dra. Emanuela se ela quer falar, fazer uma exposição breve, preliminarmente. Se V. Sa. assim o quiser, V. Sa. terá a possibilidade por 15 minutos de utilizar a palavra.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Quem me tratou primeiro como investigada foi esta CPI, que quebrou os meus sigilos e deixou expresso num requerimento a minha condição de investigada. Eu já prestei depoimento na Polícia Federal sobre os fatos investigados, já entreguei documentos perante as autoridades investigativas, à CGU, ao TCU e também a esta CPI. Portanto, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dito isso, então, passo de imediato ao Sr. Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em primeiríssimo lugar, eu quero, a exemplo do que fizeram colegas nossos, expressar a minha solidariedade à família da Fabiana Queiroz Damasceno, uma importante Consultora Legislativa desta Casa, que, ainda muito jovem, ainda sem completar 50 anos de idade, faleceu em função da Covid.

Eu quero, Sr. Presidente, também aproveitar a oportunidade aqui para mandar um abraço aos alagoanos e apresentar minhas condolências à família do ex-Prefeito de Porto Calvo, Carlos Eurico, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kaika, um grande amigo, um querido amigo que foi Prefeito do Município e é irmão da atual Prefeita do Município, Eronita Sposito, que faleceu também antes de completar 51 anos de idade.

É mais uma morte que vem se somar a esse enorme contingente de morte de brasileiros afetados pela Covid-19, sobretudo em função do que aconteceu no nosso País, que, diferentemente do que aconteceu em qualquer outro país do mundo, se transformou em um cemitério com esse morticínio. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito se instala e trabalha diuturnamente para saber, para investigar o que poderia ter sido feito e não foi feito para salvar um grande número dessas vidas dessas pessoas que infelizmente faleceram. Porto Calvo, para quem não sabe, é uma querida cidade do norte de Alagoas, uma cidade histórica importantíssima.

E eu queria também, Sr. Presidente, comunicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e ao Brasil que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar um requerimento para convocar o Ministro da Defesa, Braga Netto, a depor naquela Casa Legislativa, em função da apressada, açodada, irresponsável nota de repúdio ao Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz. Acho que providência igual tem que ser feita por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Que nós apreciemos, o mais rapidamente possível, o requerimento de convocação do Braga Netto, pelo seu envolvimento no enfrentamento à pandemia e pelas ordens que, em nome do Governo, emanaram do Palácio do Planalto ao Ministério da Saúde, onde essas coisas verdadeiramente, todas, aconteceram.

Nós nos aproximamos de um recesso. Eu sempre fui contra a suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque nenhuma outra Comissão Parlamentar de Inquérito, ao longo da história deste Parlamento, teve com a sociedade uma interação tão direta e colheu um apoio popular nunca visto, como este que esta Comissão colhe agora, expresso em todas as pesquisas de opinião pública.

O Sr. Braga Netto faz ameaças diuturnas, com retrocesso, com golpes, desfazendo a própria essência dos golpes. Nós já tivemos golpes no Brasil, rupturas institucionais, mas nós nunca tivemos um golpe como este que está sendo ameaçado, na defesa de um Governo corrupto e impopular, de acordo com o entendimento da população brasileira.

Então, nós temos, sim – eu queria cumprimentar todos que aqui falaram sobre isso –, nós temos, sim, que fazer essas convocações, porque essa investigação precisa avançar da forma que for necessário avançar. E a presença, nesta Comissão, do Ministro Braga Netto é fundamental para que muitos desses aspectos possam, verdadeiramente, se esclarecer.

Nós estamos investigando a Precisa, e, especificamente, como falou o Senador Randolfê Rodrigues, o Maximiano, que é o proprietário da Precisa. É ele o investigado. E não foi considerado investigado, é bom que se diga, em função de decisão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, não. Não! Ele começou a ser investigado quatro meses depois dos fatos pela Polícia Federal, e, dois dias depois, essa investigação da Polícia Federal, consequentemente, obrigou o Supremo Tribunal Federal a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conceder *habeas corpus* dando-lhe o direito para que, aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, ele se calasse como investigado.

A decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à depoente de hoje é no sentido de que ela é testemunha e não pode, evidentemente, falar sobre nada que a autoincrimine, mas deverá falar – e o Supremo Tribunal Federal aclarou o entendimento com relação aos depoimentos colhidos de testemunha –, ela deverá falar sobre tudo que, eventualmente, não a incrimine. É por isso que nós estamos aqui.

Muita coisa tem acontecido com relação à Precisa, que parece ter muito poder – ter muito poder –, porque nós estivemos no Supremo Tribunal Federal – deixe-me só lembrar, Senador Randolfe – conversando com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, porque, através da sua defesa, o Maximiano tinha entrado com um pedido de *habeas corpus* diretamente no gabinete de um ministro do Supremo Tribunal Federal, burlando o sorteio eletrônico da Suprema Corte. Nós advertimos o Presidente; o Presidente fez gestões junto ao ministro; e o ministro, no mesmo dia em que nós estivemos lá, decidiu contrariamente e mandou que fosse distribuído, a partir do sorteio eletrônico, este processo.

Estranhamente, a defesa do Maximiano pedia, na oportunidade, Senador Fernando, Senador Eduardo Braga, que os benefícios concedidos ao Elcio Franco fossem estendidos ao Maximiano, ou seja, de não comparecer e de ficar calado aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Veio, na sequência, o fato de que a investigação da Polícia possibilitou a concessão do *habeas corpus* em função da composição do que se caracteriza para concessão desses *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal. E nós temos, agora, a oportunidade de ouvir a Emanuela Medrades, na condição de testemunha. Nós não vamos fazer nenhuma pergunta para embaracá-la. Não, não é esse o propósito desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela é uma técnica, e, como técnica, nós queremos ouvi-la; não sobre aspectos que a incriminem. Não, definitivamente não é esse o nosso papel. E até compreendemos a preocupação e o cuidado do Supremo Tribunal Federal com isso. Nós queremos investigar, esclarecer, mas nós não queremos expor ninguém à sociedade, à opinião pública; nós queremos que as pessoas contribuam, e não queremos que as pessoas se autoincriminem ou assumam responsabilidade em função da responsabilidade que outros deveriam assumir.

É por isso que não temos, absolutamente, nenhuma preocupação. Vamos fazer algumas perguntas.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Relator, V. Exa. me permite? V. Exa. mencionou a defesa do Maximiano – que, por acaso, é composta por esta banca também – e com uma informação que talvez não seja verdadeira. Esta defesa e qualquer outro advogado jamais entrou com um pedido direto de *habeas corpus* para um ministro específico do Supremo Tribunal Federal. O que se fez – V. Exa. talvez tenha o conhecimento de que outros advogados que compõem a banca de defesa e vários Parlamentares também já fizeram –, nos termos da mais pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, foi um pedido de extensão numa decisão, num mandado de segurança que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedia a quebra de sigilo bancário, fiscal, telemático, etc. da pessoa citada por V. Exa. Como, naquele momento, a primeira decisão que se deu teria sido do ministro, se fez um pedido de extensão tão somente para os sigilos telemático e telefônico, porque os sigilos bancário e fiscais não se refutaram. Isso não foi burlar distribuição, eminente Senador Renan Calheiros; foi seguir a mais pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não, não, eu...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - Apenas para esclarecer que não houve qualquer burla.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós estivemos no Supremo Tribunal Federal. V. Exa. sabe da consideração que todos nós lhe temos aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós conversamos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que falou, na oportunidade, com o ministro, que decidiu sobre o fato no mesmo dia, exatamente sobre esse pedido da extensão dos benefícios concedidos ao Elcio, que acabei de referir aqui.

E citei esse fato porque - não estou desdenhando da defesa, muito pelo contrário - eu estou estranhando o porquê de essas coisas acontecerem em função de impedimentos óbvios para que o Maximiano não esclareça esses fatos. E esses fatos se avolumam a cada dia, porque, na medida em que nós vamos aprofundando a investigação, nós vamos tendo acesso a coisas horrorosas sob qualquer ponto de vista. Essa é uma negociação única na República. Nunca se fez uma negociação dessa ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - A fala de V. Exa. é cristalina como a água, Relator. Fosse assim, seria muito fácil, eu poderia, em qualquer processo, escolher Relator. Sempre tem um processo lá de alguma forma conexo com meu pleito, e, obviamente, com isso, eu escolheria o Relator dentre os inúmeros doutos ministros do Supremo Tribunal Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É.

E a utilização da Polícia Federal, infelizmente, é uma utilização indevida, não a da instituição. Eu já fui Ministro da Justiça, conheço a Polícia Federal, o que ela significa para os brasileiros, e sempre contrariei que qualquer propósito pudesse ser feito com relação à sua utilização política.

Nós estamos vivendo no Brasil dias difíceis, complexos. O Presidente da República fez a substituição dos comandantes militares e do Ministro da Defesa contra o não aparelhamento que os ministros anteriores não possibilitaram. E, a partir daquelas nomeações, eles teriam um aparelhamento, eles seriam utilizados nesse aparelhamento das Forças Armadas. Isso é incompatível com qualquer Estado democrático de direito, com qualquer democracia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi longa e dura a luta para que nós recriássemos o Ministério da Defesa e nomeássemos civis para ocupar o Ministério da Defesa. A ida do Braga Netto para o Ministério da Defesa, do ponto de vista institucional, da democracia, da qualidade que ela precisa ter, já é um enorme retrocesso, já vem na contramão dos avanços que este Congresso Nacional possibilitou. É disso que nós estamos tratando.

Por isso, Presidente, eu considero que a aprovação desse requerimento de convocação do atual Ministro da Defesa, não na condição de Ministro da Defesa, mas na condição de ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal e de pessoas que faziam a relação do Palácio do Planalto com o Ministério da Saúde, especificamente, é para que aqui ele venha esclarecer o que foi que de verdade aconteceu nesses bastidores do enfrentamento à pandemia.

Nós não queremos incriminar ninguém, mas nós estamos naquela difícil situação: ora, se nós estamos investigando corrupção no Ministério da Saúde, se nós estamos investigando negociações espúrias para a aquisição, por atravessadores e lobistas, de vacina enquanto o Governo fechava as portas para a aquisição de vacinas da Pfizer, do Butantan e da OMS, nós temos que esclarecer tudo isso. Se os culpados são civis ou são militares, do ponto de vista da investigação não importa, não importa! Isso é irrelevante! O relevante é que essas coisas todas sejam esclarecidas definitivamente e que as respostas possam ser dadas aos brasileiros, sobretudo aos familiares desses quase ou mais de... São 534.311 mortes que aconteceram no nosso País.

Nós temos a obrigação constitucional de investigar. Nós vamos investigar, haja o que houver! Nós não vamos nos intimidar. Essas ameaças não cumprirão papel nenhum, absolutamente nenhum. Mas os brasileiros, no prazo de funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, terão todas as respostas que precisam ter.

Eu passo às perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... dizer a V. Exa. que, caso a depoente não responda nenhuma pergunta, nós iremos entrar com embargos de declaração para que o Presidente do Supremo possa esclarecer quais são os limites da depoente em ficar em silêncio, e aí a convocaremos novamente.

Pois não, Senador Renan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, Sr. Relator... Se V. Exas. me permitem, Sr. Relator e Sr. Presidente, a Dra. Emanuela prestou depoimento ontem à Polícia Federal. Eu pergunto à doughta defesa se esse depoimento poderia voluntariamente ser compartilhado com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se não, se não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for possível, eu requeiro que o senhor coloque em apreciação requerimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito para o compartilhamento do depoimento que foi prestado por S. Sa. à Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação o requerimento do Senador Randolfe.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) - Sr. Senador, aqui está o termo de registro audiovisual. Está à disposição desta Comissão. Agora, o vídeo está só com a Polícia Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas foi aprovado agora o requerimento, então está encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... porque, como não está em sigilo... *(Fora do microfone.)*

Até porque, até então, eu entendi que as investigações eram sigilosas. Agora, estão fazendo questão de dizer que a pessoa está sendo investigada pela Polícia Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Boa iniciativa, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Só uma curiosidade, Sr. Presidente, só para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Antigamente, o cara fugia para dizer: "Não, não, não tenho nada".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Já que ela apresentou requerimento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora, não; a pessoa agora faz questão: "Olha, eu estou sendo investigado pela Polícia Federal".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - "Eu não posso ser ouvido, eu não posso falar".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Só uma curiosidade, Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mudaram completamente as coisas no Brasil.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) - Uma curiosidade: no depoimento que ela está apresentando, que apresentou ontem, ela também permaneceu calada na Polícia Federal? Porque isso é simples, é uma folha que está ali.

Poderia responder?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma pergunta pertinente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Poderia responder?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) - V. Exas. poderão conhecer, a partir da requisição...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Se o senhor já está disponibilizando, eu queria ter acesso.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO - O que tenho é isto aqui, um termo de declaração de registro audiovisual. Agora, ela prestou os esclarecimentos, V. Exas. terão esse depoimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pelo que parece que a douda defesa aqui apresenta, o depoimento foi recolhido em termo audiovisual, não é? Então, já foi aprovado o requerimento, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já está aprovado, e nós iremos pedir à Polícia Federal...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Pronto, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... que compartilhe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Foi aprovado à unanimidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Como não é segredo de Justiça...

E, por incrível que pareça, antigamente as pessoas escondiam que eram investigadas pela Polícia Federal; agora, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, é um absurdo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora todo mundo fala que está sendo investigado para poder conseguir um *habeas corpus* e ficar quieto aqui na CPI.

Senadora Simone Tebet, o agravo será feito caso a depoente não queira falar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós iremos fazer um embargo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... eu questiono se haveria a necessidade desses embargos declaratórios. Eu vou repetir, V. Exa. não estava aqui, o que pra mim parece muito claro da decisão do Supremo.

O Supremo foi categórico: a coloca na condição de investigada única e exclusivamente naquilo que possa comprometê-la. Agora, naquilo que apenas a envolve, a princípio, está muito claro: o Ministro Fux indefere o pedido de não comparecimento, impondo-se, quanto aos fatos em tese criminosos de que a paciente seja meramente testemunha, portanto, o dever de depor e de dizer a verdade nos termos da legislação processual penal.

Em sendo assim, V. Exa. já tem o poder, que foi lhe dado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, de aplicar os rigores da lei e dos poderes de que é investido o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, quando a testemunha, porventura, se recusar a responder algo que não a comprometa, embora a envolva na função de testemunha, porque, de alguma forma, direta ou indiretamente, ela teve conhecimento de determinado fato, como, por exemplo, o caso das *invoices*, em que ela, por *e-mail*, era a representante que encaminhava a todo momento a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só, Senadora Simone, que o advogado, antes, teve uma conversa conosco - tinha vários Senadores, não era só eu - e disse que as perguntas são subjetivas, que a interpretação será dela - está certo? - e não nossa.

Então, nós entraremos também com uma investigação no Ministério Público em relação a crime por desobediência ao *habeas corpus*, se assim entendermos. E aí também não será subjetivo, será o que o Brasil está enxergando aqui nesse momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente, é bom lembrar que a gente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma pena... É uma pena, Senadora Eliziane, que o Brasil todo, com mais de 534 mil mortes, e a gente tenha que passar por isso aqui e a gente não consiga investigar – não consiga investigar o mínimo, o mínimo, o mínimo.

Ontem foi ouvida na Polícia Federal. Aí, mais tarde, na véspera, é concedido um *habeas corpus* para ficar em silêncio. Pelo amor de Deus! Não querem investigar quem é culpado por essas mortes e por que a gente não comprou vacina?

Eu vi aqui uma correria, quando, para aquele cidadão que está envolvido em tudo que é treta lá dentro do Ministério da Saúde, foi dada ordem de prisão a ele. Era uma correria do Governo... Até ir lá onde ele estava detido... Membros do Governo, aliados do Presidente Bolsonaro foram lá se solidarizar com uma pessoa que foi colocada, exonerada por indício de corrupção – por indício de corrupção! Quem foi lá? Não foi quem está querendo investigar, não. Quem foi lá foi quem defende o Governo Bolsonaro aqui dentro. E, depois, não bastasse, ainda as Forças Armadas saem com uma nota desproporcional contra mim... Eu acho que, agora que o SNI soltou a minha ficha, parece que eles vão entender que isso não me intimida. Não me intimida ele, não me intimida o macaco guariba, não me intimidam! Nós vamos investigar, vamos investigar!

Sra. Emanuela, eu estou falando para a senhora que iremos tomar essas atitudes caso a senhora não responda. Se a senhora acha subjetiva, a Presidência entenderá que não serão subjetivas. Eu só estou lhe avisando para que depois não digam que a gente cometeu uma arbitrariedade; arbitrariedade em mandar recolher um mentiroso que foi exonerado pelo Governo porque estava negociando propina de US\$1 por vacina num bar, tomando chope! E o Governo? Alvorçado! Os membros do Governo aqui em defesa, dando entrevista: "É um absurdo! O Presidente está... Abuso de autoridade". Abuso de autoridade são as mortes, é a omissão, é ser complacente com um governo que não tem um milímetro de solidariedade; um Presidente que é incapaz de ser solidário aos brasileiros, um Presidente que abre a boca para assacar contra quem se contraponha a ele, um Presidente motoqueiro! O Brasil tem um Presidente motoqueiro que, em vez de ir aos Estados, Municípios, e visitar um hospital, e visitar uma família que perdeu um ente querido, vai assacar contra os adversários. É uma pessoa que não tem sensibilidade, agressor de mulheres, gosta de gritar com as mulheres, mas adora andar de moto. Grande motoqueiro o Brasil tem; péssimo Presidente o Brasil tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra para V. Exa. Não darei a palavra para mais ninguém. V. Exa. está com a palavra, Senador Renan.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só para pedir a V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpellar.) – Sr. Presidente, primeira pergunta à depoente Emanuela Medrades. Primeira pergunta: qual, Emanuela, é a sua relação profissional, técnica, com a Precisa Medicamentos?

Qual é a sua relação técnica, profissional, com a Precisa Medicamentos? V. Sa. é empregada da empresa, ou em que condição participa, funcionalmente, da Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Relator, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com relação à pergunta do seu vínculo profissional, técnico com a empresa? Em que isso pode incriminá-la? É a pergunta que eu faço.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador, Presidente, Senador Renan Calheiros, a avaliação que ela faz é de que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, licença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz pergunta à depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi para o senhor a pergunta não, é dela.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Seria muito rápido, seria muito rápido. Só para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor. Vocês pedem respeito, a OAB pede respeito aos advogados, agora também você ser ventríloquo da testemunha aqui...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – De forma nenhuma. Eu quero fazer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você me desculpe, amigo. Ela que responda. Ela diga bem assim: "me reservo o direito de ficar quieta". Pode dizer isso. V. Exa. não vai responder por ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria repetir a pergunta: qual é a sua relação profissional, técnica, com a Precisa Medicamentos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – É muito simples a pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. é empregada da empresa? A que título é a sua participação na Precisa? Isso não a autoincriminará.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Repete a pergunta, para o Brasil entender a resposta da depoente. Olha a pergunta que a incrimina. Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em primeiro lugar, eu queria só repetir que nós não vamos fazer nenhuma pergunta que possibilite uma autoincriminação da depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Lógico! Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito pelo contrário. E se, por acaso, nós fizermos qualquer pergunta nessa direção, ela, sim, não estará obrigada a responder, como obrigada a responder está sobre qualquer pergunta que não a autoincrimine, como testemunha.

Eu fiz a primeira pergunta, que o Presidente pede para que eu repita: qual a sua relação, Emanuela Medrades, com a Precisa Medicamentos - profissional, técnica? V. Sa. é empregada da empresa? A que título é a sua participação na Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. tem alguma outra atividade profissional?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Sr. Presidente, ela está em estado flagrancial do crime do 330 - desobediência! Por favor, isso é elementar. A decisão do Ministro Fux se limita a ela se manter calada nos fatos que a incriminem. A pergunta é simples: qual vínculo empregatício com a empresa? Se ela se reserva ao direito de permanecer calada, ela não está cumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal! A Constituição Federal é clara: ninguém pode ser preso salvo em flagrante delito ou por ordem judicial. Flagrante vem do latim *flagrans*, que quer dizer corpo em chama. O art. 301 do Código de Processo Penal diz mais claro: qualquer do povo poderá...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ...e as autoridades policiais e seus agentes devem prender quem quer que seja em flagrante delito.

É inadmissível que uma depoente venha aqui, estando com o compromisso de dizer a verdade, e se recuse a dizer o elementar que é o grau de responsabilidade, o vínculo de comprometimento, o vínculo empregatício...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Os advogados estão contra ela, na verdade, estão infringindo o Código de Ética da OAB...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Sr. Presidente, V. Exa. me permite usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso é contra um cliente. Isso não se faz com um cliente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui... Presidente, eu queria fazer aqui uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Só um minutinho! Eu vou... Eu vou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pediria a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pediria a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se V. Exa. me permite, eu pediria a V. Exa. que, diante da colocação feita pela depoente de que realmente não vai responder, na verdade, V. Exa. libere a depoente. Eu quero só deixar claro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero só dizer para o senhor aqui o seguinte: o Carlos Wizard veio aqui, Presidente, e não respondeu a nenhuma pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero, inclusive, pedir a V. Exa. que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São situações diferentes, Eliziane...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Omar, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... a extensão, a extensão, a extensão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Omar, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A decisão do embargo que V. Exa. toma também faça extensivo ao Wizard e aos demais também que não falaram!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Tumulto no recinto.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Não, não, não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São situações diferentes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - É termo circunstanciado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São situações diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem. É um encaminhamento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Deixe-me fazer o encaminhamento. Se alguém... Quem vai fazer o encaminhamento neste momento sou eu.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senadora Eliziane.

Primeiro, é o seguinte: nós fizemos uma pergunta teste. Foi feita uma pergunta teste simples. Baseada na resposta dela, nós iremos suspender a reunião, chamarei os advogados, entraremos com embargo de declaração neste momento ao Presidente Fux para que ele possa nos responder...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A decisão está clara! Não precisa aclarar nada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí! Espere aí!

Quem decide sou eu se precisa ou não parar! Vou fazer o embargo de declaração agora, baseado nessa resposta...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...
Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para que o Presidente Fux possa dizer quais são os limites.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu não vou perder meu tempo em estar ouvindo uma depoente que não quer colaborar – nem dizer qual o papel dela na empresa!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A decisão de V. Exa. é prudente e correta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Os advogados dela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É essa a decisão e acabou!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Prudente!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Os advogados não podem ser os mesmos do Maximiano...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Apenas para aclarar, no pedido que V. Exa. vai apresentar ao Supremo, que ela está se sujeitando ao crime de desobediência...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seria caso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E é termo circunstanciado...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seria novamente caso de prisão!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não é uma questão de...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por favor, isso é infração penal de menor potencial ofensivo. Lavra-se um termo circunstanciado. É só isso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir, antes de V. Exa. suspender...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas os limites têm que ser estabelecidos como o Omar falou: pelo Supremo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A decisão do Presidente foi guiada pelo bom senso. Vamos suspender. Todos nós ficaremos aqui e vamos aguardar a manifestação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, suspenda a sessão...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Suspenda a sessão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sessão está suspensa até que tivermos uma resposta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A depoente continua no local para ser ouvida no momento em que tivermos uma resposta do Supremo.

(A sessão é suspensa às 12 horas e 11 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco e aos oradores que estavam inscritos e que abriram mão das suas inscrições para falarem amanhã, para que a gente pudesse retomar os trabalhos da CPI da Covid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco, pela gentileza.

Convido a Sra. Emanuela para que adentre ao recinto, para que a gente comece a audição. *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador Randolfe, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com a vossa devida permissão, permita-me fazer a leitura aqui, para o devido esclarecimento, da decisão de S. Exa., o Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a respeito do embargo de declaração interposto pela Advocacia do Senado em nome de V. Exa., Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu destaco, Sr. Presidente, que S. Exa., o Ministro Luiz Fux, deferiu dois embargos de declaração não somente em relação à paciente Emanuela Batista de Souza Medrades, como também deferiu embargo de declaração feito por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, assinado por V. Exa., em relação à decisão de *habeas corpus* proferida no dia 30 de junho, em favor do Sr. Francisco Maximiano, que, por decisão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, deverá ser ouvido amanhã, deverá ter sua oitava amanhã por esta CPI.

Eu destaco, então, os termos da decisão de S. Exa., o Ministro Luiz Fux: "A decisão proferida em 12 de julho de 2021, sem qualquer inovação jurisprudencial no tema, ampara-se nos inúmeros precedentes do Supremo Tribunal Federal. A não autoincriminação tem assento constitucional, instaurando direito subjetivo, a ser exercido por qualquer cidadão, de não produzir prova contra si mesmo. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu próprio titular [No caso, aqui, em tela, à assistência da Dra. Emanuela e à própria Dra. Emanuela, a quem cabe a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica]. Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação".

Destarte, Sr. Presidente, eu quero aqui destacar também a decisão de S. Exa., o Ministro Luiz Fux, sobre o poder-dever desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Diz S. Exa.: "Por outro lado, o que já é consagrado, inclusive, na jurisprudência, pátria, em relação à interpretação do Direito Constitucional, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais".

Nesse ponto – e eu chamo a atenção de V. Exa., Presidente Omar Aziz –, neste ponto, às Comissões Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dever... Ou seja, Excelência: não é somente um poder de V. Exa., como Presidente desta Comissão; é um dever de V. Exa., o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência do alegado abuso no exercício do direito de não incriminação, se assim entender configurada a hipótese.

Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis. Repito e grifo, Presidente Omar Aziz: dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal [continua o Ministro Fux] se imiscuir no conteúdo do depoimento da paciente, muito menos supervisionar previamente o exercício das atribuições jurisdicionais exclusivas da Comissão Parlamentar de Inquérito". Reitero e destaco: não cabe ao Supremo Tribunal Federal supervisionar as atribuições jurisdicionais que estão previstas na Constituição, no art. 58, §3º, e que são exclusivas desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, o pela ordem que faço é porque, diante da reverenciada decisão, eu queria requerer a V. Exa. que advertisse a depoente de que, no exercício das atribuições legais e regimentais desta comissão, é importante que esta comissão não tolere e adote as providências legais que forem cabíveis para serem assegurados os poderes desta Comissão Parlamentar de Inquérito no uso, na determinação exarada pelo Ministro Luiz Fux.

Claramente existe um direito assegurado à depoente – o direito a não autoincriminação. Claramente, não é aceitável, pela decisão de S. Exa., o Ministro Luiz Fux, o abuso desse direito da autoincriminação. O que deixou bem claro S. Exa., o Presidente do Supremo Tribunal Federal, tanto em relação à Dra. Emanuela, quanto em relação ao depoente de amanhã, o Sr. Francisco Maximiano, é que o direito da autoincriminação não pode ser abusado. Diz S. Exa. o que já é consagrado no direito constitucional pátrio: nenhum direito fundamental é absoluto. E o direito fundamental aqui, ao silêncio, não pode ser usado para obstrução à investigação ou para a busca da verdade por parte dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É a questão de ordem que apresento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Eu irei fazer uma pergunta à senhora, Sra. Emanuela: qual é a sua função, qual é a sua função dentro da empresa Precisa, na qual a senhora trabalha? Qual é a sua função?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, boa noite!

Eu sou Diretora Executiva e Responsável Técnica da Precisa. Eu sou envolvida em todas as tratativas contra a pandemia em que a Precisa atuou. Dessa forma, devido à negativa que me deram, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pedido de adiamento, eu pedi que fosse adiado por 12 horas esse depoimento, eu vou permanecer, no que eu julgar ser referente à pandemia, a essa CPI e também à empresa, permanecer em silêncio, porque é humanamente impossível você passar o dia inteiro nessa tortura e depois vir até aqui e ter que depor por mais oito horas, sendo que eu estou totalmente disposta a esclarecer e eu só pedi 12 horas de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A senhora chegou aqui às dez e meia da manhã para esclarecer.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) - Às oito horas da manhã, Senador, oito horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Um minutinho, doutor, não me interrompa. Eu não o interromperei na hora em que V. Exa. pedir a palavra. V. Exa. não me interrompa.

V. Exa. chegou aqui às dez e meia. Inclusive, a pedido, a senhora entrou por um local estratégico, para que a senhora não fosse de forma nenhuma admoestada por ninguém. Nós fizemos essa concessão, a primeira concessão à senhora, a pedido do seu advogado, porque a senhora estava num escritório, não estava aqui, não estava no Senado. Eu cheguei aqui às dez horas. Conversei com os seus advogados. Eles me comunicaram que a senhora iria permanecer em silêncio. Então, eu estou lhe fazendo essa pergunta para que a gente não fuja das funções que a senhora tem. Por isso é que eu lhe perguntei qual é a sua função dentro da empresa. Além disso, a sua função dentro da empresa, o que a senhora faz, quais são as suas obrigações na empresa. Sabendo das suas obrigações na empresa, com certeza absoluta não lhe faremos nenhuma pergunta que possa lhe autoincriminar. É por isso a pergunta nossa.

Qual é a sua função? Quais são os seus deveres na empresa? É uma pergunta simples. A senhora, quando foi contratada para trabalhar na empresa, foi contratada com uma função, e é isso que nós queremos saber. A sua função é tratar do Covid ou é tratar de contratos, liberação? É isso que nós queremos saber.

Baseado nisso, eu pedirei aos Senadores e às Senadoras que não façamos nenhuma pergunta à depoente que a comprometa e a autoincrimine. Por isso que eu estou lhe perguntando agora para que a gente não perca tempo em perguntas que a senhora não vai poder responder, e a gente não quer constrangê-la. Por isso eu lhe pergunto: quais são as suas funções dentro da empresa? Quais são as suas obrigações como funcionária da empresa Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Isso, Senador, eu já havia respondido. Eu sou Diretora-Executiva e Farmacêutica, responsável técnica pela companhia, e, mais uma vez, todas as tratativas em que a Precisa atuou no enfrentamento da pandemia eu fui envolvida. O.k.? E devido a isso e devido também à negativa a meu pedido de um adiamento de somente 12 horas... Porque temos que esclarecer, sim, não existiram irregularidades, e eu estou exausta. O.k.? Eu estou,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psicologicamente e fisicamente, exausta e eu estou querendo colaborar. A única coisa que eu pedi foi o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros, Relator, para que a gente comece a ouvir a nossa depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Retomando o depoimento. Em função de decisão do Supremo Tribunal Federal - há claras circunstâncias com relação aos limites e às perguntas que a podem autoincriminar e, eventualmente, às perguntas que a depoente estará obrigada a responder -, eu gostaria de retomar.

V. Sa. tem alguma outra atividade profissional?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como V. Sa. é remunerada pela Precisa? Diretamente ou por meio de outra empresa do grupo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, mais uma vez, estamos falando do mesmo tema, estamos falando da companhia, e eu vou permanecer no direito de ficar calada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como V. Sa. chegou à Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, eu vou permanecer no meu direito de não responder, porque estou exausta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma empresa de V. Sa. tem alguma relação societária ou comercial com a Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Sr. William Amorim Santana aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, como todos sabem, é Consultor Técnico do Ministério da Saúde, afirmou que já lidou com V. Sa. em outros contratos do Ministério da Saúde. Em função disso, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

De quais outros contratos com o Ministério da Saúde V. Sa. participou?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Não têm relação com a pandemia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Senador, com todo o respeito, eu gostaria muito de colaborar, mas, no que diz respeito à Precisa, nesse momento e nessa pressão, eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, o senhor me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para questão de ordem.) - Para poder situar as coisas no seu ponto razoável e racional.

Esse andamento absolutamente atípico de uma sessão da CPI se deu pelo não entendimento do primeiro comando do Supremo. Então, o Supremo Tribunal Federal concedeu à depoente o direito de permanecer calada pra evitar autoincriminação. Ela foi equivocadamente orientada a não responder nenhuma pergunta.

V. Exa., Senador Omar Aziz, poderia ter decretado a prisão por desobediência. O senhor tomou excesso de cuidado de solicitar esclarecimento ao Supremo Tribunal Federal novamente e, novamente, recebeu o mesmo comando, no sentido de que a depoente pode silenciar com relação às perguntas que gerem risco de autoincriminação, mas não com relação às demais.

Ressalto, da mesma forma, que exaustão ou coisa parecida não é justificativa para a depoente responder ou não responder, não funciona assim.

Então, a questão de ordem objetiva é que, se V. Exa., por ato unilateral de benevolência, resolver fazer uma nova sessão de depoimento, que o faça, mas, a prosseguir desta forma, que V. Exa. avalie a necessidade de prisão por não resposta indevida às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos avaliar a necessidade de uma tomada de decisão mais drástica nesse momento.

Eu vou pedir à Sra. Emanuela pra colaborar. Nós não queremos que a senhora se incrimine. Exaustos estamos todos nós, exaustos estão 534 mil brasileiros que perderam a vida e seus familiares. Exausta é a brincadeira que se fez no Brasil pra comprar vacina. E a Precisa brincou de vender vacinas. A senhora está aqui por causa disso. Então, a exaustão sua não é um centímetro de uma mãe ou de um filho que chora a perda do pai ou dos seus filhos.

Então, eu peço a sua colaboração nesse momento, Sra. Emanuela, porque, se tem alguém responsável por essa exaustão, tenho certeza de que não é essa CPI. Não foi a CPI que fez a senhora passar o dia todo aguardando. Foi uma decisão que a senhora tomou de nem querer responder a primeira pergunta do Senador Renan Calheiros, que era uma pergunta simples, que não a comprometia em nada. Naquele momento, nós percebemos que a sua presença aqui era pra brincar com a cara da gente. E eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou lhe comunicando: eu espero que a senhora colabore. Se a senhora quiser tomar um café, quiser comer, eu espero aqui. Se a senhora está exausta, não tem ninguém aqui que não esteja exausto.

Agora, conforme disse o Senador Alessandro, a orientação dada para a senhora foi equivocada. A decisão do Ministro Fux é muito clara em relação à senhora não responder aquilo que possa autoincriminá-la, mas a senhora não pode aqui justificar que a senhora está exausta e não responder qual o salário que a senhora tem, como a senhora é remunerada, porque isso aí são perguntas simples, que não têm esforço físico nenhum. A senhora não vai fazer uma corrida de mil metros, de 10 mil metros. A senhora vai responder uma pergunta simples. E a gente está exausto também. Então, eu espero a sua colaboração para que eu não possa ser uma pessoa que tenha que tomar uma decisão que não é boa nem para mim, nem para a senhora, nem para ninguém.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, cabe indagar à depoente se ela quer um intervalo, se ela quer um tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Lógico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Aqui, nós não temos pressa, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Nós não temos pressa. Podemos adentrar a noite toda.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - ..., eu queria só fazer uma pergunta bem direta, sem titubear. A resposta é apenas essa, Emanuela. Você não está querendo responder algumas perguntas por que você está exausta ou por que você não quer se incriminar?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) - Sra. Senadora, eu estou sem condições físicas e psicológicas. Não tem crime, não tem irregularidade. Eu estou disposta a esclarecer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Amanhã vocêalaria tudo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sim. Sim, eu estou... Minha intenção é colaborativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A senhora está convocada para amanhã, às nove horas da manhã.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu espero que a senhora esteja aqui às nove horas da manhã para responder todas as perguntas, todas as perguntas que nós lhe faremos. Veja bem, a senhora é que está se comprometendo aqui. A senhora disse "eu vou responder...". Sim, senhora. A senhora disse. Por favor. Por favor.

Eu vou encerrar a sessão. E a senhora está convocada para estar aqui às nove horas, para a gente ouvir seu depoimento. Nós iremos ouvir dois depoimentos amanhã, o da senhora e o do Sr. Maximiano, após terminar a sessão.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 11 minutos, reaberta às 19 horas e 44 minutos e encerrada às 20 horas e 05 minutos.)



ATA DA 36ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e três minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Flávio Bolsonaro, Leila Barros e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Cid Gomes, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 34ª e da 35ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Emanuela Medrades. Finalidade:** Depoimento. Oitiva da Emanuela Batista de Souza Medrades, Diretora Técnica da Precisa Medicamentos, em atendimento aos requerimentos 532/2021 e 987/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva - Francisco Maximiano. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Francisco Emerson Maximiano, Sócio-Administrador da Precisa, em atendimento ao requerimento 864/2021. **Resultado:** Oitiva adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia aos Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia.

Eu quero pedir...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero pedir para a secretaria encaminhar a Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades. *(Pausa.)*

Quanto à depoente, Emanuela Batista de Souza Medrades, conforme anunciado ontem esta Comissão foi notificada de decisões do Ministro Luiz Fux, no Habeas Corpus 204422, conforme dado conhecimento a este Colegiado no dia de ontem. Apenas reforço alguns pontos da mais recente decisão.

Ontem, a Senadora Eliziane questionou a depoente, e ela respondeu. Vou reforçar aqui: o que a autoincrimina, ela não precisa responder. O.k.? Então, a senhora, Sra. Emanuela, baseado no *habeas corpus* dado pelo Ministro Luiz Fux, baseado... Apenas reforço alguns pontos da mais recente decisão.

[...] a não autoincriminação tem assento constitucional, instaurando direito subjetivo [...]. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu próprio titular [que é a senhora], a quem cabe a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica [...].

[...] às Comissões de Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso do exercício do direito de não-incriminação.

Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

Foi essa a decisão exarada ontem pelo Ministro Luiz Fux. E ontem, com o questionamento da Senadora Eliziane, eu volto aqui a afirmar: a senhora ainda está com o *habeas corpus* que lhe garante a não autoincriminação em qualquer pergunta que a senhora achar que pode a autoincriminar.

Questão de ordem, Senadora Eliziane?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu quero cumprimentar os colegas, só reafirmando exatamente isto: ontem a depoente colocou algumas vezes que estava exausta; então, nós reafirmamos, atendemos o pleito feito por ela para hoje, lembrando que ela se colocou à disposição para falar. De todos os assuntos, eu conversei com ela, a Emanuela, e, logo após, falando, inclusive lembrei, Presidente, o que nós vivenciamos aqui com a Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações. Ela veio a esta CPI, Emanuela, na condição de investigada, e saiu na condição de testemunha, com as suas quebras de sigilos revogadas por esta Comissão, dado o nível de contribuição que ela deu a este trabalho.

Então, aqui na CPI, o objetivo é, sobretudo, aprofundar a investigação. Não há, por parte de nenhum de nós, a tentativa de pressionar, a tentativa de fazer qualquer ato na



14/07/2021

contraposição daquilo que é estabelecido pela legislação brasileira e pelo processo de investigação que é adotado nesta CPI. Então eu peço mais uma vez a você que a gente possa ter hoje aqui um depoimento tranquilo, mas com a contribuição necessária por parte de V. Sa. aos trabalhos da Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu vou passar a palavra ao Relator...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Presidente, só para ela, então, esclarecer sobre ontem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Então, com a palavra, a Sra. Emanuela.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Srs. Senadores, eu permaneço à disposição, permaneço colaborativa, faço questão de falar tudo e, inclusive... Não, não existe irregularidade, não existe ilegalidade. A gente recentemente teve o vídeo aí, do dia 23... Por favor, me perguntem. Gostaria muito de ter oportunidade de falar sobre esse vídeo. Então, sim, estou à disposição, continuo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, Sr. Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, em função do fato de termos que ouvir hoje dois depoentes, eu vou tentar agilizar bastante as perguntas. Peço gentilmente à depoente que, na medida do possível, se puder simplificar as respostas, será melhor para o andamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A decisão do Supremo Tribunal Federal foi enfática – e o Presidente já a colocou aqui – no sentido de que é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício de não autoincriminação. No entanto, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais. Nesse ponto, enfatiza o Ministro que "às Comissões de Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever" como autoridades competentes para analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso do exercício do direito de não incriminação.

Em função disso, passamos às perguntas.

Qual é a sua relação com a Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, eu sou Diretora-Executiva e responsável técnica farmacêutica pela companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é empregada da empresa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que título é sua participação na Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não... Participação...?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, eu sou uma funcionária da companhia.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem alguma outra atividade profissional?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. – permita-me a pergunta – é remunerada pela Precisa? Diretamente ou por meio de outra empresa do grupo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu recebo um salário fixo da Precisa, diretamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. chegou à Precisa? Como se deram as primeiras relações funcionais?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu fui recrutada pelo setor de RH em 2017, que foi quando eu fui contratada para ser Farmacêutica de Assuntos Regulatórios lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma empresa de V. Sa. tem alguma relação societária ou negocial com a Precisa Medicamentos ou com órgãos públicos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. William Amorim Santana, consultor técnico do Ministério da Saúde, afirmou que já lidou com V. Sa. em outros contratos da pasta. Em função disso, eu gostaria de fazer algumas perguntas. De quais outros contratos com o Ministério da Saúde V. Sa. participou?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós tivemos contratos com o ministério através de pregão eletrônico, que também era no mesmo formato de representação. E foram esses, os contratos dos preservativos femininos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. também trabalhou para a Global Gestão em Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não trabalhei para a Global. Sempre fui contratada da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. presta serviços para outras empresas de Francisco Maximiano?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Prestar serviços, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde quando V. Sa. atua em contratos e licitações junto ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A nossa primeira licitação com o ministério foi em, salvo engano, julho de 2018. A primeira foi de preservativos femininos e foi a primeira de que nós conseguimos participar porque estávamos aguardando as licenças da Anvisa. Sem essas licenças nenhuma empresa conseguiria participar de nenhum processo de licitação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Precisa Medicamentos foi escolhida para atuar na negociação da Covaxin se a Global Gestão em Saúde já tinha costume de tratar com o Ministério da Saúde? Por que uma e não a outra empresa? Por que a escolha?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Global não possui as licenças, Senador. Até onde eu sei, a Global não tem a qualificação técnica para ser uma representante em acordo, até com a 8.666, e também perante a Anvisa. Então, a Precisa tem uma pessoa farmacêutica, tem todos os enquadramentos técnicos e as licenças que são necessárias. E ela não foi escolhida: a Precisa é que buscou a Bharat na Índia.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando começaram os contatos exatamente sobre isso entre a Precisa e a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em junho de 2020 foi nosso primeiro contato com eles. A vacina tinha acabado de entrar na Fase II, então, era muito embrionário, mas o primeiro contato foi em junho de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou de todo o processo de negociação com a Bharat Biotech, da Precisa com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente quando se deu, só para...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Quando se deu o quê, Senador? – desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os contatos da Precisa com a Bharat Biotech.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É, a parte técnica, a negociação? Quando se deu exatamente o quê? – desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os contatos para eventualmente a Precisa representar...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, os contatos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no Brasil, é...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tá. Entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a Bharat nessa negociação.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os contatos, Senador, são contatos em que não dá para a gente cravar uma data. Eles começaram em junho; conforme a própria vacina foi evoluindo, o estudo clínico da vacina foi evoluindo, os resultados foram saindo, Fase I, fase pré-clínica, nós fomos avançando junto à Bharat.

Foi firmada a representação da Precisa em outubro do ano passado, mas, antes disso, já tínhamos NDA assinado, já tínhamos uma série de troca de informações de âmbito técnico, até porque, naquele período, ainda não se sabia se a vacina seria eficaz, se a vacina seria aceita nem pelo próprio Governo indiano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o relato cronológico, nós podemos dizer com relação a ele que os primeiros contatos começaram em julho?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Precisa com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Exato. Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu a aproximação da Precisa com a Bharat? Quais foram os seus facilitadores?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que circunstâncias isso começou? Com quem começou? Quem facilitou esses contatos a partir de julho?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, a Precisa já possui uma relação com o mercado farmacêutico indiano. Eu mesma já estive na Índia em



2019, bem antes de pandemia, justamente porque o nosso contrato de preservativos também é um contrato de produtos de origem indiana. Antes até da minha ida à Índia, já tinha relação desde o final de 2017. Então, devido a esses contatos... E nós temos um departamento de desenvolvimento de relações internacionais dentro da companhia; e eles fazem as buscas desses possíveis fornecedores que não possuem companhias aqui no Brasil, justamente para a gente poder representar, vendo, claro, a sinergia do produto com a atuação no mercado brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa Medicamentos teve o apoio da diplomacia brasileira nas negociações da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não senhor. Começamos 100% de forma privada, através de buscas da equipe técnica da Precisa, sem nenhum apoio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais empresas ou entidades foram contratadas para dar suporte à Precisa na importação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na importação da Covaxin?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Quais empresas foram contratadas para auxiliar, para dar suporte, para colaborar, facilitar?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, nós tivemos algumas consultorias técnicas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode citá-las, por favor?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por exemplo, a contratação do Instituto Israelita Albert Einstein na condução dos estudos de ensaios clínicos. Também contatamos a empresa Fukuma, que é uma companhia que faz toda a parte regulatória para registro de medicamentos junto à Anvisa.

As únicas contratações que a Precisa fez foi no âmbito regulatório, até porque a questão da importação não era uma responsabilidade da Precisa, já que o importador era o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma entidade sem fins lucrativos auxiliou as negociações da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu desconheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe? Desconhece?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais outras pessoas participaram das negociações com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Outras pessoas de lá ou nossas, da Precisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Precisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Da Precisa foi uma relação 100% institucional. Então, o meu jurídico atuava diretamente com o jurídico deles também; a parte de exportação; a parte de logística; a parte técnica... Temos um comitê científico que também tratava diretamente com o pessoal do *medical affairs* de lá, toda a equipe técnica, todos os médicos responsáveis pela condução dos ensaios clínicos na



Índia. Então, eu posso confirmar que quase 100% da companhia atuou nesse contato com a Bharat, cada um, claro, fazendo o que era pertinente à tua área.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos informações, em função da primeira pergunta e das perguntas que acabo de fazer, de que a Precisa Medicamentos transferiu à Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Índia R\$500 mil em 17/02 e R\$500 mil em 27/02, 23/02 exatamente. A assinatura do contrato com o Ministério da Saúde foi em 25/02, como se sabe. Representantes dessas entidades viajaram várias vezes à Índia nos mesmos períodos em que a delegação da Precisa viajou, e uma delas é relatada em correspondência do Embaixador de Nova Delhi.

Há uma questão: eu pergunto também sobre o que coloquei aqui um pouco mais adiante.

E outra informação, em uma posição contrária, é que os *e-mails* da Precisa enviados por sua defesa ao Tribunal de Contas da União revelam o nome de José Clóvis Batista Dattoli Júnior nas tratativas com a Bharat.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Hum, hum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele não tem, pelo acesso aos dados, relação formal com a Precisa.

A senhora conhece José Clóvis Batista Dattoli Júnior?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Conheço, sim. Ele é um dos nossos consultores de mercado exterior. E ele também... Nós temos uma relação com ele também desde 2017. Ele não é um empregado da companhia. Ele... Mas nós temos um contrato de prestação de serviços, que a gente pode até disponibilizar. Mas ele não é um colaborador. Por isso é que ele não tem o *e-mail @precisa*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Mas ele atua conosco desde 2017 também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde se deram as tratativas com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Onde... Como assim? Desculpa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram feitas viagens? O local?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ah, sim! Com a Bharat, direto em Hyderabad...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em Telangana, no Estado de Telangana, na Índia.

Todas... A maioria das comunicações, antes da primeira viagem, foram, obviamente, por *e-mails*, *calls* e videochamadas, videoconferências. A nossa primeira reunião presencial e... Se eu não me engano, a primeira... Depois, tivemos ainda mais três ou quatro. Elas sempre foram dentro da fábrica, dentro do escritório da Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na Índia, em Hyderabad.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.



14/07/2021

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, o senhor me permite só dois esclarecimentos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – São com relação a respostas que já foram oferecidas pela depoente.

A primeira delas é com relação ao vínculo de trabalho com a Precisa. Na consulta aos cadastros do TCU e da Polícia Federal, não se encontra o registro dessa relação de emprego. Então, acho que seria interessante ter uma clareza. A senhora tem carteira assinada, tem contrato de trabalho com essa empresa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu tenho contrato de trabalho, não é na modalidade de carteira assinada. Eu sou farmacêutica responsável técnica. Eu tenho não só um contrato de trabalho, mas eu tenho um contrato também perante o CRF.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esse pagamento é feito através de nota fiscal de PJ?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nota fiscal. Eu emito notas fiscais, e eles me pagam.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O segundo ponto: a senhora informou que só trabalhou com a Precisa. Mas a senhora também é responsável técnica da BSF? É isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu não sou responsável técnica, porque, para você ser responsável técnico de uma companhia, a companhia tem que lidar com medicamentos. A BSF não... Ela não comercializa, não distribui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Mas a senhora também tem vínculo com a BSF, que é do mesmo grupo do Francisco Maximiano?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, eu já tive.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Já teve?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu já trabalhei em formato de consultoria, mas todos os meus contratos sempre foram atualizações e derivados sempre com a Precisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Obrigado, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem levou exatamente a Precisa Medicamentos ao Ministério da Saúde para tratar da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, foi uma iniciativa, inclusive, minha. A partir do momento em que eu vi que nós tínhamos uma vacina com bastante potencial, tivemos uma reunião dentro da companhia e eu fui buscar quem era, qual era o departamento que era responsável pela questão da imunização



no Brasil. E foi aí que nós tivemos a primeira reunião junto à SVS e junto também ao PNI, no dia 3 de novembro de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 3 de novembro de 2020.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O produto foi apresentado ao ministério pela própria Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nessa reunião, não. Nessa reunião, nós levamos a nossa carta de representação, levamos as informações técnicas e começamos a conversar, apresentar e tentar entender se aquilo poderia ajudar o Brasil, a população naquele momento. A partir do momento em que o próprio Secretário de Saúde e sua equipe demonstraram que "Olha, temos interesse em prosseguir", as próximas reuniões foram agendadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é Túlio Belchior Mano da Silveira?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Túlio é nosso Consultor Jurídico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a participação do Túlio na negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Túlio é nosso Consultor Jurídico, principalmente da parte administrativa. Então, ele nos assessorava em tudo que diz respeito a Direito Administrativo, pregões eletrônicos, etc. Então, a participação dele é exatamente essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, então, o Ministério da Saúde negociou com a Precisa Medicamentos em vez de lidar diretamente com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, na Lei 8.666, de 1973, que é a lei de aquisições públicas, no art. 32 consta claramente que qualquer empresa internacional, qualquer fornecedor internacional que não possua um CNPJ dentro do Brasil obrigatoriamente deve indicar um representante legal. Justamente por isso que não seria possível o ministério atuar de forma direta sem qualquer outra pessoa jurídica no âmbito nacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto é que a Bharat Biotech vai receber pelo fornecimento das 20 milhões de doses da Covaxin? Que parcela desse montante será destinado à remuneração da Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eles vão receber os US\$15. Bharat vai receber US\$15 por dose, caso o contrato seja... Já incluso o imposto, o frete, todos os itens de riscos e derivados. Na questão da participação da Precisa, ela tem cláusula de confidencialidade, e eu não tenho autorização pra compartilhar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora tem cópia do contrato da Precisa com a Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o empenho para pagamento das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Justamente pelo fato de que a Precisa é a representante. Não sei exatamente em qual parte da 8.666 consta isso,



mas isso é normal. As empresas que representam, geralmente... Geralmente, não, 100% do tempo, o empenho é emitido para aquela que está representando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – V. Exa. me permite?

A senhora acabou de afirmar que os laboratórios, os fabricantes que não possuam suas representações próprias no Brasil são obrigatoriamente... É necessário ter um representante legal.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu pergunto a V. Sa.: a AstraZeneca tem representante legal no Brasil?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – No caso da AstraZeneca, eles comercializaram através da Fiocruz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas eles também fizeram importação direta da AstraZeneca, não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não consigo responder pelos outros contratos, porque eu não tenho essa informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Pfizer é que, ao que me parece, não teve intermediário, Senador.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Pfizer tem a própria Pfizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A Pfizer não teve intermediário...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso. A AstraZeneca...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... a AstraZeneca negou que houvesse intermediário. E, pelo que nós temos conhecimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas a Pfizer seria o caso mais típico de não haver...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... em torno dela nenhum indicativo de intermediário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Eduardo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, a Pfizer tem CNPJ aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... a Pfizer tem uma filial no Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, ela tem uma subsidiária no Brasil.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem uma subsidiária no Brasil. A AstraZeneca...



14/07/2021

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – A AstraZeneca não tem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, a AstraZeneca fez através da Fiocruz. O representante da AstraZeneca no Brasil é a Fiocruz. Todos os laboratórios têm um representante – todos!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, eu quis...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só a Precisa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A CoronaVac tem o Instituto Butantan.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acho que o que o Senador Eduardo quis dizer é que só a Covaxin, em vez de uma, tem duas, porque, além da Precisa, tem a Madison, em Singapura, paraíso fiscal, para receber um dinheiro que poderia ser recebido...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, três!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que poderia ser recebido no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, nós vamos chegar aí.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acho que esse é o raciocínio do Líder do MDB.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k. Eu acho que ficou claro que há uma situação atípica em relação à Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Relator, só me permita...

A senhora poderia repetir o preço da dose da vacina, Dra. Emanuela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – São US\$15 por dose.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – US\$15 por dose.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É esse o preço cobrado pela Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu perguntei à depoente por que o empenho para pagamento das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos. Por que foi?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, eu acho até que eu já tinha falado. A questão de o empenho ter sido... Referido o nome da Precisa não necessariamente significa que esse valor vá para a Precisa. Nós temos outros casos, inclusive dentro da Precisa, em outros contratos, no caso do preservativo, em que o empenho é para a Precisa, mas o pagamento é lá fora. Não existe a possibilidade de receber dentro do Brasil em dólar, entendeu? Então, o empenho é destinado à representação, mas o empenho não caracteriza nem o pagamento, muito menos consolida que aquele pagamento vai ser feito a nós.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, mas o contrato – é uma pergunta sobre isso – com o Ministério da Saúde prevê o pagamento direto a qual dessas empresas, à Bharat ou à Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sempre à Bharat. Todas as comunicações, contrato, até a própria *invoice*, o pagamento era para fora, não para a Precisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, me permita mais uma vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí tem um problema muito sério.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Me permita mais uma vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – ... fazer uma pergunta à senhora?

Veja, todo o conhecimento que tenho é que, quando o Brasil ou o Poder Público ou até mesmo a iniciativa privada tem um contrato com uma empresa estrangeira, seja ele em dólar, seja ele em real, tem uma guia de importação. E, nessa guia de importação, é fechado o câmbio através do sistema bancário; se deposita em real, e o sistema bancário paga em dólar. Não existe isso de eu ter uma conta no exterior, em dólar, para pagar diretamente lá fora. Isso não existe! Toda operação financeira tem que ser feita dentro do Território nacional, a não ser que você seja uma multinacional, coisa que eu não acho que a Precisa seja. A Precisa mantém conta no exterior declarada à Receita Federal?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, Sr. Senador, a Precisa não tem conta no exterior.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, ela tem que fechar o câmbio e pagar o câmbio no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A pergunta que eu fiz foi exatamente o seguinte: por que o empenho para pagamento das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos? Ela falou que isso era normal. Não é normal, tudo tem a primeira vez, e esta foi, pelo menos, pelo que nós ouvimos aqui dos depoentes do Ministério da Saúde, de carreira, a primeira vez em que isso aconteceu no Ministério da Saúde.

Aí eu fiz a pergunta em seguida: o contrato do Ministério da Saúde prevê o pagamento direto a qual dessas empresas? O que é que o contrato diz, fala, estabelece? E ela respondeu: estabelece que o pagamento será à Bharat, e não à Precisa.

Eu queria, em função disso, perguntar: a Precisa Medicamentos já havia intermediado um contrato de valor tão alto como esse da Covaxin? A Precisa Medicamentos já havia intermediado um contrato de valor tão alto como esse da Covaxin, 1,614 bilhão exatamente?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – A Precisa, ela não intermedeia contratos, a Precisa representa, em acordo com o art. 32 da 8.666. E, quanto aos valores, os senhores podem ver no Portal da Transparência todos os contratos que a Precisa representou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta foi uma pergunta...



A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não tenho agora na minha cabeça os números dos contratos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela já representou empresas num contrato deste tamanho?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Deste tamanho, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Quais são as responsabilidades da Precisa nesse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Responsabilidades para o ministério, responsabilidades...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contratuais, com relação ao fornecimento, às obrigações de fazer.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O.k., está claro. As responsabilidades da Precisa, elas, além das questões técnicas, além das questões de farmacovigilância, além das questões regulatórias, de ser a detentora do possível futuro registro do produto e demais questões de notificação, são justamente responder administrativamente e juridicamente pelo contrato, sendo que todas as questões comerciais são tratadas diretamente entre a Bharat e o Ministério da Saúde, tanto que a proposta enviada de US\$15, e única proposta que o ministério recebeu, foi enviada diretamente pela Bharat ao ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia disponibilizar à Comissão Parlamentar de Inquérito uma cópia do acordo comercial que estipula a remuneração total da Precisa na venda da Covaxin?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Relator, o memorando de entendimento, que é o documento que é possível apresentar, já está até juntado à CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto tempo durou a negociação entre a Precisa Medicamentos e o Ministério da Saúde? Por favor, essa informação é muito importante.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpe, Senador, quanto tempo o quê?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durou a negociação entre a Precisa e o Ministério da Saúde, exatamente?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, iniciamos... A primeira reunião aconteceu em 3 de novembro – provavelmente tivemos um *e-mail* ou uma ligação antes pedindo essa reunião –, e o contrato, como todos sabem, foi assinado em 25 de fevereiro. Somam 114 dias, salvo engano, de negociação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cento e catorze dias de negociação.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Começou quando?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 3 de novembro.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tentou negociar a redução do alto preço das doses da Covaxin?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por diversas vezes. Nós também, Senador. Eu tenho, inclusive, inúmeras evidências através de *e-mail*, eu pedindo – vou até disponibilizar a vocês –, eu, Emanuela, solicitando e colocando o desejo de que aquela vacina custasse menos que US\$10 para o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta sobre isso: por que o preço da Covaxin é 50% mais alto do que o das outras vacinas adquiridas pelo Ministério da Saúde, como a da Pfizer e a própria CoronaVac? A Pfizer, que foi de US\$10, no primeiro contrato, e de US\$12 a dose no segundo contrato; e a CoronaVac, US\$10. Por que exatamente a Covaxin é 50% mais cara?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, a política de precificação da Covaxin é 100% da Bharat Biotech. A Precisa não atua na precificação. O que nós fizemos, que foi o que estava ao nosso alcance, foi tentar o tempo todo reduzir esse custo. Estão aqui os *e-mails*, e eu posso compartilhar com todos vocês. Não foi só uma vez, foram diversas vezes. Eu tenho os registros por *e-mail*. Nós temos reuniões, enfim...

Mas, especificamente e objetivamente respondendo a sua pergunta, não é a Precisa quem precifica, é a Bharat. E eles divulgaram a política de precificação deles de forma notória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outras negociações do Ministério da Saúde para a aquisição de vacinas se deram de maneira muito lenta. A que se deve essa celeridade das tratativas com a Precisa, que possui documentação regulatória incompleta até hoje?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, o senhor está perguntando porque o nosso contrato foi mais rápido, é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi mais rápido, e que as negociações foram lentas, não é? E a que se deve essa celeridade com a Precisa exatamente, que possui documentação regulatória incompleta até hoje?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu posso responder por que a nossa tenha sido razoavelmente mais rápida: justamente pelo fato de que nós aceitamos todas as condições que foram propostas pelo Ministério da Saúde. Nós atendemos a 100% da minuta padrão, que foi enviada pela própria Conjur, se eu não me engano, preciso até confirmar. Mas nós não pedimos nenhuma alteração de cláusula, nós não pedimos nenhuma alteração de prazo... E é exatamente pelo fato de a gente ter feito a adesão completa às solicitações do ministério que esse processo teve uma celeridade maior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, quais foram as pessoas do Ministério da Saúde envolvidas na negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se for possível...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu pediria um esforço para que V. Sa. listasse o nome dessas pessoas que, em momentos diferenciados ou em outros momentos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... trataram da negociação.



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu... Inclusive, essa resposta foi dada para a Polícia Federal – eles me perguntaram isso.

Dentro do SEI, se os senhores colocarem lá a busca conforme o nosso número de protocolo, vocês vão ver que os nossos documentos passaram por mais de 16 departamentos dentro do Ministério da Saúde antes da assinatura. E eu tive contato não só direto, mas em reuniões também, em cópias de *e-mails*, facilmente com mais de 30 servidores do Ministério da Saúde – servidores, assessores, consultores, eu não sei exatamente qual cargo, mas todos dentro do Ministério da Saúde, atuando dentro do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a participação de Elcio Franco nas tratativas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan, antes de V. Exa. passar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora, então, se reuniu o Coronel Elcio pra tratar sobre a vacina?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim. Não só com ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou perguntando do Coronel Elcio.

A senhora se reuniu com o General Pazuello?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é?

E com o Roberto Dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tivemos uma reunião com o Roberto Dias, mas foi depois da assinatura, foi no pedido de importação, na Secretaria Executiva, mas já era um novo secretário, não era o Secretário Elcio Franco mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na sede da Precisa, a senhora teve alguma reunião com algum membro do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na sede da Precisa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguma reunião com algum membro do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nunca. Nenhuma reunião foi fora do Ministério da Saúde ou da Anvisa ou fora de *links* do Teams ou, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado. Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A senhora falou da participação de pelo menos 30 pessoas ou mais de 30 pessoas nas negociações...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu havia perguntado qual foi a participação de Elcio Franco nas tratativas para a assinatura do contrato da Covaxin, do Coronel Elcio Franco.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Secretário Elcio Franco estava com, até por determinação do próprio ministério, a responsabilidade de realizar todas as aquisições. Então, não era só a Covaxin que eu acredito que tenha passado pela pasta dele. O Secretário Elcio surge para a Precisa já a partir da terceira reunião. As duas primeiras foram com a SVS, foram apresentações técnicas, referentes ao produto,



referentes ao que a gente já tinha de informação dos estudos. E, na terceira reunião, que foi uma reunião dentro do Ministério da Saúde, que já tinha também SCTIE, na época o Secretário Hélio Angotti e todos os outros servidores que estavam envolvidos naquele momento, naquele tipo de atuação; foi a primeira vez que nós falamos com o Secretário. A partir daí, não ele diretamente, mas a maior parte das vezes os colaboradores que atuavam junto com ele tratavam conosco também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. E o Roberto Ferreira Dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Com o Roberto Ferreira Dias eu tive a primeira reunião no dia... Se eu não me engano foi em maio, final de maio, pra tratar sobre a segunda tentativa de pedido de autorização excepcional junto à Anvisa, já com o novo Secretário-Executivo de Saúde, o Rodrigo Cruz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. E os Secretários Arnaldo Correia de Medeiros e Hélio Angotti Neto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Arnaldo foi o primeiro que nos recebeu no Ministério da Saúde, na SVS, junto com a equipe dele. Então, a Francieli estava lá nesse dia. O próprio Dr. Laurício Cruz foi o primeiro que nos recebeu e foi quem deu o encaminhamento e nos orientou: "Olha, a pasta de compras e aquisições está com a Secretaria Executiva, vamos seguir por uma reunião lá".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E em que momento exatamente o ex-Ministro Eduardo Pazuello participou das negociações?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele jamais participou das negociações?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – De que eu tenha participado, de nenhuma reunião o Pazuello participou. Nem nessa reunião em que estava sendo muito bem representado o Ministério da Saúde, com mais de 15 servidores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele interferiu nas tratativas antes da assinatura do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque o...

Com que órgãos do Poder Executivo a Precisa Medicamentos manteve relacionamento no âmbito das negociações a respeito da venda da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, o Ministério da Saúde e, eu não sei se encaixa aqui, a Anvisa, no processo de regulação do produto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Documentos do Ministério das Relações Exteriores mostram que, seis meses antes de sua aquisição pelo Ministério da Saúde, a Covaxin – seis meses antes – tinha o preço estimado em cem reais por dose, o que equivale a cerca de US\$1,34. Seis meses antes. Contudo, a compra dessa mesma vacina foi contratada por US\$15 pelo Governo brasileiro. Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que se deve essa alta vertiginosa de preço de mais de 1.000%?



A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, esse preço foi até associado pelo Presidente da Bharat, o Mr. Krishna Ella... Ele, em uma reunião, em agosto de 2020, disse que a Covaxin custaria menos que uma garrafa de água. A partir daí, sim, gerou-se toda essa expectativa de que seria um produto barato, só que o produto ainda não tinha nem sequer terminado a Fase I, nem sequer publicado a Fase I. E, no processo de desenvolvimento de um produto, é impossível você precificá-lo antes que ele esteja desenvolvido. Então, foi uma fala dele que não... Esse preço nunca foi praticado. Foi uma fala dele que foi muito criticada também pela própria Bharat, e esse custo nunca, em momento nenhum, foi ofertado. Ou seja: não dá pra gente comparar esse valor no momento de agosto de 2020; o produto não tinha sido precificado nem pra Índia nem pra nenhum outro lugar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os Deputados Adriana Ventura e Tiago Mitraud obtiveram documento, uma memória de uma reunião ocorrida em 20 de novembro de 2020, que registra que a vacina Covaxin tinha preço de US\$10 por dose, e esse valor ainda poderia ser reduzido em caso de aquisição de um quantitativo mais elevado. Consta, nessa memória de reunião, que V. Sa. estava presente nesse encontro. Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas.

V. Sa. poderia narrar como ocorreu essa reunião e onde ocorreu?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tá bom.

Sr. Senador, essa memória de reunião foi uma memória unilateral, confeccionada pelo Ministério da Saúde, em que nós, parte da reunião, não tivemos oportunidade de, enfim, ler ou assinar ou até validar o que ali estava escrito. O que eu posso garantir é que não houve nenhuma oferta de US\$10 por dose, e nós, o tempo todo, tentamos que esse produto fosse mais barato pro Brasil.

Eu vou, se vocês me autorizarem... Claro, a gente não vai conseguir espelhar, mas eu tenho aqui até um cronograma das últimas vezes que eu, evidenciadamente, pedi que esse produto fosse mais barato. E, inclusive, a Precisa recebeu uma oferta de US\$18. Essa oferta a gente não repassou para o ministério e, no *e-mail* eu escrevo: "Esse valor está muito longe do que eu gostaria de ofertar para o Brasil". Eu escrevo isto: "Não está nem um pouco perto do *target* que eu desejo. Então, eu não vou repassar esse valor". Então, se na memória de reunião constavam US\$10, é uma memória unilateral, eu não ofertei esse valor, esse valor não foi praticado.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor. *Fora do microfone.*) – Podia ser uma expectativa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Podia ser uma expectativa; e era. Eu tinha essa expectativa. Através dos *e-mails*, os Senadores vão poder ver que eu tinha essa expectativa e que eu reafirmei essa expectativa de um custo menor diversas vezes, inclusive comparando com o preço de outras vacinas. Eu coloco nos *e-mails* nas minhas comunicações com a Bharat *links* das notícias falando: "CoronaVac está custando US\$10.7". Eu envio para eles e falo: "Pessoal, vamos reduzir o preço", em momentos que eu nem sequer tinha ainda a precificação. Então, em 20 de novembro, por exemplo, eu não tinha ainda o custo da vacina. A primeira vez que eu fui ter uma oferta da vacina para o Brasil foi no dia 9 de dezembro, e foi quando eles passam para a gente que o valor seria de US\$18, e eu nego. Eu falo: "Olha, isso está muito longe do meu preço-alvo". E, aí, continuamos a negociação até que a gente, enfim, chega ao menor valor de US\$15.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora... Desculpe, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A senhora estava na reunião do dia 20 de novembro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Estava. Estava, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tinha alguém representando a Bharat ou era só a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tinha. Nessa reunião estavam todas. Estava o Raches Ella, que é o responsável por toda a parte clínica; estava o Venkat, que é o responsável por toda a parte de exportação, estava o Mr. Sai Prasad, que é o Diretor-Executivo da companhia; e estava o Mr. Apoorv Kumar, que é um dos gerentes da parte de exportação também. Eles também não ofertaram por US\$10, eu posso confirmar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Eles estavam nessa reunião?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Estavam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estavam na reunião. Então, a memória...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por vídeo, virtualmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A memória da reunião é mentirosa. É isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, Senador, é mentirosa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mentirosa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E foi a única reunião de que eles participaram, a Biotech, porque, nas outras duas, só tinha a Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles só participaram dessa reunião?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só dessa?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela, só para esclarecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma informação também muito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, essa informação do Ministério da Saúde que fala dessa reunião, que estavam presentes exatamente esses personagens...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pela primeira vez...



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que a senhora declina aqui, que é a primeira das reuniões, que registra aqui o valor da vacina de US\$10 por dose, que, em razão de eventual aquisição de montante elevado de doses, o valor poderia vir a ser reduzido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dependendo da quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Aberto à negociação.

Essa memória que foi encaminhada para esta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Ministério da Saúde não corresponde à verdade?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, eu não sei o porquê colocaram isso aí, porque nós não ofertamos a vacina a US\$10. Nós não ofertamos a vacina a US\$10. Esse discurso de quanto mais menos é natural.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A Precisa não ofertou...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Nem a Bharat.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas a memória não diz que foi a Precisa que não ofertou.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Nem a Bharat, Senador. Nem a Bharat ofertou.

Nessa reunião, nós não falamos de quanto vai custar. Eu não tinha ainda... Eu consigo demonstrar, através dos *e-mails* que foram trocados depois dessa reunião, mostrar para os senadores que o preço nem tinha sido definido no dia 20 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só para recapitular para a senhora, nessa reunião, no dia 20 de novembro de 2020, estavam presentes os seguintes personagens: Antônio Elcio Franco Filho, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; Flavio Werneck Noce dos Santos, Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde; Francieli Fantinato, Coordenadora Geral do PNI do Ministério da Saúde; Hélio Angotti Neto, Secretário do Ministério da Saúde; Max Nóbrega, Diretor substituto do Decit; Priscilla Azevedo Souza, Coordenadora substituta do Decit; Jessica Rippel, Decit, Secretaria de Ciência e Tecnologia; Francisco Maximiano; a senhora, Emanuela Medrades; Túlio Silveira; Dr. Raches Ella, e os demais representantes da Precisa – o que a senhora, inclusive, informou aqui –; Sr. Sai Prasad, Venkat Hariharan, Apoorv Kumar. Eram esses os participantes dessa reunião?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Que eu me recordo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, nessa reunião do dia 20... Vem a ata dessa reunião, encaminhada pelo Ministério da Saúde, que tem esses personagens que a senhora confirma que estavam presentes na reunião, a informação de US\$10 a dose, que poderia ser reduzido conforme negociação, a senhora disse que não corresponde à verdade?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Que é mentiroso o documento do ministério?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, Sr. Senador, deixe eu... Posso falar? Existia, sim, uma expectativa de precificação de que o produto custasse menos que US\$10. E eu não sei por que colocaram que o produto custaria



US\$10, porque não foi ofertado. O que, sim, existia no momento era uma expectativa. E eu consigo demonstrar para os senhores através de todas as minhas comunicações.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu acho que é importante extrair, diante desse impasse, o seguinte: saber dela se, pelo menos, esse valor foi conversado dentro da reunião. Quer dizer, de alguma forma esse valor foi conversado dentro da reunião? Qual foi a resposta da Precisa em relação a isso? Até para entendermos por que consta, numa ata em forma de memorial que foi encaminhada pelo Ministério da Saúde, representada aqui, obviamente, pelo... O Ministro da Saúde estava representado, nesse momento, pelo Sr. Elcio, que é o Secretário-Executivo, e, por que, diante de tratativas de mais vacinas, em vez de esse valor cair para baixo, ele acabou caindo para cima. Então, eu acho que é importante a senhora esclarecer isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Essa informação, Sr. Presidente, nessa linha, eu acho que esse ponto nós já debatemos algumas vezes aqui no âmbito da CPI. É importante esclarecer se se tratou realmente de uma projeção, de uma estimativa, de uma expectativa ou se realmente isto representou uma proposta: esse preço de US\$10. Foi apresentada essa proposta ao Ministério?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não. Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A memória... A memória...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual foi a proposta apresentada, Emanuela?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas a memória...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A memória da reunião do dia 20...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... está conosco.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sr. Senador, deixe ela responder, por gentileza. Acho que é importante, depois da pergunta da Senadora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixem-na desenvolver a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, existia, sim, uma expectativa. Nós tínhamos, realmente – sempre tivemos –, a intenção de ter um produto mais barato. E isso foi dito não só uma, mas por diversas vezes. Todas as vezes que tentavam reduzir o custo conosco, o nosso recado era: "Olha, nós não vamos deixar de falar com eles e de pedir que esse preço seja menor". Só que a Precisa não possui comando sobre a política de precificação da Bharat. Então, nós fazíamos isto: todas as vezes que eu recebia um *input*: "Emanuela, essa vacina tem que custar menos que o valor que vocês estão propondo", eu transmitia isso através de *e-mail* e eles retornavam justificando por que não iria custar menos que US\$15, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem te cobrava preço mais baixo?



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, peço...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, poderia ler a memória...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... exatamente nesse trecho, para que todos os Parlamentares possam entender, para a gente poder acompanhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que me assegurem a palavra, porque a gente está num raciocínio de perguntas, numa evolução óbvia, e aí atrapalha.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite, faremos a leitura da ata, que eu acho que é importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... da memória da reunião. Em seguida, retomo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a inquirição de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A depoente quer acrescentar alguma coisa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu só gostaria de deixar claro que, se esse preço foi falado, foi como expectativa, tá? Expectativa o tempo todo. E que nós tentamos, sim, por diversas vezes, mas que não houve, em momento nenhum – nenhum – proposta que não tenha sido aquela enviada diretamente da Bharat para o Ministério da Saúde, com o valor de dose por US\$15.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Eu vou fazer aqui a leitura. Se tiver algum dado dessa reunião que a senhora constate que não corresponde, por favor diga aqui, tá?

Os personagens da reunião já foram declinados.

A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Sr. Elcio Franco, com a participação de representantes da Precisa Medicamentos e da Bharat Biotech International, para tratar sobre a vacina Covaxin. O Presidente da Precisa Medicamentos esclareceu que fez acordo com a Bharat Biotech para a importação e comercialização da vacina no Brasil, sendo o representante exclusivo da empresa indiana no País.



Corresponde? Isso aqui é preliminar.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Prosseguindo.

Aspectos técnicos e logísticos:

- . A vacina Covaxin, desenvolvida pela Bharat Biotech, em cooperação com o Indian Council of Medical, National Institute of Virology, utiliza a plataforma de vírus inativado.
- . Os estudos clínicos das fases I e II demonstraram segurança e imunogenicidade da vacina, e os resultados serão publicados nos próximos dias. O estudo de fase I incluiu 375 participantes. O estudo de fase II incluiu o grupo etário entre 12 e 65 anos.
- . Foi informado que o estudo clínico de fase III já foi iniciado em 23 centros na Índia e que se estima incluir 25,8 mil participantes adultos, na faixa etária de 18 a 99 anos, inclusive em população com comorbidades.
- . Há possibilidade de o estudo de fase III também ser realizado nos Emirados Árabes Unidos e no Brasil, sendo, no caso do Brasil, uma potencial parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein.
- . O esquema de vacinação consiste em duas doses da vacina, administradas por via intramuscular, com intervalo de 28 dias.
- . A vacina deve ser armazenada em refrigeração de dois a oito graus, por até 24 meses. A apresentação é em pó liofilizado, com validade de 28 dias após a abertura do frasco. A capacidade e o número de doses por frasco da vacina ainda estão em estudo.
- . A produção do IFA e da vacina ocorre na Índia, com alguns adjuvantes importados dos Estados Unidos.
- . A Bharat Biotech possui capacidade produtiva de, aproximadamente, 200 milhões de doses por ano (além do fornecimento para a Índia), e está em processo de ampliação para 500 milhões de doses.

Corresponde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Só tem um ponto que não corresponde, e isso eu tenho certeza absoluta que nunca foi dito. A Covaxin não é em pó liofilizado. Desculpa, é supertécnico.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Não, tudo bem.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É solução injetável pronta para aplicação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Aspectos comerciais e jurídicos:

O valor da vacina é de US\$10 (dez dólares americanos) por dose, que, em razão de eventual aquisição de montante elevado de doses, o valor poderia vir a ser reduzido e estaria aberto à negociação.



Como esse é o ponto de polêmica, eu vou reler para todas as Sras. e Srs. Senadores: "O valor da vacina é de US\$10 (dez dólares americanos) por dose, que, em razão de eventual aquisição de montante elevado de doses, o valor poderia vir a ser reduzido e estaria aberto à negociação".

Seguindo:

A empresa Precisa Medicamentos apresentou disponibilidade de 46 milhões de doses para aquisição pelo Brasil, com entrega prevista para o final do primeiro trimestre de 2021.

O Secretário-Executivo ressaltou que não há previsão legal para que um contrato vinculante seja firmado enquanto não houver um produto válido registrado na Anvisa, acrescentando que somente é possível a celebração de um Memorando de Entendimentos, que não seja vinculante e que disponha sobre informações como previsão de preço e cronograma de entrega de doses.

O representante da Precisa Medicamentos questionou se poderia ser considerada a possibilidade de interesse em 100 milhões de doses por meio de assinatura de MOU não vinculante. O MS entendeu que essa era uma proposta a ser analisada e solicitou que a empresa formalizasse ao MS a sua proposta de MOU com suas condições [condições], cronograma e valores de doses, bem como enviem informações sobre os estudos e resultados clínicos da vacina. A Precisa Medicamentos, por sua vez, questionou sobre a possibilidade de assinatura de Termo de Confidencialidade pelo Ministério da Saúde. O Secretário-Executivo, então, solicitou igualmente que encaminhasse ao Ministério da Saúde proposta de CDA a ser celebrado.

Adicionalmente, o MS registrou que há necessidade de inspeção das instalações da produção indiana pela Anvisa para aferição do cumprimento das boas práticas de fabricação.

Em sequência, o Ministério da Saúde questionou sobre a possibilidade de adesão da Bharat Biotech à iniciativa Covax Facility, e a empresa ressaltou que não tem intenção de compor o portfólio da iniciativa.

Por fim, o Secretário-Executivo agradeceu as informações prestadas e concluiu a reunião registrando a necessidade de registro da vacina na Anvisa para viabilizar a aquisição conforme legislação brasileira e que o MS segue disponível para a continuidade das discussões sobre a vacina.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) –

O representante da Precisa Medicamentos igualmente agradeceu a oportunidade, ressaltando a possibilidade de parceria em outras frentes, como vacinas para o zika vírus ou o chikungunya.

Antes, Senador Fernando Bezerra...

Confere tudo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Salvo a parte do preço, que foi apresentado como uma expectativa e não como uma proposta, sim, confere tudo.



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O restante confere, só não confere a parte do preço?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, e aquele ponto que eu citei, que não é pó liofilizado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Mas então tudo confere, menos a parte do preço. É isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, foi falado o preço...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi definido o preço...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Estimativa, Senador!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foram falados US\$10.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu peço à Secretaria também providenciar cópias dessa ata para disponibilizar para todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Senador Fernando, e vamos retomar aqui com o Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um instante, Relator, é rápido. Talvez eu não tenha compreendido bem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... mas, quando se fala que Secretário-Executivo diz que não pode fazer proposta vinculante até a aprovação pela Anvisa, ele pede para que seja encaminhada uma proposta de memorando de entendimento e pede para que seja definido o preço, não sei se ouvi bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, a dúvida do preço está aí também nessa memória de reunião, não havia um preço definido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, me parece que não. O que o Secretário-Executivo fala... De qualquer forma, Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só estou querendo dizer que, se tivesse definido o preço, ele teria dito que o preço, no memorando de entendimento, seria de US\$10. Ele pede para a empresa definir o preço no memorando de entendimento.



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas nós estamos exatamente na controvérsia do preço. Se o preço foi proposto diferente, é antagônico ao que consta na memória da reunião, que, segundo a Dra. Emanuela, com a ressalva necessária – com a ressalva necessária –, foi o único ponto de dissenso em todo esse memorial, em toda essa ata.

Eu determino à Secretaria providenciar cópias para todos os colegas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, pela ordem. Desculpa, mas eu acho que isso é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Ou talvez o cerne até agora desse depoimento. Tem outras testemunhas, como a própria Francieli, que esteve aqui, que podem testemunhar a verdade ou não da fala da Emanuela.

Por que isso é importante, Sr. Presidente? Ela falou – e eu até nem entendi a resposta que ela deu ao Relator – quando o Relator diz o seguinte: o porquê da agilidade da contratação por Covaxin? E a resposta dela foi: "É que nós aceitamos todas as condições impostas pelo Ministério da Saúde". Disse ou não disse isso aqui?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, que condições são essas que o Ministério da Saúde impôs? Passar de US\$10 para US\$15 também?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque, veja, as condições – no processo inverso –, as condições, quem aceitou de forma draconiana, foram as cláusulas leoninas da Covaxin. Foi o Ministério da Saúde que se submeteu à Covaxin, portanto, à senhora, à Precisa, em relação às cláusulas draconianas e leoninas desse contrato.

Não estou perguntando para o senhor; estou perguntando para ela.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu queria que ela até pudesse responder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela pode dizer que não quer responder, mas eu estou perguntando para a Emanuela.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Ela vai responder, ela vai responder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dr. Ticiano, tenho o maior respeito por V. Sa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, oriente o advogado, Sr. Presidente. Já é o segundo dia consecutivo. Oriente o advogado do limite da atuação dele. Ele não pode pegar a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, a questão do valor precisa ser esclarecida em tempo, a tempo. Não precisa ser agora, mas é importante, porque eu escutei V. Exa. falando que o valor é de US\$10, podendo ser reduzido. Nós aumentamos o número de doses; esses US\$5 por vacina, por dose foram para quem ou iriam para quem? Essa é uma pergunta que pode ser colocada nessa mesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já está devidamente esclarecido.



14/07/2021

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela já falou que é uma expectativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há na Comissão Parlamentar de Inquérito um documento oficial do Ministério da Saúde, uma memória de reunião. Quer dizer, essa memória foi lida pelo Presidente da Comissão, e há uma divergência com relação ao ponto mais grave, mas uma divergência não de quem participou da reunião, há uma divergência que está sendo posta em primeiro lugar pela Dra. Emanuela. Quer dizer, então...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Relator, só um pequeno aparte. Mais importante do que essa memória é saber qual foi o valor no primeiro contrato oficial, no primeiro contato oficial, na primeira proposta oficial que foi feita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu queria só saber...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quem redigiu a ata pode ter se equivocado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... onde essa reunião aconteceu, o local?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Essa reunião foi dentro do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dentro do Ministério da Saúde.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse preço de US\$10 – eu fiz essa pergunta também – foi diretamente informado pelos executivos da Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Esse preço de US\$10 não foi proposto. Foi apresentada uma expectativa, mas não foi pela Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem apresentou essa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Relator, só perguntar...

Houve outro registro dessa reunião além dessa memória? Foi gravada a reunião? Teve registro em vídeo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, eu não sei. Eu não tinha nem acesso a essa memória de reunião e eu também não sei falar por que cravaram o valor de US\$10, sendo que não foi ofertado esse valor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Qual foi o valor ofertado inicial, Emanuela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – O primeiro valor ofertado, Senadora, foi, no dia 12 de janeiro, US\$15. Antes disso, nem sequer eu tinha o valor da vacina.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Mas quem tinha expectativa de US\$10?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Precisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para depor.) – Sim. Mas lá, no momento da reunião, quem levantou isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa, não entendi.



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alguém falou em US\$10 na reunião. Quem falou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem falou exatamente de preço na sua memória?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, na minha memória, de verdade, é bem complicado eu tentar lembrar esse momento dessa reunião; eram muitas pessoas. Mas o que eu sei e é uma coisa que a gente sempre falou: por todas as vezes que perguntavam para a gente do preço, no momento em que eu ainda não tinha um preço, a pergunta seguinte era: "Tá, mas não tem nenhuma expectativa?". E eu respondia: "Olha, a minha expectativa é que custe menos que US\$10".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. A Precisa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que disse a expectativa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – ... menos que US\$10, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, eu escrevi isso por diversas vezes: menos que US\$10.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu gostaria muito que os Senadores olhassem os meus *e-mails*...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito embora a proposta fosse de US\$15.

Você tinha uma proposta...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu gostaria muito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, para ficar claro: você tinha uma proposta de US\$15 e você falou que você esperava que fosse menos de US\$10, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Senadora. Naquele momento, eu não tinha proposta alguma, porque a primeira proposta que eu recebi da Bharat foi só em dezembro, tá?

Se os Senadores me permitirem, eu gostaria de ler a ordem aqui que nós separamos, os *e-mails* que foram trocados, que tratam especificamente das tentativas de redução e da precificação da Covaxin pela Bharat. É bem curto, são cinco tópicos aqui. Eu vou tentar ser bem breve...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Qual é a data?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – ... para tentar esclarecer para os senhores.

Então, o primeiro *e-mail* é: em 20 de novembro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Qual a data? Qual a data?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu vou... Está aqui no...

Em 20 de novembro de 2020: evidencia a tentativa da Precisa Medicamentos de obtenção de um preço menor que US\$10 por dose. Observe que, até o momento, ainda não existia nenhuma oferta de preço, tá?



14/07/2021

Essas informações eu vou falar e eu gostaria muito que os Senadores e Senadoras olhassem esses *e-mails*, tá?

Número dois, em 27 de novembro de 2020: evidencia mais uma tentativa da Precisa Medicamentos de obter um preço menor que US\$10 por dose para o Brasil.

Nessa cadeia de *e-mails*, também é possível ver que foi enviado pela Precisa Medicamentos à Bharat Biotech um *link* com uma notícia dizendo que a Sputnik iria custar US\$5 por dose. Então, nesse *e-mail*, eu copio um *link*, uma informação da internet, que claramente constava lá que o valor da Sputnik seria de US\$5 – praticamente eu fazendo uma pressão na Bharat: "Por favor, me dê um preço e me dê um preço bom", tá?

Número três, em 9 de dezembro de 2020: a Precisa recebe a primeira demonstração de preço por dose de US\$18 por dose, tá? E, na cadeia, a Precisa informa que esse valor está muito longe do preço alvo e, mais uma vez, pede para que revisitem o valor ofertado para o Brasil.

Quatro, finalmente em 12 de janeiro de 2021: a única oferta que foi realizada pela Bharat ao Ministério da Saúde, em concordância à reunião realizada no dia 7 de janeiro de 2021, fixando o menor preço mundial da Covaxin para o Brasil.

É claro que essa reunião em 7 de janeiro foi entre a Precisa e a Bharat, em um momento até em que eles citaram e tentaram justificar por que eram US\$18. Naquele momento, aquele preço tinha sido ofertado até para a Unicef. Então, eles deram várias justificativas, e essa foi uma delas.

E o número 5 é a evidência da única proposta que foi realizada para o Ministério no dia 12 de janeiro, com 20 milhões de doses, a US\$15 cada uma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os *e-mails* que acabam de ser lidos pela depoente não desautorizam a memória da reunião.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone.*) – Caraca, vai insistir com isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo contrário, ele colabora com a memória da reunião.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas a memória da reunião é clara: não havia preço definido. O que é escrito na memória da reunião...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que desautoriza... O que desautoriza...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Colegas, vamos garantir a palavra ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que desautoriza a evolução a partir da memória da reunião é o contrato sigiloso a que esta Comissão Parlamentar de Inquérito ainda não teve acesso, de quanto a Bharat remunerou a Precisa, que é uma das dúvidas que nós estamos tendo em toda essa negociação. É isso que vai realmente explicar o porquê da variação desse preço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Relator, se me permite...

V. Sa. não citou quem disse que poderia ser um preço menor. No primeiro comunicado, não tem. Na reunião, diz que alguém diz que, além de ser 10...



A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Na reunião do dia 20?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... poderia reduzir. Quem falou nessa redução?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não tenho como me recordar, Senador, mas podia ser até eu, como uma expectativa sempre.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, nesse *e-mail*, não fala, por exemplo, que poderia ter a possibilidade de diminuir. V. Sa. só fala que são US\$10, era a expectativa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não! Desculpa, Senador! Não entendi sua pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas alguém comentou: "Pode ser menor se a quantidade for maior". Alguém disse isso.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, Senador! O *e-mail* que eu li foram as minhas comunicações com a Bharat, eu pedindo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E não fala sobre isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu escrevi esses *e-mails*. Eu escrevi. E eu obtive respostas. E esses *e-mails*, se eu não me engano, foram para o TCU.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas V. Sa. disse que foi V. Sa. que disse na reunião que a expectativa era de US\$10.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, porque, em 20 de novembro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou perguntando quem é que disse também que poderia ser menor ainda em função da quantidade.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Eu não... Senador, eu não tive oportunidade... Era como se eu fizesse uma reunião com o senhor, eu saísse daqui, desenhasse uma memória dessa reunião e não apresentasse para o senhor e aquilo que o senhor ou que eu tivéssemos escrito fosse verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela, Senador Izalci...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é que a Dra. Emanuela...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... vamos retomar para o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A Dra. Emanuela, na verdade, já respondeu. Ela disse que a nota, a memória da reunião é mentirosa. Ela respondeu com essa ênfase.

Eu queria perguntar...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu não disse "mentirosa".

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só um rápido reparo, Senador Renan: na verdade, ela divergiu do dado em relação ao preço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De toda a memória... De toda a memória, de todas as informações, a divergência contada por ela é sobre o preço. É sobre o preço!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – E o ponto técnico também, que eu acabei de falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o ponto técnico.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É importante, porque não é só uma coisa. Não é só um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu fiz a pergunta exatamente direta.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mentirosa, portanto, a memória da reunião? A senhora...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela falou que não. São só alguns pontos, Senador.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É equivocada, Senador. É equivocada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quer induzir a depoente a falar o que ele quer! Que coisa chata, rapaz!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, assegure minha palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas, a palavra está com o Relator. Cada um dos colegas tem um tempo para se inscrever, tanto os membros efetivos, quanto os suplentes, quanto os não membros. Nós não temos pressa na reunião de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – A Precisa Medicamentos realizou quantas reuniões com o Ministério da Saúde antes do dia 20?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Antes do dia 20 de novembro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foram duas reuniões. Essa foi a terceira reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa foi a terceira reunião?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem estava presente nas outras reuniões, por favor?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nas anteriores?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nas duas anteriores.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – As duas reuniões anteriores foram na SVS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram na S...



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – SVS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – SBS.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – SVS, junto com o PNI e toda a equipe da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A Precisa pagou ao Ministério da Saúde algum valor em garantia da execução do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Precisa apresentou, inclusive em acordo com o que é solicitado nas contratações públicas, um seguro fidejussório. Caso aquela operação não seja concluída, ele funciona como seguro garantia. Não é um pagamento, é uma garantia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas apresentou, formalizou isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Formalizou, enviou o documento original.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual seria a modalidade de caução? Em dinheiro, título da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, essa operação é realizada entre o meu financeiro e o meu jurídico. Eu não consigo te responder. Não é da minha área de atuação na companhia, eu sou farmacêutica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Em depoimento ao Ministério Público Federal e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o servidor da saúde Luis Ricardo Fernandes Miranda apontou que foi atipicamente pressionado por superiores para agilizar a importação da Covaxin. Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas, em função do que esta CPI ouviu aqui e o Ministério Público Federal também do servidor Luis Ricardo.

Com quem a Precisa Medicamentos estava tratando no âmbito do Ministério da Saúde durante os trâmites de importação das doses da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os trâmites de importação das doses da Covaxin se deram através da Dimp, que é o departamento de importação. Sim, falávamos com o Luis, falávamos com o William, falávamos com a Ariadne, falávamos com a Lillian, falávamos com lista. Era uma série de pessoas que tratavam junto conosco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa Medicamentos entregou, portanto, toda a documentação exigida pra importação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Naquele momento, não. Depois nós conseguimos entregar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que documentos, então – ou a falta deles –, impediram a liberação das doses da vacina?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu gostaria muito de colocar aqui... Como é que eu posso colocar uma explicação do que era esse processo exatamente? Esse processo não era uma importação comum, não eram aquelas importações que a própria Dimp está acostumada a fazer. O processo só foi possível ser realizado através da RDC 476. Então, os documentos que tinham sido enviados no dia 18 foram documentos referentes a qualidade, segurança e eficácia da vacina, porque, antes de se ter um registro de LI, uma anuência de uma LI, você deveria submeter esses documentos para a Anvisa, para a Diretoria 5 da Anvisa fazer a análise, instruir isso através



de uma Dicol e retornar com a anuência. A partir da anuência é que seriam, sim, enviados todos os documentos, que eram *packing list* e demais documentos referentes à questão aduaneira, pra que desse seguimento à importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, os documentos que faltavam eram exatamente?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpe, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que documentos... Que documentos faltaram, impediram a liberação das doses da vacina? Uma pergunta concreta.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Anvisa, quando retornou pela primeira vez, depois da análise dos documentos que foram enviados, disse que o relatório técnico de avaliação da vacina não era... Ele não atendia aos requisitos. Então, ela pedia que a gente retornasse com o pessoal do CDSCO, da Índia ou da própria Bharat e conseguisse um relatório que apresentasse em acordo com a própria RDC.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa realizou algum contato recente com a Anvisa ou com outros órgãos envolvidos no processo de importação? Quais?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Com a Anvisa a gente tem contatos praticamente semanais, alguns até diários. Nós temos mais de um processo andando atualmente na Anvisa: nós temos um ensaio clínico autorizado; nós temos um pedido de uso emergencial em andamento; nós temos uma série de tratativas com a Anvisa de longa data já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, uma pergunta: a Precisa tentou apressar a liberação da importação da Covaxin...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em outros órgãos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que funcionários de outros órgãos a Precisa lidou no processo de liberação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Outros órgãos da Anvisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outros órgãos envolvidos, órgãos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os únicos órgãos que a Precisa tratou sobre a Covaxin foram o próprio Ministério da Saúde e a Anvisa. Na Anvisa, quem tratava dessas ações de importação, através da autorização excepcional, era a Diretoria 5. Então, nós tivemos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode listar o nome dessas pessoas que representavam a Diretoria 5?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Dra. Daniela Marreco, Dr. Daniel Cruz, é... Senador, é uma lista imensa das pessoas que trabalham na Anvisa. Eu posso compartilhar atas de reuniões, não sei... Tinha reuniões com a Anvisa que eram mais de 40 pessoas na mesma reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa, exatamente, com Roberto Ferreira Dias?



A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa com Roberto Ferreira Dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não; a relação da Precisa aconteceu em uma reunião, em uma agenda na Secretaria Executiva, em maio. E foi a única, o único contato. Não tínhamos relação. Nós tratávamos tudo com os funcionários do ministério, os colaboradores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Representantes da sua empresa se encontraram com Roberto Dias fora do ambiente do Ministério da Saúde, assim como...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu desconheço. Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... assim como ele fez com o Luiz Paulo Domingueti?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa com o Coronel Marcelo Bento Pires, que repassou o número de telefone de Francisco Maximiano diretamente para o servidor Luis Ricardo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu acredito que o Marcelo Pires era o chefe do Dimp...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Marcelo Bento Pires.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É, eu não... Por nome, assim, eu não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi ele...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu nunca tive reunião com ele, eu nunca conversei com ele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi ele exatamente que repassou o número de telefone de Francisco Maximiano diretamente para o servidor Luis Ricardo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, mas nós não temos relação com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca tiveram relação com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu nunca tive reuniões com ele. Eu não... Eu não me recordo dele, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E para que serviria esse contato direto do servidor Luis Ricardo com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Como assim, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Coronel Marcelo Bento Pires repassou o número do telefone de Francisco Maximiano para o servidor Luis Ricardo. Eu estou perguntando: seria para que esse contato do Luis Ricardo com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu não sei para quê, até porque eu já tinha os e-mails, os contatos do Dimp, do departamento responsável pela importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa com o Tenente-Coronel Alex Lial Marinho?



A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem relação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não tenho relação. Eu tratava com os funcionários do Dimp.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nunca tratou...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu tratava com o William, eu tratava com o Luis, eu tratava com a Ariadne.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não tem, não é?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não senhor, não tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém da Precisa tem?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconhece.

A Precisa Medicamentos tratou do fornecimento de vacinas com o Sr. Rodrigo de Lima, funcionário terceirizado do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor, eu não conheço o Rodrigo de Lima, não tratamos com Rodrigo de Lima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não o conhece?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não o conheço, não tratamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque o Luis Ricardo falou aqui que o Rodrigo de Lima mencionou a cobrança de propina pela negociação da vacina.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É, mas ele não mencionou a Precisa, deve ser uma outra operação, não tem nenhuma relação conosco. Nós não conhecemos Rodrigo de Lima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Em que dia foi encaminhada a primeira *invoice* da Covaxin ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – No dia 22 de março, às dez horas e vinte e um ou vinte e dois minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pediria à Izabelle, por favor, providencie aí...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O vídeo, não é? Pode colocar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Providencie o vídeo, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, aproveitando, enquanto aguarda o vídeo, e agradecendo a autorização da depoente para que a gente faça as providências, só com relação ao pagamento, Sr. Presidente, antes do vídeo: a senhora informou que era comum ter no contrato uma empresa e a nota de empenho em outra, o pagamento para outra empresa.



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, Senador, eu não disse isso. Eu disse que as duas empresas estão no contrato e que o empenho vai para a representante. Em todos os contratos da Precisa, Senador, foi assim que aconteceu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas, neste caso, não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Agora, eu não consigo responder pelo Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A situação de substituição da primeira empresa pela Madison não está com o contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A substituição da primeira empresa *trader* pela Madison não constava no contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não consta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E, na experiência anterior de contratações com a Índia, vocês tinham pagamentos feitos, empenhos feitos para *traders*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não. Então, era só um esclarecimento quanto a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca houve, foi a primeira vez.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nunca aconteceu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca aconteceu em todo o Ministério.

Por favor...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Algumas perguntas.

Por que a Precisa Medicamentos encaminhou ao Ministério da Saúde as *invoices* em nome da Madison Biotech? – repetindo a pergunta feita anteriormente pelo Senador Alessandro Vieira.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, eu posso só fazer um comentário sobre o vídeo? Eu acho que vocês passaram por alguma questão... Se o senhor me permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Esse vídeo foi uma audiência do Senado, foi no dia 23 de março deste ano. E, nesse dia, eu já havia enviado as *invoices*, já havia enviado, já havia trocado *e-mails*, já havia recebido as ligações do William com algumas solicitações de ajustes. No vídeo, vocês conseguem ver que eu não fui detalhista, eu não disse que, no dia 18, eu enviei o *link* com as informações técnicas da RDC; no dia 19, eu cobre; no dia 21, eu mando a *invoice* pela primeira vez; no dia 22, eu



14/07/2021

recebo o primeiro retorno referente à análise da *invoice*... E, enfim, eu não sou detalhista. Eu estava com aquilo fresco na minha cabeça e eu acabei dizendo que encaminhamos. Sim, encaminhamos, porque já havíamos encaminhado. A questão é...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Oi?

Eu provei, e a gente pode falar mais uma vez, a gente pode provar mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, na hora em que a depoente estiver falando...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, foi uma falta de atenção minha, Senador, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ainda agora... Ainda agora, eu estava lá fora, e a gente percebe nitidamente que, na hora em que estavam discutindo o preço da vacina, o advogado diz para a senhora: "Expectativa, expectativa". Expectativa de que fosse US\$10.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu preciso... Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora vai já concluir, eu só estou pedindo para que...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... na hora em que a senhora estiver falando, a pessoa fala uma coisa...

Pode concluir.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para questão de ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem, antes de ela concluir, porque é importante, é sobre o advogado. Eu estou vendo o Senador Alessandro Vieira insistindo que o advogado não pode fazer nenhuma orientação. Eu acho que lei federal vale aqui também para esta CPI. Então, vamos ler o Estatuto da OAB, em especial o art. 7º, incisos X e XI, que falam exatamente que o advogado pode instruir a pessoa que está sendo ouvida, sem problema nenhum. Eu não sei por que essa existência do advogado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ninguém está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoimento é da Emanuela.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Primeiro, parabenizar pela possibilidade da leitura, hoje, usando a máscara.

Segunda questão: ninguém está interferindo no processo de orientação da cliente, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor está querendo evitar que o advogado trabalhe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estamos interferindo, sim, na tomada de palavra pelo advogado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O advogado está trabalhando.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O advogado não é depoente.



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Pode falar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ele não pode simplesmente retirar o microfone da depoente e falar quando quiser.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele pode orientar a sua cliente quando ele quiser.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Diretamente para ela, não pelo microfone, presidido pelo Senador Omar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Inclusive pelo microfone... Inclusive pelo microfone, por escrito ou verbalmente, se o senhor ler a lei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Continue na leitura. Vai que aprende.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Se o senhor puder ler, pelo menos... Aprenda o que está falando.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Continuando, Srs. Senadores... Então, referente ao vídeo, mais uma vez, eu não fui detalhista. Se eu soubesse que eu ia estar passando por isto aqui agora, eu ia ter lido, eu ia ter falado dia por dia, *e-mail* por *e-mail*, mas, mesmo não sendo detalhista, eu provei e provo, mais uma vez, que essa *invoice* só foi enviada no dia 22. E eu desafio o William Amorim e o Luis Ricardo a provarem também que eles receberam no dia 18, porque eles não vão conseguir. Então, eu estou disposta, inclusive, a fazer uma acareação junto com as informações que eles passaram e com os fatos, se é que eles os têm.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, V. Exa. poderia só passar o vídeo novamente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, passe o vídeo novamente, Izabelle?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador...

Dra. Emanuela, ao que me parece, a senhora, inclusive, puxa pela memória da data do dia 18, a senhora puxa pela memória... Se puder colocar mais uma vez, por gentileza?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ô, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só para ficar claro...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora tinha tanta certeza de que era "quinta-feira passada", que a senhora vai falar "sexta" e retroage e fala "quinta", porque a senhora tem uma boa memória.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só a interpretação que o vídeo dá.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, claro...



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só a interpretação que o vídeo dá, não é?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim. Na quinta-feira eu realmente criei o *link* do Dropbox. Na quinta-feira foi a primeira vez que eu encaminhei documentos técnicos para o Ministério da Saúde, através do Departamento de Importação, mas ainda assim, eu já disse aqui, eu não fui detalhista nas questões das datas – eu não fui. E eu já provei que esse documento não estava com o ministério no dia 18, ele só apareceu no dia 22. E, mais uma vez, eu desafio o William Amorim e o Luis Ricardo a demonstrarem o contrário, porque eu provei e eu provo quantas vezes for necessário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Essa informação é importante, viu, Sr. Relator, Sr. Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito importante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É muito importante fazer a acareação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso aí. Se querem a verdade, bote frente a frente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque, na verdade, cai por terra... O suposto crime de prevaricação cai por terra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É muito importante a gente trazer os servidores.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, é muito importante...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Presidente, a preocupação aqui é saber se o Presidente prevaricou ou não. A mim é buscar a verdade diante de um contrato que, pela ordem cronológica dos acontecimentos, só depõe contra a Emanuela.

Eu gostaria aqui, com muita tranquilidade, de dizer a você, que tem idade para ser minha filha... Gostaria muito de dizer isto para você: o seu depoimento para mim – para mim, que analisei o contrato da Covaxin, que fiquei o final de semana sobre ele –, ele não acrescenta nada quanto à materialidade. Para mim está comprovado que é um contrato fraudulento, superfaturado, de um esquema de propina dentro do Ministério da Saúde.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sem um centavo de dinheiro público. Interessante isso. Interessante. Interessante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não estou me dirigindo a V. Exa. V. Exa. usará o microfone quando o Presidente desta Comissão lhe determinar. Eu peço que respeite uma Senadora da República.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Muito interessante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu quero dizer a V. Sa. ou a você, porque tem idade para ser minha filha, que eu não estou aqui buscando materialidade no contrato da Covaxin. Eu tenho oitiva de testemunhas, nós já temos vídeos, nós temos *e-mails* e nós temos um contrato. Aqui o que nós estamos buscando é autoria, quem são os autores destes crimes contra a administração pública:



possíveis crimes de peculato, de corrupção ativa, de corrupção passiva, de advocacia administrativa, de tráfico de influência, de organização criminosa. Então, eu gostaria só que V. Sa. ou você, se me permitir novamente, pudesse, com muita serenidade, responder aos questionamentos, porque eu não gostaria nunca de vê-la como a mão do gato. Sabe o que que é a mão do gato? Aquela que é usada para que terceiros possam se aproveitar e cometer alguma irregularidade. Então, assim, serenidade.

Sobre esse vídeo sozinho, você tem total razão: ele não serve para nada, mas quando se soma à fala, que tem que ser igualmente reconhecida como verdadeira, de outras duas testemunhas, diz muito. A acareação precisa ser feita.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Claro! Tem que ser feita.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não discuto que ela precisa ser feita. Eu gostaria apenas que a senhora, ou você, tenha consciência de que está numa Comissão Parlamentar de Inquérito, diante de um contrato que nós temos indícios gravíssimos de irregularidade e que agora estamos buscando autoria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu estou com palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não queria vê-la envolvida num processo onde, de alguma forma, a senhora ou você não tenha alguma responsabilidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas para fazer uma ponderação: eu acho que a acareação é necessária. Veja, esse caso é um caso simples, porque você tem condições de apurar a chamada prova material. Prova material. Nós estamos diante aqui de depoimentos que apresentam informações diferentes. Agora, nós estamos na CPI, parece, como arautos da verdade, que, quando um fala uma coisa que lhes interessa, na narrativa acusatória, aí diz: "Não, esse está falando a verdade"; quando um outro fala, faz uma outra afirmação, que não vai na linha daqueles que defendem ataques ao Governo: "Aí não; esse está mentindo". A gente não tem que escolher quem mente ou quem diz a verdade; nós temos que apurar a verdade.

Então, nesse caso aqui, duas providências eu acho que são necessárias: primeiro, a verificação da prova material. Ela existe. Ela existe. É fácil apurar. E dois: a possibilidade de fazer a acareação entre duas pessoas que apresentam versões diferentes. Eu acho que é uma providência inteligente para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Comissão é inteligente. É muito inteligente. E aqui não tem... Aqui não tem bestinha.

Deixa eu só dizer... Concordo. Ela está pedindo acareação, acho que nós devemos fazer acareação, até porque ela é que está sendo acusada e ela faz questão de fazer acareação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto?

Primeiro... Mas também sigo a sugestão da Senadora Simone, que ela fala em três coisas. Então, nós iremos fazer, com certeza absoluta...

A depoente está respondendo a todas as perguntas. Caso ela caia em perjúrio aqui, ela sabe a responsabilidade que ela terá...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, o senhor me permite contribuir com a fala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.



14/07/2021

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... que V. Exa. está fazendo?

Veja, Senador Renan, no dia 20 de novembro tem aqui a memória...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da reunião.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... da reunião, em que se fala em valor de US\$10. No dia 12 de janeiro, essa é a carta da Bharat Biotech que propõe não 20 milhões de doses: propõe 12 milhões de doses, com um cronograma de entrega que seria 2 milhões de doses em janeiro, 4 milhões de doses em fevereiro e 6 milhões de doses em março.

O que é fato – e, aí, a acareação é fundamental – é que, no dia 22 de novembro, está a carta encaminhada pela Sra. Emanuela, em que aqui deixa de ser 12 milhões de doses, passa a ser 20 milhões de doses, e aqui é que é a primeira vez manifestado que o pagamento terá que ser feito diretamente à BBIL (Bharat Biotech International Limited). Ou seja... E dá um prazo de validade para isso, Senador Omar, de um dia! Em um dia eles alteraram as condições da proposta, as condições de pagamento, e em um dia o ministério teve que responder e respondeu! Eu acho que esta é a grande questão para que nós possamos, numa acareação, finalmente entender a verdade sobre esses fatos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque, efetivamente, é inacreditável a mudança, em um dia, com uma carta que aumenta de 12 para 20 milhões de doses, muda a forma de pagamento e dá um prazo de um dia para o ministério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Altera a lógica...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Altera a lógica!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não se esqueça do valor. Não se esqueça do valor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O valor dependia da quantidade...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – US\$15!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que era 10 na ata.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só que, no dia 12 – e, aí, a senhora tem razão –, no dia 12, na proposta da Bharat Biotech, ela fala em US\$15.

Pede que haja anuência. No dia 22, ela fala em US\$15, muda quem é o credor e exige uma série de condicionantes, e o ministério aceita. Isso é que precisamos entender como e por quê.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro. E outra coisa, Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O credor passa a ser a Bharat Biotech, é o fabricante, é o laboratório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a outra coisa...



14/07/2021

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Vamos deixar o Relator concluir o seu trabalho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A mudança é a segurança maior de contratos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Ainda existem pessoas inscritas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. não me garantir a palavra, eu...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Conclua o trabalho de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que eu vou cumprir a minha atribuição? Não dá.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou só fazendo uma observação que a alteração que foi feita foi para melhor. A alteração foi para melhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, Presidente, nós vamos ter, neste depoimento – e queria desde logo colocar –, muitos pontos para fazer acareações, muitos pontos para fazer acareações.

Por exemplo: a depoente afirmou que as negociações andaram rápido porque a Precisa aceitou as condições do Ministério da Saúde. Veja que coisa grave. Matéria da *Folha de S. Paulo*, do dia 14 de julho, afirma que a senhora conseguiu mudanças a jato em pagamento da Covaxin após recorrer a Elcio – há ofícios mostrando isso. Então, é uma óbvia contradição, porque a Precisa não aceitou as condições do Ministério da Saúde.

A segunda, eu perguntei aqui se havia um esforço diplomático para ajudar a negociação do Ministério da Saúde com a Covaxin. Ela disse que não. Nós temos aqui vários registros, por exemplo, oficiais, oficiais. Olha o que diz o documento do próprio Itamaraty:

Recebi, em 6 de janeiro, representante da Associação Brasileira das Clínicas de Vacina [...], em visita à Índia para tratar com a companhia indiana Bharat Biotech da importação de vacinas contra Covid-19 para o Brasil. A delegação estava acompanhada dos cônsules honorários da Índia em Belo Horizonte, Elson de Barros Gomes Jr., e no Rio de Janeiro, Leonardo Ananda Gomes, também presidentes das Câmaras de Comércio Brasil-Índia naquelas cidades.

E, aí, traça a evolução do esforço diplomático que aqui foi perguntado e foi negado ter existido, pela própria depoente. Mas eu vou prosseguir no interrogatório, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A depoente pediu cinco minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concedo à senhora.

(Suspensa às 11 horas e 43 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão. Quero...

(Soa a campanha.)



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço silêncio, por favor. Quero pedir silêncio.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que nós ouviremos hoje a Sra. Emanuela e marcaremos para agosto a vinda do Sr. Maximiano para ser ouvido. Não há como ouvirmos as duas pessoas hoje, até porque o número de inscritos aqui é muito grande. Então, eu vou comunicar aos advogados também que só iremos ouvir o Sr. Maximiano em agosto. Amanhã, o Sr. Cristiano que será ouvido.

Vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros para continuar suas perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Peço, por favor, à Izabelle que mande colocar o vídeo nº 2 para nós retomarmos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado.

Eu queria só dizer que as contradições são muitas, elas vão além dessas, dessa posta aqui neste vídeo. Até porque isso hoje não tem mais importância, porque o próprio Presidente da República já confirmou que recebeu as denúncias – o próprio Presidente já confirmou que recebeu as denúncias! Ele não confirmou ainda, e é importante que confirme, é se ele falou do líder do seu Governo ou se não falou. É isso apenas o que precisa ser comprovado com relação ao que envolve essa discussão. As *invoices* foram colocadas contraditoriamente: um falava em um dia, outro falava em outro, outro fala em outro – isso nós já temos, mas temos outras contradições.

Por exemplo, quando eu perguntei aqui se esse pagamento à Madison, se era comum, a depoente justificou, dizendo que o pagamento com relação à aquisição de preservativos para mulher foi feito dessa forma; e não foi feito dessa forma. É uma outra contradição. Então, são várias as contradições do processo, mas isso, mais adiante, nós vamos verificar, sem açodamento, sem discussão, sem confusão.

Eu queria perguntar: por que a Precisa Medicamentos encaminhou, em nome da Madison, as *invoices*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, antes de responder, eu vou esclarecer que o senhor não me perguntou se o pagamento para a Madison era comum; o senhor me perguntou se o empenho realizado era comum ser no nome da Precisa, e eu disse que sim, que, inclusive, os contratos de preservativos, mesmo sendo representante de uma empresa internacional...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... a empresa que estava emprenhada era a Precisa. O senhor me perguntou isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei se era comum se colocar o *invoice*...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Empenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e o pagamento em nome de empresa de paraíso fiscal.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, o senhor falou empenho. A pergunta que o senhor fez foi de empenho. Tá?

E, respondendo à questão das *invoices*, a Precisa envia porque a Precisa é a representante da companhia no caso em questão e signatária do contrato.



14/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a razão mesmo por que a Precisa encaminhou ao Ministério da Saúde as *invoices* em nome da Madison Biotech? Qual é a resposta, por favor?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – As *invoices* que foram encaminhadas, no caso a primeira *invoice*, que foi encaminhada só no dia 22, foi enviada justamente para que fosse possível fazer o registro da abertura do licenciamento de importação e ser encaminhado para a Anvisa fazer anuência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor – por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Esse ponto que V. Exa. acabou de tocar... Eu busquei as notas taquigráficas, Sra. Emanuela, e o que a senhora diz é o seguinte: "A questão de o empenho ter sido... Referido o nome da Precisa não necessariamente significa que esse valor vá para a Precisa". E aí vamos à parte que não corresponde à verdade: "Nós temos outros casos, inclusive dentro da Precisa, em outros contratos, no caso do preservativo, em que o empenho é para a Precisa, mas o pagamento é lá fora".

Mas isso não é verdade; todos os pagamentos foram feitos dentro do Brasil e direcionados à Precisa, as ordens bancárias são em nome da Precisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor. *Fora do microfone.*) – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Tem ordem bancária para o exterior no contrato de preservativos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tem, Senador. Por favor, eu preciso que o senhor pesquise dentro do Portal da Transparência e peça...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Foi o que eu fiz.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, a pesquisa do portal é superficial. Peça... Eu tenho, inclusive, os *drafts*... Não, como é o nome? *Swift codes* dos pagamentos que foram feitos, do Ministério da Saúde...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para empresa no exterior?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, para quem eu pedi em questão... Eu tenho como garantir. Tudo o que eu estou falando aqui eu tenho como provar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, sim, é normal, apesar de constar lá, no empenho, o pagamento como empenhado para a Precisa, o pagamento em si, por ser em dólar, por ser em câmbio, vai diretamente para o fabricante. E eu posso compartilhar com o senhor um dos *swift codes*.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Lembrando toda essa situação, o depoimento – a senhora se comprometeu aqui a falar a verdade...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.



14/07/2021

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora está me dizendo que os pagamentos feitos pela empresa... Pelo Ministério da Saúde, no contrato dos preservativos femininos, foram feitos para o exterior.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Só pela ordem, Presidente. É que esse tema é totalmente ausente. Ela, inclusive, tem um *habeas corpus* que exonera esse compromisso de dizer a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi colocado por ela.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Foi ela que colocou a informação.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Não, não. Eu sei, mas é um tema ausente.

Ela já disse a verdade dos fatos. Agora cabe, com todo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência... Excelência...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Alessandro partiu de um depoimento dado ainda há pouco pela própria Dra. Emanuela – pela própria Dra. Emanuela!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Dra. Emanuela.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Confirmo, Sr. Senador. Não tem nenhuma relação com esta CPI, não tem relação com pandemia, mas, sim, eu confirmo, e o senhor pode, inclusive, perguntar no departamento responsável pelos pagamentos dentro do ministério, que todos os pagamentos foram realizados diretamente à conta da Cupid no que diz respeito aos preservativos femininos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

O Ministério da Saúde poderia, de acordo com o contrato e a legislação nacional, fazer algum pagamento à Madison Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não conheço nenhum impeditivo em sendo uma empresa que está registrada em nome da mesma companhia, com o mesmo quadro societário, mas, ainda assim, caso o ministério houvesse nos apontado esse pedido, pedido a alteração, eu também tenho certeza de que a Bharat não iria ter nenhum problema em apontar, então, a própria Bharat para pagamento. Mas eu não conheço nenhum fator impeditivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que a senhora sabe sobre a Madison Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sei que a Madison Biotech é a responsável por todos os contratos da Bharat desde o momento em que ela foi fundada e... É tudo isso que eu sei. Internacionalmente, eu sei que a Madison, em todos os países em que a Bharat comercializou a Covaxin – lembrando mais uma vez a política de precificação internacional, partindo de US\$15 até US\$20 por dose –, foi a Madison quem atuou.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato previa uma remessa de 4 milhões de doses da primeira vez, mas isso não foi respeitado. Por que esse número foi alterado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, para fazer um transporte de qualquer medicamento termolábil, inclusive por previsão da própria Anvisa em relação à certificação de boas práticas de fabricação e transporte e armazenamento, é necessário registrar um processo chamado Validação de Cadeia de Frio. Isso você pode fazer com qualquer produto. Você pode, por exemplo, pegar uma ampola de água e mandar, simulando o trajeto desde o ponto de origem até o ponto final. Quando você tem tempo para fazer isso, você valida esse trajeto, essa rota de transporte, com *data logger* – no caso, com *envirotaíner* – etc., e você demonstra para a Anvisa: "Olha, a minha rota está validada". Então, por exemplo, eu uso um *envirotaíner* que, mesmo com um grande número de filas nos aeroportos, ele fica 72 horas fora da energia elétrica.

Enfim, o que aconteceu é: não tivemos esse tempo de fazer essa validação da cadeia de transporte antes, e essa validação seria feita com o próprio produto. Isso é muito arriscado do ponto de vista de seguro, e o próprio seguro, a própria Bharat, determinou "olha, vamos fazer a primeira, já que é uma validação, com teto de até US\$50 milhões" – salvo engano –, e as próximas já estariam com essa cadeia validada, e eu posso enviar quantas fossem necessárias ou pedidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem autorizou, por favor, Emanuela, essa alteração?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foi a fiscal do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O fiscal do contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era o fiscal do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Regina Célia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Regina Célia.

A partir de que data ela assumiu essa condição?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desde o dia 4 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde o dia 4 de março.

Com base em que ela autorizou?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na minha justificativa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... da validação de cadeia de transporte. É importante aqui que tudo que foi autorizado ou não pelo ministério, eu não tenho como responder, com base em qual lei ou com base em qual, enfim, justificativa; mas o que eu tenho como responder é que, em momento nenhum, eu me opus, eu ou a companhia, a não atender a qualquer solicitação do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a *invoice* solicitava o pagamento antecipado, se isso não estava previsto no contrato, por exemplo?

A Senadora Simone Tebet estudou minuciosamente essas *invoices* e detectou mais do que informações imprecisas, irregulares. É pior: eram informações que contrariavam o



contrato, que burlavam o contrato. E eu estou fazendo exatamente esta pergunta: por que essas *invoices* solicitavam o pagamento antecipado se isso não estava no contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, a Bharat tem o modo dela de fazer emissão dessas *invoices* e ela utilizou, o tempo todo, como se fosse uma minuta padrão para a confecção. A primeira que nós recebemos, que foi a enviada no dia 22, ela era com condições padronizadas para o mundo inteiro. Então, o mundo inteiro pagou antecipadamente, o próprio Paraguai. Não sei se vocês tiveram acesso às informações, outros países também que efetuaram a compra da Covaxin tiveram a condição de realizar o pagamento antecipadamente, nos termos do Incoterm FCA, entre outras informações, que nós conseguimos vantagens para o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora está colocando que o Paraguai já havia feito isso, pago antecipadamente...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu estou colocando como um exemplo a partir de algo que é notório, algo que você já consegue ver através de notícias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está sendo altamente questionado no país.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque, além do Paraguai, colocado aqui por V. Sa., há uma outra coincidência com relação ao proceder da Global Gestão em Saúde, que também conseguiu pagamento antecipado no contrato de fornecimento de medicamentos para doenças raras no próprio Ministério da Saúde. Além do Paraguai, nós temos esse outro proceder da Global, que conseguiu, nesse contrato de venda de remédios para doenças raras, um pagamento também antecipado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Quando esse contrato antecipado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, esse episódio aconteceu antes de eu entrar na companhia, antes de eu entrar na Precisa. E eu não tenho como responder, até porque, se houve pagamento antecipado, foi muito provavelmente por uma determinação do próprio Ministério da Saúde na época, o que não tem nenhuma relação com a atuação da Covaxin, com a atuação da Precisa ou com a atuação da Bharat.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Quando foi esse contrato aí?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Qual contrato, gente? Me ajudem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Esse contrato a que o Relator está se referindo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato da Global com o Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em 2017 – 2017.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Dois mil e dezoito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dois mil e dezessete.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, espera aí, para nós não ficarmos confusos nem ela, porque eu também não estou entendendo: ela...



14/07/2021

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele está se referindo a um outro contrato, numa outra situação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quando foi que a senhora entrou na Precisa?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpellar.) – Quando V. Exa. se referiu a pagamento antecipado, ela disse que houve uma tentativa de pagamento antecipado à luz do que já aconteceu no Paraguai, é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senadora, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Neste caso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, ela falou que era contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi isso, foi exatamente isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só dívida, Relator: V. Exa. se refere à Global, não é isso?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nesse caso qual?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, por favor... Por favor, Senadores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para ficar claro aqui, gente, porque a pergunta do Relator...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espera aí, espera aí. Para não distorcer...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, por favor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A pergunta do Relator...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... as palavras da depoente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou perguntando e estou dando a oportunidade para ela esclarecer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É que os erros verificados na primeira *invoice* se devem à padronização de contratos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela apontou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi isso que ela respondeu.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela disse que...

(Soa a campainha.)



14/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, por favor. Nós temos as notas taquigráficas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há mais nenhuma dúvida, ela já respondeu. Citou prática igual do Paraguai, e eu disse...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela disse... Ilustrou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que era o proceder da empresa Global, que é uma empresa do mesmo grupo, com o próprio Ministério da Saúde, porque em dois mil e...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É a Bharat Biotech. Ela estava falando da Bharat Biotech.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, eu gostaria muito de falar.

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, deixa a depoente responder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela estava falando da Madison, estava falando da Bharat Biotech...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos deixar a depoente responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falando da Precisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tem nada a ver com Precisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Precisamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Relator...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tem nada a ver com Global...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso aí é distorcer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu peço que assegure minha palavra, por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos deixar a depoente responder.

(Soa a campainha.)



14/07/2021

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A política de preços é da Bharat Biotech...

(Tumulto no recinto.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela afirmou isso no depoimento dela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui quem pergunta também dá a resposta. Não pode.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Ela afirmou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela já afirmou. Ela já falou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O preço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu já estou satisfeito...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelências, só um minutinho.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senhores advogados, só um minutinho. Senhores advogados, só um minuto. Senhores advogados...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Pede para reproduzir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (*Fora do microfone.*) – Pode reproduzir. Eu não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Pede para reproduzir, por favor.



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas, colegas...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (*Fora do microfone.*) – Mas reproduz a pergunta do senhor também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Só um minutinho, colegas...

É possível a Secretaria reproduzir?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A depoente está aí, é só perguntar. O que é isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela fala de novo.
Pelo amor de Deus!

(Tumulto no recinto.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está ficando louco?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós já temos a resposta. Já temos a resposta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – E não é a que o senhor quer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A resposta construída pelo Relator. Essa é a resposta certa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso, Senador Renan?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Constrangimento para a depoente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Deixa eu falar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso é uma covardia...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão colocando palavra na boca da depoente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe... Não é possível.

(Soa a campainha.)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Questão de ordem, Senadora Simone Tebet.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O truque do vídeo é quando...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por favor, eu só estou pedindo para falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora...

Só um minutinho, Emanuela.

Senadora Simone...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso, tão simples.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora está pedindo questão de ordem?



14/07/2021

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor. *Fora do microfone.*) – Estão obstruindo a palavra dela.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Questão de ordem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas...

Senadora Simone, por gentileza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu levantei... Não quis causar tumulto.

Eu levantei essa questão, porque também é uma das mais relevantes. Já que Senador Renan Calheiros me citou – e eu agradeço, porque foi uma citação gentil; não é o caso de art. 14 –, eu fiquei aqui com a antena ligada.

E, na pergunta que ele fez, eu quis... E por isso que eu perguntei novamente a ela. Ela teria dito o seguinte: "Não, isso, a princípio é uma praxe", ou, enfim, da Bharat Biotech... Não sei... Não interessa se foi a Precisa ou não. Isso me chamou a atenção porque, independente de ser Madison, Bharat Biotech ou Precisa, isso não poderia ter acontecido, porque não consta do contrato, um contrato inclusive ilegal, porque foi assinado anteriormente a uma lei sancionada... Aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

É preciso retomar aqui alguns pontos importantes, Sra. Emanuela, por isso que eu disse: a materialidade nós temos; cuidado que nós estamos atrás dos personagens e da autoria.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu só gostaria de responder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa, Senadora Simone. Não tem materialidade nenhuma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tenho ou não a palavra, Sr. Presidente?

(Soa a campainha.)

(Tumulto no recinto.)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, eu estou sendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi me dada ou não a palavra, Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não em materialidade nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem que desligar o microfone.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E a gente tem que ficar ouvindo...



14/07/2021

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ai não dá, não é, Presidente?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mentindo...

(Tumulto no recinto.)

(Interrupção do som.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Eu nunca tive a indelicadeza do Líder do Governo de gritar com ele. Mas estou começando a ficar surda do lado esquerdo e do lado direito. Eu não consigo sequer ouvir o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – ... porque ficam os dois no meu ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... o senhor pode ficar tranquilo. Não precisa o senhor ficar vermelho, calma; porque, veja, até o microfone eu desliguei. Até o microfone nós bloqueamos. Então, vamos garantir...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – O senhor me respeite! O senhor me respeite!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, por favor!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Se o senhor repetir isso mais uma vez, eu vou falar ao microfone...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Repita o que o senhor disse para mim! Repita!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone.*) – Ela falou isso? Fica induzindo a depoente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Repita o que disse para mim!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Não, repita o que o senhor disse sobre mim! Ora!

Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem.

Se esse Senador novamente repetir o que disse para mim agora, eu vou poder invocar nosso Regimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Estou dizendo que a senhora está querendo induzir a depoente a falar o que a senhora quer.



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No microfone, ele não tem coragem de falar o que disse para mim agora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Que a senhora está induzindo a depoente a falar o que a senhora quer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não foi isso o que o senhor disse.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Foi, foi!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não foi isso! Eu quero respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela não vai mentir, não! Ela não vai mentir aqui, não!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Flávio, por gentileza, por gentileza...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, eu preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora vai falar.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os senhores estão me coagindo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A senhora vai ter a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora vai falar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu quero apenas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... assim que a Presidência lhe conceder, em só um minuto!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A palavra está com a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A questão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu asseguro a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A questão importante aqui é saber... Ela vai ter o direito... E acho que tenho o direito de repetir a pergunta formulada pelo Relator. Por quê? Independentemente se é do Paraguai ou não, se foi por parte da Precisa, da Madison ou da Bharat, tem um ponto essencial: não havia previsão legal no contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu perguntei a ela.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... seja pela lei brasileira, seja pelo contrato assinado, de pagamento antecipado de vacinas sem comprovação científica de eficácia, sem autorização da Anvisa, nem mesmo autorização



das autoridades sanitárias dos Estados Unidos, da China e da Europa, como previa naquele momento a lei brasileira, que não permitia a autorização sanitária da Índia.

Então, essa resposta dela é muito importante para o processo e para a verdade dos fatos.

Houve ou não tratativa ou pedido de pagamento antecipado? E por quem foi feito isso?

Eu ouvi, na primeira resposta da senhora, ou de você, que alguém ou alguma empresa havia tentado negociar pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, agora, sim, antes de eu devolver, para concluir...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por favor, Senador, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com certeza, Sra. Emanuela! Calma! Calma!

Antes de conceder a palavra à depoente e devolver a Presidência ao seu titular...

Dra. Emanuela, agora sim, por favor...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Muito obrigada.

Sra. Senadora, o que eu disse... A pergunta do Relator foi muito clara: por que é que, na *invoice* da Madison, constava pagamento antecipado? E eu expliquei, falando que era uma minuta padrão e que nós conseguimos uma condição benéfica para o Brasil, diferente dos outros países. Eu expliquei que o fato de ter sido enviada a primeira *invoice* nessas condições não necessariamente sobrepõe o contrato que já tinha sido assinado. Entendeu?

E, mais uma vez, conforme o que outros depoentes falaram aqui, uma *proforma invoice* é um *draft*. Ela é um documento que vai e vem diversas vezes. Em momento nenhum, foi solicitado o pagamento antecipado. Em momento nenhum, foi feito nenhum tipo de pressão ou sequer recusado qualquer pedido de correção.

O que todo mundo tem que entender é que uma *invoice* é um documento internacional. Ninguém tem a obrigação de entender como é que o Brasil atua, como é que a Siscomex atua, quais são as informações obrigatórias que você tem que colocar. O que é que a Índia sabe? A Índia usa o padrão dela, o que ela usa em outros países. A Índia não conhece a NCM, a Índia não conhece que nós precisamos colocar cubagem, peso etc.

Então, é natural que, nesse processo, tenha idas e vindas de documentos, com alguns erros materiais ou alguns erros que são sempre corrigidos. O que não pode acontecer é, no momento da importação, esse documento estar errado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Então, teve correção, Emanuela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Nós tivemos ajustes – o.k.? – conforme...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... o que foi pedido sempre. Tudo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fez alterações na *invoice*...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou deixar... É a minha vez. Eu não vou tratar desse assunto na minha vez.

Obrigada, Relator, pelo tempo.



14/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria pedir, por favor... Coloque o áudio das notas taquigráficas a partir da pergunta que eu fiz. *(Pausa.)*

Por favor, eu vou aguardar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela acabou de explicar. Vai passar o áudio de novo? Constrangimento pra depoente. É um em cima do outro. É impressionante, cara. Impressionante. Deixe ela falar. Ela já falou, já explicou, rapaz. Que isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deixe ela falar. Ela já falou, já explicou, rapaz. Que isso?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pela ordem. Presidente... Presidente, pela ordem. Presidente... Pela ordem, Presidente. Nós estamos com a depoente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a necessidade de repetir vídeo de depoimentos de presente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. Só um minutinho, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é produtor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que vocês achassem aquela parte... Eu a ouvi dizendo que não era normal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não é esse o trecho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Que não era normal isso. Só um minuto. E depois ela voltou. Quando ela voltou... Eu dei cinco minutos pra ela ir lá, ela voltou e pediu pra repor a questão. Está bom? Porque vocês têm que pegar é o conjunto da obra, não é só o fato. Ela pode ter até se equivocado e ter respondido, mas o que ela respondeu... O que o Senador Renan está falando é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tem dúvida, pergunta de novo, Presidente. A depoente está aí. Qual o prejuízo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você vai me orientar o que eu vou fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vai orientar agora o que a gente vai fazer?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem é acostumado a orientar testemunha aqui é o Relator.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou aceitar a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou garantir a palavra ao Senador Renan.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



14/07/2021

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só aproveitando a coincidência do vídeo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só estou achando que não é razoável. A depoente, seja na Polícia Federal, no Ministério Público, aqui, pode retificar as declarações, esclarecer, evitar dúvidas. Eu não sei o que está se tentando impingir com um determinado depoimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só foi uma coisa, Senador Fernando Bezerra. Senadores e Senadoras, ninguém puxou esse assunto. Quem trouxe o assunto à baila foi a depoente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, ela respondeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tem dúvida, pergunta, Presidente. É assim que funciona um depoimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela respondeu mais de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, deixe eu lhe dizer. Ela disse uma coisa e depois, quando ela voltou do intervalo que foi dado a pedido do advogado...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Negativo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que isso, Presidente?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Negativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, agora, quem faz questão de ver o que ela respondeu sou eu. O.k.?

Procure aí pra mim, por favor, a hora em que o Senador Renan pergunta a ela o seguinte: "Isso é normal ser feito? Foi feito dessa forma? Foi pago pra outra empresa?". Ela disse "não".

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, a pergunta é sobre o primeiro erro na *invoice*, na *pro invoice*, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É, que foi padronizado. Que foi padronizado. É isso que ela respondeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não é erro. Isso é fraude.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Essa parte...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse foi o que ficou até o fim. Essa empresa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso foi erro. Isso foi erro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... em todas as correções...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma fraude ao contrato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... ficou até o fim. Ficou até o fim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não tem fraude. Foi corrigido, meu Deus do céu! Que fraude?



14/07/2021

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, aproveitando esse intervalo, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela perguntou – foi o que o Senador Renan... Pelo que eu estou entendendo, o Senador Renan pergunta a ela se era uma prática você pagar para uma outra empresa. Não foi isso, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não é isso. Então, vamos ver aí. Por favor, a gente está discutindo...

Continue, por favor, Senador Renan, enquanto eles procuram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou prosseguir no interrogatório...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Renan... Senador Renan, eu peço... Por favor, me desculpe. Atendendo ao comando da depoente, eu solicitei da equipe a pesquisa das ordens de pagamento referentes ao contrato do preservativo feminino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu recebi aqui nota de empenho, nota de liquidação, ordem de pagamento. Todas são com nome e CNPJ da Precisa. Não tem nenhuma referência nesses documentos a pagamento no exterior, mas, mesmo assim, a senhora diz que os pagamentos são para o exterior, não é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que era comum.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso não tem nada a ver com a CPI também. Pelo amor de Deus!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, eu já disse que o que está no Portal da Transparência é superficial, e eu tenho todos os Swift codes para comprovar que o pagamento foi feito diretamente à Kiwpped.

E, mais uma vez, não é âmbito desta CPI.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A gente vai solicitar esses documentos porque a gente tem qual a falsidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito grave também "o que está no Portal da Transparência é superficial".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É superficial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Superficial. (Risos.)

Presidente, eu queria retomar o depoimento.

Eu fiz uma pergunta com relação a outra informação inexata, outra tentativa de burlar o contrato – eu já listei várias. E esta agora trata da remessa de 4 milhões de doses da primeira vez, mas isso não foi respeitado. Por que esse número foi alterado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, não teve tentativa de burlar nada. E eu já respondi que a primeira cadeia de transporte deve ser validada conforme a própria Anvisa preconiza, e nós pedimos esse ajuste junto ao fiscal do contrato para que a gente pudesse realizar a validação de cadeias de frio na primeira corrida.



14/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a outra pergunta é: por que a *invoice* cobrava do Ministério da Saúde o pagamento do frete e seguro da carga de vacina – é um outro problema que a *invoice* continha –, se a cláusula 4.2 do contrato de fornecimento da Covaxin prevê que esses custos devem ser absorvidos pela Precisa Medicamentos? Então, em outras palavras, a *invoice* tentava materializar condições não existentes no contrato com relação ao frete, com relação ao pagamento de impostos, com relação à quantidade, com relação ao pagamento à vista e com relação ao pagamento à Madison, em Singapura, num paraíso fiscal. Isso não é erro... Isso é um erro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – São inconsistências. Inconsistências foram todas corrigidas. Todas corrigidas em menos de 24 horas. Todas corrigidas, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O eufemismo que o Senador Fernando Bezerra usa aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não; não é eufemismo, não!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu cheguei aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, tentar burlar um contrato é inconsistência?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Receber adiantado o que o contrato não prevê...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor! V. Exa. não tem que responder. Ou vocês estavam trabalhando lá do lado dela para saber mais do que ela? É, porque é o seguinte: parece que vocês...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Parece que V. Exa. trabalhava com ela, Senador Fernando Bezerra! Está respondendo por ela?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Não tem isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Eu quero saber o seguinte: V. Exa. trabalhava com ela?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, dá um tempo, dá um tempo. Dá um tempo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nada foi pago. Tudo foi corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. trabalhava lá, era auxiliar? Era auxiliar?



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. era auxiliar, era auxiliar? Era auxiliar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Presidente, V. Exa. está acusando o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou, sim, perguntando para V. Exa. se V. Exa. era auxiliar, porque tudo que ela responde vocês querem se meter.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, por favor, não dê mais atenção a isso, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não, não sou eu, Presidente; não sou eu, Presidente. Essas interrupções são frequentes a cada pergunta que faço, e eu encareço a V. Exa. exatamente impedi-las. Não cabe a mim impedir essas interrupções.

Por que a *invoice* cobrava do Ministério da Saúde o pagamento de frete e seguro da carga de vacina se a cláusula 4.2 do contrato de fornecimento da Covaxin prevê que esses custos devem ser absorvidos pela Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, referente ao preço, ao custo que foi apresentado de transporte e seguro, o próprio ministério solicitou, através de *e-mail*, que nós fracionássemos, porque, na primeira *invoice* que foi enviada no dia 22, o valor global já constava US\$15 com tudo incluso. A partir do momento que eles pediram para que nós fracionássemos aquele valor, porque, para atender ao Incoterm, era necessário apresentar separadamente, o que também é um costume muito comum quando você vai preencher na Siscomex o registro de abertura de licenciamento de importação.

Então, o fato de eu ter separado o valor, não significa que eu estou cobrando isso do ministério. Em momento nenhum, uma *proforma invoice* tem o poder de alterar ou sobrepor o contrato que tinha sido assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, nesse caso, nesse caso, permitam-me, Presidente, era burlar o contrato. Você faz um contrato e você propõe o recebimento de tudo diferentemente do que o contrato prescreve, prevê. Quer dizer... Aliás, o contrato prevê que os custos de tributos, por exemplo, e encargos, também devem ser pagos pela Precisa Medicamentos...

Aliás, o contrato prevê que os custos de tributos e encargos também devem ser pagos pela Precisa Medicamentos, mas a Madison Biotech é uma *offshore* sediada em Singapura. Há sonegação de tributos nessa operação ou a empresa em paraíso fiscal vai se comprometer em pagar um imposto e tributos no Brasil? É uma pergunta que todo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, o contrato não está... Não consta que a Precisa pague.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor.

Eu pedi... Nós fizemos uma reunião antes, sem a presença do Senador Fernando Bezerra e do Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, sim, Presidente, esclareça bem.



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha vários Senadores aqui, o Senador Eduardo Braga chegou um pouco atrasado, e nós fizemos aqui um acordo para que a gente pudesse dar celeridade nas perguntas a ela...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não nos convidaram para essa reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, V. Exa. não estava presente, por isso que... Aí, eu pedi, fiz um apelo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não fomos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não fomos convidados para essa reunião, é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, foi aqui no plenário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não foi marcada, foi com quem estava no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não tinha chegado ainda, Senador. Estava aqui o Senador Jorginho, estava o Senador Girão, estava o Senador Flávio Bolsonaro, estava o Senador Izalci, o Senador Humberto, eu, o Senador Eduardo chegou logo após. Eu falei: "Olha, vamos agilizar porque nós temos dois depoentes hoje, e eu espero que ninguém fique interferindo nas perguntas, para que a gente possa agilizar". Isso eram 10h da manhã. Vai dar 12h30... São duas horas e meia que o Senador Renan está questionando a depoente. Então, eu pediria tanto serenidade do Relator, porque os outros também querem fazer pergunta, como que ninguém atrapalhasse mais. E, na hora de cada um, que pudesse expor. Se tiver alguma coisa a contrapor ao Relator, anota, chega lá e diz: "Olha, Relator, você está equivocado, não é isso", tal, tal, tal. Eu faço esse apelo a V. Exa.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Qual é... A pergunta anterior: o contrato também prevê que os custos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – É, eu estava respondendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, vamos lá.

Sr. Relator, não teve tentativa de burlar o contrato. O que consta no contrato é que o valor final já está com todos os impostos inclusos. Eu não estou deixando para o ministério a responsabilidade de pagamento de imposto; por exemplo, para fazer uma comparação, uma analogia, o contrato da Pfizer não prevê a cobertura de impostos no valor final da dose.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi essa a minha pergunta.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu posso concluir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a minha pergunta, precisamente, para que não tenhamos uma resposta diferente, foi a seguinte: como poderá a Receita Federal cobrar impostos e tributos – a Receita Federal do Brasil – de uma empresa que recebeu antecipadamente em paraíso fiscal? Isso não é comum, isso não é comum. Como é que pode isso acontecer?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque as empresas são criadas em paraíso fiscal exatamente para dificultar esse controle e essa fiscalização. Como pode o Governo brasileiro cobrar esse pagamento de imposto dessa forma à Madison em Singapura...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se o contrato prevê que o pagamento era da Precisa? Entendeu? É isso que não pode.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu posso responder? Eu posso responder?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, tá.

Sr. Senador, não houve pagamento antecipado, e eu gostaria de concluir o raciocínio de que o contrato prevê o produto com um valor final para o ministério com os impostos inclusos, o.k.? O que isso significa? Eu não sou especialista tributária. Eu acho que, sim, vale muito a pena, depois o senhor consultar algum especialista, mas significa que esses impostos serão pagos na fonte. Onde é essa fonte? Na Índia, Singapura... Na fonte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

Qual é a relação da Precisa Medicamentos com a servidora Regina Célia Oliveira?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A relação de ela ser a fiscal do contrato que a Precisa tem com o ministério. É essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela foi indicada fiscal depois do contrato realizado e já descumprido, uma parte descumprida. A Precisa influenciou na escolha dessa servidora para o posto de fiscal do contrato da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, ela foi indicada no dia 4 de março, conforme documentos oficiais do Ministério da Saúde, onde o contrato não tinha sido ainda descumprido nem parcialmente. E, não, nós não temos nenhuma relação. Eu nem sequer conhecia a servidora Regina Célia antes de ela ser apontada para mim como a fiscal do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa orientou a servidora Regina Célia sobre a maneira de proceder em relação às inconsistências contidas nas *invoices* encaminhadas ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, o senhor me desculpa? Eu preciso que o senhor repita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa orientou a servidora sobre a maneira de proceder em relação às inconsistências nos *invoices* encaminhados ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, senhor. As tratativas das *invoices* eram no Departamento de Importação. Eu não tive comunicações com a Regina referentes às *invoices*, somente com o William.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. A Precisa ofereceu alguma vantagem à Regina Célia Silva Oliveira?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, senhor.



14/07/2021

O servidor Luis Ricardo Miranda mostrou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito mensagens de WhatsApp recebidas do Coronel Marcelo Bento Pires, Coronel Marcelo Bento Pires, que revelam que funcionários da Precisa Medicamentos estiveram na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde às 22h30 de uma sexta-feira. Em função disso, eu quero fazer algumas perguntas.

V. Sa. estava nessa reunião?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estava.

Qual era a finalidade dessa ida ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não estava nessa reunião, então eu não consigo te responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas representante da Precisa estava. Qual era a finalidade dessa ida a essa reunião que aconteceu às 22h30 de uma sexta-feira?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós tínhamos um objetivo, independente de horário. Os senhores puderam ver que todos os *e-mails* não tinham a questão de horário, eram 11h, meia-noite, independente de qualquer coisa. O nosso objetivo sempre foi conseguir a autorização pra fazer a importação desses produtos e contribuir no controle da pandemia. Provavelmente, o objetivo era esse. Agora, como eu não estava na reunião, eu não consigo relatar para o senhor o que foi discutido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas já respondeu e eu considero respondida. Todas as idas foram para obter a autorização para a importação.

Por que essa reunião se deu fora do expediente usual do ministério?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, é complicado, mais uma vez, falar de uma reunião da qual eu não participei, mas eu posso... Eu entendo e eu acredito que, inclusive por boa-fé dos servidores não só do ministério, mas da Anvisa também, a limitação do horário comercial não foi um impeditivo pra tocar qualquer reunião que pudesse trazer um benefício para o País. Então, nós tivemos diversas... Inclusive, eu trabalhei em dois fusos horários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo.

Esse encontro foi feito com Elcio Franco, Coronel Elcio Franco, Secretário-Executivo à época.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não estava nessa reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, eu sei, mas a Precisa estava.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sei! Eu não sei! Eu não tive acesso a essas informações!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando à senhora como representante da Precisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tudo bem, eu estou te respondendo que eu não sei porque eu não estava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não sabe dizer, não estava. Quem é que estava nessa reunião em nome da Precisa?



A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O que eu sei é que o Francisco Maximiano, Presidente da companhia, estava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, o Francisco. Então, nós faremos essa pergunta pra ele, posteriormente. Que outros encontros, em horários atípicos, a Precisa Medicamentos teve com funcionários do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu tive inúmeras reuniões, sempre através de *links* via Teams e outras plataformas ou, inclusive, presenciais. E eu, agora, me recordei de uma, em que eu fui pra Secretaria Executiva às 19h e saí de lá depois das 22h.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, então, essas tratativas não poderiam ser feitas às claras, no expediente normal do ministério?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu acredito que todos estavam trabalhando, independentemente de horário, pra conseguir fazer o controle e pra cumprir com suas ações perante a pandemia, todos do ministério e da Anvisa também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., funcionários ou representantes da Precisa Medicamentos participaram ou promoveram algum encontro com o Deputado Luis Miranda?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não? Não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o empresário Silvio Assis?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tem relação com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem relação com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa Medicamentos ofereceu alguma vantagem inclusive pecuniária para que o Deputado Luis Miranda não oferecesse denúncia sobre as irregularidades do contrato da compra da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. foi recebida na Embaixada do Brasil em Nova Déli?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não fui.



14/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode relacionar todas as pessoas que participaram da viagem à Índia ou das viagens à Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – As viagens à Bharat sim, eu posso, mas, conforme eu acabei de falar pro senhor, eu não estive nas viagens que foram à embaixada do Brasil, eu não estive em Déli. E eu posso relatar todas as viagens de todas as pessoas, mas eu acho mais efetivo eu encaminhar uma relação, porque são muitas pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela, só me permita: a senhora não foi em nenhuma das viagens?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu fui para Hyderabad, na fábrica. Eu não fui a Déli, na embaixada. Eu não estive nenhuma vez na embaixada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A senhora confirma o voo do dia 5 de janeiro de 2021 para Bombaim?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Meu? Bombaim, sim, confirmo. Bombaim. Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A senhora confirma que estava na delegação que foi nesse voo do dia 5 de janeiro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu fui no dia 5, à noite, eu fui de Mumbai, depois eu fui direto, peguei uma conexão e fui para Hyderabad.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E não esteve no encontro de Nova Déli?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Senador, eu não estive em Déli, eu não estive com o embaixador, eu não estive na embaixada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A senhora poderia só declinar qual foi essa sua viagem no dia 5, qual era o objetivo dela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A viagem do dia 5 foi a primeira viagem, foi o primeiro encontro que nós tivemos com a Bharat. A intenção era amadurecer principalmente a questão técnica.

Tivemos várias apresentações, eles tinham acabado de fazer a publicação, na *Lancet*, dos estudos de Fase II. Então, foi uma reunião de caráter técnico e de caráter também regulatório, pra que a gente pudesse reconhecer as instalações da fábrica, enfim... Foi uma visita...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, embora a senhora tenha ido na delegação, a senhora não esteve na reunião na embaixada em Nova Déli?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu não estive.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Outros que foram na delegação é que estiveram em Nova Déli, na reunião na embaixada. Certo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não estava, Sr. Senador, e eu sei quem foi comigo pra Hyderabad e quem voltou comigo de Hyderabad. Eu não sei quem estava em Déli e nem quando estava.



14/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já pedi a relação dessas pessoas que viajaram com ela e queria... E ela ficou de nos entregar, e...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – À disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Iremos protocolar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Alguma autoridade viajou com V. Sa...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nessas viagens para a Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O senhor pode repetir? Desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma autoridade viajou em companhia de V. Sa. nessas viagens para a Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Autoridade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do Governo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. A Precisa recebeu algum apoio do Governo brasileiro para realizar viagens à Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhum?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez viagens internacionais para tratar da negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que datas?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu estive nos dias 7 e 8 de janeiro, eu estava em Hyderabad, em duas reuniões junto à fábrica; depois, eu voltei para Hyderabad no dia 28 de fevereiro e fiquei lá para acompanhar a inspeção de certificação de boas práticas da Anvisa, retornei depois da semana da inspeção; e, recentemente, eu fui para lá no dia 14 de abril e voltei no dia 12 de junho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O Ministério da Saúde havia visitado as fábricas da Bharat Biotech antes de fechar o contrato de compra da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora foi dia 14 de abril aonde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Em Hyderabad, na fábrica.



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E voltou que dia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em junho. Eu passei 60 dias lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Setenta dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sessenta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sessenta dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Sessenta dias.

O Ministério da Saúde havia visitado as fábricas da Bharat Biotech antes de fechar o contrato da compra da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não. Não, senhor. Nem antes, nem depois. O que eu sei é que o ministério nunca esteve na Bharat.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais testes e resultados foram apresentados ao Ministério da Saúde para embasar a qualidade, a segurança e a eficácia da Covaxin, por favor?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os relatórios de fase pré-clínica, os relatórios de Fase Clínica I e II e os relatórios interinos de Fase III.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa medicamentos manteve tratativas diretamente com a equipe técnica do Ministério da Saúde para entrega e análise de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, nessa pergunta anterior...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na presença do Presidente da Anvisa aqui, Sra. Emanuela, nós questionamos muito por que não liberar a Covaxin para a gente importar e a Sputnik. Ele deu uma resposta sobre a Covaxin que nos deixou muito preocupado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu me recordo à época de que ele falou em higienização, onde era produzida não tinha higienização e boas práticas na produção.

A senhora passou 60 dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deve ter acompanhado, foi a uma fábrica, alguma coisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Anvisa mudou de opinião? Porque, quando ele veio aqui, a gente estava iniciando a CPI e a gente queria saber por que a gente não importa essa vacina. Eu até disse: "Mas o Presidente russo tomou a vacina Sputnik, por que nós brasileiros não podemos tomar?". Com a explicação dele, eu me quedei à Anvisa. Eu disse: "Não, a Anvisa está certa". O que ele me disse sobre a Sputnik: "Senador, nós temos informações de uma fábrica. Elas são produzidas em 12 fábricas diferentes na Rússia, e eu não sei de qual das fábricas vai vir para o Brasil. Nós temos que ter certeza de que ela não venha com impurezas que possam transmitir alguma coisa para o povo brasileiro".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sem dúvida.



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E sobre a Covaxin – V. Exa. deve ter recebido esse relatório, logo que vocês pediram para aprovação –, sobre a Covaxin ele foi muito claro, ele falou em impurezas e higienização, não tinha boas práticas na produção, se eu lembro. Eu não lembro literalmente, mas sei que a posição dele foi essa.

Isso aí foi mudado, essa opinião, por parte da Anvisa, em relação à vacina Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, no relatório a que eu tive acesso, depois da inspeção da Anvisa, não cita a higienização como um ponto de não conformidade. O que aconteceu e o que nós conseguimos superar posteriormente é que é natural, quando você tem uma produção, que você siga certos procedimentos operacionais padronizados, que são os conhecidos POPs, através das farmacopeias. Existem mais de 50 farmacopeias no mundo. E existia uma necessidade de comparar a produção perante a farmacopeia indiana, ou a britânica, ou cada farmacopeia que a Índia seguia, com as farmacopeias brasileiras. Isso não tem relação com higienização, não tem relação com falta de boas práticas de limpeza. Boas práticas de fabricação estão relacionadas com a forma como você trata esse material e a garantia de que aquele produto está sendo tratado de uma forma farmacêutica equivalente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só... Boas práticas de limpeza. Boas práticas... Higienização...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E não ter condições mínimas sanitárias o que significa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Sra. Senadora. Eu gostaria muito de concluir, pelo menos, uma resposta minha porque está um pouco difícil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu só estou perguntando para a senhora porque quem falou isso não fui eu.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tudo bem. E também...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem falou isso foi o Presidente...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não assisti ao depoimento do Presidente da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois foi o Presidente da Anvisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu estou falando com base no relatório que eu recebi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, então...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Posso seguir aqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode. Pode seguir, senhora.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Quando eu disse que não existe nenhum apontamento de não conformidade é em relação a limpeza ou higienização. Não existe. Os apontamentos eram: a Bharat precisa seguir o PIC/S ou o ICH em relação a como tratar aquele produto, aquele material, aquela máquina, mas essa questão de limpeza e higienização nunca foi nem sequer referida a nós nem à Bharat.

E, em segundo momento, em relação à mudança de ideia, não, não teve uma mudança de ideia. Nós fizemos todos os estudos de comparabilidade, atendemos as demandas que a Anvisa nos apresentou, principalmente no que diz respeito à liberação do lote. Então, os ensaios de controle de qualidade, os ensaios de inativação viral e derivados nós apresentamos para eles, de forma que eles entenderam que cumprimos com todos os quesitos e que atendíamos ali a certificação de boas práticas de fabricação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje a Anvisa já liberou a Covaxin para vacinar no Brasil?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós temos autorização da Anvisa com ressalvas, mas temos autorização da Anvisa. E essa pergunta se tratava do certificado de boas práticas. Então, sim, eu tenho já o certificado de boas práticas válido por dois anos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, me parece que a Anvisa liberou precariamente a importação de apenas 4 milhões – precariamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Precariamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, persiste ainda uma série de questões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi totalmente corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só perguntei a ela porque eu me lembro bem de o Contra-Almirante Barra Torres ter falado sobre essas duas vacinas, até porque eu, pessoalmente, antes de ter esse depoimento do Contra-Almirante, questionava o Governo, por não liberar as vacinas, e a Anvisa. Depois, ele explicou aqui para a gente, e a gente tem que se quedar à ciência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E nós aceitamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, pela ordem, só para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente permite tudo, menos negar a ciência, estão entendendo? Se a ciência diz que não, não. E não se discute.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Só para contribuir, Presidente: na documentação da Anvisa é muito claro sobre a falta de condições mínimas sanitárias, ou seja, de forma muito clara, a não comprovação da eficiência dessa vacina, que já estava sendo contratada pelo Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Que foi contratada.

Eu queria saber exatamente... Ela já respondeu quais testes e resultados foram apresentados ao ministério, e eu perguntei, na sequência, e fomos interrompidos.

A Precisa Medicamentos manteve tratativa diretamente com a equipe técnica do Ministério da Saúde para entregar essas análises?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os problemas apontados pela Anvisa e que fundamentaram a negativa da certificação de boas práticas de fabricação foram sanados? – aproveitando a...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sugestão do Senador Eduardo Braga. Foram sanados na totalidade?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na totalidade. Já temos o certificado de boas práticas da Anvisa, válido por dois anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O contrato prevê, na cláusula 11.2 – isso é também uma coisa muito importante – que a fiscalização deveria ocorrer por meio de uma comissão formada por, no mínimo, três pessoas. Isso ocorreu?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Fiscalização? Desculpa, Sr. Senador, eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fiscalização do contrato e da importação.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Olha, eu não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso ocorreu...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É na cláusula do contrato?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso ocorreu... O contrato...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sou advogada, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, a senhora assinou o contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eu assinei o contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora assinou o contrato. Eu estou perguntando o seguinte: assinou o contrato em nome da Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, assinei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E da Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato prevê, na cláusula 11.2, que a fiscalização deveria ocorrer por meio de uma comissão formada por, no mínimo, três pessoas. Eu perguntei: isso ocorreu, sim ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu tenho ciência de duas pessoas que participavam como fiscais do contrato, que são a Renata e a Regina Célia, e tem, sim, outras pessoas da SVS. Eu não sei quem exatamente entrou nessa terceira, mas tinha mais de três pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma outra pergunta: quem dispensou a formação dessa comissão?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, é o Ministério da Saúde que faz essas determinações. Eu não tenho como...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas quem dispensou exatamente o não cumprimento dessa cláusula do contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sei nem se isso foi dispensado. É o Ministério da Saúde que trata disso; não é a Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a empresa Precisa, então, não exigiu a fiscalização por uma comissão, como o contrato prevê?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, nós fomos fiscalizados, sim, desde o início. Nós apresentamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, por uma comissão. O que o contrato... Deixa eu explicar; V. Sa. não está entendendo. O contrato prevê a necessidade de ser fiscalizado, de acordo com a Cláusula 11.2, por uma



comissão formada, no mínimo, por três pessoas. Eu perguntei: "Isso ocorreu?". A senhora não soube informar. Eu perguntei: "Quem dispensou a formação dessa comissão?".

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Relator, Dra. Emanuela, se o senhor me permitir acrescentar, veja... Porque veja qual é a situação do contrato: há designação de uma fiscal após a assinatura. O contrato é assinado dia 25 de fevereiro, salvo engano. O contrato, a fiscal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com a primeira entrega de produto já vencida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

A fiscal só se apresenta uma ou duas semanas depois.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ela só se apresenta no dia 22. Ela foi indicada no dia 4 e entrou de férias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E só é nomeada pelo *Diário Oficial* do dia 22. No período, não teve nem a segunda pessoa, Dra. Emanuela, porque é o seguinte: a fiscal do contrato é substituída em férias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo irregular – tudo irregular.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela é substituída em férias por uma segunda pessoa. Não só não tem a comissão como não tem a segunda pessoa. A fiscal, ela é substituída. Só para acrescentar a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Relator, só para somar ao que o Senador Randolfe colocou: a Emanuela colocou agora há pouco que a fiscal foi designada no dia 4 de março. É bom saber da Emanuela se a fiscal vinha atuando nesse período de 4 até o dia 22, que é a data que consta da sua nomeação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tinha fiscal. Isso já...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ela citou claramente que a fiscal estava designada a partir do dia 4.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não estou perguntando sobre a fiscal agora, eu estou perguntando é que o contrato prevê a formação de uma comissão de fiscalização composta por, no mínimo, três pessoas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Relator, posso só... É do item 11.2 do contrato que o senhor está falando?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – 11.2.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Porque o item 11.2 diz respeito a recebimento do valor: "O recebimento de material de valor superior a R\$176 mil será confiado a uma comissão de, no mínimo, três membros, designados pela autoridade competente".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É sobre o recebimento do material.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que...



O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Nada foi recebido – só para esclarecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por que a Precisa não cobrou o cumprimento do contrato com relação à formação dessa comissão, conforme prevê o contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Porque essa comissão só seria estabelecida no momento do recebimento, conforme consta aqui na cláusula. Cláusula 11.2: "O recebimento de material de valor superior a R\$176 mil será confiado a uma comissão de, no mínimo, três membros, designados pela autoridade competente." Nós não chegamos nessa etapa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Durante a tramitação da Medida Provisória 1.026, de 2021, posteriormente convertida em Lei 14.124, de 2021, a autoridade sanitária da Índia foi incluída como agência cuja autorização de uso de vacinas contra a Covid-19 poderia ser aproveitada pela Anvisa para a liberação mais célere de imunizantes no Brasil. A senhora sabe desse fato? A senhora foi informada desse fato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Do fato da MP e do fato da lei?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da medida provisória.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que durante a sua tramitação...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu acompanhei todas as alterações e todas as leis que foram criadas, derrubadas ou até alteradas para...Referentes à pandemia, eu acompanhei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

Sobre isso, eu queria fazer algumas perguntas.

A Precisa Medicamentos manteve contatos com Parlamentares durante a tramitação dessa medida provisória?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com nenhum?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu desconheço. Desconheço. Eu não mantive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não manteve...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...mas desconhece se a Precisa manteve.

A Precisa fez *lobby* pela apresentação de emendas a essa medida provisória para beneficiar o processo de aprovação da Covaxin junto à Anvisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se o senhor se refere à inclusão da autoridade sanitária CDSCO na medida, não. Nada foi feito, tanto que não foi só um Parlamentar, tiveram dezenas de Parlamentares, inclusive o Sr. Presidente Omar Aziz inseriu também a Índia como uma autoridade sanitária competente para ser inserida na lei.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a pergunta que eu fiz foi a seguinte: a Precisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu... Só um minutinho, senhora. Eu fiz uma emenda, sim, para facilitar a compra de vacina...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sim, eu reconheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença, só um minutinho, só um minutinho. A senhora vai me ouvir agora: a senhora citou meu nome aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. e a Bancada do PCdoB, Renildo Calheiros, todos apresentaram a mesma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sim, fizemos uma emenda porque naquele momento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas individualmente e exclusivamente apenas o Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Os demais, além da Índia, incluíram vários outros países.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, só um minutinho. Dá licença?

Existia uma apreensão muito grande para a gente facilitar a entrada de vacina no Brasil, era o papel. Agora, uma lei não permitia que uma funcionária de quarto escalão, Célia Regina, ela sozinha reduzisse de 4 milhões para 3 milhões a importação de vacina, pagasse 45 milhões adiantado. Não foi isso, a lei não diz isso não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Ele até tentou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até tentou fazer isso, você está me entendendo, mas não dizia isso, não. Não dizia que os *invoices* que vocês mandaram até erro de inglês têm. Isso aí não foi a lei, não, a lei era outra coisa. A lei não foi para tirar benefício próprio, como alguns aí tentaram, benefício próprio. Eu não pedi para aumentar de US\$10 para US\$15 a vacina, não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ninguém pediu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, essa é uma questão em que a senhora tenha cuidado, porque, quando a senhora coloca isso da forma como está colocando, a senhora está provocando uma coisa que não tem nada a ver com o seu depoimento aqui. Eu nem a conheço, não conheço sua empresa e, pelo conhecimento que tenho da sua empresa, não são boas as impressões que eu tenho dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Até em nome da justiça, o documento de V. Exa., Presidente, apresentando uma emenda, se refere aqui a várias agências internacionais, não é? Nós temos aqui pelo menos cinco agências a que V. Exa. faz referência, que, aliás, foi uma defesa de todo o Congresso Nacional. O documento que é apresentado pelo Líder do Governo Ricardo Barros faz



diretamente à empresa da Índia. Não houve, por parte dele, interesse em nenhuma outra agência internacional; era um interesse seletivo, era um atendimento seletivo a apenas essa agência indiana.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, Sr. Presidente, eu não me referi de uma forma negativa quando eu disse que várias, inclusive o senhor, haviam inserido a autoridade indiana nessa... O que eu quis dizer é que, da mesma forma em que, não só o Ricardo Barros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora, a senhora foi muito bem orientada.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... vários outros também colocaram, e a gente espera que isso tenha acontecido de boa-fé...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, deixa a depoente falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... na melhor das intenções.

Então, o que eu quero dizer é que o fato de terem inserido não significa nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... V. Exa., eu estou aqui só explicando. Da forma como coloca, parece que eu fiz uma emenda para beneficiar a Precisa. Que isso!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, o senhor me desculpa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, essa questão das emendas, foram várias emendas apresentadas. A emenda de V. Exa., aliás, não é direcionada, obviamente, à Precisa e acho que nem a outra empresa especificamente, mas, uma emenda que, se fosse acolhida na forma em que foi apresentada, seria até perigosa. Mas todos apresentaram. Eu acho que não cabe aqui ficar fazendo ilação em relação a essa questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já está devidamente explicado. As emendas são genéricas. A única emenda...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, eu posso só me colocar aqui?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A única emenda específica é a emenda do Ricardo Barros. Aliás, eu queria fazer uma pergunta sobre isso: qual é a relação dos proprietários da Precisa Medicamentos com o Deputado Ricardo Barros.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu desconheço qualquer relação e eu gostaria só de complementar o que eu acabei de falar. Eu não me referi ao Presidente Omar Aziz de uma forma negativa, muito pelo contrário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não poderia se referir...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu admiro o trabalho que vem sendo feito aqui. Eu acho que, sim, vocês têm que ir atrás e pesquisar e tentar entender o que houve e o que não houve de irregularidade.

E, ao mesmo tempo, eu quero deixar claro que o fato de ter sido inserido por um ou outro Parlamentar, de uma forma individual ou coletiva, nada significa. Nada significa.



14/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a relação dos proprietários da Precisa com o Ricardo Barros?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desconheço qualquer relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Emenda, apresentada por Ricardo Barros, nº 1.026, de 2021, que propõe o aproveitamento da aprovação da autoridade sanitária da Índia pela Anvisa, satisfaz o interesse da Precisa de facilitar a autorização da Covaxin no Brasil – é óbvio. Qual é a relação – a sua relação – com Danilo Berndt Trento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Danilo Trento é Diretor Institucional da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele é Diretor Institucional da companhia.

Ele participou das negociações sobre a Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Participar das negociações não; ele esteve em reuniões, principalmente, de caráter técnico; mas não, não participou de negociação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, esteve reuniões de caráter técnico com que finalidade?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, ele é Diretor Institucional e ele responde diretamente à Presidência. As ações de um Diretor Institucional são ações institucionais. Eu não consigo te definir agora o caráter, o detalhe, etc.

Eu tenho a minha função, a minha equipe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é Jose Clovis Batista Dattoli Junior?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Clovis é um dos nossos consultores *business development*. Ele atua conosco desde 2017. Temos um contrato vigente com ele e... É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu trabalho com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Trabalha com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Raphael Barão Otero de Abreu?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Barão tem uma agência de viagens e ele é que cuida de todas as nossas viagens, sejam nacionais, domésticas, ou internacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele atua no setor de medicamentos também?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, ele tem uma agência de viagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa do Sr. Raphael Barão, as empresas, melhor dizendo, prestam serviços à Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu só conheço uma, que é a Barão Turismo, e, sim, eles prestam serviço para o grupo.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que justifica suas viagens para a Índia para a negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O que justifica as minhas viagens?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As viagens do Raphael Barão Otero de Abreu.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ele é o nosso... Ele atua como se fosse um *concierge*. Então, por exemplo, a última vez que eu fiquei lá, eu passei 60 dias lá, ele ficou justamente para me apoiar. É um país diferente, eu precisava focar na questão técnica e eu precisava de alguém que me respaldasse, se eu precisasse, enfim, me alimentar, sair, andar, precisasse de carro. Ele atua como um *concierge* para a companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é Felipe Maximiano?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Felipe Maximiano também atua na empresa, na parte financeira. E ele é filho do Francisco Maximiano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele também atuou na negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Ele trabalha no grupo já há alguns anos. E, sim, ele atuou, ele participou das reuniões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em quê especificamente?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Principalmente no que diz respeito à área financeira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que justifica a sua ida à Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A ida à Índia foi uma ida praticamente institucional. Então, vários colaboradores da companhia foram até lá, para que a gente pudesse validar aquela operação e ter uma relação mais próxima com a Bharat naquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. se encontrou com os Srs. Leonardo Ananda Gomes e Elson de Barros Gomes Júnior?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Eles foram para a Índia também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde? Com que finalidade foram para a Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eles foram até a Índia. Eles estiveram nas reuniões junto à embaixada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles contribuíram para o desembaraço das negociações com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Quando nós conhecemos o Leonardo Ananda e o Elson Gomes, nós já tínhamos todas as tratativas muito avançadas com a Bharat. Eles vieram atrás de nós a partir do momento em que nós pedimos o visto para ir pela primeira vez à Bharat, no final do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles receberam algum valor por sua participação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu desconheço.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconhece.

A Precisa Medicamentos atuou ou está atuando na intermediação do contrato da compra de vacinas da empresa americana Moderna junto ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Não atuou, não está atuando, não temos relação com a Moderna.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não sabe dessa negociação, da oferta, dose?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não ofertamos vacinas da Moderna para ninguém. Não tivemos nenhuma relação com a vacina da Moderna.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa Medicamentos e de seus proprietários com Flávio Bolsonaro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu acredito que nenhuma, não temos relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E de Francisco Maximiano...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desconheço qualquer relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com o BNDES? E com o BNDES?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa! Não entendi, Senador. Flávio Bolsonaro e BNDES? O senhor pode repetir, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa Medicamentos e de seus proprietários com Flávio Bolsonaro...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não temos relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que intermediou a aproximação de Francisco Maximiano com o BNDES?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós não... A Precisa não tem relação com Flávio Bolsonaro. E, em relação a essa reunião com o BNDES, acho que já está esclarecido para todo mundo que foi uma reunião para a tratativa de uma empresa de tecnologia que o Francisco possui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a participação de Danilo Fiorini, que também participou da reunião do BNDES, na negociação com a Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhuma. O Danilo Fiorini é CFO da Xis, que é a empresa de telecomunicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sr. Presidente, eu fui citado e queria ter o direito de resposta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Flávio, o senhor não foi citado de forma pejorativa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Fui citado. Como não, Presidente? Ué, está perguntando, querendo insinuar que eu tenho uma relação com uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não foi citado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu fui citado.



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem um fato... Ele fez... Eu vou conceder a V. Exa., mas veja... Eu vou conceder pelo art. 14 a V. Exa. Deixe só eu reiterar aqui os termos com que esta Presidência cumprirá o art. 14: o art. 14 só será utilizado por uma única vez por cada um dos Senadores que for citado, e se a citação ocorrer de forma pejorativa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Como é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não me parece que foi o caso, mas, mesmo assim, eu concedo a V. Exa. o tempo da citação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para explicação pessoal.) – Presidente, só pra esclarecer e reforçar o que a depoente falou, obviamente não tem nenhuma vinculação, zero de envolvimento de Flávio Bolsonaro ou das pessoas que o Senador Renan Calheiros acredita que, por ter alguma relação de amizade comigo ainda que distante, possam participar de algum negócio escuso.

Então, eu queria pedir ao Relator que fosse mais responsável nas suas falas. Quando o senhor expõe nomes aqui... Quando o senhor expõe nomes aqui que sabidamente o senhor sabe que não têm nada a ver com o assunto de CPI da Covid, isso prejudica pessoas. As pessoas têm família. As pessoas sofrem represálias em suas empresas pelo simples fato de o senhor nominar as pessoas aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas é uma pergunta sem pé nem cabeça. O senhor sabe disso. Só pra registrar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Flávio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só uma questão de ordem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu indago ao Relator se a relação da Precisa com a Secretaria de Estado de Saúde do DF, que tem vários documentos na CPI... V. Exa. deixou pra que eu perguntasse? V. Exa. não viu nada com relação à Precisa e a secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque não tenho nenhuma pergunta. É só por curiosidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. É que eu vou fazer essas perguntas ao Maximiano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, espere aí. Obrigado. Eu vou fazer pra ela.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Izalci, V. Exa. está inscrito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, sim. Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive, eu peço à Secretaria só pra registrar a inscrição do Senador Izalci, que não está aparecendo aqui. (*Pausa.*)

Ah, perfeito. Está aparecendo.

Senador Marcos, por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só pra... Como foi trazido esse tema ao debate aqui, por amor à verdade, eu acho que a CPI tem que ter esse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual tema, Excelência?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Da questão de possibilidade de pagamentos, de empenhos feitos no Brasil, mas pra empresa no exterior. Inclusive, estão em poder da CPI as planilhas com relação ao que foi, inclusive, questionado à depoente aqui. Portanto, a planilha mostra que houve pagamentos em relação à questão dos preservativos para empresa internacional, e essas planilhas estão em poder da CPI da Pandemia, todas no nosso acervo documental. Ela falou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, Senador Marcos Rogério.

Sigamos, então, com os inscritos.

O próximo é o Senador Humberto Costa, 15 minutos com a tolerância desta Presidência.

V. Exa. pode ficar à vontade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sra. Emanuela – seja bem-vinda ao Senado Federal –, eu gostaria de começar perguntando se a empresa Precisa tem alguma experiência anterior a essa na comercialização, na intermediação da aquisição de compra de vacinas. Gostaria que V. Sa. fosse bem objetiva, porque o meu tempo é curto.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, claro.

Sr. Senador, não é uma intermediação, é uma representação. E a Precisa, em si, não tem experiência, mas os funcionários da Precisa possuem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

Segunda questão: que credenciais, então, a Precisa teria para assumir um contrato dessa magnitude de uma área na qual ela, como empresa, não tem experiência? Qual foi a credencial que mais pesou?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – As credenciais regulatórias. Pra você trazer qualquer produto de caráter classificado como medicamento para o Brasil, você tem que ter uma autorização de funcionamento expedida pela Anvisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu falei de experiência, de qualificação do serviço prestado.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Mais uma vez, a Precisa, o CNPJ, é a primeira operação, só que os colaboradores, os funcionários, a área técnica, os farmacêuticos já trabalharam com vacina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora tem informação sobre os mecanismos de *compliance* da Bharat Biotech? Ela é uma empresa que zela por esse aspecto do *compliance*?



A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, a relação da Bharat não é uma relação de longa data. O que eu sei da Bharat foi o que a Bharat me falou. Então, eu acredito que sim. Eles, até pela experiência que eu tenho com a Índia, eles costumam ser muito... Ter uma governança muito bem estabelecida, mas eu não tenho conhecimento, porque, mais uma vez, a minha área se limita muito mais à parte técnica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– O.k.

A Bharat Biotech tinha consciência de que essa empresa Precisa se envolveu, aqui no Brasil, durante a pandemia, em várias denúncias, inclusive aqui no Distrito Federal, de superfaturamento de venda de testes? Sim ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Olha, nós sempre fomos 100% transparentes, não só com a Bharat, mas com todos os nossos parceiros. E esse episódio em específico, se o senhor tiver oportunidade até de dar uma olhada no processo, o senhor vai ver que não teve nenhuma denúncia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Não, não sou da Polícia Federal nem sou do Ministério Público para julgar.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tudo bem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Eu perguntei se eles tinham conhecimento.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eles tinham conhecimento, porque nós fomos transparentes. E nós não fomos denunciados. E nós não, também, fizemos nenhuma irregularidade naquele... Naquela ocasião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Eles tinham conhecimento de que a empresa Precisa tem uma composição societária em que o seu proprietário tem R\$1 de capital e que a grande detentora dessas ações é a Global?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Todos os documentos em relação ao quadro, ao estatuto da companhia foram compartilhados com a Bharat.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– A Bharat sabia que em 2017 a empresa Global, que na verdade tem a Precisa apenas como um nome de fantasia a mais, aplicou no Ministério da Saúde o descumprimento de um contrato no valor de R\$20 milhões para aquisição de medicamentos de alto custo e que, mesmo assim, o Ministério da Saúde pagou, não tendo recebido esses medicamentos? Ela tinha consciência disso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Mais uma vez, nós fomos 100% transparentes com a Bharat, com a fabricante. Todas essas informações que são notórias, apesar de não serem verídicas – a maioria –, foram, sim, compartilhadas com a Bharat.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– No Ministério da Saúde, em algum momento, algumas das pessoas que participaram dessa negociação chegaram a levantar esse episódio de 2018?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Dezoito? Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... foi dezessete.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Não, dezessete foi onde houve o processo de contratação. Em dezoito foi onde houve o pagamento.



A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, o pagamento... O senhor está falando da Global, Sr. Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Da Global.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foi 2017 o pagamento. Não teve pagamento em 2018.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas alguém do Ministério da Saúde...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, ninguém.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... avocou isso ?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é grave, viu, Presidente? Presidente e Relator, isso é grave. O Ministério da Saúde em nenhum momento invocou a discussão da possibilidade de uma empresa envolvida numa fraude contra o Ministério da Saúde ser intermediária da aquisição de um contrato de R\$1,6 bilhão. Essa informação é importante, é muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Importante informação. Importante informação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora participou de uma reunião entre a Covaxin e a Bharat Biotech, na Índia, em que, no meio da reunião, entrou o Embaixador do Brasil na Índia para agregar apoio do Governo brasileiro àquela negociação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foi uma reunião em que a abertura da reunião tinha uma fala de dois minutos do Embaixador, porque ele tinha ido, junto com mais outros 70 embaixadores, à Bharat na semana anterior dessa reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso também é relevante, Sr. Relator. Aqui foi dito que o embaixador não tinha feito nenhuma gestão no sentido de viabilizar esse contrato, e agora nós tomamos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ele não fez gestão, Sr. Senador; ele não fez gestão. Ele entrou, deu as boas-vindas, em nome da embaixada, da mesma forma que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós temos como provar isso, existem telegramas...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... outros 70 embaixadores...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Existem telegramas, existem informações sobre essa questão. Essa questão, a mim me parece...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto, se V.Exa. me permite...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ouvir a Dra. Emanuela sobre como é que foi a participação do embaixador nessa reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o senhor me devolve o meu tempo, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Todo o tempo, não tenha dúvida disso. Terá a condescendência desta Presidência, não tenha dúvida.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Essa reunião... Foi a abertura da reunião, na verdade. A Bharat tinha feito uma apresentação na semana anterior para 70 embaixadores do mundo inteiro que foram visitar a fábrica, e para todos os países, não só o Brasil, mas a Hungria esteve lá com seus representantes e alguns outros países da União Europeia. Os embaixadores de cada país que tinham participado de uma reunião, uma semana antes, na Índia, eles abriram, como se fosse uma abertura, e não participaram, não entraram em nenhuma discussão. E por vídeo, tá? Não foi, ele não estava lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Está bom, o embaixador deu só um alô para todo mundo que estava...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foi exatamente isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Muito bem; muito bem.

Bom, a outra questão que eu pergunto. Aqui estiveram três funcionários do Ministério da Saúde, e os três, embora tenham vindo por razões diferentes, eu perguntei aos três e todos aqui perguntaram aos três: é comum, existe a lembrança de alguns de V. Sas. que trabalham com fiscalização de contrato, *invoices*, algum caso em que uma empresa que não era parte do contrato ser a recebedora do contrato? Eu estou me referindo ao caso da Madison. Os três, a Sra. Regina, o Sr. William e o Sr. Luis Miranda disseram que não. A senhora confirma?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Confirma o que eles disseram?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Sim, no caso da, por exemplo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se eles disseram que não, eles disseram que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– No caso da venda dos preservativos, quem recebe? A senhora disse que é uma empresa estrangeira.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, a Cupid, que é a fabricante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– É a produtora, não é? É o nome que consta do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Não veio nenhuma empresa em paraíso fiscal para receber o recurso, não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Sim, é claro, porque essa situação da Covaxin, ela é singular, não é? Aqui foi dito pelos três que isso não é comum, que nunca viram isso: uma empresa que não está no contrato recebe o recurso que deveria ser pago pelo Ministério da Saúde.

Que empresa é essa, Envaxin, uma empresa dos Emirados Árabes que consta da assinatura do contrato? Ninguém sabe o que é, qual é o papel dela nesse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O nome dessa empresa é Envixia...



14/07/2021

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Envixia.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – E eles atuam como o que a gente chama de *finders*, são aquelas companhias que colocam outras companhias juntas para que prosperem, enfim, nas junções, *joint venture*, etc. Eles participam da primeira operação e depois não mais. Também conhecidos como *brokers*, corretores, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quantas empresas estão nessa intermediação internacional? Porque nós já tínhamos achado a Madison; agora temos uma segunda...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, a Madison, ela pode, inclusive, ser considerada a mesma companhia. Eu, mais uma vez, quando foi enviada a *invoice* da Madison, eu fiz a mesma pergunta para a Bharat: quem é Madison? Eu não esperei o ministério me perguntar.

Aí eu perguntei: "Quem é Madison? Por favor, me explique". E eles disseram que a Madison é a empresa que eles estavam utilizando – certo? – já há alguns meses inclusive, para fazer todas as transações internacionais de venda, comercialização e inclusive para ajustar todas as questões de ensaios clínicos, porque, como a Bharat toca diversos ensaios clínicos no mundo inteiro, é necessário você ter um ponto focal de transmissão e repasse de valores. Então, eles estão conduzindo o ensaio clínico nos Estados Unidos, vai através da Madison. Eles me explicaram isso e me disseram que a mesma característica societária era apresentada entre as duas, e eu enviei para o ministério. O ministério poderia ter falado: "não quero", entendeu? E nós teríamos feito a alteração, o que não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a outra, o que é? A outra que o Senador Humberto perguntou.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A outra empresa sobre a qual o Senador Humberto perguntou? A Envixia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu acabei de explicar. A Envixia atua como um *broker*, é só uma operação. A Envixia é inserida pela Bharat. Eu nem... Nós não temos relação com a Envixia, é uma relação da Bharat, que indica quem serão os seus *brokers* em cada uma das operações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Ela é uma espécie de cupido empresarial, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu não conheço esse termo, desculpa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom. Eu acho que a maioria entendeu.

Mas eu queria, aqui, fazer uma outra pergunta: essas pessoas que a senhora disse que acompanharam a delegação e que se incorporaram depois que souberam que esse contrato estava em andamento – um deles é o Sr. Leonardo Ananda Gomes –, por acaso, são integrantes da comissão de comércio Índia Brasil?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Sr. Leonardo Ananda é Presidente da Câmara de Comércio Índia Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora pode explicar por que, na véspera da assinatura do contrato – hoje saiu no



jornal *O Globo* –, em 25 de fevereiro e também no dia 17, houve depósitos em nome da comissão de comércio Índia Brasil no valor de R\$1 milhão?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu não sei por quê.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)

– Isso, então, gente vai perguntar aqui ao Sr. Max.

Outra coisa que eu pergunto: a Precisa, em algum momento, foi buscar em entidades de classe, nessa Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas, pagamentos antecipados para compra de recursos, para compra de vacinas no âmbito privado? É verdade que há, inclusive, processos de associações, de magistrados e tal, em busca de recurso que foi antecipadamente pago à Precisa e que ela não comprou as vacinas? É verdade? Sim ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu não participo de nenhuma atuação privada de comercialização dos produtos. Então, eu não consigo responder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)

– O.k. Vamos só, então, perguntar novamente ao Dr. Max.

Por último, eu queria fazer uma colocação: eu acho que, primeiro, esse assunto da *invoice* para mim está esclarecido, e esclarecido pela própria depoente no dia em que esteve aqui na Comissão Especial de Acompanhamento da Covid e reconheceu que essa *invoice* foi mandado antecipadamente. Mas isso é irrelevante, na minha avaliação.

O que é relevante nesse caso – e aqui o Presidente da Comissão usou uma expressão muito popular, dizendo que "jabuti não sobe em árvore". Uma empresa que não tem expertise na área de vacinação; uma empresa com a ficha corrida manchada por golpe no Ministério da Saúde, por envolvimento em corrupção em Estados brasileiros durante a Covid, com dinheiro público utilizado para o cometimento de fraude; que, no Ministério da Saúde, não sofre qualquer restrição pra ser intermediária de um contrato de R\$1,6 bilhão; que tem, em seu nome, pressões feitas sobre funcionários do ministério pra agilização da importação dessas vacinas; uma empresa que tem uma composição acionária, como eu disse, que faz com que ela seja a própria Global – Global e Precisa são a mesma coisa. Mudaram o nome talvez para fugir de qualquer tipo de restrição que, num Governo sério, teria sido feita, mas nesse Governo não foi feita, pra participação da empresa na intermediação de um contrato como esse –; uma empresa que recebeu um tratamento especial no ministério em relação a esses preservativos que vendeu – veja, no dia 13 de novembro do ano passado, vendeu para o Ministério da Saúde 10 milhões de preservativos ao custo de R\$15,7 milhões, sendo que, no dia 18 de fevereiro, houve um aditivo para corrigir esse valor pra R\$31,5 milhões. E só voltaram atrás porque a CNN divulgou essa falcaturia e, aí, houve um recuo novamente pra R\$15,7 milhões. Portanto, é evidente que essa empresa é uma empresa que tem um tratamento especial, que levou apenas 97 dias pra vender uma vacina que não tinha ainda registro na Anvisa aqui no nosso País.

Essa é ou não uma condição especial? Esse é ou não um tratamento privilegiado que foi dado a essa empresa? Uma empresa cujo próprio relatório do Coaf mostra uma série de movimentações financeiras suspeitas, Sr. Presidente. Suspeitas! E nada disso é levado em consideração na hora de definir isso.

E tem mais: que mesmo nesse contrato não cumpre, por exemplo, o envio da primeira carga, que deveria ter acontecido no dia 17 de março, e não aconteceu. Mesmo assim ela manda uma *invoice* para mais à frente garantir o pagamento daquele valor que foi proposto.

E por último, Sr. Presidente, pra complementar, o Ministério da Saúde, que não tinha recebido o primeiro lote, que recebeu essa *invoice* cheia de falhas, ainda manda uma carta



pra assumir um compromisso de adquirir mais 50 milhões de doses dessa vacina. É pouca coisa pra nós levantarmos suspeitas sobre esse contrato? É pouca coisa pra nós dizermos que houve, com toda a certeza, tráfico de influência e uma série de outras irregularidades que precisam ser investigadas pelos órgãos de investigação deste País?

Eu quero concluir aqui dizendo que... Como eu disse, essa questão da *invoice* é sem importância pra isso. Na verdade, o que está se discutindo aqui é o seguinte: é que já são quase 20 dias que o Sr. Luis Miranda fez a denúncia aqui de que teria ido ao Presidente da República e comunicado que havia um processo de corrupção no Ministério da Saúde. E até hoje o Presidente da República não respondeu ao Sr. Luis Miranda, não defendeu o Líder do Governo e não disse que o Luis Miranda era mentiroso. Tudo isso deve ficar pra população brasileira pensar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

A pedido da defesa e da depoente, nós vamos suspender a reunião por 25 minutos. É o tempo que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores também têm para almoçar, e, logo em seguida, nós retomaremos.

(Suspensa às 13 horas e 29 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, então, a reunião, o próximo inscrito, no sistema remoto, é o Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso, V. Exa. me escuta? *(Pausa.)*

Senador Tasso, V. Exa. me escuta? *(Pausa.)*

Senador Tasso...

Bom, vou passar então, de imediato, para o Senador... Seria a Senadora Eliziane Gama...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vou fazer isso, eu vou passar, então, de imediato, para o Senador Izalci Lucas.

Eu queria só esclarecer às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o seguinte: impreterivelmente, nós temos que suspender a reunião, por força da Ordem do Dia e por força do Regimento da Casa, às 16h, impreterivelmente. É lógico que esta Presidência terá a tolerância necessária para tentar esgotar a lista de oradores. Por óbvio, será impossível esgotar a lista de oradores, em virtude... Dificilmente nós chegaremos aos não membros. Então, esta Presidência... E repito e esclareço a todas as Sras. Senadoras e a todos os Srs. Senadores: por força do Regimento, nós encerraremos às 16h. Teremos a tolerância com quem estiver se pronunciando, mas não podemos nos estender além do horário das 16h, por força do Regimento e por força também do que foi acertado por esta Presidência com o Presidente Rodrigo Pacheco.

Dito isso, eu antecipo o Senador Izalci Lucas, e, em seguida, retomaremos com o Senador Tasso ou com a Senadora Eliziane, ela estando aqui.

Devolvo a Presidência para o seu titular.

Senador Izalci.



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigado pela... Eu tenho uma reunião agora, às 15h, na Comissão Mista de Orçamento, então agradeço a V. Exa. pela deferência e por poder falar antes da minha inscrição.

Eu pergunto à nossa depoente hoje, à Emanuela, se ela poderia dizer, primeiro, se conhece Francisco de Araújo Filho?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu sei que ele era Secretário de Saúde do GDF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. tem conhecimento sobre a Dispensa de Licitação nº 5, de 2020, em que a Precisa foi contemplada com essa licitação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. poderia falar um pouco como se deu essa licitação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Foi uma dispensa de licitação, no momento em que a ordem era, inclusive vinda da OMS, de realizar o maior número de testagens possíveis para Covid-19. E a Precisa desenvolveu, através de alguns representantes, um produto junto a esse processo. E foram ofertados, naquele momento, 150 mil testes rápidos para Covid-19.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

V. Sa. tem conhecimento com relação a prazos de apresentação de proposta? Se houve interferência do Sr. Francisco?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Olha... Interferência de quem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Do Francisco, do Secretário de Saúde.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Não teve interferência. Eu sei que nós ofertamos um produto, o Medlevensohn. Eu sei que nós substituímos o produto, porque o da Medlevensohn entrou com uma interdição cautelar da Anvisa. Nós acionamos a área de recebimento do GDF, enviamos a notificação dizendo que iríamos substituir com a razão e com os laudos de interdição cautelar e substituímos o produto – é o que eu sei. E eu sei também que até hoje nós não recebemos por essa entrega.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conhece quem tratou diretamente com relação a isso? Foi V. Sa. ou foi o próprio Francisco Maximiano?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Da parte técnica fui eu. Então, todas as questões...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parte técnica do produto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Parte técnica do produto, envio, qualificação, todas as informações pertinentes à ficha técnica do teste, as dúvidas que na época o Lacen encaminhava para nós. A questão logística também, que é a parte técnica, foi eu que tratei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bom, V. Sa. disse que não recebeu ainda. V. Sa. sabe por que não recebeu ainda ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sei que tem uma operação chamada Falso Negativo, onde fizeram busca e apreensão em diversas



empresas – em uma delas, nós também –, e nós pedimos diversas vezes no Judiciário para que fosse pago o produto que foi utilizado. E até então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sabe por quanto foi vencido? Por quanto vocês ganharam a licitação, o preço unitário?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não foi uma licitação, foi uma dispensa de licitação. E nós ofertamos por 139,90, salvo engano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. tem conhecimento de que uma empresa apresentou uma proposta de R\$73?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Eu não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tem conhecimento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Eu sei... Da oferta que eu fiz eu sei. O que os outros fizeram eu não tenho como saber.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sabe que o Tribunal de Contas decidiu exatamente isso, que não pagou. Tem uma determinação do Tribunal de Contas, exatamente, mandando suspender o pagamento e limitando ao máximo R\$73, que foi exatamente a vencedora, a primeira colocada? Não tem conhecimento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Senador. Eu não tenho conhecimento porque...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é só para conhecimento: Decisão 5354, de 2020, decisão do Tribunal de Contas. Por isso que V. Sa. e a empresa Precisa ainda não receberam.

Mas eu vou lembrá-la, então, se V. Sa. não tem conhecimento, só para dizer aqui para os colegas. Como disse V. Sa., a empresa ganhou realmente 150 mil unidades a um preço de 139,90. E a empresa que teve um preço menor, a PMH, apresentou uma proposta de 73. E, incrivelmente, naquela mesma época, o pregão eletrônico do Sesc conseguiu comprar esse mesmo produto a R\$18,00. Mas, de acordo com os documentos que já estão aqui na CPI, nós temos aí duas questões que não sei se V. Sa. conhece ou se delas tomou conhecimento – por isso eu perguntei se tinha conhecimento –: primeiro, que houve, de fato, a interferência do Francisco porque vocês perderam o prazo, vocês estavam fora do prazo. E, aí, nos documentos aqui apresentados à CPI, o próprio Francisco colocou a proposta de V. Sa., ou da Precisa, dentro do processo. Inclusive, existem já ligações do Eduardo Pojo com o Secretário. O Secretário diz para ele: "Ainda dá tempo de apresentar a proposta?". Ele responde assim: "O prazo acabou no dia anterior", o próprio Eduardo Pojo. Então, ficou claro aqui, nos documentos que nós temos, que o próprio Secretário de Saúde sabia que não tinha prazo, já tinha perdido o prazo, e colocou essa proposta. E mais: Francisco Araújo, no dia seguinte, ainda disse assim, expressamente, para o Eduardo Pojo...

Conhece o Eduardo Pojo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Teve conversa com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O que V. Sa. conversou com ele?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Pojo já trabalhou no Ministério da Saúde, o Eduardo Pojo já foi funcionário do ministério. Em algumas das importações, a gente atuou junto, sim. Eu o conheço. Inclusive, ele foi a pessoa à qual, na época, eu disse que seria necessária a substituição, porque a Anvisa tinha publicado uma interdição cautelar no produto da Medlevensohn.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é. Esse mesmo Eduardo Pojo disse... O Francisco Araújo disse para ele: "Não anuncie o vencedor do certame", que tinha acontecido no dia anterior, porque, realmente, se anunciasse, não seria a Precisa a vencedora.

Agora, o mais grave – eu não sei se V. Sa. pode, como técnica, nesse assunto, esclarecer – foi exatamente a troca do teste. Como V. Sa. disse aqui – deu alguns exemplos, inclusive, da China, da Índia, do Paraguai, então, V. Sa. deveria estar acompanhando, naquele período, a questão dos testes... Só para lembrar: V. Sa. sabe o motivo da troca do teste, por que não foi entregue o teste que estava no edital da despesa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Como eu informei, nós enviamos os testes da Medlevensohn para algumas análises nos laboratórios oficiais – um deles foi o Cimatec e o outro foi o próprio INCQS –, para fazerem o teste desse produto. O Cimatec deu um laudo desfavorável para o teste da Medlevensohn, e, depois de alguns dias, a Anvisa publicou uma interdição cautelar nesse produto falando que o que constava na bula, na ficha técnica, não era o que estava sendo apresentado nos testes. Foi por isso que a Precisa substituiu o produto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, eu vou dizer – talvez V. Sa. possa relembrar alguma coisa –: é o MedTeste que estava previsto. Esse MedTeste está aqui, aprovado pela Anvisa, inclusive, com uma eficiência muito grande: IgG, 97,4; IgM, 86,8. Esse era o teste que deveria ter sido entregue, mas olhe o que aconteceu – só para V. Sa., talvez, relembrar um pouco, porque acho que V. Sa. não está lembrando –: no dia 28 de abril de 2020 – 28 de abril de 2020 –, o Conselho Indiano de Pesquisa Médica havia aconselhado vários Estados na Índia a pararem de usar os *kits* comprados da empresa que produz o Livzon, que foi o que sua empresa, a Precisa, entregou, substituindo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Argentina e Dinamarca, a mesma coisa. A Dinamarca está devolvendo testes imprecisos da chinesa Livzon. No dia 10 de maio, na Argentina, também as autoridades afirmaram que os testes Livzon são falhos, não recomendado seu uso. Por isso que se chama falso negativo. Deve ter provocado aqui, em Brasília, mortes, exatamente porque saíram de lá achando que estava tudo bem.

Mas o mais interessante não é isso, não; o mais interessante, como eu disse: olha, no dia 28 de abril, a Índia já estava recolhendo esse teste. Como V. Sa. conhece e deve estar acompanhando o que está acontecendo lá fora, o que aconteceu? A troca do teste... Olha como aconteceu... A Polícia Civil está aqui, na minha colocação. Mais uma manobra fraudulenta dos integrantes aqui, da quadrilha, aqui, do GDF. O que eles fizeram? A Secretaria de Saúde... Esse material, MedTestes, era o material que teria que ter sido entregue. Aí o que aconteceu? Vocês entregaram esse teste fabricado pela Livzon, só que vocês colocaram lá... O Lacen recebeu esse teste no dia 12 de maio de 2020.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Doze de maio. Tem lá o documento...



A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... de recebimento do Lacen. Ou seja, quase um mês que foi anunciado na Índia e em outros países que aquilo não tinha valor nenhum. O problema é que só no dia 3, um dia depois, é que, de fato, a secretaria autorizou mudar o teste. Vocês já tinham entregado; no dia 13, um dia depois, é que foi autorizado.

Então, o que a gente percebe... E aí gostaria de pergunta de perguntar a V. Sa. se tem conhecimento de todas essas coisas que ocorreram. Por isso que o Tribunal de Contas ainda não autorizou a pagar esse teste, ou se limitasse a R\$73. Qual foi o envolvimento do Eduardo Pojo? V Sa. teve conhecimento? Francisco Maximiano? Outros tiveram... Ou se teve outra pessoa da Precisa envolvida nisso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não... O senhor concluiu?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, eu quero... Estou perguntando a V. Exa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

Sr. Senador, referente à qualidade do teste, nós enviamos para as autoridades nacionais. Eu não tenho como, por exemplo, a partir do momento em que um teste é negado na Índia e tem um laudo positivo, um parecer positivo do INCQS, que é o um instituto de qualidade em saúde daqui, do Brasil, desqualificar o INCQS. Eu preciso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas porque não foi esse que eles adquiriram, não foi este produto que foi comprado.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, se o senhor me permitir...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... eu gostaria de esclarecer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eles não compraram esse produto, e seria... Estranho seria se, ao invés de eu mandar o produto que tem a validação e o certificado de qualidade do INCQS, eu mandasse um que foi publicado em interdição cautelar pela Anvisa, na portaria, está aqui. Eu gostaria muito de entregar para o senhor. No dia 7 de maio, através de uma resolução, o gerente-geral de inspeção e fiscalização sanitária coloca como assunto medida preventiva, ações de fiscalização em vigilância sanitária, interdição cautelar nesse produto. Então, eu não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual produto? O MedTeste?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É, está aqui, MedTeste.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá. Tem essa mesma qualidade do Livzon ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Calma, vamos por partes. O que eu estou querendo falar para o senhor é o seguinte: esse teste, esse MedLevensohn, nós adquirimos amostras para fazermos testagens. Mandamos para um laboratório chamado Cimatec, que é um laboratório do Senai, e mais para um outro laboratório, além do próprio INCQS. Nós começamos a fazer as testagens desse MedTeste e recebemos mais de um laudo insatisfatório, sendo que eu tinha entregado, eu tinha enviado uma oferta para o GDF com esse teste. Então, eu já sabia...



14/07/2021

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sabe quanto é que foi o preço desse Levensohn que vocês compraram?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quanto foi?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Posso falar?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Essa é informação contratual e...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, mas já...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, por quanto comprou...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... está publicado.

Pagamos... Eu tenho a nota fiscal aqui. *(Pausa.)*

Já está publicado. Pagamos R\$99 por unidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E vendeu a R\$173. É isso? R\$139,90...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, vendemos a R\$139,90 com seguro e frete incluso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, tem conhecimento dessa questão que vocês entregaram a proposta fora do prazo? V. Sa. não sabia disso, que estava fora do prazo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, deixe-me concluir aqui para o senhor.

Quando nós enviamos a proposta para o GDF com o MedLevensohn, nós não tínhamos ainda a informação de que o produto não estava atendendo aos parâmetros que ele indicava na sua bula, na sua ficha técnica. A partir do momento em que nós tivemos o primeiro laudo negativo do Cimatec, do Senai Cimatec, com resultado insatisfatório...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual é a data disso aí?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O laudo foi de 22 de abril, e as amostras foram enviadas no final do mês de março. E, aí, durante essa análise deles, eles entraram em contato e falaram: "Olha, as amostras estão insatisfatórias; já preparem novas amostras para nos enviar". Ou seja, a gente descobriu, depois de ter sido feita a oferta para o GDF, que esse teste não estava alcançando os critérios mínimos de qualidade nacionais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. não conhecia, não tomou conhecimento de que esse teste Levensohn em todo o País estava sendo recolhido porque não tinha valor nenhum?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque eu estou dizendo: Índia foi... Falando alguns países...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dinamarca, Argentina, Índia, China, todos estavam recolhendo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu soube de um lote específico. Eu tenho até as informações, porque nós fomos perguntados. A partir do momento em que a Precisa estava comercializando esse teste, nós fomos perguntados sobre o que tinha acontecido. Então, houve, sim, o recolhimento de um lote específico, que é referente ao lote desses países, o que não invalida que os produtos que foram enviados



para o INCQS, que é o instituto nacional de qualidade do Brasil, que fez, analisou... E o instituto de qualidade do Brasil...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para deixar...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... ele publicou o deferimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para encerrar, Presidente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... e a qualidade do produto. Então, ele atestou. Eu não posso desautorizar ou desatestar o INCQS com base numa notícia do exterior.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De forma alguma, de forma alguma. Eu só quero registrar, e tem documentos aí sobrando...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eu gostaria muito até que o senhor tivesse acesso a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, não tem nenhuma dificuldade. O que eu quero dizer para V. Sa. é o seguinte. Essa licitação... E essa empresa só ganhou a licitação porque o Sr. Francisco, que era o Secretário, atuou diretamente, e tenho as provas aqui. Ele é que colocou no processo, mesmo o Pojo dizendo que já tinha vencido o prazo. E ele pediu no dia seguinte para não anunciar o vencedor, porque ele tinha interesse em botar a Precisa. Só para dizer isso. Não é...

V. Sa. não conhece esse entendimento que foi feito? Nem com o Francisco, nem com o Pojo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, o senhor está se referindo à troca de mensagens entre o Secretário de Saúde e o Eduardo Pojo. Eu não tenho condição nenhuma de falar sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas vossa empresa, a empresa de V. Sa...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sei que nós entramos na proposta...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... a empresa de V. Sa. entrou numa licitação fora do prazo. Ninguém sabia disso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nós não entramos numa licitação fora do prazo: já havia sido feita uma nova publicação. Na época, a orientação mundial era testar, testar e testar. Eu não entendo que tenha sido nada feito de má-fé...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. não falou com o Pojo sobre isso? Nem alguém da empresa conversou com o Pojo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu comecei a falar com o Pojo, Sr. Senador, no momento em que eu fiz o pedido de alteração do teste e eu enviei para ele e para o Lacen os laudos que foram indeferidos do Cimatec e a interdição cautelar

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E por que o Lacen recebeu antes de ser autorizado oficialmente pela secretaria?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, quando a gente faz uma entrega em qualquer entidade pública que fez a compra de uma mercadoria,



se eles não têm autorização para receber, a mercadoria nem entra na operação, nem entra dentro da unidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não entra normal, mas, quando tem esse conluio, entra.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Sabe o que acontece? Se o senhor vai fazer uma entrega de um produto, o senhor bate na porta da secretaria de saúde e o senhor vai entregar um produto, se o senhor não tem uma ordem de entrega, uma ordem de compra ou uma ordem de recebimento, os funcionários não vão receber esse produto. No momento em que nós chegamos, porque foi agendado no setor de agendamento da Secretaria de Saúde do DF, nós agendamos, nós conversamos com as áreas responsáveis. Eles pediram para a gente reiterar com todos os laudos no dia da entrega e eles assinaram um canhoto confirmando a entrega.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O que aconteceu posteriormente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só que a autorização foi posteriormente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Aí não é uma ingestão minha. Eu tinha as autorizações para entregar o produto. Se...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas eu estou perguntando se V. Sa. conhece alguém da empresa que, durante esse processo, conversou com o Francisco ou com alguém da secretaria que manipulou toda essa licitação...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Secretário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Inclusive a substituição do material...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, desculpa, desculpa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que foi entregue antes da autorização. A secretaria não tinha autorizado ainda a entrega do material.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, a autorização não vem da secretaria, ela vem do setor de recebimento. Eles fazem as conferências do produto, eles entendem a justificativa de substituição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, eu não tenho condições mais de manter a coisa, porque nós vamos terminar às 16h...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A gente vai ter tempo ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... às 16h, o senhor terá ainda oportunidade de fazer essas perguntas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vai ter o Francisco Maximiano, a gente vai tirar as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Tasso Jereissati, através do vídeo.

Fique à vontade, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente Omar.

Sra. Emanuela, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...



14/07/2021

Dra. Emanuela, tem uma coisa que, para mim, ainda não está absolutamente claro: a Precisa é representante legal da Bharat no Brasil, correto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, correto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Existe um contrato de representação entre a Bharat, portanto, e a Precisa. Nesse contrato, eu não quero saber o número em valores absolutos, mas como é o tipo de remuneração que faz jus a Precisa diante das negociações que ela fizer no Brasil para a Bharat: é uma comissão, é um valor fixo, é feito contra a entrega de mercadoria? Qual é o tipo de contrato que é feito de remuneração neste contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, o contrato que rege a representação entre a Precisa e a Bharat é confidencial, e eu não tenho autorização para expor aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Permita-me, Senador Tasso Jereissati, só fazer uma complementação, porque eu acho isso de extrema importância.

Se está protegido pelo contrato, pela cláusula de confidencialidade, ou seja, o valor total pago pelo contribuinte brasileiro é transparente, porque nós estamos obedecendo ao princípio da publicidade, mas a remuneração da empresa não. V. Sa. informou que a necessidade de contratação da empresa intermediária é exigência da Lei 8.666, a Lei de Licitações. A mesma lei também dispõe, em seu art. 3º, a publicidade como regra geral e a confidencialidade como exceção. Estamos falando aqui de dinheiro público. Qual a justificativa para que essa informação seja confidencial? E eu complemento aí – perdão por ter invadido o tempo do meu nobre colega: esse é o procedimento da empresa em outros contratos que envolvam o Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, a transparência é exigida quanto ao valor que a União paga. E isso a gente sempre deixou muito claro. Mais uma vez, não houve oferta menor do que US\$15 por dose, que é o preço internacional que foi publicado mais de uma vez e por muitos canais pela própria Bharat.

Em relação ao valor, ao contrato entre a Precisa e a Bharat, mais uma vez: eu já disse que eu não tenho acesso a essa informação, eu não tenho esse contrato; e ele tem, sim, cláusula de confidencialidade entre entes privados.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A senhora...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com dinheiro público, não é?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – E qualquer *disclosure* em cima disso, eu posso comprometer a operação inteira. Eu prejudico a vinda dessas vacinas para o Brasil.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – A senhora já... Essa operação já está comprometida, sem dúvida nenhuma.

E a senhora deixa dúvida aí, uma série de interrogações: se essa diferença, por exemplo, que foi da expectativa de US\$10 a US\$15, é por acaso a participação de terceiras empresas na negociação. Isso é uma dúvida que fica.

E evidentemente acho que – a pergunta do Senador Contarato – nós temos o direito de requisitar este contrato de representação, porque ele tem que ser absolutamente transparente. E até porque o pagamento, pelo que eu entendi também, não seria feito à Bharat, nem à Precisa, e sim à empresa em Singapura. É correto isso?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, correto, à Madison Biotech, que é uma subsidiária da Bharat.

E quanto ao contrato estar prejudicado: o contrato está suspenso e sob a análise da CGU. E nós temos plena ciência de que, como não houve nenhuma irregularidade, existe a possibilidade da retomada dessa operação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Pois não, está sob a CGU.

A pergunta que eu faço é a seguinte: a Precisa tem subsidiária no exterior, em Singapura?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor. A Precisa não tem nenhuma companhia fora do País.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Se esse pagamento é feito direto à Bharat e... À Bharat, não. Era para ser feito direto à Bharat, mas foi delegado à Madison. Como é que a Precisa vai receber sua remuneração se não tem filial no exterior? Porque ela vai receber em dólar, não vai poder receber em reais.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, seria uma operação de câmbio, obviamente, mas continua sendo uma informação confidencial que eu também não sei.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, senhora. Não é confidencial.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sou farmacêutica da companhia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não é confidencial, não, senhora. A senhora pode estar fazendo talvez evasão de divisas, talvez a sonegação fiscal, porque não está em nenhuma disposição que a Precisa vai apresentar ao Imposto de Renda, ao Fisco e às autoridades a sua remuneração nessa proposta. E, estando essa proposta feita toda... Pelo que a senhora está dizendo... Pelo que a senhora está dizendo, estando feita toda no exterior, em Singapura, que é um paraíso fiscal, provavelmente esse dinheiro pode também servir de ponto de distribuição dessa intermediação.

Então, esses pontos, diante da recusa que V. Sa. faz neste momento, são pontos... Eu gostaria de pedir ao Presidente Omar para fazer um requerimento para que tenha esta CPI acesso a toda essa documentação de comercialização, contratação, pagamentos etc.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o Senador Tasso coloca é que a senhora pode até não dizer qual vai ser a remuneração da Precisa, se são 20%, 10%, 15% ou se será... Agora, a forma como seria remunerada com esse dinheiro... Como ia ser feito o pagamento?

Dou um exemplo simples aqui. Por exemplo, o contrato é de R\$1,6 bilhão. É isso? É mais ou menos. Se a remuneração da Precisa fosse de 10% disso, dariam R\$160 milhões. Esses R\$160 milhões teriam que entrar no Brasil, voltar para o Brasil legalmente. Como é que esse dinheiro voltaria? Foi isso que o Senador Tasso... Por isso é que a gente vai pedir acesso a esse contrato sigiloso entre a Precisa e a empresa Biotech, para que a gente saiba qual vai ser a remuneração, até porque, se entrarem R\$160 milhões, tem que se pagar imposto.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sai do Brasil, volta para pagar um imposto de um recurso que está retornando ao Brasil. O certo seria que fosse paga aqui a remuneração, no Brasil, através do acordo que foi feito entre vocês. Nós não temos acesso a isso.

Senadora Eliziane...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu só queria pedir uma cópia do documento que a Sra. Emanuela apresentou. Eu só queria dar uma olhada no documento.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu já comuniquei ao Leandro aqui que, como tem apontamentos nossos aqui, eu já estou pedindo para trazer uma versão, obviamente, sem as nossas observações aqui. E aí a gente vai juntar não só para V. Exa.; para toda a CPI aqui, a gente vai disponibilizar. Até o final, a gente entrega uma cópia para V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço que esse pedido de informação do contrato Precisa/Biotech, com a forma de remuneração que ia ser feita, a pedido do Senador Tasso, a gente o coloque para votar como pedido de informação, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu, mais uma vez, volto a focar esse contrato de intermediação. Eu não consigo... Não é razoável... Se nós temos que ter essa... Se um dos princípios que regem a administração pública é a publicidade dos atos, quando há essa intermediação, essa contratação de uma empresa intermediária num paraíso fiscal, que exige a Lei 8.666, a mesma lei que dispõe, no art. 3º, a publicidade como regra, agora invoca-se o sigilo? Eu fico assim questionando...

Ontem, a senhora não queria nem responder qual o vínculo empregatício com a empresa Precisa. Hoje, a senhora está falando. Mas, quando chega a um ponto desses, efetivamente não fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É bom a Emanuela, Senador Contarato...

Eu pediria à depoente e aos advogados que ouvissem a intervenção do Senador Contarato. Eu acho que ela não ouviu nada, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Eles estão passando o documento, primeiro. É importante.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não. Sim. Então, não dá. Ele está fazendo uma pergunta e ela está aí conversando com os senhores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, como é que está a lista de inscritos?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senadora Eliziane, Senador Marcos Rogério, Senador Randolfe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Obrigado.



14/07/2021

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Eu não vou tomar muito tempo da colega, não. Eu já falei com ela.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Obrigado, Eliziane.

Eu só queria saber, mais uma vez, se existe esse procedimento, no contrato, da cláusula de confidencialidade com outros contratos, já que a empresa nunca firmou, celebrou contrato de aquisição de vacina.

E, só para encerrar minha participação aqui, a primeira *invoice* foi enviada no dia 22 de março. Se a Madison não faz parte do contrato e a primeira *invoice* só foi enviada em 22 de março, como o Luis Miranda saberia da existência da Madison para falsificar a *invoice* no dia 18 de março?

Outra coisa, todo contrato administrativo tem que ter garantia contratual, cláusula obrigatória. No caso de hoje, qual foi a garantia dada pela empresa? Houve ou não esse cumprimento?

Obrigado. Não quero mais tomar o tempo.

Espero que a senhora responda à minha pergunta, tendo em vista o princípio da publicidade, porque, mesmo a empresa intermediária está regida pela Lei 8.666 e impõe-se a publicidade. E a população brasileira quer saber quanto que a Precisa ganhou nesses US\$15.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, o nosso contrato, mais uma vez, sim, tem cláusula de confidencialidade. Ninguém está escondendo o custo do valor que a União está pagando, mas, ao mesmo tempo, não é da minha alçada. Eu cuido da parte técnica da companhia e, enfim, eu não tenho como colaborar com essa resposta.

Quanto à questão da *invoice*, a *invoice*, sim, a primeira vez que ela foi... Inclusive, temos provas materiais desse envio no dia 22. A questão da fraude, da falsificação não foi levantada por nós e...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E ocorreu. E ocorreu no contrato. Isso é crime de ação penal pública incondicionada.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – E aí tem mais uma informação em que, inclusive, nas imagens que o Luis Miranda representou aqui nesta CPI, nos *prints* das conversas entre ele e o irmão dele, fica claro que ele só teve acesso àquela *invoice* no dia 22, depois que essa *invoice* é inserida no sistema de informação do ministério. Então, nós não acusamos ninguém de fraude. A gente só está falando que o primeiro documento só chegou ao ministério no dia 22. Antes disso, era impossível.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E a garantia do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A garantia... O seguro garantia? Desculpa, qual é a pergunta?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Todo contrato tem que ter uma cláusula, uma garantia nesse contrato, uma cláusula obrigatória.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, todo contrato com o Ministério da Saúde necessariamente precisa apresentar...



14/07/2021

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Qual foi a garantia dada pela empresa nesse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Essa garantia foi uma garantia fidejussória, se eu não me engano, mas não é da minha área mais uma vez e eu não tenho como responder no detalhe.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Senadora Eliziane Gama, por 15 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero cumprimentar aqui a depoente, pegando...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, só uma questão de ordem. O Senador estava usando o tempo da Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, não. Não, não, não, não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, ele furou a fila. Ele furou a fila de inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele avançou. Vai ser descontado dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele pediu para inverter. Ele pediu, Senador Flávio...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vai ser descontado do tempo dele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele furou a fila. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que foi combinado? Bom, eu acabei de sentar nesta cadeira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É verdade.

Eu só pediria que repusesse o meu tempo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele furou a fila, só isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para repor o meu tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Aí o Senador Omar resolve.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, só quero pedir pra repor meu tempo aqui, porque cada segundo é precioso aqui nesta CPI.

Eu queria perguntar primeiro aqui à Emanuela acerca... V. Exa. coloca sempre a confidencialidade acerca desses contratos.

Mas você pode me dizer se existe uma diferença nas operações semelhantes para o setor público e o setor privado do ponto de vista de lucro? Há uma diferença de percentual?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senadora, eu não... Essas informações, eu não tenho como colaborar, porque não faz parte do meu trabalho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, na última... Na audiência de que você participou, e nós vimos agora há pouco a apresentação, e você continua reafirmando, a primeira *invoice* teria sido direcionada no dia 22 de março, não é isso? Você coloca ali: "Olha, nós enviamos uma



documentação na última quinta-feira". E aí, na última quinta-feira, ela data exatamente no dia 18.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você se refere a quais documentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Aos documentos técnicos pertinentes à segurança, qualidade e eficácia da vacina para que a Anvisa pudesse dar seguimento na autorização excepcional. Eu não fui detalhista em relação às datas, mas, no dia 23, que é o dia desse vídeo, eu já tinha, sim, enviado as *invoices*, porque eu tinha enviado no dia anterior.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois é, mas não é tão fácil...? Você está falando do dia de ontem. Não seria simples você dizer "eu enviei ontem"? Você faz uma referência a quinta-feira, e mais...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu faço a referência à quinta-feira, Senadora, porque o *link* do Dropbox foi criado e compartilhado na quinta-feira, com os documentos de teor técnico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, você me diz que...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, eu iniciei o processo na quinta-feira, e o processo ainda estava em tramitação, tanto é que eu falo no vídeo: eu tenho alguns documentos para retransmitir. Eu ainda estava falando de um processo que ainda estava acontecendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, você diz que você enviou também no dia 18.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não fui detalhista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você diz que você enviou alguns documentos no dia 18.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, eu disse que eu iniciei no dia 18. Eu não fui detalhista. E nada supera a prova material que nós temos. E eu desafio o que foi feito, para o Luis Ricardo e para o William também apresentarem a comprovação, da forma que eu fiz, de que eles receberam esse documento, porque eles não vão conseguir fazer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O envio da *invoice* veio através do Dropbox?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. O envio da *invoice* vai pela primeira vez através de um *e-mail* no dia 22.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele foi enviado, então, pelo dia...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A *invoice* nunca esteve no Dropbox.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você lembra... Ou, melhor dizendo, na verdade nem vou te fazer essa pergunta, só te colocar o seguinte, Emanuela, porque as perguntas que nós estamos fazendo são muito fáceis de serem constatadas.

Aliás, Presidente, eu quero aqui protocolar um pedido à Presidência: que busque na empresa Dropbox a relação desses documentos, porque aí a gente vai poder fazer...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Perfeito.



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... essa constatação de fato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Uma outra pergunta: você confirma das alterações que houve de fato aí, duas alterações nas *invoices*, primeira, segunda e terceira que foram enviadas?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ponto um: é importante a gente falar que já tem uma perícia – não é? – na pasta do Dropbox...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, mas a perícia que nós recebemos aqui...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, deixa... Um segundo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... da base do Governo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Uma perícia paga pela Precisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não; a perícia que nós recebemos aqui...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Senador Humberto... Senador Humberto, deixa só ela esclarecer. Calma! Dá a gentileza de ela encerrar a fala dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, a perícia da...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Existe uma perícia para constatação e também enviamos tudo para a Polícia Federal. A Polícia Federal vai poder fazer de forma oficial essa perícia para mostrar para todos vocês que essa *invoice* somente foi enviada no dia 22; que, no *link* do Dropbox nunca existiu essa *invoice*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A outra pergunta: você tem, você confirma que o *link* foi feito dia 19 ou no dia 18?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O *link* foi feito no dia 18, porque eu enviei no dia 18.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A perícia, pela base governista, que foi apresentada aqui, teria sido no dia 19, ou seja, já há aí uma diferença de um dia.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, Senadora. A gente tem que olhar com cautela esse laudo. São muitas informações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Outra coisa: as alterações...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu concordo que tem que ser periciado novamente, quantas vezes for necessário para comprovar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, as alterações que foram feitas nas *invoices* foram feitas por quem, pela Precisa ou pela Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, todas as alterações foram feitas pela Bharat.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, não foram feitas no Brasil?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não foram feitas no Brasil.



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, Emanuela, como é que você me assegura essas seguintes informações; veja bem: eu tenho... A primeira correção ocorreu às 2h03, horário do Brasil. Na Índia, esse primeiro pedido de correção corresponde a meia-noite e trinta e três minutos.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A segunda que chegou, ou melhor, a *invoice* chega corrigida ao Ministério da Saúde às 21h30; 6h da manhã, horário da Índia. Ou seja, na Índia a Bharat ficou trabalhando a madrugada inteira, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, o que aconteceu nesse processo, a partir do momento que nós recebemos a primeira orientação do William, através do Dimp, para fazer as correções, nós já começamos, sim, a falar com as pessoas responsáveis da Bharat. E, sim, era madrugada lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O pessoal trabalha bastante, não é?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Trabalham bastante, Senadora, não tenha dúvida que eles trabalham muito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De meia noite às 6h da manhã fazendo as alterações.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. A mesma coisa que nós passamos já para a Polícia Federal: essas alterações, sim, foram feitas na madrugada da Índia. E não que justifique os erros ou as inconsistências, mas nós retiramos as pessoas na madrugada de lá para fazer essas alterações e pedimos que fizessem o quanto antes, porque nós precisávamos entregar aquele produto. Nós estávamos com um contrato já correndo, e nada disso é errado. Não é errado você acordar o seu fornecedor, falar para ele da importância do processo e falar para ele que ele tem que fazer as alterações conforme o ministério pediu.

Então, sim, foram feitas de madrugada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, veja bem, você tem, por exemplo, uma vacina no Brasil, e essa vacina... Ou melhor dizendo, você inicia um processo de negociação com o Brasil, com o Ministério da Saúde, e você inicia uma negociação em cima de uma vacina que não tem autorização da agência brasileira, ela não tem autorização da agência indiana, ela não tem, por exemplo, legislação, naquele momento, que favorecesse essas condições, porque a medida provisória e a alteração que foi apresentada pelo Ricardo Barros, ela só acontece bem a posterior. Ao mesmo tempo também, eu queria que você me ouvisse, ela não tem – portanto, aí não havia, nesse momento, esse arcabouço legal –, você tem a Precisa, que faz um seguro fiança para adquirir esses 20 milhões de doses numa negociação bilionária de R\$1,6 bilhão.

Eu te pergunto: onde era que estava a segurança de vocês, a segurança jurídica, para, de fato, fazer uma negociação tão alta em cima de um produto tão frágil? Porque, até naquele momento, não havia as condições mínimas materiais para que se prosseguisse esse tipo de negociação.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, são riscos que a companhia, através de todas as orientações técnicas, pelo comitê científico que nós temos, pelas conversas e tratativas com instituições sérias que estavam conduzindo o estudo clínico, disseram para nós que, sim, é um produto seguro, é um produto eficaz e nós vamos conseguir demonstrar...



14/07/2021

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quem falou para você que era um produto seguro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Quem falou para mim? A própria Iqvia, a própria Bharat, o próprio NIV, todos os relatórios, a *The Lancet*. Nós temos diversos relatos positivos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas como ele era seguro? Nem a Índia tinha autorização dela, nem a agência indiana tinha dado a mínima ainda autorização!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tinha!

A Covaxin recebeu a autorização da Índia no começo de janeiro deste ano. Então, sim, ela tinha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, mas vocês iniciaram as tratativas no Brasil no mês de novembro. No dia 20, vocês já estavam fazendo as reuniões.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nós ofertamos um produto – correto? – com diversas seguranças no contrato para o ministério. Se a senhora ler as cláusulas de rescisão, está muito claro que, se o produto não fosse autorizado ou anuído pela Anvisa, ou se ele fosse anuído e, posteriormente, essa anuência fosse retirada, o contrato estava acabado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, eu acredito mesmo que vocês receberam, dentro do Ministério da Saúde, uma garantia para fazer esse tipo de negociação, Emanuela.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Senadora, não. A nossa garantia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É um risco altíssimo! Você não tem segurança de nada nesse momento, Emanuela: você não tem segurança da agência de vigilância do Brasil, você não tem segurança nem de legislação, porque, naquele momento, quando vocês iniciaram as tratativas, nem a medida provisória estava editada, ela veio no começo do ano e ela teve aprovação no mês de fevereiro. Logo, aliás, dois dias.. A diferença é de dois dias entre a aprovação no Plenário do Congresso Nacional e o contrato que foi assinado. É um risco que, sinceramente, não dá para acreditar.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu te faço mais uma pergunta...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... e você pode... O nosso tempo aqui é muito pouco, infelizmente...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... não é nem metade do tempo do Relator.

A Precisa acompanhava, junto à Anvisa, ela fazia pressão junto à Anvisa para que realmente essa autorização da Covaxin saísse?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Pressão? Não, nunca foi feita. Nós, sim, acompanhamos; nós, sim, respondemos tudo; nós, sim, monitoramos e tentamos fornecer o máximo possível de informação.

Em relação ao risco, Senadora, eu sou farmacêutica, a nossa companhia, claro, possui seu comitê científico, as pessoas que são preparadas e qualificadas. Nós estamos



falando de uma vacina, de uma plataforma segura; nós estamos falando de uma vacina com uma plataforma com cem anos de utilização, num momento de pandemia; uma vacina que, em todos os seus ensaios pré-clínicos e ensaios iniciais clínicos, teve um resultado satisfatório.

Se a senhora acompanhar os *clinical trials* e todos os outros ensaios que aconteceram, é natural você apostar em um produto e ele falhar – existem diversos exemplos. Não é o nosso caso. A nossa vacina é boa, a vacina é eficaz contra a variante delta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hoje nós temos as informações, de fato, que você está colocando – hoje!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, e, mais uma vez, eu aplico que há um risco...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós só tivemos a autorização de importação no mês de junho. Você vê como há uma contradição muito grande, é um lapso muito grande de risco. E me parece uma operação bilionária diante de um risco, de fato, muito alto.

Eu quero anexar, junto a isso, acerca das inconformidades, por exemplo, da licença de importação consta, inclusive, divergência em relação à data de validade. O lote que foi apresentado apresenta uma data de validade da vacina para o dia 1º de 2023. No entanto, o prazo de validade aprovado pela autoridade indiana para a vacina Covaxin é de apenas seis meses, se conservada na temperatura que é estabelecida. Portanto, a data de validade do referido lote não corresponde ao prazo de validade aprovado pela autoridade da Índia. Até essa informação que foi passada ao Brasil – isso daqui eu já estou colocando já depois da autorização da Índia... Mesmo assim, a informação que vocês passam para o Ministério da Saúde e que chega, portanto, à Anvisa, vem com inconformidades graves! Não é uma coisa simples. Você tem uma diferença aí muito grande em relação a prazo de validade. É inconformidade demais, Emanuela!

Quando você fala que você não teve tanta pressão, a Precisa estava operando dentro de uma agência técnica. Veja o que eu tenho aqui pra ler pra você. Olhe, isso aqui não é documento que eu fiz não, é da Anvisa. O que que a Anvisa... A Anvisa manda um comunicado para o Sr. Elcio Franco, no Ministério da Saúde, reclamando do nível de ingerência da Precisa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, tudo bem, pode tomar. Eu vou esperar, só para que eu não tenha que falar com você de costas pra mim. Eu acho que não é muito elegante.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES *(Fora do microfone.)* – Não, não foi falta de respeito, não. Eu só queria tomar água.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, sem nenhum problema.

Veja só o que que nós temos aqui na documentação da Anvisa: "Desta forma encarecemos [olhe o termo que ele usa!] que as manifestações no âmbito desse processo sejam centralizadas por esse ministério. O motivo de tal solicitação se deve ao fato de que a interveniente Precisa Medicamentos tem, por intermédio de mensagens eletrônicas, e-mails, copiado setores e diretorias da Anvisa com informações alusivas ao processo, o que pode causar tumulto à instrução processual", ou seja, todo levantamento que a gente faz,



14/07/2021

Emanuela, é sempre colocando, de fato, inconformidades. E o que a gente está colocando aqui, como eu disse, não é coisa da cabeça da gente.

Nós temos, por exemplo, manifestação do Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal mandou agora – agora! –, no dia 28 de junho, uma documentação ao Tribunal de Contas da União, exatamente pedindo, fazendo uma representação pra abertura de uma ação exatamente em cima de superfaturamento. Uma informação que lá atrás vinha, por exemplo, de US\$10, aliás, de US\$1! As documentações que eu tenho aqui não são qualquer documentação, gente. Eu tenho aqui as documentações. Elas são da Embaixada brasileira, do Ministério de Relações Exteriores. Nós temos aqui as documentações que são apresentadas: a primeira a US\$1,34; a segunda, US\$10 e a terceira, US\$15.

Pra nenhuma outra vacina, Emanuela, no Brasil, o Presidente da República teve o empenho que teve pra Covaxin. Ele ligou para o Primeiro-Ministro da Índia. Ele mandou pra lá telegrama, intercedendo por uma vacina que não tinha autorização da Anvisa brasileira e nem da Anvisa indiana. Ele liga pra lá pedindo, em detrimento da Pfizer, que durou 330 dias pra iniciar a sua contratualização; em detrimento da Pfizer, que mandou dezenas de *e-mails*, e nenhum deles foi respondido.

Nós temos uma empresa que hoje...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pra concluir, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ...está no olho... Só pra finalizar, Presidente, porque eu fui interrompida, aliás, algumas vezes...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu concordo, mas os Senadores estão ansiosos. Só pra finalizar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo bem. Infelizmente, a gente não consegue falar, porque tem muita informação e, naturalmente, o tempo é muito pouco.

E, pra finalizar, além de representação no TCU, movimentação atípica registrada pelo Coaf, uma empresa que em um ano tem uma movimentação de R\$5,4 milhões, nós temos agora, nos primeiros meses do ano de 2021, um volume da ordem de R\$47 milhões, uma demonstração clara de movimentação atípica.

Eu lamento muito tudo isso que nós estamos acompanhando: uma empresa que, aliás, nunca tinha trabalhado com vacina e resolve trabalhar com vacina agora, num período de pandemia, quando 535.924 pessoas morreram pela falta da vacina. Esse é o cenário que realmente nós estamos acompanhando no Brasil.

Mas quero finalizar, Emanuela, fazendo aqui justiça. Você ontem prometeu que falaria na Comissão, e eu fui uma das pessoas que intercederam ao Presidente para que a gente deixasse a reunião pra hoje, para que você pudesse falar, e você realmente cumpriu a sua fala ao falar a esta Comissão. Faço questão de fazer esse registro, porque eu acho que os acordos, quando eles são corretos, sérios e éticos... A minha conterrânea maranhense Maria Aragão, que não está mais entre nós, ela dizia que os acordos precisam ser feitos, mas sempre os acordos sem nenhum tipo de ilegalidade, acordos republicanos, e você fez esse acordo conosco e cumpriu.

Mas eu lamento... Quero finalizar dizendo que você é uma jovem, 29 anos de idade, a gente percebe claramente em você uma menina muito competente, você tem um futuro muito grande pela frente. Não se deixe ser manipulada ou instrumentalizada por grandes



14/07/2021

figurões que possam utilizar da sua boa-fé para, infelizmente, participar de um esquema de corrupção, que é o que nós estamos acompanhando aqui nesta Comissão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora Eliziane.

Senador Marcos Rogério, por 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a depoente, Dra. Emanuela Medrades... Cumprimento também os seus patronos, que lhe acompanham neste depoimento.

Quanto ao preço dessa vacina, reitero essa pergunta, para resposta objetiva: houve oferta de vacina da Covaxin a US\$10 em algum momento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, senhor, Sr. Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nunca foi formalizada a oferta de vacina a US\$10?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tudo que aconteceu aqui até agora é narrativa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O ministério tentou negociar preço menor com relação à Covaxin em algum momento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Brigou por preço?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso está documentado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós temos as reuniões junto à Bharat, transmitindo que o ministério sempre quis reduzir o preço, mas o ministério não tratava em reuniões com a Bharat. Então, acabou ficando a Precisa fazendo esse papel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a Precisa repassava esses questionamentos quanto ao preço da Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Diversas vezes, em diversos e-mails.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Sobre as *invoices*: que dia foi feito e que dia foi, de fato, encaminhado ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A primeira *invoice* foi confeccionada no dia 19, a *proforma invoice*, e no dia 22, pela manhã, ela foi enviada pela primeira vez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Precisa teria alguma motivação para mentir quanto à data de feitura dessas *invoices*, para tentar enganar a CPI?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Nenhuma.



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sabe V. Sa. que, se essa informação não for verdadeira, obviamente que, no procedimento adotado por esta Comissão junto à Polícia Federal, essa informação pode ser desmontada.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sei. Já disse: desafiamos o William e o Ricardo a trazerem aqui as provas da forma que nós trouxemos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou fazendo essa indagação porque houve aqui duas providências adotadas pela defesa da empresa. Uma, um laudo que foi encaminhado, mostrando que o arquivo não tinha sido adulterado, e um outro, metadados, com relação à data de confecção desse documento.

Eu lhe pergunto: é comum erros em *invoices proforma*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A *proforma invoice* tem um caráter de *draft*, de rascunho. Ela, sim, é corrigida até o momento do embarque.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, é comum acontecer erros em *proforma invoice*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, é comum, sim, é comum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A empresa tentou forçar, em algum momento, a manutenção do pagamento antecipado previsto na *invoice* inicialmente apresentada?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não houve resistência por parte da empresa quanto à manutenção do pagamento antecipado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando tomou conhecimento desse erro, como reagiu a empresa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Informamos que já tínhamos notado e já havíamos pedido correção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A empresa tentou manter na *invoice* como estava a questão do frete e do seguro embutida no custo final do produto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se ela tentou manter o preço nos US\$15...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque essas duas cobranças vieram numa das *invoices* também contrariando o contrato. Houve resistência quanto à mudança nesse ponto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. O próprio ministério nos pediu que fosse fracionado o valor e que nós não inseríssemos o valor dentro dos US\$15. Acho que por uma questão de que eles têm que preencher, dentro do Siscomex, esses valores separados, eles pediram para que a gente fracionasse, mas isso não significa que nós estávamos cobrando isso do ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Como foram essas tratativas para ajustar as *invoices*? Como se deram essas tratativas? Quem tratou? Qual o tempo de resposta?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós enviamos a primeira *invoice* no dia 22; no dia 23, recebemos o primeiro pedido de ajustes, fizemos os ajustes, encaminhamos, retornaram no mesmo dia 23, e corrigimos no mesmo dia 23. Nenhum erro que foi apontado foi apontado mais de uma vez.



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui foi feita uma apresentação como se essa *proforma invoice* tivesse ali todas as possíveis irregularidades num documento. Parecia uma perícia sendo colocada num painel com erros de inglês, termos em espanhol e outras coisas mais. Como chegou a essa situação? A empresa identificou isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, até conforme a Senadora Eliziane colocou, esse documento foi trabalhado pela Bharat durante a madrugada. E os principais pontos da *invoice* não foram apresentados de forma incorreta. Nós já explicamos ponto a ponto cada um dos apontamentos que foram feitos aqui nesta CPI e a justificativa de por que aquilo não é importante, por que aquilo não pode ser considerado um erro e como que aquilo aconteceu. Então, não só expliquei aqui, como já disse isso para a Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você disse que a *proforma invoice* é uma espécie de rascunho...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e que está sujeita às correções, como, de fato, aconteceram.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Diversas, inúmeras, sem limite de correções.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Chegou a ser apresentada a *commercial invoice*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não chegou a esse ponto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, porque a *commercial invoice* só é emitida na hora que a carga vai sair de lá. Porque esse documento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Após a aprovação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Após a provação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem que ser antes da aprovação da Anvisa ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Não precisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só após a aprovação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lhe pergunto: por que você acha que o Sr. Luis Ricardo Miranda fez acusações contra a empresa, colocando esse contrato como suspeito?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sei. Eu não sei. Eu não faço a menor ideia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como que era a relação da empresa com esse funcionário?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Bom, nos outros processos de importação, o Luis nunca foi muito ativo. A nossa tratativa sempre foi direcionada ao William e às outras pessoas do departamento. Eu conhecia o Luis, sim. Já tive reuniões com eles, mas nada nem muito próximo, nem muito distante, nem muito diferente. Então, eu realmente não sei. Era uma relação normal entre um cliente e um fornecedor.



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. acompanhou o depoimento tanto do Sr. Luis Ricardo quanto do Sr. William, aqui nesta CPI?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em parte, Senador. Em parte, algumas coisas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Do que acompanhou, onde eles mentiram à CPI?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Bom, com provas nós entregamos aqui que eles mentiram quando eles disseram que levaram a *invoice* para o Presidente da República. E também em relação a quando eles receberam. Eles dizem que receberam essa *invoice* no *link* do Dropbox no dia 18, o que não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o laudo, a perícia que vai sair, a perícia oficial, atestará essa informação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Atestará essa informação mais uma vez. Atestará mais uma vez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lhe pergunto objetivamente: quanto a empresa Precisa, ou a Bharat, recebeu deste Governo, do Governo Bolsonaro, nesse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Espere aí: a oposição disse aqui que esse é o maior esquema de corrupção do Governo Bolsonaro.

Eu vou lhe fazer a pergunta de novo: quanto o Governo, o Ministério da Saúde pagou, nesse contrato da Covaxin, o Governo Bolsonaro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas empenhou R\$1,6 bilhão e não pagou porque a CPI denunciou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A oposição começou a falar porque ela se incomoda quando vê que a narrativa começa a cair por terra.

Veja, a oposição, essa que fala e faz acusações sem provas, não encontra provas, aí, fabrica. Porque aqui é o seguinte: inventaram agora narrativas como provas. Eu nunca ouvi dizer... Se narrativas servirem como prova em processo, tomara que o Ministério Público não pegue como referência o que está acontecendo aqui nesta CPI! Tomara! Porque, repito, desse contrato, V. Sa. está afirmando a esta CPI que nenhum centavo de real foi pago.

Aqui a oposição coloca erros identificados nas *invoices* e algumas eventuais contradições nos depoimentos – e estou dizendo contradição porque aqui estiveram dois depoentes dizendo uma coisa em relação às *invoices*, e V. Sa. vem e diz outra –, são usados aqui para apresentar esse contrato como o maior esquema de corrupção do Governo Bolsonaro. Interessante! Interessante! Nenhum centavo de real pago nesse contrato, nenhum desembolso feito, zero de prejuízo, mas, aqui na CPI da Pandemia, é um grande crime – é um grande crime! Zero prejuízo.

Mas a mesma CPI, sabendo dos milhões de reais desviados do Consórcio Nordeste com provas, com materialidade, com servidores, com agentes públicos que deveriam estar presos, mas estão desfilando, usufruindo das benesses dos milhões desviados, diz: "Não, aí não é crime, aí não é corrupção". Corrupção é só o que acontece no Governo Bolsonaro, mesmo não tendo nenhum centavo de real pago no contrato: zero – zero de pagamento, zero de pagamento antecipado. Lá no Consórcio Nordeste, é diferente: lá o pagamento foi antecipado, os respiradores não foram entregues, a compra foi feita de uma empresa de



fachada que mexe com produtos à base de maconha, mas não é crime. Crime é só o que estão dizendo aqui, crime é um contrato que não teve um centavo pago, que não teve uma empresa beneficiada, que não teve uma pessoa que tenha levado vantagem nisso até agora. Mas estão dizendo isso. Aí, não querem investigar o que aconteceu em Santa Catarina – o esquema escandaloso, Senador Jorginho, de Santa Catarina: R\$33 milhões para a compra de respiradores –; no Pará; no Amazonas, a compra de respiradores de lojas de vinhos. Mas não querem investigar com profundidade. E mais: Rio de Janeiro – Rio de Janeiro –, R\$770 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para a construção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de sete hospitais de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, não desconcentra meu raciocínio, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou desconcentrar V. Exa. agora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, Presidente. Presidente, eu estou dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que V. Exa. cometeu um equívoco, que eu queria só que V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. quer cortar meu raciocínio, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, de forma nenhuma. O senhor estava fazendo um belo discurso aí, defendendo. Está certo, é o seu papel. O meu papel aqui, como Presidente, é repor.

Eu faço questão de investigar o Governo do Amazonas por inteiro, tanto é que aqui estive o secretário, estive um Deputado, que foi Relator. Está certo? Talvez o único Estado que esteja presente aqui foi o Amazonas, e já tem gente até que saiu de testemunha para investigado. Ninguém está passando a mão. V. Exa., quando fala que não querem investigar e cita o Amazonas, eu tenho que repor a verdade. Eu quero investigar o Amazonas. Entrarei hoje, daqui a pouco, estarei na Polícia Federal, amanhã estarei na Procuradoria-Geral, com uma notícia-crime, mostrando os desvios que foram feitos no meu Estado. É meu papel, sim, Senador.

Só quero que o senhor reponha isso, porque, senão, quando o senhor fala isso, lá, no Amazonas, vão dizer: "Olha, o Omar está protegendo". Não estou protegendo ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para repor a verdade, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos começar repondo o meu tempo, e eu vou repor a consideração de V. Exa., que aqui, de fato, V. Exa. pautou a convocação do ex-Secretário de Saúde, do Governador também, salvo pelo Supremo Tribunal Federal, e do Relator da CPI, a bem da verdade. Investigação não é isso só, mas V. Exa., na condição de Presidente, cumpriu o seu papel. Mas isso não é investigação, não.



14/07/2021

Eu quero ver no relatório do Relator quanto é que vai estar lá, quanto ao que aconteceu lá na frente. Mas esse julgamento eu não vou fazer aqui, porque o relatório eu quero esperar pacientemente para ver.

Mas eu queria complementar. Aqui, acusam o Governo do Presidente Bolsonaro de corrupção sem ter um centavo de real desviado. No Rio de Janeiro – atentai bem, Brasil –, quase R\$1 bilhão para obras milionárias e inexistentes, desvios, falcaturas, roubalheira, Governador afastado, Governador cassado, mas aqui não investigam o que aconteceu no Rio de Janeiro. Pelo contrário, aqueles que são contra o Governo Bolsonaro trazem aqui um criminoso e o promovem como se fosse paladino da moralidade. Bandido exaltado, e, às vezes, inocentes atacados.

Eu não posso concordar com o método, mas é um colegiado. O que determina aqui é a maioria; quem tem maioria vota e convoca quem quer convocar. Maioria blinda, não quer convocar o Sr. Carlos Gabas. Pelo jeito, corrupção agora é onde não há desvio. Aí é corrupção, é a nova onda. É a nova onda: corrupção agora é: onde não houve pagamento, corrupção; onde houve pagamento de milhões, desvios, roubalheira, não, aí não é corrupção, aí é outra coisa.

"Não, isso aconteceu nos Estados, nos Municípios; não é porque foi recurso federal que CPI tem que investigar" – já ouvi essa frase por aí. Será, Brasil? Criminoso é criminoso. Quem desvia dinheiro público tem que ser investigado, seja do Governo Federal, seja dos Estados, seja dos Municípios ou seja do Consórcio Nordeste.

Já disse aqui e repito: no dia em que houver uma prova, uma evidência contra quem quer que seja do Ministério da Saúde, do Governo Federal, não vão contar comigo, mas, até este momento, todas as provas que a CPI tem produzido têm dado um atestado de capacidade de controle interno do Ministério da Saúde, do Governo Federal. Nada foi pago. Tentativas? Há, certamente, no Brasil inteiro, e aqui não foi diferente não, porque os criminosos estão por aí, os picaretas, os estelionatários. Tentaram, não passaram do primeiro andar, não entraram na sala de negociação pra valer.

O que sobram aqui? Narrativas. Se queremos investigar de verdade e aprofundar, vamos aprofundar, mas buscar o caminho do dinheiro. Se querem falar de corrupção, vamos falar. Eu quero investigar tudo, não tem seletividade. E, se quiserem falar de corrupção, nós vamos comparar o que é corrupção de verdade e o que é corrupção *fake news*. É a nova versão da CPI 2021 da pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador, só uma pergunta aqui: por que o Ministério da Saúde, depois de instalada a CPI, com a CPI mostrando uma série de irregularidades nesse contrato, suspendeu o contrato com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É para mim a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, sim, senhora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, eu não tenho como responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é... Não, é porque suspendeu. O Ministério da Saúde, o atual Ministro, suspendeu o contrato da Precisa com o Governo Federal. A senhora sabe me explicar por quê? A senhora viu o relatório da CGU?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu vi o relatório do TCU, que já indicou que não teve sobrepreço...



14/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, da CGU, CGU.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não tive acesso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, nós temos acesso aos relatórios, e o Governo suspendeu por irregularidades que havia dentro do contrato, inclusive uma, Senador Marcos Rogério, de que V. Exa. foi testemunha e concorda também... Tenho certeza de que V. Exa. concorda com a suspensão do contrato. É que uma servidora do quarto escalão, Célia Regina... Ela aqui disse, Sra. Emanuela, que ela reduziu de 4 milhões para 3 milhões de doses porque... A Índia... Ela deu uma justificativa aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a questão do seguro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela não falou em seguro, mas que era a questão da legalidade na Índia. Seguro, fui eu que disse pra ela; seguro fui eu que disse, porque eles não pagaram o seguro. Então, foi essa uma das razões da suspensão do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, não, nós não temos a informação de qual foi a razão da suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

É porque, os contratos, quando se suspendem, a primeira pessoa a ser avisada é a contratante. Então, se o contrato... O Dr. Ticiano, para ser meu advogado... Quando eu não quiser mais que ele seja meu advogado... "Oh, Ticiano, tu és meu amigo, mas eu não quero mais teu serviço". Eu te contrato e, na mesma hora, te comunico.

Então, a Precisa foi comunicada de que estava suspenso o contrato e, com certeza, alguém da Precisa tinha que procurar saber por que foi suspenso o contrato, por quais razões, senão lhe dá um prejuízo muito grande, correto? Porque as informações... A senhora passou 60 dias na Índia, e não foi passeando, foi trabalhando, correto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próprio Maximiano foi várias vezes à Índia, pagou passagem, hospedagem. Então, há um investimento da Precisa para trazer as vacinas para o Brasil.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E esse investimento seria retirado com o lucro que ela teria na negociação, na transação. Então, como é que a Precisa não tem conhecimento por que foi suspenso o contrato? Eu disse que o Queiroga ia suspender e daqui a pouco ia cancelar, está faltando pouco para ele chegar nisso, cancelar o contrato...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele hoje disse que ia cancelar, disse que já tem vacina demais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e dar um prejuízo para a empresa Precisa, porque teve investimento para trazer essas vacinas. Eu não sei, não vou lhe perguntar, mas tenho certeza de que, a senhora passar 60 dias na Índia, a senhora teve uma remuneração. Aliás, teve que comer, andar de carro, pagando táxi e tudo mais. Então, esse investimento, aleatoriamente, sem dar nenhuma justificativa para a empresa Precisa, eles suspenderam o contrato? Pode responder, doutor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós, sim, fomos notificados da suspensão através da mídia, posterior a isso recebemos o ofício e, no ofício, eles diziam que estava suspenso para apuração. Suspensão não é rescisão, e, ainda assim, eles não colocaram uma justificativa plausível. E nós temos plena ciência de que não teve nenhuma irregularidade.



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu vou te dizer uma coisa... Não, eu não estou falando em irregularidade; eu estou dizendo o seguinte. Eu vou dar um conselho, quem sou eu, não sou advogado, mas a suspensão do contrato traz um prejuízo à sua empresa. Então, os advogados da Precisa precisam acionar o Ministério da Saúde para pedir o ressarcimento do investimento que foi feito para compra dessa vacina. Aqui, o Senador Marcos Rogério é advogado também, sabe que a gente não pode romper, o Senador Flávio também sabe que não se pode romper o contrato e não dar uma satisfação por que rompeu o contrato.

Só estou falando isso para a senhora, não estou fazendo juízo, não estou fazendo juízo.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, realmente neste Governo nenhum estelionatário passou do primeiro andar, só se reuniu com o Elcio Franco. O Sr. Domingueti se reuniu com o Sr. Elcio Franco, foi recebido pelo Sr. Elcio Franco. Então, ele não passou do primeiro andar, ele foi para a antessala do Ministro da Saúde, foi um pouco mais.

Dra. Emanuela, primeiro, o seguinte, eu queria, tal qual a Senadora Eliziane, cumprimentar V. Sa. pela disposição ontem externada, V. Sa., a douta banca de advogados. V. Sa. ontem disse que queria colaborar com a CPI e V. Sa. de fato cumpriu com a palavra, está aqui informando. Assim, eu reitero aqui a admiração que muitos colegas, muitas colegas aqui externaram: V. Sa. é muito jovem e muito inteligente. E eu quero reiterar, quem sou eu para aconselhar: tanto a senhora quanto a empresa tomem cuidado sobre quem pode estar sendo protegido, porque eu acredito que esses não se importarão nem com a senhora, nem muito menos com o Sr. Francisco Maximiano.

Dito isso e agradecendo a V. Sa., me permita passar às perguntas.

V. Sa. disse que o Ministério da Saúde intermediou junto à empresa a redução do preço da vacina?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, eu disse que eles pediram diversas vezes que nós conseguíssemos a redução desse valor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem registrado isso, Dra. Emanuela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor. Não tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja, a Controladoria-Geral da União (CGU) encaminhou um parecer, uma análise, um parecer ao Ministério da Saúde, em cinco... Encaminhou um parecer ao Ministério da Saúde pedindo, perguntando ao Ministério da Saúde – obviamente que não cabe à senhora responder isso –, perguntando ao Ministério da Saúde a necessidade de justificativa da dispensa de pesquisa de preços. O Ministério da Saúde, em algum momento, fez esse tipo de requisição de informações à Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A justificativa da dispensa é uma obrigação do ministério, interna.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não cabe a nós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, em algum momento, o Ministério da Saúde fez alguma indagação em relação aos preços?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, diversas vezes, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não tem registrado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não tem. E...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É importante essa informação...

Muito obrigado, Dra. Emanuela.

É importante essa informação, porque essas informações não estão registradas e tem um parecer da CGU em relação aos preços que estavam sendo praticados. E, mais que isso, tem uma resposta, Presidente Omar, feita, um despacho feito pelo Departamento de Logística do Ministério da Saúde – assina o Sr. Ridauto Lúcio Fernandes. No final do despacho, diz: "Não foram realizados no âmbito desse departamento, e sim na Secretaria Executiva desta pasta [do Ministério da Saúde], conforme orientava Ofício Circular nº 28", e tem os demais dados do ofício. Ou seja, o Departamento de Logística do Ministério da Saúde informa que quem cuidou todas as tratativas de preço, todos os questionamentos feitos pela CGU foram formulados pelo Sr. Elcio Franco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De que data é esse documento, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De 6 de julho de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas... Não sei se V. Exa. lembra: em janeiro, tem uma portaria repassando toda a negociação de vacina para um único setor do Ministério da Saúde. Em janeiro, isso é feito, por isso que as reuniões...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ofício circular.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, um ofício circular, que todas as negociações sobre qualquer vacina... Por isso o nosso espanto em saber que o Roberto Dias estava negociando vacina, já tendo uma circular do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa pergunta também foi feita várias vezes no sistema SEI, e não obtivemos a resposta.

É importante, Dra. Emanuela, a sua resposta dizendo aqui que dessas tratativas de preço do Ministério da Saúde não teve registro. É importante esse ofício do Departamento de Logística, após a provocação da CGU, respondendo claramente que todas tratativas de preços eram feitas por quem? Pelo Sr. Elcio Franco.

E volto a recorrer o nome de S. Sa. o Sr. Elcio Franco a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós temos o vídeo aí? *(Pausa.)*

Voltemos à polêmica, que talvez não seja nem tão polêmica assim, em relação ao *invoice*.

Pode... Queria pedir que a senhora apreciasse os vídeos que seguirão.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

A senhora ouviu aí o Dr. Elcio e o Secretário-Geral da Presidência da República...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Doutor não. Ele é médico?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O Coronel Elcio! Corrigi? Obrigado.

A senhora ouviu aí o Coronel Elcio falando do dia 18. Na mesma coletiva, o Secretário-Geral da Presidência da República, o Sr. Onyx, fala em dia 19. Qual foi a data?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – A primeira *invoice* foi enviada para o ministério no dia 22, conforme todas as provas que a gente já colocou aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, veja...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Todo mundo está mentindo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eles se equivocaram provavelmente, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mentiram?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor. *Fora do microfone.*) – O áudio do Luis é do dia 22.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O áudio do Luis, inclusive, é do dia 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente! E esses documentos que eles mostraram aí?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Gente, eles se equivocaram. E não tem nada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eles se equivocaram com o documento, Dra. Emanuela?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Foi enviado no dia 22.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sei que eu enviei no dia 22. Se eles estão com desencontros...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – O *invoice* está datado do dia 19, senhora.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Mas foi enviado dia 22.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, se enviou no dia 22...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está datado do dia 19 e foi enviado no dia 22?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Normal, ué! O arquivo foi criado antes e enviado depois.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Secretário-Executivo se confundiu, o ex-Ministro Onyx se confundiu?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eles se confundiram!
A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Luis Miranda se confundiu, todo mundo se confundiu, o William se confundiu, menos a senhora?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A prova técnica mostra que sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que prova técnica?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Que prova? Que prova?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito! A perícia...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A prova técnica é esta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Peça a V. Exa. só um minutinho.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sr. Presidente, é um laudo. É que foi juntado na CPI já.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O senhor não é depoente. O senhor não é depoente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi feito pela própria perícia! Foi feito pela própria perícia!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele não é depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelências... Excelências...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Já está com a Polícia Federal para ser periciado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos aqui o dia inteiro, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou garantir a palavra ao Senador Randolfe, por favor.

E a senhora...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Estão pensando que a gente é imbecil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem, isso...



Senador Randolfe, por favor, continue.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito!

Vamos tranquilamente aqui, Dra. Emanuela... Vejamos... A prova técnica que a senhora... Veja, o William se confundiu. Vamos lá! O Luis Ricardo se confundiu, o Ministro Onyx se confundiu, e também o Coronel Elcio Franco se confundiu. Vamos trabalhar, então, com esta hipótese de que todos se confundiram...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É mais uma hipótese. No negócio não tinha nem pressa, que demoraram três dias para enviar, para você ter uma ideia. É só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Todos esses se confundiram...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E Luis Miranda virou Nostradamus, não é? Sonhou com uma logomarca da Madison, com assinatura e carimbo, e falsificou a assinatura e o carimbo, o que coincide com o *invoice* verdadeiro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É muito simples, Senadora. Posso só complementar isto aqui?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele tem uma bola de cristal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A própria depoente falou que é um rascunho. Possivelmente, quem estava preparando aquilo começou a preparar no dia 18, talvez, e depois não enviou. Não sei...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – O áudio do Luis Miranda é do dia 22, Senadora, com todo o respeito.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senadores, antes do dia 22, ninguém tinha tido acesso a essa *invoice* dentro do Ministério da Saúde. O que eu estou dizendo é que, sim, o William veio aqui, mentiu para os senhores. Quem veio aqui e disse que recebeu antes mentiu!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o Coronel Elcio Franco e o Onyx também mentiram, porque eles reafirmam o depoimento do William. Eles reafirmam o depoimento do Luis Ricardo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, não é para mim que o senhor tem que perguntar. Eu tenho a prova! Eu já mostrei, eu já deixei à disposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o que a senhora está dizendo aqui...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu estou pedindo uma acareação, estou pedindo para que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se os senhores não confiam na perícia, a Polícia Federal está olhando esse documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está bom.

A perícia a que a senhora se refere é esta?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nesta perícia, a senhora diz que foi entregue no dia...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Vinte e dois.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A que horas?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O primeiro *e-mail* foi enviado às 10h21, às 10h21. E os senhores já tinham apontado, em uma das outras sessões da CPI, que existia uma questão de divergência de horário, e o perito já corrigiu. Inclusive, os advogados vão apresentar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O perito corrigiu? Como assim?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Já está juntado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, veja só.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Senador, só uma questão técnica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho. Excelência, só um minutinho. Só um minutinho, veja só, veja só. Olha, foi trazida a esta Comissão esta perícia, que é a perícia que a senhora argumenta. V. Sa. argumenta aqui que foi corrigido, mas o dado e o horário que foi apresentado aqui foi o horário de 15h32.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Senador, é só ver, no começo do *e-mail*, que é 10h21. Esse 15h22 é a hora que foi lido e encaminhado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... só para colaborar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É que essa discussão foi muito em boa hora levantada – eu já tive oportunidade de elogiar hoje aqui essa oportunidade – quando havia uma dúvida se o Presidente da República haveria recebido ou não a denúncia dos irmãos Miranda. Esse não era um detalhe da irregularidade, a data. Isso era um detalhe importante a partir de datas diferentes que foram apresentadas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Relator, é importante. Ele falou que mostrou a *invoice* no dia 18, no dia 20.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A partir do momento... Em função das datas diferentes.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pois é, não existia *invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A partir do momento em que o Presidente da República, no Rio Grande do Sul, disse, confirmou, repetiu que recebeu, sim, as denúncias dos irmãos Miranda, a data da *invoice* passa a ser uma coisa absolutamente secundária...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, negativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque ele já confirmou o recebimento da denúncia.



14/07/2021

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – E já confirmou que tomou as providências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Aí já é outra questão. Estou falando do recebimento da denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela pediu para ir ao banheiro rapidamente, e aí o seu tempo será repostado: tinha cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, dê mais um pouquinho. Com as interrupções...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque nós temos os outros companheiros, os outros colegas para falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu sei. Eu sei, Excelência.

Eu acho que S. Exa. o Presidente Rodrigo Pacheco não se importará se nós adentrarmos um pouco no horário da Ordem do Dia, até para garantir para os demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ainda tenho que ir a alguns órgãos, eu tenho que ir à PGR, tenho que ir à Polícia Federal, tenho que ir à CGU e tenho que ir à Receita Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Omar, aproveitando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nesse caso, eu substituirei V. Exa., mas não à altura de V. Exa., mas procurarei substituir, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aproveito essa interrupção para pedir aqui o apoio dos colegas Sras. e Srs. Senadores. Nós vamos votar um projeto muito importante para a Bancada Feminina em relação ao pleito eleitoral, e pedimos que, no momento, tenhamos votação, porque é uma PEC e um projeto de lei. Então, peço aqui, em nome da Bancada Feminina, que possamos, no processo eleitoral e no acordo que fizemos, aprovar o projeto, que é da mais alta importância.

Obrigada. Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pedir só para a Secretaria paralisar lá em cinco minutos.

Eu lhe agradeço, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Seria uma boa sugestão. *(Pausa.)*

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem é amanhã, Presidente? Como é que ficou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Amanhã é o Cristiano, da Davati.



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Às nove?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E o Branco ficou para sexta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, o Branco ficou para agosto. Sexta não tem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sexta-feira não haverá sessão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Ai amanhã nós não vamos...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Amanhã temos Congresso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que é à tarde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É à tarde, não é? Tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai votar a LDO.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Discutir a LDO. Não sei se vota amanhã ou sexta, mas vai discutir a LDO.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interelar.) – Dra. Emanuela, quais os documentos necessários para a licença de importação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, para uma licença de importação, a gente segue uma regra diferente do pedido que foi feito de autorização excepcional de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, não precisaria do... Isso aí, a senhora está dizendo que não precisaria a licença de importação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Naquele momento, não. Tanto que, na segunda vez que nós fizemos o pedido, a *invoice* não foi enviada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É... Mas, só por curiosidade: em nome de que se encaminharia a documentação toda necessária no dia 18, sem o *invoice*, para depois encaminhar com o *invoice*? (*Pausa.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (*Fora do microfone.*) – Como assim?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor. *Fora do microfone.*) – A *invoice* só foi criada depois...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Vamos lá.

Era uma lei recente, era uma RDC que tinha sido lançada há 15 dias. Era a primeira importação que o ministério estava solicitando a critério de excepcionalidade. Nem nós tínhamos ainda clareza do que é que a Anvisa realmente estava pedindo ali. Então, o que é que a gente procurou fazer? Juntar o máximo possível de documentos para serem apresentados, e o que nós conseguimos enviar no dia 18, que eram os documentos de caráter técnico – segurança, qualidade e eficácia da vacina –, nós enviamos. E, quando nós tivemos acesso à *invoice*, a enviamos no dia 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E era possível seguir o processo sem o *invoice*?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso estaria onde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, se o senhor pegar exatamente os trechos da 476, o senhor vai ver que, antes de entrar com o pedido de importação através do Siscomex, você tem que ter a anuência da Dicol, da Anvisa. Inclusive, você pega essa anuência da Dicol e você insere para análise de novo da Anvisa, mas como uma forma de dizer que: "Olha, você já avalizou essa importação". Então, essa *invoice*, só é realmente necessária a apresentação dela no momento em que a Anvisa falar: "Pode seguir com o processo".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá. Só para concluir em relação a esse tema, a senhora diz então que o Sr. William, as informações que o Sr. William e o Sr. Luis Ricardo trouxeram aqui não correspondem à verdade.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu disse que o que eles falaram de ter recebido a *invoice* no dia 18, no *link* do Dropbox, não corresponde à verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não corresponde à verdade.

E as mesmas informações que foram levadas a público pelo Ministro Onyx e pelo Sr. Elcio Franco, também não correspondem à verdade?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – São imprecisas, porque eu tenho aqui a data que eu enviei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só vamos ajustar o adjetivo correto, porque a senhora fala, dos dois primeiros, que não pode corresponder à verdade; e dos dois segundos, que são imprecisas. Então, todos não correspondem à verdade, certo? Vamos combinar assim? Todos não correspondem à verdade, tanto os dois do Governo quanto os dois que aqui depuseram.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (*Fora do microfone.*) – Não, excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é porque é o seguinte... Mas tem uma classificação. Excelência. Excelência, com a devida vênio e permissão: existe uma seleção natural aqui, existe uma classificação seletiva. O William e o Luis Ricardo são mentirosos. Onyx e Elcio Franco se equivocaram, dando eles as mesmas informações. Deixe-me falar, deixe-me falar...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. O que acontece? Ela falou sobre o *link* do Dropbox, que eles não receberam no *link* Dropbox.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelências, excelências.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – A afirmação do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelências...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não é o depoente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, coloque logo os advogados para responderem em nome dela, porque não tem uma resposta que ela dá que ela não tenha petição de orelha no ouvido dela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em respeito ao inquirente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência, eu fiquei honrado; eu fiquei honrado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Só porque tem *habeas corpus* não dá direito aos advogados de quererem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Excelência... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou proibido de chamar a atenção de advogado aqui. Então, vocês que são advogados que briguem entre vocês.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas você também está proibido. Preste atenção. Aí é Randolfe, Simone, Soraya. Tem mais algum advogado? Flávio.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Presidente, Dra. Emanuela, excelências...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria a colaboração dos dois advogados, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Queridos colegas advogados, eu fiquei honrado, porque, no meu momento de inquirir, V. Exas. responderam mais do que a depoente; é um motivo de muita honra para mim, fiquei extremamente honrado com isso. Mas sigamos, eu acho que ficou claro em relação a esse aspecto.

Dra. Emanuela, nos dois minutos que me restam: quando foi formulado o contrato Bharat Biotech e a Precisa? E o público destinado qual era? Para quem se destinava a venda das vacinas? Vocês estavam pensando em vender para o Ministério da Saúde, para os governos estaduais, para as prefeituras, para o poder público, para quem se pensava?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Quando o contrato com a Bharat foi firmado, quando as iniciações se iniciaram, nós não tínhamos essa definição porque ainda não estava claro como o Poder Público iria fazer essas aquisições. Por quê? Até o início desse ano era obrigatória a execução de uma pesquisa de Fase Clínica III aqui no Brasil. E o tempo não auxiliava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, me permita. Muito obrigado. A senhora disse que vocês não tinham essa definição?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nós não tínhamos. Nós tínhamos, sempre tivemos o interesse de trazer para o Governo, só que, devido a essa condição da Anvisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a proposta...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... nós não tínhamos ainda a certeza.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá, mas deixe-me lhe perguntar: a ideia era vender exclusivamente para o Governo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – No nosso contrato está escrito exclusivamente, tem uma cláusula de exclusividade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, eu lhe pergunto por que o Sr. Francisco Maximiano, no dia 7 de janeiro, na Índia, em Nova Delhi, fala para os representantes da Bharat Biotech que um dos seus objetivos era acabar com o oligopólio da GSK, Pfizer e Sanofi; e que, além disso, em vários diálogos na Índia, a ideia era vender para o mercado privado no Brasil.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, mais uma vez, eu não estava nessa reunião, mas o que nós temos de informação é que todas essas tratativas eram, sim, para o mercado privado, e que o oligopólio ao qual ele se referia é do mercado privado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Hoje existem pouquíssimas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora confirma, então, que, nesse momento, a informação que a senhora tem é de que era para vender vacinas ao mercado privado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. As discussões que foram realizadas, nessa reunião especificamente, foram exclusivamente para o mercado privado, não tinha nenhuma definição ainda. E, salvo outra informação, é importante ressaltar que nenhuma comercialização seria possível sem a autorização da Anvisa, sem o produto ter sido registrado. Então, tudo que tinha sido feito – e foi feito – foi para que o produto tivesse o registro final e que pudesse ter a sua comercialização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Emanuela.

Porque vejam, Presidente e Sr. Relator, o que me chama atenção nisso? É que, no dia 30 de janeiro, é firmado um contrato com a associação brasileira de empresas... É firmado um contrato com... É formado um contrato com a Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas. Essa Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas expede um comunicado exclusivamente para os associados, falando das promissoras tratativas com a vacina da Bharat Biotech, com essa vacina.

Dias depois, Senador Humberto, Senadora Eliziane, aqui no Congresso Nacional, surge, como do nada, e após o Senado ter aprovado o projeto, um projeto de lei que autoriza, inclusive antecipadamente, aos grupos prioritários a vacinação por parte das empresas privadas. E a relatoria desse projeto na Câmara dos Deputados cabe notadamente a uma Deputada do Partido Progressista, que um dos seus líderes é o Deputado Ricardo Barros. Coincidência ou não, no dia 7 de janeiro, os diálogos do Sr. Francisco Maximiano – e, inclusive, a Dra. Emanuela aqui fala que tinha um interesse em fornecer vacinas para o mercado privado – se estabeleciam e falavam exatamente disto: do fornecimento de vacinas para o mercado privado. Eu acho que encontramos uma linha do tempo aí em relação a esses negócios tratando de vacinas privadas.

Eu falo isso para concluir, Sr. Presidente, porque veja, Dra. Emanuela, o problema não é a vacina – e eu repito a minha admiração por V. Sa. e pela douta banca aqui –, o problema é o tempo dessa vacina, aliás, é o tempo da negociação sobre essa vacina.



Veja, a AstraZeneca... E nós queríamos a vacina com urgência! Só que, veja: da AstraZeneca, o contrato demorou 123 dias; da Janssen, mesmo a vacina já estando disponível em dezembro, foram 184 dias; da Pfizer – dessa daí nem se fala a quantidade de *e-mails* que nós já descrevemos nesta Comissão –, foram 330 dias; da CoronaVac, 154 dias. A velocidade do processo da Precisa é impressionante. Repito: o interesse pela vacina todos nós deveríamos ter. V. Exa. é testemunha de que eu mesmo tive para que essa vacina saísse o quanto antes.

O que nos chama atenção é a quantidade de *e-mails* e de... Veja, no dia, às 14h... Já concluindo, Sr. Presidente. Às 14h15 do dia 12 de fevereiro tem um despacho do Sr. Elcio Franco. Às quinze... No dia 15 de fevereiro há um outro despacho. No mesmo dia 15 de fevereiro, horas depois, mais um despacho. E no mês de fevereiro vários despachos agilizaram esse processo. O tempo do processo, repito, 87 dias, totalmente antagônico ao tempo do processo em relação a todas as outras vacinas, inclusive vacinas que já estavam na Fase III, como é o caso da vacina da Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desejo boa sorte, Dra. Emanuela, pra senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero dar as boas-vindas à Emanuela Medrades, que realmente cumpriu aquilo que prometeu ontem, não é? Naquele momento turbulento que a gente estava, numa intervenção da colega Eliziane, a senhora disse que estava sentindo ali uma tortura psicológica, não é? Foi o dia todo muito tenso: vai, alguns membros consultam o STF, tem ligação; depois, chegam novas informações, e a senhora falou aquilo e disse que iria falar tudo aqui, não está se negando a responder absolutamente nada. Isso é muito importante, colabora muito com os trabalhos aqui desta Comissão.

Eu queria, em primeiro lugar, perguntar pra senhora o seguinte: a relação... Quem comprou quem? A Global comprou a Precisa, a Precisa comprou a Global? Foi uma fusão? Eu queria entender um pouco desse grupo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – A Precisa foi adquirida pelo Grupo Global em 2014.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela foi adquirida...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ...em 2014, não é? Então, a empresa Global Gestão de Saúde teve problemas – isso é fato que já foi lembrado aqui por muitos colegas –, dentre outros, com a Petrobras e com o próprio Ministério da Saúde.

Nessa questão do Ministério da Saúde, em 2017 ainda, em governos anteriores, o ministro era o Deputado Ricardo Barros, uma peça-chave, que tem sido muito colocada aqui. E é importante que esta Comissão aceite a vinda dele, porque ele chegou a pedir ao Supremo Tribunal Federal, que mandou esta CPI ser aberta aqui no Senado Federal, que não deixe os Governadores virem aqui explicar os bilhões de reais de verbas federais enviadas a Estados e Municípios e, ao mesmo tempo, o Sr. Ricardo Barros não tem ainda, o Deputado, a sua convocação marcada. Então, é peça-chave pra que a gente possa ouvir. Ele quer vir, não pode perder o *timing* da coisa. Eu não entendo realmente por que que não se chama, se a gente quer buscar toda a verdade.



Outro aspecto interessante é a acareação. Muito importante a senhora se colocar à disposição dessa acareação com o funcionário, o servidor do Ministério da Saúde, o Luis Ricardo, e também com o consultor da Opas William.

Muito importante a gente entender realmente o que aconteceu, porque esta CPI já começou ali com CPI da cloroquina, depois veio CPI da Copa América, agora nós estamos nos *invoices*, e a gente precisa aprofundar, já que não se quer aprofundar aqui e se blindam investigações importantes, que é papel desta Comissão, e eu quero repetir – nunca é demais repetir: são dois requerimentos que deram origem a esta Comissão. Um deles meu, assinado por 45 Senadores da República, uma adesão maior do que a do primeiro requerimento, por incrível que pareça. E esse meu requerimento investiga Governo Federal, sim, mais Estados e Municípios, mas a isso aqui é difícil a gente chegar.

O caso do Consórcio Nordeste, lembrado há pouco pelo colega Marcos Rogério, é algo estarrecedor, apequena esta Comissão, quando ela não quer enveredar pelo caminho de investigação sobre esse tema tão importante, que são os 300 respiradores adquiridos de uma indústria ligada a produtos, que comercializa produtos à base da droga, da maconha, e que se tem aí, infelizmente... Foi pago, de modo antecipado, antecipado, R\$48,7 milhões, e esses respiradores, até hoje, mais de um ano, não chegaram. É um caso que está na boca do povo. Onde a gente anda, "e aí? E o Consórcio Nordeste?", de Norte a Sul do Brasil, e a gente não vê esta Comissão enveredar por este caminho, que eu acho que é legítimo, e nós não vamos desistir de fazer essa cobrança, até porque parece, ao que tudo indica, pelos relatórios da CGU, e eu cobro aqui que o Ministro Wagner Rosário venha a esta Comissão...

Inclusive, é interesse de todos que ele venha: da Oposição, dos governistas, dos independentes, porque ele vai trazer informações importantes aqui sobre a própria Covaxin. Só porque ele vai trazer também informações de Estados e Municípios, de 53 operações, parece que não querem marcar a vinda dele. Então, o Ministro já disse também que quer vir aqui à Comissão. Por que que não se chama? Mas essas perguntas a gente acredita que vão ser respondidas muito em breve, porque o brasileiro que ainda está acompanhando esta CPI não aceita esse valor mais de corrupção e ele quer a verdade, toda a verdade, e não podemos negar isso.

Eu queria lhe perguntar exatamente sobre o ex-Ministro e Deputado Ricardo Barros: qual a relação da Global com o referido Deputado? Qual foi exatamente a participação, a eventual participação do Deputado nas negociações para a aquisição da vacina Covaxin e se teve algum outro Parlamentar envolvido nisso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu desconheço qualquer relação do Ricardo Barros nos nossos processos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tem algum outro Parlamentar que, de alguma forma, atua junto à empresa Global ou Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A senhora deu esta entrevista aqui pra revista *IstoÉ*, agora, no dia 15 de maio de 2020, no ano passado, falando o seguinte – e aqui, inclusive, a matéria é muito clara: "Aumento exponencial da demanda por produtos médico-hospitalares usados no combate ao coronavírus expõe fornecedores sem experiência e governança e compradores irresponsáveis". Olha só a declaração.

A gente tem visto aí que essa corrida gerou muitos prejuízos, superfaturamentos, escândalos. Eu citei aqui já alguns Estados, o Consórcio Nordeste, essa coisa toda. Eu lhe



pergunto... A senhora afirmou nessa entrevista o seguinte – abre aspas: "Há grande demanda por esses insumos e abriu-se um grande espaço para oportunistas e aventureiros entrarem no negócio". Eu lhe pergunto, Dra. Emanuela: o que a senhora observou no mercado, durante a pandemia, que a levou a fazer essa observação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, no período, a Precisa, como uma empresa licenciada corretamente pela Anvisa e apta para fazer qualquer tipo de comercialização de produto para a saúde correlato e até importação, recebia diversas ofertas de pseudorrepresentantes e etc. com produtos. Então, a questão da coerência, a questão da responsabilidade tanto por parte de compradores quanto de vendedores, nessa minha fala, é por conta disso. A gente recebia muita informação e muita gente que dizia que tinha algo que não tinha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Nessa mesma entrevista, a senhora afirmou – abre aspas: "Estamos enfrentando um mercado selvagem, com concorrentes sem experiência, governança e *compliance*". A Global, empresa que participa do grupo da qual a senhora é Diretora Técnica, tem vários problemas judiciais por não atendimento aos contratos celebrados. Considerando esse fato, podemos dizer que sua empresa tem *compliance*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, temos *compliance* – governança e *compliance*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Então, que ações efetivas de *compliance* sua empresa adotou na negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, mais uma vez, não é a minha área de atuação, mas o senhor... A gente pode – não sei – questionar para a Diretoria de Compliance. O que eu sei é que nós fazemos todos os protocolos de *know your client, know your customer*. Seguimos, sim, à risca os protocolos de *compliance* e governança da companhia, inclusive protocolos anticorrupção. Mas, ainda assim, não é a minha área para eu poder ir a fundo aqui com o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual foi exatamente o trabalho da Fundação Albert Einstein na aquisição da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na aquisição da Covaxin...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... nenhum trabalho. O Instituto Israelita Albert Einstein é uma ARO (Academic Research Organization), e eles são responsáveis pela condução do ensaio clínico de Fase III aqui no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Mas com relação a essa vacina...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, da Covaxin.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela desenvolveu, então, pareceres, ela tem...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não. O ensaio clínico foi autorizado pela Anvisa e nós vamos iniciar os ensaios clínicos, já temos todos os protocolos desenhados. Ainda não existe a conclusão da fase do Brasil, mas o Instituto Israelita é responsável por toda a parte de fase clínica da Fase III aqui.



14/07/2021

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Sr. William, que prestou depoimento aqui no último dia 9, afirmou que fez reiteradas solicitações para a correção do tal *invoice*. Se sua empresa tem governança e *compliance*, por que tantos erros na confecção de um simples documento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, mais uma vez, esse documento, ele é uma minuta, ele é um *draft*, e não necessariamente significa que nós não temos *compliance* a partir do momento em que a correção é realizada; a indicação do ajuste é feito e a correção é realizada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Em algum momento a senhora discutiu a aditivação do contrato para permitir a inclusão da Madison Biotech como empresa pertencente à Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O senhor fala do contrato do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hum, hum.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós discutimos com a Bharat, porque, também para a Precisa, a Madison foi um participante depois que a gente já tinha assinado o nosso MOU. Caso o Ministério da Saúde apontasse a necessidade no avanço das tratativas, isso, sem dúvida, seria feito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, alguém do Ministério da Saúde levantou essa questão de alguma forma com a senhora?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. O que foi levantado foi: quem é a Madison. Nós pegamos uma declaração da Bharat, inclusive, declaração que eles publicaram como *press release*, e enviamos ao Ministério. A partir daí, não fomos mais questionados. Se houvesse algum tipo de questionamento, obviamente nós faríamos o possível para poder adaptar e atender ao que o Ministério solicitasse.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Já que envolveria recursos públicos essa transação que não foi concretizada, eu acredito que é importante para esta Comissão, Sr. Presidente, o questionamento com relação a esse contrato, a essa cláusula de confidencialidade. Eu acredito que é importante que se tenha, porque envolve recurso do contribuinte. Então, um procedimento que a gente poderia fazer: essa solicitação e saber também se, em outros contratos, existe essa cláusula de confidencialidade para a gente poder comparar. Por exemplo, tivemos aqui o caso da Sinovac também. Acho importante também a gente saber se existe essa cláusula e até que ponto isso pode, de alguma forma, ser exposto, para que a gente tenha conclusões da transação do Governo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, em relação à transparência, nós nunca faltamos com a transparência. Nós nem sequer pedimos sigilo sobre o contrato que foi assinado entre a Precisa e o Ministério. A Janssen, a Pfizer, sim, pediram confidencialidade de anos e anos. Então, nós não estamos faltando com a transparência. O que os senhores estão pedindo é um contrato entre entes privados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas que envolve dinheiro público.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os senhores vão pedir também o contrato de representação entre a União Química e o Instituto Gamaleya?



O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se tiver que pedir, sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se envolve dinheiro público, temos que pedir. Eu acho que faz parte a transparência, a publicidade do dinheiro do contribuinte – não tenho dúvida com relação a isso. E saber também se o Butantan, com relação à Sinovac, tem o mesmo padrão, e as outras vacinas. Eu acho que isso faz parte da busca pelas informações.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, pelo princípio da isonomia. Concordo com o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Princípio da isonomia. Não temos a menor dúvida. Ninguém aqui está para fazer jogo de A, B ou C. O que a gente quer é buscar a verdade. Eu sei que isso, de alguma forma, para vocês, é complicado, mas o povo brasileiro quer saber quem é quem, se tem alguém por trás, por que o paraíso fiscal, por exemplo, o que causa estranheza. Será que as outras empresas também têm, as que fazem esse tipo de parceria, num paraíso fiscal a sua sede.

Então, tudo isso... Eu acho que a gente precisa cruzar os dados para ver se é alguma coisa, se tem alguma coisa atípica, alguma movimentação atípica dentro disso.

Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão, inclusive pela pontualidade em relação ao tempo. Esta Presidência terá a necessidade de agilizar para tentarmos garantir a palavra do maior número possível de Sras. e Srs. Senadores.

Eu cumprimento V. Exa. e, inclusive, peço para a Secretaria oficializar em forma de requerimento a requisição apresentada aqui pelo Senador Eduardo Girão, para solicitar todos os contratos entre partes que existem, não somente neste caso, como nos demais.

Agradeço a V. Exa. pela sugestão, e já faço o encaminhamento para Secretaria.

Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa. com a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente; boa tarde a todos; boa tarde, Dra. Emanuela.

Parabéns pela sua coragem, pela sua firmeza, por não se intimidar quando algumas pessoas tentam praticamente obrigá-la a falar o que querem ouvir. Cabe aqui um parabéns também público, pelo fato de a senhora, ao representar o laboratório indiano, ter batalhado para que fosse economizado dinheiro público. Fez um papel importantíssimo para que o custo unitário da vacina viesse abaixo, por mais que a gente subentenda que a comissão que a sua empresa teria seria maior, caso o valor pago pelo Governo Federal à vacina fosse maior. Então, é uma demonstração de patriotismo da senhora.

E, como foi dito aqui, as negociações ficavam a cargo da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. Eu pergunto à senhora se, durante as negociações, o Secretário-Executivo se conformou com a proposta inicial ou se ele solicitou alguma vez a redução do preço, a antecipação do cronograma de entregas e o aumento das quantidades?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, por diversas vezes, ele pediu que o preço fosse reduzido, que as quantidades fossem aumentadas e a entrega fosse antecipada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É interessante, né, porque a acusação, a narrativa que se cria aqui é de que se tentava criar um grande esquema de corrupção, desvio de dinheiro público. É a primeira vez que eu vejo, na minha vida, um desvio de dinheiro público em que não tem um real que foi pago. Que dinheiro público?



Então, eu fico satisfeito e até concordo com a oposição quando eles dizem que esse é o maior escândalo de corrupção do Governo Bolsonaro, porque, no maior escândalo de Governo, de corrupção, segundo eles, não houve corrupção. Então, parabéns à oposição pela narrativa criada e parabéns a todos do Governo que estão fazendo o possível e o impossível, fazendo com que as vacinas cheguem aos braços dos brasileiros.

Aí tentam desqualificar aqui, com se: "Ah, como é que um golpista, um estelionatário consegue falar com o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde?". Eu fico imaginando se essa acusação que foi feita aqui pelo Cabo Domingueti, se fosse verdade que existiam 400 milhões de doses de vacinas para serem entregues... Imagina, se fosse verdade, e o Governo não tivesse feito nada? Estaria aqui sendo acusado de genocida, de não ter batalhado pelas vacinas.

E agora a "acusação", entre aspas, que pesa sobre o Governo, Senador Marcos Rogério, é exatamente aquela de buscar pressa para que as vacinas chegassem até o Brasil. E aí confundem com pressão. E não é por acaso, é de forma propositada. Querem confundir a pressa, respeitando, obviamente, todas as cláusulas contratuais e legais, com alguma pressão que possa ter existido para dar celeridade ao processo de compra da vacina.

O Governo Bolsonaro agora, diferentemente do início da CPI, está sendo acusado de ter pressa na compra das vacinas! Então, é difícil compreender o nexo de causalidade, a linha de raciocínio de alguns, ao quererem identificar o Governo Bolsonaro, que já levou vacinas a mais de 110 milhões de pessoas, como alguém que nega a vacina.

Eu queria agora pedir para que a Secretaria da Mesa colocasse o vídeo, em primeiro lugar, para, de uma vez por todas... Já que se está criando uma narrativa aqui, ou se tenta criar, de que o Presidente Bolsonaro teria prevaricado... Porque é um vídeo, Dra. Emanuela, do próprio Deputado Luis Miranda afirmando que, no dia 20, quando ele esteve, sim, com o Presidente da República, ele apresentou a *invoice* ao Presidente. Ele afirma no vídeo que sim e, aí, a perícia que foi feita, que alguns tentam desqualificar aqui, mas que a Polícia Federal vai tirar a prova real... Nós temos toda tranquilidade com relação a isso, que essa *invoice*, que ele disse que apresentou no dia 20... O DNA dela, como trazido aqui em prova documental, mostra que foi criada apenas no dia 22 essa *invoice*. O Deputado Luis Miranda, sem querer, ao fazer uma montagem dos *prints* do seu WhatsApp, ele se entrega, porque o vídeo mostra que ele recebeu a tal *invoice* no dia 22.

Então, por favor, coloquem o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pode deixar aí, não tire ainda não. Está ruim a qualidade da imagem, mas ele fala que recebeu a *invoice* mostrando esse *print*. Então, vejam bem, ele tem a *proforma invoice* com aqueles círculos verdes e, na próxima foto – a qualidade também está ruim –, vai-se ver o dia em que ele recebeu no seu WhatsApp essa *invoice*.

Pode passar a foto, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A foto, a foto, por favor. A foto que está em seguida aí.

Ali, em azul, em cima: segunda, dia 22 de março, a data em que ele recebeu a *invoice* no seu WhatsApp.



Ele próprio, ao querer produzir algo que sustentasse o seu discurso, acabou se entregando. Então, ele próprio produziu a prova contra ele. Isso é, sim, determinante, porque querem fazer crer que o Presidente Bolsonaro prevaricou com base em algo que está desmentido. O Presidente nem teve acesso a essa *invoice*. E ele levou a denúncia no dia 20? Levou, e o Presidente tomou as providências. O Presidente tomou as providências e foi o retorno que teve: que não havia nada de equivocado dentro desses procedimentos, como era o que tinha que voltar, porque as coisas todas foram feitas, as providências foram tomadas. Então, está muito claro que mais uma narrativa foi desmontada.

Agora, eu queria perguntar à Sra. Emanuela... Porque saiu uma matéria aqui no Poder360 no dia de ontem com o seguinte título: "Polícia Federal apura ligação entre dono da Precisa e suposto operador de Renan Calheiros". Esse é o título da matéria do Poder360, a que, incrivelmente, Sra. Manuela, os grandes veículos de comunicação não dão repercussão. Eu fico imaginando se fosse aqui, no lugar de Renan Calheiros, alguém ligado a Bolsonaro... Meu Deus, o mundo iria cair!

Eu queria saber se a senhora tem conhecimento, já que a imprensa trouxe à tona aqui, se a senhora tem conhecimento do Inquérito 4.492, que está no Supremo Tribunal Federal – o Relator é o Sr. Ministro Edson Fachin. Lá existem algumas investigações que dão conta de que houve, teria havido algum favorecimento, por parte da Precisa, para o Sr. Milton Lyra, que, segundo a matéria, seria o operador, o laranja do Sr. Renan Calheiros.

Então, é impressionante, Presidente, porque, de um fato grave como esse, uma investigação que está em curso no Supremo Tribunal Federal, não há repercussão na imprensa. Isso só quem teve coragem de botar foi o Poder360. Muitas dessas grandes mídias gostam de bater no peito e falar que são isentas, são imparciais, estão em busca da verdade e querem fazer jornalismo. Mais uma vez, imagina se fosse qualquer pessoa com uma relação de quinto grau com o Presidente da República. A República tinha caído, explodido.

A senhora tem conhecimento disso? Pode falar sobre esse assunto ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O que eu sei sobre esse inquérito é que o Francisco Maximiano foi investigado, mas não foi nem denunciado nem condenado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A senhora sabe se ainda está aberto isso aqui, esse processo, se foi arquivado, se foi...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sei. Eu sei que é um processo antigo, acho que mais de seis anos. O que eu sei é exatamente isto: ele não foi nem denunciado nem condenado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está bom, Presidente. Eu estou satisfeito.

Parabéns mais uma vez pela coragem da senhora de vir aqui e mostrar o que mostrou, porque a senhora batalhou para que o valor da vacina fosse mais barato, para economizar dinheiro público. Eu não sei o que vai acontecer com esse contrato daqui para frente, mas, pelo que a senhora está colocando, a vacina tem uma reputação boa, basta agora a Anvisa...

E mais um detalhe, não é: o Presidente aqui foi acusado várias vezes também de se negar a comprar vacina ou contratar vacina, obrigando praticamente que ele pudesse fazer antes da aprovação pela Anvisa. E, quando ele autoriza pelo menos o processo, para que ficasse tudo pronto assim que a Anvisa autorizasse a importação da vacina, a qualificasse como sendo apta a aplicar nos braços dos brasileiros, já estivesse tudo pronto para que imediatamente chegasse a vacina aos braços dos brasileiros... Mas aí agora o Presidente



é acusado de ser irresponsável por buscar uma vacina que ainda não teve a aprovação da Anvisa.

Então, é uma esquizofrenia que é difícil de compreender, Senador Marcos Rogério. E sobra a conclusão para todos nós que, infelizmente, alguns aqui nesta CPI querem antecipar 2022, fazem perseguição, fazem abuso de autoridade.

O próprio Senador Renan Calheiros, aqui nos corredores do Senado todos já sabem, se utiliza da qualidade de Relator para fazer perseguição pessoal, em especial comigo. Já é de conhecimento público, a imprensa já colocou que o senhor teria um *bunker* na sua casa com um esquema das pessoas que têm alguma proximidade comigo, para ver se acha alguma coisa contra mim, inclusive já requerendo a quebra de sigilo dessas pessoas, que nunca foram citadas aqui nesta CPI, nunca sentaram aqui para dar o seu depoimento.

E, para finalizar, ainda tem uma entrevista sua ao portal Metrôpoles dizendo que eu sou investigado nesta CPI. Eu queria que o senhor falasse sobre isso também, que eu sou investigado nesta CPI. O senhor pediu a quebra do meu sigilo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Flávio, V. Exa. concluiu?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

Senador Renan Calheiros, pediu art. 14. Concedo pelo art. 14 ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir desculpas a todos para ter que responder a uma questão colocada aqui absolutamente inverdadeira.

Eu nunca tive operador na minha vida. Minha vida sempre foi transparente, absolutamente transparente. Nunca me acusaram de ter operador. Quem é acusado de ter operador é o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está no Supremo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando ele se dirige a mim, eu acho que ele está se dirigindo à pessoa errada; eu acho que ele deve estar dirigindo ao Queiroz...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, Lyra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ao Adriano da Nóbrega.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ao Lyra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que ele está se dirigindo a essas pessoas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Estou me dirigindo a Milton Lyra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, me erra, entendeu? E responde às acusações que pesam sobre você.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Todas respondidas e nada comprovado, diferente do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Flávio, Senador Renan.

Prossigamos.

Próximo inscrito é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.



Eu fiquei aqui pacientemente assistindo aos debates do dia de hoje e eu quero começar, primeiro, pontuando que, ao longo de 2020, o Brasil testou várias vacinas. Ao longo de 2020, a Organização Mundial da Saúde, que é órgão sempre responsável pela aquisição ou por aquisições de vacinas para o Ministério da Saúde quando isso não era feito diretamente pelo Ministério da Saúde com um determinado laboratório produtor... Está aqui Humberto Costa, ex-Ministro, que é testemunha do que eu estou falando. E, neste Governo, no Governo do Bolsonaro, o que acontece é que a Opas é relegada ao último plano.

A Opas foi tratada pelo Governo Bolsonaro como adversária e inimiga, porque contrariava a orientação do Governo e do Presidente de ampliar o contágio das pessoas para que as pessoas adquirissem imunidade naturalmente, para, assim, ter imunidade coletiva. A Opas contrariava isso. A Opas definia que tinha que ter isolamento. A Opas definia que tinha que usar máscara – ou definiu que tinha que usar máscara. A Opas definiu e apresentou estudos que a cloroquina não era ou não tinha eficácia – que agora, só agora, o Ministério da Saúde confirma isso.

Então, é óbvio que a Opas... Assim como o Trump a consolidou adversária, o Governo Bolsonaro consolidou a Opas adversária e, ao invés de comprar 40 milhões de doses da Opas, comprou 4 milhões de doses da Opas. Ao invés de trazer a Opas como parceira, para adquirir vacinas de todos os laboratórios que não pudessem ser adquiridos diretamente, já que a Opas compra para distribuir para o mundo inteiro, o Governo negligenciou e tentou criminalizar a Organização Mundial da Saúde, porque divergia da condução equivocada, temerária e criminoso no combate à pandemia conduzida pelo Presidente diretamente, com alguns prepostos que operacionalizavam a partir de um gabinete paralelo, que ajudava o Presidente a conduzir o Brasil à morte, a 535.294 mortes pela Covid.

Também nesse período, a gente viu a Pfizer ser negligenciada: de 81 correspondências, nenhuma correspondência respondida! E aí entra em ação...

Então, veja: não é que esta CPI seja contra apressar a compra de vacina. Este Senado votou projeto para comprar vacinas o mais rápido possível. Este Senado também tensionou – eu, pessoalmente, tensionei – para que o Governo agisse, porque a gente estava em uma emergência sanitária sem precedentes.

Agora o que nós vimos foi a troca da negociação direta da compra de vacinas pela intermediação da compra de vacinas e outros insumos, Sr. Relator. E nós estamos aqui diante de uma situação que se repete.

Quem foi que intermediou a compra da Pfizer? O Fabio Wajngarten, que não tinha nada a ver com o Ministério da Saúde! Foi uma intermediação! É uma vacina que custou US\$10 no primeiro lote e, depois, nos quase 101 milhões de doses seguintes, US\$12 a dose.

A Sputnik – e as pessoas aqui passam o tempo todo questionando o Consórcio Nordeste – foi comprada a US\$9,95 pelo consórcio do fundo russo, mas, com a intermediação do MS, ela está sendo comprada por US\$11,95 pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

E, aqui, nós estamos tratando da Covaxin, vacina que está custando por dose US\$15.

Então, Sr. Presidente, nós estamos diante de uma prática comum deste Governo na aquisição de insumos. Vejam os senhores: nós estamos falando de insumos estratégicos, como imunobiológicos, que estão numa secretaria chamada Secretária de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Essa secretaria adquire insumos que são, na maioria das vezes, únicos de determinado laboratório, ou seja, tem um único produtor. Então, a



negociação tem que ser direta. Existe, inclusive, uma lei que obriga a ter uma redução no preço de 24% desses insumos, porque tem um único fabricante. Tem uma lei que determina que o Governo brasileiro, a Presidência, o Ministério da Saúde adquira diretamente dos laboratórios para reduzir o custo. E o que nós estamos vendo aqui é que a compra da vacina virou uma grande oportunidade para esse Governo fazer negócios.

Aqui eu quero dizer do que chama a atenção: há divergência no que a senhora insiste em dizer, que vai de encontro a verdades expostas pelos servidores públicos. Eles vieram aqui, a esta CPI, e afirmaram que a primeira *invoice* da vacina Covaxin foi mandada no dia 18 de março, e a senhora confirmou essa mesma data em uma audiência aqui no Senado. Hoje, a senhora tenta confundir as informações, em uma manobra para impedir as provas do crime de prevaricação do Presidente Bolsonaro. Detalhe: o Ministro Onyx Lorenzoni, em uma coletiva com Elcio Franco, também confirmou a data e a existência da *invoice*. Os vídeos já estão circulando na internet. Os fatos se sobrepõem às versões. V. Sa. fez isso a troco de quê?

Mesmo assim, a senhora comete um ato falho e confirma que foi a senhora quem criou o Dropbox que continha a *invoice*, ou seja, foi uma confissão de propriedade da conta na plataforma, o que significa que V. Sa. mesma administra os arquivos no Dropbox e provavelmente pode ter apagado essa *invoice*. Mas, como a verdade desmascara manipulações, vamos pedir ao Dropbox detalhes sobre a criação desse documento. Se não me engano, as informações devem estar guardadas lá até 18 de agosto de 2021. Deixo aqui à Presidência e faço essa solicitação, se é que não já foi apagado, já foi tirado o rastro, porque essa é a prática de quem comete delitos.

Outra coisa, a senhora poderia explicar como uma empresa de capital social de cerca de 12 milhões se compromete a arcar com os custos de R\$15 milhões com frete e segurança do contrato da Covaxin?

Sabemos da carta de fiança do Fib Bank, mas tivemos acesso a uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, em que uma juíza – vamos preservar o nome dela – afirma que esse Fib Bank não é uma instituição bancária. Por isso, a garantia apresentada por ela não poderia ser aceita por ausência de segurança jurídica suficiente. Está aqui a decisão da juíza. A própria Justiça já fez um sinal de alerta.

Se a gente, aqui nesta CPI, teve acesso a essas informações, eu me pergunto por que o Governo Bolsonaro, para fechar um contrato de compra bilionário de vacinas com a Precisa, que nem sequer tinha autorização da comercialização, ou seja, essa vacina nem sequer tinha autorização pra ser comercializada no Brasil, mais do que isso, com o pagamento antecipado num paraíso fiscal para uma outra empresa que não constava no contrato, com uma denúncia de pressão para finalizar o pagamento e com a vacina a US\$5 por dose mais cara...

A senhora sabe dizer – à pergunta eu acho que a senhora já vai responder – se teve interferência política pra compra dessa vacina? "Sim" ou "não"?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – "Não", senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu sabia que a resposta era essa. Claro que não.

Teve ainda um aditivo de compra depois de assinado o contrato. Veja só, Sr. Relator, preste atenção nisso, e o Brasil. Teve ainda um aditivo de compra depois de assinado o contrato feito pelo Coronel – quem? – Elcio Franco, de 50 milhões de doses. Não estava sendo cumprido o contrato de entrega, era uma proposta inicial de 12 milhões e aí o Sr. Elcio Franco pede mais 50 milhões de doses.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – No dia 6 de março.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dia 6 de março.

Todos os pedidos adicionais foram feitos pelo Coronel Elcio Franco. A senhora negociou com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sobre essa intenção de compra de 50 milhões de doses?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora negociou com ela...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Essa intenção de compra chegou quando o contrato ainda estava vigente e não tinha vencido nem a primeira entrega dos lotes. E essa intenção de compra não foi respondida...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Seis de março não tinha nenhuma entrega vencida? É claro que tinha!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não; se eu assinei o contrato em 25 de fevereiro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Estava para vencer a do dia... A dos 20 dias.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Gente, não estava vencida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se eu assinei o contrato em 25 de fevereiro, em 6 de março não estava vencida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A pergunta é a seguinte: a senhora negociou com Elcio Franco?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não negocie. Nós recebemos a intenção de compra, e nós não respondemos porque nós não temos capacidade produtiva para atender 50 milhões de doses para o Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k., muito obrigado.

Para concluir, eu quero dizer, senhoras e senhores, que esse contrato bilionário não foi finalizado porque esta CPI descobriu os intermediários dos contratos da compra da vacina no Brasil. São esses mesmos intermediários, como a Precisa, que demonstram irregularidades nas empresas. E há uma suspeita de pedidos de propina.

Esse Governo, Sr. Relator, é um governo teratológico. É um governo deformado. É um governo que transforma a dor e a necessidade de ter vacina porque atrasou a compra em oportunidade de negócio. Isso é uma deformação! Isso é uma monstruosidade! Isso é teratológico.

Por fim, com todo o respeito, a senhora veio aqui, disse que já estava exausta, mas quem está exausto somos todos nós e o povo brasileiro, em ver aqui pessoas, como a senhora, que tentam proteger o Governo Bolsonaro dos fatos que se sobrepõem às diversas narrativas. O que me deixa intrigado é que a senhora não é comissionada, não trabalha em uma empresa... trabalha em uma empresa privada, mas mantém o mesmo comportamento da tropa de choque do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu fico indignado é com a crueldade, a frieza de tratar uma questão tão importante como a compra de vacinas, ou seja, ter tido a frieza de



segurar, ter tido a frieza de dizer que não compraria vacina, e o povo morrendo; ter se negado a negociar com a Pfizer, com a CoronaVac, com o Butantan, chamando de "vachina", até o momento em que a pressão bate. E aí a pressão se legitima para comprar a qualquer preço, a qualquer custo, achando que passaria a boiada dita pelo Ministro Salles. Eles queriam e fizeram desta pandemia um instrumento para passar várias boiadas, inclusive na compra de insumos estratégicos como vacina durante a pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Senador Alessandro Vieira.

Só, assim, reiterando, nós estamos aguardando comunicação da Presidência sobre o início da Ordem do Dia. Vamos encaminhando os pronunciamentos, as inquirições, enquanto não recebemos essa...

E muitíssimo obrigado, Senador Rogério, faço questão de registrar a pontualidade total, aliás, o mais pontual desse dia de hoje o Senador Rogério Carvalho.

Senador Alessandro, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Emanuela, claramente o descanso de doze horas lhe fez bem. Por três oportunidades eu já questionei a questão do pagamento do contrato dos preservativos femininos. Em todas elas, a senhora referiu que o pagamento foi feito no exterior. Os dados que constam no Siafi apontam todos os pagamentos feitos em contas da Precisa no Brasil. E aí me chama atenção o porquê da confusão de V. Sa.; estão aqui os documentos, todos foram pagos em contas nacionais, todos, todos, todos, todo o processo consta no SIAF, e em nenhum momento há referência a empresas no exterior para pagamento, o pagamento é feito à Precisa. Aliás, a Precisa é uma empresa, assim, *sui generis*, ela tem cinco CNPJs diferentes na mesma sede. A senhora quer reformular a sua resposta?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, senhor, os pagamentos foram 100% feitos à Kwipped; 100%.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto. Então, Sr. Presidente, eu peço que se faça o encaminhamento aos órgãos de controle para que se detecte quem cometeu a fraude: se foi o Ministério da Saúde, que, por algum motivo absolutamente insondável, fez todo o processo de pagamento em nome da empresa Precisa. É incompreensível isso, a situação que a gente está vivendo, porque ela é sintomática do *modus operandi* de uma empresa. Eu vejo que a senhora tem convicção dos pagamentos, mas eles não constam nos documentos oficiais. E o dinheiro só sai do cofre público, mesmo que com um empurrãozinho do Parlamentar amigo, só sai do cofre público pelo procedimento do Siafi. E o procedimento do Siafi aponta pagamentos feitos no Brasil nesse contrato.

Mas vamos adiantar, e já reiterando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acato o encaminhamento de V. Exa. e determino à Secretaria a tomada dos procedimentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Acho que seria o caso de pedir instauração de inquérito específico para apuração desse fato pela Polícia Federal, porque alguém, não imaginamos que tenha sido a senhora, mas alguém claramente está mentindo e fraudando.



14/07/2021

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Voltando aqui à questão da nossa famosa Covaxin.

Sra. Emanuela, é fato que o Ministério da Saúde assumiu as funções de registro, acompanhamento na Anvisa para aceleração do processo de liberação dessa vacina?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não senhor. Registro não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Ministério da Saúde não foi, inclusive, demandado pela Anvisa para que a Precisa se afastasse um pouco para que pudessem tramitar esse processo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Como importador, no processo de importação, na autorização excepcional, sim. O ministério, como importador, seguindo a 476, ele era o ponto focal que deveria se comunicar com a Anvisa, e não a Precisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esse contrato de importação, que teve a interferência do Ministério da Saúde para dar maior celeridade, é o mesmo que teve alteração no seu termo de referência para colocar o termo de preferencial no sentido de aquisição da totalidade das vacinas referidas, abrindo a possibilidade para que a empresa fizesse vendas no mercado privado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, desculpa, Senador, eu não entendi a pergunta do senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O termo de referência, mediante interferência do Coronel Elcio Franco, o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde à época, foi modificado para que se incluísse a terminologia "preferencialmente", no sentido da aquisição da totalidade de vacinas referidas. Então, se num primeiro momento falamos de 20 milhões de doses, uma parte delas poderia ser vendida para o mercado privado mediante comunicação, autorização do Ministério da Saúde. Isso está no contrato, a senhora tem conhecimento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eu tenho, mas, em momento nenhum, se trata de mercado privado. Quando ele diz "preferencialmente", é que ele não gostaria que nós vendêssemos para a União, aliás, Estado; em momento nenhum, mercado privado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A Precisa não foi acompanhada justamente da Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas para a Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em janeiro, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E efetivamente existe um pré-contrato, inclusive contrato firmado com algumas prefeituras para venda de vacinas?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Com prefeituras, eu desconheço. Prefeituras?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Apenas clínicas? É isso?



14/07/2021

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu desconheço toda a parte do mercado privado de atuação da Precisa, conforme eu já falei aqui. Eu não tenho essa informação das vendas que foram feitas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora tem informação referente ao valor indicado para essa vacina no mercado privado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não tenho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto.

Eu reporto à CPI, aos colegas e a quem nos acompanha que a referência que encontramos é de US\$40 por dose. A tramitação toda, impulsionada, facilitada pelo Governo brasileiro, garante a compra por US\$15, mas esse mesmo insumo pode ser vendido no mercado privado por US\$40, segundo consta – para usar uma expressão que a senhora também usou – notoriamente em matérias de jornal.

Pergunto a V. Sa. se, em algum momento dessa tramitação, ficou claro como se daria a remuneração da Precisa nesse trabalho de intermediação, porque ele não consta do memorando.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O senhor está falando da operação privada, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Da operação total que vocês fizeram junto a Bharat Biotech. Eu imagino que ela seja vinculada a doses e não vinculada a ser governo ou particular.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ah, sim! A operação, o contrato de vinda das vacinas através da Precisa como representante?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não tive acesso a esse contrato, porque não é da alçada técnica essa operação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas ela não foi *pro bono*, ela não foi graciosa. A Precisa está ganhando alguma coisa nesse trabalho, correto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu espero que sim. Não sei...

O senhor está falando do contrato entre a Bharat e a Precisa, é isso?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso, exato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não tenho esse contrato, Senador. Eu não consigo colaborar com respostas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Quem teria esse contrato? Porque já foi definido por este Colegiado um requerimento meu aprovado já há duas ou três semanas, afastando o sigilo desse contrato e pedindo a sua entrega. Isso já foi aprovado pelo Colegiado aproximadamente três semanas atrás. Então, a senhora pode indicar quem são ou quem é a pessoa que poderá dar acesso a esse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu acredito que seja a área comercial, mas, se encaminhar para a Precisa, ela vai atender qualquer requisição.



14/07/2021

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo.

No processo todo de articulação desse contrato, a senhora teve como principal interlocutor no Governo Federal quem?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa, Sr. Senador, é muita gente falando.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem foi o principal interlocutor no Governo Federal?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Olha, eu tive várias fases desde o início das comunicações, que se deu no dia 3 de novembro, até a assinatura; e, depois da assinatura também, muitos personagens, muitos servidores, muitos consultores... O que eu consigo garantir é que a maioria das tratativas se deram através da Secretaria Executiva.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A maior parte ou senão a totalidade dos depoentes aqui apontaram a Secretaria Executiva como palavra final para a decisão de contratos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e a senhora corrobora esse fato.

Voltando à parceria com a Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas, a senhora tem que nível de conhecimento sob o ponto de vista de volume de doses e valor de doses dessa contratação? E em que ponto ela interferia ou concorria com o interesse público do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, a preferência, inclusive pela Bharat, sempre foi 100% para o mercado público. Mais detalhes que isso eu não sei falar para o senhor, porque tudo que é tratado do mercado privado dentro da companhia não corresponde nem a mim, nem à minha equipe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual é exatamente a atuação da sua equipe? – a sua e a da sua equipe.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós somos técnicos, nós cuidamos de todas as operações logísticas e regulatórias e de relacionamento com fabricante. O que é comercial não é nosso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo.

Na reunião em que se ventilou o valor de US\$10 por dose, quem fazia o papel, então, de falar de valores?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Era uma reunião técnica, era uma reunião de apresentação não inicial, porque a gente já tinha feito algumas apresentações para a secretaria, para a SVS, e essa pauta de preço... Como representante, a Precisa não possui controle na política de precificação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu compreendo isso. Eu perguntei à senhora, Sra. Emanuela, dos integrantes da reunião – a senhora já disse que não é a senhora que fala



sobre preços –, quem falava sobre preços pela Precisa, o que fez com que constasse aquela expectativa de US\$10 por dose?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu fico até... A minha memória não é tão boa assim. Eu não falo de preço, mas eu falo de expectativa do quanto que eu gostaria que a vacina custasse.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora conseguiu recordar um suposto processo referente a um Senador da República, há instantes, quando foi provocada por um colega.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Como? Desculpa?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora conseguiu se recordar de detalhes de um suposto processo que envolve um colega Senador da República há instantes, quando foi provocada por um membro da Bancada governista.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu não me lembrei de detalhes.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E agora a senhora não é capaz de referir para mim, numa reunião em que tinha, salvo engano, a senhora e mais um outro representante da empresa, quem dos dois falou sobre o valor de dose? A senhora não consegue lembrar?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, pode ter sido eu, apresentado como uma expectativa, confirmada através dos *e-mails* que eu já deixei à disposição, e também pode ter sido o meu colega, porque a expectativa era da Precisa, da companhia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem era o seu colega?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Dr. Túlio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Dr. Túlio Silveira, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, Túlio Silveira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Em algum momento a senhora recebeu qualquer tipo de correspondência ou solicitação do Governo brasileiro para negociação de preço ou redução do valor da dose?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu recebia muitos *inputs* durante as reuniões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esses *inputs* se davam apenas de forma oral, não documentada em memória de reunião, nem em *e-mail*, nem em mensagens, nada.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Memória de reunião... Da mesma forma que eu não tinha ciência da memória dessa reunião do dia 20 de novembro, pode ser que exista, sim, uma memória de reunião dentro do ministério, já que todas as reuniões sempre foram com salas cheias, em que sempre tem alguém fazendo uma ata, uma memória. Mas eu, Emanuela, não registrei. E o único registro que eu tenho sou eu pedindo à Índia que reduza esse valor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Uma iniciativa sua, talvez ligada a esses *inputs* a que a senhora refere. Perfeito.



14/07/2021

Sr. Presidente, eu não vou abusar do tempo, mas vou aproveitar para fazer uma observação. Para tristeza de alguns colegas, a possível situação de cometimento de prevaricação por parte do Presidente da República não tem absolutamente nenhuma conexão com documento "a" ou "b". A prevaricação decorre do não cumprimento do dever do servidor de tomar providências quando tem ciência de uma irregularidade. E a contratação da Precisa... Até por ser a Precisa uma mera, enfim, sucessora da Global, com 99% das ações da Global, não há nenhum sentido em se imaginar que a prevaricação vai decorrer do documento "a" ou "b". Ela decorre do conhecimento já reconhecido pelo Presidente da República. Esse é o primeiro ponto.

E o segundo ponto, também para tristeza desses mesmos colegas, é que a prática da corrupção também não exige o pagamento. A prática do crime de corrupção não exige o pagamento. Então, esses dois registros, só para o bem do direito, porque as pessoas que nos acompanham ficam confusas, não é? Então, a prevaricação não exige um documento específico, exige comunicação – comunicação que já foi reconhecida pelo Presidente da República –, e a possível prática de corrupção não exige o pagamento.

Então, isso tudo será objeto de apuração não só pela CPI, mas por outros órgãos, mas fica o registro, a bem da verdade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Colegas Senadores, eu queria pedir a atenção de todos vocês: a Ordem do Dia já iniciou, e nós estamos sendo advertidos pela Presidência. Nós já estamos em subversão ao Regimento do Senado, porque, por determinação, não é possível concorrer a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito com a sessão plenária do Senado Federal.

Restaram as inscrições de S. Exa. o Senador Luis Carlos Heinze, e de S. Exa. a Senadora Simone Tebet. Eu queria... Esta Presidência concede, com a devida vênia, aos colegas...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, eu também fiz inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

Não, eu estou dizendo entre os membros suplentes.

Então, esta Presidência... Na verdade, restaram as inscrições de vários outros: Senadora Zenaide, Senador Eduardo Braga, Senadora Soraya Thronicke, Senador Ciro Nogueira... Então, esta Presidência, como compensação aos membros efetivos – a Senadora Simone, representando a Bancada Feminina, e o Senador Heinze –, já determina à Secretaria da Mesa que inscreva como primeiro suplente, amanhã, o Senador Heinze, para inquirir o Sr. Cristiano Carvalho, como compensação pela circunstância de agora, e, ao mesmo tempo, asseguro o mesmo direito à Senadora Simone, representando a Bancada Feminina.

Agradeço a todos, peço desculpas às Sras. e aos Srs. Senadores...

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 34ª e 35ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.



Convido-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 9h, destinada à apreciação de requerimentos e a ouvirmos o Sr. Cristiano Carvalho, Diretor-Presidente da Davati.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.)



ATA DA 37ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatro minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Mecias de Jesus, Lucas Barreto, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 691 de 2021** que : "Requer que sejam arrolados os nomes dos técnicos da SGEST/MS e dos médicos voluntários que acompanharam a Sra. Mayra Pinheiro nas vistorias e prospecções em 136 (cento e trinta e seis) de unidades básicas de saúde da cidade de Manaus/AM." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 949 de 2021** que : "Requer que seja autorizada e viabilizada a cooperação e colaboração da equipe técnica da CPMI das Fake News para auxiliar os trabalhos da CPI da Pandemia, franqueando o acesso aos autos da investigação e materiais sigilosos desta CPI, desde que autorizado por este Relator, aos técnicos indicados pela Relatoria daquela CPMI." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 950 de 2021** que : "Requer o compartilhamento das informações obtidas pela CPMI das Fake News acerca dos dados enviados pelo WhatsApp Inc e pelo Facebook Brasil, contidos nos documentos DOC 004, DOC 021, DOC 049, DOC 062 e, eventualmente, outros" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 952 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Unimed Manaus, Sérgio Ferreira Filho, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 955 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre todo o processo de compra da COVAXIN." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 961 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, José Barroso Tostes Neto, informações sobre quem são os sócios, acionistas e beneficiários dos ativos das empresas Madison Biotech PTE., Precisa Comercialização de Medicamentos LTDA. e Global Gestão em Saúde SA., no período de 2020 até o momento." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 997 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde: indicação do responsável pela supressão do acesso ao sistema da Pasta por parte do Sr. Luis Ricardo Miranda, bem como a disponibilização do log de eventos de todo o sistema a partir do dia 23 de junho do corrente ano." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1044 de 2021** que : "Requer sejam prestadas, no prazo de dez dias, pelas empresas Px Tecnologia da Informação e Publicidade Eireli e Space Tecnologia e



Inteligência LTDA, informações referentes às campanhas publicitárias contratadas pelo Governo Federal, através de agências de publicidade, entre os anos de 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1045 de 2021** que : "Requeiro sejam prestadas, no prazo de dez dias, pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) do Governo Federal e pelo Ministério da Saúde, as seguintes informações sobre administração das redes sociais oficiais nos últimos 18 meses." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1046 de 2021** que : "Requer sejam prestadas, no prazo de dez dias, pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal e pelo Ministério da Saúde, informações sobre as campanhas publicitárias desenvolvidas pelo Governo Federal sobre a Covid-19, entre março de 2020 a junho de 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1053 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde cópia integral de todos os Processos SEI relativos à contratação da Empresa Topmed Assistência à Saúde LTDA, inclusive dos respectivos contratos, pareceres técnicos e jurídicos, notas de empenhos, ordens de pagamentos, notas fiscais e emails." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1062 de 2021** que : "Requer às instituições Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Infraero, Receita Federal e Polícia Federal informações a respeito do voo fretado do Sr. Francisco Emerson Maximiano, no trecho entre o Brasil e a Índia, nos dias 5 e 6 de janeiro de 2021." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1070 de 2021** que : "Requisita ao Comando do Exército Brasileiro, no prazo de cinco dias, todos os relatórios e informações de inteligência, com as correspondentes cópias, a respeito de Antônio Elcio Franco, Marcelo Blanco da Costa, Alexandre Martinelli Cerqueira e Eduardo Pazuello" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1071 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde documentação, relatório e demais informações, com as correspondentes cópias, que teriam sido reunidos por Antônio Elcio Franco a respeito da empresa PRECISA" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1072 de 2021** que : "Requer ao Departamento de Polícia Federal, no prazo de cinco dias, cópia integral do inquérito e demais procedimentos relativos à Operação Acolhida" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1075 de 2021** que : "Requisita ao Serviço de Inquéritos da Coordenação-Geral de Combate à Corrupção da Diretoria de Investigações e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, a indicação da data de instauração do Inquérito Policial n. 2021.0048366 e disponibilização de seu conteúdo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1077 de 2021** que : "Requisita informações e documentos à empresa QATAR AIRWAYS, a respeito do voo charter não cadastrado, realizado em 03/01/2021, que decolou do Aeroporto André Franco Montoro, às 18h56, com destino a Doha, capital do Catar." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1078 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde, todos os registros de entrada dos Senhores Amilton Gomes da Paula, Luiz Paulo Domingueti Pereira e Cristiano Alberto Carvalho ao longo do ano de 2021" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1083 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, no prazo de dez dias, informações pelo Ministro da Saúde sobre a Davati Medical Supply." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1086 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde o envio de informações a respeito de todos os contratos com a empresa VTCLog." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:**



Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1087 de 2021** que : "Requer sejam prestadas, no prazo de dez dias, pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal e pelo Ministério da Saúde, informações sobre as campanhas publicitárias desenvolvidas pelo Governo Federal sobre a Covid-19, entre março de 2020 a junho de 2021." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1088 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Cidadania o compartilhamento de informações." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1101 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro da Saúde e enviados os documentos expedidos pelo ex-ministro da Saúde, General Eduardo Pazuello, e encaminhados à Casa Civil, no mês de outubro de 2020, a respeito da exoneração do diretor de Logística Roberto Ferreira Dias." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1102 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações, pelo Senhor Ministro da Saúde, e enviados documentos sobre a pretensão de contratação da empresa Life Technologies Brasil Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda, realizada no ano de 2020, para a compra de kits de materiais utilizados em testes de covid19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1103 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pelo administrador responsável pela Empresa Life Technologies Brasil Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda, e enviados os documentos sobre a pretensão de contratação da empresa pelo Ministério da Saúde, realizada no ano de 2020, para a compra de kits de materiais utilizados em testes de covid19 ." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1104 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pela Presidente do Tribunal de Contas da União e enviados os documentos de todas as apurações realizadas acerca do contrato realizado pelo Ministério da Saúde com a empresa Life Technologies Brasil Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda, assinado no ano de 2020 e amplamente divulgado pela imprensa, para a compra de 10 milhões de kits de materiais utilizados em testes de covid19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1108 de 2021** que : "Requer informações ao Ministério da Saúde relativas a conteúdos de trocas de emails entre endereços eletrônicos especificados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1109 de 2021** que : "Requer sejam solicitados à Casa Civil da Presidência da República documentos relacionados ao período em que o cargo de Ministro-chefe da Casa Civil foi ocupado pelo Sr. Walter Souza Braga Netto." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1112 de 2021** que : "Requer sejam disponibilizadas pela Polícia Federal informações relativas ao teor do depoimento prestado pela Sra. Emanuela Medrades, dia 12 de março do corrente ano, bem como de todo o inquérito em relação ao qual foi ouvida." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1113 de 2021** que : "Requer sejam encaminhados pelo Delegado-Geral da Polícia Federal – DPF cópia integral, por meio magnético, de todos os inquéritos e/ou procedimentos de investigação em que a Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades figure como investigada ou testemunha, bem como de eventual depoimento prestado por ela à Polícia Federal, seja a que título for." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1123 de 2021** que : "Requer acesso ao contrato entre a Precisa e a Barath Biotech, o qual foi mencionado diversas vezes durante o depoimento da Sra. Emanuela Medrades." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 989 de 2021** que : "Requer, com relação a todos os requerimentos de transferência de sigilo fiscal aprovados até a presente



data, que haja ampliação do lapso temporal relativo à quebra, passando a fixar-se o ano de 2018 como termo inicial, de modo a permitir a análise comparativa entre os períodos pré e pós-pandemia." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1073 de 2021** que : "Requer as necessárias providências para que sejam retificados, na forma especificada, os requerimentos detalhados" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1124 de 2021** que : "Requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, no prazo de dez dias, pelo Twitter Brasil Rede de Informação LTDA, informações sobre seus serviços nos anos de 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1125 de 2021** que : "Requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, no prazo de dez dias, pelo Facebook Serviços Online do Brasil LTDA, informações sobre o Facebook e Instagram nos anos de 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO Nº 1126 de 2021** que : "Requer à empresa Precisa Medicamentos, todos os instrumentos contratuais e eventuais aditivos firmados com a empresa Barath Biotech e em especial aqueles que regulem a forma de remuneração da Precisa pela Barath." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 1127 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Defensor regional de Direitos Humanos no Rio de Janeiro, Dr Thales Arcoverde Treiger, informações sobre ações civis públicas movidas pela Defensoria Pública da União, relativas a comunidades periféricas e marcadores sociais sobre a Covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 1128 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, informações sobre Procedimento Operacional Padrão empregado na análise de vacinas pela Anvisa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva - Cristiano Carvalho. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Cristiano Alberto Hossri Carvalho, Representante da empresa Davati Medical Supply, em atendimento ao requerimento 1024/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia



15/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Cristiano Alberto Carvalho, representante da empresa Davati, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Humberto Costa.

Eu vou passar a palavra ao Relator...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Sr. Presidente, pela ordem.

É possível?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Prossiga.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É só para dar conhecimento – acho que todos tiveram conhecimento pela imprensa – da nota que veio como resposta a um requerimento que eu apresentei à Conitec, em que ela responde – e é muito grave, Sr. Presidente – o seguinte.

A Conitec afirma que o Ministro Queiroga não fez nenhuma solicitação sobre tratamento: "Não há nenhum pedido de solicitação, no âmbito da Conitec, para análise de incorporação da cloroquina ou hidroxiclороquina para tratamento da Covid-19." – fecha aspas.

A solicitação que tinha lá era apenas para pacientes hospitalizados, e que ainda está em consulta pública, embora diversos estudos internacionais já tenham comprovado absoluta ineficácia desse medicamento contra a Covid-19.

O Ministro Queiroga mentiu para esta CPI nos afirmando que solicitou à Conitec posicionamento sobre a utilização desses medicamentos, conforme foi noticiado até ontem.

Insisto em alguma recomendação desta CPI para que seja evitado o uso do *kit* Covid ambulatorialmente até que o Ministério da Saúde se posicione oficialmente. Temos recebido muitas manifestações de preocupações com os efeitos colaterais que pode produzir na população.

Portanto, Sr. Presidente, é para informar, primeiro, que a posição que o Ministério da Saúde tem hoje é de que a cloroquina não tem efetivamente nenhuma eficácia no tratamento da Covid-19 e, além do mais, que não há estudos acontecendo no ministério para, eventualmente, avaliar a aplicação ambulatorial, ou precoce, como eles costumam dizer.

É importante relatar que esta CPI também recebeu o registro da movimentação do faturamento de empresas que produzem o chamado *kit* Covid, e o crescimento ao longo da pandemia foi de, no mínimo, R\$500 milhões no faturamento dessas empresas, podendo chegar a até R\$1 bilhão, o que demonstra que esta coisa que parecia inocente, de recomendar o uso desses medicamentos, não é tão inocente assim. Na verdade, muita gente ganhou muito dinheiro com isso aí. Há, comprovadamente – nos próximos dias nós vamos ter essa informação –, uma relação promíscua entre essas empresas e os profissionais médicos que se dedicaram a esta tarefa de prescrever esse *kit* Covid.

Portanto, eu quero fazer aqui este registro, porque mostra mais uma ação importante da CPI no sentido do enfrentamento à Covid-19, ou seja, a de mostrar que esses medicamentos, realmente, não têm qualquer utilidade para o tratamento da Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Em votação os requerimentos de pedido de informação, aqueles que estão pautados.
Em votação.



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Tem requerimentos aí que não são de informação. Neste momento estão sendo deliberados apenas os requerimentos de informação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De informações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E de compartilhamento de informação também tem, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou questionando, Sr. Presidente, porque tem um requerimento que trata de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Requerimento 989, de 2021, e o nº 1.073, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o item 32. Um é o item 32. Qual é o outro? (*Pausa.*)

E o 33.

Esse requerimento, Sr. Presidente, busca retroagir a quebra de sigilo a 2018, portanto absolutamente fora de qualquer escopo de atuação desta CPI. Para além dos questionamentos que já apresentei aqui, há falta de critério na quebra de sigilo de dados que são protegidos constitucionalmente. Para você determinar a quebra... Não sou contra se determinar a quebra quando há justificativa. Quando há elemento vinculante, não há problema em se fazer, eu voto a favor. Agora, de maneira genérica, de maneira que não preencha os requisitos legais para se determinar a quebra, eu acho que não é uma postura adequada no âmbito desta CPI.

Esse requerimento, no particular, a meu ver, é um requerimento inconstitucional, abusivo, que ofende direitos e garantias fundamentais do cidadão. Por isso eu estou advertindo V. Exa. Ele está no escopo da votação em globo e é um requerimento que tem este alcance: ele busca retroagir o efeito das quebras de sigilo para 2018 – 2018! Não havia ainda sequer indício de pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – São cinco anos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas isso é... Senador, para que a gente possa fazer uma investigação, temos que fazer comparativos: como era o faturamento de uma empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ou o dividendo de um cidadão dentro de uma empresa antes da pandemia e pós-pandemia? Tem muita gente e tem muita empresa que, através de medicamentos não comprovados cientificamente, tiveram uma evolução – agora, na pandemia –, com a propagação que foi feita, muito grande no seu faturamento.

É só pra fazer isso. Absolutamente, não vejo nada inconstitucional nisso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para complementar V. Exa...



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o problema é que o requerimento é genérico, Sr. Presidente, e, quando se trata de quebra, não cabe, não cabe... Em se tratando de quebra de sigilo, não cabem comandos genéricos, isso é inconstitucional.

Quem é advogado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. quer fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço a V. Exa. que faça a retirada dele hoje pra identificar quais são esses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso fazer o seguinte, eu posso... V. Exa. faça o destaque e a gente vota. No destaque, retira...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu vou pedir pra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Destacar isso aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... destacar e vou sustentar a tese.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o requerimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o item 32.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o 33 e 32.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

Retirando o item 32 e 33 para a gente votar em destaque, os outros requerimentos: aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Vamos agora discutir o item 32, destaque do Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Eu sou pela retirada desse requerimento, Sr. Presidente, porque ele trata de quebra de sigilo, alongando o período dessa quebra até o período de 2018. Penso que, no caso de determinadas situações, havendo justificativa, é até possível fazer isso, mas não vejo como cabível, não vejo como legal, não vejo como constitucional se fazer a determinação de uma quebra alongada genericamente. Isso ofende direitos e garantias fundamentais.

Portanto, eu estou encaminhando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem! Uma questão de ordem, para tentar ajudar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... contra a votação genérica desse requerimento.

É o apelo que faço a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – A minha sugestão é que a gente possa solicitar as informações relativas a conteúdos de trocas de *e-mails*...

Viu, Presidente?

Presidente, eu estou sugerindo que a gente possa aqui fazer um termo pra estabelecer o limite proposto pelo Senador Marcos Rogério: que a gente solicite a quebra, a que requer informações relativas a conteúdos de trocas de *e-mail*, que a gente solicite as informações relativas à troca de *e-mails* entre o Chefe da Casa Civil, no período de 2020 até agora, com o Ministério da Saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)



O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, estou pedindo pra substituir o 32.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O 32 é fiscal e bancário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O 32 é sigilo fiscal. Não tem nada a ver com quebra de sigilo telemático.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se me permite, é só para esclarecer...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Troca de e-mails...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Tem duas pautas circulando, tem duas pautas circulando: tem a pauta a partir dos requerimentos que foram enxugados e a outra pauta, que foi publicada ontem mais cedo.

Então, só pra pedir a V. Exa. pra atualizar aos colegas que estamos com duas pautas aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nem eu vi circulando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente! Só pra contraditar aqui, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pauta correta é a que tem 35 itens. Eu acho que o Senador Marcos Rogério tem essa pauta aí, porque ele leu agora corretamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Senador Marcos se refere ao 32 e ao 33. Não é isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o 32 e o 33 o dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa pauta foi publicada agora, às 9h40 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é porque nós retiramos alguns requerimentos, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eu a tenho aqui, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. É a pauta que tem 35 itens. É o item 32 e o 33.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa é a correta. Essa é a correta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você passa para o Senador Marcos Rogério por favor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Eu tenho a pauta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Ele não quer o negócio do Twitter, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só... Pela ordem, veja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – A primeira parte... Veja, a pauta que está valendo é a pauta de 35 itens, que foi a pauta que foi publicada em tempo hábil por esta Presidência. Então...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... em primeiro lugar, é esta a pauta que está valendo. Desta pauta, já foi votada a primeira parte dela; já foram votados todos os requerimentos de informação. Estamos na segunda parte. S. Exa. o Senador Marcos Rogério pediu destaque dos itens 32 e 33, e eu peço, Excelência, que V. Exa. dê continuidade ao debate apenas desses itens, que são os itens remanescentes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Sr. Presidente, eu não entendi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se eu entendi direito, a pauta que nós votamos é a pauta que está publicada, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Exato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É esta que está aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Exato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São 35 itens.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque foram retirados alguns itens.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Foram retirados, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, em relação ao item 32...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...fixa entre 2018, 2019, 2020. A de 2021 nós não temos ainda. Veja bem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, Presidente. Nesse caso, ele está retroagindo genericamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não é genérico, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, olhe o requerimento! O requerimento está aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui está: "...passando a fixar-se..."

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Requeiro, com relação a todos... "Requeiro, com relação a todos os requerimentos de transferência de sigilo fiscal aprovados até a presente data, que haja ampliação do lapso temporal relativo à quebra, passando a fixar-se o ano de 2018 como termo inicial, de modo a permitir a análise comparativa entre os períodos pré e pós-pandemia."



Portanto, ele...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... faz o alargamento do período de quebra de forma genérica, e isso é ilegal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Está fixando aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu peço a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Esses requerimentos de quebra de sigilo já foram aprovados. São requerimentos já aprovados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. No entanto, nós recebemos uma orientação da Receita Federal de que, se não fizesse alusão ao prazo, ao prazo prescricional, eles estarão impedidos de conceder as informações. Então, isso apenas estende o prazo prescricional dos cinco anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A pedido da Receita Federal!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... Não, não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pedido da Receita.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque o sistema da Receita não terá como dar as informações e fazer as suas análises sem que essa informação seja incluída nos requerimentos já aprovados por esta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, essa ponderação poderia até acontecer, mas é requerimento a requerimento. Você não tem a possibilidade de fazer genericamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas já foram pedidos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe isso! Não cabe! Isso é algo ilegal, ofende um princípio básico da Constituição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos quebrando sigilo. O sigilo já foi quebrado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É uma nova quebra, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...genérica.



15/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Está baseado, iniciado... Fixa-se o ano de 2018. Não é genérico!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dentro do prazo prescricional!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... É genérico, Presidente!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Presidente, o que ele está argumentando é que se está estabelecendo um único requerimento genérico, estendendo o prazo para 2018, independentemente de qual daqueles que nós quebramos o sigilo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso. É isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Esse é o ponto!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nós estamos nos referindo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O direito fundamental da Constituição, no caso das informações e dos direitos, é individual, meu querido Renan. Portanto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É individual, mas nós já aprovamos esses sigilos, Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu sei, mas o que está sendo feito aqui é uma extensão genérica do pedido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por orientação da Receita!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, a Receita não orienta a CPI!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que ela não pode dar as informações se não tiver a ampliação do prazo prescricional. Esses requerimentos já foram aprovados!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, é apenas para argumentar com base na jurisprudência do STF em relação à questão das quebras.

Primeiro que, se a Receita Federal tem esse tipo de orientação, que faça o expediente de encaminhar à CPI para que a CPI tome conhecimento, não mande recado à CPI. Não cabe. Não vejo voz da Receita Federal aqui determinando o que fazer e como fazer. Não acho que seja isso.

Olha o que diz a jurisprudência firmada da corte em relação à quebra de sigilo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Meu Deus! Isso não é quebra de sigilo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o que é possível fazer no âmbito das CPIs. Mas quais são os critérios?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nada a ver!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bancário, telefônico e tal. "Desde que o faça em ato devidamente fundamentado, relativo a fatos que, servindo de indício de atividade ilícita ou irregular, revelem a existência de causa provável, apta a legitimar a medida que guarde manifestíssimo caráter excepcional."

Portanto...



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só uma informação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... tem que ter fundamentação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só uma informação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...tem que ter nexo de causalidade. O fato tem que estar relacionado a alguma suspeita, a algum indício evidente. Aqui, não. Aqui é um requerimento genérico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Marcos Rogério está analisando um fato superado. Esses requerimentos já foram aprovados. Esses requerimentos já foram objeto de recursos das partes junto ao Supremo Tribunal Federal e perderam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A ampliação segue os mesmos requisitos, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles já foram aprovados! Já foram aprovados!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A ampliação segue os mesmos requisitos. Apresentem os requerimentos e votem novamente. Agora, genericamente não cabe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é ampliação. Esse prazo prescricional é um prazo que já existe para efeito da Receita.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, não tem nada a ver com prazo prescricional isso aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem a ver com aprovação de requerimento?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem nada a ver com prescrição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem a ver com aprovação de requerimento? Tem a ver?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso aqui é espaço de levantamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A gente está discutindo uma coisa que não tem nada a ver!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso aqui é espaço de levantamento de dados, Renan.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Relator! Relator Renan!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que alguém te deu alguma informação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para esclarecer. Veja, eu inclusive pedi à assessoria que pudesse trazer, porque V. Exa. efetivamente apresentou requerimentos que estão aqui: de 611 a 618; de 611, 617, 618... E em cada um retifica-se, e a retificação, em cada um deles, tem um detalhamento. O.k., mas aqui, como colocado na pauta, meu querido Relator, faz-se assim: "Item 33, requerer as necessárias providências para que sejam ratificados." Por que não coloca os requerimentos como estão aqui? Aí especifica...



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só vou explicar uma coisa ao Senador Eduardo Braga e ao Senador Rogério.

Vejam uma coisa: eu acho até benéfico para quem foi quebrado o sigilo – primeiro ponto. O que nós estamos querendo fazer é só uma comparação. Agora, quebra de sigilo é dos últimos cinco anos. Nós estamos pedindo 2018 para fazer uma comparação, nós não estamos entrando nem em 2017 nem em 2016.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma regra da quebra de sigilo: são os últimos cinco anos, correto? O que nós estamos querendo fazer é um comparativo. Aqueles em que você vê que não existe uma evolução patrimonial ou financeira com a pandemia, a gente esquece. Agora, caso mantenha do jeito que está, nós vamos ter só um pouco mais de trabalho para fazer uma análise completa entre 2016 e 2021.

Então, o que o Senador Renan propõe é que a gente estabeleça a data de 2018 para comparar com 2019, 2020, que foi a pandemia, e 2021.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, se o requerimento for isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que está aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas não é o que está no 33!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é, Presidente! Não é o que diz o requerimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é! Olha o que está dito aqui: "Requer as necessárias..."

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou no 32 ainda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então... Mas olhe o 33, Presidente: "Requer as necessárias providências para que sejam retificados na forma especificada os requerimentos detalhados". Essa retificação pode ser...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está errado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ...temporal, pode ser de informações, pode ser de uma série de coisas. O que nós não podemos fazer é aprovar a extensão da forma como está proposta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui tem vício de forma e de conteúdo, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Deixe-me só dar uma informação.

Senador Eduardo, Presidente Omar, (*Fora do microfone.*) o meu Requerimento 33 não é o caso do requerimento anterior, que ele estava tentando discutir com relação ao prazo prescricional...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, isso está o.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O 33 diz o seguinte: "Requer as necessárias providências para que sejam retificados..."

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, corrigidos.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... na forma especificada os requerimentos detalhados".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas nós não temos o requerimento na pauta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem aqui neste espelho, mas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas para nós votarmos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ele diz que os requerimentos já foram votados, Senador Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, amiga, ele está retificando!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, ele está retificando apenas o prazo. Ele está alargando o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é apenas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Até para não cometerem injustiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço à Secretaria da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador... Eu tenho aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Da forma como está, não tem como o Relator fazer uma avaliação precisa comparativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um espelho da votação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele vai fazer uma avaliação com um corte isolado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olhe aqui, os Requerimentos 611 e 618: "Retifique-se o requerimento para alterar os pedidos para incluir, sem prejuízo das demais solicitações de análise fiscal, bancária, de movimentação financeira, desde o início do exercício de 2018 até a data presente". É isso. Essa é a retificação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual o problema?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k. Esclarecida a retificação e se todos são assim, não há problema de votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos são assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O problema é que não especifica aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, me permita só uma informação auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todas.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No corpo do requerimento estão as especificações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está, sim. E daí todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No corpo do requerimento. É só acessar as especificações de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, Senador Marcos Rogério, está especificado do início de 2018 até a data presente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, esse... Aqui tem... Só para V. Exa. ver que a força do argumento que eu estou apresentando é tão grande...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rá-rá-rá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que nesta pauta tem a previsão do sigilo telemático no Requerimento 611. Veja V. Exa., essas coisas genéricas, Sr. Presidente, não funcionam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem genérico, não. Está especificado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Genérico. Não, aqui está de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Gente, ele faz referência aqui clara, da forma especificada os requerimentos detalhados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui está em 2020.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E faz todo um detalhamento ali, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui está em 2020. Aí você fala em quebra de sigilo fiscal, para fazer comparativo. E o sigilo da comunicação? É para fazer comparativo também? Com quem falava, como falava, do que tratava? É isso? Ah, Sr. Presidente! Com todo o respeito, se querem fazer atropelando façam; agora, desobedecem ao devido processo legal, e é algo que, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Está bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não cabe a esta CPI. Ou faz bem feito, obedecendo à regra, ou então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está lendo "sigilo telemático" e eu não consigo enxergar aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está aprovado: é o 611, Presidente. É o que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é este aqui, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos discutindo isso, não, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, está aqui. Senador Marcos Rogério, dê uma análise aqui nos requerimentos aqui detalhados. Não tem telemático, só é fiscal. Está aí, Senador Marcos Rogério, por favor. Está aí, por favor. Está aí o escopo, Senador.



15/07/2021

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está mandando retificar, sem prejuízo dos demais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas isso é outra coisa. Isso já foi aprovado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas está alterando e retroagindo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, o senhor está equivocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, a gente está cumprindo um mandamento da Receita Federal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perdoe-me, Randolfe; perdoe-me, Randolfe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que a gente está questionando é que, ao fazer esse combo, porque isso aqui virou um combo, pegou do 611 até o 1.040.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí não é assim, Eduardo. São diferentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E já foram aprovados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Renan, o problema é que foi aprovado com uma fundamentação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nós queremos estender o efeito do requerimento e não tem nenhuma fundamentação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem fundamentação?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não. Olha o que está escrito aqui, eu vou ler pra vocês.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele se refere aos requerimentos que já foram aprovados com as devidas fundamentações, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Posso ler, Senadora? Posso ler?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pode, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Posso ler?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. já leu tanto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Vamos lá.



Retifica-se o requerimento para alterar os pedidos para incluir, sem prejuízo dos demais, solicitação de análise fiscal, bancária e movimentações financeiras, desde o início de 2018 até a presente data, bem como a quebra e transferências dos sigilos de informações a esta CPI. E não tem nenhuma fundamentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está no requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No requerimento. Está bom, eu vou ler...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No requerimento inicial em que nós quebramos sigilo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aí não, aí é outra coisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Teria que ter a fundamentação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aí é outra coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A fundamentação está no requerimento já aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aí é outra coisa, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nos requerimentos já aprovados, gente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos quebrando sigilo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quer clareza maior que esta?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí é outra coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos quebrando sigilo, nós estamos apenas adaptando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É outra coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por orientação da Receita, para efeito de análise...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe o fundamento que ele coloca no requerimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... uma informação dentro do prazo prescricional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – As retificações detalhadas são essenciais para o desenrolar da fase instrutória, e, obviamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas nós não estamos discutindo isso não, já foi quebrado, rapaz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para o futuro deslinde das investigações e, finalmente, conformação das conclusões finais a serem apresentadas por meio do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é fundamento para quebra de sigilo?



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, a fundamentação está no requerimento que já foi aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que encerrou o objetivo naquele requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E já foi apreciada pelo próprio Supremo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente; não Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, veja só a questão da fundamentação. Nós estamos na CPI da Covid-19. Em 2018, tinha Covid?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, é para fazer um comparativo entre o cara que recebeu, em 2018, dez, e depois, com a pandemia, recebeu 1 milhão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, isso é fundamental. A própria Receita diz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso. É isso, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso não é atividade suspeita, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas eu acho que isso tem que ter fundamentação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro que tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já tem no requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu acho que a base do Governo deveria estar defendendo o requerimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O requerimento já foi submetido à apreciação judicial.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... porque pode comparar essas movimentações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, eu quero dizer a V. Exas. que eu me quedo diante das explicações de V. Exas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se não tem um comparativo brusco, em tese não houve movimentação atípica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... mas insisto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas tem que ter nexos causal, Senadora Eliziane.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Desta forma, tal qual as outras em que a gente não tomou cuidado com a fundamentação, serão atacadas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem que ter nexos causal, não pode...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Serão atacadas, Senador Renan. Esta forma de estender a retificação sem fundamentação...



Ainda hoje juristas publicaram artigos, e juristas que não são alinhados com o Governo, como por exemplo, o Dr. Kakay...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Publicou artigo sobre a decisão desta CPI de quebrar sigilo bancário, financeiro, telemático, etc., sem a devida fundamentação e que isso estava colocando em risco a nossa competência perante o Supremo.

Então, eu só quero alertar a V. Exa... O senhor pode discordar. Eu também tenho o direito de discordar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... mas quero dizer a V. Exa. que é uma temeridade. Mas V. Exa. é o Relator, o Presidente é quem pauta, e cabe a nós votarmos. Acho que deveria ser detalhado. Deveria ser fundamentada cada uma dessas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foram fundamentadas, meu Líder Eduardo, querido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não está. Desculpa. Não está.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foram. Nós não estamos quebrando esses sigilos. Já foram quebrados. Muitos deles já foram apreciados pelo Supremo, e o Supremo aceitou. Quer dizer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que, quando você estende o ano fiscal, você precisa fundamentar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos estendendo o ano fiscal. Há um prazo prescricional de cinco anos. A Receita, diante da análise que nós pedimos nos requerimentos aprovados, disse que precisava fazer esse acréscimo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, Sr. Presidente, que se modifique...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos, V. Exa. se refere ao 33 e ao 32?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o requerimento e que coloque como fundamento a manifestação da Receita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que os requerimentos já foram aprovados. Vai modificar um requerimento aprovado? Isso é uma coisa sem lógica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sem lógica é o que apresentaram aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... um argumento sem qualidade jurídica, técnica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qualidade jurídica e técnica é o que o Relator Renan Calheiros está apresentando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A sua qualidade é que está saindo aos olhos do País aqui, todo dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa qualidade técnica o Brasil está vendo.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a sua qualidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, o Brasil está vendo a qualidade técnica da sua fundamentação jurídica para a quebra de sigilos genérica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os sigilos já foram quebrados. V. Exa. insiste em discutir uma coisa que não é objeto de deliberação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mesmo porque tem nexos causal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Claro!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não ocorreu a prescrição e está obedecendo à Receita Federal.

Quer uma fundamentação maior do que 540 mil mortos? Quem não deve não teme!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, a lamentável morte de pessoas é fundamento jurídico. Essa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, a Receita Federal...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é forte.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A Receita Federal, a Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Meu pai! Lamentável!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos Rogério, V. Exa. deveria até estar feliz com esse requerimento, porque o que que nós estamos a partir da aprovação desse requerimento? Uma avaliação comparativa. Ora, se você não tem acréscimo de 2018 para o período da pandemia, essa pessoa, em tese, não fez nenhuma movimentação atípica. É um princípio básico da Receita, é o que o Coaf estabelece.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O que o Relator está apresentando é exatamente pra dar muito mais garantia e dar segurança ao relatório dele final.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que eu estou dizendo, o que estou sustentando é que o requerimento não tem fundamentação. Só isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isoladamente, fazer uma avaliação apenas no período posterior, ele poderá incorrer num erro! Então, ajude o Relator a ser justo, Senador Marcos Rogério!

Eu acho que V. Exa. deveria ter esse sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores e Senadoras, eu vou pedir... O depoente Cristiano, o Sr. Cristiano, já está aí há bastante tempo. Eu vou colocar em votação o destaque do Senador Marcos Rogério e aqueles que forem contra votam contra, aqueles que forem a favor votam a favor.

Aqueles que aprovam o Requerimento nº... Item 32 e item 33 permaneçam como estão. *(Pausa.)*



Quatro contra, o resto a favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aí já dá muito voto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, só para deixar registrado em ata que eu voto com o requerimento, fazendo constar as minhas preocupações com relação à fundamentação, ao respeito aos direitos fundamentais e individuais do povo brasileiro, pela Constituição brasileira e pelas leis democráticas do País.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, conste em ata o meu voto contra em razão da desobediência aos aspectos constitucionais e legais desse requerimento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Heinze: também voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aprovado, com os votos contrários e...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem três requerimentos – do Senador Tasso, Senador Humberto Costa, Senador Humberto Costa –, que também é pedido de informações extrapauta.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu vou chamar o Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Sr. Cristiano e passo a palavra ao Sr. Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes disso, só um minutinho, Senador Luis Carlos.

Quero aqui parabenizar o Senador Jorginho Mello, do bravo Estado de Santa Catarina. Parabéns! V. Exa. tenha muitos anos de vida e vinagre! *(Risos.)*

Senador Luis Carlos Heinze, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimento o Senador Jorginho também.

Foi comentado aqui pelo Senador Humberto Costa, Senador Humberto Costa, a questão do parecer da Conitec com relação à cloroquina. Vamos esclarecer que nós nunca, Senador Girão, defendemos para pacientes intubados ou em caráter hospitalar. Agora, para o tratamento precoce, preventivo, esse continua valendo. Não foi desmistificado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor. O parecer da Conitec trata de pacientes intubados, em casos hospitalares. Até o terceiro, quarto, quinto, sexto dia, é o tratamento recomendado *off-label* pelos médicos brasileiros, de acordo com o Conselho Federal de Medicina, e segue valendo. Não está dito



15/07/2021

isso no parecer da Conitec. Vou pegar o parecer e posso ler. Não o tenho em mãos agora, mas oportunamente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não existe é o estudo que ele disse que ia ver. E o estudo de ontem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O estudo eu tenho. Não. Eu tenho estudo da *Lancet*, fraudulento, e estamos desmontando o estudo da Universidade de Manaus, que esta Casa, Sr. Presidente, colegas Senadores, não quer debater, não quer o embate entre as duas partes. Trouxemos gente aqui, mas infelizmente os negacionistas desta Comissão, que chamam o Governo de genocida, não querem debater o genocídio causado pela impertinência de alguns colegas Senadores de não aceitar a realidade. Volto a trazer o Estado do Amapá, que tem um trabalho realizado, com o índice de letalidade menor do Brasil, e várias outras cidades brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero cumprimentar o Sr. Cristiano e seu advogado.

A Comissão foi notificada da decisão liminar do Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus nº 204.443, nos seguintes termos:

[...] concedo, em parte, a liminar pretendida, a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminem, o paciente tenha o direito de: (i) fazer-se acompanhar de advogado; (ii) permanecer em silêncio; (iii) não sofrer ameaça ou constrangimento em razão do exercício do direito contra a autoincriminação, excluída possibilidade de ser submetida a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício dessas prerrogativas constitucionais.

Por outro lado, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento ou de retirar-se da sessão, impondo-se, quanto aos demais fatos de que o paciente tenha conhecimento na qualidade de testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

Eu aqui irei perguntar a V. Exa., Sr. Cristiano... V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos temos art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor. Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se V. Exa. quiser ter a palavra por 15 minutos, está a sua disposição.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Obrigado, Excelência.

Excelência, eu gostaria de deixar claro que eu vim aqui para esclarecer todos os fatos. Estou aqui de peito aberto. Todas as perguntas que forem factíveis à negociação entre a empresa Davati e o Ministério da Saúde, em especial, entre o Roberto Dias e o Coronel Blanco, eu estou aqui à disposição para tirar todas as dúvidas dos Senadores e da opinião pública.

Eu estou dispondo aqui, para ser protocolado aqui na Casa, todas as documentações, e-mails, whatsapps, que foram tratados durante todo esse tempo, tá? Nós temos uma cópia aqui. Nós vamos passar toda a linha do tempo do que aconteceu até para ficar claro para



os senhores e para verificar que eu atuei somente como um vendedor aqui no Brasil, não tive nenhum cargo remunerado ou qualquer outra coisa parecida, não compactuei com nenhum tipo de medida de pedido de propina ou coisa parecida, não presenciei e não tenho nada para falar a respeito disso, mas eu vou narrar os fatos desde o começo de tudo que aconteceu para vocês tomarem o seu juízo de opinião e poderem fazer as suas perguntas que sejam factíveis a esse caso. Todas as perguntas que forem factíveis à negociação com o Ministério da Saúde e à empresa Davati de que eu participei, eu me comprometo a responder todas detalhadamente, pergunta por pergunta, sem deixar nada em aberto.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Sr. Cristiano.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em primeiro lugar, eu gostaria de saber do Sr. Cristiano Alberto Carvalho qual é exatamente a sua relação com a Davati.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador Renan Calheiros, eu não tenho... A minha relação é puramente que eu fiz uma aproximação nesta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu vou pedir um pouquinho de silêncio para que a gente possa ouvir o Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não tenho vínculo empregatício, Senador, não tenho contrato, nunca fui remunerado para fazer essa aproximação entre a Davati, nos Estados Unidos, pelo Sr. Herman Cárdenas, e aqui o Governo Federal brasileiro. Não tem vínculo empregatício ou qualquer coisa contratual entre mim e a empresa. Foi dito aqui na CPI, de forma um pouco equivocada e um pouco folclórica, que eu seria o CEO da empresa, mas a empresa nem tem CEO e nem tem representação formal aqui no Brasil, CNPJ, nada disso. A empresa, simplesmente, através de um amigo, me pediu para eu intermediar a relação aqui com o Ministério da Saúde e com o Sr. Domingueti.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou pedir de novo! Por favor, por favor, por favor, por favor! Vocês estão atrapalhando aqui! Por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Complementando aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Cristiano, só um minuto, por gentileza.

Sr. Presidente, estou pedindo para a Secretaria: acho que seria adequado trocar a máscara do depoente, pois acho que a máscara está cedendo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pode ser...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós já vamos providenciar. Eu já pedi para a Secretaria.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Desculpe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o problema não é seu, não. Fique à vontade, fique à vontade, fique tranquilo. É só para tomarmos uma... É até para sua própria proteção.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Muito obrigado, Senador.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De nada.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso complementar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, pois não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Então, de uma... (*Pausa.*)

Então, complementando, a minha relação é praticamente... Atuei somente como vendedor e fiz essa aproximação. De forma equivocada, errônea – e não sei explicar exatamente o porquê –, foi dito que eu era o CEO aqui da empresa no Brasil, e nem existe essa posição na empresa no Brasil. Eu só realmente atuei como um representante de vendas, um vendedor ou algo que o valha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A Davati tem escritório no Brasil formalmente?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, Senador, ela não tem operação nenhuma no Brasil. Eu atuei somente como vendedor. Ela só tem operação fixa nos Estados Unidos da América, no Texas. E ela faz parte de um grupo... A Medical Supply faz parte de um grupo chamado Davati Group, que tem construção civil e atua em outras áreas nos Estados Unidos. Nem no Brasil nem na América Latina, ela tem qualquer tipo de escritório ou representação formal ou contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são suas responsabilidades, portanto, e atribuições junto à Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador Renan Calheiros, a minha... As atribuições seriam aproximação. Seria um mensageiro das informações que eu recebia nos Estados Unidos com os interessados aqui, no Brasil, e organizava esse tipo de informação e repassava às pessoas lá dos Estados Unidos com as quais eu estava em contato. Eu nunca enviei nenhuma proposta de preço, eu nunca enviei nenhuma proposta de compra e venda. Sempre foram todas enviadas através do escritório central da empresa nos Estados Unidos, através do seu Presidente, o Sr. Herman Cárdenas. Eu não tinha influência sobre preço e absolutamente nada. Eu só fazia realmente a relação comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, passando aqui as necessidades que haviam sido expostas pelos interlocutores locais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que governos ou entidades privadas a Davati manteve tratativas comerciais sobre vacinas no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, na verdade, tomou um pouco uma dimensão, vamos dizer assim, bem grande, porque, através do Reverendo Amilton, que fez um grande trabalho com a representação de vacinas aqui no Brasil, muitas Prefeituras do Brasil inteiro ou até Estados começaram a procurar a Davati a fim de resolver a questão da falta da vacina. Ele soltou algumas mensagens, logicamente com o nosso conhecimento, oferecendo o produto em âmbito nacional. Aí a gente tomou... A dimensão disso ficou um pouco incontrolável, nós ficamos até preocupados na época, para poder resguardar o que poderia ser feito, mas eu não sei dizer exatamente para o senhor essa dimensão. Se eu for dizer alguma coisa para o senhor nesse sentido, eu vou estar mentindo, mas o senhor pode pontuar uma situação ou outra que eu posso responder para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, V. Sa. não lembra com que governos e com quais entidades privadas manteve tratativas comerciais em função da venda de vacina no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro.



Diretamente, eu estive com, na maioria, consórcios, consórcios de Prefeituras. Que eu me lembre, vários consórcios pelo Brasil, diretamente uns quatro consórcios, e diretamente com o Governo de Minas Gerais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o Governo de Minas Gerais.

E com o Governo Federal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E com o Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas negociações estavam todas, de alguma maneira, sob a sua supervisão, sob a supervisão de V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, eu era só um vendedor, Excelência. A supervisão ficava a cargo do Presidente da empresa, o Herman Cárdenas, que era realmente quem tinha as informações do fornecedor, as informações de preço e tal. Então, não havia uma supervisão local minha. Inclusive, ele participava por via de teleconferência, Zoom, ou o que equivalha, com todos esses interessados. Inclusive, ele participou com o Governo de Minas Gerais, participou em algumas outras situações, como a Cifarma, o que já veio a ser dito aqui na CPI. Então, a partir disso, todo o gerenciamento da operação era dele.

Além disso, a gente tinha um apoio nos Estados Unidos, que é o Sr. Guerra. Ele dava esse apoio tanto para ele como para nós aqui, como um interlocutor, um porta-voz ou algo que seja, pois eles têm uma amizade muito próxima nos Estados Unidos, de alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O Sr. Guerra... O senhor poderia especificar mais, por favor, Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Claro, Excelência.

É o Coronel Glaucio Octaviano Guerra, coronel reformado da Força Aérea Brasileira, que foi vítima inclusive de um desastre aéreo alguns anos atrás, onde a esposa veio a falecer. E reside nos Estados Unidos nos últimos anos, onde foi funcionário da Embaixada pela Força Aérea Brasileira nos Estados Unidos, acredito que em Washington.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Sa. podia só declinar qual era o contato com o Coronel Guerra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O meu contado com ele é... Eu comecei a falar... Conheci o Coronel Guerra através de um amigo aqui do Brasil e um amigo nos Estados Unidos no ano de 2020. Ele estava intermediando algumas situações de outros produtos que não eram vacinas, nada disso, era a respeito de luvas, e me apresentaram ele. E eu criei uma relação um pouco mais próxima com ele e um pouco menos comercial. Por isso que eu, inclusive, entrei na relação das vacinas, porque eu desconhecia a Davati, nunca tinha ouvido falar. Eu não conhecia e não conheço pessoalmente o Sr. Herman Cárdenas, só por telefone, e ele que me apresentou à empresa e me deu referências a respeito do Sr. Herman Cárdenas, por ser um empresário de muito sucesso nos Estados Unidos que ele já conhecia há alguns anos. Essa é a minha relação com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izabelle, peça, por favor, para colocar o vídeo nº 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que o senhor diz dessa declaração do Domingueti com relação a responsabilidades e atribuições de V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Elas são... Poderia dizer, V. Exa., que elas são fantasiosas, que a própria empresa desmentiu isso em nota oficial. Como a gente pôde acompanhar nos últimos dias através da imprensa, existem algumas coisas fantasiosas aí, como foi o caso da própria Primeira-Dama, que teve seu nome envolvido. Então, acredito que se criou um folclore sobre as pessoas envolvidas, e ainda existe esse folclore do envolvimento, que um é CEO, outro é a Primeira-Dama, outro é o Presidente. Então, eu acredito que talvez ele não tenha feito por mal, mas ele não fez juízo próprio, e nunca me apresentei a ele como CEO da Davati. Ele sempre soube que eu era só mais um vendedor aqui, no Brasil, de outros que a Davati, inclusive, tem de forma oficial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais governos subnacionais, estaduais a Davati assinou, precisamente, contrato para fornecimento de vacina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu não posso precisar para o senhor, mas, que eu tenha certeza absoluta, eu acredito que as únicas negociações que avançaram mais foram com o Governo Federal, aqui, o Ministério da Saúde, e com o Governo de Minas Gerais. Dos demais, eu não tive retorno ou conhecimento nos últimos tempos, mesmo porque já fazia... Até a denúncia do Sr. Domingueti, fazia uns 40, 50 dias que eu não tinha mais contato com o Sr. Herman.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com Luiz Paulo Domingueti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu conheci o Sr. Domingueti através de um colega em comum, que se chama Rafael Alves, que é um representante de vendas autônomo, no início de janeiro, primeira quinzena de janeiro aproximadamente. Ele tinha uma demanda de vacinas do Ministério da Saúde. Até então, eu não falei com ele; eu só vim a ter contato telefônico com ele no dia 10 de fevereiro. Até então, ele tratava com o Rafael Alves, e eu sempre fui incrédulo quanto à situação da venda, comercialização de vacinas, nunca dei muita atenção para isso. Comecei a dar um pouco de atenção quando começaram a chegar a mim contatos oficiais do Ministério da Saúde, *e-mails*, telefonemas. Aí que realmente eu comecei a dar uma atenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para precisar melhor, então, o senhor foi procurado pelo Domingueti para aquisição de vacinas pelo Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor. Ele já tinha uma parceria com a Senah (Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários), e eles estavam buscando um fornecedor no exterior para poder sanar essa demanda que eles tinham entre eles. Precisamente como eles se conheceram, como um chegou ao outro, eu vou ser bem sincero para V. Exa.: eu não sei lhe dizer, mas eu sei que ele só entrou em contato comigo – está disponibilizado aqui, pelas informações que eu estou passando, a mídia – no dia 10 de fevereiro. Ele me passa uma mensagem se apresentando: "Oi, sou o Domingueti". Até então eu desconhecia o Domingueti, Excelência.



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Dez de fevereiro deste ano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso. Dez de fevereiro deste ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ele não era uma pessoa da sua confiança?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – V. Exa., eu não tenho nada que possa desaboná-lo, mas eu não tenho confiança pessoal, não faz parte do meu rol de amizades, nada. Ele me foi apresentado de uma forma que ele tinha essa demanda através do Governo Federal. Eu, até pouco tempo atrás, sequer sabia que ele era um militar da ativa. Eu não sabia, eu não tinha conhecimento disso. Fiquei sabendo pela mídia. Inclusive, V. Exa., todos aqui, até os meios de comunicação tiveram acesso a todas as mensagens. Eu me espantei quando um repórter me mandou a carteira funcional dele como cabo da PM, porque um repórter, não sei de qual forma, encontrou esse documento. Até mencionei: "Nossa, já acharam você". Aí ele falou: "Ah, isso era inevitável". Mas, até então, eu até desconhecia que ele estava na ativa, porque, na verdade, ele se empenhou muito na venda dessas vacinas, fez um trabalho muito grande com a Senah. Então, eu jamais poderia imaginar que ele poderia ter uma outra função como funcionário do Governo do Estado de Minas Gerais. Eu achei que ele já fosse aposentado ou coisa desse tipo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor nunca teve relação comercial ou outra qualquer com o Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... até esse momento? Nunca teve?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, eu nunca estive no Ministério da Saúde na minha vida. Eu estive no dia 12 de março, a pedido da Senah e do Domingueti, que insistiram muito para eu visitar, inclusive. Até então, eu nunca tinha fornecido nada para o Ministério da Saúde, não tinha intermediado nenhum tipo de relação, venda ou qualquer coisa que o valha. Fui receoso, inclusive, porque nunca quis ter esse envolvimento com o Governo Federal e tal, por poder gerar problemas, em especial, no enfrentamento de uma pandemia, mas a insistência e os traços de veracidade que chegavam a mim eram indiscutíveis de que realmente havia uma demanda, uma precisão e uma proposta do Governo Federal brasileiro, através de várias pessoas com quem o Domingueti e o Reverendo Amilton conversaram dentro do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – No dia 12 de março, o senhor esteve com quem no Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – No dia 12 de março...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Que isso!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso responder ao senhor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode. Claro!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No dia 12 de março, eu estive no Ministério da Saúde com... Me levaram ao Ministério da Saúde: o Reverendo Amilton, o Domingueti, o Coronel Helcio Bruno, do Instituto Força Brasil; lá nós estivemos com, dentro do ministério já, nas dependências do ministério, o Coronel Boechat, Coronel Pires e com o Coronel e Secretário Elcio Franco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o Coronel Boechat, Coronel Pires...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E Coronel Elcio Franco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E Coronel Elcio Franco. E os outros: Coronel Helcio Bruno também?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso. O Coronel Helcio Bruno pediu para eu advogar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Cristiano, Elcio Franco também?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Elcio Franco. Coronel Elcio Franco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Elcio Franco.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Secretário do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era só para confirmar, porque ele parece demais nesta CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoente traz, Presidente Randolfe, do ponto de vista da investigação, uma informação absolutamente nova: a de que ele não teria relações com o Ministério da Saúde, e quem o levou para tratar da venda de vacinas da Davati foram exatamente o Domingueti, o Coronel Helcio Bruno e o Reverendo Amilton.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – É o Helcio Bruno, do Força Brasil. É isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso! Instituto Força Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Instituto Força Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Helcio... O senhor sabe o que é esse instituto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu posso traçar só a minha vinda aqui, para os senhores entenderem melhor.

Eu cheguei aqui em Brasília meio contrariado, no dia 12 de março, como vocês podem ver nas mensagens ao Domingueti. E eu conheci... Eu o conheci no aeroporto. Eu não o conhecia pessoalmente. De lá, nós tivemos... O advogado do Instituto Força Brasil foi nos buscar no aeroporto com alguns funcionários da Senah, da Secretaria de Assuntos Humanitários, e nos levou à sede do Instituto Força Brasil. Eu não sei dizer exatamente onde é, porque eu não conheço muito bem Brasília, mas é perto ali do Setor Hoteleiro. Nós



subimos às dependências do Instituto Força Brasil. Lá já se encontravam o Reverendo Amilton e algumas outras pessoas de que eu não me recordo, mas que não estavam ali para nenhum tipo de tratativa com o Governo Federal. E lá ele se apresentou como um coronel da Reserva do Exército, que era uma pessoa muito referendada, e é mesmo, no Exército – as pessoas têm um respeito muito grande por ele – e que a agenda daquele dia tinha sido feita através dele a pedido do Reverendo Amilton. Ficamos lá em torno de 30 minutos, para ele explicar quem realmente ele era.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ficaram onde? Onde foi essa reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador, foi na sede do Instituto Força Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sede do instituto. Onde é? Qual é o...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não me recordo do endereço, Excelência, porque...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Mas o que é o Instituto Força Brasil? Eu não estou entendendo que instituto é esse.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É uma ONG, Excelência, que teria, vamos dizer assim...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Qual é o papel dessa ONG?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Quem me pergunta? Desculpa!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Eduardo está perguntando qual é o papel.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Qual é o papel dessa ONG?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na negociação?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Hã?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não! Qual é o papel da ONG funcionalmente, da entidade?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – O que é que ela faz?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Funcionalmente! O que é que ela faz?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual a atividade da ONG?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Qual a atividade?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é o... O que se pretende com o Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Foi-me dito que ela fazia trabalhos humanitários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, trabalhos humanitários!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Humanitários.



15/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um novo coronel. É reformado ele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele é um pouco mais velho que os demais. Acredito que seja de uma turma bem anterior. Ele é...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Qual é o nome desse coronel?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Helcio Bruno.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Helcio Bruno. É Helcio com H.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Helcio com H?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Helcio com H.

Desde quando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, desculpa! Chega-nos a informação – acho que é importante esta CPI verificar – de que este Instituto Força Brasil também já estava sob checagem, sob análise na CPMI da Fake News e no inquérito sobre *fake news*. Então acho que é um elemento a mais para ser apreciado pela CPI.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o Helcio Bruno foi colega de turma do Elcio Franco?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Helcio Bruno, o coronel...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Coronel Helcio Bruno e o Coronel Elcio Franco fizeram academia juntos, são colegas, são contemporâneos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São colegas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estamos entendendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – É Força Brasil ou Movimento Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Instituto...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Instituto Força Brasil.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... Força Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Instituto Força Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Estamos entendendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde quando...



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo junto e misturado, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Desde quando o Domingueti passou, então, a atuar em favor dos interesses da Davati? Qual foi o exato momento?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Olha, Excelência, a partir do dia 18 a 20 de janeiro de 2021.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Domingueti fechou algum contrato com a Davati diretamente?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não que eu tenha conhecimento, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tinha algum contrato exatamente com governos ou entidades?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, que eu saiba...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele chegou a fechar?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu saiba, não, Excelência. Todos os contatos dele – eu acredito –, na sua grande maioria, foram propiciados através do Senador... do Reverendo Amilton.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós sabemos que V. Sa. não estava lá, mas o Sr. Domingueti informou a V. Sa. sobre o encontro que teria tido com o ex-Diretor Roberto Ferreira Dias...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no dia 25 de fevereiro?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, aquelas informações que vieram a público aqui do áudio que ele recebeu, que ele enviou ao Rafael Alves me foi disponibilizado também na mesma data.

Eu sabia que ele iria se encontrar com os integrantes do Ministério da Saúde, mas eu não sabia exatamente quem eram as pessoas com que ele ia se encontrar.

Ele sempre falou muito do nome do Dias, eu não posso negar, mas eu não estive não estive no jantar, no *happy hour*, o que o valha. Depois do jantar, eu recebi um telefonema do Rafael Alves também, que é quem se comunicava mais com ele, me informando que havia concluído com sucesso lá o jantar, que tinha sido muito bom.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou perguntar agora.

Quando V. Sa. foi informado por Domingueti – obviamente, porque V. Sa. não estava presente no encontro – sobre o pedido de propina feito por funcionários do Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, a informação que veio a mim – vale ressaltar isso – não foi o nome propina, tá? Ele usou comissionamento. Ele se referiu a esse comissionamento sendo do grupo do Tenente-Coronel Blanco e da pessoa que o tinha apresentado ao Blanco, que é de nome Odilon.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Então, o pedido de comissionamento, na expressão...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.



15/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sua, foi pedido por Roberto Ferreira Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não. Ele não citou o nome...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nome de quem teria partido?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Ele falou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do encontro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... grupo do Branco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Grupo do Branco.

Estava presente o José Ricardo Santana. O senhor já ouviu falar dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Então, esse personagem pra mim é novo, eu fiquei sabendo aqui pela CPI. Eu num tinha conhecimento dele, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O primeiro pedido de propina relatado a V. Sa., V. Sa. não sabe detalhar se foi por alguém – não é? –, mas pelo grupo que estava na reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não sei precisar se, neste exato momento, o servidor Roberto Dias estava na mesa, mas aparentemente foi tratado na reunião, no jantar, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi tratado no jantar.

Quem é Rafael Alves, da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Rafael Alves não é da Davati. Ele é um representante de vendas autônomo, que vende vários produtos, e ele me apresentou o Sr. Domingueti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, pra colocar o vídeo dois, Izabelle.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o primeiro contato direto de V. Sa. com Roberto Ferreira Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, vou até pegar aqui para demonstrar, para ficar bem claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Só para reforçar, Excelência, o valor US\$1 nunca me foi mencionado, tá? Porque também é uma coisa tão absurda que ele nunca chegou a me dizer isso; só falou que havia sido pedido um comissionamento, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Roberto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Sr. Domingueti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. Domingueti.



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Sr. Roberto Ferreira Dias entra em contato comigo no dia 4 de fevereiro, dizendo aqui: "Bom dia. Roberto...". É... Um segundinho só. Está de trás para frente aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – É do Roberto Dias, isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Quando puder, me retorne. Sou Roberto Ferreira Dias, do Ministério da Saúde".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Está faltando uma página aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Arranje mais um café, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O primeiro contato foi no dia 3 de fevereiro.

Eu gostaria de ressaltar, Excelência, que eu, através do meu advogado, disponibilizei uma perícia no meu celular, e já foram entregues à Comissão todas essas mensagens peritadas, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, com os dias, detalhes...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Com os dias, com o Roberto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... conteúdo das conversas...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Áudio, vídeo, os conteúdos das mensagens.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – MUITÍSSIMO obrigado, Sr. Cristiano. Melhor prevenir do que remediar. MUITÍSSIMO obrigado. Fez muito bem.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. A minha intenção é deixar bem claro, a ideia é transparência, porque na verdade eu fui alçado a um posto que eu não tinha e em uma situação bem complicada em que me encontro aqui e perante a sociedade. E, como vocês vão verificar nas mensagens e nas informações, eu nunca entrei em contato com o Ministério da Saúde; o Ministério da Saúde é que me procurou através do Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente. V. Sa. falou com Roberto Ferreira Dias após o episódio do comissionamento?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu falei... Eu... Desculpe, a pergunta... Qual é a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Após o episódio do comissionamento, do pedido do comissionamento, V. Sa. falou com Roberto Ferreira Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, senhor. Quem passou a tratar e entrar em contato comigo foi o Coronel da reserva Blanco, o Tenente-Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Blanco passou a falar...



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Ele entrou em contato comigo, se apresentando como sendo de Brasília. Não citou ser funcionário público, nada desse tipo, não é? Ele só mencionou ser de Brasília e que ele queria fazer uma conferência de ligação do... Com o Branco.

Eu gostaria aqui só de ressaltar para os Srs. Senadores e para o Presidente da Casa a primeira mensagem do Sr. Roberto Ferreira Dias comigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele se apresentando como Roberto Ferreira Dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Leia aí. Leia aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso. Isso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Boa noite, Cristiano" – eu até achei estranho, porque eram 19h10. "Roberto Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde". Aí, às 19h40... Eu não retornei. Na verdade, eu vou ser bem sincero com os senhores: eu estava absolutamente incrédulo que era um funcionário do Ministério da Saúde que estava entrando em contato comigo às 19h, porque não fazia muito sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Cristiano, pode só repetir que dia foi?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, foi... Deixa eu só voltar aqui. Foi no dia 3 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Três de fevereiro?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Três de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Recupera, pode começar, porque está muito interessante. Está muito interessante.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aí entra em contato comigo a... Eu não recordo...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Três de março ou 3 de fevereiro?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Três de fevereiro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Fevereiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Repita aí, por favor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A mensagem.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Desculpe.

"Boa noite, Cristiano", às 19h10. "Roberto Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde".

Ligação de voz perdida, 19h40.

Novamente: "Boa noite, Cristiano" – 19h41. "Aguardo o seu contato".

19h53, outra ligação perdida. "Quando puder, me ligue".



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era o oposto do que a Pfizer estava fazendo com o Governo. (*Risos.*)

O Governo, através do Roberto Ferreira Dias, estava fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era o inverso da Pfizer!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente! Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era o inverso da Pfizer!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, Sr. Relator, deixa eu só... Esse Helcio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era o inverso da Pfizer!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Pense numa coisa bonita! Quê que é isso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu recebi aqui de uma internauta que me passa alguns tuítes do Helcio Bruno de Almeida: "Não há dúvidas que o sistema está operando em todas as etapas. Ou a segurança nacional intervém nisso por meio do poder garantidor da democracia ou a tecnocracia, associada ao globalismo, irá dominar totalmente a política". Agora, veja o outro. Assim vai o nosso Coronel, nosso Coronel que é coordenador do instituto Movimento Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Força Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Força Brasil.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Presidente, Excelência. Ele é Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Cristiano.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele é Presidente do Força Brasil. Ele está falando inclusive de outras coisas aqui. Eu vou passar os tuítes para vocês. Ele é colega do Elcio Franco e é da milícia digital do Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para completar a informação, Senador Rogério e Sr. Relator, o *site* do Força Brasil foi retirado do ar ontem. Eu acho que era na expectativa do depoimento de hoje. Souberam quem era no depoimento de hoje e aí retiraram do ar de imediato.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, tiraram ontem. Acabamos de receber a informação. Tiraram ontem do ar. Marcamos o Sr. Cristiano, que está trazendo informações esclarecedoras para esta CPI, e aí tiraram do ar ontem.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em que momento, Sr. Cristiano, V. Sa. atendeu o Roberto Ferreira Dias, depois dessas insistentes mensagens?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu retornei a ligação para ele por volta das 21h do mesmo dia, porque eu estava com meu filho, e eu não queria privar meu filho daquele momento, porque a gente estava jantando juntos. Eu retornei para ele por volta das 21h, e ele conversou rapidamente comigo, se apresentou, que ele fazia a contratação das despesas internacionais de vacinas, e tal. Eu fui até checar isso na internet, porque eu realmente estava achando que era *fake news*, ou coisa que o valha, e cheguei a verificar que realmente ele era o Diretor de Logística. Era o Diretor de Logística e inclusive tinha sido indicado para a Anvisa. Então, realmente verifiquei que era um funcionário público no exercício da função.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha sido indicado...?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Para a Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para a Anvisa, antes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Anvisa. Para a Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A última mensagem dele foi a que horas, Sr. Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Às 19h53.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E aí, depois disso, é que você retornou...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, eu retornei para ele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Relator, V. Exa. me permite? É porque eu acho que a gente precisa começar do começo com o Sr. Cristiano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Cristiano.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Cristiano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro, à vontade, Excelência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... o senhor poderia nos informar quais são as suas atividades empresariais? Qual é a sua renda? Qual é a sua movimentação? E de que forma a sua relação contratual se dá com a Davati? Eu explico isso porque V. Sa. está trazendo fatos a esta Comissão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Importantes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... importantes, mas nós precisamos conhecer e desmistificar...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro, com certeza.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – ... para que fique muito clara a posição de V. Sa. Porque, veja, V. Sa. recebeu ajuda emergencial do Governo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu vou contar a minha história para o senhor.



O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, conte a sua história, porque nós precisamos entender. Aqui nas informações consta que o senhor recebeu benefícios entre abril e dezembro de 2020, no valor de R\$4,2 mil. Ora, quem está nessa situação como pode estar negociando com o Governo brasileiro um contrato de R\$1,6 bilhão?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – R\$6 bilhões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Aliás, R\$6 bilhões – US\$ 1,6 bilhão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não. US\$6 bilhões – R\$30 bilhões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – US\$6 bilhões – R\$30 bilhões!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O mais grave de tudo isso, Senador Eduardo Braga, é que ele está comprovando a negociação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perfeito! Por isso é que nós precisamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é o mais grave – o mais grave.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nós precisamos tipificar: que tipo de negociador é ele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – ... que tipo de negociação é essa. Portanto, é uma oportunidade para que V. Sa. possa nos informar – como está trazendo outras informações – exatamente como é a sua atividade comercial, empresarial...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ...e qual a sua relação contratual com a Davati.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, primeiramente a minha... O meu intuito de vir aqui esclarecer os fatos era no âmbito exatamente da negociação, mas eu vou responder ao senhor...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Da negociação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Da negociação com o Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Da negociação – a negociação estava em curso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sim, sim.

Estou dando... Estou trazendo todos os fatos que eu tenho, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... eu vou responder ao senhor.



15/07/2021

Eu tenho experiência em vendas aproximadamente há mais de 20 anos, 25 anos. Nos últimos anos aí, em especial no ano da pandemia, eu praticamente... A gente teve bastante queda de rendimentos porque eu, atuando de pessoa jurídica, não é?... E aí uma colega minha de dia a dia entrou no *site* e me inscreveu no programa de rendimento porque ela viu que eu estava passando, vamos dizer assim, dificuldade para pagar as contas naquele momento. E aí eu passei a receber, e depois até entrei em contato com... Para fazer a devolução dos valores, e não consegui. Mas, desde então, já mandei até um *e-mail* na época – acho que era para a ouvidoria do Ministério da Fazenda, ou uma coisa assim – pedindo para onde eu deveria fazer o estorno.

A minha relação... Eu atuo como consultor e, no caso da Davati, eu atuei como vendedor. Tá?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – O senhor tem um contrato com a Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não. V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É uma relação oral, de boca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu tenho uma carta de representação que não tem valor legal nenhum aqui no Brasil, mesmo porque ela está em inglês.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas na carta afirma que você é representante?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, em inglês? Rá-rá-rá. Em inglês, você faz uma tradução juramentada.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim, sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor tem um advogado ao seu lado, o senhor pode se orientar até sobre isso. Agora, é importante registrar aqui, Senador Renan, que nós estamos diante de um vendedor de produtos da saúde, produtos esses que tiveram recorde de consumo no ano de 2020 e no ano de 2021, que foi o setor da economia que mais prosperou e que, infelizmente, o depoente esteve de tal forma fragilizado nas suas finanças que recorreu à ajuda emergencial e não tem uma relação contratual com a Davati para tratar um contrato com o Governo brasileiro de R\$30 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, o mais importante, eminente Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tem que fazer uma ressalva aí.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Tem que fazer uma ressalva.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A ressalva que eu quero fazer, Senador Braga, é que ele tem uma... Como ele acabou de citar, a documentação é clara, ele é representante oficial da Davati.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim; sim.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu queria fazer um...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele não é só um vendedor, como ele está dizendo..



15/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou passar a Presidência ao Presidente, que está vindo ali...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele vinha comandado e orientado pela Davati para fazer a negociação com o Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu posso fazer uma ressalva...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quer dizer, a Davati tem responsabilidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e que é importante, eminente Senador Eduardo Braga, é que ele foi procurado pelo Roberto Dias.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E insistentemente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o grave, é o grave.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E isso é muito grave.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, isso é grave.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se, nessas condições, ele é procurado insistentemente, imagine o que o Ministério da Saúde fazia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, vamos deixar o Relator terminar para nós seguirmos na sequência, porque hoje é quinta-feira, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu posso terminar, Senador?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Cada um fala no seu horário, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu tenho uma carta de representação que, teoricamente, não é um contrato, respondendo à pergunta do senhor tá. Eu não tenho um contrato de remuneração ou algo que o valha, eu tenho poderes limitados para representar a empresa no Brasil e, eventualmente, trazer negócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que, aliás, é uma condição que nós verificamos ontem aqui. A depoente de ontem, a Emanuela, ela não tinha contrato com a Precisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, ela é empregada da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ela é empregada. Inclusive, ela é contratada como PJ. Eu tenho, inclusive, as notas fiscais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nota fiscal; ela não tem contrato. Ela disse aqui que não tinha contrato, ela era remunerada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, ela não tinha carteira assinada.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E também não tinha carteira assinada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ela não tinha carteira assinada, mas ela é uma pessoa jurídica e tem uma relação contratual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para se ter uma ideia da característica das pessoas que o governo priorizava na negociação da vacina.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pronto, esse é o ponto a que queremos chegar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me prosseguir só um pouco aqui...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, eu poderia terminar aqui a explanação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – V. Exa. me permite, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Dada a insistência das pessoas em me procurar, eu vi como uma oportunidade, Senador, de realmente prestar um bom trabalho, ser remunerado por isso, e fiz da melhor maneira que eu podia, tá? Eu gostaria só de deixar claro que foi uma oportunidade a questão das vacinas. Eu não queria realmente participar disso, mas, pela forma insistente com que eu fui contactado tanto pelo do Domingueti quanto por alguns representantes aí do ministério, dando fulcro de credibilidade a isso, eu embarquei nesta jornada aí para tentar inclusive resolver o problema que, no Brasil, a gente tinha naquele momento.

Complementando, não sei se o senhor me dá mais um segundo para poder falar, Excelência. (*Pausa.*)

Excelência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aqui eu vou disponibilizar aos senhores, como eu já disponibilizei de forma pericial, a minha comunicação com o Coronel Helcio Bruno.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. O senhor conheceu o Domingueti através do Rafael, não é isso? No dia 10?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E foi procurado, antes, pelo Sr. Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contato entre o senhor com o Rafael e o Domingueti foi uma orientação do Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não sei precisar para o senhor. Eu sei que o Roberto Dias me disse que o Domingueti havia passado o meu contato a ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa informação também é muito importante.

O senhor falou com Roberto Dias... Qual foi o teor da sua conversa com Roberto Dias?



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olha, Excelência, foi puramente de comércio exterior. Ele queria algumas informações de como a vacina poderia chegar no Brasil, como poderia ser carregado, se seria entregue, se seria necessário disponibilizar um avião da Força Aérea Brasileira. Foi estritamente nesse sentido.

Ele perguntou de preço, eu respondi, como está nas mensagens, mas em momento algum ele cita qualquer tipo de favorecimento ou propina, que seja, comissão, nada disso. Ele foi... Comigo, insistiu bastante, mas eu respondi para ele e ele sempre foi profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Comigo ele sempre tratou profissionalmente, ele nunca falou de propina, nada disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu sei, mas ele... O conteúdo que eu quero saber... Eu sei que ele tratou da questão do comissionamento, como o Domingueti chamou a propina, com o Domingueti, na presença dos coronéis e do José Ricardo Santana. Eu quero saber exatamente o seguinte: qual foi o conteúdo da conversa com Roberto Ferreira Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeitamente, Excelência.

Ele se apresentou, falou que ele estava buscando vacinas para o Governo Federal, que o Governo Federal não estava encontrando essas vacinas através dos fabricantes, e ele queria saber como era feita essa aquisição, como era pago. Aí eu expliquei para ele que era pago só quando chegasse ao Brasil, passei todas as seguranças que ele me pediu e perguntou. Mas, basicamente, foi isso, eu tive poucas conversas com ele, como vocês podem ver aí nas mensagens que eu estou disponibilizando, de conteúdo público, para a CPI, para a imprensa, para quem quer que seja.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que dia V. Sa. esteve em Brasília para tratar de vacinas para o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu estive em Brasília no dia 12 de março. Cheguei por volta das 7 horas da manhã ao aeroporto de Brasília.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Consta que a Davati enviou *e-mail* para o Ministério da Saúde para informar – nós temos esses *e-mails* aqui – sobre a possibilidade de fornecimento de doses de vacina da AstraZeneca. Em função disso, eu quero fazer algumas perguntas.

V. Sa. participou do envio desse *e-mail*?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência, os *e-mails* foram todos enviados através do Sr. Herman Cárdenas, que é o presidente da Davati.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Davati, nos Estados Unidos, para o Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os *e-mails*... Há pouco, um deles foi referido pela Senadora Eliziane.

V. Sa. solicitou que o nome de Domingueti fosse incluído nessa proposta?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi feita essa solicitação através do próprio Domingueti, porque ele queria que... Se eu não me engano – posso não estar me recordando exatamente –, segundo ele – não posso afirmar isso –, o Roberto Dias havia solicitado para que o nome dele constasse junto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez algum contato informal com funcionários do Ministério da Saúde antes do envio desse *e-mail*? É muito importante isso.



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência, que eu tenha conhecimento que tenha sido... Que fosse algum funcionário do Ministério da Saúde... Eu nunca falei com ninguém na minha vida do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E alguém falou com o Donizete para acertar privadamente alguma questão referente à proposta, já que o Donizete foi referido na mensagem...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e indicado como um dos representantes para aquela específica negociação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu não sei precisar como o Domingueti chegou no Roberto Dias. Eu acredito que seja sobre aquele personagem que surgiu na CPI, que é o Odilon, que ele mencionou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Quem é esse Odilon? Conhece?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu não conheço, mas uma vez ele me ligou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Uma vez ele entrou em contato comigo. Eu até relatei isso ao Domingueti, perguntando, inclusive, de comissão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, de comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Perguntando de quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – De comissão.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Comissão, falando sobre o comissionamento, como falou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O "pixuleco".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Propina.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, se eventualmente surgisse uma venda, quanto ele receberia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, desculpe, Sr. Cristiano. Ele perguntou sobre comissão?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Esse Odilon, sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, é um...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mesmo assim. Mesmo assim.

E ele participou das negociações?



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu saiba, Excelência... Eu acredito – acho que foi isso, inclusive, que o Domingueti falou na oitiva dele aqui – que ele foi apresentado ao Roberto Dias através do Sr. Odilon.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entendi, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ponha o próximo vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais foram as demais condições da proposta, como preço, forma de pagamento, prazo de entrega? V. Sa. poderia...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Claro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... apresentar este documento à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Já está protocolado, mas eu vou apresentar novamente, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aqui, nós temos um *e-mail* do Herman Cárdenas ao Coronel e Secretário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olhem, isso é muito importante, Randolfe, Eduardo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa informação é muito importante, pessoal. É uma informação da proposta, detalhadamente, que foi mandada pelo Herman Cárdenas ao Ministério da Saúde – já entregue pelo depoente à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senhores, posterior à nossa vinda aqui em Brasília, na segunda-feira, 15 de março de 2021, o Sr. Herman Cárdenas envia uma nova proposta ao Secretário Elcio Franco. Se os senhores quiserem, eu posso ler a carta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO –

"Sr. Elcio Franco, anexo a esse *e-mail*, modelo de LOI (Carta de Intenção) que a Davati Medical Supply (DMS) necessita do Governo brasileiro, representado pelo Ministério da Saúde, para iniciarmos o processo de aquisição direta por meio do proprietário ou titular oficial da locação de vacinas junto ao fabricante [aí já era Johnson & Johnson] inicialmente apresentado ao Ministério da Saúde, a FCO (*Full Corporate Offer*) da vacina AstraZeneca. Contudo, após o aumento demasiado do preço pelo fabricante, de 3,50 para 17,50, e que, tecnicamente, por exigir duas doses de injeções por cidadão, a DMS está apresentando as



vacinas da J&J [Johnson & Johnson] como uma solução mais econômica e com menor prazo de entrega para o Governo brasileiro.

A opção pela vacina da Johnson & Johnson fundamenta-se tecnicamente na exigência de apenas uma dose por cidadão, a ser adquirida por um preço mais viável economicamente, garantido ao Brasil, dentro da alocação prevista de 100 milhões de unidades de vacinas disponíveis. Por questões humanitárias, a Davati Medical Supply irá negociar a venda e entrega de 4 milhões para índios americanos nativos do Canadá, que estão morrendo de Covid em uma porcentagem maior da população, restando ainda 96 milhões disponíveis para o Governo brasileiro, a serem entregues na próxima semana.

De modo que, com a finalidade de garantir essas 96 milhões de vacinas para o Brasil, a DMS [que é a Davati] precisa obrigatoriamente da carta de intenção de compra, a LOI, do Governo, de acordo com o modelo anexo. A LOI deve estar em papel timbrado do Governo, representado pelo Ministério da Saúde, com assinatura e carimbo oficial. Após o recebimento dessa LOI, dentro de 24 a 48 horas, serão também recebidos documentos oficiais da Johnson & Johnson, referentes à alocação em tela, para verificação e diligências quanto à autenticidade e validade junto à Johnson & Johnson, inerente ao relatório da empresa SGS, empresa mundial em inspeção e verificação, teste e certificação, que passará a participar do processo de entregas desta inspeção final do produto nas instalações da fabricante Johnson & Johnson.

Esses documentos também incluirão o contrato de compra e venda SPA (*Standard Purchase Agreement*) e o cronograma de entrega. Assim que o SPA for executado, o Governo deve transferir fundos referentes às primeiras 96 milhões de doses para a conta de custódia. Essa conta de garantia será estabelecida no J. P. Morgan, uma das instituições mais sólidas do mundo.

Por fim, após o recebimento da documentação oriunda da Johnson & Johnson, ainda nesta semana, precisamos conversar sobre os detalhes de como o Ministério da Saúde planeja lidar com o armazenamento refrigerado e logística dessas vacinas.

Sinta-se à vontade para entrar em contato comigo se tiver alguma dúvida.

Sinceramente, Herman Cárdenas."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, isso aqui foi no dia 15, e ele já estava praticamente exonerado, porque o Pazuello já estava pedindo para sair. Então, ele não teve resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Isso foi no dia 15 de?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – No dia 15 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De março, exatamente. O Pazuello saiu no dia 23.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – O Roberto Dias permaneceu.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, mas isso aqui não teve cópia para o Roberto Dias, foi diretamente para o Secretário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Elcio Franco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É com o Elcio Franco.



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É, com o Elcio Franco, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia disponibilizar – é muito importante – a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os números dos telefones pelos quais o Sr. Roberto Ferreira Dias mandou mensagem ou telefonou para V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só detalhar nas mensagens ou no telefonema.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, nós já entregamos uma perícia técnica do meu celular com todos os dados armazenados e os contatos ao Secretário aqui da Comissão, tá? Mas, respondendo a sua pergunta: posso também disponibilizar para o Secretário, via WhatsApp, todos os contatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder fazer isso, seria muito importante agora.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeito. Eu acredito que os telefones não sejam funcionais porque eles estão ativos, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é muito importante, sejam quais forem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só um detalhe, Sr. Relator, se o senhor me permite?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interperlar.) – É importante esse dado aí que foi lido pelo Sr. Cristiano.

O senhor falou aí nessa correspondência...

Aquí, Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Ah! Desculpa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor falou aí do Canadá.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é isso? Do caso...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, na verdade, eu estou lendo uma carta do Herman Cárdenas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, o interessante, que eu quero passar também à Comissão aqui... Essa matéria é curiosa, né? Quando o senhor estava lendo aqui, coincidentemente, eu estava vendo que um caso de fraude...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Boa pergunta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... lá no Canadá, também foi identificado exatamente da mesma forma.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Olha que interessante!



Inclusive, a polícia do Canadá... Eu até sugeri à Comissão aqui, Senador Presidente Omar Aziz, que a gente puxasse dados do FBI deles. Aliás, esse foi um assunto trazido pelo Senador Eduardo Braga também, porque os personagens... Só muda o país! Houve uma tentativa de fraude lá, Senador Fernando Bezerra, que está sendo investigada exatamente da mesma forma.

Inclusive, esse dono da empresa Davati, Senador Renan Calheiros, que está aqui, o Herman Cárdenas... Não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A emissora aqui mostrou que conversou com o dono da Davati, que confirmou se comunicar com Liddy, que é uma pessoa lá exatamente do Governo canadense, exatamente sobre a obtenção de vacinas. Mostrou-se lá que tudo isso era uma peça de ficção...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, tudo bem, mas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Lá, no Canadá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas o Governo do Canadá pediu propina também? Essa é que é a diferença dos fatos.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu posso complementar a sua indagação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O inusitado nisso é que, em meio a tudo isso, essa negociação superficial, o Governo pediu propina! Nós estamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou pedindo o número – e ele ficou de nos informar – do telefone pelo qual o Sr. Roberto Ferreira Dias fez contatos e ligou para ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, ao que me consta, o Governo do Canadá não só não pediu propina como não insistiu na propina!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E processou! E processou!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós estamos com um caso aqui de insistência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso foi denunciado, foi processado!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de insistência da propina!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O depoente está querendo complementar a pergunta que eu fiz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Governo processou!



O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se puder...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor! Por favor, o número do telefone...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, complementando a sua informação... Inclusive, foi um questionamento do, se não me engano, Coronel Boechat, na época em que nós estivemos no ministério. Essa notícia já estava no Google. Segundo informações do Herman Cárdenas, que ele prestou até à imprensa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Boechat? De quem se trata?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele me foi apresentado dentro do Ministério da Saúde como responsável por finanças ou algo que o valha... Tinha um gabinete lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia também a participação desse Sr. Coronel Boechat no ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, aparentemente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um outro coronel.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, ele fez uma pesquisa. Aí eu levei ao conhecimento do Coronel Guerra, nos Estados Unidos, e ao Herman, que nos disseram, que me disseram, que disseram ao Coronel Guerra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até já falou sobre isso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... que as informações para esses índios do Canadá já tinham sido fornecidas à Polícia Montada Canadense e ao Departamento de Homeland Security dos Estados Unidos, que é o departamento de fronteiras, que é o mesmo que vai eventualmente estar prestando os esclarecimentos, se V. Exa. ou a Comissão achar que deve, sobre as ofertas para o Governo brasileiro. É o departamento que responde por isso, seria um FBI para identificar esse tipo de situação nos Estados Unidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Cristiano, Sr. Relator, se o senhor me permite, temos uma informação que proceda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – O Coronel da Reserva do Exército Brasileiro Cleverson Boechat Tinoco Ponciano está em Brasília exercendo o cargo de Coordenador-Geral de Planejamento do Ministério da Saúde, conforme portaria, nomeado pelo gabinete do Ministro. Pela portaria aqui, ele é Coordenador-Geral de Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a patente dele, qual é a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro, Coronel da Reserva do Exército Brasileiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, só para complementar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.



O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – ... aquele seu raciocínio que V. Exa. colocou ainda há pouco, de que mesmo tendo conhecimento...

O mais grave é que esse Coronel Boechat, tendo conhecimento do caso do Canadá, deixou rolar!

E tem outra questão. Em entrevista à televisão americana, esse Sr. Herman disse o seguinte, Senador Omar: "Não somos distribuidores da AstraZeneca". É impressionante!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, se o Governo brasileiro, se o Ministério da Saúde tinha conhecimento disso, também tinha conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... de que a Davati não é representante da AstraZeneca.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É importante destacar...

Eu peço a atenção do Senador Renan Calheiros.

Eu quero aqui também manifestar o meu desconforto com os diálogos que foram mantidos entre os representantes da Davati e servidores públicos ou ex-servidores públicos, numa narrativa em que a gente constata a falta de credenciamento, de capacidade técnica, de habilidade técnica para que essa empresa Davati ou seus eventuais representantes pudessem tratar com o Governo brasileiro para uma eventual aquisição ou compra de vacinas. Eu estou realmente, digamos assim, constrangido com os diálogos que estão sendo aqui mostrados, mas é importante também, Sr. Relator, deixar claro que, apesar de todas essas contradições ou equívocos, ou falhas, ou transgressões que possam ter sido praticados por eventuais colaboradores ou servidores, essas negociações não foram à frente, não se comprou uma dose de vacina da Davati...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não precisariam ir à frente para caracterizar corrupção.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Até porque não tinha vacina para vender.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Calma!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não precisaria! Elas caracterizam, por si só, corrupção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Art. 317 do Código Penal.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelências...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator, mas não queira generalizar, como V. Exa. coloca, que atos praticados por um ou outro servidor possam ser transferidos à responsabilidade do Governo como um todo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era só o Sr. Elcio Franco. Fernando, era só o Elcio Franco, o Secretário-Executivo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É importante que haja cautela, porque esta é uma Comissão de investigação...



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou dizendo isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para que não se generalizem as informações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dizendo isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos aqui ouvindo. Acho que a CPI está procurando a verdade, está querendo investigar, está querendo trazer todos que possam colaborar, mas eu aqui repito o que tenho feito em muitas sessões: nós não podemos prejudicar e não podemos generalizar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vamos fazer isso jamais...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu posso fazer um complemento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O Senador Fernando Bezerra tem razão. Nós não podemos generalizar, mas o senhor poderia me informar, Senador Fernando Bezerra, o que o Coronel Elcio Franco ainda está lá, ao lado da sala do Presidente, fazendo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continua no Palácio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Explica aí, porque...V. Exa. se sente constrangido. Nós nos sentimos constrangidos também. Agora, o senhor me desculpe, mas o Coronel Elcio Franco ainda está dentro do gabinete do Presidente, com o Pazuello...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E mais grave: falando pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falando pelo Governo e mentindo, mentindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Respondeu aos irmãos Miranda pelo Governo, falando pelo Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, quando esteve nesta Comissão, foi entusiasmamente defendido pela bancada do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o que está acontecendo agora... Aqui não vamos discutir se tinha vacina, se não tinha vacina, se tinha propina ou se não tinha propina. Nós estamos discutindo algo muito mais grave: é que o Secretário Executivo, que, através de uma portaria que ele mesmo fez ou exigiu que o Pazuello fizesse... Ele era o único responsável pela tratativa sobre vacina. É essa a questão, Senador Eduardo Girão. Que a Davati não tenha uma vacina para vender nós já sabemos, correto? Agora o que nos espanta e, aí, o que constrange o Governo... E o Líder do Governo tem razão, nós não podemos generalizar, mas também nós não podemos fazer de conta que não está acontecendo nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Elcio Franco ainda está no gabinete do Presidente. Ele não está mais no ministério, não. Ele está lá, dentro do gabinete do Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senhor...



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu, sinceramente – sinceramente –, acho que você, como Líder... E aí, Jorginho, eu sei que você apoia, respeito. O Senador Eduardo Girão tem mantido uma independência, ele não tem falado, mas eu sugiro, para o bem do País, que um cidadão como o Coronel Elcio Franco não pode estar na antessala do Presidente mais – não pode, não pode. Você não pode passar a mão em cima de uma pessoa que brincou com a vida das pessoas negociando vacina fantasma. Vacina fantasma, e ainda com um indício muito forte de que houve pedido de benefícios.

Então, eu acho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas essas reuniões que ele fala, que teve com a presença do Coronel Elcio Franco, o Coronel Elcio Franco pediu que ele apresentasse a representação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Coronel Elcio Franco, esse mesmo Coronel...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu só estou querendo, de novo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – De novo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... esse mesmo coronel se negou a falar com a Pfizer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse mesmo Governo não quis comprar a vacina a US\$10 da Pfizer, mas quis comprar a Covaxin a 15. É essa a questão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Omar... Não, Senador Omar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cancelou a negociação do Butantan. Ele próprio cancelou a negociação do Butantan.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Omar, Senador Renan... Não vamos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir. Vamos seguir!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na hora em que a gente propõe esclarecer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sputnik também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... V. Exas. Entram com outra narrativa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos ouvir o depoente e o Relator

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A narrativa da Pfizer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele tem muito... Eu acho que ele tem muito mais coisa pra dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu fiz uma pergunta ao Relator...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que ele tem muito mais coisa pra dizer.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta ao depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, nós vamos seguir o depoimento para ver o que esse depoente tem pra revelar para a CPI, ou vai ficar nesse bate-boca?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ele já revelou. Ele revelou o diálogo com o Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele está revelando muita coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou vendo que as narrativas aqui continuam acaloradas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele está fazendo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na falta de conteúdo, de provas, aí Relator e membros fazem esse carnaval. "Bora"!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, assegure a minha palavra.

Ele está... O depoente – e é bom que se diga, e queria fazer como Relator esse registro – está fazendo um dos mais importantes depoimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito importante. Muito importante. Muito importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele mostrou um diálogo de WhatsApp.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, *hashtag* que isso é muito importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não me interrompa, rapaz! Não me interrompa, rapaz!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Bora"! "Bora" seguir! Quem interrompeu foi V. Exa., fazendo esse espetáculo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nós não estamos aqui... Nós não estamos aqui investigando a relação da AstraZeneca com a Davati. Eu queria enfatizar, mas, por curiosidade, por dever funcional, como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, como esses milhões de doses de vacina estariam disponíveis, considerando o quadro mundial de escassez das vacinas? É evidente que isso não tem nada a ver com o objeto da investigação. Nós não estamos aqui para investigar, repito, a relação da Davati com a AstraZeneca, mas qual era o argumento para a disponibilização, Sr. Cristiano, dessas milhões de doses de vacina da AstraZeneca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu vou ser bem sincero e transparente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... com todos os Senadores aqui. Eu acredito que nós... Eu estou neste, vamos dizer assim, turbilhão por causa de colocações malfeitas aí pelo Domingueti à Comissão faz 15 dias. E, há 15 dias, a própria Davati não consegue ou não quer dar essas explicações. Eu tenho pedido insistentemente ao Presidente da Davati, à assessoria de imprensa e aos seus advogados que produzam essa explicação. Até, como brasileiro, todos nós gostaríamos de saber e, até o momento,



eu não recebi essa informação, mas eu acredito que, por todos os poderes aqui concedidos a esta CPI, a CPI tem todos os meios e recursos nacionais e internacionais para conseguir ter essas informações de uma forma mais fidedigna.

Qualquer coisa que eu for falar, em nome da Davati e de seus fornecedores, eu vou estar faltando com a verdade com os senhores aqui, porque eu não tenho acesso à essa informação. Essa informação o Sr. Herman Cárdenas nunca passou a mim e ao Coronel da reserva Glaucio Guerra. Nós sempre confiamos na palavra dele. E, os documentos que ele enviou ao Governo brasileiro, que são essas FCOs aí, ou FCOs – como vocês quiserem dizer – são crime de perjúrio nos Estados Unidos. Isso é um crime federal nos Estados Unidos se ele não tivesse acesso ou o que valha ao produto. Isso que me deu um conforto, a mim e ao Coronel Guerra, que é uma pessoa muito séria nos Estados Unidos, sobre a negociação.

Então, eu peço que o dever funcional dos Senadores seja um pouco mais extenso e peça a quem realmente tem que dar essa informação que a produza, porque eu não sei. Qualquer coisa que eu vá dizer para os senhores aqui eu vou estar faltando com a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que pessoas do Ministério da Saúde exatamente V. Sa. conversou, negociou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, inicialmente, eu troquei *e-mails* aqui com o Sr. Laurício.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inicialmente trocou *e-mails* com o Sr. Laurício.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. O Diretor de Imunização do ministério.

E ele foi em algumas... Ele marcou uma reunião, inclusive com a presença aqui do Reverendo Amilton, uma reunião oficial, com o logo do Ministério da Saúde aqui, para todos que quiserem ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Reverendo Amilton não era do ministério, não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele era só representante de algumas pessoas do ministério.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

Aqui tem o documento. Posso passar para o Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência... Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Conversava em nome de servidores públicos do ministério e levava para os contatos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Intermediário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O Rafael Alves a que o senhor se referiu é do Rio de Janeiro, Sr. Cristiano?



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não. Não, senhor. Se eu não me engano, é de Santo André.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – O senhor pode ler esses nomes aí para mim? Porque eu não estou conseguindo ver.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Claro, claro. Em reunião com o Laurício, após a reunião no dia 22/02...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Laurício é... Só para ver os cargos...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Se eu não me engano, é ex-Diretor de Imunização do Ministério da Saúde do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ex-Diretor de Imunização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Que dia a reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador, foi no dia 22/02/2021, às 16h.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Laurício era da reserva também, militar da reserva?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu não tenho esse conhecimento. Eu acredito que não. Acho que ele é um técnico, Excelência, até pelo cargo que ele ocupa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Diretor de quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De Imunização.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O Guerra a que ele está se referindo é o adido militar na Embaixada de Washington?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. O Guerra já referido aqui fartamente é o adido militar da Embaixada de Washington.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Esse, esse, esse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Guerra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É assessor do adido militar na Embaixada de Washington?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Coronel Guerra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Só uma outra pergunta, para poder deixar claro. Ele que mencionou o nome do Coronel Boechat, que é Coordenador de Planejamento do Ministério da Saúde, não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso, eu estive...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Portanto, nós estamos falando aí do Coronel Guerra, do Coronel Boechat, do Coronel Elcio Franco, do Coronel Helcio Bruno, que é da reserva, ou seja, nós temos uma associação de vários coronéis do Exército...



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... em torno desta operação tabajara.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso fazer só um esclarecimento, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode. Claro!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Coronel Guerra não é do Exército, ele é da FAB (Força Aérea Brasileira).

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, é da FAB.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E ele está nos Estados Unidos há muitos anos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O Guerra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso. O Guerra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Guerra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inclusive, ele não conhece essas pessoas do Exército. Elas foram apresentadas a ele no transcorrer da negociação. Parece que tem um *apartheid* entre a FAB e o Exército.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas se conheceram?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Acabaram se conhecendo por conta da negociação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Respondendo aqui à pergunta do Senador Randolfe, foi no dia 22, às 16h, na Secretaria de Vigilância da Saúde. Aí tem vários aqui. É o Amilton Gomes de Paula, não é? Acredito que o Sr. Laurício também assinou aqui. Hardaleson Araújo... E as outras pessoas, eu não consigo dizer.

Eu só quero deixar claro a vocês que... "Ah, mas, Cristiano..."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Mas, Cristiano, por que é que você realmente acreditou nessas pessoas?" Peço desculpas, mas qualquer Senador, qualquer um de vocês, Senadores, teria acreditado em documentos oficiais do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro. Claro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Entendeu? Então, eu peço até perdão aos senhores por ter trocado mensagens com essas pessoas, porque eu não tinha certeza do que estava acontecendo e, aparentemente, estava tudo correto. Inclusive, o próprio...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que não estava correto era vocês não terem a vacina.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não! Sim, sim, concordo com o senhor. Inclusive, o Reverendo Amilton... O Reverendo Amilton também não tinha



ciência de nenhum tipo de propina, nada disso. Então, nós seguimos todos os passos que foram colocados pelo Ministério da Saúde. Foi cadastrada a proposta no *site* do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas o Reverendo tinha conhecimento do pedido de propina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não tinha, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tinha?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tinha. Não tinha. Não tinha.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Qual era o papel do Reverendo nisso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, vou ser bem sincero e transparente novamente: ele foi apresentado pelo Domingueti. No primeiro momento, eu fiquei totalmente incrédulo, porque o posto de Reverendo, vamos dizer assim, não é uma coisa muito comum. E aí eu fui...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é tão comum assim também, não, ué!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não é muito comum, não é? Então... Não é muito comum.

Eu fui atrás das informações, mas sempre pareceu uma pessoa de Deus, um fiel de Deus que estava querendo de uma certa forma, levar a imunização à população brasileira.

A próxima pergunta que o senhor vai fazer é: ele ia ganhar alguma remuneração? Nunca negociou comigo, nunca tratou isso comigo, mas tenho certeza de que alguma coisa ele deve ter tratado com o Domingueti.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Então, me diga uma coisa, Sr. Cristiano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O Reverendo... A associação dele era uma espécie de facilitadora, de intermediadora?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu não sei exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria lhe perguntar uma coisa: é o Reverendo que leva o Domingueti até os altos escalões do Ministério da Saúde para conversar com essas personagens?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, ele já falou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Posso responder, Excelência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, por favor!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Depois eu quero agregar outra coisa.



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito até, pelo pouco que conheço do Domingueti... Ele é uma pessoa do bem, ele é uma pessoa muito simples. Se vocês viram aqui, ele não sabe nem falar o nome CEO, /c/ /i/ /ou/; ele fala "céu". Então, eu acredito que só pode ter sido através do Reverendo Amilton. Eu não consigo acreditar que um cabo da PM de Minas Gerais, buscando ganhar algum dinheiro para a sobrevivência da sua família, vamos dizer assim, tenha chegado a tão altos escalões da República.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O depoente está dizendo que o Reverendo Amilton era o intermediário dessa questão junto ao ministério.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas foi isso que ele já colocou!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro! Inclusive, ele deu algumas declarações já dizendo que foi ele que abriu as portas do ministério para a Davati e tal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente!

Agora, outra pergunta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, é só para dizer aqui... Não somente aqui, mas em outras matérias, o Reverendo, ao ser entrevistado pela CNN, disse que foi usado e receberia apenas doações caso a venda ocorresse. Então, nós temos pedido de propina, pedido de comissionamento e pedido de doações também.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso complementar, Excelência?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No caso das doações, eu não sei como isso ocorreria, porque até veio a público recentemente – acho que através do Jornal Nacional, se não me engano – que a empresa do Reverendo é uma empresa privada; não é uma ONG, nada disso.

Então, não sei como se dariam essas doações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – A informação que nós temos é que ele tem contas no exterior. Será que isso foi feito exatamente pra recebimento dessas doações? O senhor sabe ou não?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não sei te dizer, não sei de onde partiu essa informação. Eu vi no Jornal Nacional e me surpreendi inclusive, mas não tenho essa informação pra passar para o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mas, quanto às doações, eu não consigo... Pelo pouco que eu conheço Herman Cárdenas, ele fazer algum tipo de doação pra uma entidade evangélica ou qualquer coisa que o valha no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Cristiano, o senhor falou de um nome aí: Randerson ou Anderson?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Olha, Hardaleson?



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hardaleson Araújo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é o quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Está dizendo aqui: instituição, setor, compra, compra...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Compra. Ele é do Ministério da Saúde também?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não sei te dizer. Eu não estava nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hardaleson Araújo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Hardaleson Araújo de Oliveira. Não sei dizer ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aí tem uma pessoa do SUS aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eliel Jô de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode falar ao microfone, Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, me desculpa. Desculpa, Senador. Me perdoa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nada, fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não estou acostumado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eliel Jô de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eliel...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eliel...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eliel...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Jô de Barros, SUS/MS.

O e-mail dele é: eliel.barros@saude.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele estava representando o...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele estava na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.



15/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu pediria para alguém oferecer adicionalmente essa máscara ao depoente. Sua máscara está caindo.

Voltando às perguntas.

Então, por quantos *e-mails* V. Sa. foi responsável?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, *e-mail* de proposta não houve nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas nas conversas, e tratativas, e negociações?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A única pessoa com que eu troquei *e-mails* foi com o Laurício, que pediu uma carta, um ofício, na verdade. Ele solicitou um ofício pra que a Senah, vamos dizer assim, intermediasse a relação com o Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desculpe, Relator, mas essa informação é importante. Ele está dizendo que o Sr. Laurício, que é o Diretor de Vigilância...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, isso, isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – ... Epidemiológica no ministério, pediu que ele mandasse uma carta dizendo que a Senah seria intermediadora da venda dessas vacinas.

Foi isso que V. Sa. disse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... ou eu estou enganado?

Sr. Cristiano, foi isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não, está correto, Excelência, foi me pedido isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... por ele e pelo Reverendo Amilton.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado.

Eu queria saber o seguinte: qual é sua relação com outras empresas aqui no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa Latan.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Desculpa. Eu vou disponibilizar aqui até os *e-mails*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... com o Departamento de Logística, que estão sendo enviados para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor representa outras empresas no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não represento, Excelência.



15/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com relação especificamente a essa empresa Latan?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Essa empresa Latin é de um conhecido...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Latin?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A Latin Air Support é de um conhecido nosso nos Estados Unidos e eu não tenho relação alguma nem nunca tive com ela.

Eu posso ler a carta da secretaria aqui aos senhores, inclusive falando de outras negociações, mas não sei se é o caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leia só o que for importante para esta investigação.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu gostaria só de deixar claro, Excelência, que, além das negociações com o Ministério da Saúde, o próprio Reverendo trouxe junto à Davati, até como talvez uma forma de impressionar ou coisa que o valha, outras negociações, inclusive uma da Arábia Saudita.

Então, gostaria de deixar claro com vocês que, além de tratarmos com o Ministério da Saúde, o Reverendo Amilton trouxe algumas outras negociações, que foram – para deixar claro e transparente, porque vocês vão ter acesso ao meu celular – Arábia Saudita, Paraguai. Inclusive do Paraguai nós temos aqui um documento oficial do Paraguai...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Paraguai?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – E o que é que diz esse documento do Paraguai? Diga aí, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Só deixa eu achá-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Volto a dizer para os senhores: era tudo muito oficial. Não dá nem para falar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. E o que diz?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO –

Prezado senhor, tenho o prazer de dirigir-me a V. Sa. por causa de uma referência à proposta de venda de vacina a Covid-19, firmas Johnson&Johnson, AstraZeneca e outras realizadas pelo grupo Davati por intermédio do Sr. Hélio Fiuza [que eu desconheço. Eu pesquisei na internet, é um advogado evangélico do Rio de Janeiro.].

A esse respeito, solicito que você envie mais detalhes sobre a oferta o mais breve possível, para que possamos apresentar a referida oferta às autoridades paraguaias. Como você já deve saber, o assunto das vacinas é atualmente um assunto muito delicado, e existem grupos sem escrúpulos, que estão oferecendo vacinas falsas. Por isso, devemos ser extremamente cuidadosos em relação a esse assunto. Aproveito também para informar que o Governo paraguaio liberou



a compra das vacinas ao setor privado, departamentos de governos municipais, desde que as vacinas em questão venham de fonte confiável.

Por esses motivos, solicito informações detalhadas sobre histórico de vendas de vacinas realizadas pela empresa para outros países, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Da mesma forma, solicito informações detalhadas sobre as etapas a serem seguidas.

Aproveito a oportunidade para expressar a V. Sa. as garantias de minha distinta consideração.

Cônsul-Geral do Paraguai, Hernando Arteta Melgarejo.

Ao Sr. Amilton...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Cônsul-Geral do Paraguai no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Cônsul-Geral do Paraguai no Brasil. Ao Sr. Amilton...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu gostaria de uma cópia dessa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Cristiano vai disponibilizar tudo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vai disponibilizar tudo? Está bom.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Ao Sr. Amilton Gomes de Paula, Presidente Mundial da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah). Brasil, Brasília".

Inclusive, o Herman Cárdenas participou de um *conference call*, eu acho, com o Reverendo e com o Cônsul Hernando Arteta, eventualmente. Só para deixar claro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso também é muito importante.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A carta se refere a Rio de Janeiro, 23 de março de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um detalhe: o Cônsul paraguaio informa, pelo que o senhor leu, que no Paraguai era possível a venda de vacinas para o setor privado, certo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, aqui pelo que ele está dizendo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Ele é Cônsul-Geral onde? De onde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Cônsul-Geral do Paraguai... Eu acredito que é no Rio de Janeiro, porque a carta é do Rio de Janeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No Rio de Janeiro?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Como é o nome dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Hernando Arteta Melgarejo, Cônsul-Geral do Paraguai.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado. Eu queria saber também por que as tratativas iniciais e



extraoficiais junto a Roberto Ferreira Dias foram feitas inicialmente em nome da Latin, e não pela Davati.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso eu até expliquei. Tentei concluir mas não consegui, Senador. Peço desculpas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Num primeiro momento, eu não queria me envolver nessa situação, e indiquei ao Reverendo, e ao Domingueti, e ao Rafael que tratassem com a Latin, lá nos Estados Unidos, que eles tinham acesso aparentemente a alguns tipos de vacina. Só que parece que o negócio não havia evoluído entre o Roberto Ferreira Dias e o dono da Latin, que é o Sr. George Marques, que é um americano, e com isso eles voltaram a me procurar para que eu encontrasse uma empresa que prestasse mais rapidez nas negociações, porque havia uma urgência maior de compra por parte do Governo brasileiro. E aí é que eu fui conversar com o Sr. Guerra nos Estados Unidos, que me apresentou o Sr. Herman.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só para uma informação adicional...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Hardaleson Araújo de Oliveira, é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Hardaleson.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hardaleson Araújo de Oliveira... É "Araújo de Oliveira"?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Araújo de Oliveira", é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Ele tem relação... É conhecido do Pastor – e missionário – da Senah, o Amilton, e ele esteve no Ministério da Saúde junto com o grupo naquela reunião de que a foto é conhecida.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é um dos personagens da reunião.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, então, eu acredito que era esse dia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pronto, é esse registro aí.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É este registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos, inclusive, fotos aí desse registro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, muito importante.

Por favor, a pergunta...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu posso ler uma outra carta agora a respeito do Emirados Árabes?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me só complementar: ele é Major (*Fora do microfone.*) da Força Aérea Brasileira, o Sr. Hardaleson Araújo de Oliveira – Major da Força Aérea.



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não tinha... Obrigado, Senador, eu não tinha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Hardaleson é Major da Força Aérea...?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Força Aérea Brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Brasileira.

Da reserva?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela informação aqui, parece que... (*Fora do microfone.*) Bom, há de se confirmar, mas, pela informação aqui, parece-me que é da ativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos um aí dos Emirados Árabes também?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nós temos do Emirados Árabes também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos lá. Já vamos ao Paraguai e vamos ao Emirados Árabes também.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Do Presidente da Senah ao Sr. Herman Cárdenas:

Oferta de vacinas para a Arábia Saudita.

Brasília, 23 de março de 2020. [Está errado: 2020; é 2021]

Ao cumprimentar V. Sa., passo a tratar o acerto do último contato realizado de solicitação vacinal por meio do Sr. Hassan, Presidente da Saudi Aramco, ao Sr. Dr. Amilton Gomes de Paula, Presidente da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah).

Ratifico que a Davati Medical Supply foi indicada para fornecimento de vacinas destinadas a H1N1, AstraZeneca/Oxford e outros eventuais medicamentos aos países interessados.

Um relevante pedido foi efetivado durante o Congresso Mundial da Arábia Saudita, ocorrido no Estado de São Paulo, no Brasil, em fevereiro do corrente ano. Para tanto, com vistas ao pronto atendimento à solicitação, a Senah encaminhou uma carta de apresentação da referida empresa Davati, adicionando uma proposta oficial (FCO) de fornecimento de produtos ao Ministério da Saúde da Arábia Saudita, cuja missiva fora endereçada ao Ministro do Estado da Saúde, Dr. Fawzan Al-Rabiah, conforme solicitado. Nesse íterim, paralelamente, também requisito supramencionadas empresas similares de procedimento.

Por fim, desde já, outrossim, agradecemos a presente oportunidade, e nos colocamos à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É assinada por quem?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Fawzan Al-Rabiah.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é o quê?



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Segundo consta aqui, Ministro de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De onde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Da Arábia Saudita.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós tínhamos um internacional da fraude aqui, pelo visto. É internacional do estelionato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A resposta, por favor, Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Desculpe-me, Excelência. Qual a resposta que eu estou devendo ao senhor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei por que as tratativas iniciais com Roberto Ferreira Dias foram feitas pela Latin?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Ah, eu respondi ao senhor, mas vou responder novamente, acho que não fui bem claro. Inicialmente, como eu não acreditava na veracidade da intenção do Governo brasileiro, eu não tinha dado muita atenção a isso, eu indiquei somente uma pessoa nos Estados Unidos para tratar disso com o Roberto Dias, e com o Rafael Alves, e com o Domingueti...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... e, inclusive, com o Reverendo Amilton.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como ele tinha dificuldade de passar as informações, o Roberto Dias começou a pressionar, acredito eu, o Domingueti, que começou a pressionar o Rafael Alves, pedindo uma empresa mais encorpada que pudesse fazer esse tipo de operação. Aí, eu procurei o Sr. Guerra, nos Estados Unidos, e ele me apresentou o Sr. Herman Cárdenas.

Peço desculpas se eu não tinha sido claro, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. demorou tanto para tornar pública a denúncia de propina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, na verdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... feita pelo Domingueti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, a gente sempre tratou isso como comissionamento. Inclusive, nas mensagens aqui do Coronel Blanco, que eu posso disponibilizar aos senhores se vocês quiserem, se se interessarem por tê-las...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, nós queremos todas essas informações.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele trata da questão exatamente como um intermediador. Então, para nós, para mim, era uma...

Só, antes de eu completar, sobre o Blanco, Excelência, nós tínhamos aqui, olhe, carta de apoio inclusive do Grão-Mestre da Maçonaria de Goiás para a Senah...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – De vacinas também?



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Apoiando a compra de vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apoiando a Senah na negociação.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, apoiando a Senah na negociação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eles queriam vender vacinas na lua.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E temos várias outras cartas aqui da Senah.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eles queriam vender vacinas na lua, e não venderam nada.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nem tinham vacina, nem venderam nada. É impressionante o testemunho que nós estamos tendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só conseguiram não conversar com Elcio Franco, mas vamos lá.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu gostaria que V. Exa. não fizesse...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu gostaria que o...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... afirmações em relação ao Elcio Franco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é uma questão de afirmação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não sou eu, é o depoente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o Elcio Franco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é uma questão de afirmação, Líder, não é uma questão de afirmação. Preste atenção: tem vários nomes do Governo que estão sendo apresentados aqui como pessoas que buscaram uma empresa numa verdadeira operação tabajara, e esse Governo caiu. Qual o interesse? Só pode ter sido a propina. Caiu, porque todos conversaram...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não caiu. Nenhuma vacina foi comprada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não foi comprada, mas foi negociada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nenhuma vacina foi comprada, e o Coronel Elcio Franco barrou a negociação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não se pode estar fazendo ilações em relação à atitude...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando, fique calmo.



O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu estou calmo. Eu só estou querendo que me dê a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma, não fique vermelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... de poder me expressar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique calmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que nós estamos fazendo é tomando o interrogatório de um depoente importante...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma, calma. Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para esclarecimento de fato relevante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma, vamos retomar o depoimento.

Sr. Cristiano, por gentileza, pode fazer a leitura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso complementar? Desculpem-me

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Inclusive, todas as cartas que a Senah nos passou passaram muita credibilidade, porque ela diz que é parceira mundial da ONU, do Vaticano, do Governo, da missão internacional da paz dos Estados Unidos. Então, realmente, ela nos passou muita credibilidade nesse sentido por assinar com todas essas logomarcas aqui e tal. Então, nunca discutimos a idoneidade da Senah em momento algum.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Senah. Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mas nós temos aqui vários outros pedidos de informações ao Sr. Herman Cárdenas. Inclusive, no *e-mail* que precede a minha vinda a Brasília, no dia 12, ele diz que a negociação vai ser concluída no dia 12, com a assinatura de contrato. Então, nós nos levamos a crer, e talvez tenhamos sido induzidos ao erro, tanto eu como a Davati, que existia realmente esse tipo de... Que estava nesse estágio a negociação, tá? Mas ele escreveu isso e despachou diretamente para o Herman Cárdenas, afirmando isso, inclusive agradecendo a oportunidade e tudo mais.

As outras cartas de apoio, nós recebemos cartas de apoio inclusive de Deputados, em nome da Senah e tal. Então, nós...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Tem alguns Deputados? Tem alguns nomes aí?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – V. Sa. tem os nomes desses Deputados?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – No momento, não, mas posso, em seguida... É porque tem muito documento. Daí, em seguida, eu mando para a CPI, não tem problema nenhum.



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Mas não lembra o nome de nenhum Deputado?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, a gente quer saber os nomes de todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor não lembra os nomes dos Deputados?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Todos os Deputados, se o senhor puder mandar.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Um já está na mídia, inclusive, que deu uma declaração acho que para o Jornal Nacional de que ele dava carta de apoio para a Senah ou para qualquer outra instituição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual o nome dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não me recordo, Senador Randolfe. O senhor me desculpa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos esperar ele lembrar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – O senhor lembra deste nome: Ricardo Barros?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em algum momento, o senhor foi recomendado a procurar o Ricardo Barros ou alguém ligado ao Ricardo Barros?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, senhores. Eu fiquei sabendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Procurar. Procurar ou...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Peço desculpas pela ignorância, mas eu só vim a descobrir quem era o Ricardo Barros aqui através da CPI. Nunca me citaram o nome dele em nenhuma negociação destas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá. Agora, esses Deputados, se V. Sa. pudesse o quanto antes trazer os nomes à CPI...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, claro, claro! Vou levar tudo aos senhores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, só uma pergunta. Eu gostaria de fazer uma pergunta ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Quantas vezes o senhor esteve com o Coronel Elcio Franco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Uma única vez.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Uma única vez.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No gabinete do Coronel...



O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nessa oportunidade, o Coronel Elcio Franco fez alguma menção de vantagem, de propina, de comissão?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absolutamente. Foi profissional. Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele não falou isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou fazendo uma pergunta, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está me interrompendo para fazer a pergunta, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas V. Exa. é tão obsequioso com seus outros companheiros. Sou seu companheiro da bancada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando interessa ao Relator, aí ele é gentil, podem intervir e tal... Mas, quando é alguém ligado ao Governo, é desse jeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Só para esclarecer. Só para esclarecer. *(Fora do microfone.)*

Nas conversas que o senhor teve com o Domingueti, com os outros colaboradores da Davati, eles mencionaram algum tipo de atitude desabonadora em relação ao Coronel Elcio?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já foi perguntado!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou perguntando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já perguntei isso no início.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só estou querendo dizer... Porque o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já descreveu aspectos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando, deixa eu informar V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... detalhes dessa negociação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Presidente Randolfe fez uma colocação crítica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que ele chamou de comissionamento. Ele já descreveu tudo isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... mas estou falando em relação ao Coronel Elcio Franco...



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Comissionamento para servidor público não existe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou falando em relação ao Coronel Elcio Franco, e que ele está aqui esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Comissionamento para servidor público é propina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... V. Exa. está na sequência da inquirição. V. Exa. está inscrito. Na oportunidade de V. Exa., nós garantiremos o tempo que V. Exa. quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí, fala. Exatamente.

Presidente... Deixa seguir um pouco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. Pois não, Sr. Relator. Vamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. teve algum desentendimento com funcionários, com servidores do Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Desculpa, Senador. Em questão... Com reuniões com servidores do Ministério da Saúde... Como eu disse, no dia 12 de março, eu estive no gabinete do Coronel Boechat, dentro do Ministério da Saúde – se eu não me engano é no segundo andar. Foi lá que ele nos recebeu. E o Coronel Pires e o Coronel Elcio Franco também nos receberam dentro do gabinete do Coronel Boechat. Dentro dessas tratativas e conversas dentro do Ministério da Saúde, não houve nada que desabonasse nenhum desses coronéis servidores públicos que estavam na reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque V. Sa., por isso pergunto, afirmou em mensagem a Luiz Paulo Domingueti, aspas, que "só tem FDP nesse ministério" – da saúde –, após ele afirmar que a CPI chegaria às propostas que a Davati havia feito à pasta. A quem V. Sa. se referia especificamente? E o que essas pessoas fizeram para receberem essa caracterização de V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, na verdade, peço até desculpas pelo termo, mas eram mensagens, assim, que a gente trocava... Sobre isso, acho que até me excedi, mas, na verdade, ao que eu estava me referindo era... Como eu passei a negociar com o Sr. Blanco aqui, eu me referia aqui a esse tipo de negociação que tinha sido instaurada, que aparentemente o Roberto Dias havia indicado o Roberto Blanco para negociar comigo, porque ele falava em nome do Roberto Dias o tempo todo. Entendeu? Então, quando me referia ali, era a esta questão da interferência aqui do Blanco, de que não havia necessidade, então, por isso que eu me referia a isso.

Peço desculpas aí aos senhores por ter mencionado o servidor público desta forma, mas foi a sensação que eu tive por ter mais uma pessoa no negócio, e não havia necessidade. Ele já não era mais um servidor público desde janeiro, porém, a impressão que me deu é de que ele continuava assessorando o Roberto Dias. Foi essa a impressão que me passou.



É a única pessoa a quem eu tenho que me referir que me trouxe alguma coisa, vamos dizer assim... Vamos dizer assim: está estranho. Fora isso, não teve absolutamente mais nada.

Quanto aos outros servidores do Ministério da Saúde, eu não tenho nada para dizer que os desabone. Inclusive, o Roberto Dias era só através das denúncias do Domingueti que eu pude constatar. Inclusive – os senhores tiveram acesso ao celular do Domingueti –, antes da oitiva dele aqui aos senhores, eu ainda deixei claro por mensagem: "Você tem certeza do que está falando? Ocorreu esse jantar?" O senhor será acareado com o Roberto Dias". Ele me respondeu: "Estou tranquilo".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só para reafirmar, a Davati tinha algum contrato formal com a AstraZeneca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu não sei dizer ao senhor. Só o Sr. Herman Cárdenas pode informar. Até o momento, ele não disponibilizou essas informações. Eu acredito que parece que para a Controladoria-Geral da União ele já respondeu. Existe um processo já da Controladoria-Geral da União contra a Davati, inclusive, eu estou arrolado, acredito que como testemunha, e vou fazer a minha oitiva na próxima segunda-feira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é exatamente... Quem é a Davati? Qual é a sua estrutura de empresa?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olha, na questão de construção civil, parece ser uma empresa grande o grupo Davati, ela constrói minicidades no Texas, e, com isso, parece que ela tem um poder econômico grande. Nos últimos anos, o Sr. Herman partiu para outras empreitadas e, com essa, fundou, dentro da própria Davati Group, a Davati Medical Supply. Com isso, ele começou a fazer a comercialização de insumos, em especial, na pandemia. E um pouco antes, ele já tinha feito esse contrato com um fabricante de medicamentos na Índia, que se chama Anzalp, que confirmou à Rede Globo, em rede nacional, que ele realmente é um distribuidor mundial de medicamentos da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que as vacinas contra a Covid não constam no rol de produtos comercializados pela Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito que porque ela não pode revender o produto; o produto só pode ser fabricado pelo fabricante. Ela estaria atuando, vamos dizer assim, como intermediadora, tá?, uma intermediadora entre o suposto vendedor, que estaria com o lote das vacinas, e o Governo que quisesse comprar. Se ela mencionasse as vacinas, ela estaria cometendo um crime dentro dos Estados Unidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Domingueti reproduziu, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, um áudio editado para tentar implicar o Deputado Luis Miranda em uma suposta negociação de vacinas. Ele disse que recebeu esse áudio de V. Sa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, assim, teria sido induzido a erro por V. Sa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer algumas perguntas com relação a esse fato...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que foi colocado aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Exa. enviou esse áudio a Domingueti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, eu enviei... Eu recebi esse áudio – esse áudio não foi repassado a mim –, eu recebi esse áudio há muitos dias, que precederam a vinda dele aqui, nem se falava em vinda dele à CPI e nada. Eu repassei a ele com o intuito de mostrar como o Deputado Luis Miranda, com que eu tive contato aqui no dia 17 de setembro de 2020, de forma rápida, porque ele me pediu a apresentação de um representante de luvas para os Estados Unidos, porque ele tinha um cliente, e eu passei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, luvas cirúrgicas. E eu passei o contato para ele, em duas ou três mensagens que nós trocamos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem mandou esse áudio para o senhor?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Foi o Rafael Alves. Ele tratava com o Rafael Alves nesse áudio, não comigo, tá?

E eu passei com intuito só de demonstrar como o Deputado tratava as situações dele forte, porque, um pouco antes, ele havia me enviado uma mensagem dizendo que o Deputado estava na CPI fazendo uma denúncia... Eu falei: "Não, o Deputado realmente é muito enfático nas coisas que ele diz". O próprio áudio que foi repassado – e foi reproduzido aqui na CPI de forma equivocada, errônea e absurda até – mostra como ele é enfático nas coisas em que ele realmente acredita.

No áudio, é bem simples... Eu acredito que é até um pouco de ignorância, é um pouco de falta de conhecimento do Domingueti. É só todos nós... Como o próprio Senador Renan, no primeiro momento, percebeu quando o áudio foi reproduzido, se falava de padarias, supermercados, então, não havia o mínimo sentido que aquilo fosse uma conotação de vacinas.

Inclusive, acho que, até pelo... O juízo do Domingueti estava errado, porque aquela história do "meu irmão" lá, que ele fala com um dialeto carioca, não é? – "mermão" –, que: "Ah, é o irmão dele". Então, são coisas completamente fora de contexto que foram colocadas aqui na CPI e que me fizeram estar aqui hoje.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Rafael Alves é carioca então?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foi o autor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpa, não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O Rafael Alves é carioca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não. O Luis, Deputado. Na verdade, segundo ele me disse na época, ele é eleito pelo Rio de Janeiro... Ele é eleito por Brasília, mas ele é do Rio de Janeiro. Então, é essa informação que ele me passou.

Então, no áudio, quando ele diz: "Mermão, eu preciso do produto", ele não está falando sobre o irmão dele, o funcionário do Ministério da Saúde; ele está falando de uma forma coloquial "meu irmão", entendeu?



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Claro.

Quem é o autor da edição desse áudio, por favor?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Esse áudio nunca foi editado. Esse áudio está 100% fidedigno, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele foi passado pelo Rafael Alves?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso. Inclusive, ele está na nossa perícia, tá? Esse áudio não foi editado, ele está totalmente fidedigno.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por que o Domingueti implicaria V. Sa. na tentativa de reproduzir esse áudio aqui na Comissão?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu estava assistindo à oitiva dele aqui e vou ser bem sincero para o senhor: quando ele estava aqui no meu lugar, quando ele puxou o celular, colocou o áudio e apontou o Deputado, eu juro que eu quase tive um infarto porque eu falei: "Não tem nada a ver". E, no mesmo momento – o senhor pode verificar até nas mensagens de WhatsApp que eu mandei para ele, de que toda a imprensa já tem ciência –, eu já o comunico, no mesmo segundo: "Esse áudio não se refere a vacinas, esse áudio se refere a luvas". Só que ele ficou até oito horas da noite aqui falando que o áudio era de vacinas. Então, eu acredito que ele fez o juízo errado, um pré-juízo, um prejulgamento do Deputado Luis Miranda, porque, em momento algum, eu pedi ou solicitei que ele reproduzisse aquilo na CPI, mas também tive informações da imprensa, que esmiuçou o caso, de que ele havia passado esse áudio para várias outras pessoas. Aí eu não sei se tinha alguma outra pessoa que o orientou a fazer isso, mas eu não o orientei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. atuou para orientar o depoimento de Domingueti a esta CPI em algum aspecto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito que ele foi ingênuo no trato com a reprodução do áudio. Eu acho que ele nem sequer escutou o áudio até o fim para formar o juízo dele e o reproduzir aqui na CPI. Eu acredito que ele estava indo muito bem no depoimento dele. Logicamente, há os exageros sempre, como a gente já é acostumado com ele... Inclusive, como ele mencionou, recentemente – vazou na imprensa – da Michelle Bolsonaro, o que é um absurdo aquilo lá também. É tudo um pouco exagerado, como ele mencionou o meu cargo como CEO, mas eu acredito que aquilo lá ele não fez de má-fé. Tenho certeza absoluta disso. Pelo pouco que eu o conheço, não faz parte do caráter dele isso, é uma pessoa correta. Acho que ele realmente foi mal-orientado ou induzido por alguém que não fui eu. Em momento nenhum, eu pedi para ele fazer aquilo e, inclusive, fiquei muito chateado pelo Deputado, por expor o Deputado naquela situação, que não tinha absolutamente nada a ver com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. o levou a dar entrevista a jornal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, essa questão é uma outra questão que eu vou esclarecer para todos os senhores aqui.

O Ministério da Saúde, não sei exatamente através de quem, vazou documentos dessas propostas da Davati à *Folha de S. Paulo*. Eu fui localizado por uma repórter da *Folha de S. Paulo* que tinha essa proposta do Domingueti e outros e-mails aí comigo copiado, e



a minha carta de credenciamento para a Davati. Essa repórter teve acesso de forma inteira a esses documentos e começou a me procurar por celular, por redes sociais, e, a partir do momento em que eu a identifiquei como repórter, eu comuniquei ao Coronel Guerra, nos Estados Unidos, para ele avisar ao Sr. Herman, mas, como não havia nenhum tipo, vamos dizer assim, nenhum negócio foi concluído, não foi nada pago, não existe a propina, vamos dizer assim, não havia nenhum negócio com o Ministério da Saúde, nós não nos preocupamos. Então, eu conversei um pouco com ela, e ela falou que estava tentando falar com o Domingueti e não estava conseguindo, e depois ela conseguiu falar com o Domingueti, e o Domingueti me colocou em ligação com ela. "Cristiano, o Domingueti está aqui na linha, mas ele não quer..."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, pode prosseguir. Pode prosseguir.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah! Está bom, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era água que ela estava pedindo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah! Está bom. Onde que eu parei mesmo?

No caso do áudio, eu acredito que ele fez... Da repórter da *Folha de S. Paulo*, ele me colocou em ligação com ela, e ela: "Ah! Cristiano, o Domingueti me contou um caso aqui de corrupção dentro do Governo Federal, só que ele quer falar só em *off*". Aí eu deixei claro a ela que era um juízo dele se ele queria fazer a denúncia ou não, mas ficava a critério dele.

Inclusive, depois de várias trocas de mensagens extensas após a denúncia que ele realizou, eu tirei todas as dúvidas com ele: "Existiu esse jantar?", "Existiu", "Você tem certeza do que você está fazendo?", "Tenho", "Você que vão te acarear com o Tenente-Coronel Blanco, com o Roberto?", "Tenho, estou tranquilo com isso". Inclusive, antes de chegar à CPI, ele me manda uma foto: "Partiu CPI". Então, ele estava muito convicto do que ele estava fazendo. Ele não veio aqui por orientação de ninguém, ele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., então, pediu para o Domingueti só focar no Herman Cárdenas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Direcionando a responsabilidade...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... do depoimento para o dono da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro. No caso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que foi isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na questão das vacinas, Excelência, porque como... Quem tem que dar esse tipo de satisfação, como estou dizendo aos senhores aí desde o começo da manhã... Eu não respondo legalmente. Então, se viesse ao caso – como os senhores estão perguntando e fazem muito bem – de onde vinha a vacina, como vinha a vacina, qual a quantidade, eu não teria como responder, caso ele fizesse esse tipo de envolvimento. Tinha que colocar o Sr. Herman, mas, infelizmente, ele,



vamos dizer assim, se empolgou um pouco, falou várias vezes e não focou realmente nos casos, na questão da propina e tal... Foi levando para outras questões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. também alertou Domingueti para que ele tivesse cuidado com a acareação com o Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, na verdade, porque eu não participei do jantar, não é, Excelência? Então, sempre foi uma... Tudo que eu estava dizendo ali... Não tinha certeza. Eu não podia confirmar que havia existido esse pedido de propina. Então, eu deixei claro a ele, até como colega, para ele tomar cuidado que... Vir a uma Comissão como a dos senhores aqui, com envolvimento de Polícia Federal, da Polícia Legislativa do Senado, etc., teria implicações. Então, para ele tomar muito cuidado, para ele ter certeza de que a denúncia que ele estava fazendo era fidedigna.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou encerrando.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador Renan, o senhor tem...? Ficou alguma dúvida sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Para mim, ficou.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente vai colocar a dúvida, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A dúvida é uma coisa de que eu me lembro agora.

Vamos falar sobre propina de vacina que não existia. Vamos falar sobre isso.

Você, quando recebeu a repórter, ligou para o Domingueti e disse "Fala tudo", segundo o depoimento do Domingueti aqui. Foi você que ligou para ele para você falar tudo para repórter da *Folha de S. Paulo*. Não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Aconteceu o seguinte: ela já tinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu te perguntei uma coisa, me responda. É isso ou não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, pelo que eu me recordo, ela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você se recorda bem, porque você ligou para o Domingueti e disse para ele falar tudo para a *Folha de S. Paulo*.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, Excelência, se ele tivesse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, só um minutinho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou seja, ele sabia que tinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... uma oferta de propina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque negócio aí é o seguinte... Ao que eu quero chegar é que você está... Quando a gente fala sobre a propina: "Não, não sei, não sei". Você sabia de tudo o quê nesse momento? Porque a coisa mais importante daquilo ali foi o pedido de uma propina feito dentro de um restaurante de US\$1 por vacina.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele não estava no encontro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já falou detalhadamente sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas eu estou fazendo essa pergunta, estou detalhando mais.

Quando você ligou para o Domingueti, você não tinha conhecimento? Domingueti não falou para você que tinha recebido essa proposta?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência... Posso complementar já?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, pode.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inicialmente, durante as tratativas, simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, isso não te incrimina.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não, não... Eu faço questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou falando, e você está falando de terceiros.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faço questão de responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faço questão de responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inicialmente, foi passado que era o grupo do Branco. Com o passar do tempo, depois do fim das negociações, ele se mostrou com uma mágoa muito grande pelo Roberto Dias, tá? Sempre reclamava do Roberto Dias, da comissão e tal. Então, isso me levou a acreditar que realmente existiu o suposto jantar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas qual foi a sua situação em você pegar o telefone, ligar para o Domingueti, mandar ele dar uma entrevista e dizer "fala tudo"?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu já estava sendo pressionado pela *Folha de S. Paulo*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, amigo. Conta essa lorota para outro; para mim não, amigo.

Vamos lá: "fala tudo" é fala tudo o quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sobre o suposto pedido de propina do Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, V. Exa. tinha conhecimento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já disse que tinha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque está... Essa questão, Senador Renan, é para deixar muito claro que isso aqui é uma coisa que a gente quer levar a sério. A gente vê que essa Davati não é séria, que a tua empresa também não é séria e que essas negociações não foram sérias. O que nos espanta é o Governo sentar e discutir... Aí tu colocas, tem o Reverendo, tem coronel, tem tenente-coronel, tem não sei o quê, todos envolvidos em uma trama, e o povo brasileiro morrendo por falta de vacina.



O que eu quero saber é o seguinte: o senhor tinha conhecimento antes; qual foi o dia que o senhor teve conhecimento da propina de US\$1?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, ele me falou uma vez que ele estava muito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não...

Espera aí, o cara sai de uma reunião, ele é seu empregado, seu funcionário, é um cara que dependia de você para ter uma renda extra, porque você era o patrão dele, correto? É ou não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Até então não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Até então não?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele só veio a ser credenciado por nós em abril, mas eu tinha realmente essa responsabilidade com ele de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele disse que usava essas vendas para ter uma renda extra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Disse aqui. Está certo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É está correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, ele tem uma reunião com uma equipe, um funcionário do alto escalão do Governo Federal num restaurante. Esse Roberto Dias, no dia seguinte, já recebe dentro do Ministério o Domingueti. O Domingueti sai de lá... É lógico que a primeira pessoa para ele entrar em contato é você, porque você era a pessoa que tinha o contrato da Davati. Quem tinha a responsabilidade sobre a Davati aqui, quem estava com uma procuração da Davati era você. É ou não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Porque o Domingueti, até então, não tem absolutamente nenhuma procuração para tratar sobre Davati; quem tem procuração para tratar sobre Davati se chama Cristiano, correto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeito, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Fernando Bezerra, para gente esclarecer...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É porque tem uma parte aí que é importante: não é nem procuração – só para corrigir –; é uma carta de representação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Sim, tudo bem, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que nem tem validade jurídica, nada. Só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, uma série de coisas não têm validade nenhuma. Eu só estou querendo aqui saber o momento em que o Sr. Cristiano sabe da propina, porque ele está dizendo que o cara estava com raiva... Não, você soube muito antes disso, Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, a primeira vez que veio diretamente a mim sobre o caso, o nome do Roberto Dias envolvido nisso foi, acredito eu, no dia 12 de março, na minha vinda até aqui. Nós estávamos na Senah.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá! Agora... Agora... Agora... Peraí! Você vem aqui dia 12 de março, mas não é comunicado pelo seu funcionário que



trabalhava contigo e não podia ter nem vínculo empregatício contigo, porque ele é PM, correto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não podia nem ter vínculo empregatício; ele é policial militar. Ele é cabo da Polícia Militar, uma pessoa com conhecimento seu, e usava isso, como ele disse aqui, para ter uma renda extra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vem dia 2 de março.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Doze – doze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doze de março à Brasília, mas você não sabia dessa reunião que tinha havido entre Roberto Dias, Coronel Blanco e um outro cidadão, que nós já sabemos quem é.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tinha, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então... E ele não tinha lhe relatado que foi pedido a ele US\$1 de propina por cada vacina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O valor exatamente ele não tinha mencionado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ele falou que... Ele já falou aqui, na Comissão, Presidente – só para ajudar aí nesse interrogatório –, que, no dia da reunião sobre o comissionamento, ele falou de comissionamento, ele teria sido informado pelo Domingueti. Não foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele disse foi o seguinte: que o Domingueti falou isso para ele porque estava com raiva, porque não sei o quê.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tá. Então, eu estou equivocado. Eu estou entendendo errado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Em momento nenhum... Posso complementar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque V. Exa. disse que ele estava chateado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o que ele estava chateado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas disse "por ocasião da entrevista".

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Da entrevista, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei sobre isso na entrevista.



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, ele estava... Ele sempre se mostrou muito chateado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Você tinha conhecimento do pedido de propina?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha. Já tinha, e já tinha falado aqui.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu posso até ir um pouco mais para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No dia 12 de março, quando eu estive com o Coronel Elcio Franco, eu ainda mencionei que nós estávamos em tratativas com o Roberto Dias, e ele desconhecia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Elcio desconhecia que você estava conversando com o Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, há tanto tempo, inclusive, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há tanto tempo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inclusive eu falei até desde de janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é importante. Prossiga nessa informação.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Inclusive o Coronel Boechat e o Coronel Pires estavam no mesmo ambiente, ali, e um olhou para o outro... Tipo, os três ficaram com cara de paisagem. Tipo assim: "Não estamos sabendo o que está acontecendo aqui, dentro do ministério".

Então, não avancei em relatar mais alguma coisa que eu desconfiasse, porque eu não estava no jantar, porque eu não tinha nenhum tipo de provas, mas já dei a entender que nós estávamos... Dei a entender, não; fui bem claro, inclusive. Nós estávamos... Mostrei, inclusive, a proposta, que nós estávamos fazendo tratativas com o Roberto Dias, sobre vacina, e nenhum dos três, que talvez acho que seriam a maior, a mais alta cúpula lá, do ministério, tirando o Ministro General Pazuello, tinha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou só, para encerrar aqui a minha participação... Eu vou perguntar rapidamente sobre algumas pessoas, algumas delas já tratadas no seu próprio depoimento, mas só para garantir a ênfase que o depoimento requer.

Como o Sr. Guilherme Filho Odilon colaborou com as negociações da Davati com as pessoas do ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se puder sintetizar...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... só para não tomar muito tempo dos companheiros.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que essa tenha sido a principal pessoa interlocutora entre a Senah, o próprio Domingueti e o Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi a principal pessoa...



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... entre a Senah, Domingueti e Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Isso eu tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem alguma outra informação? Ele fez algum contato? Há o número de telefone dele...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que possa facilitar a sua localização?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso pesquisar aqui. Faz muito tempo, mas eu posso pesquisar.

Mas eu tenho certeza de que no celular Domingueti tem o contato dele. Isso aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Celular do Domingueti tem o contato...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O contato dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por favor, de Odilon – Guilherme Filho Odilon.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A última coisa que eu tenho para comentar sobre isso, se o senhor me permite, Excelência, foi no dia 12... No dia 13, na verdade, eu fiquei em Brasília, por conta de que eu havia sido...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rapidamente, porque nós...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É só para exemplificar, porque o senhor me fez a pergunta do Odilon. Ele me ligou no dia 13 me perguntando se eu tinha estado no ministério falando com o Elcio Franco e, aparentemente, ele não sabia, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Então, é a única outra complementação que eu tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí você disse para ele que tinha estado com o Elcio Franco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que tinha estado com Elcio Franco e qualquer outro tipo de informação, que ele pegasse com o Domingueti, porque eu nunca...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente, qual é a relação da Davati com o Reverendo Amilton Gomes de Paula?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nós demos um ofício para ele representar a empresa perante o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também recebeu ofício para representar a empresa perante o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Em especial, naquela negociação que estava ocorrendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em especial, na negociação.

E foi ele que levou o Domingueti ao ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E marcou o encontro do restaurante?



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não posso afirmar, mas acredito eu que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredita que sim.

Ele seria remunerado?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Reverendo Amilton?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Senador fez a pergunta agora há pouco, eu respondi a ele. Vou afirmar: ele diz em entrevistas que ele receberia uma doação, mas a empresa dele é uma empresa privada, então, tenho a absoluta certeza de que ele teria algum tipo de acordo com o Domingueti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. e da Davati com o Coronel Marcelo Blanco Costa?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absolutamente nenhuma. Ele me procurou, no dia 1º de março, se apresentando: "Cristiano, aqui é o Blanco. Falo de Brasília. Gostaria de entrar em um *call* com você e com Roberto Dias".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Coronel Blanco foi envolvido nos negócios da Davati junto ao ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, ele se apresentou a mim como... Ele tinha sido recentemente exonerado do Ministério da Saúde, aberto uma empresa de representação de insumos hospitalares e estaria fazendo negócios ou intermediações com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Davati prestou alguma retribuição pela intermediação do Coronel Blanco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. A Davati...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou prestaria? Qual era a participação dele no comissionamento a que V. Sa. se referiu aqui?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não foi acertado nenhum tipo de comissionamento pela Davati. Só por telefone, ele me perguntou quanto seria o comissionamento total da Davati numa negociação desta por vacina. E eu respondo a ele por mensagem de texto: "A comissão é US\$0,20 no total". E ele me responde: "Estou indo falar com o Roberto Dias".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Blanco. Coronel Blanco.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era, no seu entendimento, o nível de influência do Coronel Blanco no Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, depois que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele era influente? Ele realmente tinha acesso? Ele facilitava as conversas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é que ele dizia nas mensagens que lhe chama a atenção?



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Parecia ser muito próximo do Roberto Dias. Eu acredito que até um assessor oficioso, vamos dizer assim. Acho que ele continuava exercendo a mesma função que ele tinha quando ele era funcionário do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O Marcelo Blanco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – O Marcelo Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perante que pessoas do Governo Federal o Coronel Blanco promoveu interesses nessa negociação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Única e exclusivamente com o Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Única e exclusivamente com o Roberto Dias.

Qual é a relação de V. Sa. com o Coronel Helcio Bruno de Almeida?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nenhuma. Eu o conheci no dia 12 de março, aqui em Brasília. Eu nem sabia da existência do Instituto Força Brasil ou dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, o Instituto Força Brasil. É sobre o Helcio Bruno que o senhor está perguntando, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O senhor perguntou do Coronel Helcio Bruno?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Helcio Bruno.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Helcio Bruno. Desculpe, são muitos coronéis e muitos helcios!

Eu o conheci na reunião no Instituto Força Brasil que precedeu a reunião no Ministério da Saúde com o Coronel Elcio Franco. A agenda que estava registrada no *site* do Ministério da Saúde estava em nome do instituto dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, para encerrar, qual é a relação de V. Sa. ou da Davati com o Coronel Glaucio Octaviano Guerra? De quem se trata?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Coronel Glaucio Octaviano Guerra é, como eu disse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais uma vez...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mais uma vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E só para enfatizar.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele é Coronel da Reserva da FAB. Ele não tem conhecimento algum desses personagens do Exército Brasileiro que habitam aí pelos ministérios ou pela Presidência da República. Ele não conhece nenhuma dessas pessoas.



15/07/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sei.
O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É uma pessoa muito correta, a meu ver. Nos Estados Unidos, ele mora lá há praticamente dez anos. Constituiu família lá. E a única relação e vínculo que ele tem com a Davati é a amizade que ele tem com o Herman Cárdenas de alguns anos atrás. Parece que ele intermediou a venda de um avião para o Herman Cárdenas, não mais do que isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares...

Eu inicio aqui, Sr. Cristiano, fazendo uma pergunta para o senhor: qual é hoje o seu rendimento mensal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu sou prestador de serviços. Depende do serviço que eu pego. Acredito que em torno de R\$4 mil, R\$5 mil, depende do mês, ou R\$6 mil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que o senhor recebeu R\$4,2 mil de auxílio emergencial?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu já respondi anteriormente. É necessário eu responder novamente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu não ouvi. O senhor pode repetir?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É necessário?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu mencionei que, no ano de 2020, vários contratos que eu tinha de prestação de serviços se tornaram inadimplentes, e todas as minhas rendas, em um certo momento, ficaram abaixo do que eu tinha, e comecei a ter alguns tipos de dificuldades para alguns pagamentos. Aí uma colega minha, que eu conheço, me cadastrou no *site* do auxílio, e eu passei a receber depois de alguns meses. Após isso, no final do...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor recebia R\$600 por mês?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Antes de preceder o final do ano, eu entrei em contato com a Procuradoria da Fazenda, se não me engano, e já solicitei o estorno desde então.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor vai devolver os R\$4,2 mil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faço questão. Faço questão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu acho que é muito importante o senhor devolver...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faço questão, Senadora. Faço questão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... porque esse auxílio emergencial, Sr. Cristiano, vem para pessoas que não têm renda, que precisam sobreviver.



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim! Senadora, a senhora está coberta de razão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seiscentos reais é um valor que, para quem tem um salário, não significa muito...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. A senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... mas que, para quem não o tem, significa muito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É só para esclarecer: esse auxílio entrava em uma conta de uma poupança a que eu não tinha nem acesso, e fiquei sabendo muito tempo depois, três meses depois ou quatro meses depois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, nem lhe fazia falta, não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, eu nem percebi que ele tinha chegado num primeiro momento, depois que eu fui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas não foi o senhor que se cadastrou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi uma colega minha que me cadastrou – o pai dela estava numa situação complicada. E me cadastrou e falou: "Ah, vou colocar você aqui pra ver se realmente você consegue e tal", porque as coisas estavam muito complicadas – não é? –, inclusive me levando a este mercado aqui de EPIs para a gente tentar fazer alguns negócios.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sair de uma possibilidade, de uma renda, portanto, de R\$1 mil pra fazer movimentações bilionárias, porque nós estamos aqui diante de uma negociação da ordem de 400 milhões de doses, de R\$30 bilhões, uma mudança rápida e significativa, não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, Excelência. Eu nunca acertei nenhum tipo de remuneração com a Davati caso houvesse esse tipo de negociação, porque dependia inclusive de preço e dependia de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não tinha um percentual pra receber da Davati...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A Davati...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... com o sucesso das negociações?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como eu disse anteriormente, Senadora, a Davati receberia em torno de 17 a 20 centavos por dose, e ela faria todos os envolvidos serem remunerados através dessa remuneração que era teria como intermediadora. Mas, como nunca, vamos dizer assim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para o senhor especificamente viria esse valor de 17 centavos. É isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, seria para a Davati, como incorporação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E para o senhor, especificamente, quantos por cento?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nunca cheguei a acertar isso, Excelência, porque, dependendo da negociação, tinha outras pessoas envolvidas. No caso do Ministério da Saúde, nós tínhamos envolvidos aqui a SENA, o Domingueti. Então, tinha outras pessoas a serem remuneradas.



15/07/2021

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual o percentual para a SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como disse anteriormente, eu nunca tratei nada disso com a SENAH. Quem tratou foi o Domingueti.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que o Domingueti informa, em uma de suas conversas... Ele informa ao Reverendo Anderson, por exemplo, que estaria desfazendo e formalizando qualquer... Desfazendo o que já havia sido formalizado de qualquer vínculo entre a SENAH e a Davati.

Aí, o reverendo responde: "Boa tarde, amigo. Mariston acabou de me ligar sobre esse assunto. Estamos encaminhando para o nosso jurídico para delinear sobre essa demanda. Agradecido."

Ali vocês estão fazendo um distrato. O que havia acordado? O que tinha de acordo entre a Davati e a SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nenhuma. Só esse ofício de autorização pra negociação que tinha sido feito com o ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas pra que fazer um distrato se não tinha nada?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, porque, como eu disse anteriormente, no início, começaram a chegar mais demandas de produtos pelo Brasil todo e nós não saberíamos se poderíamos atender porque a SENAH...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, Sr. Cristiano, por que a Davati... Eu queria entender isso. A SENAH é uma entidade de atividade humanitária...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... portanto, sem fins lucrativos, enfim. Qual o interesse dela de entrar no ramo de negociação de vacina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu sempre me fiz essa pergunta. Quando eu fiz essa pergunta, o Domingueti me respondeu – abre aspas, vou deixar até claro que há devido exagero – que a compra das vacinas teria sido apoiada pelo Vaticano e a SENAH.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O reverendo, então, é ligado à Igreja Católica? Não seria a outra igreja?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Se a senhora verificar aqui os documentos a que a senhora vai ter acesso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já tem ligação com o Vaticano? Explica isso melhor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, os próprios documentos da SENAH têm a logo do Vaticano embaixo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – A SENAH diz que tem relação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A SENAH diz que tem relação com o Vaticano?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu queria que o senhor... Não, tem que esclarecer, tem que esclarecer melhor essa relação.



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu não vou saber esclarecer para a senhora, mas eu digo que este selo aqui é o selo do Vaticano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não... Sim, ele tem selo do Vaticano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, teria relação...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E aqui ela...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na verdade, tem vários selos.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, aqui, inclusive...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, mas eu acredito que o Vaticano não sabia de nada disso, viu, Sr. Cristiano?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com certeza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espero que não queiram convocar o Papa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com certeza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com toda a certeza, não sabia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Era o que faltava.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por isso eu peço esclarecimento, até em respeito à Igreja Católica e ao Vaticano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não é só... Tem o selo da Embaixada dos Estados Unidos da América.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Cristiano...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Viu, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem o selo da Embaixada do... Tem o selo do Governo dos Estados Unidos da América aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É verdade.

Eu gosto quando o Presidente faz uma intervenção, porque aí o meu Presidente me dá só mais um minutinho, né?

Cristiano, você participou...

Só um minutinho, pessoal, aqui, por favor.

Sr. Cristiano, o jantar foi no dia 25.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Uhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ora, o Domingueti, quando está nesse jantar, ele recebe uma proposta de US\$1 por vacina. Veja, é algo simbólico até, porque ele diz "um dólar". Fica lá bem redondinho. Não



é percentual, ou melhor, não é centavo, enfim, ele fala a especificidade de US\$1. No dia seguinte, ele consegue agendar, de forma muito rápida, uma reunião com o Ministério da Saúde. E ele vai para o Ministério da Saúde no dia seguinte. Na agenda que foi feita, o Ministério da Saúde, ela responde. Quando nós recebemos aqui o Roberto, ele disse: "Olha, a gente esperava que ia chegar o Cristiano. E não chegou o Cristiano; chegou o Domingueti." O senhor foi informado dessa reunião do dia 26? E por que é que o senhor não foi?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não fui nem convidado, Excelência. Eu nem sabia disso. Estou sabendo agora pela senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A informação do pagamento da propina, do dia 25: o senhor não teve nenhum conhecimento?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No exato momento, não. Tive depois...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor só teve no dia 12 de março, que foi, inclusive, no momento do seu encontro com o Elcio Franco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, precedeu o meu encontro com o Elcio Franco.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas foi no dia 12?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quem lhe falou dessa informação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O próprio Domingueti.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hã?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O próprio Domingueti.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele já lhe fala naquele mesmo dia 12, ou seja...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Naquele dia 12.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... ele passa do dia 25 até o dia 12...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... continuando as tratativas e as conversações, mesmo já tendo recebido ali a informação do pagamento de propina de US\$1?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu só gostaria de deixar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu não estou conseguindo ouvir. Melhore seu microfone.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu vou deixar claro, porque talvez não tenha ficado claro. Eu vou reforçar.

Havia dois caminhos dentro do ministério, aparentemente – um era via Elcio Franco, e um era via Roberto Dias –, e um não sabia do outro. O caminho que ele tentou via Roberto Dias, aparentemente, não prosseguiu por conta de algum pedido que foi feito lá, segundo chegou para mim num primeiro momento, como grupo do Blanco ou o grupo do Odilon. Aparentemente não estava prosseguindo por causa disso. E, paralelamente, eles foram



falar diretamente com o Secretário Elcio Franco, por intermédio do Força Brasil, acho que no intuito, ao meu ver, de driblar, inclusive, essa resistência por parte do comissionamento ou algo que o valha. São dois caminhos completamente diferentes.

O Roberto Dias não tinha conhecimento de que a gente estava falando com o Elcio Franco naquele dia. Inclusive, eu relatei aqui há pouco que, inclusive, recebi uma ligação, naquele mesmo dia, daquele Sr. Odilon, me perguntando se eu... Que tinha um contato com o Roberto Dias, me indagando se eu tinha estado no ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor sentiu uma certa divergência entre esses dois grupos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, o que eu senti do Elcio Franco é que ele não tinha conhecimento algum do que o Roberto Dias estava tratando. Isso me chamou bastante a atenção. Inclusive eu fiz questão de mencionar isso a ele, porque eu também estava achando estranho; porque você negocia com uma pessoa e negocia com outra, dentro do mesmo Ministério, para um assunto tão grave, que é vacina, não é? Então, vamos dizer assim, a gente não pode falar duas coisas diferentes. Não pode ter dois grupos tentando comprar vacina. Não sei se a Senadora concorda comigo...

Eu só dei mais credibilidade ao próprio Roberto Dias porque ele é que assinava as dispensas de licitação. Até a Sputnik ele chegou a comprar, acho que nunca chegou aqui no Brasil. Mas todas as dispensas, no *Diário Oficial*, era ele que assinava. Então, eu dei bastante credibilidade para ele nesse primeiro momento. Mas depois, quando eu cheguei ao Elcio Franco através do Instituto Força Brasil, eu percebi que eles desconheciam qualquer tipo de atividade quanto à compra de vacinas pelo Roberto Dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, com o Elcio Franco foi pelo Força Brasil e, com o Roberto Dias, mais pela SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – SENAH e o Odilon, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, mas os dois tratando igualmente acerca da negociação das vacinas.

E o Coronel Guerra, em uma das conversas, faz a referência, por exemplo, de um Serafim. E aí ele diz o seguinte: "Olha, o Serafim vai resolver a questão dos documentos." Por exemplo, o Domingueti envia – lhe envia, inclusive, para o senhor – uma mensagem: "Me informaram agora que o Coronel Guerra irá providenciar os documentos que faltavam."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Como era o papel dele, desse Serafim?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Então, aí já é outro caso, bem à frente, é outra negociação que já veio à tona aqui na CPI, que era com a Cifarma. Eu não estava mais – vamos dizer assim – envolvido diretamente com a negociação da Cifarma, já não falava havia algum tempo com o Herman Cárdenas, e o Coronel Guerra que tomou a frente dessa negociação e passou a tratar diretamente com a Cifarma. A documentação... Se tratava de compra de vacinas e o pagamento...

O Serafim, só para esclarecer, parece uma figura mitológica, porque todos perguntam "quem é o Serafim?" Realmente, eu não conheço muito bem o Serafim. Só sei que ele era o operador financeiro, aparentemente, da Cifarma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Em algum momento aqui, o Coronel Blanco... O Domingueti pede uma conta ao Coronel Blanco, falando em um depósito de US\$1 milhão. O senhor teve informação sobre isso?



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Nisso aí eu até fui questionado pela imprensa. Aparentemente, eles estavam fazendo negociações de bitcoins, bitcoins. Eles queriam movimentar o dinheiro, acredito que do Branco, para comprar bitcoins e para depois comprar vacinas. Aparentemente foi isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Cristiano, o senhor, na verdade, procurou a imprensa. O senhor ligou para o pessoal da *Folha* e tal...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Posteriormente eu procurei, inclusive bem recentemente, até a CNN para esclarecer os fatos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, espere aí. Existe o esclarecimento de um fato e existe a denúncia inicial. Para a denúncia inicial, o senhor procurou a *Folha de S.Paulo*.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A *Folha de S.Paulo* me procurou, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi a *Folha* que lhe procurou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na conversa aqui, do dia 16 de março, por volta de 14h24, tem o seguinte registro, um diálogo entre o senhor e o Domingueti. O Domingueti diz o seguinte: "Você falou com a turma do Elcio?" E o Cristiano: "Não responderam mais, estranho." Domingueti: "Tem hora que dá vontade de deixar vazar para a imprensa."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Cristiano: "Vamos entregar para um jornalista" – o senhor, no caso, falando.

Aí o Domingueti: "É bem assim. Acredito que esse é o caminho. Igual aconteceu com a situação da Pfizer. Estava do mesmo jeito." Aí, o senhor: "Se você tiver alguém, pede para me ligar."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nesse caso, sim, Excelência. Como, aparentemente, nós não sabíamos, e até hoje não temos as informações fidedignas da Davati, ao meu ver parecia prevaricação, porque você está oferecendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então foi o senhor que procurou a imprensa. O senhor disse que a imprensa que lhe procurou.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, nesse caso não tem nada a ver uma coisa com a outra, Excelência. Isso aí foi porque o Governo não tinha comprado as vacinas. Nós queríamos forçar que o Governo comprasse as vacinas, imunizasse a população... Porque, até pelas datas, a senhora vai ver que não tem nada a ver. É em relação à compra das vacinas. Inclusive, eu não sei se exatamente foi o Domingueti que procurou até um repórter, e o repórter disse que compra da...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essa conversa aqui, o senhor teve com qual jornal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Essa que a senhora está... Com nenhum, com ninguém.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essa a que eu estou me referindo, do dia 16.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É 16 de quando?



15/07/2021

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dia 16 de março.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, com ninguém, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando o senhor diz: "Vamos jogar uma bomba...". O Cristiano: "Vamos jogar uma bomba em Brasília".

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Foi só no sentido figurado. Nunca ocorreu essa denúncia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, claro. Se o senhor jogasse uma bomba mesmo literalmente...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro. É só no sentido figurado mesmo. Não aconteceu nada.

O que aconteceu é que o Domingueti, até a minha... Ficamos muito frustrados com a não conclusão do negócio, porque aparentemente estava tudo correto, não é? Então, foi a falta de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Cristiano, o meu tempo está acabando, me perdoe a interrupção, mas eu queria fazer, assim, uma pergunta para o senhor de forma clara e direta.

O senhor é representante legal da Davati. Está aqui a documentação clara de que o senhor, na verdade, foi designado pela Davati no Brasil a, portanto, tratar dos seus produtos, como representante legal. O senhor, então, através de toda essa conversa que envolve o Domingueti, envolve a Senah, enfim, vocês iniciam as tratativas com o Ministério da Saúde, e essas tratativas não são concluídas. Eu pergunto ao senhor: por que elas não foram concluídas? Houve, de fato, a cobrança do pagamento de propina? Fale para a gente de forma clara.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, a minha opinião no caso de... Na negociação diretamente com o Roberto Dias e o Coronel Blanco, aparentemente pode ter sido isso. Não dá para precisar. No caso do Coronel Elcio... Do Roberto Dias... O caso do Elcio Franco, no dia 12 de março, eu acredito que não tenha sido isso, Excelência. Eu acredito que, logo depois, ele foi exonerado do cargo – dez dias depois se eu não me engano –, e não teve nem tempo de ele retornar, nada mais, porque, dois dias depois dessa reunião, o próprio General Pazuello já tinha dado indícios de que ele sairia do cargo por questões médicas. Neste caso do Elcio Franco, eu acredito que não foi concluído porque realmente ele não fazia mais parte do ministério, dois ou três ou quatro dias depois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando o senhor se referiu, por exemplo, às bitcoins, elas têm alguma relação com essa negociação? A gente sabe que é uma prática, inclusive, que se usa muito para lavagem de dinheiro, por exemplo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, essa é uma boa pergunta para a senhora fazer ao Governo... Ao Tenente-Coronel Blanco. Eu desconheço essa negociação e nunca fiz esse tipo de tratativa. E, se ele fez e ofereceu isso para lavar dinheiro, ele tem que ser punido aqui dentro do Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Cristiano, eu queria lhe agradecer pelas respostas e lhe dizer o seguinte: é absolutamente estranho.



O que nós temos é uma empresa que a gente sabe que, lá nos Estados Unidos – pelas informações que a gente tem não há, inclusive, vinculação com pessoas, as informações aqui –, trata de atendimento, por exemplo, na área da construção civil. Ela inicia as tratativas com o Governo brasileiro para uma compra bilionária, se envolvem aí entidades da sociedade civil, organizações sociais, algumas inclusive religiosas. Você inicia uma tratativa, senta com o alto escalão do Ministério da Saúde, porque alguém pode dizer: "Sim, mas não foi para lugar nenhum". O fato de vocês sentarem à mesa, conversarem, reunirem-se com os principais nomes da estrutura do Ministério da Saúde já é a demonstração muito clara de que essa negociação poderia ter caminhado.

E o Domingueti traz: "Olha, não caminhou porque pediram pagamento de propina e a gente não foi para frente". Por isso, ali barrou-se a situação e a situação de fato não continuou. Pode não ter sido concluída a negociação, mas há um fato – há um fato. Vocês aí, com insegurança total, a gente vê que as informações são as mais inseguras que poderiam se apresentar para uma empresa dessa natureza. Senta num bar, chega lá num *happy hour* e, num bate papo, ali no final, você tem uma negociação de 400 milhões de doses, uma possibilidade de uma negociação de 400 milhões de doses. Tudo muito estranho. Tudo realmente muito estranho.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso responder, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Claro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Primeiramente, eu não respondo legalmente pela Davati nem no Brasil nem nos Estados Unidos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não é representante dela no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Representante de vendas, comercial, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor é o representante oficial no Brasil de produtos, está aqui.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – De vendas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Tem outros aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele está aqui em inglês, é verdade. Eu não leio muito bem em inglês, mas consigo ler.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane, nós já acrescentamos quatro minutos a V. Exa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, tem vários outros, inclusive, não tem só eu, tá? Tem vários outros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E aí o senhor diz que o senhor não tem autoridade ainda para negociar pela Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não estou dizendo isso, Excelência. Eu só estou dizendo que eu não respondo legalmente.



15/07/2021

E, quanto à sua resposta, Excelência, do bar, da conversa de bar, eu não estive no bar, não compactuei, não bebi com eles. Essa pergunta tem que ser feita ao servidor da saúde que estava presente na ocasião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já fizemos.

Muito obrigada.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane. Obrigado Sr. Cristiano.

O próximo inscrito, no sistema remoto, é o Senador Otto Alencar. *(Pausa.)*

Passando, então, adiante, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Cristiano Carvalho, seja bem-vindo aqui ao Congresso Nacional.

Eu quero... Daqui a pouco vou passar para V. Exa., Presidente, uma nota aqui do Instituto Força Brasil, tratando de responder a todas essas questões que estão levantadas. O *site* voltou. É uma pérola. Por exemplo: "Donald Trump alerta para efeitos adversos das vacinas contra a Covid". "A queda do último conservador: Ricardo Salles exonerado." Coisas assim, verdadeiras pérolas que tem aqui, *fake news*, estímulo à desobediência civil, enfim. Eu vou passar, daqui a pouco, para que V. Exa. possa ler e saber qual foi a participação.

Veja, Sr. Cristiano, eu acho que o depoimento de V. Exa...

Só um momento de silêncio, por favor.

O depoimento de V. Exa. é um dos mais importantes que nós...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um minuto de atenção dos colegas para garantirmos a palavra do Senador Humberto Costa, que está inquirindo agora. Eu vou repor o tempo de V. Exa., Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom.

É muito importante o seu depoimento, como eu disse, talvez um dos mais importantes...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Religou? O som aí, a técnica?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixe-me entrar aqui. Ah, voltou.

Então, porque ele coloca, ele desnuda duas questões. A primeira delas é a quem, a que governo o Brasil está submetido.

Tão grave quanto essas acusações de corrupção é a constatação de que, em meio a uma pandemia como esta, o Ministério da Saúde foi governado às bases da trapalhada, patoadas. Isso é lamentável e mostra a falta de seriedade deste Governo. E o outro é que havia ali realmente um esquema de corrupção, de tentativa de corrupção, utilizando insumos tão relevantes para o enfrentamento à pandemia quanto é a venda de vacinas.



15/07/2021

Pois bem. Eu queria começar perguntando a V. Sa., porque hoje o Sr. Herman Cárdenas, que realmente diz aqui que não tem vacina pra vender, que ele é apenas um alocador... Como é que ele chama? Ele é um alocador que, ao encontrar um cliente, vai em busca de uma empresa que pudesse alocar essas vacinas.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Perfeito, Senador, é assim mesmo que ele se situa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aí ele diz que o alocador dele é uma pessoa que tem um contrato de confidencialidade com ele que ele não pode revelar. Ele diz que é um médico americano, não é?

V. Sa. tinha conhecimento disso, de que ele não tinha vacina nenhuma pra vender?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, o único documento a que eu tive acesso desses alocadores é a respeito de um Medallion Group, que fica na França, que seria o fornecedor das vacinas. Foi a única informação que eu tive até hoje. Que é um médico, um grupo americano, isso aí eu desconheço plenamente.

Se o senhor me der só um segundo, eu gostaria só de deixar claro que nenhuma negociação de preço ou envio de propostas foi feito por mim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sempre tratou do Sr. Herman Cárdenas enviar todas as propostas para o Governo brasileiro ou pra quem quer que seja.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Obrigado.

Então, ele estava tentando fazer uma aproximação entre uma *allocation holder*, uma empresa que possuía créditos de vacinas junto ao laboratório AstraZeneca.

V. Sa. não sabe quem é esse *allocation holder*, como...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como eu disse pro senhor há pouco – depois eu vou disponibilizar à CPI –, o único documento que eu possuo é um...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... que ele está fazendo uma compra de vacinas com um grupo chamado Medallion Group, que, se eu não me engano, fica em Mônaco, na França. É a única informação que eu posso prestar, por juramento de dizer a verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor falou aqui do Reverendo Amilton Gomes. Ele, naquela entrevista que eu citei, disse que o senhor, entre aspas, "é um picareta", que ele foi usado por V. Sa. para acessar o Palácio do Planalto e o Ministério da Saúde e que ele tinha feito essa relação amistosa com V. Sa. porque tinha em vista que receberia uma doação. Ele fala, inclusive, que a associação receberia doações da Davati, através do Herman Cárdenas.

Foi repassado algum recurso financeiro pra ele no Brasil ou no exterior?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu tenha conhecimento não, Excelência.

Quanto à menção dele aos picaretas, eu não tenho nada pra relatar a respeito do Sr. Amilton. Acho que só as próprias negociações, as tratativas e documentações falam por si só.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor também não sabia qual era o valor dessa dita doação, não é?



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu desacredito nisso, porque ele não tem nenhuma empresa que possa nem receber doações. A empresa dele, aqui no Brasil, é uma empresa privada, não é? Então, não acredito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Existem... Olha, existem denúncias de que empresas, como essa Davati e outras, na verdade, se utilizaram desse processo da pandemia não para vender vacinas, mas para buscar as chamadas cartas de intenção. Inclusive, ele, numa das correspondências...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que V. Sa. leu aqui, dirigida ao Ministério da Saúde, ele fala da necessidade de se obter uma carta de intenção.

Esse golpe, pelo que se diz, acontece da seguinte maneira: você pega uma carta de intenção de um governo ou de alguma instituição que tenha credibilidade; depois vai para o mercado para conseguir empréstimos a juros de certa forma não tão elevados; e, depois, esses juros, esse empréstimo não é pago.

O senhor acredita que a Davati é uma das empresas que pratica esse tipo de coisa?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que não, Excelência. Eu acredito que, apesar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já ouviu falar desse golpe?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu ouvi pela imprensa, mas eu não acredito que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem ideia de quanto custa uma carta dessa de intenções no mercado?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, eu nunca ouvi falar que ela tinha custo ou valor, vamos dizer assim, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, o custo que eu digo assim: "Me dê a carta de intenção..."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim. Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Eu lhe dou 'x' de propina e eu vou lá no mercado buscar dinheiro."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Desconheço, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor acredita que essa possibilidade pode ter ocorrido nessa negociação do Sr. Roberto Dias com o Domingueti? Porque realmente estava, à luz do dia, evidente que a sua empresa não tinha vacina nenhuma para vender. Poderia estar sendo vendida a carta de intenções?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Certo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu gostaria só de fazer um adendo aqui, se o Presidente me permitir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Presidente, além de mim, existem outros representantes no Brasil – a Senadora questionou. Um deles, inclusive, mandou uma proposta da Davati diretamente para o General Pazuello, quando ele era ainda Ministro. O nome dele é Julio Adriano de Caron e Silva. Eu fiquei sabendo pela imprensa também. Inclusive, tem um processo de compra dentro do Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é bom para a gente ter conhecimento também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Processo de compra?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi iniciado o processo de compra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi iniciado o processo de compra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Na gestão do General Pazuello?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – De quantas doses?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu não sei dizer. Eu não tenho acesso. Eu fiquei sabendo pela imprensa.

Na verdade, ele estava negociando, simultaneamente a mim, com o Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com a própria Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sem o meu consentimento. Eu nem... Não sabia da existência dele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele negociava com o Ministério da Saúde em nome da Davati sem o conhecimento seu?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E tem um processo de compra iniciado no Ministério da Saúde – é isso que o senhor está informando?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente. No dia 10/03, ele peticiona às 18h30 – processo restrito, gerado documento preparatório.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é o nome dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Julio Adriano de Caron e Silva. É um advogado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí não tem, no valor, nem números e nem doses? Nem financeiro e nem doses?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu tentei até entrar nesse *site*, mas parece que a CGU colocou em segredo de justiça. Eu não consegui abrir.



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A CGU colocou em segredo de justiça?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, não consegui... Tinha um "CGU" que estava no nome, do lado assim; não consegui abrir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor poderia, por gentileza...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Opa, desculpa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ela consta do dia 10 de março?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Dia 9 de março.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Data do registro: 9 de março, Julio Adriano de Caron...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vinte dias, quinze dias depois do jantar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... processo, gabinete, ministério... Atividade fim: aquisição de medicamentos e insumos.

Com a sua... O senhor vai disponibilizar todos os documentos para nós?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, já... Eu vou disponibilizar tudo e...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Mas eu queria só pedir – e vou obviamente repor o tempo do Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas eu queria pedir aqui à Secretaria que, se pudesse digitalizar essa folha para nós apresentarmos aqui, acho que seria de bom-tom, por gentileza. Depois devolva ao Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, é só para deixar claro que existia essa outra negociação, e eu não sei qual o andamento que ela teve exatamente porque, segundo a imprensa – eu não conheço esse Júlio –, foi um *e-mail* direto já para o General Pazuello, o então Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não conhece esse Julio?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nunca ouvi falar, ouvi falar pela imprensa. Aparentemente, ele foi credenciado pelo Vice-Presidente da Davati, Philip Quick, que fez um contrato de confidencialidade com ele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Nossa! Mas essa Davati realmente...

Mas, olhe, chama atenção, inclusive, a exigência da Davati quando pede ao Ministério da Saúde essa carta de intenção, que deveria ter o papel timbrado do ministério e ser uma coisa oficial. Eu suspeito que a Davati, na verdade, estava atrás de cartas de intenção para aplicar algum tipo de golpe na obtenção de empréstimos, alegando que havia comprador para vacinas – não é? – com credibilidade, e que depois ela iria fazer essa busca do alocador da mercadoria das vacinas, não é?



Me perdoe lhe perguntar: V. Sa. falou que pagou, que mandou fazer uma perícia no seu celular e nos está entregando, o que acho que é uma iniciativa muito boa. Foi V. Sa. mesmo que pagou por isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sim, exatamente, fui eu, com o acompanhamento do meu advogado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Eu acho que V. Sa. foi de muita utilidade para a CPI no dia de hoje, como eu disse, de um lado, porque revelou que havia uma verdadeira rede de corrupção ou de tentativa de corrupção no Ministério da Saúde praticada por pessoas que ocupavam cargos relevantes com poder de decisão em relação à aquisição de vacinas, inclusive vacinas de que o Brasil estava precisando muito naquele momento, não é? Então, essa foi uma contribuição importante e veio acompanhada de nomes, de cargos, enfim, que nós vamos aqui devidamente investigar.

Agora, a outra coisa, como eu disse, é que V. Sa. deixou a nu o que é o Governo brasileiro hoje, a quem o Brasil está entregue, Sr. Presidente, um Governo que – não quero fazer aqui nenhum comentário depreciativo a V. Sa...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas um Governo que, diante de uma empresa que não tem credibilidade, que não tem credenciais...

Só um minuto, pessoal.

Uma empresa que não tem credibilidade, que não tem credenciais para poder negociar com um insumo tão importante, como a vacina, que já havia sido vítima de denúncias no Canadá por tentar vender a grupos indígenas do Canadá vacinas que a empresa não tinha... Inclusive, V. Sa. citou o caso de um funcionário do ministério, um desses integrantes do Ministério da Saúde na administração Pazuello que tinha conhecimento – ele tinha conhecimento! Ele questiona o representante da Davati dizendo: "Olhe, tem uma denúncia de que, no Canadá, vocês tentaram dar um golpe". Só que lá é diferente, não seguiu em frente; aqui, chegou ao Secretário-Executivo do Ministério da Saúde. Então, é a esse que o Brasil está entregue.

No momento em que o Brasil já tinha centenas de milhares de pessoas mortas por conta da incompetência, da inoperância, da insensibilidade deste Governo, por não ter adquirido as vacinas no momento adequado, o Ministério da Saúde, cheio de pessoas que estavam em busca de algum tipo de benefício, de vantagem pessoal. É a própria caracterização do desgoverno! Isso se chama desgoverno, absoluta falta de controle sobre as atividades que o Governo realiza, ainda mais num momento sensível como este, um momento em que nós estávamos vivendo uma pandemia que acometeu milhões de pessoas, que ceifou milhares de vida, e o Brasil sendo administrado como se fosse uma coisa completamente sem importância por essas pessoas – pessoas despreparadas, pessoas sem experiência, pessoas que não conseguem distinguir uma empresa como a Pfizer de uma empresa como a Davati! A verdade tem que ser dita!

E, infelizmente, isso continua! E eu tenho convicção de que não é só no Ministério da Saúde. Pelo contrário! Se, no Ministério da Saúde, foi assim, Ministério da Saúde que tinha responsabilidade de fazer o enfrentamento a esta catástrofe, a esta tragédia que é a pandemia, que nos assola há mais de um ano, se quem tinha essa responsabilidade administrava dessa maneira, eu imagino como não devem ser os outros ministérios, sobre os quais há menos olhar, menos foco da mídia, das pessoas. Não é à toa que eu vejo aqui



a base do Governo envergonhada – envergonhada! A verdade é esta: envergonhada, envergonhada de ver a falta de seriedade com que foi tratada uma questão tão relevante como o enfrentamento à pandemia por parte do Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, eu quero reputar este depoimento de hoje como um dos mais importantes, porque nos deu uma espécie de raio-X do que era – e eu espero que agora esteja diferente, não tenho muita expectativa de que esteja, porque boa parte de quem estava lá permaneceu, mas espero que esteja diferente –, um raio-X do que se pode chamar de absoluto, total e completo desgoverno! É isso que nós temos hoje, no Brasil, lamentavelmente.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, posso fazer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... um comentário?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode. Por mim, pode.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pode? Eu só queria deixar claro que eu entrei na empreitada na mais absoluta boa-fé. Em momento nenhum, eu soube de alguma informação que desabonasse a empresa. E eu não tenho conhecimento se ela realmente não tem esses alocadores, como ela disse.

É só isso que eu queria comentar e pedir desculpas aos Senadores se, em algum momento aí, extrapolei as minhas atribuições e falei mais do que devia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

V. Exa. me permite, Presidente?

Eu queria pedir à Presidência desta Comissão que procedesse ao requerimento de convocação dos outros representantes que fizeram também negociação com o Governo Federal. Para alguns deles, a exemplo do Julio Adriano Caron, até iniciou o processo de compra. Presidente, o Silvio Bianchi, Julio Adriano Caron e Rafael Martins Lopes seriam os outros intermediários para essa compra.

A imprensa, por exemplo, o Poder360 traz uma matéria que aponta, por exemplo, que uma das negociações teria sido numa proposta de 200 milhões de doses da Janssen ao Ministério da Saúde. Então, eu vejo que é extremamente necessária a convocação desses outros três intermediários aqui para serem ouvidos pela Comissão, sobretudo porque para um deles já há um processo aberto para aquisição desta compra. A gente até precisa ter mais informações aprofundadas, em que pé está essa negociação, se foi efetivada, se algum pagamento foi feito ou se algum empenho foi feito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso fazer um comentário, Excelência?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que, junto ao Ministério da Saúde, só esse Julio Adriano de Caron e Silva procedeu. Os outros a gente não pode ter certeza. Eu não acredito que... Não. Então, é só para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu tenho aqui a documentação que apresenta exatamente eles como intermediários e a apresentação de proposta.

A informação que V. Exa. coloca é referente à abertura de processo, que...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Entendi, entendi.



15/07/2021

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De fato, pelo que nós temos, é apenas desse que o senhor acaba de citar.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu só estou tomando um pouco de cuidado de não fazer juízo de valor. Essa é a única pessoa de que nós temos certeza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o que o senhor coloca já está público, na verdade...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não vi isso. Me desculpa, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De Julio Adriano de Caron e Silva é o único processo que consta em aberto, pelo menos que é de nosso conhecimento.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim. Me desculpa, eu não tinha conhecimento da reportagem, Excelência. Estou falando aqui só por...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Só uma coisa aqui que foi publicada agora no *Correio Braziliense*. É bem rápido.

O Sr. Cristiano Carvalho teria dito, em áudio, ao Sr. Domingueti, no dia 14 de março:

Como você viu, o Pazuello caiu, né? E aí a gente precisa ver agora como é que faz. Porque, quanto ao reverendo, o reverendo não tem ascendência nenhuma. Quem tem é o Helcio com h, o coronel. Tem que centralizar nele. O reverendo é só no sapatinho. Me posiciona aí como vai ser agora, se continua falando com o Elcio [com e], o secretário lá, porque o Herman [...] tá me perguntando.

O senhor teve esse diálogo com...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Acredito que sim. Os verbetes aí são meus, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual foi o sentido desse diálogo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, é como se... Eu não tinha conhecimento de que o Elcio Franco sairia ainda do Ministério; só o General Pazuello, não é? Então, eu dei orientação a ele que continuasse, que tentasse continuar as tratativas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Marcos Rogério, a gente fica aqui... Eu fico abrindo espaço para todo mundo falar, mas tem que ter um limite nisso, porque senão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estamos falando de mim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. V. Exa. vai falar agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, eu preciso da ajuda de vocês, porque cada um tem direito a falar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tomaram boa parte do meu tempo com justiça, com justeza...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não pode, não pode...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senhores, eu...

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não pode, não pode, não pode...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu preciso fazer aqui justiça. Ele está em silêncio absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. É V. Exa. É o seu tempo. O Senador Randolfe vai falar depois de V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A seguir, Senador Jorginho Mello, aniversariante de hoje; Senador Eduardo Girão; o Senador Eduardo Braga cedeu à Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aí, obrigada! Então, é isso que eu ia comentar, Sr. Presidente, até porque eu ia falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você não precisa mais comentar nada. Hoje você está aqui...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, eu estou todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Olha, eu só não venho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está aqui, já inscrita.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A minha bancada está aqui. Elas sabem que eu estou todos os dias aqui, mas nós... Inclusive, ontem... Inclusive, ontem eu fiquei até o final; não consegui questionar a Emanuela, fiquei para primeira da lista, tive problemas no gabinete, passei para a minha colega Eliziane. Estava justamente conversando com o Senador Marcos Rogério; por isso que ele tomou um susto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Porque eu falei assim: "Olha, Senador, se eu puder entrar na lista, o senhor se incomoda?". Ele: "Não, Senadora". Então, eu agradeço aos colegas por me permitirem estar na lista dos titulares. Obrigada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Leila, como sempre, solidária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Cristiano Carvalho, bem como ao seu patrono que o acompanha, minha saudação.

Sr. Cristiano, qual era a sua relação, o seu vínculo com a Davati? De forma objetiva.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sou um representante comercial, um vendedor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vendedor. Mas tinha vínculo formal, extraoficial? Como é que era essa relação?



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Eu nunca tive nenhum vínculo, pagamento, reembolso ou qualquer coisa que o valha durante essa negociação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem registro na categoria de vendedor?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sempre fui vendedor, mas não tenho registro na categoria, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. também não tem registro na entidade que representa vendedores?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não, não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fazia a intermediação entre a empresa Davati e o Ministério da Saúde em que condições?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como um contato comercial. Eu apresentava a pessoa que queria realmente fazer a compra, que era, no caso, o Roberto Dias, ou o Blanco, quem fosse, ou o Elcio Franco, prestava todos os esclarecimentos que eram necessários a eles e colocava-os diretamente em contato, ou no mesmo momento, ou posteriormente, com o presidente da empresa, nos Estados Unidos, Herman Cárdenas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha algum documento lhe autorizando a negociar com o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Havia um documento que me autorizava a negociar no Brasil, que foi exposto pela Senadora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha um documento...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... lhe autorizando...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a negociar com o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Vou mostrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, V. Sa., se tem o documento, era procurador da empresa no Brasil, tinha procuração para representá-la junto ao ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Para representá-la como vendedor, Excelência, não com poderes legais. Como foi mencionado pela empresa à mídia, com poderes limitados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Depois V. Exa. deixa esse documento em poder da Comissão para instruir aqui o processo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Já estão, já estão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. recebeu auxílio emergencial, já foi dito aqui, e parece que por seis meses, mas disse que não foi V. Sa. que pediu o auxílio ao Governo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem pediu por V. Sa.? Quem protocolou no sistema o seu pedido de auxílio emergencial?



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito que... Gostaria de resguardar o direito de não expor mais uma pessoa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. está diante da CPI, prestando um depoimento, e essa informação é uma informação que pode revelar um crime.

Qual o nome da pessoa que inseriu os seus dados no sistema?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Oi? Deputado... Senador, me desculpa, já estou bem cansado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ainda está cedo para cansar.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É que eu respondi bastantes perguntas de todos, tá? Eu vou me resguardar o direito de silêncio somente nessa questão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. agora vai usar o direito do silêncio para não declinar um crime?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, se tiver sido um crime, eu vou responder por ele. Pode ter certeza disto: que eu vou responder por ele, tá?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Sa. sabe, certamente seu advogado já deve ter lhe orientado, que quem sabe de um crime e não comunica, prevarica.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mas eu já respondi à indagação da Senadora que eu já havia comunicado à Ouvidoria da Fazenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Eu estou trazendo esse tema aqui porque na CPI, ultimamente, fala-se muito em prevaricação, mesmo sem ter um crime aparente. Nesse caso, me parece estar...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A total responsabilidade é minha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Se o crime foi cometido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tá. Mas o crime é teu ou é de terceiros?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A responsabilidade é minha. O dinheiro entrou na minha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas foi V. Sa. que pediu para ela inserir no sistema?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito que não... Completamente, não vem ao caso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Não é V. Sa. que determina o que é importante ou não. V. Sa. pediu para inserir um sistema seus dados?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu vou me resguardar o direito do silêncio.

Senador, poderia me dar um *break*? Eu estou um pouco cansado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos, ele é da iniciativa privada. Prevaricação é para servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Presidente.



15/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está me pedindo um tempo para ir ao banheiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., Presidente.

Depois repõe o meu tempo e faça...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou manter o seu tempo. Peço para repor o seu tempo, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O advogado permanece, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eles podem ir juntos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No banheiro? (*Risos.*)

Não precisa, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode. Não se preocupa, não. O pessoal está olhando ali. O pessoal acompanha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fica Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem também aquela senhora que estava depondo aqui, todas as vezes em que ela levantou, foi acompanhada do advogado. Pode ir lá. Pode ir lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, inclusive... Foi mais ainda, Presidente: nós inclusive concedemos o direito de eles saírem das dependências do Senado, no acompanhamento dos advogados. Fizemos mais que isso, no momento da minha inquirição também: ao mesmo tempo o advogado e a depoente pediram para ir ao banheiro e nós autorizamos. Então, é um procedimento que V. Exa. tem dado sequência nesta CPI. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está pedindo uma pausa para se alimentar.

Eu vou ouvir V. Exa. Falta... Eu me lembro de que faltavam 11 minutos para V. Exa. É o tempo. Eu vou dar 11 minutos para V. Exa. e aí suspendo por 30 minutos, para que ele possa se alimentar. Já são 13h42, quase 2 horas da tarde. O.k.?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Retomando de onde parei, vou lhe dar uma segunda oportunidade: quem fez o cadastro de V. Exa. no sistema do auxílio emergencial?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, Senador... (*Fora do microfone.*)

Excelência, eu vou retificar a informação e dizer que fui eu mesmo que fiz, tá? Infelizmente, eu estou sendo colocado em uma situação constrangedora. No momento, eu precisava. Não me orgulho disso. Já falei que já entrei em contato exclusivamente para devolver. E estou aqui para prestar os esclarecimentos que forem necessários a V. Exa.



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, neste momento, o depoente acaba de narrar que mentiu conscientemente diante da CPI da Pandemia, sendo um caso para prisão em flagrante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tenho... Eu tenho posições...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele retificou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... nesta CPI e fiz apelo a V. Exa. por diversas vezes para não praticar tal ato, que é extremo. Eu não vou mudar minha posição neste momento, em respeito até ao patrono desse cidadão que está aqui hoje, mas é o caso de crime em flagrante.

Eu vou tocar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse assunto não tem nada de ver com CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou seguir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Há a tentativa de desacreditar a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixem-me responder ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, com essa informação, Sr. Presidente, todo o depoimento dele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... está em xeque e fica comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qualquer depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele só mentiu nesse ponto? A Oposição já escolheu em quem acreditar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Prisão para quem depõe contra o Governo? É isso, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... como acreditar. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque ele foi mal orientado. Deixe-me dizer uma coisa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, não cabe defesa.



15/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu, se fosse orientá-lo, diria que ele podia ficar quieto. Sabe por quê? Porque o auxílio emergencial é Covid, ele existe por causa da Covid, então se trata de algo que está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Algo que está dentro do escopo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dentro do escopo da investigação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ele poderia, pelo *habeas corpus* que ele tem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ficar calado e não responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele fez... Dentro do próprio depoimento, ele fez uma retificação. Isso não é crime.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa. está totalmente equivocado com relação à extensão do *habeas corpus*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele retificou, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Sobre ele, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque o crime...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre a pessoa, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque, veja, o crime não é dele. Agora que ele voltou aqui e se retratou, ele coloca como dele o crime, mas, no início, o crime era de terceiro, portanto o *habeas corpus* não cobria.

Peço que V. Exa. reponha o meu tempo. Eu não vou perguntar mais sobre isso. Lamento apenas e digo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. quer que eu o prenda?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Eu disse que não ia fazer aqui, porque diante dos outros eu fiz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O mínimo de sensatez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acho que foi um erro de V. Exa. o que foi feito aqui anteriormente.

Não vou mudar minha posição em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não errei não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – V. Sa. disse que o Reverendo Amilton fez um grande trabalho. Que trabalho fez esse reverendo, depoente?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Ele acessou a alta cúpula do Ministério da Saúde através da entidade dele e a pessoa dele, sendo recebido por pessoas como o Laurício, o Elcio Franco, entre outras pessoas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, ele foi aí um intermediário, um facilitador?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Um facilitador.



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um lobista de acesso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso eu não posso afirmar ao senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deu ofício para representar a Davati, e V. Sa. e Domingueti não tinham procuração para representar a empresa.

A Davati tinha carta de representação da AstraZeneca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O senhor está perguntando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou perguntando.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como já foi dito, Excelência, eu vou reafirmar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Sim" ou "não"?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... quem responde pela...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, estou perguntando a V. Sa.: tinha ou não tinha? V. Sa. estava negociando vacina, essa é a informação substancial.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pelo documento que eu recebi por crime de perjúrio, a Davati se responsabilizava pela falsidade do documento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha carta ou não?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tenho informação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Davati tinha vacina para entregar?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Segundo afirma seu Presidente, sim, tem vacina para entregar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que contrato você já intermediou com a Davati no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olha, Excelência, eu intermediei, como disse, o do Ministério da Saúde e com o Governo de Minas Gerais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que foi negociado efetivamente e entregue através dessa sua relação, negociação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nessas duas negociações, que eu tenha conhecimento, acredito que nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De todas as tramas, negociações feitas, nada foi entregue?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso eu não posso afirmar, porque existem outros representantes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, estou falando do que você fez.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu saiba, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você também representa a Janssen?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Eu só represento a Davati.



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nunca negociou em nenhuma prefeitura ou governo em nome da vacina Janssen?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A própria Davati negociou com o Governo Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não; V. Sa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A própria... Através da Senah e a Davati, nós oferecemos vacinas Janssen para algumas prefeituras alguns meses atrás.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Nós temos informações de onde V. Sa. já esteve e com quem e o que tentou negociar. A Comissão já tem essas informações. A única coisa que interessa aqui é se houve ou não pedido de propina, porque a tentativa de corrupção passiva é crime independente de resultado, se houve de fato o pedido. Como foi esse pedido de propina relatado por Domingueti a V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inicialmente, ele falou que se tratava de comissão, não é? Que o Coronel Blanco e o Odilon estavam tratando disso como grupo do Blanco e do Odilon. Então, isso seria tratado como comissionamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele disse que quem pediu foi o Blanco ou foi o Sr. Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No primeiro momento, a informação que eu tive foi de que tinha sido o Blanco, na presença do Roberto Dias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, então, agora já não é mais o Roberto Dias que pediu; é o Blanco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu já respondi isso, mas vou responder novamente. Eu não estive no jantar. A informação que eu tenho foi essa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele mandou essa mensagem para V. Exa. de que forma, lhe comunicando desse fato?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inicialmente, porque havia o pedido de comissionamento, ele pediu para o Rafael Alves me telefonar e me avisar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, não foi nem ele que lhe falou sobre o pedido? Foi um terceiro; Rafael?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Num primeiro momento, sim, porque foi, eu acredito, logo que ele saiu do jantar ou algo que o valha, e acho que já era avançado da noite.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando é que foi feita essa comunicação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No... Entre o dia 25 ou 26 de fevereiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem falou de bitcoins e em que situação? Esse comissionamento seria pago por bitcoins, é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, isso não existe. Isso aí é uma conversa entre o Tenente-Coronel Blanco e o Domingueti. Negócios privados deles.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem nada a ver com a questão da negociação da vacina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, absolutamente nenhuma.



15/07/2021

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando estive com o Secretário Elcio, por que não tratou sobre esse pedido de propina? Por que não denunciou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, eu não tinha todas as informações necessárias nem comprovações para fazer uma denúncia dessa magnitude, mesmo porque eu não estava presente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você acreditou ou acredita na versão do Domingueti sobre o pedido de propina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acho que vários fatos corroboram para que isso seja verdade, inclusive o áudio que foi exibido aqui na CPI, de que dois dias antes ele sabia do jantar – o que eu nem lembrava, desconhecia essa informação; fiquei vendo através da imprensa. Alguns indícios existem, mas eu não acredito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não; eu estou perguntando a V. Sa...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tenho certeza. Não posso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se V. Sa., que conhece o Sr. Domingueti, que tem relação com ele, tem negócios com ele, se acredita na versão, na denúncia feita. Tem elementos, tem provas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso eu não sei dizer, se tem elementos ou tem provas. Se o senhor está perguntando se eu acredito nele, eu acredito nele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você acredita que ele falou a verdade, que houve um pedido?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que ele falou a verdade na CPI, sim, nesse caso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Você disse que ficaram chateados porque não avançou nada, e estava tudo certo. Certo o quê? Tinha vacina para entregar?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Segundo o Presidente da empresa, ainda tem, inclusive. Tinha e tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha e tem?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde é que vocês entregaram vacina até agora?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Essa resposta... Essa pergunta o senhor me fez e eu já respondi. Essa outra pergunta o senhor precisa fazer ao próprio presidente da empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, tinha e tem, mas V. Exa. não sabe, não entregou em lugar nenhum, aí tem que perguntar para o CEO, lá nos Estados Unidos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu tenho acesso aos comunicados da imprensa, que até o Senador aqui leu, que são os mesmos que vocês têm.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. disse que iria à imprensa denunciar isso porque teria sido uma injustiça não ter avançado com esse contrato?



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para denunciar tudo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Uma injustiça, talvez, com o povo brasileiro naquele momento, vamos dizer, se existisse a vacina e estivesse tudo certo, por elas não terem sido adquiridas e talvez...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quatrocentos milhões de vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência, eu acho que 400 milhões foram oferecidas ao Roberto Dias e depois 200 milhões foram oferecidas ao Blanco, de Janssen. Se o senhor tiver acesso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A sua empresa ofereceu o quê, então?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não é a minha empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A que você representa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, ela ofereceu inicialmente 400 milhões ao Roberto Dias. Não era necessário comprar os 400 milhões, o lote era de 400 milhões. Ele podia comprar parte disso, ao que me foi dito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você tinha o número do lote? Essa vacina era da empresa, ou era da própria AstraZeneca, era uma intermediação da Davati com a AstraZeneca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Era uma intermediação... Segundo informações que constam inclusive na proposta, era uma intermediação entre a Davati e o distribuidor da AstraZeneca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa denúncia de propina teria sido vingança porque não conseguiram enganar o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você acredita que não?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Todos os indícios, tudo me leva a crer que, se não existiu o pedido de propina, existiu uma coisa ali estranha, pelo menos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, existiu uma coisa muito estranha: a tentativa de golpe ao Ministério da Saúde e a um conjunto de governos e prefeituras municipais.

Eu peço apenas mais um tempinho, Presidente, para eu concluir. Não vou fazer mais perguntas, apenas algumas considerações.

Vai vendo, Brasil! Quem está dando validade, palco a trambiqueiro, vendedor de ilusão, é a CPI da Pandemia, não é o Ministério da Saúde. O Ministério expurgou essa tentativa de venda do nada, de vacinas inexistentes, nos trâmites de *compliance* do Ministério. Lá não teve êxito. Não chegou sequer a tramitar a proposta, zero chance de ir à frente. E ele disse que ficou revoltado porque o Ministério não deixou avançar. Mas o que não avançou um milímetro no Ministério da Saúde aqui é tratado como "isso é muito importante", "essa revelação é muito importante", "depoimento importante". Qual é a revelação? Qual o crime? O que foi contratado? O que foi entregue? O que foi pago? Nada!



Ofertou o que não tinha, tentou enganar o Ministério da Saúde, e agora usa a CPI para criar narrativas, história da carochinha.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas esse depoimento de vendedor de ilusões, que não representa ninguém e não tem vacina para vender, nunca entregou nada nem ao Ministério, nem às Prefeituras e nem aos Governos dos Estados.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou concluir já, Sra. Presidente. Fui interrompido diversas vezes, inclusive com um banheiro interminável.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas já teve o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Enquanto isso, enquanto dá palco para esse tipo de proposta de estelionato, ao Brasil e aos brasileiros, milhões desviados no Consórcio Nordeste. Em Santa Catarina, Jorginho, caso escandaloso, tem que ser investigado. Rio de Janeiro, Pará e tantos outros Estados... Porém, corrupção de verdade, aqui não se investiga, aqui não se investiga.

Então, vou repetir: aqui bandidos são promovidos, tratados com fidalguia, e quem serve o povo, trata pessoas, é tratado com desrespeito, sob acusações, ameaças, debaixo de vara – total inversão de valores. Contra o Governo do Presidente Bolsonaro, até agora, rodam em círculo, mas não encontram prova de crime algum, nenhum centavo pago...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, V. Exa. conclua.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em nenhum contrato desses – zero prejuízo –, mas acusam o Governo.

Lamento, Sra. Presidente, que nós estejamos dando palco hoje para uma situação que me parece representar a tentativa de um grande golpe ao Ministério da Saúde – graças a Deus não avançou um milímetro e a proposta sequer foi cogitada. Nos Estados tramitaram, inclusive saiu agora há pouco uma matéria...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, eu não vou mais poder postergar o seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... falando de Estado que negociou com o Sr. Cristiano.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu vou ter que desligar o microfone. V. Exa. quer usar o tempo inteiro da CPI...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não precisa desligar, não, Presidente. Fique tranquila.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, eu já proroguei três vezes o seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fique tranquila, Presidente. Já encerrei.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. não é diferente dos demais.



15/07/2021

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade, Presidente. É verdade. Fique tranquila, eu estou encerrando. É um depoimento muito importante.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

E tão impressionante quanto o que V. Exa. coloca é o fato de essas pessoas terem sido recebidas pelo mais alto escalão do Ministério da Saúde.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos lá, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues e, na sequência...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não sou eu?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... a gente faz, então, a suspensão aí pelo tempo de 30 minutos, conforme solicitado pelo depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Sr. Cristiano, fique tranquilo que nós aqui queremos, em todos os depoimentos, tratar as pessoas com a mesma régua.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não vamos aqui, em hipótese alguma, rugir como leão com alguns e miar como gatinho com outros. Teve outras oportunidades aqui de prisão, a Presidência foi inclusive tolerante, e isso nem sequer foi arguido. Então, tenha a firmeza da nossa inquirição, mas o respeito tanto a V. Sa. quanto à doughta defesa, como temos feito com todos os depoentes nesta Comissão.

V. Sa. está trazendo informações aqui não só falando: V. Sa. está trazendo um conjunto de documentos a esta Comissão e relatando um conjunto de fatos gravíssimos. Eu queria só reportar a V. Sa., perguntar alguns nomes, esperando que o senhor pudesse declinar rapidamente para mim...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...o papel de cada um nas tratativas e negociações.

Então, vamos começar: Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Comprador pelo Ministério da Saúde do Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E qual foi a relação dele com o senhor, com a Davati, com todos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Comigo foi estritamente comercial, com informações a respeito das vacinas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E ele várias vezes mandou WhatsApp e e-mails para V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Conforme documentado e periciado, várias vezes ele me ligou e me mandou mensagens.



15/07/2021

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só lembrando que o Sr. Roberto Ferreira Dias, até certo dia, era Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Senador Humberto.

E o Sr. Marcelo Blanco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ex-assessor do Roberto Dias e, aparentemente, continuava exercendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual a relação que ele estabeleceu nas tratativas dessas supostas vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aparentemente, de assessor, secretário ou algo que o valha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele conversou com V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Conversou por WhatsApp.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conversou com o Domingueti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Conversou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Avançou nos processos de negociação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Avançou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Sr. Marcelo Blanco, assessor direto do Ministro da Saúde.

Coronel Boechat.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele era responsável pelos pagamentos dos insumos no Ministério da Saúde, segundo ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele se relacionou com V. Sa., se relacionou com...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Somente no dia 12 de março, durante uma hora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 12 de março participou de reunião com V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Participou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o Domingueti? Teve contato com o Domingueti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Teve contato com o Domingueti.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E avançou nas tratativas e provável aquisição das vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Fez algumas perguntas para a aquisição, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Sra. Presidente: Coronel Boechat, Coordenador-Geral de Planejamento do Ministério da Saúde, para que fique claro, para que não restem dúvidas.

Vamos adiante.

Coronel Pires.



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Coronel Pires, acredito, era uma espécie de assistente de ordens do Coronel Elcio Franco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E ele fazia todo o trabalho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ajudante de ordens do Coronel Elcio Franco...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual foi a participação dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele fez vários tipos de perguntas sobre a entrega, sobre o produto, não diretamente para mim, mas diretamente para o Coronel Helcio Bruno, com h. E o que o Helcio Bruno encaminhou para mim eu disponibilizei para a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Helcio com h é o Helcio que é do Instituto Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Do Força Brasil, isso. Eu encaminhei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele fez as perguntas para o Instituto Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente, não diretamente para mim ou para a Davati.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o Coronel Pires, ele manifestou interesse nas aquisições? O senhor percebeu interesse dele na aquisição das vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, nas mensagens ele diz que sim e faz bastantes perguntas ao Helcio Bruno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Pires, Sra. Presidente: Coordenação do Plano Nacional de Operacionalização de Vacinas do Ministério da Saúde, e participou de reunião – vamos já falar do Instituto Força Brasil – com o presidente do Instituto Força Brasil em um desses encontros que teve.

Sr. Laurício.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Laurício foi quem apoiou a compra através da SENAH.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele apoiou a compra através da SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Agendou reuniões e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agendou reuniões.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inclusive, indicou que fosse copiado o Elcio Franco nos e-mails e deu todas as credenciais necessárias para que pudessemos avaliar que a SENAH poderia concluir o negócio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Laurício, Sra. Presidente: Diretor do Departamento de Imunização e Doenças



15/07/2021

Transmissíveis da Secretaria de Vigilância de Saúde, participou das tratativas, manifestou interesse na aquisição das supostas vacinas.

Coronel Guerra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Coronel Guerra atuou somente como o porta-voz do Herman nos Estados Unidos, não teve influência alguma na negociação, só transmitia as informações que a ele eram passadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele era porta-voz do Herman nos Estados Unidos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, exatamente. Ele não tem relação alguma com esses outros coronéis daqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas ele se relacionou com o Herman?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Davati, nos Estados Unidos.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Guerra, assessor do adido militar da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América.

Coronel Odilon.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Odilon é coronel?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Odilon é a qualificação que temos.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, eu não tenho esse conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o Odilon que aparece aí?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele aparece como intermediador da negociação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é um dos intermediadores da negociação.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Da negociação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, veja como o Governo expurgou todos! Veja, o Sr. Cristiano acaba de declinar aqui toda a cadeia de comando do Ministério da Saúde até o Sr. Elcio Franco. Toda a cadeia de comando teve participação, reuniu... Inclusive, o Sr. Domingueti teve um chope, um chopinho de final de tarde em um bar aqui em Brasília, num *shopping*, para a negociação de vacinas.

O Sr. Cristiano não está somente falando sobre isso. Ele está com *prints* de WhatsApp, está com documentos aqui, disponibilizando a esta Comissão. Com o perdão da expressão, Presidente: ô, danada de regra de *compliance* essa do Governo do Presidente Jair Bolsonaro! Teve negociação com toda a cadeia de comando do Ministério da Saúde, toda a cadeia de comando! Deus nos livre dessas regras de *compliance*! Deus nos livre!

E é o seguinte, antes que esqueçam: corrupção passiva, art. 317 do Código Penal. O crime está claramente caracterizado.

Sr. Cristiano, detalhe o papel da SENAH e do Instituto Força Brasil.



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A SENAH atuou como facilitadora dentro do Ministério da Saúde e participando de reuniões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Facilitadora, intermediadora.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Fez reuniões por WhatsApp com o Herman Cárdenas, enviou *e-mails*, propostas, solicitações. O Instituto Força Brasil, a meu ver, foi o braço que a SENAH utilizou pra chegar frente a frente com Elcio Franco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Senador Humberto, vejam só: a SENAH, então, era facilitadora, a intermediadora. O Instituto Força Brasil, então, foi o braço utilizado pela SENAH para chegar ao alto escalão do Ministério da Saúde, ao Secretário Executivo do Ministério da Saúde, que hoje assessora o Presidente da República, trabalha lá, no terceiro andar, sala contígua a do Presidente da República.

É isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Instituto Força Brasil foi o braço, então, acionado pela SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, inclusive constava na agenda oficial. Parece que tiraram da agenda oficial, mas constava na agenda oficial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A reunião com o Instituto Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Constava na agenda oficial?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Oficial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tiraram depois da agenda oficial?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, um repórter me falou que foi removido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que foi removido.

Presidente, só pra todos saberem o que é o Instituto Força Brasil: aqui está a composição deles, e esse Instituto Força Brasil patrocina um conjunto de redes que estão investigadas num inquérito das *fake news* e estão sendo investigadas também na CPMI das Fake News.

Uma dessas redes, Sra. Presidente, patrocinadas pelo Instituto Força Brasil é a Crítica Nacional. Aqui estão algumas das postagens da Crítica Nacional. Vou ler aqui pra vocês: "Estudo mostra que máscaras oferecem pouca proteção contra o vírus chinês."

Vamos adiante. Instituto Força Brasil, Crítica Nacional: "O vírus chinês é uma falácia!"

Vamos mais ao Crítica Nacional: "Tratamento precoce *versus* vacinação: o medo induzido vendeu a racionalidade."

Vamos adiante sobre o Instituto Força Brasil. Está no *site* deles: "Vacinas contra a Covid podem afetar a fertilidade masculina."

Mas o Crítica Nacional tem mais: tem propaganda contra a Pfizer. Eu acho que isso que orientava, Senador Humberto, o Governo. Propagandas contra a Pfizer aqui: "Quase 200 americanos morreram devido à vacina da Pfizer."



15/07/2021

Esse é o Crítica Nacional, patrocinado pelo Força Brasil, que tem como seu Vice-Presidente o Sr. Otávio Facuri, que é investigado nos atos antidemocráticos, no inquérito dos atos antidemocráticos e no inquérito da *fake news*. Foi esse Instituto Força Brasil que facilitou a chegada a Elcio Franco para aquisição das imaginárias 400 milhões de doses da AstraZeneca. Enquanto... Isso aí foi em que mês, Sr. Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Dia 12 de março.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Enquanto nós estávamos tendo mais de 3 mil brasileiros morrendo – mais de 3 mil brasileiros morrendo por dia – por dia, o Instituto Força Brasil levou para uma reunião com o número dois do Ministério da Saúde, que hoje está junto ao Presidente da República, para aquisição de 400 milhões de doses imaginárias de saúde.

Eu queria, assim, só concluindo, Presidente...

Só concluindo: pode colocar aí o que o Sr. Cristiano disponibilizou, a nota do Ministério da Saúde, o processo de compra? (*Pausa.*)

Perfeito.

Esse é o processo... É esse, não é, Sr. Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Esse foi o do advogado Julio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode detalhar o que é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É... Foi enviado por um repórter me perguntando se eu conhecia o Julio Adriano Caron, que era representante da Davati no Brasil e fez um processo de compra dentro do Ministério da Saúde. E eu respondi que eu desconhecia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De onde o senhor tirou isso aí?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que foi... Não sei exatamente, mas acho que foi alguém da Globo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Mas onde estava isso aí, esse processo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Esse é um processo, pela Lei de Transparência, que está dentro do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que está dentro do Ministério da Saúde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse cidadão, Julio Adriano, representando, pretensamente representando a Davati, deu encaminhamento a um processo... Deu encaminhamento a um pedido de comercialização de vacinas junto ao Ministério da Saúde? E esse daí é o processo para aquisição das vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tudo leva a crer que sim, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Então, isso aí teria sido autorizado pelo...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Diz, segundo eu fui informado, que não; mas é...



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tinha um processo em curso no Ministério da Saúde...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... inclusive, com andamento, com vários dados do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. Secretaria Executiva, gabinete do Secretário-Executivo, com vários dados do andamento do processo no Ministério da Saúde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, eu só queria fazer um aparte no seu tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Esse processo foi iniciado simultaneamente ao que eu estava fazendo no ministério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Paralelo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Paralelo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É uma internacional da fraude mesmo, Sra. Presidente, como estamos vendo.

Só a última pergunta, Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tranquilo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor... O Reverendo Amilton chegou a falar alguma coisa sobre facilitar o acesso ao Presidente da República? Eu pergunto isso porque, nos diálogos de WhatsApp do Sr. Domingueti, tem algo nesse sentido. Era bom esse esclarecimento.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, ele me convidou a participar de um café da manhã com líderes evangélicos, como se fosse um prêmio por conhecer o Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

E o levaria até o Presidente da República, seria isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, segundo ele, sim. Porém, não ocorreu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Cristiano.

Sra. Presidente, não tenho mais perguntas.

O que o Sr. Cristiano traz aqui é gravíssimo. Toda cadeia de comando do Ministério da Saúde teve contato com essa fraude – toda cadeia de comando. Pode, inclusive, ter sido encaminhado um processo de compra de aquisição por um golpe paralelo, por uma ação de golpe paralela à que estava claramente ocorrendo. Mais que isso: as duas intermediadoras...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, vamos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Senah e o Instituto Força Brasil...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já deu, não é?



15/07/2021

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As duas intermediadoras...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já faz meia hora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... têm contato direto com a base de apoio do Governo Bolsonaro.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para finalizar, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Atuam...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Faz meia hora, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Atuam nas sociais e atuam em todo lugar.

Presidente, eu queria agradecer ao Sr. Cristiano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu que agradeço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... porque as informações que ele traz à CPI são...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... esclarecedoras sobre como se comporta este atual Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Randolfe.

O Senador Jorginho Mello está aniversariando hoje.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E, muito embora tivéssemos avisado que a gente ia suspender agora para o lanche aqui não apenas do depoente, mas dos demais colegas, ele me pede alguns minutos, porque, segundo ele, ele não vai usar os 15 minutos. Então, até em homenagem ao seu aniversário, eu pedirei a benevolência dos colegas para que a gente ouvisse o Senador Jorginho Mello, e, na sequência...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E ele também fará uma viagem, que foi o que ele acabou de me falar.

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – É rapidinho. É só sobre a lista de oradores, só para nos atualizarmos.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadora, logo após o Senador Jorginho Mello, tem o Senador Eduardo Girão e V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Trinta minutos? Depois do Senador Jorginho, 30 minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso. Então, em média, em uma hora será o horário em que V. Exa. falará.



A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, vamos sentar aí, Senador Heinze, vamos dar uma acalmada aí, porque eu quero falar agora.

O Senador Humberto já se sentou.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está aniversariando e tem muitos direitos hoje.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Obrigado.

Quero cumprimentar a Sra. Presidente, que preside os trabalhos nesse momento, cumprimentar todos os Senadores, cumprimentar o depoente e o seu advogado. Como é o nome do senhor advogado?

O SR. FÁBIO HENRIQUE MING MARTINI (Para expor.) – É Fábio Ming.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fábio?

O SR. FÁBIO HENRIQUE MING MARTINI – Ming.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ming.

Quero fazer o registro da sua participação, do senhor, como advogado, é importante sempre a gente frisar isso – uns, com boa orientação; outros, mais ou menos, mas vale destacar a presença do advogado.

Eu quero dizer... Hoje é a 37ª Reunião da CPI. Nós estamos aqui nos encaminhando para o final dos 90 dias – agora foi prorrogada –, e vejo aqui, com muita tristeza, Sr. Cristiano, com todo respeito a sua pessoa, que o Governo se livrou de golpes que vocês queriam dar no Governo, porque não é possível, não é possível que pessoas que não têm, que não representam nada, pessoas que não... É vendedor informal junto com outras pessoas... O Domingueti veio aqui e fez um monte de lambança também. Tentaram dar um golpe no Governo e ainda bem que não saiu um pila, porque isso é uma tragédia.

Eu quero crer que o *compliance* do Governo funcionou, e que isso sirva de exemplo para o Governo, porque não pode atender pessoas desqualificadas, pessoas que não têm nada a ver... "Ah! Eu vendo vacina, eu tenho... Eu represento uma empresa X". Cadê a credencial? Cadê a normalidade de uma negociação? Por favor!

Então, eu quero lhe dizer o seguinte: o senhor falou no auxílio emergencial. "Ah! Foi uma amiga." Daí o senhor não sabe mais o nome da amiga. Ah, por favor!

Então, eu quero, para não acharem que eu estou querendo desprezá-lo ou fazer alguma crítica, isso é uma vergonha. O seu depoimento aqui é um monte de informações de lambança... "Falei com fulano."

O senhor falou aqui do Reverendo, citou o Vaticano... Isso é uma bobajada! É uma tentativa de um golpe que deu tudo errado! Só falta o senhor querer que nós convidemos o Papa Francisco – ele está se recuperando de uma cirurgia, não pode vir! A CPI não pode estar brincando com isso!

Eu tinha feito umas perguntas para saber da Davati aqui, enfim, mas eu não vou nem perder tempo! Foi uma tentativa de golpe que não deu certo! Covaxin, AstraZeneca... Que barbaridade! Isso é o nosso Brasil, infelizmente! A gente não pode...

Eu quero também agora, Sra. Presidente, dizer que nós temos que nos voltar um pouquinho para os governos estaduais! Por favor! Tem uma lista aqui para ser investigada! Lá no meu Estado, 33 milhões foram para uma casa de massagem no Rio de Janeiro, e ninguém sabe, ninguém viu! Lá no Amazonas, uma adega de vinho! Lá em São Paulo, o



consórcio de uma empresa que emitiu duas notas na vida! Enfim, é uma barbaridade! O Brasil está assistindo a isso.

Ministro Queiroga, reforce – o senhor deve estar vendo, ou alguém deve estar vendo pelo senhor – o *compliance* aí! Dê uma reforçada na questão de compra, porque não podem, não podem e não devem receber pessoas da qualidade do Sr. Cristiano e do Domingueti, para fazer essa picaretagem, essa venda, essa articulação! Isso não ajuda ninguém – ninguém, ninguém, ninguém – muito menos a saúde do Brasil.

Eu encerro e não faço nenhuma pergunta, porque eu acho isso uma lambança tão grande que não merece consideração.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Jorginho Mello.

Nós vamos suspender, mas, antes, porém, eu queria fazer um registro, falando de *compliance* aqui. A mesma *compliance* que o Governo teve em relação à Davati não teve em relação à Covaxin, que foi, inclusive, até a realização do contrato, e só houve a suspensão porque a CPI denunciou e aprofundou, portanto, a investigação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não comprou também, não...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos suspender pelo prazo de 30 minutos esta audiência pública, ou melhor, esta sessão, oitiva. E a gente retorna daqui a pouquinho, continuando aqui ouvindo o Sr. Cristiano. Na sequência, como eu já registrei, o Senador Eduardo Girão e a Senadora Leila Barros.

Daqui a pouco, a gente volta.

(Suspensa às 14 horas e 19 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 44 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes de retomar e passar a palavra para o Senador Eduardo Girão, só um lembrete, um aviso a todas as colegas Senadoras e aos colegas Senadores inscritos, como efetivos ou suplentes, que estão presentes ou no sistema remoto.

Esta Presidência tem que suspender em definitivo a sessão, tem que encerrar a sessão assim que iniciar a sessão do Congresso Nacional. A sessão do Congresso Nacional hoje votará a Lei de Diretrizes Orçamentárias, pré-requisito constitucional para o recesso.

Então, por determinação do Regimento Comum do Congresso, por determinação da Presidência da Casa, assim que iniciarmos a sessão do Congresso Nacional, eu quero pedir a compreensão de todas e de todos, nós teremos que encerrar a inquirição do Sr. Cristiano.

Senador Eduardo Girão, V. Exa. com a palavra.

Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues.

Eu queria até, a propósito do que o senhor acabou de falar – está certo?, e nada é por acaso –, eu queria lhe passar uma preocupação enorme que eu estou tendo neste momento. Enquanto as atenções estão voltadas para a CPI, nós temos uma possibilidade de um golpe do "fundão", que nesta LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que vai ser votada daqui a pouco – já foi aprovado o relatório –, aumenta do dinheiro do contribuinte,



do povo brasileiro, olha só, dos 2 bilhões que são hoje o fundo eleitoral, para 5,7 bilhões, daqui a pouco, com essa votação. Então, vários Parlamentares estão se movimentando para tentar barrar isso, e eu já anuncio aqui que voto contra esse aumento.

Ontem nós já tivemos aí a volta da propaganda eleitoral paga com esse dinheiro do "fundão"...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita subscrever o voto seu também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito.

Ontem à noite, Presidente Randolfe Rodrigues, nós tivemos aumento de R\$400 milhões, que é a volta da propaganda político-eleitoral, com esse dinheiro do "fundão". Então, é um desrespeito ao povo brasileiro, que sofre as consequências da pandemia na área do desemprego alto e fome e se aproveita muitas vezes de uma situação desta de CPI, onde as energias estão voltadas para esta Casa, para fazer esse tipo de jogada com o dinheiro do contribuinte.

Eu espero que não passe, espero que a população brasileira, de forma respeitosa e pacífica, fale, enquanto é tempo, com seus Parlamentares pelas redes sociais, pedindo que não aprovem isso.

Mas eu quero falar que nós estamos entrando na 37ª sessão, Senadora Leila Barros, eu vim a todas aqui, participei, perguntei, sou titular desta Comissão, e acho que, com todo respeito, dando-lhe as boas-vindas, Sr. Cristiano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... um dos depoimentos mais contraditórios que pude ver aqui foi o do senhor. Estou até com um vídeo para passar, e eu não vou fazer – era no início desta reunião – em respeito à sua pessoa, eu não vou passar, porque é um constrangimento...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que é quando o senhor fala do auxílio emergencial, que é um socorro, uma mão para o povo brasileiro pobre que não tem condições de ter o alimento básico neste momento de pandemia, e uma amiga sua fez. O senhor falou aqui, numa pergunta de um colega, deixou claro – está no vídeo isso, claro – explicando a situação. E depois o senhor refaz. Depois o senhor, de uma forma, assim... Eu não tenho nem palavras para colocar. Assim, de uma forma... Vamos lá, vou refazer o que eu disse, uma coisa que o senhor disse com toda a convicção. Então, disse, retificou, dizendo que tinha sido o senhor, mas ficou claro... E eu fico até preocupado com outras declarações que o senhor deu aqui. Que tipo de confiabilidade a gente pode ter se aconteceu essa mudança repentina, do nada?

Então, eu já vou começar aqui também a perguntar para o senhor. Quando o Senador Renan Calheiros estava perguntando sobre a questão de que outras tratativas o senhor teve, em nome da Davati, com outros organismos, outros Estados, Municípios, o senhor omitiu outro dado – eu peguei aqui, pela informação –, que é com relação ao próprio Secretário de Saúde lá de Roraima, que disse que o senhor teve contato para vender lá a Janssen. Não houve isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu nunca estive em Roraima.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não é que o senhor esteve em Roraima; é que o senhor tentaria, o senhor tentou



vender os produtos, a vacina da Davati, que, no caso, é a Janssen. Isso é uma declaração do Secretário de Saúde de Roraima.

O senhor teve contato com outros Municípios, outros Estados?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A pessoa que teve contato com Roraima foi o Domingueti.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi o Domingueti, mas, em nome da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Acredito... Provavelmente, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o secretário cita o nome do senhor, tá? Só para lhe passar esta informação: que foi o senhor...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, mas eu nunca estive com ele. Acredito que nunca falei com ele por telefone, por vídeo, nada disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com relação à questão de consórcios, com que o senhor fala...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que teve contato, o senhor falou que teve com o Governo de Minas Gerais, com o Ministério da Saúde, mas também consórcios. É isso? Confirma essa informação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Consórcios de cidades, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Consórcios de cidades. Que consórcios são esses? O senhor pode detalhar para a gente?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – São alguns consórcios – agora não vou me recordar de cabeça –do sul de Minas, ali da região do Domingueti, onde ele reside. Ali eu tive alguns contatos por telefone com alguns integrantes; nunca pessoalmente, mas chegamos a ter alguns contatos com alguns consórcios de cidades, aí, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E, no caso de Roraima, o senhor confirma que foi ele, não foi o senhor?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu nunca estive em Roraima, nunca...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é que esteve; é contato com o Secretário de Saúde de lá, para vender vacina. Contato, nem que seja uma ligação. O senhor lembra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Não me recordo de, nunca, ter falado com nenhum secretário de saúde, inclusive.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Com relação ao áudio que o Deputado Luis Miranda, aquele tal áudio que o senhor recebeu...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como é o nome da pessoa que recebeu?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Rafael Alves.



15/07/2021

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Rafael Alves. O senhor recebeu esse áudio, repassou para o Cabo Domingueti antes de ele vir à CPI, ele exibiu esse áudio aqui, e o Deputado Luis Miranda depois disse que esse áudio teria sido adulterado, teria sido editado. E o senhor disse hoje aqui – quero saber se o senhor confirma – que o áudio não foi adulterado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Confirmo plenamente que esse áudio não foi adulterado. Já fizemos a perícia no telefone e entregamos à direção desta Casa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, eu posso concluir que o Deputado Luiz Miranda mentiu a esta CPI?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não sei dizer. Ou ele pode ter se enganado. Mas não foi editado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É. Então, um dos dois está colocando uma inverdade aqui. O senhor está dizendo que não foi adulterado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu recebi e encaminhei da mesma forma que eu recebi, Excelência. Isso está registrado no meu telefone.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Outra coisa que o senhor respondeu aqui, e eu queria lhe perguntar: essas luvas que o senhor falou, o que teve alguma tratativa na época, que o Deputado estaria negociando isto: luvas – o Deputado também disse que não fez nenhuma..., que nunca tentou vender nada na área de saúde –, que luvas são essas? Se não são luvas de saúde, são luvas de futebol? São luvas de quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, seriam luvas de procedimento, só que não seriam para o Brasil, seriam para os Estados Unidos. O *print* de tela que eu disponibilizei a esta Casa com as minhas conversas com o Deputado no ano passado, acredito que em setembro, demonstra claramente que são luvas de procedimentos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Luvas cirúrgicas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não cirúrgicas. Cirúrgicas são outras luvas. Luvas de procedimentos. São aquelas luvas que usam...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Luvas de procedimentos, mas luvas hospitalares, de uso hospitalar?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Hospitalar tem que ser outro tipo de luva. É luva de procedimento que se chama mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Luva de procedimento, que o senhor diz, pode ser luva...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A luva que compra na farmácia, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... de uso de saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – De uso de saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Na área da saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele falou que nunca tinha efetivamente vendido isso, tratado desse assunto.



Outra coisa que eu queria perguntar para o senhor aqui e foi eu acho que...

Viu, Presidente? É muito importante, e o senhor concordou comigo aqui no dia em que nós votamos a convocação do Ministro Wagner Rosário, da CGU, ficou muito claro, nesta semana – Senadora Leila, isso está evidente –, que não podemos mais adiar. Esta CPI, quando, de alguma forma, pode desembocar para Estados e Municípios alguma coisa, ela tira o trem de pouso, ela volta. Se querem realmente buscar toda a verdade – eu não acredito nisso pelo que eu estou vendo de atitudes –, deveríamos já ter trazido aqui o Wagner Rosário, o Ministro que quer vir, e, inclusive, abrir um procedimento, Senadora Leila, justamente sobre o caso Davati. O caso Davati está sendo investigado pela CGU, essa questão da suposta propina. Tudo isso está sendo investigado, Presidente. Temos que trazer aqui o Ministro Wagner Rosário, porque ele vai ser útil não apenas nesse caso, mas também em 53 operações em Estados e Municípios que, segundo ele, deram prejuízos multimilionários e que esta CPI, até agora, depois de 37 sessões, 70 dias, não quis olhar.

Então, é muito importante que a gente possa enveredar, depois desse recesso, Senadora Leila... É importantíssimo isso. É um momento de reflexão. São 15 dias para baixar um pouco a bola, levar para a racionalidade. A gente está num momento de muita polarização hoje no País. E que a gente possa resguardar até o Senado Federal com decisões serenas, com decisões coerentes, equilibradas, e não fazer um tribunal de inquisição, como o que a gente viu aqui: muitos depoentes falando em tortura psicológica, muitos depoentes sendo... Há a tentativa de humilhar aqui dentro, não é?

Eu acho que... Há um trecho de que eu gosto muito de *O Livro dos Espíritos*, a Questão 621: "Onde está escrita a lei de Deus?". Está escrita "na consciência".

Então, o Congresso Nacional, com a condução equivocada desta CPI, sem querer enveredar para um requerimento legítimo meu, assinado por 45 Senadores da República, para rastrear verbas federais enviadas para Estados e Municípios... Não é à toa – não é à toa! – que há números crescentes de rejeição ao Congresso Nacional. Pesquisa do Datafolha, que entrevistou 2,074 mil pessoas... Olhem só: o Datafolha mostra que 38% da população consideram ruim ou péssima a atuação do Congresso Nacional. Subiu esse índice. Se você pegar como "regular", vai para 81% da população. Apenas 14% acham que é bom ou ótimo.

O Supremo Tribunal Federal, que mandou abrir aqui esta CPI... O caso é ainda mais delicado. É mais delicado! É o povo percebendo as suas instituições, que são fundamentais, eu digo, fundamentais para a República! Mas olhem só... Talvez, com essas invasões de competência, com tudo o que tem acontecido, Senador Heinze, tem aí 33% que veem o STF como ruim ou péssimo, 33% da população! Se você somar com 36%, você tem aí de "regular" 69%. Apenas 24% o consideram ótimo ou bom.

Esse é o resultado do trabalho que, muitas vezes, a gente desempenha aqui.

Eu quero encerrar, nestes últimos minutos, fazendo um apelo para esta CPI, para que, depois do recesso, não cerre mais os olhos com relação ao Consórcio Nordeste. O Consórcio Nordeste é uma vergonha. As atitudes que a gente viu na compra dos 300 respiradores – e está sem a resposta, até hoje, que a gente já poderia ter dado ao povo brasileiro – é algo extremamente irresponsável. É irresponsável! É ignorar, é simplesmente não dar a menor consideração a algo que representa quase R\$50 milhões do povo brasileiro, especialmente do Nordeste, pagos antecipados da indústria da maconha. A Senadora Leila foi desportista. Isto é o que aconteceu: esses respiradores, Senadora Leila, jamais chegaram ao povo. E tem fortes indícios de dois ex-ministros do Governo Dilma... Será que é por isso a blindagem para que não se vote isso?



Nós temos 82% dos Senadores desta Comissão do Norte e do Nordeste, 82%! Você sabia disso? Oitenta e dois por cento! Dez Senadores do Nordeste brasileiro.

Desses respiradores, Sr. Presidente, 30 são de Alagoas, 4,957 milhões; da Bahia são 60, 9,895 milhões; do Ceará, 30 respiradores; Maranhão, 30 respiradores; Paraíba, 30 respiradores; Pernambuco, 30 respiradores; Piauí, 30 respiradores; Rio Grande do Norte, 30; Sergipe, 30 respiradores sem resposta. A gente precisa efetivamente ter.

Só pra encerrar aqui a situação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Girão, vou acrescentar só mais um minuto, só para V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Um minuto, um minuto, só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... terminar e todos os colegas poderem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, só pra encerrar a minha participação e dizer que a CPI tome mais cuidado pra ela não cair no descrédito total. O que a gente viu hoje aqui, infelizmente, foi um depoimento muito frágil, com contradições. Isso não é bom, isso tira a seriedade de algo que pode dar um resultado importante para a gente deixar para o povo brasileiro, seja lá onde tiver corrupção, onde tiver: seja Governo Federal, sejam Estados, sejam Municípios.

Que a gente tenha mais serenidade, mais firmeza pra buscar realmente a verdade e o interesse do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Girão.

Eu acrescentei mais dois minutos ao Senador Girão em deferência a S. Exa., mas eu quero pedir a compreensão de todos os colegas: esta Presidência vai ter que ser rígida com o tempo para que nós possamos garantir, até o início da Ordem do Dia do Congresso Nacional, o maior número possível de colegas Senadores para se pronunciarem.

Então, eu passo, ato...

Só a título de informação, temos aqui o processo da aquisição das luvas referidas pelo Deputado Luis Miranda. Foi uma aquisição de luvas nitrílicas, luvas para a segurança e a proteção das mãos. O processo está aqui, foi encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. É uma comunicação que trago.

Então, ato contínuo, Senadora Leila Barros, próxima inscrita.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpellar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Até pra a gente dar celeridade ao tempo, eu vou pedir para o Sr. Cristiano pra que ele responda o mais objetivamente possível.

Sr. Cristiano, eu queria lhe fazer uma pergunta direta sobre o pedido de propina ou comissionamento denunciado pelo Domingueti, que esteve aqui nesta CPI. Quando exatamente o senhor soube desse pedido e como foi feita a denúncia? E o senhor foi informado pelo Domingueti sobre esse pedido de US\$1 por dose?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, inicialmente, logo após o jantar que ele eventualmente teve com o Coronel Blanco e com o Roberto Dias – acredito que, no dia seguinte, no máximo –, eu fui reportado de que tinha um pedido de comissionamento extra para o grupo do Blanco e do Odilon.



Passou-se algum tempo, num dia em que eu estive aqui em Brasília, no dia 12 de março, ele me explicou que tinha sido um pedido na presença do Roberto Dias.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

Considerando que o senhor disse que a comissão de todo o grupo da Davati seria de US\$0,20, eu gostaria de saber quanto seria sua parte e das demais pessoas envolvidas, pois me parece evidente que o interesse de todos girava em torno dessa comissão, obviamente. Afinal, quem seriam os beneficiários da comissão em caso da conclusão da venda? E gostaria que o senhor listasse, por favor, a esta Comissão o nome desses beneficiários.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A Senadora está perguntando dessa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Da comissão, dos vinte...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... da venda para o Ministério da Saúde?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eventualmente, como nós estávamos lá através da Senah, a Senah teria uma participação, acredito que o Instituto Força Brasil teria sua participação também, o Domingueti teria sua participação, a própria Davati teria a sua participação nos Estados Unidos, e eu também teria alguma participação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nesse depoimento que o senhor já falou... O senhor já falou vários nomes, integrantes do Ministério da Saúde, dentre servidores e coronéis da ativa e da reserva; o senhor já citou vários nomes aqui na CPI. O senhor poderia nos informar, de todos com quem o senhor teve mais contato, quais foram os que demonstraram mais interesse de fazer essa operação com o senhor, ou seja, o senhor poderia nos informar quem foram os maiores interessados e que mais fizeram pressão para a concretização da venda, enfim, os que mais lhe procuraram e queriam a concretização dessa venda, nesse grupo todo que o senhor já sinalizou para nós?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Dos militares, a senhora está perguntando?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, todos. Qual... O que o senhor percebeu...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Só os militares.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... que fez mais pressão?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que as pessoas que mais se interessaram foram o Coronel Blanco e o Coronel Helcio Bruno.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor informou que no dia 12 de março teve um encontro... Nós já ouvimos bastante o senhor falar sobre esse encontro que o senhor teve com o Coronel Elcio Franco. O senhor poderia nos informar mais uma vez detalhes desse encontro e sobre o que conversaram? E quem efetivamente participou? Porque o senhor falou que esse encontro foi entre o senhor e o Elcio. Eu pergunto ao senhor se o Reverendo, o Amilton, estava presente nesse encontro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nesse encontro estávamos presentes – eu vou começar pela cúpula do Ministério da Saúde – o Coronel Pires, o



Coronel Boechat, o Coronel Elcio Franco, o Coronel Helcio Bruno, do Instituto Força Brasil, o Reverendo Amilton, o Domingueti, eu e o advogado do Instituto Força Brasil.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor citou que foram tentados dois caminhos para a venda de vacinas – já falou algumas vezes aqui também – junto ao Ministério da Saúde: um seria através do Coronel Blanco e Roberto Dias, que contou com a intermediação do Reverendo Amilton; o outro, que chegou ao Coronel Elcio Franco por intermédio do Instituto Força Brasil, liderado pelo Helcio Bruno. Sobre isso, eu pergunto ao senhor: o senhor confirma essa informação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Confirmo essa informação. Só faço um complemento de que o Força Brasil estava ainda... Fez a agenda e esteve no compromisso por solicitação do Reverendo Amilton.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor já citou aqui... O senhor só levantou essa possibilidade. Para o senhor, havia divergência ou disputa entre esses dois grupos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como um não sabia de que o outro estava negociando e com quem, aparentemente tinha alguma coisa divergente entre eles ali.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O Reverendo Amilton tratava ou participava da intermediação dos dois grupos? Alguém dos dois grupos estava envolvido nessa intermediação entre eles?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Acho... Acredito eu que eram grupos absolutamente distintos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

O senhor saberia nos informar se houve pedido de comissionamento por esses dois grupos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pelo grupo do Roberto Dias, eu soube através do Domingueti lá, do Coronel Blanco, não é? Por parte do Elcio Franco ali não teve nenhum pedido diretamente a mim. **A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quando o senhor caracterizou os funcionários do Ministério da Saúde como – desculpem – "FDP", em mensagem trocada com o Domingueti, se referia aos dois grupos ou especificamente a alguém?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olha, eu me referi especificamente a algumas pessoas. No caso acho que do Laurício, criou-se uma expectativa dentro da empresa, da Davati, de até gerar documentos apoiando a Senah. Isso achei que não coube muito bem à função que ele ocupava no ministério. E a segunda pessoa que eu mencionei, que volto a mencionar, que eu achei que – vamos dizer assim – tinha uma posição meio dúbia ali era o Coronel Blanco, porque ele era ex-assessor e continuava assessorando, mas não era nem um militar da ativa e nem um servidor no exercício da função. Então, ficava meio dúbia a situação dele.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por fim, eu tenho duas últimas perguntas, Sr. Cristiano.

Nós estamos falando... O senhor está aqui por causa de um cenário trágico que este País está vivendo, e por vários indícios de atos de corrupção pelo Ministério da Saúde. É claro que são indícios e que esta CPI está aqui para apurar.

Eu pergunto para o senhor, que estava vendendo, que estava em contato direto com vários servidores do Ministério da Saúde do Brasil, nas tratativas com o Ministério da Saúde:



o que achou do corpo técnico com o qual o senhor teve contato para tratar sobre essas vacinas? Essas pessoas entendiam de saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No contato que eu tive com a cúpula dos coronéis – vamos dizer assim – no dia que eu estive em Brasília, eu percebi que eles não conheciam de comércio exterior.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Era a minha segunda pergunta: saúde e comércio exterior.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Parecia que eles desconheciam absolutamente tudo sobre comércio exterior, o que me surpreendeu, inclusive, porque eu ficava pensando como é que eles estavam negociando vacinas com os fabricantes se eles não tinham aquelas informações básicas.

Pelo outro grupo, talvez o mais capacitado ali, que conhecesse um pouco mais, era o Roberto Dias. Ele que tinha um pouco mais de conhecimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por fim, eu deixo aqui uma pergunta que foi sugerida pelo nosso colega querido, Kajuru. Durante a sessão nós conversamos muito entre os grupos, entre os Senadores, e eu faço das dele também as minhas palavras.

Sr. Cristiano, caso esta CPI prove culpados, criminosos e corrupção nesse rolo todo, o senhor ficará muito surpreso ou achará normal, previsível?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Dados os fatos, provas apresentadas e indícios, não vai ser nenhuma surpresa para mim, não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – MUITÍSSIMO obrigado, Senadora Leila.

Senador Luis Carlos Heinze. Conforme tínhamos combinado ontem, o primeiro dos suplentes.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – O.k.

Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, Senador Girão, vamos falar de coisa positiva, Senador Bezerra, que infelizmente a gente não ouve nesta Casa. Aqui são só fatos negativos, mas o Brasil está hoje como o quarto país do mundo em doses aplicadas, com 118 milhões de doses aplicadas, e quase 150 milhões de doses distribuídas. Isso é um fato importante. Segundo dados, nós temos um instituto de pesquisa que mostra que talvez até o final de agosto já tenhamos toda a população brasileira com uma dose aplicada e boa parte já com a segunda dose, e que ainda no mês de novembro deveremos encerrar as doses aplicadas, e que o Governo brasileiro, o Governo Bolsonaro, já comprou 662 milhões de doses. Tirando fora a questão da Sputnik, 10 milhões, e 20 milhões da Covaxin, que estão aí em discussão, nós temos 632 milhões de doses compradas, o que dá para vacinar praticamente três vezes a população.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, vou repetir, já chegaram lá 9,038 milhões de doses. Isso já é quase 100 mil doses superior à população vacinal do Rio Grande do Sul, quer dizer, já tem dose para toda a população e já está se chegando à segunda dose, no Rio Grande do Sul. Então, esse é um ponto importante – recursos federais.

Senador Girão, Senador Bezerra, nós temos nos empenhado muito com o chamado tratamento precoce, que é negado nesta Comissão. Enquanto nós estamos aqui nesta CPI



investigando atos do nosso Governo, mas negando investigar atos de Governadores e Prefeitos, Senador Girão, mesmo que a responsabilidade pelas conduções e atitudes frente à Covid-19 esteja sobre a égide tripartite, muitas pessoas ainda sofrem com a pandemia nos hospitais, vendo o médico lutando para salvar seus pacientes. Muitos desses pacientes já foram vacinados, mas mesmo assim se infectam. Nós temos o caso do Senador Otto Alencar aqui, infectado; nós temos o nosso colega Pedro Westphalen, meu parceiro do partido no Rio Grande do Sul, com as duas doses aplicadas e está hoje intubado na UTI no Rio Grande do Sul; outro Deputado Federal, Afonso Hamm, felizmente já saiu do hospital na semana passada e tinha duas doses aplicadas.

Nós somos a favor das vacinas e temos trabalhado dia e noite para ampliar as ofertas e a quantidade de vacinas acessíveis e seguras para a nossa população. Porém, não podemos nos cegar diante da necessidade de descoberta de novos medicamentos e formas de tratamento para aqueles que se infectaram. Temos acompanhado a literatura mundial e brasileira no tocante aos estudos de eficácia de novos medicamentos ou de medicamentos que possam ser reposicionados, e buscamos apoio do Ministério da Saúde para que esses medicamentos possam ser utilizados de forma segura e dentro da legislação brasileira.

E, nesse contexto, hoje eu trago um trabalho duplo-cego – fala-se tanto de duplo-cego – randomizado realizado com pacientes hospitalizados, em que foi logrado êxito na redução de morte, por 27% – a ciência a favor da humanidade. Vírus: foi detectada a nova cepa lá em Manaus. Pesquisadores brasileiros – que são tão criminalizados aqui –, cientistas nossos estiveram lá em Manaus e descobriram essa cepa. Aqui está o trabalho duplo-cego randomizado que negam aqui nesta Casa, Srs. Senadores; e chamam de charlatões, Senador Bezerra – charlatões! –, pessoas que assinam esse trabalho aqui, e trazem Natalia Pasternak, Dra. Luana e tantos outros... A Dra. Luana não atendeu um paciente – um paciente! Aqui atenderam centenas de pacientes. Isso aqui é um trabalho.

Enquanto estamos discutindo e negando apoiar os nossos médicos e cientistas, empresas farmacêuticas estão lançando produtos mundo afora, e outros países estão avançando no uso de medicamentos para tratar os infectados. É o caso da empresa farmacêutica Kintor, que assinou uma licença para comercializar o medicamento que eu citei no artigo sobre o estudo – uma empresa chinesa, com licenças e patentes, para vender para África, China e Índia. Então estamos hoje... Essa patente, Senadores, é para isto que eu chamo atenção: nós negamos. O Conep nosso, o Conep nosso está defenestrando esses médicos, cientistas, jogando como se fosse no lixo, e o mundo está reconhecendo o que aqui nesta Casa estão negando.

Eu tenho orgulho, Senador Girão, de nós estarmos defendendo essa bandeira, Senador Bezerra. Defendemos essa bandeira porque temos certeza do que está acontecendo. O mundo reconhece e, aqui no Brasil, infelizmente, os negacionistas... O próprio Relator Renan Calheiros chamou de charlatões, e ouve nada de qualquer pessoa. Mas, comparativamente... Não tem nem como comparar pessoas...

Aqui está um exemplo, a reportagem que eu vou deixar na CPI, vou deixar para mostrar que isso está acontecendo. A pesquisa, os pesquisadores que foram negados aqui...

Eu sou agrônomo, mas eu entendo que nós temos que ajudar a ciência e continuar a vacinação. Mesmo que não queiram, a verdade se revela, a ciência avança. Seguiremos confiantes e combatentes, a doença não nos vencerá!

Agora o nosso depoente.

Ah, e uma outra questão também importante, vou repetir, referir novamente. A questão da hidroxicloroquina, já falei e vou repetir: tem caráter provisório e se trata de



tratamento de pacientes hospitalizados, portanto não se dirige a pacientes no início da doença, que teriam a possibilidade de fazer um tratamento ambulatorial ou precoce. Isso funciona no Brasil inteiro, e temos dados mostrando a segurança desse tratamento. Então, esse é um ponto.

Sr. Cristiano, algum dos interlocutores que falaram com V. Sa. ou que conversaram com o Sr. Domingueti – Roberto Dias, Rafael Alves ou outro qualquer desses que foram tratados – lhe disse que Elcio Franco havia requerido comissionamento ou valores adicionais pelas propostas da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador, respondendo à sua pergunta: o Coronel, o Secretário Elcio Franco, nunca pediu nenhum tipo de favorecimento a mim ou que eu tenha ficado sabendo através de outras pessoas. Ele nos recebeu muito bem no Ministério da Saúde e não fez nenhum tipo de solicitação de favorecimento à pessoa dele.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como ocorreram os primeiros contatos com o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Os primeiros contatos com o Ministério da Saúde se iniciaram através do Reverendo Amilton, da SENA, em meados do mês de fevereiro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quer dizer que Marcelo Blanco, o coronel, esse ex-assessor da pasta, não pressionou, não entrou, não intermediou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O senhor está perguntando do Coronel Elcio Franco? Ou o senhor está me perguntando de coroneis?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, Marcelo Blanco.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, o Marcelo Blanco não pressionou. Ele, vamos dizer assim, se interessou e tentou fazer com que o negócio acontecesse o mais rápido possível.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.. Como foram as tratativas com o Reverendo Amilton Gomes de Paula nas negociações com o Ministério da Saúde? Ele foi determinante para aproximar a empresa da Presidência da República?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, ele foi determinante. Ele sempre foi muito bem relacionado, e ainda é, sempre tratou em caráter humanitário a questão das vacinas e sempre teve um acesso muito grande a todas as pessoas, inclusive chegando ao Secretário Elcio Franco.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Houve alguma reunião do Presidente Bolsonaro com integrantes da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, absolutamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Presidente da Davati Medical Supply, Herman Cárdenas, manteve algum contato com o Presidente? Ou os seus contatos ficaram apenas no âmbito do Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Todos no âmbito do Ministério da Saúde, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Roberto Dias pediu propina para fechar contratos com a Davati? Como foram as reuniões com ele? Houve participação do ex-Secretário Elcio Franco nas tratativas?



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Elcio Franco não tem nenhuma relação nas tratativas do Roberto Dias. As tratativas do Roberto Dias foram feitas junto a mim, ao Domingueti, e não foi feito nenhum tipo de solicitação de propina diretamente a mim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por qual motivo as negociações entre a Davati e o Governo Federal não avançaram?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso é um pouco subjetivo, mas eu vou dar a minha opinião, Excelência.

Nós estivemos lá no dia 12 e, no dia 15, chegou a proposta da Janssen pelo Herman Cárdenas. Acredito que não tenha evoluído porque, uma semana depois, todas as pessoas – a maioria delas, né? – com as quais lidamos no Ministério da Saúde foram exoneradas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor acha que um cidadão com inúmeros processos na Justiça, como o Sr. Domingueti, Luiz Domingueti Pereira, tem algum respaldo para denunciar algo ou tem algum interesse não correspondido? Porque eu questioneei a ele...

E gostaria, Sr. Presidente, que nós botássemos frente a frente o Domingueti, o próprio Cristiano, esse Coronel Marcelo Blanco, sei lá, todo mundo junto, o próprio Elcio Franco, pra nós acarearmos aqui, pra ver o que houve, porque a gente só fala de intermediários.

Então, a pergunta: acha que o Domingueti tem algum respaldo pra denunciar por não ter algum interesse correspondido?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A minha impressão, Senador, é que ele realmente ficou chocado com o pedido e até demorou bastante tempo pra tomar alguma atitude, talvez em consideração à Davati, às negociações em curso, mas eu não... A minha opinião, o meu juízo de valor é que ele não teve motivação própria pra isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só vou destacar que o Secretário Executivo Elcio Franco foi responsável pela coordenação de equipe multidisciplinar integrada por diversos setores e secretarias do Ministério da Saúde e que realizou as negociações, contratações e aquisições, até 20 de março de 2021, de todas as vacinas do Ministério da Saúde, sendo, portanto, o agente público com maior *expertise* para apreciar eventual não conformidade contratual quanto às vacinas. Está sendo atribuído ao Coronel Elcio Franco que ele seja associado a propostas de propina que foram supostamente pedidas por Roberto Dias.

Em algum momento, nas oportunidades em que o senhor esteve no Ministério da Saúde em reunião com o Sr. Elcio Franco, o senhor ouviu dele alguma sugestão ou pedido de valores adicionais sob o pretexto de comissionamento ou propina do próprio Secretário?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absolutamente, ele foi sempre muito profissional, e não só ele, também o Coronel Boechat e o Coronel Pires. Não fizeram nenhum pedido de favorecimento ou propina a mim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Só pra deixar constar também que, desde o início das oitivas, não houve um depoente – um! – que houvesse mencionado que Elcio Franco ofereceu ou envolveu-se em proposta de recebimento de propina. O que ocorre é que ele centralizou as tratativas de vacina na secretaria executiva. Nenhuma tratativa que envolveu benefícios escusos prosperou.

Então, este é o caso: essa vacina até hoje não foi comprada, não foi negociada, a própria Anvisa ainda não liberou, não foi pago um centavo, um real, em cima desse assunto. Então, é a mais uma narrativa que nós estamos assistindo aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



15/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quero cumprimentar o Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olá, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bem-vindo também o advogado...

O SR. FÁBIO HENRIQUE MING MARTINI – Muito obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a presença...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu é que agradeço.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir chamá-lo de "senhor", pode ficar à vontade de me chamar de "você" também.

O seu testemunho hoje é muito importante pra esta Comissão, porque começa a clarear alguns fatos que, pra nós, são da mais alta relevância.

Ficou muito clara aqui a presença de alguns personagens que são personagens recorrentes nesta CPI, e por todos citados, começando pelo Coronel Elcio e chegando a outros membros, outros nomes que o senhor traz agora de forma inédita a esta Comissão.

Apenas não ficou claro ainda, pelo menos da minha parte... Ainda que o senhor tenha que repetir... Eu peço desculpas, é só para que a gente possa entender toda a história, eu gostaria de entender um pouquinho esse papel da Davati. O que uma empresa que, a princípio... Aí é a primeira pergunta: é uma empresa americana que, a princípio, tem ou não registro no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É uma empresa americana que não tem registro no Brasil.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não tem CNPJ?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tem CNPJ.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, não tenho como consultar a capacidade jurídica nem a regularidade fiscal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor é pessoa física nessa relação ou tem alguma empresa e, portanto, tem CNPJ?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Vou responder já a segunda pergunta da senhora.

Essa operação, se fosse feita diretamente pelo Brasil, seria feita pela SENAH, a Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, que inclusive fez uma LOI em nome do Governo brasileiro e enviou à Davati.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, seria uma outra intermediadora, uma vez que a empresa Davati não é reconhecida no Brasil como pessoa jurídica?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela não existe para o mundo do Direito, pelo menos no Direito brasileiro?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não existe.



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está certo.

Bom, além disso: por acaso o senhor tem algum conhecimento básico sobre a Davati fora o fato de quem é o sócio-proprietário? Sabe quando ela foi constituída ou por que e quando ela foi constituída? Qual é a razão social dela e qual é o objeto principal de negociação dela nos Estados Unidos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É um grupo de empresas. A empresa principal é uma empresa de construção civil que tem grandes negócios e operações no Texas. Junto com a mesma empresa, ele tem uma de – acho que é a Davati... – desenvolvimento de produtos, que também desenvolve produtos na área de construção civil, automação de ambientes. E, por último, a menor, que é Davati Medical Supply. Eu acredito que, das empresas, a mais antiga deve ser o Davati Group, que deve ter em torno de 20 anos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A princípio – não sei se o senhor sabe – o endereço da Davati Medical Supply é o mesmo do da Davati Group, que seria o maior grupo, não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Criada, a princípio, em 2017.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o agente que está registrado não é o Herman nesse caso, seria uma outra empresa, que é a Capital City Ventures.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Essa informação eu não tenho, Excelência. Estou tendo da senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A informação que eu tenho, Sr. Cristiano, é que consta, no mesmo endereço da Davati Medical Supply... É o mesmo da Davati Group, o que seria natural já que essa segunda seria a empresa mãe. Ela teria depois adquirido ou se fundido em relação a essa primeira. Só que o agente de registro, que não é o Herman... Na realidade, está registrado em nome de uma outra empresa, que é uma empresa de capital de risco – de investimento de capital de risco –, criada em 2015, e que iniciou os seus negócios com pequenas empresas e hoje parece até que já comprou ou assumiu algumas ações de grupos maiores, inclusive relacionados a franquias de restaurantes.

Bom, pois bem, Sr. Presidente, por que eu fiz todas essas perguntas? Eu acho que a principal pergunta que nós temos que deixar aqui, que precisamos esclarecer, Presidente Randolfe, é descobrir como que essa Davati, que é uma empresa sem registro no Brasil, sem CNPJ, sem capacidade de confirmar, portanto, e ter a regularidade fiscal e capacidade jurídica, que iria utilizar-se de uma outra empresa, chegou no mais alto escalão do Governo Federal. No momento mais crucial, uma empresa que não tem como *expertise* e como objeto principal a compra e a negociação de medicamentos e vacinas... E o fez – isso que é importante – através não só de terceiras pessoas, como o Sr. Cristiano, mas, repito, através de outros grupos. Isso é importante, sim, é fundamental.

Segundo as informações que eu tenho, e é isso que me espanta, Sr. Presidente... Até o Cristiano conseguiu me responder grande parte das perguntas que, a princípio, tinham que ter sido feitas, num primeiro momento, na antessala do secretário do secretário do Secretário Executivo Elcio. Vejam, como é que...



E aí vem uma pergunta, Sr. Cristiano: o senhor se apresentou, entregou algum cartão, entregou algum documento representando a empresa?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A única pessoa que me pediu um documento de representação foi o Coronel Blanco, que era para apresentar ao ministério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Cartão pessoal de visita?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não tenho.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não apresentou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apresentou algum documento como representante oficial da empresa em anexo a alguma coisa explicando quem era a Davati dentro do processo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência, só a carta de representação mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, Sr. Presidente, onde eu quero chegar com isso? Vejam, parece-me que havia no Ministério da Saúde – e nós já vimos, pelas outras tentativas de compra de vacinas – alguns núcleos – antes um núcleo envolvendo agentes políticos, agora um núcleo militar – numa briga interna por compra de vacinas, mas não no sentido de se conseguirem vacinas para colocar no braço da população brasileira, mas para fazer qualquer tipo de negociação ou negociata. É que não é possível, Sr. Presidente...

Vejam, nós não estamos falando de pouca coisa. Eu gostaria que nós pudéssemos repetir aqui: nós estamos falando de uma vacina chamada AstraZeneca, que poderíamos ter comprado diretamente com o laboratório. Nós não estamos falando de pequenas doses, nós estamos falando de 400 milhões de doses. Nós não estamos falando de pouca coisa: só em propina, suposta propina – vamos ficar na suposição –, nós estamos falando de que alguém teria que desembolsar R\$2 bilhões. Isso, em propina! Imaginem o valor desse contrato: cinco, seis, dez bilhões? Eu não sei do que eu estou falando.

E nós estamos falando de dinheiro público, Sr. Presidente! Veja, se eu vou comprar um carro novo ou usado, se eu vou a uma loja de sapato, eu vejo a qualidade, eu olho para trás para ver se é 100% original o produto. Se eu quero saber disso diante de pouca coisa, como é que eu aceito receber, no Ministério da Saúde, um representante – com todo respeito ao senhor, não é em relação ao senhor – que não tem a documentação necessária para provar que é representante de uma empresa totalmente desconhecida?

E não dá para dizer que não conhecia. Os jornais já fizeram o dever de casa e, com um rápido acesso à internet e ao sistema americano, conseguiram puxar a capivara dessa Davati, com todo o respeito, conseguiram puxar todo o histórico. E esses senhores que estão no Ministério da Saúde, na ânsia de fazer negociata ou negociação, "comprar vacinas" – entre aspas – para a população brasileira, simplesmente começam tratativas de negociação.

E é importante dizer aqui: não é a palavra do Cristiano contra a do Domingueti. Vamos deixar claro: nós temos prova documental, nós temos mensagens de WhatsApp. Essas mensagens de WhatsApp já fizeram ex-Presidentes da República serem processados na Justiça! Nós não vamos aceitar agora mensagens peritadas de um celular que foi pego na surpresa aqui para poder dizer que é elemento de prova? Sim, é elemento de prova!



Então, diante dessa situação, Sr. Presidente, é muito importante dizer que tudo nos leva a crer que é uma briga de quadrilhas, de atravessadores, de um lado, de agentes que queriam vender vacinas sem saber sequer se tinham... Mas o que é mais grave: de outro lado, ali, um grupo de servidores do mais alto escalão, agora envolvendo o núcleo militar.

Sr. Presidente, quando o Ministro Pazuello subiu à escala de Ministro da Saúde, a grande dúvida que tinha em relação a ele é que ele não entendia nada de saúde, que ele era um grande estrategista, que era um grande planejador, que ele sabia e entendia de gestão. Colocou ao seu lado um 02, um coronel. Agora, nós estamos diante, só hoje, de dois Elcios e de não sei quantos coronéis. Eu confesso que eu perdi o fio. Eu gostaria até que pudéssemos lembrar. É Coronel Elcio Franco...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Começa com Sargento Roberto Ferreira Dias, Sargento da Aeronáutica, que tem, inclusive, troca de Whatsapp, pelo que o Cristiano relatou. Seguimos com o Coronel Marcelo Blanco. Vamos na sequência. Aí tem aqui... O Coronel Marcelo Blanco era o assessor do Ministro da Saúde...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, vamos lá. O primeiro. Roberto Dias era...?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sargento da Aeronáutica Roberto Ferreira Dias, Diretor de Logística.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sargento.

Coronel? Quantos coronéis?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Marcelo Blanco, que era assessor do Ministro da Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Outro Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Boechat, que era Coordenador-Geral de Planejamento do Ministério da Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Outro Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Pires, que é Coordenador do Plano Nacional de Operacionalização das Vacinas.

Ainda tem mais, não acabou, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Outro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem o Sr. Laurício – não estou lembrando aqui a patente dele, não sei se ele é coronel. O Sr. Laurício é o Diretor de Departamento de Imunizações.

Tem ainda o Coronel Guerra, lá em Washington, que é assessor do adido militar. Segundo relatado aqui pelo Cristiano, é o Coronel Guerra que faz o contato com a Davati lá nos Estados Unidos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, isso tudo mostra que há não só muita coisa estranha nesse processo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece-me que ainda tem o Coronel Odilon.



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coronel o quê?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Odilon.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esse eu não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E, por fora, tem o Reverendo Amilton, que era no outro...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, isso tudo nos dá a sensação de que o atraso na compra da vacina tinha outro interesse, não apenas o negacionismo, mas depois deixar de lado vacinas totalmente eficazes para poder, na facilitação de comprar vacinas que não têm nenhuma comprovação científica, também levar, à custa da dor, da lágrima da população brasileira, uma parte desse recurso público em forma de propina. Isso tudo é muito triste. Esse é o grande papel desta CPI.

Eu quero dizer ao Sr. Cristiano que o senhor aqui traz uma contribuição ao trazer nomes que agora terão que ser investigados por esta CPI. Eu...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, só faltou um...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faltou um, faltou um, faltou um militar: Hardaleson Araújo de Oliveira...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, o Hardaleson. Ele é...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Major, não é? Da FAB.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Major da Força Aérea. O Hardaleson, qual o papel dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É que ele esteve na reunião lá com...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi o senhor que identificou, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O Major Hardaleson, Major da Aeronáutica, representava o Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não sei dizer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele estava pelo Ministério da Saúde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Major Hardaleson, inclusive, tem um vídeo dele atacando esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Agora, entendemos o porquê, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para encerrar, Sr. Presidente, eu fico imaginando aqui o sentimento das famílias que perderam



seus entes queridos assistindo, neste momento, ao enredo que está sendo narrado por esta CPI. Enquanto estamos aqui todos preocupados com compras de vacinas, atrasos de vacinas, quantas milhares de pessoas de 30 a 60 anos que morreram nestes 90 dias últimos e que poderiam já estar vacinadas teriam, no mínimo, uma chance de vida e não poderiam estar entre nós? Enquanto nós estamos nos preocupando e preocupados com compra de vacinas, nós estamos, infelizmente, diante, por outro lado, como eu disse aqui, com todo o respeito ao Sr. Cristiano, de atravessadores de um lado e de um esquema ou de esquemas, supostos esquemas de corrupção dentro do Ministério da Saúde. É realmente lamentável, é realmente muito triste.

E não é narrativa! Alguém pode ficar com a narrativa, nós ficaremos com a verdade, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Rogério Carvalho. Em seguida, pelo sistema remoto, Senador Marcos do Val. Em seguida, Senador Fernando Bezerra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, posso ir ao toalete, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O depoente está pedindo 5 minutos para ir ao toalete. Vamos conceder esses cinco minutos. Em cinco minutos, retomaremos a sessão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Antes de V. Exa. conceder os cinco minutos, eu queria rapidamente aqui cumprimentar os internautas que acompanham muito os trabalhos da CPI e, portanto, dão uma grande contribuição com as informações e com dados que chegam até aqui.

Eu faço questão de ler uma mensagem que recebi do Sr. Francisco Gonçalves, de Volta Redonda, que é uma pessoa que acompanha. Inclusive, cumprimenta-o, cumprimenta a Simone Tebet, o Senador Rogério e todos os demais que participam aqui ativamente nesta CPI. Ele coloca o seguinte: "Todo esse rolo de propina envolvendo as vacinas, com toda certeza, foi o que motivou a exoneração açodada do Ministro Pazuello, para não respingar nele e, por extensão, ao Presidente Bolsonaro. Tanto é fato que, logo em seguida, Pazuello é recontratado pelo Governo".

Eu acho que ele faz uma mensagem que eu fiz questão de ler aqui. Deixo os meus cumprimentos a ele, da mesma forma também ao Leonardo Gonçalves.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Enquanto o depoente vai ao toalete, vamos suspender por cinco minutos.

Só esclarecendo, Senador Rogério Carvalho; depois, pelo sistema remoto, Senador Marcos do Val; a lista de suplentes a gente conclui com o Senador Fernando Bezerra. Aí iniciamos com os não membros. Se até lá a sessão do Congresso Nacional não estiver



15/07/2021

iniciada, nós daremos sequência aos não membros. Estamos aguardando o início da sessão do Congresso.

(Suspensa às 15 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, retomando, o próximo inscrito é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em seguida, pelo sistema remoto, é o Senador Marcos do Val.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e todos os que estão nos acompanhando pela TV Senado e outros canais que estão reproduzindo esta sessão da CPI.

Sr. Cristiano, o que trouxe o senhor até aqui foi a divulgação de conversas suas com o Domingueti, que foram conseguidas através da entrega espontânea do sigilo telefônico dele aqui, nesta CPI, do celular dele. Através desses diálogos, descobrimos coisas que envergonham o Brasil. Havia um grupo de pessoas interessadas em vender vacinas que não existiam; vimos membros do Governo Bolsonaro negociarem supostas propinas, e que tudo não foi finalizado porque esta CPI começou a desmascarar e a apresentar a verdadeira face do interesse pela vacina neste Governo. Isso é muito grave.

Mas agora, vamos fazer... Eu quero fazer com o senhor umas perguntas rápidas, para esclarecermos sobre a participação do Presidente da República nessas negociatas, o que pode se configurar em crime de responsabilidade. Veja, porque nós estamos falando de negociatas entre membros do Governo, o que envolve o Presidente, com uma empresa que não tinha o que entregar.

Então, vamos aqui aos fatos. O Brasil ficou indignado com o pedido de propina de US\$1 por dose de vacina, a partir da denúncia do Sr. Domingueti. Houve ainda mais revolta quando a imprensa brasileira divulgou áudios que mostravam a impaciência do senhor e a necessidade de saber do senhor qual dia – o Presidente, o Reverendo, ou alguém – seria o encontro com o Presidente da República, ou seja, o Presidente estaria diretamente envolvido nesta operação que já foi chamada aqui de operação tabajara.

Os áudios são estes aqui. Vale lembrar que esses áudios são do dia 13 de março. Vou botar aqui os áudios para a gente acompanhar.

Espere aí. Só um minuto.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Caso o Senador faça opção, eu posso responder sem os áudios.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. É porque tem alguém me ligando, insistentemente, neste momento.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu sei como é que funciona isso. Por isso é que eu estou percebendo.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O outro áudio:



(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Houve outra polêmica, em seguida, sobre se aconteceu ou não este encontro com o Presidente Bolsonaro, se seria um café da manhã, no dia 15 de março, às 10h, na companhia do Reverendo Amilton Gomes. O senhor se encontrou com o Presidente?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o Reverendo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não posso afirmar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque esta Comissão teve acesso às conversas de WhatsApp do Domingueti com uma senhora identificada, no celular dele, como Maria Helena Embaixada, do dia 16 de março. A Sra. Maria Helena confirma que houve esse encontro, ou seja, não temos mais dúvidas disso. Houve o encontro entre o Presidente Bolsonaro e o Reverendo das armas.

Deixa eu mostrar aqui a conversa de Maria Helena. Ela diz: "Ontem o Reverendo esteve com o Presidente". "Sim", Domingueti responde. Depois: "O problema não é o Presidente, mas o Ministério da Saúde, lá é complicado", responde o Domingueti. Encontro em que estava combinado para tratar sobre o contrato com a Davati. Então, o Presidente estava envolvido, sim, nesta negociação.

Vamos além: também nas conversas do Domingueti, esta CPI descobre que tanto o Cristiano quanto Domingueti tinham informações em tempo real do andamento do contrato do Ministério da Saúde. No dia 9 de março, pouco antes do encontro com o Presidente, o pessoal da Davati sabia das movimentações dentro do ministério. E aqui eu tenho as mensagens do celular, que estão aqui, que dizem assim: "Dias subiu neste momento para falar com o Ministro", disse Domingueti. O Cristiano responde: "Pai nosso que estais no céu". O Domingueti rebate: "Agora está na mão de quem paga, quem realmente assina". Nesse mesmo dia 9 de março, você cobra, Sr. Cristiano, do Domingueti sobre a assinatura do contrato. E olhem aqui, senhoras e senhores, o Domingueti te responde que o contrato seria assinado na sexta-feira, dia 12/03. Essa informação, segundo Domingueti, veio do gabinete da Presidência da República.

Estão aqui as mensagens do celular do Domingueti. Ele disse assim: "Me posicionaram que, até amanhã, às 12 horas, enviam *e-mail* sinalizando a compra e assinatura na sexta-feira. Estão decidindo quantidade. Estou com eles neste momento". Aí o Cristiano: "Ou melhor, temos segurança em repassar essa informação?". "Temos. Já me posicionaram aqui. Amanhã, até as 12, passam o *e-mail* a ele. Só a quantidade que não tem ainda." "Informação do Blanco posso dizer?", Sr. Cristiano. Domingueti: "Gabinete da Presidência da República".

Nesse mesmo dia 9 de março, você... O encontro no dia 15 de março, na segunda-feira, pergunto, seria para deixar claro para o Presidente que o negócio deu certo ou para informar a ele como ficou o combinado? O senhor pode nos esclarecer?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A minha presença seria em caráter de conhecer o Presidente, Excelência. Não me foi dito que teria nenhum tipo de passar mensagem ou receber mensagem, alguma coisa desse tipo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k., mas aqui fala de um encontro, aqui fala de uma negociação em curso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que tudo isso foi conduzido, pelo que está parecendo aí, com o Reverendo Amilton. Acho que é o Reverendo



15/07/2021

Amilton que tem que responder a essa questão de ordem aí do Presidente, do gabinete da Presidência etc.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.!

O senhor chegou a zombar da autoridade do Reverendo, isso porque o senhor foi avisado pelo Domingueti sobre outro caminho para a compra de vacinas, o caminho do Coronel Blanco, do Dias e do Ricardo Barros. Veja este áudio do senhor zombando do Reverendo!

(Procede-se à exibição de áudio de celular.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ainda nas conversas, o Domingueti faz outro alerta ao senhor, mostra mensagens: "Não se vende ao ministério sem compor. Lá não é fácil. É loteado politicamente". Está aqui a mensagem do celular do Domingueti exatamente: "Não se vende ao ministério sem compor. Lá não é fácil. É loteado politicamente".

O senhor já confirmou que existiam dois grupos políticos disputando a propina das vacinas: o grupo do Coronel Elcio Franco e o grupo do Coronel Blanco, Roberto Dias e Ricardo Barros. Olha a que ponto chegamos!

Pelo que a gente está vendo aqui, o esquema de corrupção vai dos membros do ministério até o Presidente da República, todos envolvidos na operação tabajara. E muitos brasileiros morrendo sufocados de uma doença que já tem vacina.

E tem mais podridão nisso tudo. O Sr. Cristiano Carvalho fala sobre a Cifarma e o famoso Serafim. Olha a situação. Está na *Veja*, na revista *Veja*, que, numa conversa do dia 26 de junho entre o Serafim e Domingueti, Domingueti falou: "O afilhado do RB está em desespero. Segundo amigos, vai cair o vagabundo do D". Seria RB Ricardo Barros; e o D, Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Essa mensagem é trocada com quem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com o senhor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O senhor poderia repetir novamente, por favor?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Sr. Cristiano Carvalho fala sobre a Cifarma e o famoso Serafim.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Olha a situação. Está na *Veja*. *Veja*, está na revista *Veja* que, numa conversa do dia 26 de junho entre Serafim e Domingueti...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mas eu escrevi isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. Entre Serafim e Domingueti, Domingueti falou: "O afilhado do RB está em desespero. Segundo amigos, vai cair o vagabundo do D". Seria RB Ribeiro Barros; e o D, o Dias?

O senhor não sabe responder ou sabe responder?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não sei responder, porque foi uma conversa privada entre eles. Ricardo Barros, ele nunca tocou nesse nome para mim.



15/07/2021

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em 23 de junho, três dias depois, Domingueti, numa conversa com o senhor, enviou uma notícia sobre as denúncias do Deputado Federal Luis Miranda com relação à compra da vacina indiana Covaxin: "Prepara teu terno, CPI tá chegando" e diz "Kkk", escreveu o Domingueti. V. Sa., então, compartilhou o contato de Miranda e escreveu: "Misericórdia, Luis Miranda".

Agora queremos saber: qual é o papel de Miranda nesta negociata?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nenhum, Excelência. Foi só uma conversa de: "Ah, o Luis Miranda está indo à CPI, prepara o terno". Não é, absolutamente, participação em momento algum. Faz aproximadamente um ano que eu não tenho nenhum tipo de contato com o Luis Miranda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo. E o Luis Miranda apareceu aqui depois que o Domingueti veio e que o Domingueti solta um áudio...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que tenta envolver o Luis Miranda na compra da Covaxin e depois é desmascarado...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... porque o áudio é sobre luvas.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, Sr. Presidente, para concluir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, não. O senhor... Vai ter a vez de o senhor falar agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não. O senhor vai ter a vez de falar agora. Por favor. O senhor tem muita oportunidade de falar, o senhor é Líder do Governo, é Líder deste Governo, o senhor defendeu que o Exército, que as Forças Armadas podiam intimidar esta Casa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor defendeu isso no Plenário, e eu quero aqui dizer...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Fiz a defesa das garantias individuais, seja dos militares, seja dos civis...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, senhor. O senhor defendeu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... no contexto...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor defendeu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... da nota do Ministério da Defesa...



O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que o Ministério da Defesa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. está sendo injusto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... podia interferir no funcionamento da CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não entendi a nota como uma intimidação. Foi entendida por V. Exa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não entendeu, mas o Brasil todo entendeu.

Então, para concluir, Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um direito de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se o senhor me permitir, se o senhor me permitir...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É V. Exa. que está fugindo do assunto...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Rogério...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... com outro tipo de tema, de assunto, trazendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para gerar uma polêmica desnecessária.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não é desnecessária. É uma necessidade, porque o Brasil precisa provar que nós estamos vivendo numa democracia e que ninguém vai ameaçar a voz e a fala dos Parlamentares desta Comissão, e nem deste Senado, e nem da Câmara dos Deputados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na defesa da democracia V. Exa. contará sempre com o meu apoio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tomara.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... como já fiz isso através de...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Espero que o senhor aja como Nilo Coelho, que foi seu tio, que foi uma pessoa que honrou e que trabalhou muito pela democracia.

Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tenho muito orgulho das minhas origens.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.



15/07/2021

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fica claro aqui que nós temos uma situação de clara tentativa de corrupção, que envolve vários militares; que tem grupos no Ministério da Saúde que disputam as benesses dos processos de compra – um núcleo militar, um núcleo relacionado a militares junto com Parlamentares. E, neste caso, as relações do Presidente, as relações dele com uma parte de oficiais do Exército, da Marinha, das Forças Armadas, alguns oficiais, abrem e abriam espaço para que uma operação sem nenhuma credibilidade pudesse chegar ao Presidente da República, e ele até fazer reunião com o Reverendo Amilton para poder tratar de negócios de compra de vacina. Isso é muito grave, e esta CPI não deve descartar pelo fato de não ter se concretizado o negócio – porque esta CPI interrompeu – e pelo fato de a empresa não ter credibilidade. Essas duas coisas não tiram, de forma nenhuma, a tentativa de obter vantagem na compra de vacina por pessoas que ocupavam cargos de relevância no Ministério da Saúde e no Governo do Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério.

Pela ordem, um minuto, Senador Fernando Bezerra. Depois de V. Exa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É menos de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu queria só fazer uma pergunta, um esclarecimento. V. Exa. ou o depoente poderá fazer... Quando o depoente afirmou que prestou ajuda ou informação ao Deputado Luis Miranda, essas luvas vinílicas foram compradas para vender no mercado americano ou no mercado brasileiro?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No mercado americano.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só... Antes de passar para o Senador Marcos do Val, que é o próximo inscrito no sistema remoto – o último dos suplentes é o Senador Fernando Bezerra... O Rafael Alves quem é mesmo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É um intermediário de vendas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que faz venda para vários tipos de produtos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor poderia informar a esta Comissão quem pagava as despesas do Sr. Domingueti aqui em Brasília?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu saiba, ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele próprio?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As despesas dele aqui em Brasília...



O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, a Davati nunca pagou a despesa para ninguém, nem para mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa informação é importante: a Davati nunca pagou as despesas do Sr. Domingueti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nunca teve nenhum tipo de pagamento da...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, como é que um cabo... Aí, a pergunta que nós fazemos na CPI é: como um cabo da Polícia Militar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Que vive devendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que vivia em dívidas, vem até Brasília, se hospeda em um hotel no Setor Hoteleiro Sul – um hotel que não deve ser barato –, se mantém aqui em Brasília? Com que dividendos? Quem estava pagando as despesas do Cabo Domingueti aqui em Brasília, já que V. Sa. muito bem está informando aqui que não era a Davati que estava pagando?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado por essa informação.

Senador Marcos do Val, a palavra com V. Exa. Fique à vontade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Obrigado, Presidente. Vou tentar ser breve por causa do tempo, para dar oportunidade para os outros companheiros.

Vou fazer uma pergunta ao Cristiano: Cristiano, você acredita que você entrou nesse projeto por conta da sua facilidade em falar, escrever e ler em inglês?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não dá para saber. Acredito que pode ser que sim, e também, talvez, pela minha um pouco mais de proximidade com o Coronel Guerra nos Estados Unidos. Mas eu acredito que pode ter sido um facilitador algumas coisas, poder escrever em inglês, ou coisas assim.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O Roberto Dias e o Domingueti, para mim, dos que estiveram aí até hoje, são os que tentaram dar esse golpe no Governo. Para mim isso ficou claro, até com as suas falas, inclusive isentando e tirando o Coronel Elcio Franco de qualquer possibilidade de negociação de propina. Correto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Correto, perfeitamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, só para reafirmar a posição do Coronel Elcio Franco, que não esteve em movimentos de tentativas de propina, corrupção, enfim.

Eu queria só fazer, mais ou menos... Eu fiz mais ou menos um cálculo aqui. Vocês estavam com perspectiva de vender 400 milhões de doses, e vocês ficariam com 20 centavos de dólar. Fazendo aqui as contas, conversões para o real e tal, você ficaria, aproximadamente – só você, dividindo pelos quatro, o grupo –, com mais ou menos R\$100 milhões. Você realmente acreditava nessa possibilidade de conseguir um recurso desse tamanho, saindo de uma dificuldade financeira, usando o "bolsa Covid"? De repente,



15/07/2021

conseguir atingir um valor tão grande quanto esse, sabendo que, para a possibilidade de conseguir um valor como esse, você teria que vender basicamente a alma ao diabo? Você iria acabar com a reputação do seu nome, sobrenome, da sua família, por conta de um valor como esse, ou próximo a isso. Isso muito entristece o brasileiro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso responder, Senador?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou concluir. Se tiver tempo, você responde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Desculpe, desculpe.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas entristece muito, porque a gente quer ver brasileiros combatendo a corrupção, denunciando a corrupção, e não achando que o que ele está fazendo é apenas uma negociação e que "deixa garantir o meu e danem-se os outros".

Nesse cenário, eu faço um parâmetro, como se fosse assim: clientes se juntando com funcionários de um banco, sem a ciência de um gerente geral do banco, tentando roubar do banco, ou furtar, ou fazer um assalto ao banco. Várias tentativas, nenhuma com sucesso, por conta dos procedimentos do banco, ou sistemas de segurança do banco – não importa –, mas não conseguiram efetivar esse roubo. Aí, vêm as autoridades e culpam o Presidente do Banco Central por essas tentativas. Para mim, é esse o cenário que está sendo passado para toda a população brasileira. Então é um cenário que não é real – não é real. Nós temos alguns... Tivemos alguns problemas, problemas que foram contornados, resolvidos, mas a gente não pode atribuir ao Presidente da República a responsabilidade de tentativas de corrupção num degrau lá embaixo. Eu acho que, se ele não se movimentasse para acabar com isso, eu também estaria aqui criticando. Mas não é.

Bom, então resumindo, finalizando, o que eu tenho para dizer é isso.

Infelizmente, você colocou a sua honra, a honra do seu nome, da sua família em *cash*, com a possibilidade de fazer um grande negócio, sabendo que a empresa não tinha filial no Brasil; que não poderia receber recursos no Brasil porque não se tinha uma empresa para emitir nota fiscal; que em tudo era dado um jeito – "Tentaremos dar um jeito" –, sem certeza de vacina; quer dizer, é um grande golpe. Você já explicou isso várias vezes, está claro para a gente a tentativa maldosa do Domingueti junto com o Dias, que justamente por justa causa foi dispensado e teve até o pedido de prisão. Bom, o que eu queria dizer era isso.

E queria mandar esta mensagem para todos: que nós temos que, aqui na CPI, buscar toda a verdade, seja ela qual for, mas não podemos criar narrativas; e que essa é a verdade. E quando eu lhe perguntei se o Coronel Elcio Franco, em algum momento, estava nessa negociata ilegal, imoral e vergonhosa, você deixou muito claro que não.

Então, agradeço ao Presidente que está presidindo a CPI, agradeço aos meus colegas, e dou oportunidade para o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val. Inclusive agradeço a V. Exa. o depoimento em relação ao Sr. Roberto Ferreira Dias – me parece que, então, não foi tão arbitrária a medida do Presidente Omar Aziz aqui durante o depoimento dele.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não foi. Com certeza, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Então, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.



15/07/2021

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. está com a palavra. Fique à vontade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, cumprimento o Sr. Cristiano.

Diante do depoimento de hoje, algumas questões essenciais precisam ser pontualmente reafirmadas.

Primeiro, com a grande demanda por vacinas em todo o mundo, especialmente a partir do segundo semestre de 2020, inclusive no Brasil, o Ministério da Saúde e seus servidores começaram a ser procurados por pessoas que se diziam representantes de laboratórios fabricantes, muitas vezes com discurso de que detinham grandes estoques de vacinas ou mesmo de que poderiam garantir a entrega quase que imediata. Prontamente o Ministério da Saúde passou a analisar a veracidade dessas propostas – e invariavelmente concluía-se que não possuíam lastro comprobatório dos laboratórios fabricantes –, fundadas em documentações frágeis e algumas com suspeitas de fraude. Tal situação levou o Ministério da Saúde a desenvolver uma *compliance*, visando o acompanhamento dentro das áreas e em todas as fases do processo, centralizando os agendamentos de reuniões e as tratativas de aquisição de vacinas na Secretaria Executiva, com a participação das áreas técnicas envolvidas, através da publicação do Ofício-Circular nº 28, do dia 29 de janeiro deste ano.

O objetivo, reitero, é justamente confirmar a idoneidade dos ditos representantes e, ato contínuo, a existência das doses ofertadas, a localização de armazenamento, número de lotes e validade – informações essas junto aos fabricantes. Essas medidas sempre pretenderam repelir quaisquer irregularidades, afastando condutas duvidosas e o desencontro de informações ou o envolvimento de forma isolada de servidores com representantes. A partir daquele momento, portanto, as negociações para aquisição de imunizantes passaram a ser exclusivamente deliberadas pela Secretaria Executiva, com a participação das áreas técnicas e logísticas competentes, o que coloca o nome do então Secretário-Executivo Elcio Franco no centro desses processos.

Segundo, em virtude de algumas propostas recebidas, a Secretaria Executiva encaminhou notícia de fato à Polícia Federal por meio dos Ofícios nºs 269, de 1º de fevereiro de 2021, e 493, de 26 de fevereiro deste ano, para conhecimento e medidas julgadas cabíveis, por se tratarem de alguns casos sob maior suspeição, com respectivos documentos enviados à Polícia Federal, que resultaram na Operação Taipan, conduzida pela 10ª Vara Federal do Distrito Federal.

É preciso, nesse ponto, fazer uma ressalva às atribuições que se pretende inferir ao Coronel Elcio Franco, de que esteja, de algum modo, associado às propostas de propina que foram supostamente solicitadas ao Sr. Luiz Domingueti pelo ex-Diretor Roberto Dias.

Como ficou claro durante o depoimento do Sr. Cristiano Carvalho, o depoente esteve em uma única oportunidade reunido com o Sr. Elcio Franco, em reunião no Ministério da Saúde, ocorrida em 12 de março de 2021, e afirmou não ter ouvido do então Secretário-Executivo qualquer sugestão ou pedido de valores adicionais sob pretexto de comissionamento ou propina. Nenhuma tratativa sobre vacinas que atendesse a todos os preceitos legais prosperou. Aliás, dessa reunião do dia 12 de março de 2021, o que consta é que o então Secretário-Executivo teria solicitado uma série de documentos aos representantes da empresa presentes na agenda, os quais eu gostaria de agora poder confirmar com o depoente.



E me dirijo, agora, ao Sr. Cristiano. O então Secretário-Executivo Elcio Franco comentou com V. Sa. sobre a vedação da União Europeia quanto à exportação de vacinas e que, face a essas restrições, haveria a necessidade de confirmar a disponibilidade e o acesso a essas vacinas constantes da proposta?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, Excelência. Ele não mencionou isso não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele não fez esse comentário durante a reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu me lembre não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Sr. Elcio Franco teria solicitado documentação referente à representação da empresa no Brasil para o prosseguimento dos processos de aprovação da Anvisa e posterior importação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pediu um *e-mail* da empresa nos Estados Unidos pro *e-mail* dele, pra caixa dele. No Brasil, ele não solicitou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas tratou da solicitação da documentação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tratou. O senhor confirma então.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Confirmo. Confirmo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Também foi solicitado pelo Secretário-Executivo o envio de documento que evidenciasse a vinculação da Davati com a AstraZeneca e a disponibilização das doses?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor, foi solicitado sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Algum desses documentos foi efetivamente enviado ao Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu disponibilizei o *e-mail* e a mídia aos senhores. Lá está... Até li aqui pra vocês o *e-mail*, pra deixar claro que ele só precisava dar o o.k. pra ele receber a documentação. Então, como ele nunca retornou a proposta, acho que o restante da documentação ele não recebeu ou eu não tive acesso. Não foi copiado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou seja, em outras palavras: a documentação que foi solicitada na reunião nunca, de fato, foi enviada, seja porque não retornou o *e-mail*, seja porque vocês não providenciaram o envio das solicitações que foram solicitadas.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Em parte sim, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Em parte sim.

Ainda sobre a reunião do dia 12 de março de 2021: o senhor teria afirmado, nessa reunião, que já estava em tratativas com o ex-Diretor Roberto Dias e que, nesse momento, os presentes Elcio Franco, Marcelo Pires e o Cleverson Boechat teriam "se entreolhado, com cara de paisagem", como V. Exa. relatou, "e manifestaram desconhecer a iniciativa de Roberto Dias".

Eu agora me dirijo a V. Sa., perguntando: na sua opinião, o que teria motivado esse estranhamento de Elcio Franco, Marcelo Pires e Cleverson Boechat quando souberam da iniciativa de Roberto Dias?



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que tenha sido falta de alçada pra ele estar fazendo esse tipo de negociação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O senhor tinha conhecimento de que a Secretaria Executiva era a responsável pelas negociações de vacinas, não cabendo ao ex-Diretor Roberto Dias tratar sobre o tema?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Sr. Laurício, em uma oportunidade, nos passou um e-mail, pedindo pra entrarmos em contato com Elcio Franco, o que foi feito, porém, paralelamente, o Roberto Dias vinha tratando como se ele fosse o comprador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O suposto comissionamento solicitado pelo ex-Diretor Roberto Dias em algum momento foi mencionado nessa reunião do dia 12 de março de 2021?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absolutamente. A única coisa que eu mencionei é a negociação que estava sendo conduzida pelo Roberto Dias.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Conforme já apontei nesta reunião, não é possível generalizar iniciativas individuais de membros do Ministério da Saúde que ainda se encontram em investigação e carecem de comprovação com um suposto envolvimento generalizado.

Na verdade, o que vimos é que, diante da impossibilidade de comprovação dos requisitos elementares para o prosseguimento de qualquer tratativa diante de uma oferta apresentada ao Ministério da Saúde, à revelia da AstraZeneca, em nome da Davati Medical Supply, acusada de aplicar um golpe no Canadá e revender doses do imunizante para grupos indígenas daqueles país por meio de um representante que sequer é reconhecido pela empresa como tal. A ação da Secretaria Executiva à época foi de conter o prosseguimento dessa tentativa de fraude que se tentou infringir ao Estado brasileiro, numa verdadeira tentativa de estelionato. O próprio depoente declarou que não possui qualquer vínculo com a empresa Davati, dispondo tão somente de uma carta de representação, um documento sem validade jurídica, sem autenticidade comprovada em cartório ou valor de procuração.

Inclusive, durante o seu depoimento, V. Exa., agora há pouco, falou que a Davati não pagava pela despesa de ninguém – nem do Domingueti, nem de ninguém. E V. Exa., quando veio a Brasília, teve a despesa custeada pela Davati? Porque V. Exa. estava em dificuldades financeiras...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absoluta...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Inclusive, recorreu a auxílio emergencial, o apoio dado aos mais frágeis. Então, V. Exa. não dispunha de recursos. Então, se não foi a Davati, quem pagou para V. Exa. vir a Brasília?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu paguei com a 123 Milhas, umas milhas que eu tinha, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, V. Exa., mesmo quebrado, tendo se socorrido do auxílio emergencial, V. Exa. tinha crédito de milha? V. Exa...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Do passado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... viajava...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Do passado.



O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - PE) – ... pagava por passagem aérea, quebrado?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - PE) – Precisando aqui mentir na CPI para depois se retratar?

V. Exa. chegou a mentir. V. Exa. poderia ter sido preso – não foi porque nós somos contra a prisão, para não constranger, para não coagir os depoentes. Mas V. Exa. precisa explicar, para dizer que veio a Brasília com milha... Uma pessoa que estava fraudando o Estado brasileiro para ter acesso ao auxílio emergencial e veio para cá por obra e graça de quem? Quem pagou? Que armação é que está por detrás de tudo isso? E V. Exa. infelizmente não conseguiu aqui trazer absolutamente nada que pudesse esclarecer a esta CPI.

Quando eu aqui falei, Sr. Presidente – porque a imprensa está especulando –, eu falei do meu constrangimento: de fato, porque nós queremos a verdade; nós não queremos aqui narrativas. Nós queremos saber quem, de fato, cometeu alguma irregularidade. Se foi servidor, se foi diretor, se foi algum agente público, precisa ser absolutamente responsabilizado. Essa é a orientação do Governo Federal, do Governo do Presidente Bolsonaro. É a nossa responsabilidade, como Parlamentar, como representantes do povo brasileiro, através desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ir a fundo para identificar quem falhou na sua missão como agente público, como servidor público.

Por isso, eu queria também lembrar que a AstraZeneca, que detém as prerrogativas de fabricação das vacinas e coordena as negociações da produção internacional, informou que a empresa Davati não é sua representante e não possui estoques disponíveis sob sua guarda. Ainda: que apenas realiza a negociação de ofertas diretamente com os governos. O compromisso prioritário da farmacêutica sempre foi com os governos e com as organizações multilaterais, a exemplo da Organização Mundial de Saúde. Aliás, essa narrativa se torna mais inverossímil quando lembramos que o Brasil já havia, desde setembro de 2020, assinado contrato de encomenda tecnológica com a AstraZeneca para acesso a 100 milhões de doses, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. Essa transferência de tecnologia permite a fabricação no Brasil pela Fiocruz do ingrediente farmacêutico ativo para a vacina contra a Covid-19 desenvolvida pela Oxford, dando ao Brasil a autonomia tanto da matéria-prima quanto da vacina, sem contar que a aquisição se deu a um custo de US\$3,65 a dose, não havendo, portanto, qualquer vantagem na aquisição do imunizante através de uma intermediária que sequer comprovou essa condição.

Destaco: nunca foi firmada carta de intenções, memorando de entendimento ou qualquer outro compromisso contratual ou pré-contratual com a empresa Davati ou o seu representante. Caso algum servidor tenha iniciado algum diálogo com a empresa Davati, ele o fez de forma indevida, sem autorização do Ministério da Saúde. Aliás, diante das suspeitas de oferecimento de propina na negociação da aquisição de vacinas, o Ministro Queiroga prontamente exonerou o Diretor de Logística do Ministério da Saúde, o Sr. Roberto Ferreira Dias, e solicitou a abertura de sindicância para apurar a conduta do servidor, que transcorre de forma isenta, sem interferência de qualquer natureza.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Por outro lado, por ocasião dos fatos apresentados pelo depoente, o Coronel Marcelo Blanco da Costa não mais integrava os quadros funcionais do Ministério da Saúde, tendo sido exonerado no dia 19 de janeiro de 2021, por meio da Portaria nº 83.



O Governo Federal não compactua com qualquer indício ou caso de corrupção e adotará todas as medidas ao seu alcance para garantir a legalidade e a transparência das suas ações, em especial nos processos de contratação de vacinas para a imunização dos brasileiros contra a Covid-19, jamais compactuando com qualquer tipo de favorecimento ou irregularidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Sr. Cristiano, só uma pergunta. O senhor disse que, com o Coronel Elcio Franco, chegou a ter uma troca de, chegou a ter um pedido de informações da Davati...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu já disponibilizei por *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor podia só informar o que foi?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foram solicitadas pelo Sr. Elcio Franco e seus assessores, no momento da visitação ao ministério, as informações da Davati para o *e-mail* funcional do Sr. Elcio Franco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Davati aqui do Brasil e da Davati dos Estados Unidos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tem Davati no Brasil; da Davati dos Estados Unidos, diretamente dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. MUITÍSSIMO obrigado.

Nós temos inscritos aqui, como não membros, os Senadores Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Zenaide Maia.

Eu já estou sendo chamado para o início da Ordem do Dia para somente...

Eu queria pedir a compreensão dos colegas Senadores e vou fazer o seguinte: eu vou garantir cinco minutos para cada um dos colegas, para eles serem o mais breve possível, para garantir a palavra dos colegas Senadores, e nós podemos encerrar a inquirição no dia de hoje. Então, antes, por ordem da Presidência do Congresso Nacional, ter que encerrar esta oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço só um pouquinho de paciência para o Sr. Cristiano. Nós já estaremos concluindo.

Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato, o senhor me escuta? (*Pausa.*)

Passo, então, para o Senador Izalci Lucas.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente, minha voz está comprometida.

Eu só queria informar, Presidente – não sei se está me ouvindo bem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estamos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Coronel Marcelo Blanco abriu uma empresa três dias antes chamada Valorem Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Ele era o adjunto do Roberto Dias. Então, eu pergunto ao Cristiano Carvalho aí: ele sabia dessa empresa? O Marcelo Blanco chegou a dizer alguma coisa com relação à parte dele, à comissão dele ou não?



15/07/2021

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, ele mencionou que ele havia aberto uma empresa recentemente e que estava atuando como empreendedor e não mais servidor público. Ele não chegou a perguntar quanto seria a parte dele, não, mas ele só me perguntou... A única pergunta que ele me fez foi qual seria a comissão da empresa Davati na negociação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele criou a empresa, Presidente, três dias antes do encontro lá no restaurante.

Então, o senhor poderia falar um pouquinho mais sobre o Hardaleson Araújo de Oliveira?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Desculpe, Senador. Eu não consegui compreender.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hardaleson. Ele esteve na reunião no Ministério da Saúde com o Laurício...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A reunião com o Laurício...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... Secretário-Executivo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não entendi, Randolfe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hardaleson...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A reunião com o Laurício ou com o Elcio Franco? V. Exa. está perguntando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Laurício esteve na reunião juntamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, perfeito, perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... com o Hardaleson...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entendemos. É se o Laurício esteve na reunião junto com o Coronel Elcio Franco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não esteve.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, e com o Hardaleson? Hardaleson...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, se a reunião com o Hardaleson... Eu acho que é o outro Helcio. O Major que nós citamos aí...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, o Hardaleson esteve na reunião com o Laurício. Ele está aqui na pauta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso. Ele estava?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Estava na pauta, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estava. Ele estava na reunião, Senador Izalci. Ele confirmou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E eles encaminharam para o Secretário-Executivo... Ah, porque tudo era o Secretário-Executivo. A sequência dessa reunião? O que aconteceu?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eles pediram...



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O resultado dessa reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele pediu uma proposta para ser enviada para o Elcio Franco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E foi enviada?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi enviada... Inicialmente, a proposta... Foi feita simultaneamente para o Roberto Dias e para o Elcio Franco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, esse tipo de operação também foi feita em outros Estados. No Estado do Paraná, também ocorreu a mesma coisa...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, eu poderia só fazer uma colocação que eu recordei agora?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nos áudios do Branco que estão aí peritados, à disposição dos senhores, em certo momento, ele até pede para tirar o nome do Elcio Franco da proposta e colocar Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esses áudios já estão com a CPI?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito importante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, em função da minha voz, vou encerrar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Muito obrigado, Senador Izalci. A sua inquirição trouxe uma enorme contribuição a esta CPI pela pertinência das informações que V. Exa. tinha. Eu agradeço a V. Exa.

Passo, ato contínuo, à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, aqui, rapidamente, Sr. Cristiano, eu queria deixar claro para o povo brasileiro que eu ouço todo dia o seguinte: "Não é real o que está acontecendo na CPI". "Foi zero de prejuízo".

Eu queria que o pessoal que fala nesta CPI deixasse de dizer que não são reais 537.498 óbitos, Sr. Presidente!

Outra coisa: simples narrativa é não! Esta CPI está sendo essencial, porque ela mostra ao povo brasileiro o porquê de tanto óbito. E a gente sabe que, se ao invés de dar...

Me diga uma coisa, uma pergunta que não quer calar: o Presidente do País da 10ª economia do mundo, para negociar a compra de vacinas, o Ministério da Saúde – e a gente tem um *know-how* do tamanho do mundo – precisa usar empresas intermediárias? Não tem como esconder isso! Enquanto estavam tentando negociar...

Ontem, como eu não falei, a Emanuela é o quê? É uma empresa, a Precisa, que a Global comprou e que precisa de uma Madison para poder pagar os processos. Hoje é o quê? Uma empresa, Davati, Sr. Cristiano, que o senhor disse que, na verdade, é uma grande construtora americana e que, de repente, se propôs... Não tem como negar o envolvimento do alto escalão do Ministério Público nisso.



Agora isso é triste, porque, enquanto estavam negociando isso, estavam negociando vidas. As pessoas morrendo, e a gente sabendo que estava sendo oferecida a vacina da Pfizer, a vacina do Instituto Butantan, a CoronaVac, que ofereceram 30 milhões na mesma época e que não compraram, porque se disse que iria ter a Covaxin, que ainda estava em estudo, gente, sem aprovação da Anvisa.

Então, eu digo o seguinte: o Presidente da República foi rápido em falar com o Primeiro-Ministro indiano para comprar os sais da cloroquina, medicamento ineficaz. Então, não tem como negar...

Quando falaram que esta CPI era uma inquisição e que estava sendo um tribunal de condenação, gente, não é a CPI que condenou mais de meio milhão de brasileiros à morte. Eu perguntaria: que condenação é essa? Em última instância, não tiveram o direito de se defender. São culpados, sim! Não venha me dizer que o Ministério da Saúde não sabia. E o Presidente também foi comunicado, porque a CPI tem esses documentos.

A CPI veio mostrar ao povo brasileiro que a maioria dos que foram a óbito, de quem ceifaram a vida, que deixaram 50 mil órfãos neste País... A CPI veio mostrar ao povo brasileiro que a culpa é do Governo Federal, sim! É do Senhor Presidente!

Demorou a pagar o auxílio emergencial, que era para o povo ir para a rua e se contaminar. Achou pouco, inventou que tinha medicamento que evitava ou que curava, mas ainda não matou gente suficiente. Vamos atrasar a compra de vacinas, que é para morrer mais gente. É isso, e quem disser o contrário, o povo... Não subestime a inteligência do povo brasileiro – não subestime. Nada contra os colegas, mas defensores desse Presidente chegam ao absurdo de dizer que esse número de óbitos, Sr. Presidente, é uma narrativa.

Obrigada, Sr. Cristiano. Eu não sei como o senhor acreditou nisso, mas tinha que acreditar, como disseram, numa balela. E outra coisa: só pararam essa negociação por causa da CPI. Só compraram a vacina porque o Congresso Nacional começou a denunciar. E digo mais: se a CPI tivesse sido instalada antes, eu não tenho dúvida de que já teriam morrido menos pessoas. Mas, infelizmente, nós temos um Presidente que é a favor da morte; não é a favor da vida em nenhuma situação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Zenaide. Nós, inclusive, estendemos o seu tempo, garantimos o tempo integral para V. Exa. Eu queria agradecer, Senadora Zenaide, muito a V. Exa. A Senadora Zenaide é uma das entusiastas desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Através da Senadora Zenaide, aproveito ainda a presença aqui das Senadoras Simone Tebet e Eliziane Gama para, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, registrar um profundo agradecimento à Bancada Feminina. As principais descobertas desta CPI – a Senadora Simone sabe disso – foram devido às intervenções de S. Exas. Aliás, uma das mais importantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senadora Simone, foi a partir de uma inquirição, de um questionamento seu. Aliás, também a Senadora Simone aqui desfez, em um dos depoimentos aqui, toda a verdade sobre os chamados *invoices*, mostrando, inclusive, a imperícia em que um desses foi encaminhado.

A Senadora Zenaide, já disse, é uma das entusiastas da atuação desta Comissão Parlamentar de Inquérito e uma das principais apoiadoras; a Senadora Soraya, de igual modo; e a Senadora Eliziane Gama, que bom que o Maranhão emprestou essa belíssima guerreira, que apregoa com a verdade do evangelho – a verdade o evangelho –, evangelho que aqui é a palavra, e pratica a verdade do evangelho como membro do Congresso



Nacional, como membro do Senado. E ambas, eu diria também, como integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria, antes de concluir esta oitiva de hoje, registrar, fazer esse registro de que a Bancada Feminina girou o rumo desta Comissão Parlamentar de Inquérito para aprofundar as investigações sobre a corrupção. É um reconhecimento que nós, da direção desta CPI, temos que fazer e um agradecimento, Senadora Simone, Senadora Eliziane, Senadora Zenaide, e todos os integrantes, Senadora Leila, que também tem atuado muito nesta CPI, e todos os integrantes desta Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Me permite, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – ... em seu nome, agradecer a todos os Senadores que nos receberam muito bem nesta Comissão, dizer que o Senado se engrandece ao reconhecer a necessidade da mulher se fazer presente numa Comissão que trata não só de morte, mas, especialmente, de vida.

Ninguém entende mais de vida, de sentimento e de sensibilidade do que uma mãe.

Então, aqui nós estamos presentes em busca da verdade. Como diria a Senadora Eliziane, buscai a verdade e a verdade os libertará.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – João, 23.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos aqui em nome de todas as mães, de todas as mulheres brasileiras.

Essa é a nossa missão, buscar a verdade. Que possamos ter um bom descanso esta semana e que possamos voltar, através das suas mãos e das mãos do Presidente Omar Aziz, com outros dados, com outras informações, para que possamos concluir, o mais rápido possível, esse relatório.

E quero dizer que eu me sinto muito bem liderada nesta Comissão, não por V. Exa., mas pela Senadora Eliziane Gama, que é nossa Líder aqui na CPI, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela é Líder de nós todos, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Décimo segundo elemento da CPI, tem a nossa procuração e fala por nós.

Senadora Eliziane, a sua garra, a sua determinação, só nos incentiva a seguir em frente. Eu sei que falo não só por mim, mas por todas as suas colegas. A Senadora Zenaide que está nos assistindo, a Senadora Leila, a Senadora Soraya... Nós somos plurais, Sr. Presidente. Talvez o maior exemplo que nós possamos dar ao País é da unidade da Bancada Feminina neste momento tão particular da história do Brasil.

Vejam, a única bancada que não é partidária aqui, na CPI, no Senado Federal é a Bancada Feminina. E a Bancada Feminina, na sua diferença partidária e ideológica, é a que mais se une naquilo que interessa a todos nós, porque aquilo que nos aproxima é infinitamente maior do que aquilo que nos distancia, que é o amor ao País e o dever que nós temos para com as mulheres brasileiras, para com a família brasileira, para com o servir.

Então, isso nos une e faz com que a gente possa, com os votos de V. Exa. e de todos Senadores da República, conseguir avançar na pauta de políticas públicas que interessa a todos nós.



Obrigada, mais uma vez.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador Randolfe, eu só queria agradecer a todos vocês, em especial ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Cristiano, que eu vou lhe passar, para a sua conclusão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos só ouvir a Senadora Eliziane, as suas considerações.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em seguida...

Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu pensei que ela não ia falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Depois eu lhe passo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria só cumprimentar, Presidente, V. Exa. Aliás, lhe agradecer. V. Exa. tem sempre garantido e assegurado a nossa voz. Aliás, lá atrás, quando brigamos pela participação feminina, V. Exa. deu uma contribuição de fato muito importante. E me orgulha muito estar aqui ao lado desta mulher de fibra, que é a nossa primeira Líder do Congresso Nacional, da Bancada Feminina. A Simone faz história dentro do Congresso Nacional. Foi a primeira mulher Presidente da CCJ na história do Senado Federal, a primeira mulher a se candidatar à Presidência do Senado, na história do Senado Federal, e a primeira mulher Líder da Bancada Feminina.

Então, para mim, é uma honra muito grande estar ao seu lado. Eu comentava agora há pouco, Simone, com a minha assessoria, sobre a sua grandeza.

Eu digo: a Simone, ela é grande, ela é superior, ela consegue na verdade fazer um trabalho muito democrático com toda a Bancada Feminina. Então, eu fico muito feliz.

E quero dizer para o senhor, Presidente, que nós somos 12 mulheres e o que nos une é exatamente o Brasil. Muito embora sejamos de partidos diferentes, nós temos uma unidade como não se vê em nenhuma outra bancada, eu acredito, porque a gente avança independentemente do que se possa ter de divergência político-partidária, mas a gente é unida 100% nas empreitadas da Bancada Feminina. E estamos desde o começo deste ano, tão logo implantada a nossa liderança feminina, trabalhando pautas femininas.

Aqui, no Senado Federal, a pauta feminina não é mais só no 8 de Março, ou na semana do mês de março, ou no mês de março, a pauta feminina ficou para todos os dias do ano, a exemplo do que nós tivemos ontem, um grande avanço na votação, no que se refere ao ajuste da legislação eleitoral.

Então, mais uma vez, obrigada ao senhor, obrigada ao Omar, que é Presidente desta Comissão, em assegurar nosso direito à voz, muito embora não tenhamos votos, não é? E uma coisa, Presidente, que o senhor sabe muito bem, esta CPI sempre finaliza com a presença de mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com certeza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seja aí presidindo os trabalhos, ou seja aqui, na presença da Simone, da Soraya e



a da Leila Barros. Elas são registradas, elas estão presentes sempre na finalização, ou seja, nós somos constantes: a gente inicia e vai até ao final dos trabalhos.

Então, mais uma vez, muito obrigada ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E têm trazido as melhores...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... e obrigada à minha Líder Simone Tebet, inclusive, pelas palavras. Que Deus a abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E têm trazido as melhores contribuições para esta CPI. Eu quero registrar, agradecer mesmo a intervenção de V. Exa., Senadora Eliziane, Senadora Simone, a presença sempre constante da Senadora Zenaide, da Senadora Kátia Abreu – uma das melhores inquirições feitas aqui nesta Comissão foi feita pela Senadora Kátia Abreu –, a Senadora Leila Barros, enfim, para toda a Bancada Feminina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E Senadora Zenaide, no remoto – é bom lembrar isso –, ela participa todos os dias, do começo ao final...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... através do sistema remoto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aliás, o que V. Exa. disse é a mais perfeita realidade e a Bancada Feminina sempre tem estado presente do começo ao fim desta CPI. E esta CPI não teria chegado até onde chegou se não tivesse tido a atuação da Bancada Feminina.

Eu queria, Cristiano, aí sim, passar a palavra para você e, em seguida, encerrar...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... esta oitiva, agradecer a você a contribuição que V. Sa. trouxe à CPI. As informações que V. Sa. trouxe hoje são alarmantes, nos assustam, mas apresentam ao Brasil o porquê desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos muita verdade a ser descoberta. Tem muitos escaninhos e tem muitos negócios, lamentavelmente, que estavam sendo feitos. E eu queria, assim, independente de qualquer outra circunstância, mas agradecer que V. Sa., mesmo tendo um *habeas corpus*, sendo aqui assistido pelo seu advogado e tendo a prerrogativa de falar a verdade, desde o começo aqui, se dispôs a relatar fatos que, inclusive, envolviam V. Sa. – fatos, inclusive, que lhe envolviam. E eu queria, assim, lhe agradecer profundamente pela contribuição, independente de qualquer outra circunstância, mas pela contribuição que V. Sa. trouxe nas informações a esta CPI.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador, eu e o meu advogado é que agradecemos, que chegamos aqui pela manhã, aliás, ontem, sem saber o que encontrar, porque é muito difícil você ser julgado nas ruas e pelas pessoas por coisas que você não fez. Isso era uma coisa mais difícil que foi até chegar aqui, porque nós não sabíamos o que iríamos encontrar. E a única pessoa que me apoiou foi esse homem aqui, que esteve comigo.

Gostaria de agradecer à maioria dos Senadores da Casa, que me trataram com respeito e dignidade, começando pelo senhor que, desde o momento que cheguei, foi receptivo, as Senadoras aí tanto quanto. Não tem mais muitas pessoas na Casa para eu



agradecer, mas eu saio daqui com a sensação de dever cumprido e que as pessoas que ficaram contra o meu depoimento ou esclarecimento eram as minorias da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu é que lhe agradeço, nós é que lhe agradecemos, Cristiano. O tratamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito com todos sempre será com a firmeza necessária, mas também com o tratamento decente e cortês, pelo menos por parte da direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu diria, da ampla maioria dos membros desta CPI.

Eu queria, antes de terminar, esta que é a última oitiva da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito, antes do recesso, visto que dentre e pouco nós deveremos estar votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, determinar para a Secretaria da CPI que, no retorno dos trabalhos, no dia 3 de agosto, na primeira terça, dia 3 de agosto... Os exames que estão sendo feitos – e é importante informar isso –, todas as Senadoras e Senadores, membros desta CPI, têm à sua disposição os exames para a Covid, para garantir o monitoramento de todas as Sras. Senadoras e de todos os Srs. Senadores, até em função dos exames que já ocorreram.

Eu queria desejar o mais pronto restabelecimento do Senador Otto Alencar, que, graças a Deus, se encontra bem, quase que assintomático, está se recuperando. O Senador Otto Alencar é uma prova do resultado da verdadeira vacina e da eficácia verdadeira da vacina.

Mas eu queria determinar à Secretaria que, no retorno das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito, os exames sejam estendidos também para o pessoal da limpeza, que trabalha diariamente, garantindo a nossa segurança. Então, eu queria determinar à Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito – para todos os servidores da CPI, que prestam serviço a esta CPI, assim como para todos os servidores, em especial, para os servidores dos serviços de limpeza, garçons e de apoio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito – que os exames para a Covid sejam para eles também estendidos para a segurança de todos aqui, em especial, para a segurança desses que nos apoiam e nos ajudam no dia a dia e são inestimáveis para o nosso trabalho.

Por fim, comunico que ontem S. Exa. o Presidente Rodrigo Pacheco leu o requerimento de prorrogação desta Comissão Parlamentar de Inquérito por mais 90 dias. Nós retornaremos... A CPI continuará, a sua equipe técnica, trabalhando, atuando, analisando os documentos que já chegaram a esta CPI. A direção da CPI e os membros estarão de prontidão nessas duas semanas de recesso. Por força constitucional, após a LDO, o Congresso Nacional e as Comissões não podem funcionar. Nós retornaremos com as oitivas da Comissão Parlamentar de Inquérito na terça-feira, dia 3 de agosto.

Antecipadamente, havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 36ª Reunião, solicitando dispensa da sua leitura.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença do nosso depoente de hoje, agradeço a presença de todos, convoco para a primeira oitiva a ser realizada na terça-feira, dia 3 de agosto de 2021, e declaro encerrada mais essa oitiva, mais essa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.)